JUSSARA NEPTUNE HERRMANN

PODER LOCAL E EDUCAÇÃO INFANTIL EM PIRACICABA - SP : 1977 A 1995

VOLUME 1

TESE DE DOUTORADO

1995

JUSSARA NEPTUNE HERRMANN

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida por Jussara Neptune Herrmann e aprovada pela Comissão Julgadora.

Data: 21/12/95

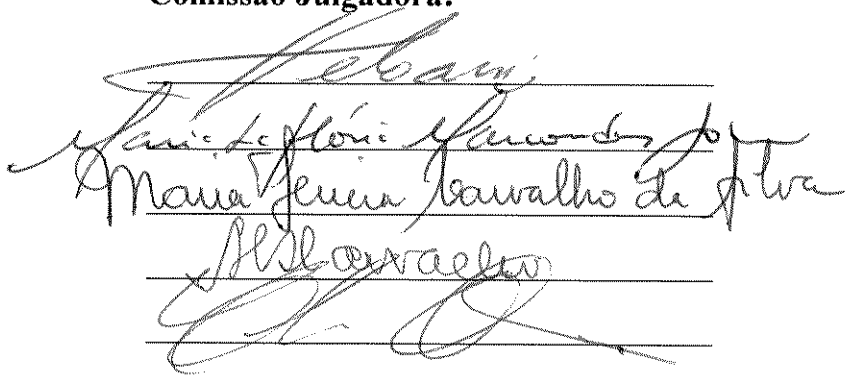
Assinatura: _____

PODER LOCAL E EDUCAÇÃO INFANTIL EM PIRACICABA - SP: 1977 A 1995

370.115
H554p

Tese apresentada como exigência parcial para obtenção do Título de DOUTOR em EDUCAÇÃO na área de Concentração: Administração e Supervisão Educacional - DASE à Comissão Julgadora da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, sob orientação da Profª. Dra. Maria da Glória Marcondes Gohn.

Comissão Julgadora:



RESUMO

O presente trabalho constitui um estudo das Políticas Educacionais no que diz respeito a Educação da Criança de 0 a 6 anos, elaboradas pela Secretaria da Educação do Município de Piracicaba - São Paulo, no período compreendido entre 1977 a 1995.

Tomando como pressuposto que a Educação é fundamental na formação do cidadão e de que está presente nas relações sociais ao redor das crianças desde o seu nascimento, contribuindo para a formação da cidadania dos indivíduos, a presente tese procura verificar como o poder público, elaborou as Políticas Educacionais à infância.

Pesquisa-se nos diversos períodos e em diversas administrações os programas, planos e projetos na área da educação infantil e sua relação com as concepções de Democracia, Participação e Cidadania.

A tese visa relacionar ainda a Política Educacional do Município às suas linhas e diretrizes gerais de governo e as concepções correspondentes de Infância, Democracia, Participação e Cidadania no plano das administrações como um todo.

ÍNDICE

página

APRESENTAÇÃO.....2

Capítulo 1

- Poder Local como fonte de Democracia E Cidadania

1. O Poder: Conceito ainda Impreciso.....9
   1.1. Poder Local: Objetivos e Direções Metodológicas.....10

2. Breve Olhar sobre os Movimentos Sociais das décadas de: 70/80 e 90....15

3. A cidade: Espaço da Democracia e Políticas Públicas.....20

4. A era dos Direitos
   4.1. O Estado de Direito.....25
   4.2. Educação Infantil: a conquista a um direito Constitucional.....27

Capítulo 2

1. Breve Histórico sobre creches no Brasil
   1.1. Programas e Órgãos de Atendimento - Estado.....31
   1.2. Aspectos Políticos-Pedagógicos.....33
   1.3. Objetivos da Política de Educação Infantil.....39

Capítulo 3

- GESTÃO JOÃO HERRMANN NETO - MDB/PMDB (1977 a 1982)

- Antecedentes: Localização Piracicaba.....43

1. Piracicaba (SP): a busca do processo democrático na Gestão João Herrmann Neto - 1977/82.....44
   1.1. A política da administração João Herrmann Neto e suas Diretrizes centrais de Governo.....49

2. A Política Educacional do Município de Piracicaba (1977/1982) sob a orientação dos Secretários de Educação Profº Lineu Cardoso, Engº Paulo Augusto Romera E. Silva, Pde. José Maria Teixeira e o economista Barjas Negri, respectivamente.....56

2.1. A concepção de Educação do Plano Municipal de Educação - 1977 a 1992.....59
2.2. A concepção Inovadora de Infância.....60
2.3. Diretrizes Político-Pedagógicas do Plano Municipal de Educação 60
2.4. Por que CEPEC?.....62
2.4.1. Educação voltada para a Comunidade. Dados Contidos no diagnóstico dos problemas sociais de Piracicaba.....65
2.4.2. Localização, Implantação, Seleção de Pessoal, Treinamento.....66
2.4.3. A luta entre as facções.....68
2.4.4. A Educação da criança de 0 a 6 anos.....70
2.4.5. O Setor de 0 a 6 anos.....73
2.4.6. Programas que complementam o trabalho dos CEPEC's....83

Conclusão.....87

Capítulo 4

• GESTÃO JOSÉ APARECIDO BORGHESI - PMDB (1982 a 1983)

1. A transição democrática que não ocorreu.....92

2. A política educacional e suas práticas pedagógicas sob a orientação da Secretária da Educação Marlene Voltani Cesta - 1982/1983.....94
2.1. O papel da Educação nas eleições de 82.....96

Conclusão 99

Capítulo 5

• GESTÃO ADILSON BENEDITO MALUF - PMDB (1983 a 1988)

1. O panorama político vigente em 1982 e as eleições que se seguiram.....102

2. A paz dos poderosos - 1983 a 1988.....103

3. Diretrizes Centrais de Governo da Administração Adilson Benedito Maluf.....108

4. A política educacional e suas práticas pedagógicas sob a orientação do Secretário de Educação Sady Previtali - 1983 a 1988.....112
4.1. Modelo de Emergência - para o PME.....114

Conclusão 116

Capítulo 6

- GESTÃO JOSÉ MACHADO - PT (1989 a 1992)

1. O PT no Poder....120
   1.1. Gestão José Machado - PT - 1988 a 1992....120
      1.1.1. Governo Democrático e Popular....120
      1.1.2. A Luta pela Hegemonia....122
      1.1.3. Bases de Apoio da Administração José Machado....126
      1.1.4. Linhas Políticas Norteadoras das Políticas Públicas....129
      1.1.5. Prioridades de Governo....130

2. A Política educacional do PT (Partido dos Trabalhadores) nas administrações municipais - (1989/1992)....132
   2.1. A política educacional da Administração petista José Machado sob a orientação das Secretárias de Educação Ester Silvestre e Cecília Ferreiras (1989/1992)....133
      2.1.1. A concepção de Infância....134
      2.1.2. Concepção de Educação Infantil....134
      2.1.3. Diretrizes Político-Pedagógicas do Plano Municipal de Educação (1989/1992)....136
      2.1.4. Os Centros de Educação Infantil (CEI's) (1989/1992)....137
      2.1.5. Convênios da Secretária da Educação com outras entidades e Apoio às Entidades Beneficentes....141
      2.1.6. Programas que complementaram o trabalho dos CEC's....142

Conclusão 143

Capítulo 7

1. GESTÃO ANTONIO CARLOS DE MENDES THAME - PSDB (1922 a 1996)

   1.1. Piracicaba em 1° lugar. Participação, Democracia, Descentralização como fontes de desenvolvimento....148
      1.1.1. Participação Popular....149
      1.1.2. Descentralização....150
      1.1.3. Democracia, Ética e Política....151
      1.1.4. Modernização da Administração de Vida....151

   1.2. Diretrizes Setoriais....153
      1.2.1. Educação - IEI's....154

Conclusão....164

Capítulo 8

- Quadros Comparativos (1977/1995)..... 168

Considerações Finais

1ª Parte: Breve retrospectiva do quadro comparativo apresentado no Capítulo 7..... 178

2ª Parte: O que aprendemos a partir do estudo de Piracicaba sobre as políticas públicas brasileiras, de uma maneira geral, no que tange a Democracia, Participação e Cidadania..... 192

Bibliografia 197

Anexos - Volume 2

Capítulo 3

Gestão João Herrmann Neto (1977/1982)

- Plano de Ação Comunitária I (PAC I)..... 1
- Plano de Ação Comunitária II (PAC II)..... 57
- Plano Municipal de Educação (Síntese)..... 74
- Estratégica em educação de base (CEPEC's)..... 81
- Cartilhas: O que é CEPEC..... 83
- Educação - Comunidade e Governo traçando novos caminhos..... 84
- Centros Comunitários..... 92

Capítulo 5

Gestão Adilson Benedito Maluf (1983/1988)

- Atenas Paulista..... 100

Capítulo 6

Gestão José Machado (1989/1992)

- Governo Democrático e Popular de Piracicaba.....110
- Proposta Educacional dos CEC's.....157
- Cartilhas - Conselho de Escola.....173
- Educação Popular.....183

Capítulo 7

Gestão Antonio Carlos de Mendes Thame (1989/1992)

- Plano de Governo - 1993 a 1996 - Piracicaba em 1° lugar.....189
- Proposta Pedagógica para a rede Municipal de Ensino - os IEI's.....205
- Clubins (cartilha).....243
- Projeto "Comunidade e Ação" atinge Clubins.....252
- Educadores trocam experiências em um encontro.....253
- Cidade terá mais dez creches.....254
- Edital da implantação dos Clubins e ampliação das Creches.....255

APRESENTAÇÃO

Nesta tese de doutorado será explorada a relação entre Política e Educação, através de uma análise comparativa das políticas para Educação Infantil presente nas cinco últimas Administrações de Piracicaba - São Paulo (MDB/PMDB - 1977 a 1982; PMDB - 1982 a1983; PMDB 1983 a 1988; PT - 1989 a 1992; PSDB - 1993 a 1995), bem como através da investigação das práticas pedagógicas e administrativas a elas vinculadas.

A análise das políticas educacionais municipais se referir-se-á, especialmente, ao setor da educação infantil (0 a 6 anos) por ter a infância brasileira, nesta faixa etária, atingido um direito constitucional, um estatuto específico e várias outras leis específicas dentro da sociedade contemporânea, a despeito da situação da miséria e exclusão social a que foram relegadas as crianças oriundas das camadas populares, neste mesmo período. Assim sendo, o poder público aparece com o dever de oferecer instrução básica às crianças possibilitando-lhes, desde cedo, desenvolver plenamente suas capacidades.

O município de Piracicaba, desde 1977 instituiu, embora sem a obrigatoriedade legal, o atendimento à educação da criança de 0 a 6 anos através de um Plano Municipal de Educação, que deu origem aos CEPEC's (Centros Polivalentes de Educação e Cultura). Progressivamente, essa função foi sendo assumida pelo município. De lá, até este momento, são 19 anos de políticas públicas na área de Educação Infantil.

A expansão quantitativa do atendimento à criança de 0 a 6 anos, em Piracicaba, pode ser sumariamente comprovada através da ampliação progressiva do número de criança nas creches: em 1982 eram 1100 crianças e em 1995, 2848, com projeção de mais 2000 crianças em 1996 (Agosto) com a construção de 13 centros infantis, em bairros onde ainda não existem creches, mas existem demandas.

Piracicaba (1977 a 1995), trazer à luz a forma pela qual as diversas administrações entendiam a criança no interior do processo educativo.

Sendo assim, a presente pesquisa assume as seguintes linhas de investigação:

1. Analisar de forma sucinta o discurso político das diretrizes administrativas em questão, elucidando a maneira pela qual as mesmas compreendiam as responsabilidades da atuação municipal, assim como a forma pela qual o espaço municipal deveria ser gerido. Compreende tais discursos e práticas específicas da SME para a educação da criança de 0 a 6 ano.
2. Buscar a relação entre os programas educacionais infantis elaborados pelas diversas gestões e a proposta educacional presente em cada período (de 1977 a 1995) correspondente, bem como a existência dessa mesma relação com as supostas ou não mudanças administrativas sofridas pela SME. Destacam-se ainda:

   - Relatar os tipos de atendimentos que a SME formulou para a educação da criança de 0 a 6 anos no Município de Piracicaba.

   - Analisar os reflexos das mudanças ou preocupações com a reformulação da Constituição Federal e a criação do Estatuto da Criança, com o Conselho da Criança e Adolescente no Município de Piracicaba, priorizando os aspectos que envolvem direto ou indiretamente a educação da criança de 0 a 6 anos.
3. Analisar os princípios que fundamentam as práticas participativas do município, bem como propostas de ampliação da participação dos cidadãos no espaço público. No entanto, a compreensão destes processos devem captar as diferentes concepções de participação, ação coletiva e interação entre a sociedade civil e política que as diferentes gestões apresentam.
4. As políticas educacionais adotadas em cada período estavam ligadas à princípios mais amplos da administração. Temos como hipótese, que estas políticas contêm diferenças substanciais de princípios devido as diferentes vinculações político-partidárias dos chefes de governo. Buscaremos verificar,

Entende-se que essa expansão quantitativa, em diferentes épocas históricas, e com conjunturas políticas diferentes, não deixa de apontar para a importância e o "status" político que vem assumindo a educação infantil, no município, como algo irreversível.

Nesse sentido, a pesquisa focaliza a Secretaria Municipal de Educação (SME), setor responsável, desde 1977 até os dias de hoje, pelo atendimento à faixa etária de 0 a 6 anos, buscando obter informações sobre suas finalidades e propostas educacionais, assim como explorar a maneira pela qual estas foram elaboradas e transformadas em políticas pedagógicas, na educação das crianças enfocadas nesta tese. Interessa investigar o conteúdo político dos projetos da Secretaria, nas diferentes gestões. Busca-se captar, também, o que está por trás do discurso político e das práticas padagógicas referentes à SME, relatando as diversas visões de criança, educação e sociedade, presentes nas respectivas administrações. Busca-se analisar nas concepções existentes, nos períodos selecionados, a relação dos discursos e das práticas complementares com as questões da Democracia, da Cidadania e da Participação da população como um todo, e em especial, daqueles que formam a clientela da Secretaria.

Portanto, para que se possa compreender as atuações específicas da SME e, mais especificamente, no setor referente a educação do 0 a 6 anos, necessita-se, embora sucintamente, circunscrever histórica e politicamente as administrações em questão, assim como traçar as diretrizes políticas das referidas gestões.

Busca-se, então, elucidar os princípios políticos que permearam cada administração municipal e especificamente as diretrizes da educação da criança de 0 a 6 anos.

A Democracia, a Participação e a Cidadania constituem-se, portanto, em categorias básicas de nossa análise. Nos discursos e ações do poder público indaga-se sobre a natureza do conteúdo, se democrático ou não.

A pesquisa escolheu o período de 1977 porque, nesta data, ocorreu em Piracicaba uma administração que, a despeito do centralismo do regime

autoritário, (do AI-5, etc.) em plena ditadura do governo Geisel, aproveitou-se das brechas políticas que a conjuntura nacional possibilitou e criou um novo estilo de gestão que passou a fazer parte, junto com Lages - SC e Boa Esperança - ES, de exemplos de processos de democratização da vida local.

A pesquisa se refere a um único Município (Piracicaba) e a sua Secretaria Municipal de Educação - (SME) porque objetivou-se realizar um estudo do Poder Local e neste nos concentramos num campo específico: a política educacional da criança de 0 a 6 anos. Sendo assim, esse estudo não pretende ser apenas um recorte do que ocorreu no país no período final da ditadura militar e da transição democrática. A pesquisa apesar de localizada, aborda um tema amplo, podendo vir a ter várias pesquisas paralelas para uma conclusão mais abrangente, do próprio município de Piracicaba ou de outras cidades brasileiras.

A participação coletiva consciente e autônoma é imprescindível no fortalecimento da cidadania e, consequentemente, da Democracia. Portanto, o espaço escolar, como sinônimo de Educação - Formação, tem a função de informar, passar os conteúdos necessários à atualização pessoal dos conhecimentos produzidos pela Humanidade através dos tempos, da maneira mais significativa para os educandos, para tornarem-se capazes de interpretar originalmente a realidade vivida, promovendo uma melhoria na qualidade de vida de uma dada sociedade.

Considerando as práticas educativas e políticas como manifestações da prática social, pode-se constatar que a política pode abrir perspectivas para a ação educativa, na medida em que, no confronto entre grupos antagônicos, prevaleça aquele que entenda a necessidade da especificidade da Educação e a priorize na distribuição de seu orçamento.

Em resumo, o tema deste trabalho tentará, através de uma análise comparativa dos discursos e das práticas político-administrativas pedagógicas vigentes no sistema de educação da criança de 0 a 6 anos do Município de

no período pesquisado, se eles contêm uma seqüência coerente em termos das práticas da Educação Municipal na área de Educação Infantil. Temos, ainda, uma outra hipótese: devido às mudanças constantes de propostas para a programação infantil, gerando, portanto, a ausência de uma programação contínua, supomos que houve dificuldades, quanto a continuidade da programação pedagógica, para programas de educação infantil nas diversas administrações. Consequentemente, as políticas destinadas aos professores, diretores e funcionários das instituições educacionais também não tiveram processo de continuidade.

5. Sendo a Educação Infantil uma política de responsabilidade do Município e um dos pólos de exercício do poder local, interessa analisar de que maneira ela pode ter gerado formas de participação da população.
6. Analisar se, através das políticas educacionais dos diversos períodos, nas diferentes administrações, ao investir-se na formação dos profissionais (professores, monitores, supervisores, diretores, etc.), houve quadros que extrapolaram as atividades da área, transformando-se em agentes que vieram a participar de outros processos de transformação na sociedade, tais como: a participação em movimentos comunitários, poder legislativo e outros.
7. Analisar a participação dos intelectuais, principalmente os vinculados às Universidades (USP, UNIMEP, UNICAMP, UNESP - São Carlos, Fundação do Ensino de Piracicaba) junto à SME do Município de Piracicaba, na elaboração das políticas educacionais do município.
8. Analisar os fatores básicos que possam clarificar a continuidade do atendimento à criança de 0 a 6 anos da SME, no Município de Piracicaba, enquanto a única política pública local que prosseguiu ao longo das várias administrações.

O material pesquisado foi levantado a partir de leituras e análises dos planos de governo das diferentes administrações bem como documentos, pertencentes a SME, que continham propostas, intenções e declarações desta Secretaria. Foram realizadas algumas entrevistas com participantes das

administrações municipais objetivando esclarecer dúvidas levantadas na leitura dos documentos oficiais. Analisou-se, também, jornais e revistas publicadas pelas Secretarias Municipais, especificamente da Secretaria da Educação, do Jornal de Piracicaba e de O Diário.

A tese, ora apresentada, divide-se em oito capítulos. O primeiro aborda algumas categorias básicas para a análise de nosso objeto de estudo e o segundo delineia a trajetória histórica do atendimento às crianças de 0 a 6 anos no Brasil. Do terceiro ao sétimo trata-se de cinco administrações municipais de Piracicaba, cada uma separadamente, entre 1977 a 1995.

No capítulo oito elaborou-se um quadro comparativo sobre as diferentes gestões enfatizando as diretrizes de governo, os planos e programa e a atuação municipal na área da Educação Infantil.

A tese se concluí com algumas considerações analíticas sobre o desempenho do governo municipal de Piracicaba, no que se refere a política na área da educação infantil. Fez-se também algumas reflexões sobre o papel do Estado, reflexões estas que nos levaram a certas conclusões que foram incorporadas como "aprendizagem sobre as políticas brasileiras".

Para finalizar, agradeço:

Ao João, meu marido, companheiro e amigo, a quem devo as grandes transformações de minha vida.

A minha mãe Nair.

A Nadir e Wanda pelos serviços prestados na pós-graduação.

A Marli pela digitação desta tese.

A Leila, Silvana, Cleusa e Osvladir pela ajuda no material coletado.

Ao Francisco Cerignoni, pela discussão deste objeto de estudo.

Dedico esta tese a Maria da Glória, minha orientadora, que mesmo sem o saber, teve a sensibilidade de compreender vários dos momentos difíceis dessa jornada. Com a devida paciência, acreditou neste trabalho.

CAPÍTULO 1

CAPÍTULO 1

PODER LOCAL COMO FONTE DE DEMOCRACIA E CIDADANIA

Este capítulo buscará delinear as referências teórico-metodológicas desta fase. Optamos por fazer não uma discussão conceptual mas construir a trajetória das questões das políticas públicas no poder local. Para tal, dividiremos o capítulo em quatro ítens. O primeiro se deterá nas questões do poder local próprìamente dito. O segundo tratará dos movimentos sociais enquanto formas de organização e pressão da população, componente do poder local e fonte de referência para as políticas públicas. A terceira buscará ver o espaço local onde se desenvolvem as relações entre a sociedade civil organizada e as políticas públicas, fazendo um recorte. Para isto tratará da cidade (tendo em vista que nosso objeto central de estudo - as políticas para a área de educação infantil se localizam básicamente para a população sediada na área urbana).

O quarto ítem de nosso quadro referencial de análise aborda a problemática dos direitos sociais, dando ênfase aos direitos no setor da educação infantil.

1. O Poder Local: Conceito Ainda Impreciso

Tomando como pressupostos as colocações de Daniel (1988), sobre o poder local temos que "o que se denomina de local remete, no Brasil, à esfera municipal. Na medida em que o lugar do exercício no poder não se resume ao Estado - prefeitura e câmara municipais, no nível local - mas está disseminado em múltiplas instituições sociais, é preciso considerar as diferentes modalidades do poder local e sua relação com o poder político propriamente dito, até chegar à compreensão da virtualidade das crises do Poder local"[1]. Sendo assim a análise

[1] Daniel, C. - Poder Local no Brasil Urbano In: Espaço e Debates, nº 24, p. 26. Revista de Estudos Regionais e Urbanos, Ano VIII, 1988.

do local nos remete ao estudo do poder enquanto relações de forças, por meio das quais se dão as alianças e os confrontos entre os diversos atores sociais, assim como o conceito de espaço delimitado e à formação de identidade e práticas políticas específicas (Fisher, 1993).

No entanto, se o local tem um espaço territorial que não se pode negar, é preciso que se esclareça que o município não se circunscreve a uma mera região espacial. Estamos trabalhando com uma idéia de região onde há um feixe de forças que se articulam e se superpõem, com relações de cooperação ou conflito, em torno de interesses, recursos e valores, em um espaço cujo perfil se dá pela configuração deste conjunto.

Degenne (1986), Villasante (1988), Fisher (1993), conceituam que: "a localização (e o sentido de espacialização física das relações sociais aí implícitas), constitui, então, um limite constrangedor, mas não excludente: a localidade é menos um espaço físico e mais um conjunto de redes estruturadas em torno de interesses identificáveis. A identificação de redes sociais constitutivas da localidade levam a indagações sobre o espaço político local, sobre as pautas de convivência e cooperação, competição e conflito, sobre a memória política local e as formas de exercício do poder. Como objeto de investigação, o local não é, portanto, apenas fisicamente localizado, mas socialmente construído"[2]. Encontramos, portanto três instâncias de poder:- poder econômico; social e político.

1.1. Poder Local: Objetivos e Direções Metodológicas

Década 70

Quando se falava em Poder Local, seus objetivos e direções metodológicas, duas vertentes podem ser destacadasL uma no jplano dos faots da realidade e a segunda no plano das análises. **A primeira** nos anos 70 se dá no

[2] Fisher, T. Poder Local: Um Tema em Análise p. 11; In Poder Local (Governo e Cidadania). Ed. Fundação Getúlio Vargas, RG, 1993.

cenário onde as questões de poder relevam-se nas discussões dos planos diretores que tem como pano de fundo a progressiva degradação e carência de serviços essenciais, principalmente à população mais carente da cidade.

Paulatinamente, muitas aglomerações se expandiram e se diversificaram, formando complexos de setores populacionais especialmente segregados por processos sócio-econômicos. A dependência das populações às condições locais de vida era inversamente proporcional à sua capacidade econômica-cultural. Quanto menor o nível de renda, maior a sua dependência às condições locais e coletivas de vida. Todas as estruturas político-administrativas centralizadoras uniformizavam e generalizavam os padrões de atendimento, pelas pressões e aspirações das classes mais abastadas. Tal procedimento, reforçado pela prática da procura de demandas de quem podia pagar, ampliava as desigualdades inviabilizando os programas de complementação e integração das condições urbanas de vida local. A consequência era uma dupla e sobreposta penalização das classes mais baixas da população (Lamparelli, 1983).

Elas (as camadas populares), que têm maior dependência dos bens e serviços locais, acabam segregadas em áreas urbanas menos favorecidas. Como têm pequena capacidade política reivindicatória e difícil acesso aos distantes poderes locais, vivem o círculo vicioso da pobreza, constantemente submetido às calamidades resultantes do meio ambiente.

No final dos anos 70, após mais de uma década de planejamento centralizado, a sociedade passou a reivindicar a descentralização do atenadimento a nível local. Isto levou às propostas de formas descentralizadas de gestão urbana. Elas (formas descentralizadas) interessavam, em parte, às classes médias proprietárias que desejavam melhorar seu bairro, valorizando seus imóveis. Mas, os verdadeiros interessados e beneficiados pela proximidade do poder local (político: governo, administração e legislativo) eram as classes trabalhadoras e suas famílias, especialmente os segmentos sociais ausentes do mercado de trabalho, a **população infantil**, os da terceira idade e as donas-de-casa. Cidades brasileiras como: Boa Esperança, Lages, Piracicaba e outras desse período foram

importantes por abrirem caminho que permitiriam melhorar as técnicas, que por sua vez irão permitir descobrir outras formas de abordagem.

Os movimentos sociais urbanos do período, ainda frágeis, frequentemente não encontravam interlocutores próximos e frustavam sua luta pela inexistência de canais e de autoridades competentes com quem pudessem manter vínculos e compromissos permanentes.

Configurava-se, como necessidade urgente, a reorganização territorial-político-administrativa - que contemplasse a dimensão espacial da organização social e a interação do Estado com a sociedade civil, que se organizasse na sua base da vida social e política. Piracicaba, foi nesse período uma das cidades brasileiras que se destacou pelas inovações do tipo de uma administração descentralizada, cujos benefícios - prestação de bens e serviços - se voltavam para a maioria dos que estavam excluída dos mesmos, ou seja, os setores mais baixos da população.

A segunda, vertente sobre o poder local nos anos 70, se volta às abordagens teóricas que foram desenvolvidas sobre o mesmo. No Brasil, tivemos a herança da França nos estudos que se polarizavam entre a escola marxista de sociologia urbana e a do funcionalismo institucional (Pacheco, 1990). Esta última vertente, a institucional-funcionalista, teve como objeto central não o local com suas particularidades, mas o sistema de interações que ligam a administração local ao ambiente nacional. O funcionalismo enfatizou então, o sistema de regulações cruzadas e a interdependência do sistema local com o nacional, entendendo a planilficação estratégica como uma fonte de inovação.

Na abordagem marxista, através de uma Teoria do Estado como instrumento de dominação, os teóricos marxistas dos anos 60 e 70 analisavam o local como reflexo do sistema capitalista monopolista. O espaço urbano era concebido como local de lutas de classe ligados à conjuntura de crescimento e exclusão.

Com a crise da abordagem marxista, a consciência social desenvolvida nos bairros da cidade, através da participação local em movimentos

e associações populares de moradia, colocam aquela abordagem (a marxista) em xeque (Villasante, 1991). Os bairros, não sómente por serem residenciais, mas também por agrigarem fábricas, os conflitos (bairro e cidade) se fazeiam mais presentes. Crescia então uam prática social que falava também das relações do pataronato, do caciquismo, das formas como a população se organizava internamente ante os poderes locais, ante a administração pública. Estes fatos foram decisivos para a mudança do eixo de análise nas investigações empíricas sobre a transição política em nosso país.

Década de 80

Nos anos 80, na vertente do desenrolar dos fatos novos acontecimentos políticos-econômico irão deslocar a discussão teórica sobre o Poder Local. A crise do Estado capitalista levara às neoliberais nos países do Primeiro Mundo, implicando na desativação das políticas sociais (particularmente educação e saúde), e na valorização de tudo que diz respeieto ao mercado. Estes fatos se refletirão nos países do Terceiro Mundo, em especial naqueles que estavam passando pela chamada transição à Democracia (como o Brasil) em novas ênfase à questão da descentralização, municipalização, etc.

As mudanças acima assinaladas levaram a reorganização das forças do poder local. Dentre as principais alterações destacam-se as ocorridas nos movimentos e forças sociais aglutinadoras nas associações da sociedade civil que, antes pressionavam o Estado. Agora, anos 80, elas passam a negociar com o Estado. Para tal, criam estruturas organizativas mas amplas, contratam assessorias e formam redes sociais.

Na vertente das explicações teóricas, nos anos 80, temos o estudo da linha de redes sociais e dos conjuntos de ações como a novidade nas análises para ver como se articulavam internamente os movimentos associativos - reinvindicativos, comunitários, etc. - e como se concretizavam, na particularidade de cada bairro, aqueles fatos que construíam a teia da sociabilidade na cidade.

Dédada de 90

Um olhar sobre os anos 90, quanto ao desenrolar dos fatos, nos leva a observar que houve um aprofundamento da crise econômico financeira, aumento do desemprego, da miséria e da faixa da população excluída do mercado de trabalho. O Estado brasileiro torna-se falido.

- O paradigma do Estado jcentral desapareceu. Não só por razões de aparência teórica, mas também por aquelas ligadas àa conjunturas políticas. A **descentralização**, a **municipalidade** se tornam fócos de pesquisa. Essa revolução administrativa iniciada na dédada de 80, transferiu para as autoridades locais, competências tradicionalmente do poder central. Surge então as questões relativas às políticas da competência transformando os municípios em agentes ativos das reformas social e urbana. Essa evolução parece indicar três direções:
- a primeira que analisa o local em termos de organização: reorganização do serviço, qualificação de pessoal, novas formas de organização do trabalho e as relações entre burocratas e poder político local (tendência esta tanto das escolas marxistas quanto funcionalista).
- a segunda se trata das relações entre sociabilidade local e instituições, ou seja, como essas instituições existirão em relação ao poder local. Ficamos, então, na fronteira instituições/sociedade.
- o terceiro, reforçada pela descentralização, fica no campo político-filosófico. É uma corrente que se volta para a sociedade local propondo as seguintes questões: o que significa a legitimação do poder hoje? Em que consiste o funcionamento democrático? Como funciona a representação política? (Gondin, 1990).

Considerando essas três dimensões do Poder Local situado por Gondin nossa tese de Piracicaba enfocará prioritariamente o estudo do segmento representado no poder público municipal através da figura do prefeito.

Entretanto, temos como suposto que o chefe da municipalidade não representa apenas determinados grupos locais, mas ele também formula políticas para o conjunto das outras forças sociais da cidade, como resposta aos problemas e demandas que o município apresnta. Assim, faremos a seguir uma breve respectiva das outras dimensões que compõem o poder local, em especial as emanadas da população através de suas organizações.

No plano da vertente das análises, nos anos 90, além do estudo das relações de reder sociais, as análises, têm buscado os suportes onde estão assentadas estas redes sociais, ou seja, em que contexto político-filosófico se dão, quem as articulam, como operam e são mantidas. Estes temas desembocam no estudo da ONGs - Organizações não-governamentais.

Já no final dos anos 80 apareceram trabalhos dentro de uma linha de análise de políticas públicas interessadas em integrar produção e consumo no estudo dos serviços urbanos. Destaca-se nesses trabalhos as políticas elaboradas em parceria entre a comunidade organizada e setores específicos do poder público. Na área da Educação Infantil, teve-se as políticas articuladas pela ex-LBA (Legião Brasileira de Assistência) onde se buscava integrar o trabalho das mães nas creches domiciliares e outras formas de atendimento precário à população infantil, para atender ou às novas orientações constitucionais ou desregulamentação do Estado.

Mas, em Piracicaba, como veremos ao longo da tese, este tipo de gestão não ocorreu.

2. Breve Olhar Sobre Os Movimentos Sociais Das Décadas de: 70 / 80 e 90

"As vitórias eleitorais da oposição em 1974 e a perspectiva de superação do regime militar e conquista do Estado de Direito recolocaram na ordem do dia o debate da conquista do Poder Local (como ponto de partida para uma profunda democratização do país. Em 1976, alguns municípios de importantes cidades do país (ex.: Lages, Piracicaba, Boa Esperança, etc.),

abriram caminho para uma ação transformadora da própria sociedade brasileira que, de tutelada, passaria de sujeito a agente da história que se começava a escrever. Possibilidade que não era desconhecida dos ideólogos do regime militar, que tentaram conjurar a *ameaça* com sucessivos Atos Institucionais (como o AI5 em 65), a prorrogação de mandatos municipais (em 1980) e a vinculação do voto (em 1982)"[3].

A recuperação e a consolidação efetiva do poder local, no Brasil, só veio a ocorrer após a promulgação da Carta de 1988. Neste sentido podemos dizer que, entre o final da década de 70 e 1988, foi da luta travada pela sociedade civil, para democratizar o Estado e a sociedade política (período este denominado por "transição"), que o poder local ganha as nuances de sua atual faceta.

Os dispositivos colocados aos municípios pela carta de 88, não foram totalmente implementados e portanto seus efeitos ainda não se fizeram sentir. Do ponto de vista de financiamento, ocorreram algumas modificações importantes tais como: a ampliação e diversificação das bases de custeio da seguridade social, que passa a ser um novo conceito associado à universalização e à cidadania, no que diz respeito ao fornecimento de novos direitos sociais. Passou também a ser um atributo específico da Carta de 88 a **descentralização**, ou seja, o aumento de recursos para os Estados e Municípios. Não só do ponto de vista das transferências constitucionais mas, também do ponto de vista de transferências automáticas, específicas para as políticas sociais - como é o caso daquelas voltadas à Educação.

Várias novas contribuições passaram a financiar o conjunto de políticas sociais: foi criada a contribuição (10%) específica sobre o lucro líquido das empresas e sobre o lucro das instituições financeiras (15%); o FINSOCIAL, o PIS/PASEP e a folha de salários foram incorporados como fontes exclusivas da própria seguridade social.

Entretanto, não pudemos medir ainda o quanto deste estado de coisas será capaz de se reproduzir num futuro próximo. Estamos sem dúvida,

[3] Herrmann, J.N. - Do Assalto aos Céus ao Poder Local. In Esquerda 21, Ano 1, nº 1, Set./Out.95, Ed. Instituto Pensar, Salvador, BA

vivendo um período de indefinições políticas que necessitam de bases mais profundas para a tão almejada autonomia municipal, que simultaneamente debilita os atores que devem dar uma definição clara do conteúdo dos novos dispositivos constitucionais. Nunca como hoje, os partidos estiveram tão desarticulados nem o legislativo federal foi tão inoperante nem, o desprestígio da chamada classe política foi tão generalizado. Podemos, portanto, parafrasear a Nenes Leal: "os fundamentos do patrimonialismo autoritário estão perdendo terreno o novo municipalismo da Constituição deverá ocorrer nesse sentido, senão, serão postos em prática novos meios para que os chefes locais se mantenham subordinados aos governos estaduais e federal". Essa é então, a grande discussão que e impõe à sociedade e às forças democráticas em particular, ou seja, a discussão das reformas tributárias e fiscal, o papel e as funções do estado brasileiro, o debate sobre o Poder Local como fonte de democracia e da cidadania. Mas, esse debate deve começar não apenas pelas questões de ordem financeira e/ou formal mas nas formas e meios de exercício da cidadania e da constituição do Poder Local.

Relacionados a essas expectativas aparecem, segundo Soares e Soler, alguns problemas a serem questionados: "O primeiro deles refere-se ao alcance das alianças políticas locais na articulação de novos espaços de hegemonia; um segundo problema se coloca a avaliação do nível de organização exigida para que os movimentos sociais viabilizem uma participação efetiva na definição e controle da políticas públicas locais. Uma outra dimensão remete a discussão aos limites e à possibilidade de se combinarem as formas instituídas com os novos mecanismos de participação direta em várias instâncias do poder".[4]

Para os países avançados do Terceiro Mundo, essas são preocupações recentes. Na década de 70, "os movimentos sociais que reivindicavam os seus direitos e melhorias na qualidade de vida, deixavam como responsabilidade do Estado equacionar as respostas para suas reivindicações. Não

[4] Soares, J.A. e Saler, S. - Poder e Participação Popular, p. 14. Rio Fundo Editora, 1992.

deixava de ser uma certa ingenuidade, quando pensamos que era este mesmo Estado que gerava os problemas sociais. Era mais ou menos como pedir à raposa para tomar conta das galinhas. A mudança que caracteriza a tendência atual é a de que o campo democrático popular que inclui os movimentos populares, sindicais, os parlamentares, os partidos políticos, as ONGs, começa a apresentar propostas, sentar à mesa de negociações, elaborar políticas alternativas àquelas que estão sendo geradas a partir do Estado[5].

Portanto, a necessidade de reforma do Estado, ultrapassa atualmente o agravamento das carências sociais ou dos limites das transições políticas entre regimes autoritários e sistemas democráticos de governo. A questão atual é propiciar uma maior influência da sociedade nas decisões e na fiscalização da administração do próprio sistema representativo. Petrecille, "acentua o significado dos movimentos sociais na criação de uma nova perspectiva de sociedade. Ou seja, independente das demandas por uma melhor distribuição de recursos, o veículo estruturador dessa nova organização de sociedade seria uma relação de poder estabelecida no controle das políticas públicas"[6].

Voltemos um pouco, na história recente dos movimentos sociais dos anos 70/80. Segundo Gohn, estes "sofreram um desgaste das chamadas práticas participativas em diferentes setores da vida social. A decepção cada vez maior da sociedade civil com a política, tanto a praticada pelas elites dirigentes como a praticada pelos partidos políticos, foram perdendo sua capacidade de articular as contrariedades das demandas populares e das camadas médias que foram se transformando em guetos cooperativistas. Essas alterações irão desembocar na perda da capacidade de mobilização e do esforço voluntarista que se observava na sociedade civil dos anos 70. Militantes, assessores e simpatizantes deixam de exercitar a política por meio da atuação nos movimentos sociais, movidos pela paixão, pela ideologia ou por acreditar em algumas causas

[5] Brava, S.C. - Democracia e Poder Local, In Polis nº 14, p. 6, 1994.
[6] Petreicelle, E. - Crise Hegemonique et restrutaration de Etat - La grauche et la descentralizacion en France, Paris, 1985.

e valores gerais. A profissionalização ou liberação (estar a serviço do movimento) produziu efeitos contraditórios. Ela criou uma camada de dirigentes que cada vez mais se distanciou das bases dos movimentos, se aproximou das ONGs (Organizações não governamentais) e se ocupou em elaborar pautas e agendas de encontros e seminários, além da participação nas eleições para Presidente da República[7]".

Resumindo, nos anos 70 até meados de 80, os movimentos sociais e populares que existiam na sociedade, reforçados pelos movimentos progressistas se constituíam em uma força popular cujos objetivos era mostrar a população principalmente as das classes trabalhadoras e de baixa renda que o Estado era o inimigo maior e era sobre ele que os esforços e luta deveriam se voltar. O sentimento de hostilidade em relação ao Estado misturava-se ao desejo de derrotar as forças conservadoras, reacendendo também as possibilidades de influir na realização de mudanças sociais mais profundas.

Ao longo dos anos 80, porém com a transição democrática os movimentos passaram a ser "interlocutores privilegiados com o Estado"[8]. Isto porque: primeiro houve uma cooptação pelo Estado das lideranças dos movimentos populares de base modificando na sua essência as práticas participativas e; segundo houve um crescimento do associativismo institucional nas entidades e órgãos públicos que absorve a força de trabalho do setor produtivo privado; e terceiro, o aparecimento de centrais sindicais como aqui a força sindical e de entidades aglutinadoras dos movimento sociais populares - as ONGs.

Nos anos 90, temos o surgimento de movimentos sociais novos que vão se centralizar em questões no campo da ética, da moral, da revalorização da vida e dos direitos sociais. Fazem parte de suas discussões as questões como a violência, a corrupção, as várias formas de corporativismo, de clientelismo, etc.

---

[7] Gohn, M.G. Movimentos, ONGs e Lutas Sociais no Brasil dos anos 90. XIX Encontro Anual da Anpocs (GT cidadania, Conflitos e Transformações Urbanas) Caxambu, 1995. Essa citação é longa, porém fundamental. Há uma clareza de posições que se truncada por outras interpretações perderia talvez o seu valor.

[8] idem ibidem, p. 17.

Outras tendências se fortalecem no país nos anos 90 tais como: O crescimento das **ONGs** (Organização não Governamentais) e as **políticas** de parcerias implementadas pelo poder público particularmente ao nível do poder local. Para Gohn, essas "novas tendências são faces complementares das novas ênfases das políticas sociais contemporâneas, particularmente nos países industrializados do Terceiro Mundo. Tratam-se das novas orientações voltadas para a desregulamentação do Papel do Estado na economia, e na sociedade como um todo, transferindo responsabilidades do Estado para as "comunidades" organizadas, com a intermediação das ONGs, em trabalhos de parceria entre o público estatal e o público não estatal e, as vezes, com a iniciativa privada também. Desta interação surgem experiências de trabalho cooperativo, dando origem ao terceiro setor da economia, no âmbito informal"[9].

3. A Cidade: Espaço da Democracia e Políticas Públicas

Comecemos a entender que: as cidades são a manifestação principal e simbólica do modo de um povo viver, de suas contradições e potencialidades. mas, se é verdade que a população urbanizada tende a ser majoritária, é preciso considerar também que uma parte desta população, mesmo sendo urbanizada, não tem direitos de cidadania e que o agravamento dos desequilíbrios causados por políticas públicas que não atendem as necessidades da população acabam por danificar a sociedade no seu todo no caminho para a democracia.

Segundo Herrmann Neto é que: "a dissimilitude entre as administrações públicas é que umas se submetem aos interesses coletivos e das maiorias contra aquelas outras que reproduzem no município os privilégios estabelecidos, se deixando tutelar pela estrutura desigual e injusta vigente na nossa sociedade reproduzindo no seu local de atuação a mesma linguagem de opressão do poder central. As primeiras se multiplicaram às centenas neste processo de redemocratização da vida brasileira. Mas nem por isso modificaram

[9] idem, ibidem, p. 18.

sensivelmente a pérfida desigualdade social"[10]. É esse processo que toda sociedade deveria se questionar, ou seja, porque não se consegue implantar uma democracia socialmente justa no país? Aí é que se pode começar com as questões da Cidadania e Poder Local.

A cidade é a possibilidade de construir uma democracia participativa, com o consenso de todos na gestão dos problemas coletivos e do fortalecimento das identidades sociais integrantes ... A política como gestão pública que se pode aplicar a nível local não deve ser exercida a níveis altos. Há que se lutar por uma política que estabeleça regras que garantam grandes equilíbrios e trocas justas. O Estado é importante na medida em que possa garantir as políticas de coesão social e de salvaguarda dos direitos, e a liberdade de todos os cidadãos. Além disso, há também uma dimensão política: o governo das cidades e a participação cívica.

Segundo a **Carta de Bolonha,** "Todos os homens e mulheres que vivem nas cidades são e devem ser iguais nos direitos políticos e sociais. Não existe **cidadania** sem igualdade jurídica, qualquer que seja a origem nacional ou étnica. Por este motivo, proclamamos o direito de todos os cidadãos a participar da vida política local. A **cidadania** não é possível quando subsistem exclusões e guetos, se não se aceitam as diferenças e as identidades de cada grupo. Não existe **cidadania** se a cidade, como conjunto dos serviços básicos, não chega a todos os seus habitantes e não é oferecida a todos uma esperança de trabalho, de progresso e participação. A **cidade** deve ser um espaço de fraternidade"[11] mas pode também ser um átrio de explosão dos trabalhadores, intelectuais, empresários, liberais, religiosos que introduzem a cada instante as suas reivindicações. Estas são as verdadeiras forças sociais. Da forma como elas se manifestam, se agrupam, se ordenam e influenciam se tem a resultante que origina o comportamento determinante da cidade.

---

[10] Herrmann, J. N. - Do Assalto aos Céus ao Poder Local. In Esquerda 21, ano 1, p. 75, Set./Out. 95. Ed. Instituto Pensar, Salvador, BA

[11] Carta de Bolonha, p. 3, 1ª Conferência Mundial dos Prefeitos da Internacional Socialista em Bolonha. 1995.

Poder Local é isto, "a resultante de todas as forças sociais que se manifestam no município de qualquer origem e natureza. Governo e oposição são componentes. Também Judiciário e Sindicatos, Legislativo e Associação de Moradores; Igrejas e minorias; Rotary, Lions, Maçonarias e camelôs; Universidades e Creches de bairro; Partidos Políticos e Ufólogos; Socialites e Sem-teto; Mauricinhos e meninos de rua; Favela e Condomínio; a vida digna e indigna. Cada manifestação da vontade é uma expressão social que com suas forças vetoriais resultam na conduta geral da sociedade. É esse o entendimento que se deva ter do Poder Local e suas organizações"[12].

Sem essa compreensão pode-se recair nos governos que através de suas políticas públicas desrespeitam a população; ou que embora bem intencionados em suas propostas não promovem uma verdadeira mudança na qualidade das relações dos Poderes com a população; ou tutelam a sociedade civil e suas organizações. A luta social organizada, mas tutelada, perde toda a sua autenticidade. Essa tutela (ou tentativa de) das organizações e da participação popular reproduz (com sinal invertido) as relações de poder exercidas pelas oligarquias dominantes.

Portanto, pensando as cidades como lugar privilegiados da renovação democrática é preciso:

- que a chamada crise das instituições representativas e das organizações burocráticas possam ser superadas através das múltiplas possibilidades de relações diretas entre eleitores e eleitos, através do acesso mais fácil à administração pública, da consulta imediata e da cooperação público-privada e de autogestão social que podem existir na cidade.
- defender a multiplicidade máximas das formas de comunicação no interior das cidades, desde as mais tradicionais como os centro cívicos e culturais de bairro, até as mais modernas como as rádios e as televisões locais e urbanas. É preciso socializar as novas tecnologias da comunicação à serviço da participação cívica para existirem cidadãos ativos e responsáveis porque se

[12] Herrmann, J.N. - Do Assalto aos Céus ao Poder Local. In Esquerda 21, p. 76, Ano 1, nº 1, Set/Out. 95. Ed. Instituto Pensar, Salvador, BA

estes não são informados não terão possibilidades reais de receber as mensagens dos sujeitos públicos e privados que tomam decisões com relação à cidade.

- que o governo local, eleito e representativo, favoreça a gestão coletiva da cidade mas não pode monopolizar. Todos os contextos da vida urbana devem ter oportunidades de cooperação público-privada e participação social. Não pode existir promoção econômica, proteção do ambiente, segurança dos cidadãos, solidariedade social e tolerância cultural sem a cooperação público-privada. Nem o monopólio público por parte da administração, nem o mercado exclusivo e excludente, resolverão sozinhos os desafios da cidade atual. A cooperação político-privada pode se realizar no interior de um projeto global de cidade, projeto, este de caráter estratégico, que supere os limites dos projetos tradicionais e a desregulamentação neo-liberal.
- coordenar as diversas administrações e empresas públicas para que se torne possível aplicar políticas integradas e não setoriais no interior da cidade.
- assumir competências e funções em contextos tradicionalmente não locais, mas hoje, fundamentais como o incentivo econômico e o emprego, a justiça, a segurança e a presença internacional.
- é preciso exigir do Estado transferências necessárias de competências legais e meios financeiros para poder exercer as funções sociais nos setores como a saúde, a educação, o meio-ambiente, a luta contra a pobreza, a habitação e os transportes públicos (condição para o acesso ao trabalho).
- que haja o reconhecimento do princípio de autonomia financeira como elemento essencial de autonomia local.
- dispor os municípios de infra-estrutura de comunicação (sobretudo áreas logísticas baseadas na telecomunicações) e devem desenvolver sistemas centralizados articulados com outras cidades, mas também integrados a cidade no seu todo. Assim, não haverá contradição insuperável entre competição e integração social, entre crescimento e qualidade de vida.

- promover o crescimento econômico, intercalar recursos entre a economia formal e informal e criar possibilidades de trabalho. Os serviços de bairro, a ecologia da cidade e a manutenção das infra-estruturas e dos serviços podem ser, ao lado da política mais tradicional das obras e serviços públicos, importantes oportunidades de trabalho.
- o acesso à educação e cultura da cidade, a formação contínua dos cidadãos, dos serviços sanitários acessíveis, dos serviços coletivos como a água, o esgoto e o tratamento ecológico do lixo urbano. Tudo porque o exercício destes direitos condiciona a qualidade da habitação, as possibilidades de trabalho e a dignidade da vida familiar.
- combater a pobreza, multiplicar os projetos de solidariedade entre todos os seus habitantes. Contra a insegurança, a criminalidade são necessárias políticas de integração socio-cultural e de garantia da diversidade como programas de **prevenção**. A **política preventiva**, ao mesmo tempo, é a melhor política da segurança, mas sua eficácia depende não somente da ação pública mas também da responsabilidade individual e coletiva de todos os cidadãos.
- que as relações hierárquicas, quando não justificadas por critérios de funcionalidade e igualdade, devem ser substituídas paulatinamente por relações contratuais que garantam uma coordenação eficaz entre os administradores públicos e permitam ao poder local de exercitar uma função de coordenação do setor público e de participação da sociedade civil.
- que as organizações populares sejam autônomas e independentes. Não se pode pretendê-la apêndice de partido político ou por ele ou qualquer outro instrumento tutelada.
- para que a associação não se transforme em corrente de transmissão de um determinado pensamento político, é fundamental a pluralidade ideológica.
- que os governos sejam a expressão da vontade popular organizada, respeitadas radicalmente todas manifestações democraticamente existentes na sociedade.[13]

[13] Esses tópicos alguns deles foram retirados:- Esquerda 21, ano 1, n 1, Set./Out. 95 - artigo p. 75 - Herrmann J.N. - Documento da Conferência Mundial dos Prefeitos da Internacional Socialista em Bolonha - Outubro de 1995.

Finalmente, vale dizer que a luta pelas liberdades é a essência da democracia. O respeito dos partidos e dos dirigentes à organização de um povo e a sua consciência é a essência da cidadania. O entendimento de que no Município através da Organização do Poder Local se exerce a plena cidadania é um bom caminho para a Democracia.

4. A Era Dos Direitos

4.1. O ESTADO DE DIREITO

Segundo Bobbio, "a Declaração Universal representa a consciência histórica que a humanidade tem dos próprios valores fundamentais na 2ª metade do séc. XX. É uma síntese do passado e uma inspiração para o futuro: mas suas tábuas não foram gravadas de uma vez para sempre".[14]

A questão do direito à participação da sociedade civil se torna mais necessária e evidente à medida em que o poder econômico se torna cada vez mais determinante das decisões políticas e cada vez mais decisivo nas escolhas que condicionam a vida de cada homem. O campo dos direitos sociais está em contínuo movimento: assim como as demandas de proteção social nasceram com a revolução industrial, é provável que o rápido desenvolvimento traga consigo novas demandas, que hoje não somos capazes nem de pensar.

Vejamos a exemplo, a **Declaração dos Direitos da Criança**, adotada pela Assembléia Geral em 20 de novembro de 1959 que surge como uma especificidade da Declaração dos Direitos Universais do Homem. Se se diz que a criança, por causa de sua imaturidade física e intelectual, necessita de uma proteção particular e de cuidados especiais, deixa-se, no dizer de Bobbio, "que os direitos da criança sejam consideradas como um *ins singula* com relação a um *ins commune*. O destaque que se dá a essa especificidade, através do novo

[14] Bobbio, N. - A Era dos Direitos, p. 34. Ed. Campus, RJ 1992.

documento, deriva de um processo de especificação do genérico, no qual se realiza o respeito à procura *suum cuique tribuere*".[15]

No Estado de Direito, os indivíduos devem ter não só os direitos privados, individuais garantidos mas também os direitos públicos. O Estado de Direito é o que se costuma chamar de Estado dos cidadãos recaindo sobre o mesmo, o dever de garantir uma proteção efetiva à população quanto aos seus direitos sociais. Os direitos sociais, como se sabe, são mais difíceis de proteger do que os direitos de liberdade porque esses últimos não necessitam da garantia do Estado, enquanto que os direitos sociais exigem uma intervenção do Estado para sua efetivação.

Na atribuição dos direitos sociais, não se pode deixar de levar em conta as diferenças específicas que são relevantes para diferenciar um indivíduo do outro, ou melhor, um grupo de indivíduos do outro grupo. A realidade de onde nascem as exigências desses direitos é constituída pelas lutas e pelos movimentos que lhes dão vida e as alimentam: lutas e movimentos cujas razões, se se quiser compreendê-las, devem ser buscadas não mais na hipótese do estado de natureza, mas na realidade social de cada momento vivido, nas suas contradições, nas mudanças que tais contradições foram produzindo em cada oportunidade concreta.

As exigências de direitos sociais segundo Bobbio se torna, em número cada vez maior quanto mais rápida e profunda se dão as transformações da sociedade. As exigências que se concretizam na demanda de uma intervenção pública e de uma prestação de serviços sociais por parte do Estado só podem ser satisfeitas num determinado nível de desenvolvimento econômico e tecnológico; e que, com relação a própria teoria, são precisamente certas transformações sociais e certas inovações técnicas, que fazem surgir novas exigências, imprevisíveis e inexeqüíveis antes que essas transformações e inovações tenham ocorrido. Portanto esse tipo de direitos sociais surgem mais de uma socialidade

[15] Idem, ibidem, p. 35.

do que uma naturalidade de direitos. A exemplo deste podemos citar: o direito a instrução.

Não existe atualmente nenhuma carta de direitos que não reconheça o direito à instrução crescente, de sociedade para sociedade. Embora, esse direito seja reconhecido e legitimado pela Constituição, não garante o acesso a todos que dela tem direito. Há ainda uma enorme defasagem entre a amplitude do debate teórico sobre os direitos a instrução e os limites dentro dos quais se processa a efetiva proteção da mesma. Essa defasagem, acredita-se, só pode ser superada pelas forças políticas e por demandas da sociedade.

4.2. EDUCAÇÃO INFANTIL: A CONQUISTA A UM DIREITO CONSTITUCIONAL

IV. "Atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a 6 anos de idade" **(Artigo 208. Inciso IV - Infância).**

8. "A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações" **(Artigo 226 - Inciso 8 - Família).**

"É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direitoà vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e a opressão".**(Artigo 227 - Família)**

Tudo isto está escrito na Constituição da República Federativa do Brasil, aprovada pela Assembléia Constituinte de 1988.

Entretanto, a realidade brasileira no que tange ao atendimento às crianças da faixa etária da educação infantil (0 a 6 anos) é muito diferente. Vejamos alguns depoimentos:

"O meu filho fica entregue a uma pessoa a quem pago. É uma senhora lá do meu bairro que recebe em sua casa várias crianças que não tem com quem ficar. Não temos nenhuma creche na redondeza"

"Quando saio de casa ainda ela fica a dormir. Ainda, é escuro. Quando acorda, minha vizinha dá o leite e a comida. Depois ela fica no quintal brincando até eu chegar..."

"Todos os dias, faça sol ou chuva, saio de casa de madrugada com meu filho no colo para ir entregar à minha sogra que vive na outra ponta da cidade. Sim ... temos uma creche no bairro, mas não há vagas nem para este ano, nem para o que vem ..."

"Sou bóia-fria. De manhã é uma vizinha que vai olhando eles para mim. À tarde, é a irmã, minha filha mais velha que anda na escola que toma conta dos irmãos".

"Aqui tínhamos uma espécie de creche. Era uma sala pequena, sem muito ar, abafada, onde as crianças se amontoavam..."

Creches!!! Grande Ausência! Silêncio das Autoridades!

Uma necessidade pungente... Um problema do dia-a-dia para o qual é preciso cada vez aumentar seu número para que as crianças brasileiras possam ser efetivamente assistidas nos seus direitos de cidadãos.

É neste contexto que se costuma dizer que as políticas públicas no Brasil são em geral perversas, pois não alteram o quadro das desigualdades sociais.

Estas políticas assumem um caráter excludente e compensatório, quando voltadas aos segmentos da população já castigados pela pobreza.

Para reverter este quadro, há a necessidade de se buscar:

- um novo reordenamento político-institucional, tal qual a Carta Constitucional Brasileira;
- a democratização das políticas públicas;
- usadia e competência na formulação e gestão dessas políticas.

CAPÍTULO 2

CAPÍTULO 2

1. BREVE HISTÓRICO SOBRE CRECHES NO BRASIL

1.1. A Nível de Programas e Órgão de Atendimento - Estado

Considerando que já existem vários estudos, teses e livros sobre o tema a ser abordado neste capítulo, faremos apenas uma síntese dos estudos já existentes. Entretanto, esta síntese é fundamental para esta tese dado nosso objetivo de estudo.

Segundo informação da literatura, registra-se no Brasil Colônia (sec. XVI e XVII) que os primeiros trabalhos desenvolvidos com as crianças foram pelos jesuítas: a catequese na chamada casa dos Muchados, local para os chamados órfãos da terra. Ensinavam a ler, escrever e aprender os bons costumes.

Já no sec. XVIII, vamos encontrar o sistema "Roda dos Expostos"., que se constituem na principal política do século em relação as crianças enjeitadas em todo período colonial, imperial até o período republicano. As crianças que aí entravam, se tornavam propriedade da instituição para aí serem "cuidadas" e "tratadas" . Essas instituições eram criadas e mantidas pelas irmandades religiosas e pelas Santas Casas de Misericórdia.

No Brasil República (virada do sec. XIX), existiram momentos importantes em relação à política de atenção à criança no que diz respeito a uma política desenvolvida pela sociedade civil e pelo Governo Federal. Nesse período a questão da infância no Brasil passou a ser entendida como problema social grave e era estudada no bojo dos problemas sociais gerados por alguns aspectos como a abolição dos escravos, imigração da mão-de-obra européia, nas crônicas de jornais e em estudos que mostravam e denunciavam a presença de um contingente significativo de crianças nas ruas.

A legislação e o código Penal de 1981 continham regras de imputabilidade penal de acordo com várias faixas etárias. Para Santos "esses atos

e fatos demonstravam por si mesmos a preocupação da sociedade, de um lado, com a criança chamada desamparada - por pena, por dó -, na tentativa de protegê-la; e de outro, com o chamado delinqüente - por medo, pela ameaça, pelo perigo que ele representava. Em ambas perspectivas, a finalidade era o controle social. Na primeira década deste século, constata-se que as entidades de assistência, patrocinada pela iniciativa privada, vão forçando o próprio poder público a tomar algumas medidas relacionada à proteção da infância desamparada, como por exemplo, a criação do Instituto João Pinheiro, em 1901, que parece ser o primeiro micro-sistema de política oficial (Minas Gerais), basicamente destinado ao menor".[16]

Desde 1907, a questão do trabalho infantil e da mulher já era pauta dos sindicatos que denunciavam a exploração da mão-de-obra infantil ... A pressão advinda de entidades de assistência, dos sindicatos, foram levando o Estado a produzir uma proposta política para a infância pobre, de cunho e da alçada jurídica, através de políticas públicas específicas, como por exemplo: A lei Orçamentaria 4.242 que autoriza o serviço de assistência e proteção à infância abandonada e aos delinqüentes regulamentada em 20.11.1923. Nesse mesmo ano foi criado o primeiro Juízo de Menores (Código Mello Mato).

Um conjunto de instituições eram nessa época apoiada pelo poder judiciário: O Abrigo de Menores, A Casa Materna Mello Matos, A Escola de Reforma João Luiz Alves, a Casa das Mãezinhas (este último apresentava além de enfoque jurídico, havia também o médico). Mais tarde o judiciário passa a ter a Vara da Família cuja função é a de solucionar os conflitos relacionados à criança "normal", e o Juizado de Menores que atendia à infância pobre (abandonados, delinqüentes, etc.).

Nessa trajetória, do momento em que a sociedade toma consciência tanto da noção da infância pobre e da especificidade da infância menorizada é que se sente que essas concepções têm um peso forte na definição de políticas para a criança e adolescente. Dentro do Aparelho do Estado geram-se 2 tipos de

[16] Santos, B. R. - Breve Olhar sobre as Políticas Públicas para a Infância. In revista Fórum DCA., nº 1, p. 11, 1º semestere de 1993.

política: uma para o menor e outra para a chamada criança e adolescente. Essa tendência (Santos-1993), vai se refletir até os dias atuais, nas lutas concretas em favor das crianças e adolescentes.

Nas décadas de 30 e 40 foi constituído uma série de instituições de atendimento à criança que podem ser consideradas como matrizes dos tempos atuais. A exemplo vamos encontrar, em 1938, a Casa do Pequeno Jornaleiro; em 1940, o Serviço de Atendimento ao Menor (SAM); em 1942, a Legião Brasileira de Assistência (LBA); em 1946, foi instituída a Lei Orgânica do Ensino Público, com extensão ao ensino das camadas populares. Foi também criado o Departamento Nacional da Criança.

Pode-se notar que essas múltiplas ações vinham expressar claramente que a criança pobre já havia adquirido o "status" de problema social do Estado. Em 1950, instala-se no Brasil o Fundo das Nações Unidas para Infância no Brasil (UNICEF), que de início desenvolvia seus trabalhos junto a Aliança para o Progresso e nos dias atuais, com as ONGs.

Mas, as creches propriamente ditas, surgiram no Brasil, no início do sec. XX com a estruturação do capitalismo, da crescente urbanização e da reprodução da força de trabalho.

1.2. A Nível de seus Aspectos Políticos-Pedagógicos

A primeira idéia sobre creche e que prevaleceu durante muito tempo era o de combate à pobreza e à mortalidade infantil.

Nesse 1° momento, mesmo entendendo que o objetivo explícito da creche fosse atender os filhos da classe trabalhadora e das famílias pobres ela não tinha, a preocupação de liberar a mulher para o trabalho mas de responsabilizar, a mulher, pelos cuidados apropriados ao marido e filhos. À creche cabia, então a função além de guardar a criança, orientar as mães nos cuidados apropriados à criança de forma a evitar os perigos que levassem a vagabundagem e a marginalidade.

Segundo Haddad "também não é casual a literatura apontar a presença de grupos femininos compondo as associações ou organizações sociais religiosas ou filantrópicas que criavam as creches. Considerando o acentuado interesse na maternidade e ideais de conduta familiar, as mulheres de classes mais abastadas encontraram nas creches um espaço legítimo para estender seu papel fora do lar e instruir as mulheres das camadas populares a serem boas donas de casa e cuidarem adequadamente de seus filhos. Convictos de que o cuidado materno era o melhor para a criança e que o cuidado em grupo era certamente um substituto inadequado, os provedores sempre atuavam na **promoção da ideologia da família**"[17].

Portanto, essa fase inicial das creches parece estar inserida num contexto caracterizado pelo prevalecimento da iniciativa privada, de caráter estritamente filantrópico-assistencial, ocupando o lugar da falta econômica e moral da família. Atendia as necessidades das mulheres viúvas ou abandonadas, que tinham de trabalhar por não terem outra alternativa, ou atender filhos de mulheres julgadas mães incompetentes. **A creche, não legitimava a condição de mulher trabalhadora, devendo evitar e prevenir a desorganização familiar**, estabelecendo com elas um vínculo de favor e salientando sua incompetência em arcar com a responsabilidade junto aos seus filhos.

Como se pode notar, as creches desde sua origem vem atuando num campo que não era legítimo, de forma paliativa, não se configurando como instituição permanente, que necessita de recursos próprios para sobreviver. Aí, seu caráter emergencial, assistencial, de má qualidade no atendimento, nos quadros profissionais deficitários, sem formação específica (a grande maioria constituída por voluntários), ausência de legislação específica e normas básicas de funcionamento. Se se pensar, que essas características faziam parte do sec. XIX, pode-se dizer com certeza que algumas delas prevalecem no Brasil de hoje, observando-se uma grande improvisação no que se refere à implantação dos programas e propostas educativas para as crianças de 0 a 6 anos. Encontramos

[17] Haddad, Lenira. A creche em busca de identidade. Coleção Realidade Educacional. 9 p. 25. Ed. Loyola, 1991.

ainda creches instaladas em quintais, garage, superlotadas, em condições de perigo ou mesmo foco de contaminação. Podemos citar como exemplo disso os parques infantis municipais da cidade de Osasco, em 1982.

Haddad nos revela que "enquanto a creche esteve vinculada a idéia da falta da família, seguiu modelos de funcionamento de acordo com os padrões de família e de maternidade que foram sendo propostos pelas diversas profissões que se desenvolviam: serviço social, medicina higienista (combate à mortalidade infantil), psiquiatria, psicologia (que enfatiza a relação central entre mãe e filho) pedagogia, entre outras. Assim, sua prática institucional foi ganhando novos contornos com a absorção de especialistas que traziam para as creches "receitas" para as novas falhas detectadas. Além da moral, econômica e higiênica já conhecidas, as descobertas sobre as carências afetivas, nutricionais, culturais e cognitivas das crianças favoreceram a introdução de sucessivas mudanças no funcionamento das creches, alterando-se o quadro de pessoal, as regras de limpeza, a distribuição dos espaços, a organização dos jogos, a configuração dos grupos etários, a relação com as crianças e os programas destinados às famílias".[18]

Na **década de 60**, vamos observar uma preocupação mais política, uma preocupação mais com o futuro homem do amanhã. Os discursos pedagógicos passam a ser baseados nas teorias de privação cultural. A creche passa ser um local de compensação para as deficiências bio-psico-culturais apresentadas pela criança durante o seu desenvolvimento. Todo seu projeto volta-se para a educação compensatória.

Na **década de 70** é que as **creches** eclodem juntamente com outros movimentos sociais urbano se valendo de importância fundamental dada a mulher trabalhadora que lutava pelo direito de um local que atendesse seus filhos

"O rápido processo de acumulação de capital, ocorrido no início da década de 70, seguido por uma crescente pauperização de amplas camadas da população acentuaram a necessidade de as mulheres, principalmente as da classe

[18] idem, ibidem, p. 26.

trabalhadora, se engajarem no processo produtivo para compensar a perda do poder aquisitivo do salário do chefe da família".[19]

Portanto, "antes mesmo dos educadores participarem dessa luta, o movimento feminista e o movimento sindical (anos 70), ao lado da luta contra a ditadura militar, já reivindicavam creches. Num 1° momento, ainda sem muita clareza sobre os direitos de as crianças pequenas serem educadas também fora da família - bandeira essa levantada nos anos 80, as creches eram reivindicadas no bojo dos direitos da mulher trabalhadora. Não se sabia que esse enfoque na mãe legitimava o caráter assistencialista das instituições para seus filhos, o que fazia as creches filantrópicas e as poucas iniciativas públicas para as crianças pequenas estarem nas secretarias da Promoção Social ou da Assistência Social. As pré-escolas públicas, geralmente poucas também alocadas nas Secretarias de Educação, e cada vez mais voltadas para a alfabetização e para o modelo escolar, distinguiam-se as creches que eram voltadas para a criança (e não para sua mães), porém viam-na como um aluno".[20]

No **fim dos anos 70**, a preocupação com creches e pré-escolas revelou pelo menos três características básicas, segundo **Rosemberg e Campos** (1980):

- ser um assunto que requer uma abordagem multidisciplinar aplicada, isto é, a creche precisa ser vista de vários pontos de vista: da educação, saúde, trabalho da mulher, legal, psicológico e mesmo político como reivindicação popular como é. Mas, ao mesmo tempo essa abordagem múltipla visa algo concreto, que é o funcionamento da própria creche e de um sistema público de apoio às creches.
- ser um problema atual, mais ou menos virgem de pesquisas de trabalhos nacionais, a não ser aqueles com visão muito setorial e mais de cunho regulamentar, como as publicações da COBES (Coordenadoria de Bem Estar

[19] Neptune, J. B. CEPEC - A Escola Cidadã. Tese Mestrado. Faculdade de Educação da UNICAMP, 1989

[20] Faria, A.L.G. - Direito a Infância, Mario de Andrade e os Parques Infantis para as crianças de família operária na cidade de São Paulo (1935-1938), p. 3. Faculdade de Educação da USP, 1933, SP.

Social), do Ministério da Saúde; do Trabalho; da ex-LBA (Legião Brasileira de Assistência).

- a creche passou a ser um tema capaz de aglutinar mulheres de várias classes sociais, em especial as de classe popular com tal força, e aparecem de forma tão clara, destacada, unânime, independentemente de local ou grupo, que seria impossível atribuí-la somente a manipulação política ou a sugestões de grupos feministas de classe média. A própria classe média progressivamente passou a ter necessidade da creche. Esta necessidade tem se tornado cada vez maior, fato constatado não só por movimento de certas categorias profissionais como também pela procura das creches particulares.

Nos anos 80, a Constituinte (1988) foi um marco decisivo na afirmação dos Direitos da Criança, neles incluindo o da educação em creche e pré-escolas. A sociedade civil principalmente através de organismos não-governamentais (ONGs) e certos setores governamentais, ao se mobilizarem pelos direitos da criança, eles geraram um momento que expressava o estágio de consciência social alcançado sobre a criança como indivíduo e membro da sociedade. Expressaram, também, que os direitos da criança à Educação Infantil tem a contrapartida do dever do Estado, para assegurar seu cumprimento.

É nesse sentido que se faz cada vez mais urgente a formulação de uma Política Nacional de Educação Infantil. Por isso, as experiências que existem no país como as de Piracicaba, são de fundamental importância no aprofundamento de novos instrumentos de ação para o atendimento à criança de 0 a 6 anos.

Conhecemos ainda muito pouco a respeito da situação e da qualidade de atendimento à essa faixa etária no país. Todo atendimento ora prestado, seja a nível municipal, estadual, certamente que ampliará cada vez mais o universo de informações, estendendo a possibilidade de investigação à população potencialmente demandatária do serviço.

Na política da Educação Infantil do Ministério da Educação e de Desporto, "a formulação das diretrizes gerais está baseada na Constituição

Federal de 1988 e nos trabalhos que se seguiram no âmbito legislativo, com a elaboração e aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, na elaboração e nos debates do Projeto de Lei e Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Nacional e os Centros de Defesa dos Direitos da Infância criado pelas ONGs. Esses dispositivos legais instituem o dever do Estado em assegurar a educação da criança a partir de seu nascimento, complementando o papel e as ações da família nessa função".[21]

O Estatuto da Criança e do Adolescente veio para mudar a chamada Política Nacional de Bem-Estar do Menor. Ele estabelece como diretrizes: a articulação das políticas básicas e das políticas assistenciais e a execução de programas e serviços de proteção especial. Para a Educação Infantil temos: os conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Fundo de Recursos Financeiros.

Mendez alerta, para a chamada política de garantias de direitos e para a política de proteção especial. Primeiro porque acredita que já existam garantias políticas e jurídicas de direitos conquistados e segundo porque defender uma política de proteção especial é no mínimo justificar a manutenção das instituições oficiais existentes como a velha Política Nacional de Bem Estar do Menor - PNBEM.[22]

O que a situação atual exige é a implementação das políticas sociais básicas. Para tanto há que se enfrentar as disparidades econômicas e a miséria da população, há que se pensar num reordenamento institucional ousado, adequado à política para a Infância e Adolescência elaborada democraticamente através dos Conselhos de Direitos.

Para Oliveira Neto "é preciso compreender bem estas instâncias institucionais, esses Conselhos. São espaços de confronto de regularização, de controle e avaliação da implantação de políticas. São espaços onde vários atores devem discutir, onde a briga objetiva é necessária, porque não há democracia sem

[21] Política da Educação Infantil do Ministério da Educação e do Desporto, p. 9, 1993. Documento.
[22] Mendez, Emílio G. - Legislação de "Menores" na América Latina: uma doutrina em situação irregular In: Revista Fórum DCA; p. 12. 1º semestre de 1993.

confronto... Na hora em que houver recursos, esses Conselhos não poderão atuar como um espaço em que a sociedade civil vai discutir seus projetinhos, isto é, "o projeto da minha entidade, da minha faixa etária". Se faltar uma visão de médio e longo prazos, se faltar uma capacidade de transformar essas instâncias, em órgãos de planejamento e, ao mesmo tempo, de controle da execução planejamento, esses Conselhos tendem ao fracasso".[23]

Portanto, tanto Mendez como Oliveira nos remetem a questão fundamental de se investir na formação de quadros (políticos, técnicos), da necessidade da participação dos movimentos sociais e do poder local para se conseguir influenciar na formulação das políticas públicas.

1.3. Objetivos Da Política De Educação Infantil

Fica estabelecido pelo Ministério da Educação e do Desporto os seguintes objetivos imediatos:

a) expandir a oferta de vagas para a criança de 0 a 6 anos;
b) fortalecer, nas instâncias competente, a concepção de educação infantil* definida pelo documento:
c) promover a melhoria da qualidade do atendimento em creches e pré-escolas.

A questão da qualidade dos serviços oferecidos em creches tem sido discutida não só por educadores, mas pela população usuária das creches de

[23] Neto, Valdemar, O. - Controle Social das Políticas Públicas In Revista. Fórum. DCA, p. 44, Ano 1, 1° semestre de 1993.

* Concepção de educação infantil definida pela proposta do Ministério da Educação e do Desporoto. Secretaria de Educação Fundamental, 1993, na Política de Educação Infantil, p. 16 e 17.
"A criança é concebida como um ser humano completo que, embora em processo de desenvolvimento e,portanto, dependente do adulto para sua sobrevivência e crescimento, não é apenas um "vir a ser". Ela é um ser vivo e capaz, motivado pela necessidade de ampliar seus conhecimentos e experiências e de alcançar progressivos graus de autonomia frente à condições de seu meio ... Portantao a Educação Infantil tem duas funções: cuidar e educar. Deve:- favorecer o desenvolvimento físico, motor, emocional, intelectual a social; estimular o interesse da criança pela transformação da natureza e dinâmica da vida social; contribuir para que sua convivência na sociedade seja produtiva, marcadas por valores de solidariedade, cooperação, liberdade e respeito.

um modo geral. Na grande maioria dos atendimentos, apesar de reconhecer e ter um discurso que é preciso realizar um trabalho de qualidade isto não ocorre na prática. Um dos principais motivos dessa situação, segundo Sebastiani é a falta de clareza do que realmente significa qualidade quando se trata de educação infantil.

"O enfoque na questão da qualidade dos serviços de educação infantil está todavia, intrinsecamente ligado à garantia de acesso a esses serviços a todas as a crianças. Trata-se portanto, de um assunto de **interesse público**, cujos governos possuem uma responsabilidade fundamental, não só no sentido de cumprir o estabelecido pela Constituição Federal, mas também no sentido de garantir que só sejam ofertados serviços de boa qualidade... Tal função requer que o governo, nos seus diversos níveis de competência assuma maior responsabilidade na regulamentação, implantação e sustentação dessas instituições". [24]

O texto constitucional indica caminhos e trouxe avanços ao nível dos direitos sociais, mas seus aspectos positivos ainda precisam transformar-se em realidade. E isto somente vai ocorrer com a mobilização e organização da sociedade que poderá transformar em fatos o que está garantido a nível constitucional.

Para Gohn, "as reivindicações populares de bens de consumo coletivo, podem gerar o embrião de uma vontade coletiva popular baseada no senso comum. Este processo estabelece as premissas básicas para a formação de uma consciência crítica, a partir das camadas subordinadas, que poderá ser tornar hegemônica ou seja, a consciência de que uma dada categoria social, seja resultante de seus interesses de classe e dos interesses das outras classes. A partir dessa consciência hegemônica abre-se a possibilidade às classes subordinadas, que lutam por melhorias na qualidade de vida urbana, de atingiram as determinações fundamentais da sociedade, ultrapassando os limites impostos por

[24] Sebastiani, Marcia T. Creche e o Desafio da Qualidade. Um estudo da rede municipal de creches em Curitiba. p. 13. Relatório para Exame de Qualificação. Fac. Educação - UNICAMP - 1995. Orientadora: Maria da Glória Gohn.

ações localizadoras e imediatistas. A consciência hegemônica* ainda permitirá as classes populares estruturarem suas práticas, não mais contra os antagonismos aparente (o Estado), mas contra a essência do conflito (o capital) enquanto uma relação social, comando supremo de modo de produção capitalista".[25]

* A Hegemonia é a capacidade de unificar através da ideologia e de conservar unido um bloco social que não é hegemônico, mas sim marcado por profundas contradições de classe (Conceito de Hegemonia de Gramsci, p. 70. In M.G.L.G., Lutas por cresches, Luciano Cruppi).

[25] Gohn, Maria da G. - Lutas Populares Urbanas. Um estudo sobre os movimentos sociais urbanos destacando-se a luta por creches em São Paulo. Tese de Doutorado. Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. A Força da Periferia. p. 40. Vozes. 1985. Petrópolis. SP., 1983.

CAPÍTULO 3

CAPÍTULO 3

GESTÃO JOÃO HERRMANN NETO - MDB/PMDB (1977 a 1982)

ANTECEDENTES: Localizando Piracicaba.

Piracicaba é uma cidade situada a 170 km da capital do Estado de São Paulo, essencialmente urbana nos seus 282,4 mil habitantes (IBGE-1994).

Sua economia, voltada para a exploração agrícola, favoreceu a presença dos grandes proprietários. A cana-de-açúcar, principal fonte de divisas, ocupa 85% da área cultivada do Município devido ao incentivo do pró-álcool. Este agudizou a concentração de terras nas mãos dos grandes proprietários expulsando para a cidade os pequenos produtores. A família, antes rurícola, transforma-se em urbana e é severamente consumida pela estrutura da cidade . Sem emprego, morando em barracos na zona periférica da cidade, voltam para o campo, não mais como proprietários, mas como bóias-frias das terras que um dia lhes pertenceram. São agora mão-de-obra assalariada.

Se a lavoura da cana-de-açúcar causou danos no setor rural, a implantação do distrito industrial em 1973/74, embora constituindo-se num fator importante de desenvolvimento para o município (criação da Caterpillar, Phillips, White Martins, implantação do Proálcool, dinamizando o setor usineiro e as indústrias mecânica e metalúrgica) acabou agudizando os problemas sociais já existentes. O processo desorganizado de industrialização que sofreu a cidade trouxe consequências imediatas tais como: a especulação imobiliária, falta de habitação, emprego, transporte, escolas, uso impróprio das terras já que as mesmas podiam voltar-se às culturas agrícolas de subsistência.

Politicamente, Piracicaba sempre foi uma cidade conservadora, arraigada a valores e princípios morais muito fortes. Todas as administrações municipais seguiam os passos definidos pelo grande capital da cidade. Não havia

disputas de interesses políticos até 1973. Tanto o MDB como a ARENA, faziam o jogo do poder econômico vigente. Era ele que fornecia à cidade os dirigentes partidários. A pequena oposição à política nacional e municipal era exercida por pequenos segmentos sociais entre os quais se destacavam algumas pessoas pertencentes a intelectualidade acadêmica da USP, UNICAMP e UNIMEP. Nos dias de hoje, mesmo com a existência de partidos considerados de esquerda e com uma intelectualidade organizada, a cidade parece não se propor a discutir e nem a delatar os problemas que afetam a população pobre da cidade. Os jornais e a Igreja, cujos discursos se propõem a lutar pelas injustiças sociais, fazem no entanto, opção pela parcela econômica rica da cidade.

1. PIRACICABA (SP): A BUSCA DO PROCESSO DEMOCRÁTICO NA GESTÃO JOÃO HERRMANN NETO - 1977A 1982.

Conjunturalmente a década de 70, marcada pelo regime militar do país, vivia um período de estagnação da vida social e de repressão a todos aqueles que se propunham a delatar as injustiças sociais e a lutar pelas minorias. Os municípios acompanhavam os modelos centralistas da administração herdados da colonia portuguesa. Toda a estrututa do Estado Brasileiro era extremamente centralizadora e não admitia, até a promulgação da Constituição de 1988, margens de competência para os municípios.

"Os recursos disponíveis para a administração municipal eram diminutos, a não ser em grandes centros industriais ou comerciais e em cidades pequenas que sediavam empresas de grande porte. A centralização dos recursos tributários, resultante constitucional promovida pelo governo militar em 1965, tornou essa situação ainda mais dramática chegando a ser de apenas 8%, em média, a parcela da receita de impostos que cabia aos municípios. Com poucos recursos, ficavam os prefeitos mais expostos às pressões dos governos estaduais e do governo federal para que, mudando de partido (ou nele permanecendo), passassem a se beneficiar das transferências de verbas e pudessem obter a

realização de obras estaduais e federais em seus municípios, como a construção de pontes, a pavimentação de trechos de rodovias, a construção de escolas e hospitais, a instalação de sede de empresas públicas, etc.

O controle político sobre os municípios era autoritário, vigindo nos municípios do interior a predominância dos padrões patrimonialistas próprios do latifúndio, ao invés dos vigentes naqueles outros, tecnoburocráticos, reforçados e generalizados durante os governos militares.

No entanto, entre esses extremos, condições especiais* propiciaram a emergência de um padrão novo de política municipal, que se atrevia a rejeitar tanto o controle oligárquico do latifúndio quanto a sistemática cooptção dos governos federal e estadual. Em segundo lugar, buscava-se, ainda em plena vigência do regime militar, a participação popular depois das eleições como fonte de legitimação e orientação das políticas públicas[26].

O resultado das eleições legislativas nacionais de 1974, foram significativas para a mudança de orientação das políticas públicas em todo o Brasil.

O governo reorienta sua própria ação política. A vitória das urnas teve uma resposta dura para o governo autoritário: mudança na representação legislativa - senador biônico. O Pacote de 77 provoca mudança do sistema judiciário, na Legislação partidária e a prorrogação de mandatos.

O MDB (partido do Movimento Democrático Brasileiro), agremiação partidária oposta ao pensamento militar ARENA, consegue aumentar a sua representatividade na Câmara e Senado Federal viabilizando o crescimento de uma oposição com um potencial nada desprezível de implantação organizacional, inclusive nos municípios.

---

* Condições Especiais: Agentes externos (outras postura partidárias) trazem uma nova visão de vida. Cria-se um caldo de cultura diferente daqueles que procura detê-la. Havia uma contradição entre a política do governo e o que a população queria e necessitava. As distorções de classe eram aparentes - havia desde um dirigente até um mineiro vindo trabalhar de bóia-fria. O projeto da ditadura acirrava cada vez mais os conflitos de interesses dos municípios e de classe. A geração de emprego no município assinalava a questão da asacenção social.

[26] Cunha, L.A., Mudanças na periferia do Estado, 1977/87, cap. 3. In: Educação, Estado e Democracia no Brasil, p. 105, 106, Ed. Cortez, 1991.

Inicia-se o processo de abertura. Segundo Bolivar Lamounier, os programas de oposição foram, em grande parte, creditados a ênfase colocada nas questões econômicas notadamente, e não na distribuição de renda durante a campanha. A crescente identificação do MDB, como partido dos "pobres" ou do "povo", e da ARENA como dos "ricos" e do "governo", foi um dado inequívoco da campanha de 1974, passando a ser um fator histórico importante no sentido de ampliar a possibilidade de avançar para a Democracia num contexto econômico já recessivo.

Foi nesse contexto de abertura que alguns municípios onde as eleições de 1976 deram a vitória ao MDB, buscaram novas posturas políticas.

Segundo Cunha, "em três dêles essas posturas vieram a ser divulgadas por todo o país como modelos de administração democrática: Boa Esperança, no Estado do Espírito Santo; Lages, no Estado de Santa Catarina e Piracicaba, no Estado de São Paulo. Em todos três, a educação ocupou lugar destacado."[27]

João Herrmann Neto, o vitorioso de 1976, teve uma das campanhas mais pobres que Piracicaba já assistiu. Agrônomo de formação teve como lutas passadas, ainda estudante, a presidência do CALQ (Centro Acadêmico Luiz de Queiroz) nos anos 67/68 marcando um estilo mais arrojado para a então tradicional Luiz de Queiroz - Esalq. Era já um rapaz considerado de esquerda pelas lutas contra o regime militar. Foi candidato em 70, a deputado federal pelo MDB a convite de Mario Covas, sem sucesso e Secretário de Obras da Administração anterior a sua - Administração Adilson Maluf também do MDB.

A Administração João Herrmann teria muito a enfrentar. Desde uma prefeitura sem recursos financeiros, até uma Câmara Municipal com prováveis atritos já que a ARENA elegera a maioria dos vereadores e o MDB, com os vereadores eleitos, não se mostrava disposto a dar sustentação ao novo prefeito. Os projetos enviados à Câmara Municipal teriam dificuldades em serem aprovados, como de fato ocorreu.

---

[27] Idem, ibidem.

Ostentando uma bandeira de luta por uma Administração voltada para a população pobre da cidade, isolou a elite local que até então determinava a política do Município.

Para tanto foi necessário voltar todas as forças para essa nova orientação. Criou-se uma "massa crítica pensante" que funcionava, ao mesmo tempo, como suporte ao prefeito e dá cara nova à administração .

O Município apresentava algumas condições favoráveis para abalar "as muralhas do poder" como diziam Herrmann e Maffeis.[28] Existiam já atuações de organizações políticas de esquerda que tinham no operariado, no campesinato e nos intelectuais suas bases políticas e na luta contra o regime militar seu alvo imediato. Segundo Cunha "João Herrmann Neto polarizava uma corrente do MDB que expressava a aliança daquelas organizações com liberais democratas exatamente o que propalavam as diretrizes gerais do partido/frente, mas dificilmente realizáveis a nível municipal."[29]

Deu-se início a uma grande marcha para a Democracia. Era preciso fazer com que o povo participasse da administração. O primeiro grupo pensante formou-se com Paulo Augusto Romera e Silva, engenheiro civil, preocupado com questões sociais e engajado em movimentos de esquerda, Neidson Rodrigues, um professor da UNIMEP da área da Educação e o prefeito Jõao Herrmann Neto. Esse grupo de três pessoas idealizou o PAC I (Plano de Ação Comunitária I) que mais tarde deu origem ao PAC II já com a formação de uma cúpula mais à esquerda, composta por Antonio da Costa Gadelha Neto, do PCB, que trouxe consigo toda uma militância partidária, Enildo Pessoa, um teórico e militante de esquerda que havia sido secretário de Miguel Arraes em Recife, que trouxe grupos do PC do B; Barjas Negri, um professor de esquerda da UNIMEP e alguns núcleos do MR-8 vindos da Esalq e Unimep. Havia também uma esquerda católica preocupada com a formação das

[28] Herrmann, J.N. e Maffeis, J. Análise dos mandatos de JHN, 1988. Mimeo. In: CEPEC - A Escola Cidadã, p. 42 tese de mestrado, Faculdade de Educação - UNICAMP, 1989.

[29] Cunha, L.A. Mudanças na periferia do Estado, 1977/87, cap. 3, In Educação, Estado e Democracia, p. 106, Editora Cortez, 1991.

comunidades eclesiais de base sob a liderança do padre José Maria Teixeira, adepto da Teologia da Libertação.

A nova administração incorporou esses quadros e suas organizações, implementando políticas em consonância com o PMDB e com o trabalho partidário dos quadros existentes.

O PAC I sai às ruas, aos bairros periféricos da cidade, começando a "grande reforma" (aspas é nossa), entitulada na entre sala dos administradores na época, como a "grande revolução socialista" (aspas é nossa) para a conservadora Piracicaba. Enquanto os bairros das populações médias e altas da cidade se acidentavam em buracos nas suas avenidas, a periferia começava a se rechear de benefícios: postos de saúde, creches, asfalto, saneamento básico, habitação. O povo começava a participar.

Antes de assumir a Prefeitura Municipal de Piracicaba em 1977, João Herrmann Neto havia participado da Administração anterior (Adilson Maluf - PMDB) como secretário de Obras e percebeu que havia um espaço ligado ao social e que este estava disponível para ações mais significativas da população. Havia a possibilidade de se gestar uma nova consciência. Quando João Herrmann ganha as eleições, isto é posto em prática através do MOC (Mobilização, Organização e Conscientização da População).

Obviamente, isso feria setores do MDB, tanto local como nacional, que viam surgir novas lideranças, principalmente a dos bairros de periferia que passavam a influir diretamente nas linhas da administração. A própria Câmara Municipal, feriu-se ao perceber que as suas atribuições políticas estavam sendo substituídas por essas lideranças.

Canais imediatos de comunicação com a comunidade são abertos com atribuições de caráter político. São formados conselhos para descentralizar decisões. Os CEPEC's (Centros Polivalentes de Educação e Cultura), um dos equipamentos da administração à serviço da população na área de Educação passam a ser um dos focos permanentes de reuniões populares assim como o eram os Postos de saúde, Centros comunitários, etc.

Segundo Elias Neto, em 1978 a Administração Jõao Herrmann Neto encontra novos parceiros na luta pela democracia e contra o "Pacote de Abril" (1977) editado pelo Presidente Geisel, o que aumentou as tensões e estimulou resistências. Nesse momento, setores das igrejas católica e a Metodista, assim como a Unimep (Universidade Metodista de Piracicaba), através do novo reitor Elias Boaventura passam a apoiar a política da administração organizando programas de parceria com a mesma (Projeto Periferia)* e criando núcleos ostensivos de resistência democrática, de protestos e desafios ao regime militar.

Momento rico viveu Piracicaba. Todas as forças democráticas da cidade se unem contra as injustiças sociais e a favor da Democracia. Além das alianças internas houve a necessidade de se criar força de sustentação externa (fora da cidade, mas do PMDB) como a Frente de Prefeitos Laerte Mendes.

A Reforma Tributária vem por um final no sonho das elites municipais. Ela vinha penalisar os indivíduos mais ricos, os grupos empresariais, os grandes empresários, as grandes indústrias, a fim de garantir o recebimento dos impostos, sem sonegações, dando curso a construção dos centros comunitários, pólos de lazer, creches, que foram se tornando, cada vez mais, centros de discussões e decisões com a comunidade.

1.1. A Política da Administração João Herrmann Neto e suas Diretrizes Centrais de Governo

A Administração João Herrmann Neto pode ser dividida em duas etapas que se completam. A primeira , numa ação mais voltada aos valores humanísticos, ao desenvolvimento humano, de organização da população pobre, na reorganização do atendimento da administração: a quem e para quê, idealizada

* O Projeto jPeriferia tinha como objetivo atenader crianças de 6 a 7 anos (pré-escolas) em bairros da periferia de Piracicaba, onde o poder público Municipal não colocasse seus equipamentos. O projeto entraria como forma de atender cada vez mais as crianças e aumentar a participação. Com a chegada das eleições, começa haver uma disputa entre as alas, tanto da Administração 9PMDB-PCB) como da UNIMEP (PMDB-PT). Brigas ideológicas inverteram os padrões, provocando um distanciamento da administração e, até, um conflito com relação ao trabalho pedagógico lque estava sendo encaminhado.

no PAC I e uma outra já mais ideologizada com a implantação de políticas e equipamentos na área social, no PAC II .(Plano de Ação Comunitária II).

A fonte primeira de informação para a elaboração do PAC I foi um trabalho contratado pela administração anterior (A.B.M.), o P.D.D.U. (Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano - Lobby montado pelas empresas de consultoria - O SERPHAU - Serviço de Recuperação do Patrimonio Histórico e Urbanismo) que trazia dados técnicos importantes quanto ao crescimento da cidade, para onde esta caminhava, a aceleração do processo de industrialização, o desenvolvimento do setor terciário, o transporte, a arrecadação do município.

Verificou-se na elaboração do programa, que o município não estava preparado para acolher e acomodar o impacto da industrialização que trazia consigo o crescimento vertiginoso das atividades terciárias e da população imigrante, operária, mão-de-obra especializada que não encontrava lugar para viver a não ser na região periférica da cidade, em barracos. No final da década de 70, o crescimento foi de 8,2% ao ano, superior a da capital (São Paulo) que apresentava um crescimento de 6,4% ao ano.

A preocupação da Administração João Herrmann Neto, "era a de poder oferecer uma infra-estrutura necessária para uma vida decente e com um nível satisfatório de conforto"[30], a esse homem que aí chegava atraído pelas novas oportunidades oferecidas pelo parque industrial. Já se abordava a questão do meio ambiente.

As metas do PAC I tinham por objetivo "proteger esse homem para que, sentindo-se como agente do desenvolvimento, ele se realize dentro de uma comunidade socialmente equilibrada e estável. Aprimorar a cidade e seus equipamentos, suprindo-se as deficiências ambientais, promover o homem e dar-lhe chances de desenvolver suas potencialidades".[31]

As prioridades fundamentais entendidas pela administração João Herrmann Neto são o redimensionamento da sociedade nos seguintes aspectos:

- Habitação;

[30] Programa de Ação Comunitária I - (PACI), p. 9. Administração Municipal de Piracicaba, 1991.
[31] Idem, ibidem.

- Abastecimento, garantindo ao indivíduo o suprimento básico ao seu abastecimento influenciando na comercialização e menor preço ao consumindor;
- Transporte, dando meios para o indivíduo dispensar maior parcela possível do seu tempo seja junto a família, no trabalho ou no lazer, reduzindo, ao máximo, o tempo gasto entre as várias atividades;
- Educação;
- Esporte, Cultura e Lazer, criando meios para que, cada vez mais, parcelas maiores da população tenham acesso aos recursos urbanos existentes.

Construir um "desenvolvimento urbano" passa a ser a meta da administração. Isso pode ser verificado pela fala do prefeito Jõao Herrmann Neto "é preciso dar ao homem uma elevação a um nível mais humano, querendo significar a realização mais plena, pela população, das suas potencialidades em termos biológicos, familiares, políticos, artísticos, espirituais, etc."[32]

Isto significou o primeiro aceno para a participação da comunidade. Estava-se respeitando, não apenas os direitos dos cidadãos de participar do governo de sua cidade, como também o reconhecimento de que enormes progressos poderiam ser obtidos na melhoria de qualidade de vida urbana se fosse oferecida aos munícipes a possibilidade de contribuir com sua experiência e criatividade.

Esse esforço implica também numa série de opções políticas quanto:

- "ao sistema de obtenção dos meios e condições, seja através do ajuste automático, de orientação ou planificação; aos objetivos a atingir; que condições, ou região, ou comunidade, ou período;
- à manipulação das variáveis que determinarão as condições, significam um contínuo processo de ação e decisão política a respeito de objetivos de natureza social e de medidas e sistema de três diferentes tipos: Econômicos (arrecadação municipal, reunir meios e recursos necessários à obtenção das

[32] Idem, ibidem. p. 14.

condições); Administrativos (como adequar e organizar uma estrutura de forma que se torne um meio para se atingir um fim); Implantação Física (como organizar o espaço físico para obtenção das condições para realização de serviços) ".[33]

Portanto, pode-se perceber que as diretrizes referentes ao "plano de desenvolvimento" à cidade, à utilização de seus recursos físicos e à preservação e melhoria da paisagem urbana visam encurtar a distância social entre os habitantes da periferia e do centro. Elas envolvem, em última instância, a distribuição da população, dos empregos e dos locais de lazer, determinando as necessidades de transporte e o acesso aos recursos e serviços da cidade. Mesmo entendendo a Administração que essas diretrizes só produzirão efeito a longo prazo,é preciso também ter a compreensão de que elas definem orientações que precisam ser seguidas de inúmeras decisões imediatas do governo municipal, pois o cidadão tem o direito a Educação, Moradia, Transporte, Cultura, Lazer, Saúde, etc.

Na definição da política urbana, o Plano de Ação Comunitária I diferencia as questões básicas que exigem permanente aporte de recursos como a Educação, Saúde, Saneamento, Habitação, Transporte, Abastecimento e geração de Empregos.

O PAC II (Plano de Ação Comunitária II) deixa claro que a falta de autonomia do município e de recursos financeiros, segundo o prefeito João Herrmann Neto, é colocada como um impecilho para a adoção de políticas sociais adequadas à realidade. Elas só se realizarão quando uma reforma tributária ampla for realizada, devolvendo aos municípios a sua autonomia político/administrativa. Isso se consegue com um trabalho de caráter solidário junto a população.

Por isso mesmo, este Plano de Ação Comunitária não está voltado para a realização de grandes obras de construção civil. Ele é, na verdade, um programa de maximização de recursos às necessidades do homem e uma tentativa de aumentar as disponibilidades, através da sensibilização de forças externas ou

[33] Idem, ibidem. p. 17.

internas ao município que estejam afinados com a intenção de se efetivar, de fato, a promoção humana e que queiram dar sua colaboração para que isto seja feito em Piracicaba.

No documento citado apresentam-se propostas como a de valorização do sistema comunitário contido no Plano de Atendimento Regional, dando início ao trabalho de encaminhamento de Creches Municipais sob a responsabilidade do Departamento de Promoção Social da Coordenadoria do Bem Estar Social. A educação das crianças não fazia parte da Secretaria da Educação e não havia um plano municipal de ensino. Havia sim um Plano de Ação Educativa sob a reaponsabilidade da Secretaria da Educação que envolvia o atendimento a duas pré-escolas. Não havia uma discussão profunda do processo educacional embora se reconhecesse "a escola como formadora de todo o pessoal, que responderá, a curto ou longo prazo, por todas as atividades produtivas e executivas do país, é a ela que deve ser devotada a maior atenção, como aprimoramento de responsabilidades e, portanto, no futuro, de participação nos processos de decisão".[34]

O trabalho acontecia numa ação conjunta com as escolas do Estado na área esportiva (competições, etc) e cultural (datas comemorativas, coral, teatro, biblioteca), na realização de programas técnicos de assistência profissional às escolas da zona rural, através de equipe de estagiários da ESALQ, no auxílio de técnicos e má distribuição de merenda à creche Joaninha Morganti e ao Parque Infantil Municipal, numa estrutura que já existia na Administração anterior.

Esses dois primeiros anos de governo apontava para uma só direção: encaminhar suas ênfases, seus programas para o atendimento das necessidades sociais na melhoria de qualidade de vida da população.

Portanto, algumas exigências se colocavam a nível político para que a administração não se convertesse em orientação paternalista, de estilo populista, o administrador não fosse o beneficiário da população, que

[34] Idem, ibidem, p. 25.

demonstrasse apenas estar a serviço dela. A nível administrativo, com forte repercussão política, era necessário reorganizar a administração e a própria política de arrecadação de recursos públicos para que se começasse a implementação de uma política tributária mais justa.

Impunha, portanto, uma diretriz fundamental: a primeira era a ênfase para as organizações populares (associações de bairros, comitês de cidadãos, órgãos de classe) que deveriam se converter, a cada dia, em interlocutores diretos com o governo municipal. Isso representaria um esvaziamento do gabinete do prefeito dos tradicionais grupos econômicos que sempre pressionaram o poder público e o amarrara a seus interesses. Uma nova política de orientação da administração passou a considerar as reivindicações não um fim em si, mas como um meio para a mobilização, organização e conscientização das massas. Nesta foi feito um esforço de deslocar o governo municipal para os bairros, objetivando popularizar e desburocratizar a administração.

A construção da cidade, para o prefeito João Herrmann Neto, deve pautar-se sob a orientação geral de satisfazer as carências da maioria da população. Defende a participação popular no debate das medidas governamentais e das necessidade da cidade, e a descentralização, como aquela que desconcentrará o poder e ampliará a capacidade de decisão, gestão e controle do poder público municipal, dando, dessa forma, transparência às ações públicas e permitindo novas formas de integração das políticas e programas.

Ao tentar encurtar a distância social, Jõao Herrmann Neto dizia: "é preciso conhecer para mudar"[35]. O PMDB, sucedâneo e herdeiro do MDB, se constitui em Partido não apenas capaz de propor programas de governo vinculados à realidade, mas como um exemplo a oferecer, ou seja, um administração que, sem descuidar da parte física da cidade, oferece políticas públicas de alto cunho social, representativos pela maioria da população, com sua participação ao fiscalizar de maneira organizada".[36]

---

[35] Declaração dada em memória.

[36] Programa de Ação Comunitária II (PAC II). p. 12. Prefeitura Municipal de Piracicaba, 1981.

Foram então estabelecidos cinco pontos fundamentais, nos quais se basearam a linha de atuação até o final do governo (1982) que são:

1. "A Democracia não pode ser vista como tática provisória, mas como princípio primordial e inarredável.

2. A existência de organizações populares deve ser incentivada, sem intervenção de forças e agentes externos. Essas organizações devem ser autônomas e independentes, atingindo seus objetivos pelos próprios meios.

3. O governo municipal deve tomar como referência básica o fortalecimento das organizações no processo de decisão e realização dos bens e serviços (entendidos aqui como direitos dos cidadãos).

4. As organizações populares não devem ser transformadas em apêndices do governo, ou de qualquer partido. Deve-se lutar pelo fortalecimento e independência das organizações, para que venha a ser sustentáculos da cidadania.

5. As atividades sob responsabilidade da prefeitura devem respeitar o aspecto técnico, sendo porém desenvolvidas com a participação popular pelas suas organizações".[37]

Assim sendo, suas atuações em diferentes setores foram, resumidamente, entre outras:

- Assistência à criança, ao adolescente e educação de adultos. "Constatou-se que a questão da educação era um dos problemas centrais da população: além da falta de equipamentos e das más condições do ensino, a orientação imprimida não corresponde ao interesse histórico do trabalhador .... O Governo de Piracicaba considerava definitivo atender ao trabalhador no que deveria ser a educação em seu verdadeiro sentido. Por isso montou um programa de Educação Integral para o filho do trabalhador com alimentação, transporte, política sanitária e de saúde, num ensino adequado ao filho do trabalhador... O Governo de Piracicaba, procurou democratizar a instituição escolar uma vez que selecionou seus funcionários entre os moradores dos

[37] Comunidade e Governo traçando novos caminhos. In: Caratilha dos Centros Comunitários. p. 1.Prefeitura Municipal de Piracicaba, 1981.

bairros, tornando sua experiência diária, em instrumento pedagógico. Este programa foi único em todo o Brasil no período do regime miliar".[38]

1.2. A Política Educacional Do Município De Piracicaba (1977/1982) Sob A Orientação Dos Secretários De Educação Prof. Lineu Cardoso, Eng. Paulo Augusto Romera E Silva, Pe. José Maria Teixeira E Econ. Barjas Negri, Respectivamente.

A Secretaria da educação não tinha uma estrutura voltada para um atendimento integral das crianças. O que existia eram duas creches de atendimento às crianças de 3 a 7 anos, uma no bairro da Paulicéia (Joaninha Morganti) e outra Parque Infantil Municipal onde funcionava a Creche Municipal. Existia também a Creche Ada Dedini Ometto. Houve uma negociação com a Prefeitura: O grupo Dedini construiria o prédio. A orientação e funcionamento ficaria com a SAVRE (Sociedade Amigos da Vila Rezende) que havia feito a reivindicação junto a administração. Os demais atendimentos se restringiam a ajudar crianças carentes num trabalho conjunto com as entidades filantópicas e ficavam por conta da Secretaria de Promoção Social.

Embora existisse uma rede de atendimento e funcionamento, esta não chegava a se constituir no Plano Municipal de Educação, num programa de objetivos claros.

O Secretário de Educação, Lineu Cardoso, teve uma participação pequena na Secretaria de Educação permanecendo seis meses no governo. Atraiu setores de interesse para a administração, como Maria Helena e Heleninha, campeãs do esporte Piracicabano.

O Secretário de Educação, Paulo Augusto Romera e Silva, foi o secretário que iniciou a elaboração das bases teóricas e a proposta final do Plano Municipal de Educação. Deu início a construção dos três primeiros Cepec's (Matão, Santa Terezinha e Piracicamirim) e, por pressão da Câmara Municipal

[38] Comunidade e Governo traçando novos caminhos. In: Cartilha de Educação. p. 3. Prefeitura de Piraacicaba.1981.

acaba sendo substituído pelo padre José Maria Teixeira, uma das lideranças da igreja católica nos movimentos eclesiais de base.

A gestão do Secretário de educação, José Maria Teixeira, dá início às divergências político-partidárias entre os membros do PC do B e PCB. Elas começam com a declaração do PC do B em apoio a chapa 3 da eleição do Sindicato dos Metalúrgicos contra a eleição de Arlindo Carvalho, do PMDB, que tinha apoio do PCB e do PMDB. Além disso, as divergências partidárias também se dão a nível pedagógico, com as posições de Freinet e Paulo Freire, no "aprender fazer, fazendo". As questões metodológicas conflitam-se com as do PCB que cuidava do Plano Municipal de Educação. Há uma demissão em massa do pessoal da Saúde, de alguns membros da educação e do próprio Secretário da Educação, destruindo em grande parte a larguíssima aliança existente. Isto coincide com o período de prorrogação dos mandatos e da criação de novos partidos (79/80). É aí, então, que a administração se compromete definitivamente com o PCB, com o PMDB e com suas posições programáticas.

Apesar das divergências existentes nessa gestão se ocorreu a implantação e o funcionamento dos três Cepec's acima citados e a construção dos Cepec's da Vila Fátima, Algodoal, Caxambu, Paulicéia, Jaraguá, Vila Sônia, Jardim Brasília e das pré-escolas do Jardim Califórnia e Esplanada.

O primeiro Plano Municipal de Educação agregou-se ao PAC I, programa de governo de João Herrmann Neto para o período de 1977/80 cuja proposta educacional era a de voltar-se para os filhos dos trabalhadores da cidade "tentando integrá-los no processo educacional garantido pela Constituição Brasileira como direito de todos e dever do Estado".[39] A Educação era o pilar do governo e tinha apoio do prefeito, dava aos Secretários e Coordenadores todo o poder de comando. Nesse tempo foi criado o regimento interno dos CEPEC's.

O Plano Municipal de Educação não partia de uma visão genérica que se tinha da educação, pois "pautava-se em dados específicos e de situações concretas: da relação educação e realidade social. Voltava-se para um projeto

[39] Plano Municipal de Educação, lp. 1. Documento, 1980.

político, e como tal pretendia estar contribuindo para a ampliação do movimento por uma sociedade mais democrática, acreditando que a ação pedagógica poderia e deveria estar inserida num projeto social global".[40]

No final da década de 1970, a equipe que compunha e que elaborou o PME, participava de debates e críticas que visavam a rearticulação das lutas pela melhoria do ensino. Tais críticas eram impulsionadas pelos resultados insatisfatórios alcançados pelo sistema educacional implantado no país pelo regime militar. Enquanto alguns educadores e estudantes viam a escola como "aparelho ideológico da classe dominante", baseados em Althusser, outros buscavam a compreensão do que seria a educação popular, caminhando neste momento, negando a escola, priorizando a organização política da sociedade civil em detrimento dos conteúdos especificamente escolares, entendendo assim combater o tecnicismo e o autoritarismo nas práticas de ensino. Quanto a essas práticas, também lutavam educadores que entendiam como necessários à aprendizagem a liberdade e o espaço para a formação dos educandos (educadores pertencentes à chamada pedagogia não diretiva).

A equipe pedagógica, na figura do Secretário de Educação e do prefeito João Herrmann Neto, inseriu-se nesse debate buscando encontrar um apoio sólido para o não espontaneísmo que pudesse inviabilizar uma possível mudança social, ao mesmo tempo que buscava compreender a especificidade do processo escolar.

Nesse momento, a equipe que constituía o PME, já estava vinculada ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e, respaldando-se em Marx encontram a "certeza de que não se deve confundir a formação política dos filhos dos trabalhadores com a escolarização institucionalizada"[41], elevando sua convicção sobre a importância da escola, através de Gramsci.

Aí, o PME, traça seus objetivos:

- "preparar a criança para desempenhar um papel na modificação da sociedade; dar ao trabalhador uma instrução fundada no método científico;

[40] Idem, ibidem. p.2.
[41] Mello, G.N. Educação Escolar, paixão, pensamento e prática, prefácio de Raimunda Pereira.

- fazer com que as crianças reflitam sobre as necessidades sociais prioritárias;
- envolver a comunidade no processo educacional fazendo com que seus fins sejam por ela determinados e encaminhados".[42]

2.1. A Concepção de Educação do Plano Municipal de Educação - 1977 a 1982

"O PME esta relacionado à comunidade em que atua, ao mundo do trabalho, ao coletivo, a participação na sociedade, a interdisciplinaridade. Estamos convencidos que estas ligações devem ser construídas com caráter de necessidade e que o processo educacional não se dá somente no espaço da sala de aula, na discussão das matérias de estudo e na didática. A participação e o controle não devem ser interpretados como fatos periféricos onde as ligações se realizam exclusivamente entre os especialistas por cima das forças sociais.

Quando se considera com atenção as instâncias super-estruturais, verifica-se que a escola possui um conjunto de meios, dos mais importantes, para sair da lógica da reprodução das condições de base da sociedade ... Quem continua a repetir que projetos educacionais não podem ser senão o reflexo da sociedade em que vivemos, esquece do fato que nesta sociedade em que vivemos existe uma oposição organizada. Milhões de indivíduos produzem relações, comportamentos, sistemas de valores novos. Portanto, a questão educativa define uma área de empenho na qual é preciso conquistar objetivos sociais de importância primordial e isto só pode ser realizado mediante a ligação com forças políticas inovadoras". [43]

Isso implica numa ligação clara com outros serviços e o condicionamenteo recíproco entre eles. Além do processo educativo, de aprendizagem deve-se levar em conta a organização da comunidade, a oportunidade de experiência, as relações culturais e de análises críticas da sociedade. A política geral e escolar deve levar em conta o peso da organização

[42] Plano Municipal de Educação. p. 2. Prefeitura Municipal de Piracicaba, 1980.
[43] Idem, ibidem.

econômica , os diversos níveis de poder e a superação da dicotomia entre trabalho intelectual e político.

2.2. A Concepção Inovadora de Infância

"É fato conhecido que a infância tem características fisiológicas diferentes da fase adulta, mas este fisiológico é marcado pelo social. Abstrair as características sociais das crianças é coisa em que não acreditamos ... Na nossa opinião toda criança apresenta uma personalidade social e desenvolve comportamentos que refletem a classe social a que pertence".[44]

O pré-escolar é toda criança com idade inferior a 7 anos completos .Portanto , a Educação pré-escolar é aquela que deve cobrir todo o período etário entre 3 meses até 6 anos e onze meses.

Objetivos:

- valorização da criança enquanto pessoa humana, que pensa, tem vontades e opiniões;
- aquisição de conhecimentos na luta por uma sociedade mais justa com o consequente reconhecimento da realidade vivenciada pela criança;
- desenvolvimento da solidariedade, da independência, da curiosidade, da iniciativa, da criatividade, da observação e da análise;
- desenvolvimento do espírito do coletivo baseado na organização e na disciplina de estudo". (Plano de Educação, pg. 3)

2.3. Diretrizes Político-Pedagógicas do Plano Municipal de Educação

Embora Cunha coloque "que as diretrizes político-pedagógicas do Plano Municipal de Educação tenham sido expressas numa linguagem em que as alusões às disputas de hegemonia entre as correntes político-partidárias da

[44] Idem, ibidem. p.3,4.

esquerda eram frequentemente mais importantes do que os significados aparentes"[45], os pressupostos, nos quais se baseou a proposta, levam em conta como são fundamentais, as questões do processo democrático. Assim demonstramos:

A democracia, a nível municipal, é consequência do grau de liberdade política existente a âmbito nacional. A partir daí, a questão da autonomia municipal só pode ser compreendida dentro do contexto político global em que se encontra o país. Qualquer proposta só é real e suscetível de realização se parte de uma análise que leve em conta esta dependência.

Também é verdade que existe um espaço possível de ampliaçào da prática política municipal, espaço este que só se ocupa se existe um compromisso democrático de envolvimento da comunidade na dicussão e solução dos problemas.

Tal participação comunitária, contudo, só tem seu devido peso e consequência se ocorre de forma organizada. Só é possível a participação popular através de suas entidades autônomas e lidimamente representativas. Assim, um trabalho de educação, promovido pela administração municipal, já parte de limites claros. É importante estar se perguntando qual a expectativa da comunidade em relação à prestação de serviços no campo educacional. Quando a administração volta-se para prestar esse tipo de serviços para os bairros periféricos e carentes, assume, num primeiro momento, um papel que lhes cabe enquanto governo. Mas aprofunda e modifica-o quando esta prestação de serviços carrega consigo a proposta democrática. Se dá na perspectiva de que é preciso, é possível, alterar-se o quadro existente.

Ora, tal proposta deixa nítido que, para sua consecução, é imprescindível a formação de quadros nesta perspectiva. Bons profissionais, dentro desta ótica, significa sobretudo bons profissionais na discussão mais ampla em que está inserido seu trabalho. Há de ter clareza dos limites de atuação. Há que ter consciência da necessidade do envolvimento da comunidade no

[45] Cunha, L.A. Mudanças na periferia do Estado, 1977/87, In Educação, Estado e Democracia no Brasil, p. 115, Ed. Cortez, 1991.

processo político. E há que respeitar o estágio em que se encontram as organizações desta comunidade, bem como seu papel de trabalho com e não para, no sentido de fazer avançar esse estágio de organização. Legitimar as organizações existentes e não multiplicar, num processo divisionista, comissões reivindicatórias que se bastam a si mesmas; democratizar tais organizações a partir do envolvimento da comunidade na elaboração dos rumos a serem seguidos: são princípios fundamentais e inarredáveis que devem ser assumidos pelos funcionários dos Centros Polivalentes de Educação e Cultura. Portanto, o Plano Municipal de Educação deve ser um plano global que possibilite acompanhar e alcançar os objetivos acima expostos".[46]

2.4. Por que CEPEC ?

"O Governo Municipal de Piracicaba não possuía uma estrutura voltada para a Educação. O que existia no período anterior a 1977 era uma Secretaria de Educação, Saúde.

A primeira ação quando João Hermann assume a Prefeitura, foi a desvinculação das Secretarias em si, originando uma especialmente para o setor, chamada de Secretaria da Educação, à qual caberia a ação política do Governo Municipal na área educativa.

A segunda ação, a luta mais concreta, foi no orçamento público pois passaram a se direcionar recursos para o social invertendo prioridades tradicionais dos governos anteriores.

O que havia era a apropriação dos recursos vinculados obrigatoriamente por lei aplicados a uma Secretaria que se chamava Educação, Saúde e Promoção Social. Os recursos, 20% das transferências correntes orçamentárias iam desde transporte de alunos na zona rural, assim como de professores, pagamento de merendeiras eventuais, manutenção de prédios escolares, merenda escolar supletiva. Fora isso havia, as práticas contumazes das

[46] Nudelman, Cléa - Piracicaba: Educação numa Prefeitura de Oposição, p. 57 In Revista da associação Nacional de Educação - ANDE, Ano 1, nº 2, 1981.

administrações, tais como recepções promovidas pela merenda escolar como suporte a esportistas e clubes de futebol. A Secretaria, como dizia João Herrmann Neto era muito mais uma peça orçamentária com pessoal burocrático próprio do que uma Secretaria socialmente envolvida com os cidadãos".[47]

A proposta orçamentária e a lei proibiam a aplicação dos recursos em creches, pré-escola e que tais. Pelo regime militar então, apenas poderiam ser aplicados no primeiro grau. Começaram então os chamados "desvios legais" para que se pudesse avançar, entre eles a escolha do nome para os prédios - Centros Polivalentes de Educação e Cultura - porque assim os incluiam nas verbas acessíveis. A aplicação dos recursos legais foi auditorada pelo Tribunal de Contas e várias foram as vezes em que prestou-se contas por estes atos, não apenas ao Tribunal de Contas, mas também à oposição, que era maioria na Câmara de Vereadores locais.

Após resolvida a questão, não fácil, das escolhas das prioridades até a eleição dos terrenos e suas plantas de edificação, num processo onde a comunidade e técnicos (engenheiros, educadores, assistentes sociais) já participavam, restavam as questões dos recursos.

"Por mais e melhor que se desejasse, eles eram escassos mesmo porque, não era a única atividade do Governo e todo o desejo social ao se transformar em direito político do cidadão exige uma fornalha financeira que não se dispunha"[48], dizia João Herrmann Neto.

O próprio corpo oficial e tradicional da Prefeitura Municipal de Piracicaba já oferecia resistência a esta aplicação indiscriminada que colocavam nos projetos sociais. Vencer as resistências externas do regime exigia vontade política, mas muitas vezes a resistência interna exigia resignação e alianças em que os princípios fossem inegociáveis.

As "corrupções socias", como chamávamos começaram quando as retaliações do Governo estadual (Maluf) e federal (Figueiredo) começaram a

[47] Declaração dada em memória.
[48] Declaração em memória.

inviabilizar o pagamento de impostos, denegando empréstimos e até manipulando índices de ICM's.

"Os programas existentes a nível federal eram sempre voltados para a reprodução do capital - vias públicas, edifícios, super-estruturas em terrenos que se valorizariam. Desta forma, a maioria dos empréstimos tomados no governo federal foram para um fim e aplicados em outros. Por exemplo : o Projeto CURA - Comunidade Urbana de Recuperação Acelerada. Os serviços de asfaltamento por exemplo, eram feitos pelas empreiteiras pagos pelos proprietários diretamente e os recursos que vinham do Governo Federal eram voltados para os programas sociais. Outra forma era que, como as obras vinham superfaturadas de Brasília, a administração exigia que se cumprissem as obras e os excedentes - ao invés de serem apropriados - exigiam-se que as empresas contratadas usassem os excedentes sob a forma de construção de prédios e material para o perfeito funcionamento dos equipamentos sociais."[49]

Assim começam a surgir nos bairros os CEPEC's - Unidades educacionais de resgate da cidadania "financiados" pela vilania do regime autoritário como dizia João Herrmann Neto.

Os CEPEC's, acabaram por simbolizar o Programa, porque era alí que frequentava e vivia o seu objeto que passava a viver o seu papel de sujeito da história. As expectativas dos seus frequentadores eram tão grandes que viam ali seu papel de atores e platéia se confundirem entre comunidade, agentes da educação e governo.

Os CEPEC's, eram uma roda que girava em todas as direções para a comunidade. Além do atendimento às crianças eles eram também pólos de contato com o povo. Era lá, à noite, onde o povo se reuinia, discutia, organizava-se em comissões que definiam, em conjunto a direção, o destino dos recursos municipais para os lugares onde os benefícios ainda não haviam chegado. Era lá, também, que as pessoas apontavam seus descontentamentos e onde se encontravam os agentes ideológicos fundamentais ao processo de conscientização

[49] Neptune, J.B. O Estado Democrático sob o olhar da Educação. p. 3 e 4, 1994. Mimeo.

da comunidade. Esse era o movimento maior para se caminhar na sociedade. Os CEPEC's traziam para si o currículo social da sociedade, isto é, as lutas por asfalto, creches, escolas, saneamento básico, habitação, transporte, saúde, greves, etc.

2.4.1. Educação voltada para a Comunidade. Dados contidos no diagnóstico dos problemas sociais de Piracicaba

Em pesquisa realizada pelo Departamento de Promoção Social, tínhamos, em 1977, bairros de periferia (Santa Terezinha, Vila Cristina, Matão e Jardim Califórnia) apontados como os mais populosos e prioritários, com aproximadamente, 12.960 crianças com menos de 14 anos de idade, ou seja, 66,09% da população da cidade de Piracicaba, em idade escolar ou pré-escolar. Dessas 12 960 crianças, 4 074 estavam com menos de 6 anos de idade. Levando-se em conta a inexistência de um atendimento nessa área, tanto a nível estadual como municipal, fazia-se urgente que a Administração passasse a assumir esse tipo de trabalho, de acordo com os seguintes critérios: atendimento de demandas estruturais significativas para o incremento de renda das famílias. Aí, a criação dos programas de berçário, creche, pré-escola em período integral;

- educação complementar em regime de meio período já que essas crianças (7 a 14 anos) já frequentavam o primeiro grau das escolas estaduais por um período. Esse programa específico foi criado com o objetivo de fazer com esses alunos excluídos do processo cultural exigidos pela escola, superassem alí, nos CEPEC's algumas dessas barreiras culturais;
- alfabetização de adultos que funcionou sòmente até 1981, quando da crise partidária entre PCB e PC do B.

2.4.2. Localização, Implantação, Seleção de Pessoal, Treinamento

Os CEPEC's localizavam-se, como já foi citado, em pontos periféricos da cidade onde as demandas se faziam mais sentir. Situavam-se em pontos estratégicos de desenvolvimento dos bairros e de fácil acesso à condução de trabalho dos pais das crianças.

Pode-se aqui fazer um parênteses do qual nos orgulhávamos - "em cada linha de ônibus que passava por um bairro onde existia uma creche, este ostentava em seu letreiro CEPEC. Isso queria dizer para a cidade que, alí, naquela direção, havia um cidadão que estava sendo educado.

O projeto dos CEPEC's teve início em 1977, mas sua implantação definitiva ocorreu em 1978. Os três primeiros CEPEC's a funcionar foram os de Santa Terezinha, Matão e Piracicamirim. Durante esse período, de um ano, o pessoal selecionado para o trabalho nos centros educacionais recebereu um treinamento. Foi o período de maior formação de quadros partidários, principalmente do PCB e do PC do B, que viam em Marx o fundamento de todo o trabalho a ser desenvolvido. A militância comunista crescia debaixo das asas do PMDB. Havia grupos organizados pelo pessoal da Educação e da Saúde que se infiltravam nos demais bairros de Piracicaba e nos próprios programas.

Em 1981, dá-se a implantação de mais dois CEPEC's - Vila Fátima e Algodoal, cujos funcionários foram aprovados por um concurso interno da Secretaria da Educação exclusivo para os Programas dos Cepec's. Foram três meses de treinamento antes de assumir o trabalho com as crianças. Fazia parte do concurso uma prova escrita e uma oral onde se procurava verificar a ligação do indivíduo com a realidade em que vivia, sua cidade e o processo de educação no Brasil.

Nessa segunda seleção , não foram introduzidos textos de Marx*. Tinha-se somente 3 meses e era fundamental discutir, antes de mais nada, as linhas de atuação do governo municipal, o projeto educacional dos CEPEC's e a instrumentalização técnica de cada função. Durante o treinamento, os funcionários percorriam os bairros onde moravam e viriam a trabalhar, recolhendo dados sobre as formas como as mães educavam seus filhos, das cantigas às histórias e brincadeiras, hábitos alimentares, o que usavam nessa educação. Depois disso, os funcionários dividiam-se em grupos, conforme as atividades que viriam a desempenhar. Por exemplo, os monitores que iriam trabalhar na educação do pré-escolar eram treinados para o desenvolvimento da coordenação motora das crianças , na prontidão da alfabetização, noções de higiene, comunicação e expressão, jogos, criatividade, etc.

Com exceção do diretor, supervisor e secretário, os outros funcionários pertenciam ao bairro e, de alguma forma, faziam parte de alguma organizacão, mas não necessáriamente.

A exigência de que os funcionários fossem moradores do bairro nos quais existiam os CEPEC's resultava no objetivo de um contato mais direto entre educador e criança, pais, comunidade. Outro objetivo era com a participação da população em questões relacionadas ao seu bem estar. Embora fosse um funcionário da administração, ele era, antes de mais nada, um morador do bairro que se entendia , gostaria de viver em melhores condições.

Cada CEPEC era instalado em resposta a uma reivindicação de uma comissão de pais ou comissão de creches, organizadas pelo Setor de Promoção Social. Era essa comissão que recebia da Secretaria Municipal de Educação o encargo de selecionar as crianças, em geral mais numerosas do que as vagas existentes. Os critérios eram pré-estabelecidos e também eleborados em conjunto com os moradores de cada bairro , que assim determinavam:

- mães que trabalham fora e não tem com quem deixar seus filhos;

* Embora houvesse uma acentuada tendência Marxista, foram usados para discussão do programa textos que se reportavam a questõess da "Humanização do homem no trabalho:, "O papel fundamental da Educação", "Que sociedade queremos" e Aspectos da realidade das crianças que seriam recebidas nos CEPEC's.

- tempo de moradia no bairro porque privilegiava-se a população que se fixava nele para que o trabalho pedagógico pudesse ter uma certa continuidade;
- renda por pessoa da família.

2.4.3. A Luta Entre As Facções

O início da implantação desses dois novos CEPEC's foi marcado pela crise da Educação. Havia uma briga interna do PCB com o PC do B e vice-versa. Foram dias de grande angústia já que os projetos estavam sob a direção dessas linhas partidárias. O PCB encontrava no PMDB o apoio necessário para a esquerda progressista de que o PMDB precisava. Era também o grupo mais e organizado dentro da administração e dentro do partido. O PC do B passou a discordar do tratamento de participação da comunidade em torno dos CEPEC's. De certa forma, o Setor da Saúde estava vinculado à Secretaria da Educação, já que não existia uma da Saúde e, via-se portanto, vinculada a ela. Ambos queriam ter o processo de organização da comunidade, mas esqueceram-se do fundamental - o povo era apartidário ou, quando muito, sabia que a administração era do PMDB. Isso afastava a população das equipes de trabalho e confundia a cabeça dos funcionários que estavam agora começando a discutir o que era Educação.

Fora as questões político-partidárias, existiam conflitos com relação ao trabalho pedagógico. O PC do B queria a aplicação de Freinet e Paulo Freire como métodos únicos de trabalho, e o PCB obedecia aos princípios de Freinet por não ser um método a mais, uma renovação, e sim um modo de fazer ou método complementar vinculado ao povo e, como tal, sofreria algumas readaptações. Como ele próprio dizia "O nosso movimento pedagógico não gira de modo algum à volta de uns tantos métodos, por melhores que sejam. Não pretendemos o êxito de um método, nem a difusão de um material, por muito perfeito que seja. O nosso objetivo é a renovaçào e a modernização da escola,

eficiência dos nossos esforços, a revalorização do trabalho dos educadores no seio do povo consciente de sua missão histórica"[50].

Com o apoio do PC do B a chapa 3 do Sindicato dos Metalúrgicos que fazia oposição ao PCB e ao PMDB, houve a explosão final. O resultado foi seguido de reuniões exaustivas que resultaram na demissão dos principais quadros do PC do B e seus correligionários, ficando a administração com o apoio do PCB, MR-8 e da ala progressista do PMDB.

Isso causou, no interior dos CEPEC's uma confusão do trabalho a ser realizado. A equipe pedagógica, coordenadora também do programa, passa a fazer reuniões periódicas e de supervisão acirrada aos CEPEC's. Era preciso reorganizar o trabalho que acabou por se constituir "num conjunto de sub-programas definidos por necessidades de informação e formação de funcionários, pais e comunidade. Na verdade, o que se procurava no trabalho, era a preparação política de quadros em execução. O treinamento, como um exercício preparatório, por si só já apresentava suas falhas que vieram a se agravar após as demissões. Os questionamentos foram surgindo, foram-se acumulando, incomodando e, debaixo de uma mesma nomenclatura, de um mesmo programa de ação, se passavam coisas diferenciadas. Exercer é muito diferente de ser exercitado, treinado. Havia os que perderam a sua linguagem, a sua aceitação do meio ao qual pertenciam e queriam viver com os populares, como se a origem de classe fosse algo extirpável; outros se encantaram com a imagem do poder e do saber reproduzindo, por vezes o tão combatido processo de dominação".[51]

O trabalho com a criança também teve prejuízos consideráveis. Alguns professores e monitores revoltados com a perdas dos companheiros passam a ameaçar o programa deixando as crianças criarem a sua própria pedagogia. O espontaneísmo passou a vigorar por algum tempo até que, um dia, e aqui vale a pena colocar: "as crianças pediram a demissão dos professores pois estavam cansadas de não fazerem nada em sala de aula."

---

[50] Freinet,. G. Para uma escola para o povo.

[51] Neptune, J.B. CEPEC - A Escola Cidadã, p.61. Tese de mestrado. Faculdade de Educação, UNICAMP, p. 61, 1989.

Era necessário, portanto, retomar o processo. Era necessário discutir essas questões politicamente, entre técnicos, funcionários, pais e comunidade. Era importante que cada um soubesse o lugar que ocupava no sistema social e as implicações que daí decorriam, o que pode, como coloca Bezerra "render um comportamento positivo e não uma determinação que imobiliza a nossa ação em favor de uma outra estrutura social.

Existe um sim e um não nessa vivência e importam os dois lados. Um que consagra a ordem das coisas vigentes, e outro que a contesta e tenta engendrar o novo. Quer dizer, um lado reprodutivo e um criativo". [52]

Como coloca Neptune "era importante o engajamento de todos no trabalho das comissões de bairro, nos centros comunitários, nos movimentos de cultura popular (MCP), nos grupos de estudo, o que permitia o questionamento das informações fornecidas pela mídia. O importante era aprender o que estava por trás delas, pois essa compreesão permitia a relação com outros fatos e seus desdobramentos. Era importante para os CEPEC's que a população se apropriasse desse saber que lhe era negado, criando dessa forma uma nova concepção de sociedade e que fosse em alguns momentos especializado. Criar esse saber era o grande desafio".[53]

2.4.4. A Educação da criança de 0 a 6 anos

Um trabalho em Educação com a criança de 0 a 6 anos no setor Público e numa cidade do interior, na década de 70, podia ser considerado pioneiríssimo no país.

"As monitoras" (aspasa nosso), alfabetizadas, passariam a trabalhar com a criança. Em geral, empregadas domésticas ou operárias, pessoas que haviam lutado pela creche, por um lugar para deixarem seus filhos enquanto trabalhavam. Algumas monitoras eram mães de crianças que frequentavam os

[52] Bezerra, A. Conversando com os agentes. p. 15. Cadernos de Educação Popoular 3.
[53] Neptune, J.B. CEPEC - A Escola Cidadã. p. 63. Tese de mestrado. Faculdade de Educação. UNICAMP, 1989.

CEPEC's e, para evitar problemas de proteção, discussões periódicas de formação eram realizadas juntamente com o conselho de mães.

A lista de seleção de crianças era administrada por uma comissão de mães do bairro e por uma dos CEPEC's que fiscalizavam se as mães após terem a vaga de seus filhos, continuavam a trabalhar. Nesta questão, a creche se caracterizava muito mais numa prestação de serviços às mães, que trabalhavam fora, do que à própria criança. Portanto, o atendimento, num primeiro momento, era voltado ao adulto que trabalhava. Depois, passou-se a falar da creche como um direito da infância, da criança da classe trabalhadora, de seu direito de brincar, de conviver com o próprio ambiente e com outros adultos diferentes de seus pais, numa situação de caráter explicitamente educativo. Tentava-se manter a creche a título do direito de assistência, tanto para a mãe como para o filho, já que ao sistema interessava essa divisão - a creche somente como um depósito de criança da mãe trabalhadora.

Em 1979, existia, na periferia de São Paulo, o Movimento de luta por creches, criado no Congresso da Mulher Paulista. Também havia o sindicato que lutava por creches. Como educadoras, a equipe pedagógica do Plano Municipal de Educação participavam das reuniões do Movimento, onde aprendiam e ensinavam. Ao mesmo tempo participavam dos convênios científicos de educação, contando e discutindo o que se passava em Piracicaba. Na realidade, a administração estava comprometida com todas as iniciativas contra a ditadura e pelo retorno ao "estado de direito". Muitas dessas iniciativas tiveram seus início em Piracicaba, como o primeiro Congresso da UNE, o primeiro encontro de Sindicatos de Oposição, o primeiro encontro de Mulheres, o segundo encontro regional de Creches juntamente com a Fundação Carlos Chagas (principal órgão de pesquisa do país e o primeiro a fazer pesquisas sobre a mulher e as crianças de 0 a 6 anos). Naquele momento já se lutava por uma rede pública de creche contra a alternativa de creches domiciliares, convencionais e filantrópicas com verbas públicas.

A convivência entre monitoras e supervisoras pedagógicas foi difícil no início. As supervisoras, assim como diretoras, professores, tinham passado ou por uma escola do Magistério ou pelo ensino Superior. Eram pessoas com formações diferentes, que começaram a entender a miséria e, até, a questão da formação e informação das monitoras que estavam iniciando seu processo de aprendizagem. Ao mesmo tempo, concluia-se que o programa, gerava conflitos com o saber das monitoras. O modelo formal não se adaptava à necessidade da criança de 0 a 6 anos. Era preciso eleger uma nova bibliografia, construir novos materiais e novas alternativas.

Era preciso alargar a oportunidade cultural das crianças sem aculturá-las e sem discriminá-las e profissionalizar as monitoras politizando toda a comunidade na perspectiva da construção da democracia. O método de pesquisa era de "tentativa e erro" e de disponibilidade para aprender fazendo, sem se esquecer do fim a ser atingido - a criança.

Sabia-se da origem da opressão, mas agora estava vivenciando-a. Então, a partir daí, voltaram-se todos os esforços para a formação do educador e passava-se a privilegiá-la na seguinte direção: educação política, instrumento de autonomia intelectual, legislação do trabalho, história do capitalismo e do capitalismo no Brasil; história da educação como um processo de humanização e conscientização; movimento feminista e sindical e conceito de infância. Não se escondia a utopia socialista, que no momento era extremamente viva, já que parte dos exilados começavam a voltar para o país. Falava-se, até, em "abertura política, lenta e gradual". A Ditadura parecia ter seus dias contados."[54]

Deixava-se claro às monitoras que elas não tinham o papel de uma segunda mãe, pois era necessário acabar com o caráter assistencialista ao qual se fazia oposição.

Algumas falhas foram cometidas ao tentar criar um novo homem para a sociedade. Todo o currículo deveria ser o mais próximo a realidade da criança, o que destruía em muito a fantasia, processo esse fundamental ao

[54] Faria, A.L.G. e Mello, S.A. Nido ed Educazione in Brasile, Storia di una esperienza politica come coordinatori pedagogi, p. 56, 1994.

desenvolvimento da criança. Aos poucos, outras propostas que vinham por parte dos supervisores e diretores, foram sendo introduzidas pois sentiam falta de uma maior humanização da criança. Marx podia ser importante, mas o desenvolvimento físico e psíquico da criança era fundamental para o homem de amanhã.

2.4.5. O Setor e 0 A 6 Anos

a) Estrutura do atendimento

1. Rede e seu Funcionamento

Havia dois tipos de CEPEC's - os chamados CEPEC's I e os CEPEC's II. Foram assim diferenciados pois atendiam às demandas dos bairros com relação a clientela, e eram discutidos em comissões de creche, de escola com a comunidade.

CEPEC's I: Eram 5 e localizavam-se em Santa Terezinha, Piracicamirim,Vila Fátima, Algodoal e Caxambu. Cada CEPEC atendia crianças de 3 meses a 12, 14 anos assim distribuídos.

- 20 crianças, de 3 meses a 2 anos , em berçário;
- 80 crianças, de 2 anos a 6 anos, em creche;
- 30 crianças, de 6 anos a 7 anos, em pré-escola;
- 320 crianças, de 7 anos a 12, 14, em Educação Complementar.

Total de atendimento desses CEPEC's - 460 crianças cada um.

Total = 2300 crianças / 500 - (0 a 6 anos).

CEPEC's II: Eram 6 funcionavam e localizavam-se nos bairros de Vila Sônia, Vila Independência, Jardim São Paulo, Paulicéia, Jaraguá, Vila Cristina.

Cada CEPEC II atendia crianças de 3 meses a 7 anos, assim distribuídos:

- 20 crianças, de 3 meses a 2 anos, em berçario;

- 80 crianças, de 2 a 6 anos , em creche;

- 20 crianças, de 6 a 7 anos , em pré-escola.

Total de atendimento - 120 crianças cada um.

Total = 720 crianças / 600 (0 a 6 anos).

Total crianças atendidas = 3020

Total = 1100 crianças de 0 a 6 anos.

Creche Joaninha Morganti - embora não fizesse parte do PME, pertencia a SME com 65 crianças entre 3 a 7 anos.

- Horário de Atendimento:

O atendimento às crianças ocorria de segundas à sextas-feiras, nos seguintes horários: - entrada - das 7:00 horas às 8:00 horas e saída - das 17:00 horas às 18:00 horas para todos os CEPEC's.

b) Descrição Física dos CEPEC's

Os CEPEC's contavam com grande área de recreação, refeitórios, cozinhas experimentais, salas de aula, salões de Educação Artística, Anfiteatros, banheiros, lavanderias, sala de professores, diretoria e quarto de despejos.

Berçário: Havia um lactário para atendimento exclusivo a bebês (0 a 2 anos), sala de sono, refeitório e/ou sala de atividades, áreas livres com solário, banheiro com banheiras térmicas, chuveiros, vasos e pias.

Creche : composta de uma cozinha experimental completa com balcão térmico, sala de sono, transformada também em salão de recreação, refeitório e/ou sala de atividades, dois banheiros, um para crianças de 2 a 4 anos e outro para crianças de 5 a 6 anos, com chuveiros, vasos, pias e uma grande área externa, em comum ou não, com crianças da pré-escola e de educação complementar.

Educação Complementar: 4 salas de aula, atendendo 20 crianças dentro e 20 fora, em educação artística e física , num total de 320 crianças

c) Atividades Rotineiras Desenvolvidas

1. Berçário:

- 8:15 horas - era servida mamadeira para as crianças menores e leite e pão para as maiores. Após o café , as crianças eram submetidas a higiene.

- 9:00 horas - eram levadas ao solário para tomar sol e brincar com sucatas, papel e massinhas.

- 9:30 horas - hidratação e, logo após, algumas dormiam e as outras entravam em atividades pedagógicas.

- 10:45 horas - era servida papa às menores e comida sólida às maiores.

- 11:30 horas - as crianças eram trocadas e em seguida dormiam.

- 14:00 horas horário do lanche.

- 15:00 horas - atividades de acordo com o planejamento

- 15:30 horas - banho e hora dos exercícios corporais com os bebês.

- 16:30 horas - era servido o jantar, seguido de atividade livres até o momento da saída.

Creche e Pré-escola:

- 8:00 horas - as crianças recebiam leite, pão e manteiga.

- 8:30 horas - escovavam os dentes e usavam o banheiro

- 9:00 horas - atividades livres no pátio, sob a observação das monitoras.

- 10:00 horas - atividades dirigidas de acordo com o planejamento

- 11:00 horas - almoço. Em seguida, escovavam os dentes, usavam os banheiros.

Obs: As crianças da pré-escola tinham atividades livres no pátio.

As crianças da creche iam para a sala de sono e dormiam até a hora do lanche.

- 14:30 horas - lanche

- 15:00 horas - enquanto algumas crianças eram banhadas por três monitoras, as demais recebiam atividades dirigidas em sala de aula e vice-versa.

- 16:15 horas - era servida sopa. Logo após, escovação dos dentes e preparo das crianças para a saida dos CEPEC's.

d) O Corpo Docente dos CEPEC's

Nos CEPEC's, o corpo docente era composto de:

CEPEC's I - um diretor, uma secretária, um professor de Educação Física, um professor de Educação Artística, 4 professores de educação complementar, 8 monitoras, 4 merendeiras, 2 serventes e um zelador.

CEPEC's II - um diretor, um supervisor, um professor de pré-escla, 8 monitoras, 3 merendeiras, uma servente e um zelador.

Cada um dos membros dos CEPEC's tinha suas funções definidas pelo Regimento Comum dos CEPEC's.

e) Aspectos Pedagógicos

Dos objetivos gerais e específicos:

"Artigo 4° - A Educação pré-ecolar desenvolvida nos CEPEC's, tem por finalidade desenvolver os aspectos físicos, emocionais, mental e social da criança de idade inferior a 7 anos.

Artigo 5° - A Educação pré-escolar, embasada nas leis 4.024/61 e 5.692/71, a ser desenvolvida nos CEPEC's tem por objetivo oferecer a criança pré-escolar atividades adequadas ao desenvolvimento das suas dimensões sócio-afetivas, intelectuais e físicas, proporcionar condições para que a criança desenvolva sua capacidade sensório-motriz, iniciativa, responsabilidade e

criatividade (Lei n. 10.125/68); desenvolver hábitos, habilidades e atitudes que são essenciais ao ajustamento satisfatório do indivíduo e que podem ser adquiridos eficientemente antes que a criança esteja pronta para um ensino escolar mais formal".[55]

Toda a filosofia educacional dos CEPEC's era a de uma escola aberta, menos burocratizada. Um ensino mais vivencial, flexível e individualizante onde se respeitava a cultura e o desenvolvimento de cada grupo social.

1) "Qualquer que seja a etapa da vida que se considere a educação verdadeira desenrola-se segundo o princípio geral de "experiência tacteante" que ultrapassa todos os outros métodos mais ou menos científicos. A educação sistemática erra logo que pretende substituir um processo que é a própria lei da vida pelos métodos racionais. Tudo o que ela pode e deve fazer é tornar esta experiência tactante cada vez mais rica e acelerar sua evolução no intuito de permitir a ascenção máxima dos indivíduos à eficiência social e a humanidade".[56]

Para se alcançar tal ambiente rico é preciso entender o que ele significa: "meio natural, onde o trabalho do educador será bastante mais fácil: bastar-lhe-á compreender o novo espírito pedagógico e saber "ajudar" como convém a experiência infantil. A nossa reserva de infância não será pois uma sala ou um parque qualquer. A preparação material e técnica deste meio será, compreende-se porque, uma das nossas essenciais preocupações educativas".[57]

Nos CEPEC's as crianças tinham lugar onde podiam exercer atividades de jardinagem, observações de experiências, etc. A natureza era mais explorada que a sala de aula, mas não só ela. As salas de aula tinham suficientes elementos que permitiam inúmeras atividade com elementos naturais. Demos privilégio às experiências tacteantes por considerá-las a primeira fase do trabalho manual e intelectual, aliás, utilizamo-nos do pressuposto de Gramsci"Todos os

[55] Regimento Interno dos CEPEC's, p. 2. SME. Prefeitura Municipal de Piracicaba, 1980.
[56] Freinet, C. Para uma escola para o povo, p. 33.
[57] Idem, ibidem, p. 35.

homens são intelectuais, mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais".[58]

2) As linguagens eram desenvolvidas brincando de teatro, interagindo com o grupo, contando suas próprias experiências. As atividades em grupos são entendidas como forma de promover a participação, a troca de idéias e o estímulo ao pensar.

3) O processo de aprendizagem era a preocupação dos CEPEC's. A escola devia sempre lembrar que cada ser humano era diferente um do outro, que cada um possuía suas potencialidades, limitações, dificuldades, caminhos próprios e diferenças.

A contribuição de Piaget para o trabalho foi rica nesse sentido. Veja-se a questão da apredizagem. Para que acontecesse aprendizagem, devíamos estar cientes de que deveria existir, antes, um desenvolvimento que possibilitasse essa aprendizagem. O fato de uma criança aprender certas coisas não significava que ela estivesse se desenvolvendo. Era importante que essa aprendizagem provocasse mudanças nas crianças para que elas pudessem fundamentar outras aprendizagens.

O importante era deixar a criança bastante livre para a sua criatividade, bastante solta para seus próprios caminhos e que mantivéssemos a disponibilidade de acompanhar as crianças nas áreas que estavam precisando de auxílio podendo, dessa forma, auxiliá-la a completar sua formação. Tentávamos redirecionar as atividades no sentido de que, ao saber provocar os desafios certos dos quais a criança precisava, dávamos oportunidade para que ela se desenvolvesse. Se a criança recebesse coisas prontas, só rotina, ela poderia ir aprendendo, mas não se desenvolveria interiormente.

4) A situação de brinquedo livre, onde a criança inventava sua brincadeira, era uma atividade estimulada nos CEPEC's por envolver a criatividade, o pensamento. A criatividade e pensamento são aqui entendidos como aqueles que direcionavam na busca de soluções das coisas, das necessidades.

---

[58] Gramsci, A. Os intelectuais e a organização da cultura, p. 7, Ed. Civilização Brasileira, 1982.

Quando a criança brinca pelo valor intrínseco do brinquedo, pelo prazer de brincar, o seu engajamento na atividade é honesto e total. Ela se dá, cria os valores, atende suas necessidades, vivencia papéis. Isso faz com que a criança passe a se interessar pelas coisas pelo valor real delas, tornando suas atividades produtivas. Essa capacidade de engajamento pelo valor real da coisa vai se desenvolvendo mais tarde, levando-a a um maior engajamento na sua participação social, no seu trabalho, na sua vida. O importante era que essa participação fosse canalizada para um trabalho produtivo, a vencer obstáculos tal como a vida lhe apresenta.

Viver é optar, discernir, criticar, analisar, deduzir. Não é comprar pacotes prontos onde já estão escritas as soluções. A escola não tem que simular a vida, mas vivê-la.

5) "Sabemos que os fatos não existem isolados ou fragmentados em seus aspectos, mas estão intimamente relacionados uns com os outros. Não há, pois, porque fragmentar essa realidade em matérias e atividades distintas, mas é preciso apresentar a realidade na sua complexidade e dinâmica, para que a criança possa, através da visão do contexto global, formar conceitos e idéias.

A proposição de um planejamento organizado em torno de uma idéia central (Centro de Interesse), dinamizava o processo educativo e dava direção aos objetivos. Nesta proposição de um planejamento integrado, as situações de aprendizagem não eram propostas ao acaso, nem como atividades isoladas, mas faziam parte de um conjunto onde os problemas e as atividades são propostas numa linha de encadeamento, onde as atividades partiam do simples para o complexo, levando a perceber o mundo como um conjunto de experiências complementares".[59]

Para isso valorizou-se muito o planejamento participativo, entendido como um processo político onde se parte para a construção do futuro de uma comunidade, ou seja, através de um processo coletivo com membros da comunidade e técnicos, monta-se a escola com um currículo social - extrai-se da

[59] Plano Municipal de Educação. p. 4, 1980. SME. Mimeo.

comunidade seu cotidiano, sua dificuldade, as informações quantitativas feitas através de uma análise descritiva, que podem ser enriquecidas com avaliações qualitativas da comunidade. Com isso, pretendia-se estimular a conscientização da comunidade com relação aos problemas, propiciar o desenvolvimento da criatividade na busca das soluções dos problemas, diminuindo o risco da descontinuidade do trabalho, já que a mesma é um problema sério em propostas como esta dos CEPEC's. Acredita-se que isso ocorra devido a vinculação das políticas sociais a um processo maior da política partidária.

f) Canais de Participação

Os CEPEC's foram, então, uma forma que a administração municipal encontrou para que se induzisse o povo a participar do processo. Tanto é assim que nem todas as organizações populares possuiam Centros Comunitários. Chegamos a ter, no final da Administração, 53 organizações populares de bairro e nem todas em centros comunitários.

Esses canais de organização de poder da comunidade - (CEPEC's), através de seus: Conselho de Avaliação, Conselho Pedagógico, Centros Comunitários, Postos de Saúde, Comissões de bairro, Câmaras Social, Meio e Fim, Conselho de Governo, constituiam-se em mecanismos de descentralização de poder, retirando-o das mãos de uma minoria privilegiada e dividindo-a com a população. O Conselho de Governo , instância maior do processo, concretizava a proposta. Formava na verdade, o grande conselho político e a ideologia do político nos rumos da administração.

Eram esses locais, pontos irradiadores de ideologia para os bairros e, simultaneamente, auscultava-se os desejos da população, visando prepará-la para o processo político. Eram assim formados:

Conselho Pedagógico: formado pelo Secretário da Educação, coordenadores do Plano Municipal de Educação e diretores de cada CEPEC. Era a instância primeira do processo de tomada de decisões, de elaboração e

encaminhamenteo de propostas; da implantação e orientação para o desenvolvimento dos vários programas previstos; da integração da Secretaria com outros organismos da Administração; da seleção, preparação e acompanhamento do desenvolvimento daqueles elementos da comunidade para a concretização do Plano Municipal de Educação; trabalho conjunto com o Conselho de Avaliação.

Conselho de Avaliação: formada pelo diretor, supervisor, secretário, um representante dos professores, dois representantes de monitores (1 do berçário e outro da creche), um representante da limpeza, um da merenda escolar e pessoas da comunidade.

A função do Conselho: 1) suporte do trabalho do Secretário de Educação e da Equipe Pedagógica do Plano Municipal de Educação; 2) discussão e solução dos problemas internos da unidade e da comunidade tanto a nível do pedagógico, como do político.

Câmara Social: formada pelas Secretarias e coordenadorias da Educação, Saúde, Bem Estar Social e Habitação, mais as comissões a fins e Centros Comunitários.

Funcionava como instância maior no processo de reivindicações, avaliações, proposições e encaminhamentos de propostas e soluções dos problemas existentes.

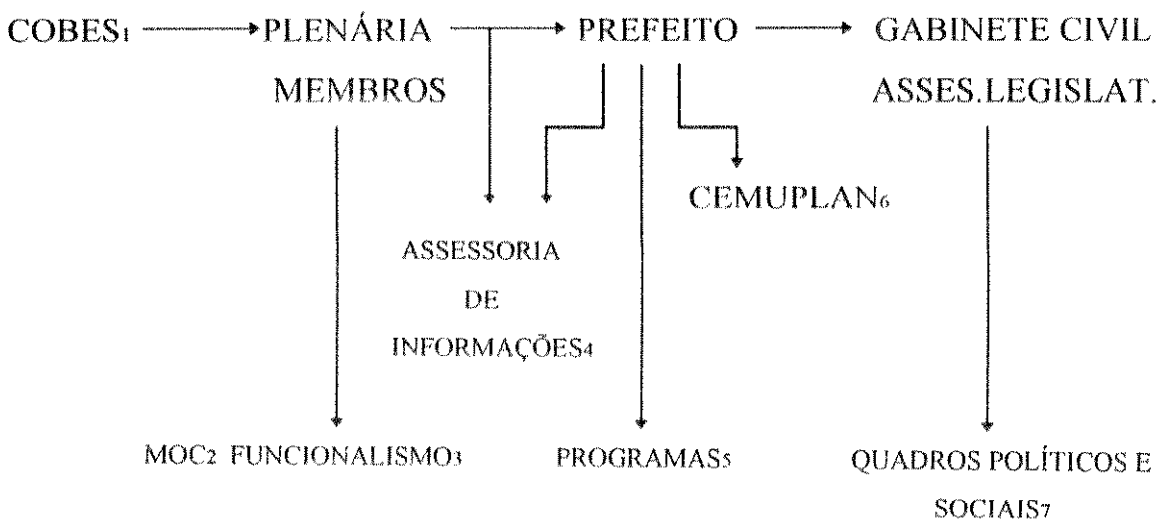
Câmara Meio: formada pelas Secretarias e coordenadorias relacionadas as finanças da Prefeitura, representantes da Comunidade (membros das Comissões a fins e Centros Comunitários). Funcionava mais como um órgão técnico do processo político. As discussões eram, com relação as questões jurídicas e aos aspectos administrativos.

Câmara Fim: composta pelas Secretarias, coordenadorias e programas vinculados a execução, ou seja, a obras, bens e serviços, mais as comissões a fins e Centros Comunitários. Aí, se discutiam as obras prioritárias a serem instaladas nos bairros e na cidade.

Conselho Superior de Governo: funcionava como uma sociedade organizada tutelando o Estado. A finalidade era anular, a nível local, a representação das minorias privilegiadas da população.

Para esclarecimento detalhado sobre sua composição, ver quadro a seguir.

ESTRUTURA INFORMAL E POLÍTICA DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL - CONSELHO SUPERIOR DE GOVERNO



1 - COORDENADORIA DE BEM ESTAR SOCIAL. *

2 - SOCIEDADE - Centros Comunitários, Conselhos Sociais (Saúde, Habitação, Educação e Abastecimento), Conselho Meio (Concorrências, Impostos, Legislação), Conselho executivo (Obras, Bens e Serviços), Federação das organizações populares de Piracicaba, Conselho Orçmentário dos cidadãos, Conselho Tarifário de Natureza Social. *

3 - QUADROS DA PREFEITURA MUNICIPAL - Associação dos Funcionários Públicos Municipais, Cooperativa Municipal, Secretarias, Assessorias, Coordenadorias, Autarquias (SEMAE), Comitê de Dirigentes Operários, Comitê Técnico, Comitê Jurídico e Programas. *

4 - ÓRGÃO DE CONFIANÇA - Gerência do Programa CURA, Programa Municipal de: Educação, de Saúde, de Segurança da Periferia, embelezamento da cidade, habitação, Transportes urbanos, Movimento de Cultura Popular, Conselho de Defesa do patrimônio Histórico e Artístico de Piracicaba, Engenho Central e Programa Municipal Abastecimento. *

6 - ÓRGÃO TÉCNICO.*

7 - QUADROS POLÍTICOS E SOCIAIS - Vereadores, Sindicatos, Núcleos Partidários de Base, Gerentes de Programas, Câmara Social, Câmara Meio, Câmara Executiva, Militantes. *

OBS.: * SOCIEDADE ORGANIZADA TUTELANDO O ESTADO.

2.4.6. Programas que complementavam o trabalho dos CEPEC's

a) Merenda Escolar

Os CEPEC's orgulhavam-se de oferecer alimentação farta e de composição que buscava ser adequada ao desenvolvimento das crianças, o que lhes facultava reivindicar a situação de modelo de alimentação escolar em todo o Estado de São Paulo. Não recebíamos alimentos do Governo Estadual. O governador Paulo Maluf suspendeu-a devido a um discurso do prefeito João Herrmann Neto, que se referiu a sua pessoa como "o câncer da sociedade" [60]. Portanto, a merenda escolar vivia com recursos da municipalidade.

Visando melhorar o estado nutricional das crianças atendidas pelo CEPEC e, consequentemente, a sua capacidade de aprendizagem o Setor de Alimentação Escolar (SAE) desenvolveu, nesses centros, o Programa de Assistência e Educação Nutricional.

Para atender aos objetivos acima citados eram servidos nos CEPEC's 4 refeições: café da manhã, almoço, merenda das 14:00 horas e 17:00 horas.

Os cardápios constavam diariamente de preparações a base de carnes, ovos, legumes, frutas, leite e cereais; que supriam 100% das necessidades diárias das crianças em nutrientes, respeitando hábitos alimentares da região.

Em 1982, o programa fornecia diariamente cerca de 8 000 refeições preparadas por cozinheiras que eram devidamente treinadas por técnicos especializados.

O número de cozinheiras do CEPEC variava conforme a quantidade de crianças atendidas em cada unidade educacional.

Os serviços alimentares eram supervisionados periodicamente por técnicos do Setor de Alimentação Escolar para o controle e qualidade dos

[60] Declaração da memória.

mesmos. Esses técnicos contratados pela Administração vinham da ESALQ, do curso de Economia Doméstica.

Paralelamente à assistência nutricional, promovia-se a educação nutricional através de cursos, palestras e reuniões entre técnicos, pais, funcionários e crianças dos centros..

Eram discutidos temas relacionados com alimentação infantil, higiene e saúde, hábitos e tabus alimentares e formas alternativas de consumo.

O Setor de Alimentação Escolar estendeu seus serviços a comunidade através de cursos de Educação do Consumidor visando orientar a família a utilizar, de maneira eficiente os seus recursos disponíveis. Como realizar boas compras, influência da propaganda, orçamento doméstico, eram alguns dos temas discutidos em cursos práticos como os de arte culinária e confeitaria desenvovidos nas dependências dos CEPEC's

A preocupação da administração pelo Programa de Assistência e Educação Nutricional, justificava-se por se tratar de uma atividade social das mais eficientes para o combate da subnutrição da criança e a melhoria da sua saúde e desenvolvimento, promovendo direta ou indiretamente a sua educação. [61]

b) Programa de Saúde

"A medicina, apesar de ter se desenvolvido, não foi capaz de resolver os problemas de saúde da população, pois juntou seu atendimento nas grandes cidades, dando preferência às atividades curativas e não preventivas e ainda mais, voltando seus interesses para o aperfeiçoamento de técnicas no tratamento especializado, deixando de lado os problemas que atingem a maioria da população.

Nesse sentido surgiu a necessidade de uma medicina comunitária que oferecesse uma saída para a aplicação de medidas que impedissem e curassem as doenças.

[61] Documento do setor de alimentação escolar. Mimeo, 1982.

O Programa de Saúde da Administração João Herrmann Neto, fez esse tipo de medicina e procurou atender a toda a população que morava nos bairros periféricos, onde estava o trabalhador de baixo salário e que não tinha condições de cuidar de seus filhos.

"Embora os Governos Estadual e Federal defendesse a idéia do planejamento familiar (controlar a natalidade), para a administração não interessava esse tipo de trabalho. Interessava mudar a política econômica do país e não em controlar o tamanho das famílias. Interessava cuidar de seus filhos antes que a doença se instalasse no seu corpo".[62]

O que se fazia assim era:

- um trabalho de discussão do uso indiscriminado das pílulas anticoncepcionais. As mulheres de repente, passaram a dispor da pílula para evitar filhos, sem saber como usá-las corretamente e sem saber dos efeitos que elas produziriam em seus corpos.
- montou-se também o Programa de Atenção Materno-Infantil, voltado para atender crianças recém-nascidas e até 15 anos de idade, dando ênfase à criança de 0 a 6 anos. Visava , também, atender a mulher, sendo então sudividido em duas partes: uma voltada ao atendimento da gestante e uma outra dirigida a todas as mulheres, tratando da prevenção do câncer ginecológico.
- outro trabalho desenvolvido foi o programa de imunização voltado para as seguintes doenças: tétano, difeteria, tuberculose, paralisia infantil, coqueluche e sarampo.
- programa de saneamento - juntamente com o acompanhamento da população e utilizando funcionários especialmente preparados nas atividades de saneamento, a população vigiava e acompanhava o programa de expansão e aprimoramento dos serviços de abastecimento de água e de coleta de esgoto sanitário, em comum acordo com o Serviço Municipal de Água e Esgoto - SEMAE. Também faziam parte das funções do programa a disposição do lixo, a alimentação pública e a salubridade das habitações e instalações

[62] Boletim de Saúde, Administração João Herrmann Neeto, nº 1, p. 1, 1980.

industriais. Nesses casos, as atividades eram de fiscalização, controle, orientação e supervisão por parte de técnicos e comunidade.

- programa de Saúde escolar - as crianças matriculadas nas escolas e CEPEC's, eram alvo de atenção especial voltada à detenção dos problemas de saúde escolar, com acompanhamento do desenvolvimento e desempenho de cada criança. Os professores e monitores eram também agentes de saúde dentro dos CEPEC's e na comunidade.

Até 1982, tinha-se 16 Postos de Saúde. Procurava-se, na medida do possível, acoplá-los aos CEPEC's para facilidade de atendimento à criança. Eram eles: Posto de Saúde de Santa Terezinha, Piracicamirim, Saltinho, CECAP, Posto de Pronto Atendimento, Jardim Esplanada, Ibitiruna, Coréia, Arraial de São Bento, Vila Fátima, Vila Sonia, Jaraguá, Jardim Brasília, Anhumas, Santana/Santa Olímpia e Tupi.

Portanto, o Modelo de Medicina Comunitária adotado pelo Programa Municipal de Saúde caracterizava a atenção médica segundo os fatores de:

- Precocidade (lactante, pré-escolar, escolar, adolescência, adulto, gravidez);
- Periodicidade ou Continuidade (número de ações, ou consultas, que deviam ser realizadas sobre cada indivíduo, no ano);
- Cobertura (porcentagem de pessoas de determinada população sob a proteção médica em área determinada).

Com isso, a ação médica se constituiu num conjunto de atividades de prevenção e/ou reparação que deveriam ser aplicadas simultâneamente sobre o cidadão, são ou enfermo, de forma a preservar ou elevar seu padrão de saúde.

Isso se consegue com a participação da comunidade. Criou-se o Conselho Comunitário de Saúde que levantava os problemas de Saúde da população e propunha soluções, tendo como objetivo maior a formulação de uma "Política Municipal de Saúde."[63]

---

[63] Comunidade e Governo jtraçando novos caminhos. In: Cartilha de Saúde. Prefeitura Municipal de Piracicaba. 1980.

CONCLUSÃO

Não basta dizer que as eleições municipais de 1982, selaram a sorte dos CEPEC's. Apesar da vitória do PMDB, a corrente vencedora não tinha os mesmos compromissos político-pedagógicos que o prefeito João Herrmann Neto. Em decorrência disso, a experiência, embora tenha sido demolida no que tinha de pioneira, passou a incorporar-se aos padrões comuns de atendimento ao pré-escolar existente no país. E ela esta aí, a cada administração vendo aumentar o seu atendimento à educação da criança de 0 a 6 anos.

Não importa o quanto se possa ter falhado na busca de um modelo democrático participativo. Essa consciência se dá com muita luta, tendo, às vezes, que induzir e mesmo seduzir a comunidade a participar. A população só vem quando sente que a formulação de políticas são fundamentalmente comprometidas com as suas necessidades. E, só se tinha quatro anos para realizar tudo isso.

Não importa se alguns bens e serviços acabaram como fins em si mesmos; que alguns centros comunitários tidos como polos irradiadores de todo o processo de organização da comunidade acabaram por estabelecer algumas relações de dependência com a Administração, não conseguindo por vêzes se consolidar como entidade máxima de organização e representatividade da comunidade. Afinal, estava-se ainda buscando uma democracia mais participativa, ou melhor, tentando entender o que seria uma Democracia mais participativa.

Não importa, se houver erros ao apostar no aparelhismo da máquina da Prefeitura e não no contrôle do aparelho partidário que não é só municipal, mas nacional. Achou-se, em parte, que a Administração João Herrmann Neto foi útil ao PMDB dando-lhe expressão nacional, mas há que se ver, também, a existência de outras forças (conservadoras) que não estavam preparadas para os avanços ocorridos em Piracicaba.

Não importa se houve falha ao resguardar os quadros que se formavam, cada vez mais dentro da máquina administrativa, atuando cada vez mais dentro do aparelho da Educação, da Saúde, pois os programas aconteciam.

Não importa o quão difícil foi trabalhar com as diversas forças partidárias que não tiveram a clareza ou a compreensão correta, que cada vez que travavam uma luta interna e entre si, perdiam na medida do suprapartidarismo, a força dentro do PMDB. A maioria dos vereadores hoje com mandato na cidade, hoje 1995 surgiram deste processo, inclusive 4 deles fizeram parte do Plano Municipal de Educação.

Apesar disso...

Acredita-se que a Administração João Herrmann Neto realizou muito pelo pouco tempo que teve (5 anos e meio). As sementes estão aí, fincadas para frutificar a qualquer momento. A Democracia fez-se presente e o povo conquistou a sua cidadania ao ser atendido em seus direitos.

O programa de 0 a 6 anos foi consolidando-se como prova de algo gestado nesse período (1977/1982).

A administração João Herrmann Neto mostrou claramente a importância de uma política de atendimento à criança de 0 a 6 anos. Sabemos que essa faixa etária corresponde a uma fase decisiva do desenvolvimento infantil. Portanto, esse atendimento adquire cada vez mais importância para a sociedade, tanto no apoio à mãe e à família como no papel preventivo que pode desempenhar junto à criança.

Um governo democrático deve garantir esse direito que a população há muito vem reivindicando; de atender o cidadão de 0 a 6 anos.

É preciso "vontade política" para garantir um programa dessa importância. Ele envolve outros setores e secretarias afins, tornando-se oneroso para o Município. Mas o cidadão de Piracicaba parece reconhecer que onde existe uma creche pode existir um Posto de Saúde e um Centro Comunitário. Assim ele terá Educação, Saúde, Lazer e um espaço para discutir as suas necessidades.

É um programa que parece continuar tendo o apoio integral da população já que as demandas são cada vez maiores. Mesmo para aqueles que não conseguem ter uma consciência mais crítica , sabem que alí, no CEPEC, pelo menos a criança come e só por isso já é importante.

O trabalho realizado pela Secretaria Municipal de Educação de Piracicaba, na Administração João Herrmann Neto, aponta que a falta de uma política de atendimento à criança de 0 a 6 anos tem tido como consequência a descoordenação das iniciativas dos vários órgãos e a pequena oferta de serviços disponíveis para a população, tanto através de creches como de pré-escolas.

Portanto, para que um governo democrático garanta esse direito e atenda as reivindicações é necessário:

- estabelecer metas e etapas que viabilizem a expansão da rede pública de atendimento, tendo em vista as condições existentes: o que se pode fazer em 4 anos de mandato?
- estabelecer prioridades, levando em conta as necessidades da maioria, uma vez que os recursos são escassos;
- garantir a irreversibilidade de cada etapa atingida em direção às metas definidas;
- elaboração de uma legislação específica para essa faixa etária;
- garantir que as redes de creches e pré-escolas fiquem sob a responsabilidade das administrações municipais;
- garantir a qualidade do serviço investindo na formação adequada de todos os elementos que atendam essa faixa etária, através do acompanhamento constante de técnicas especializadas, programas de reciclagens e aperfeiçoamento;
- garantir que não seja um trabalho isolado dos demais setores comprometidos como desenvolvimento da criança;
- as creches devem ser abertas para todas as crianças procurando evitar qualquer tipo de segregação. Entretanto, enquanto não se garantir vagas em número suficiente, torna-se necessário estabelecer prioridades de atendimento;

- a ação organizada da população na luta pelos seus direitos é condição para garantir etapas irreversíveis na direção de soluções definitivas;
- a participação da população é fundamental. Ela deve envolver não só a reivindicação pelo equipamento, como também a participação na sua gestão;

Todos esses ítens, acima relacionados foram usados como subsídios no documento do Governo Montoro que tinha ênfase maior a participação da comunidade.

CAPÍTULO 4

CAPÍTULO 4

GESTÃO JOSÉ APARECIDO BORGHESI - PMDB - 1982/1983

1. A TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA QUE NÃO OCORREU

Em 1982, o prefeito João Herrmann Neto foi eleito Deputado Federal com aproximadamente 114.000 votos, fazendo do PMDB um vencedor nas urnas em Piracicaba.

Mas, as muralhas do frágil "poder popular", construído anteriormente, estavam em perigo. Assumia a administração pública o administrador de empresas, José Aparecido Borghesi, vice-prefeito da chapa que ganhou as eleições em 1976, agora rompido politicamente com João Herrmann Neto e com as forças* que sustentavam os programas da administração. José Aparecido Borghesi, filiado ao PT, fazia parte de um grupo de professores da UNIMEP, que reunia alguns intelectuais da cidade e bancários que se organizavam em torno da nova força política da cidade (o PT). Mas, nada ainda se comparava ao poder do PMDB na cidade que tinha o apelo popular, tornando-o a maior força política existente no local. Uma briga interna do PT, na escolha de Renato Maluf para candidato às eleições de 1982, fez com que o vice-prefeito José Aparecido Borghesi saísse do partido, retornando aos braços do PMDB na sua ala conservadora, sob o comando do ex-prefeito Adilson Maluf.

Já, no comando da Administração Municipal e de volta ao PMDB, o prefeito José Aparecido Borghesi vem para junto de todo o corpo de funcionários da Administração, principalmente àqueles ligados ao Plano Municipal de Educação, valorizando e prometendo a continuidade dos trabalhos, até então desenvolvidos nas Secretarias. Mas, esse olhar de continuidade veio

* PC do B.

durar pouco tempo. Em dois meses, a administração José Borghesi assumiu uma nova feição que não aquela voltada para as camadas mais baixas da população.

Não havia projetos, a não ser aqueles que prepariam a máquina administrativa para as eleições municipais de 1982. Retomou-se a Centralização político-administrativa, tão combatida na administração anterior (João Herrmann Neto). Uma circular foi enviada a todas as Secretarias de cunho social impedindo qualquer trabalho que envolvesse a participação da comunidade junto aos equipamentos da Prefeitura, ou seja, nos CEPEC's, nos Postos de Saúde, nos Centros Comunitários, etc. O trabalho deveria voltar-se aos seus aspectos técnicos e pedagógicos.

Uma onda de "terrorismo" parecia assolar a prefeitura. Os quadros políticos se viam encarcerados nos equipamentos sociais e as demissões passaram a ocorrer. Mas uma vez, as questões partidárias se tornavam responsáveis pelo afastamento do trabalho junto à população. Havia e sentia-se uma revolta surda dos quadros mais politizados da administração. Credita-se isso ao fato de os mesmos haverem sentido o sabor da participação e alguns ecos da cidadania. A população batia às portas dos CEPEC's em busca de respostas que a fizessem entender o porque de tais mudanças. O início foi o silêncio!

O autoritarismo imperava. As demissões e readmissões que passaram a ocorrer não tinham explicações lógicas, nem mesmo no campo da política. Segundo o prefeito José Borghesi elas serviam como "testes de lideranças" e de "força política de cada bairro"[64] (aspas é nosso).

Enquanto a administração usava essa fala como se fosse uma estratégia, os quadros mais politizados da administração, em concordância com o trabalho que havia sido desenvolvido anteriormente, sabiam que era uma "guerra de posição" e, neste sentido, a participação era fundamental para se ganhar espaços. Com a população cada vez mais excluída dos espaços, anteriormente usados como pólos de contato entre administração, sociedade e comunidade e sem organização fortes de bairro, os funcionários, num espaço curto de tempo

[64] Reunião com funcionários do PME, realizada no prédio da Merenda Escolar, 1992.

viam a destruição, em parte, de 4 anos de trabalho, que visava acima de tudo a transformação dos indivíduos em cidadãos.

A administração José Aparecido Borghesi teve início no dia 15 de maio de 1982, encerrando-se no dia 31 de janeiro de 1983. Foram apenas oito meses de mandato cuja principal tarefa foi a de presidir as eleições municipais de 1982, colocando a máquina administrativa trabalhando intensamente para o PMDB que saiu vencedor nas eleições de 1982. João Herrmann Neto se elege deputado federal com votação expressiva das classes populares e Adilson Maluf retorna a Prefeitura de Piracicaba pelas mãos do prefeito José Borghesi e sua ala conservadora.

2. A POLÍTICA EDUCACIONAL E SUAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS SOB A ORIENTAÇÃO DA SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO MARLENE VOLTANI CESTA - 1982/1983

A Secretaria Municipal de Educação foi assumida, em 1982, pela professora Marlene Voltani Cesta. Com uma visão contrária aos trabalhos dos CEPEC's, via agora a grande chance de proclamar a "sua Educação" (aspas é nosso). Em reunião com o Conselho Pedagógico, que era formado pela equipe pedagógica e coordenadora do PME, Diretores e Supervisores dos CEPEC's disse: "É bom que comecemos a entender a nova filosofia da Secretaria Municipal de Educação, ou seja, a de que para se educar uma criança não é preciso trabalhar a comunidade pois as mesmas não entendem nada de Educação e, portanto, muito pouco tem a contribuir com sua educação. Voltemo-nos ao trabalho estritamente técnico-pedagógico com a criança. É esse hoje o alvo da Secretaria da Educação". [65]

Os atritos entre a Secretária Marlene Voltani Cesta e o Conselho Pedagógico começaram a ganhar força a partir dessa sua fala, culminando na anulação de um concurso interno realizado pelo PME para ativação de dois

[65] Reunião - Setor de Merenda Escolar com o Conselho Pedagógico do PME. Fevereiro. 1992.

CEPEC's. O motivo da anulação deu-se porque a Secretária "não concordou com o perfil dos candidatos aprovados" - "são políticos demais" disse a Secretária. Isso resultou no afastamento, mas não na demissão, da equipe pedagógica que se transferiu para os trabalhos em São Paulo, na eleição de Franco Montoro. Os diretores e Supervisores continuaram nos CEPEC's tentando levar adiante o processo político-pedagógico, mesmo sem nenhum apoio para os avanços necessários.[66]

A tarefa que os diretores, supervisores e demais funcionários do PME tinha era de adequar as expectativas às reais possibilidades e se empenhar para que em 1983 se tivessem melhores condições de trabalho.

Os CEPEC's haviam crescido em qualidade. Mesmo os mais recentes eram capazes de diagnosticar os problemas e propor soluções que visassem, não somente, a resolução imediata do problema, como a formação e informação do pessoal (monitores, supervisores, professores e serventes). A própria direção do equipamento era capaz de perceber que algumas das soluções apontadas, não os sanavam totalmente.

Era chegada a hora dos CEPEC's darem um salto:- já se havia conseguido que o processo de seleção fosse não clientelista; que os processos de decisão fossem partilhados por todos, pois se acreditava e se investia na divisão de responsabilidades: já existia uma alternativa pedagógica para crianças de 0 a 6 anos em ação, embora com falhas, mas existia. Os CEPEC's constituíam-se, portanto, em uma realidade em Piracicaba. Eram 150 funcionários e 1100 crianças atendidas na faixa etária de 0 a 6 anos.

Havia coisas concretas a serem realizadas, tais como: aprofundar nas reciclagens do corpo docente; ousar mais nas discussões com funcionários, pais e comunidade, no sentido de elevar o nível de participação, seja nas decisões, seja na distribuição de renda. Era preciso informar e ser crítico perante a realidade. Só dessa maneira seria possível construir opinião, posições e

[66] Declaração dada em memória.

expectativas. Mas os espaços se tornavam cada vez mais estreitos. O trabalho estava sendo isolado pela própria administração e já havia até falta de material.

Incansáveis foram as reuniões feitas com os CA (Conselho de Avaliação), o CP (Conselho Pedagógico) junto a Secretária de Educação Marlene Voltani Cesta, no sentido de implementar os avanços necessários para a melhoria de qualidade do trabalho dos CEPEC's. Mas as discussões não avançaram. Havia uma resistência muito forte por parte da Secretária, que era apoiada pelo Prefeito e forças aliadas.

Em suma, o que se podia entender diante de tal resistência era o fato de que "a viabilização e continuidade do programa dos CEPEC's fortaleceria cada vez mais o ex-prefeito e deputado federal João Herrmann Neto e as forças a ele aliadas" (aspas é nosso) e isso não interessava a atual administração.

Embora o trabalho pedagógico continuasse, a nível interno, com as crianças, faltava nele a sua essência política que era a Participação da Comunidade nas lutas que envolviam uma melhor qualidade de vida. Quando isso foi roubado do Plano Municipal de Educação, o desânimo começou a tomar conta dos funcionários. O trabalho político ainda era frágil e a luta que havia de ser travada era longa demais. A grande maioria dos quadros políticos que pertenciam aos CEPEC's haviam sido demitidos por suas ações junto a comunidade.

Tudo se agravava. Até a Câmara Municipal passou a aprovar projetos que tinham como interesse a abertura de avenidas em terrenos que pertenciam às elites piracicabanas, deixando de fora a aprovação dos novos CEPEC's. Isso reagrupava grupos econômicos que haviam no período de 1977 a 1982, perdido seu poder de comando na cidade.

2.1. O Papel da Educação nas Eleições de 82

A luta pelo poder dentro do PMDB - Piracicaba, foi das mais "virulentas, crivada de processos e de apelos à Justiça Eleitoral", segundo Elias Neto.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

Francisco Antonio Coelho, presidente do PMDB local, alegava que as fichas de inscrição do partido tinham sido perdidas, vindo-se depois a saber que ele próprio conseguira um boletim de ocorrência junto ao corpo de Bombeiros, para comprovar que o rio invadia seu escritório, embora localizado na parte alta da cidade e com isso, as fichas de inscrição tinham sido danificadas. Era a maneira de, apenas com os inscritos pelo seu grupo, manter o controle da maioria do partido.

Assim, "Francisco Antonio Coelho, candidato do PMDB e presidente do partido e Adilson Maluf, também candidato do PMDB e do prefeito José Aparecido Borghesi, uniram forças dentro do partido e reservaram, para si mesmos, duas das três sublegendas, saindo ambos a candidato a prefeito, e recusando a vaga a Newmann Ribeiro Simões, candidato do ex-prefeito João Herrmann Neto, numa fase conturbada de impugnações e de divergências dentro do partido. Foram impugnados cerca de 3000 filiados pertencentes ao grupo do ex-prefeito e deputado federal João Herrmann Neto, o que fez com que o grupo, pertencente a este, ficasse sem sublegenda já que a 3ª sublegenda, pelo acordo nacional, ficou com o extinto PP* com a candidatura de Antonio Carlos de Mendes Thame".[67]

A candidatura de Antonio Carlos de Mendes Thame foi levada ao Plano Municipal de Educação pelo ex-secretário de Educação Barjas Negri (Administração João Herrmann) a quem todos tinham o maior reconhecimento. Novamente as promessas de continuidade dos trabalhos dos CEPEC's se fazia ouvir do candidato.

O PME foi discutido e rediscutido com o candidato Antonio Carlos de Mendes Thame no seu comitê eleitoral situado à Rua Governador Pedro de Toledo, centro da cidade. A cada discussão o candidato Mendes Thame deixava menos clara a sua posição com relação a participação da comunidade junto aos CEPEC's. E isso se tornou mais evidente a partir de suas recusas para que se

---

* O PP (Partido Popular) num acordo nacional, se coliga com o PMDB, garantindo ao PP uma sublegenda para seu candidato às eleições de 1992.

[67] Neto, Cecílio E. Piracicaba Política - A História que eu sei. 1941/1992. p. 214. Edição Prefeitura Municipal de Educação, Ação Cultural, 1992

apresentasse nos bairros. Seus discursos de campanha começavam a deixar claro que um governo voltado para as classes populares, não era o que pretendia.

Parecia ser o fim do PME - dos CEPEC's. Mas, quase que num grito de desespero, os funcionários do PME, começaram a se mobilizar cada vez mais. Era preciso preservar o que acontecia nos CEPEC's: a qualidade de seu atendimento, principalmente o das crianças de 0 a 6 anos, algo inovador em termos de educação a nível municipal.

Em meados de 82, formou-se um grupo composto por vários elementos dos CEPEC's: diretores, supervisores, alguns monitores, professores e serventes que discutiram uma nova estratégia para que os CEPEC's passassem a fazer parte dos planos de Governo dos candidatos.

Viabilizaram a seguinte estratégia: nos finais de semana, fora dos CEPEC's, tornaram-se agentes políticos nos bairros, como qualquer cidadão com direitos. Formaram-se grupos de discussões em cada bairro com a comunidade e com alguns Centros Comunitários. As discussões se davam pela necessidade de manter a qualidade do atendimento dos CEPEC's; Postos de Saúde, etc. e não mais de um nome para prefeito, já que se tinha perdido a sublegenda para a ala conservadora do PMDB. No entanto, sabia-se que o PMDB estava forte e possivelmente seria o grande vitorioso das eleições (como de fato foi, com a eleição de Adilson Maluf para prefeito). Tinha-se consciência do vínculo que a população mais carente fazia do PMDB com a figura de João Herrmann. O que não se tinha era uma consciência clara da divisão entre as forças existentes no próprio partido também a nível estadual. Pensava-se num PMDB forte que seria eleito em grande parte pelas forças populares e daí pensar-se na continuidade dos trabalhos. Não estavam de todo errados.

- João Herrmann, na Câmara dos Deputados, tornou-se o grande defensor da Educação em Piracicaba, chegando a escrever livros como: Estratégias Políticas de Base; A Democracia feita em casa (2 volumes); Teses Democráticas que falavam das políticas pioneiras de Piracicaba, como por

exemplo os CEPEC's e seu atendimento à educação da criança de 0 a 6 anos em regime de período integral, com recursos da Municipalidade.

- Alguns Centros Comunitários abraçavam a proposta dos funcionários dos CEPEC's. Afinal, era lá onde seus filhos eram educados. Cada candidato que surgia no bairro onde os CEPEC's estavam instalados, eram levados a conhecê-lo. Mesmo os comícios passavam a ser organizados de tal forma que os CEPEC's fossem uma fonte de informação e referência para o próprio candidato.

- A Equipe Pedagógica do PME, já em São Paulo, participava das discussões e elaboração da proposta de Governo de André Franco Montoro ao governo do Estado cujas metas eram: Descentralização e Participação. Articulavam também intelectuais de esquerda como Maurício Tragtemberg, Luís Antonio Cunha e o Movimento por um Governo Democrático - PMGD formado por profissionais liberais; O jornalista Pedro Del Picca chegou a escrever "A Batalha da Colina" defendendo as políticas sociais do governo João Herrmann Neto.

CONCLUSÃO

Acredita-se que o Plano Municipal de Educação de Piracicaba, apesar do Centralismo que varreu a Administração José Aparecido Borghesi, lutou junto a comunidade para manter os objetivos propostos: participou, propôs alternativas e lutou pela sua cidadania.

Todos que vivenciaram a experiência dos CEPEC's nesse período, parece que não esqueceram a sua luta, restou uma memória que os impulsiona a rediscutir e a dialogar os erros e acertos do passado.

O Plano Municipal de Educação mesmo sofrendo alteração conseguiu fornecer subsídios à proposta do Governo Montoro (ainda em discussão), através da ex-equipe pedagógica que coordenava o PME no atendimento referente à criança de 0 a 6 anos.

Se perguntarem sobre os resultados obtidos no período a respeito de: qual pedagogia? qual prática educativa? Pode-se responder que: a **participação** é uma prática educativa e um ato político donde decorrem demandas e agentes de transformações da sociedade. Para tanto é preciso que as reflexões e ações sejam feitas sobre as instâncias estruturais, como, por exemplo, as relações sociais de produção, a gestão e a distribuição dos bens e serviços da sociedade, senão se reduz a participação às fronteiras dos distintos associativismos deixando de provocar qualquer transformação substantiva no âmago das estruturas sociais, políticas e econômicas da sociedade como um todo.

Pedro Demo considera que uma das maneiras mais efetivas de matar qualquer política social é desconsiderar seus condicionadores sócio-econômicos, pois a comunidade que não produz, esvazia seu projeto político porque acaba discutindo o nada, já que sua luta e seu esforço é sobretudo pela sobrevivência e melhoria de qualidade de vida.

Acredita-se que Piracicaba, por parte da administração José Aparecido Borghesi, ignorou, talvez propositadamente, essa concepção justamente para que houvesse um vazio, do nada a ser dito, para que os generosos economicamente pudessem ascender no poder.

CAPÍTULO 5

CAPÍTULO 5

GESTÃO ADILSON BENEDITO MALUF - PMDB - 1983 A 1988

1. O PANORAMA POLÍTICO VIGENTE EM 1982 E AS ELEIÇÕES QUE SE SEGUIRAM

A reforma partidária de 1979, teve como um de seus objetivos, de fragmentar a oposição no Brasil. Tratou-se de uma estratégia de liberação controlada dos ministros Golbery Couto e Silva (Gabinete Civil) e Petrônio Portella (Justiça).

Imediatamente após a aprovação da reforma, seis partidos se formam: Partido Democrático Social (PDS), governista e sucessor da ARENA; Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), sucessor do MDB; Partido Popular (PP) - tentativa de aglutinar o centro liberal, com razoável participação dos empresários, num partido que também se definia como oposição moderada ao regime militar; Partido do Trabalhadores (PT) focalizado na figura de Lula e no chamado sindicalismo da área metropolitana de São Paulo; Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), supostamente depositário do simbolismo trabalhista de Getúlio Vargas; Partido Democrático Trabalhista (PDT), sobre o espólio de getulismo ligado à Brizola.

Mas somente o "PDS, o PMDB e o PP, poderiam conforme as exigências da legislação partidária, disputar as eleições na maioria dos quatro mil municípios brasileiros. Pode-se, então, especular que o adiamento das eleições de 1980 achava-se, na realidade, embutido na reforma partidária de 1979. E, com efeito, o adiamento e a consequente prorrogação por dois anos dos mandatos municipais (prefeitos e vereadores) acabaram sendo impostos pelo governo, por intermédio da maioria parlamentar".[68]

[68] Lamounier, B. e Meneguellio, R. Educação Infantil e Polílitica nas escolas públicas do Município de São Paulo. p. 75. 193/1991.

Em novembro de 1981, um projeto de reforma eleitoral proposto pelo governo, impondo a vinculação dos votos em todos os níveis, obrigando os partidos a apresentarem candidatos a todos os cargos, fragmentou ainda mais a frente oposicionista, inviabilizando alianças.

Na análise de Lamounier, o sistema vigente desde 1965 não foi realmente desfeito pela reforma de 1979, uma vez que observou-se nas eleições em 1982, apesar da vitória oposicionista em dez Governos Estaduais, a ultrapassagem de 5% dos votos aos partidos pequenos em apenas quatro estados (Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Acre) nos demais permaneceu o dualismo entre PDS e PMDB.

Dessa maneira as eleições de 82, para os cargos executivos estaduais, deputados estaduais e federais se deu num contexto quase bipartidário.

Em São Paulo, as eleições caminharam para a vitória de André Franco Montoro do PMDB ao executivo estadual, possibilitando dessa maneira tomar iniciativas diversas daquelas tomadas até esse período, inclusive com a nomeação de um prefeito para a capital paulista oposicionista (uma vez que ainda vigorava a legislação que impunha ao governador, nomear seu prefeito). Tal fato pode ser considerado como o principal indício das transformações políticas recentes sofridas pelo país desde a anistia de 79. Mario Covas é nomeado prefeito de São Paulo.

Ainda em junho de 1982, de acordo com as emendas à Constituição, os mandatos municipais passariam de 4 a 6 anos e o número de deputados federais seria ampliado.

2. A PAZ DOS PODEROSOS - 1983 A 1988

Adilson Benedito Maluf, um engenheiro civil, que pela 2ª vez se torna prefeito de Piracicaba - São Paulo, é eleito em 1982 com 33.823 votos contra 29.159 votos do candidato vindo do PP, Antonio Carlos de Mendes Thame.

O novo prefeito vê a prefeitura como um "agente catalisador de todas as atividades desenvolvidas na cidade de Piracicaba, com variado grau de influência em todos os setores".[69]

No seu discurso de posse afirma que "desenvolvimento integral é tudo, é trabalho, é riqueza, é felicidade e dentro disso vamos tentar trazer este desenvolvimento para Piracicaba, através da participação popular".[70]

A participação popular tinha sido a marca deixada na cidade no período de 1977 a 1982, pela Administração João Herrmann Neto. Acredita-se que a distância entre o centro e a periferia não poderia ser medida em quilômetros, mas em distância social. E as contradições eram e continuavam imensas com relação a justiça, liberdade e democracia.

Ao contrário do Prefeito Mario Covas, que "reafirmava a necessidade de continuação da luta pela democracia do país, que a administração municipal não deveria se privar antes ao contrário da participação popular, na condução da gestão do espaço público, que a gestão da cidade haveria de ser por isso, um nome da mesma esperança, expurgando de seus vícios deformadores: o autoritarismo de um lado e o paternalismo de outro. Há um fator de fundamental importância que é o reconhecimento da dimensão do ser humano que é a questão da cidadania. Ela nasce da afirmação e do respeito à dignidade e da convicção de que cada homem e todos os homens tem o direito do seu exercício".[71]

No município de Piracicaba, o prefeito Adilson Maluf parecia acreditar que trazer a paz para a cidade significava trazer o desenvolvimento. Tal qual a justificativa do governo militar para sua atuação centralizadora e autoritária.

Esta visão contrastava com as novas orientações e a linguagem do governo estadual, que era sobre a descentralização, diminuição das distâncias sociais existentes através da participação da população. Sem levar em conta as distâncias sociais existentes, o prefeito Adilson Maluf ao invés de ser um agente

---

[69] Maluf, A.B. Piracicaba, Passado, Presente e Futuro, p. 9, 1989.
[70] Idem, ibidem, p. 34.
[71] Santos, Lia Mara D.F. - Educação Infantil e Política nas escolas públicas do Município de São Paulo (1983-1991). p. 53. Tese Mestrado. Ciências Sociais, PUC-SP, 1992.

catalisador do social, tenta ser um agente do desenvolvimento econômico, faz, então, uma opção onde ele será a grande força viabilizadora desse desenvolvimento. Recompõe-se com os grandes grupos empresariais: Dedini, Ometto, Catterpillar e traz para si a força da imprensa local - O Jornal de Piracicaba e O Diário.

Além disso, tem a seu favor, quase que num apoio integral, a Câmara Municipal. Com sua eleição consegue eleger uma bancada do PMDB - Dos 19 vereadores eleitos, 14 são do PMDB. Elege seus correligionários o presidente da Câmara, Braz Rosílio (1983/1985) e Adalberto Maluf (1985/1987) que lhe dariam sustentação aos seus projetos desenvolvimentistas.

Embora a crise econômica, pela qual o país estava passando fosse visível e as contradições estruturais de nossa sociedade se aprofundassem, o prefeito Adilson Maluf ia em frente com seus projetos cada vez mais obreiristas, de cunho impopular, sem nenhuma participação da comunidade. Muito pouco se investia no social. Ao contrário do encaminhamento da gestão João Herrmann Neto, e da própria diretriz do atual governo do Estado de São Paulo, Franco Montoro e do prefeito da cidade de São Paulo, Mario Covas.

"As diretrizes estratégicas de gestões urbana para os municípios deveriam ter por subsídios as linha básicas do programa do PMDB (Nacional) a qual continha a decisão de lutar pela autonomia municipal plena e eleições diretas para os prefeitos das capitais, assim como: estimular atividades que constituíssem prestações diretas de serviços mas também aquelas que atuassem para transformar a atual arena de violência em um cenário para a vida solidária do seu povo. Nesse sentido é fundamental a importância da mobilização da população, das organizações e dos partidos.

As diretrizes do PMDB referentes a organização territorial da cidade, a utilização de seus recursos físicos e a preservação e melhoria da paisagem urbana têm como função encurtar a distância social entre os habitantes da periferia e do centro. Essas diretrizes envolvem, em última instância, assegurar ao cidadão o direito ao trabalho, moradia, segurança, liberdade, alimentação,

educação, saúde, cultura, justiça, lazer e serviços públicos eficientes. Todo cidadão tem o direito de viver dentro de condições ambientais bonitas e saudáveis. Portanto, cabe ao poder público municipal agir na direção de garantir esses direitos, posto que deles resulta o exercício pleno da cidadania".[72]

Em Piracicaba, parecia que essas diretrizes não tinham o eco necessário que o PMDB buscava. Não havia por parte do executivo o reconhecimento e a compreensão que havia, e ainda há, na sociedade em que vivemos, quanto a um débito social que precisa ser resgatado. As ações públicas da Prefeitura Municipal de Piracicaba mostravam uma outra compreensão. "Em uma prestação de contas, o prefeito Adilson Maluf aponta:

- a feitoria de 150 km de ruas e avenidas asfaltadas que não foram realizadas nos bairros periféricos da cidade, mas em locais que favoreceram os donos das terras sem uso e que com a passagem do asfalto deram a seus proprietários um maior investimento imobiliário. A construção do Shopping Center feriu princípios de preservação do meio ambiente. As encostas do rio Piracicaba foram impermeabilizadas com camadas de plástico impedindo a drenagem do solo e seu lençol freático. Mas, isso satisfazia a elite piracicabana que não mais precisava fugir de Piracicaba para Campinas, para fazer suas compras. Acreditava-se que essa obra geraria para a cidade empregos e um capital circulante vindos das cidades vizinhas como Limeira, Rio Claro, São Pedro, o que não ocorreu, até os dias atuais.
- Outra obra polêmica foi a construção do Centro Cívico e Cultural na bacia de compensação do Rio Piracicaba e de difícil acesso à maioria da população.

Segundo o prefeito Adilson Maluf esta obra foi realizada por que "havia 2700 metros quadrados de área construída no centro da cidade que estava impróprio e acanhado para abrigar os 3 mil funcionários municipais. Situavam-se em locais impróprios e em 14 imóveis alugados. Para sanar esse problema viabilizou-se a Construção do Centro Cívico e Cultural, um moderno edifício de 14 andares, esperando com isso agilizar a máquina administrativa, racionalizando

[72] Diretrizes do PMDB, p. 4, 83/87.

as atividades da Prefeitura"[73]. Entretanto sua finalidade era de cunho administrativo burocrático, e em nada mudou a cidade e nem facilitou a vida do trabalhador.

Não houve uma discussão política para a obra, nem mesmo do porquê ter sido construída com recursos destinados à Educação.

Essa obra acabou sendo um símbolo da Administração Adilson Maluf. Deu-se o nome de Centro Cívico e Cultural para prestar contas ao tribunal.

- Com recursos do Governo do Estado, duplica a chamada Ponte do Mirante, antiga Ponte Nova, e também concluiu o Fórum que havia sido iniciado na Administração João Herrmann Neto. Retificou o Ribeirão Piracicamirim, do canal das Ondas e do Ribeirão do Enxofre.
- Ampliou duas pistas na Avenida Armando Salles de Oliveira ainda que sob o protesto dos ecologistas na derrubada de mais de 50 flamboyants que arborizavam a cidade.
- "Remodelou-se o Parque da Rua do Porto que houvera sido criado na Administração João Herrmann Neto, como espaço de lazer para a comunidade transformando-o em footing da elite piracicabana".[74]
- Credita-se à sua administração a construção de cerca de 40 mil metros de galerias pluviais. O SEMAE, segundo seu relatório, realizou mais de mil ligações de água e esgoto, equacionando o abastecimento de água de Ártemis, Saltinho, Tupi, Ibitiruna e Anhumas (distritos próximas da cidade). O vice-prefeito Antonio Fernandes Faganello influiu decisivamente para que esse atendimento chegasse a zona rural.

Com isso feito, o prefeito Adilson Benedito Maluf deixava tranquila a cidade sob o que seria a sua Administração. O grande poder econômico poderia contar com a presença do poder público Municipal. A classe média continuou calada frente suas obras que feriam as questões ambientais e a

[73] Maluf, A.B. - Piracicaba Passado Presente Futuro. Prefeitura Municipal de Piracicaba, 1988.
[74] Elias, Cecílio - Piracicaba Política - A História que eu sei - 1942/1992. p. 219. Ed. Prefeitura Municipal de Educação - Ação Cultural.

população com os benefícios recebidos pela Administração. Bem ou Mal, os CEPEC's, cujo nome mudou para CEC's, continuavam a receber suas crianças, os Postos de Saúde tinham algum atendimento e a FOPOP (Federação das Organizações Populares) desempenhava o papel de organizar a população, discutir suas reivindicações junto à administração.

3. DIRETRIZES CENTRAIS DE GOVERNO DA ADMINISTRAÇÃO ADILSON BENEDITO MALUF

O prefeito Adilson Maluf, parecia querer ressuscitar o programa de governo desenvolvido nos anos 70 (Delfin Neto), fazendo grandes obras, modernizando a cidade, acumulando bens e capitais, mas que em nada favorecia as camadas mais pobres da população

Suas atuações em diferentes setores foram resumidamente entre outras:

- Reforma Administrativa: definiu-se uma nova estrutura funcional com a extinção de alguns setores e a criação de outros. Ela desativou a Coordenadoria de Transportes e elevou a garage Municipal, o Serviço Odontológico e o Programa de Saúde à condição de coordenadorias (antes setores). Criou também a Secretaria de Serviços Públicos juntamente com o setor privado, que com quase 200 funcionários visava melhorar a manutenção da cidade e o atendimento à população (coleta de lixo). Até então, as atribuições eram divididas entre a Secretaria de Obras e da Administração.

Outras medidas tomadas no período foram:

- Implantação de um sistema centralizado de dados voltados para o teleprocessamento (1988) com a instalação de um novo computador contribuindo para a agilização administrativa.
- Merenda Escolar para sete mil crianças representando 14% da população escolar piracicabana num total de 9,6 milhões de merenda por ano (escolas estaduais mais municipais)

- Ampliação da rede de transporte coletivo. São utilizadas (1988), 59 linhas de ônibus que rodam 3560 km por dia na cidade, incluindo os bairros periféricos.
- Criou-se os Varejões: diminuindo o custo e benefício para pequenos produtores num incentivo ao setor rural (Hortas, granjeiros e fruticulturas)

Para o prefeito Adilson Maluf, esses são "alguns dados que mostram a importância da Prefeitura na vida da cidade e demonstram porque esta instituição é um dos seus principais pontos de referência e de pesquisa para a população".[75]

Embora essas matrizes sejam preocupações válidas, acredita-se porém que deveriam fazer parte de um contexto mais amplo de responsabilidade municipal, abrangendo sem dúvida a Saúde, a Habitação, a Educação, prevendo ou incentivando novas medidas a esses setores já em funcionamento com a participação da comunidade do que lhe é de direito.

Vejamos rapidamente o panorama do Setor Social nesta Administração:

Habitação - com a falta de casas, as favelas multiplicaram-se. O Programa de Financiamento de Lotes Urbanos (Profilurbs) e os Mutirões criados em 1978 pela Prefeitura não obtiveram êxito nesta gestão. Os desentendimentos entre o prefeito Adilson Maluf e a Associação dos Favelados (cujo presidente era do PT) foram de tal forma atritante que foi difícil um acordo entre ambos. O prefeito negou-se persistentemente a dar continuidade às conquistas que aquela associação havia alcançado.

Vale aqui ressaltar que a Associação de Favelados era a única fonte popular que fazia oposição clara ao Prefeito, tendo como respaldo membros da Universidade (UNIMEP) e o PT (Partido dos Trabalhadores).

Saúde - na área da saúde praticamente se desmontou toda a estrutura já encontrada, passando o prefeito Adilson Maluf, a ter sua própria visão do problema. Os Postos de Saúde, com o trabalho Preventivo, de Atenção Primária tão defendida e praticada na Administração João Herrmann Neto,

[75] Maluf, A. - Piracicaba, Passado, Presente, Futuro, p. 51. Prefeitura Municipal de Piracicaba, 1988.

transformaram-se num passe para os hospitais. Tanto o Pronto Socorro como os diversos postos de saúde instalados nos diversos pontos periféricos da cidade, passaram a atender somente casos de primeiros socorros, responsabilidades das enfermeiras que decidiam sobre a conveniência ou não da internação do paciente. "Segundo o médico sanitarista Dr. Alexandre Alves, os postos eram procurados quando a doença já estava instalada e aí o recurso era o encaminhamento para o hospital, considerado um dos terminais da doença. Isso aumentou a procura da população por convênios de saúde como UNIMED, Golden Old (da Associação dos Evangélicos), etc.

Na Educação foi dada assistência à criança, ao adolescente via Secretaria da Educação, aumentando o atendimento para mais de 530 crianças de 0 a 6 anos (creches) e 300 entre 7 a 14 anos em Educação Complementar, nos seis Centros Educacionais e Creches (CEC's), antes CEPEC's, criados no período de 1983 a 1988 não atendendo nem 1/3* as demandas da cidade.

A Participação Popular - Uma das bandeiras do PMDB, como já foi destacado anteriormente, era a proposta da participação popular como fonte vital da elaboração de programas de atendimento à maioria da população. Na Administração Adilson Maluf parece que esse apelo, que ansiava e procurava avançar para a democracia, foi pouco ouvido.

Enquanto as obras de cunho "impopular" (aspas é nosso) ocorriam em Piracicaba, alguns poucos movimentos pelas transformações do passado clamavam por benfeitorias no social e por um maior entrosamento com os Movimentos Populares e Movimentos de Bairro. Como exemplo pode-se citar a Associação de Favelados.

O que pode-se na realidade observar foi uma quase total desmobilização das forças populares organizadas junto a população. Os Centro Comunitários, na sua grande maioria, foram cooptados em muitas de suas lideranças para a administração no sentido de desmobilizá-los. Havia também fraudes nas eleições das diretorias dos Centros Comunitários. Como exemplo

* Dado coletado na Secretaria de Educação do Município de São Paulo, relataório de avaliação, 1989.

podemos citar as eleições do Centro Comunitário da Vila Cristina - "dos 10 mil moradores do bairro, 755 pessoas não comprovaram residência como determinavam as regras de eleição, além das ameaças feitas à população de destruição de seus barracos".[76]

Em seu livro "Piracicaba, Passado, Presente e Futuro", o prefeito Adilson Maluf coloca que "foram várias as reuniões feitas com as lideranças dos bairros periféricos da cidade, para discutir suas reivindicações". Segundo o prefeito dessa reunião foi elaborado um documento com reivindicações de diversos bairros que foram incorporadas ao programa de governo na época que serviram com um plano de metas da administração que chegou ao seu final com quase 90% dos objetivos cumpridos. Segundo o Presidente da FOPOP* na época Vanderlei Dionísio, os pedidos não foram atendidos.

"Há um descontentamento dos moradores da periferia com relação aos serviços prestados: transporte coletivo, saúde pública, creches, segurança, etc. Faz-se necessário uma mudança na atuação política do Secretariado e do próprio prefeito, pois se a administração assim continuar o "quadro será desanimador dizia o Presidente da FOPOP - Vanderlei Dionísio".[77]

Com relação aos movimentos maiores nesse período, temos o "Movimento das Diretas - Já" (aspas é nosso). Piracicaba, no período de 77 a 82, que havia se notabilizado em todo o país por suas campanhas pela Anistia, pelo Congresso da UNE, pelas grandes reivindicações nacionais, agora mostrava-se como que anestesiada. Quando do movimento das "Diretas-Já" (emenda do

---

[76] Denuncia feita ao jornal "O Diário" - 18.04.87, matéria: Moradores denunciam fraude na Vila Cristina.

* FOPOP - Federação das Organizações Populares. A Federação foi fundada em 08.05.81 (ainda na Administração João Herrmann Neto) com o "objetivo de desenvolver o espírito comunitário e cooperativo entre os membros da comunidade filiada; promover palestras, debates, seminários, encontros e outras iniciativas; proporcionar as entidades filiadas condições básicas de desenvolvimento sócio-econômico e de promoção humana; integrar as entidades nos problemas globais da cidade, orientando-as na sua organização; promover e desenvolver junto com as diversass organizações da população, atividades que visem o interesse comum; e encaminhar as lutas das entidades filiadas aprovadas em assembléias. Podem se filiar à Federação das Organizações Populares, todas as entidades comunitárias que tenham como objetivos específicos os interesses da comunidade, que pleitearem seu ingresso por requerimento de sua diretoria dirigida à Federação Seu registro oficial aconteceu no dia 7 de fevereiro de 1986. A entidade também foi registrada na Secretaria de Promoção do Estado de São Paulo.

[77] Declara Jornal O Diário. 26.02.83.

Deputado Federal Dante de Oliveira), formou-se uma comissão pró-diretas com a participação da Juventude do PMDB, com o programa de Alfabetização de Adultos da UNIMEP e a FOPOP que não tiveram apoio da Administração Municipal.

Foi o Deputado Federal João Herrmann Neto, juntamente com a UNIMEP, juventude do PMDB, que comandaram a parca movimentação ocorrida.

No dia da votação da emenda Dante de Oliveira, a UNIMEP instalou uma linha direta telefônica no gabinete do Deputado João Herrmann Neto em Brasília e, através dela, comunicava ao povo piracicabano, de alto-falante, o encaminhamento da votação.

É nesse bojo de apatias que o Partido dos Trabalhadoress (PT) passa a ganhar peso e presença na cidade. Aliados dos Movimentos eclesiais de base, e a UNIMEP, já com um representante na Câmara (Isaac Jorge Raston Júnior) começam a atrair para si grupos da cidade insatisfeitos com as propostas da Administração e do PMDB. Esses grupos se formavam mais pela insatisfação de suas necessidade não atendidas do que pela organização do povo na conquista de sua cidadania. Criou-se um caldo de cultura da revolta, não necessariamente revolucionário, mas voltado para a transformação com uma proposta que avançava para a democracia e colocava em questão o cenário político da época. O PT surgia como uma esperança já que tinha a coragem de, ao menos, denunciar as injustiças cometidas.

4. A POLÍTICA EDUCACIONAL E SUAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS SOB A ORIENTAÇÃO DO SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SADY PREVITALI - 1983 A 1988

Em 1983 toma posse o engenheiro metalurgista e professor, Sady Previtali, como Secretário da Educação no Município de Piracicaba que logo no

início da sua gestão assinala que: "sem infra-estrutura, prefeitura enfrenta problemas na Educação".*

Segundo informações do Engenheiro Sady Previtali, secretário municipal de Educação, dada a forma como a Prefeitura criou as várias unidades de atendimento infantil na cidade, completamente sem a infra-estrutura necessária, as mesmas estão, agora, seriamente ameaçadas. Um dos principais problemas é a dependência total das unidade dos cofres municipais, não existindo estrutura nem suporte legal para a obtenção de recursos externos. Também não existe estrutura para a manutenção mínima de rotina, que envolve cerca de 20 escolas, que atendem crianças entre 3 meses e 12 anos de idade.

Além dessas escolas, existem as de primeiro grau, construídas pela Prefeitura e entregues ao Estado com garantias de manutenção, para as quais também não foi criada estrutura.

Os Centros Educacionais construídos pela Prefeitura, os CEPEC's, iniciaram suas atividades da forma citada, oferecendo seus serviços à população, fixando normas de seleção de alunos. Assumiram, assim, caráter educacional, e, por esse motivo, ligados à Secretaria de Educação.

O panorama atual, de acordo com o secretário, é que, "devido os problemas financeiros da Prefeitura, a mesma não tem como manter essas prestações de serviços. As unidades permaneceram estáticas, ou seja, não houve ampliações de instalações visando acompanhar o grande aumento da população dos bairros, e o número de famílias atendidas é hoje desprezível face às necessidades, o que vem criando clima de insatisfação entre aqueles que não conseguem vagas para seus filhos".[78]

Nesse momento houve, por parte da Administração um desincentivo à mães em se colocar crianças nas creches, à medida em que dificultavam seu acesso. Passavam às mães a visão de que a administração iria fazer um favor as mesmas, quando na verdade era uma conquista da população.

---

* Declaração da memória.

[78] Matéria de "O Diário"- 26.02.83.

4.1. Modelo de Emergência - para o PME

Para manter o programa era preciso que a Administração criasse um modelo de Emergência aos CEC's* levando em conta a realidade da população e da própria Secretaria:

Além do aumento normal da população, existe o problema do desemprego, com a consequente necessidade do trabalho de muitas mães, que agora assumem o sustento da família, passando as mesmas a depender dos serviços de berçários e creches.

Baseada nesses fatores, existe a preocupação de criar modelos de emergência, para tentar a sobrevivência das unidades criadas. A Secretaria de Educação tem verificado que o próprio povo passou a interpretar tais centros educacionais como se tivessem caráter puramente assistências.

Tendo em vista esses e outros fatores, o professor Sady Previtali manteve contato com o Coordenador do Bem Estar Social, Francisco Ferraioli Netto, para, em conjunto, estudarem uma forma de criar organismos de emergência que aliviassem a população dos bairros, mediante a atuação orientadora de assistentes sociais.

Nessas condições, a Secretaria Municipal de Educação teria possibilidades de manter a sobrevivência dos centros educacionais na proporção de atendimento atual, para no futuro, mediante um planejamento seguro, efetivar as ampliações.

Tal planejamento envolve a leis criando os serviços em que não existem restruturação, concientização da população de que terão de participar efetivamente no processo, de forma ativa, e, principalmente, criando organismos internos com capacidade de relacionamento com órgãos estaduais e federais a fim de garantir recursos permanentes à unidades, que assim poderão ser consideradas viáveis.

---

* CEC's - Centros Educacionais e Creches foi neme dado pela Administração Adilson Maluf aos CEPEC's criados pela Adminisatração João Herrmann Neto.

Devido ao caráter emergencial fixado pelo Secretário da Educação Sady Previtali, os CEC's - as creches acabaram por se tornar nesse período (1983-1988), um local onde as mães pudessem deixar seus filhos para poderem trabalhar. O Plano Municipal de Educação, com relação a educação da criança de 0 a 6 anos sofreu, nesta gestão, um retrocesso quanto a questão educacional, no sentido de qual pedagogia seria adequada para essa faixa etária.

A equipe que agora coordenava o PME, talvez pela própria especialização, preocupava-se mais com a criança da pré-escola (6 a 7 anos) e com sua inserção no processo escolar. Todo o currículo é voltado no sentido de "favorecer o desenvolvimento integral e harmonioso das potencialidade inerentes à criança, respeitando a sua individualidade e favorecendo situações para que possa ajustar-se ao meio ambiente no qual será inserido, isto é, no 1° grau escolar das escolas estaduais".[79]

Foi então, criada uma pasta, com coletânea de atividades dirigidas na área da pré-escola com o propósito de unificar os trabalhos pedagógicos desenvolvidos pela rede municipal. As atividades passam a ser desenvolvidas junto à criança mais no sentido do bom senso do que algo com códigos para cada faixa de seu desenvolvimento. Segundo uma monitora de um dos CEC's, "não dá para ensinar o que não se sabe. Há muito tempo estamos sem supervisão. As crianças estão aqui amontoadas e nós também. Temos hoje (1983) os livros pretos usados mais como "entretenimento" da criança e nossos, pois não há explicações para mais nada ".[80]

Outros materiais para consulta foram colocados nos CEC's a disposição das monitoras e professores tais como:

- os da CENP (Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas);
- os do Departamento de Planejamento e Divisão de Orientação Técnica de Educação Infantil, da SME-SP;

[79] "Atividades dirigidas na área da pré-escola municipal - 1985. Coordenadora Branca Cecília Vicentim". Documento.
[80] Declaração da memória.

Mesmo sem uma proposta político-pedagógica para as crianças de 0 a 6 anos, os CEC's continuaram e outros 6 foram implantados em bairros periféricos da cidade (Balbo, CECAP, Jardim Esplanada, Jupiá, Petrópolis e Vila Prudente), num total de 530 crianças dessa faixa etária.

Credita-se a extensão desse atendimento às pressões sofridas pela Administração por parte da FOPOP, comunidades de bairro e do PT.

Outros programa foram implantados em trabalho conjunto com a SME. Foram eles:

- Na área de Saúde - criou-se o Setor de Articulação de Ações de Saúde e Promoção Social em conjunto com a Delegacia de Ensino (com a verba de 20% do município destinado ao Estado). Ele atendia as emergências, efetuava programas de prevenção através de orientação familiar e acompanhamento de casos mais graves.
- A Merenda Escolar - tendo na alimentação um dos fatores de baixo rendimento escolar, o Departamento da Merenda Escolar de Piracicaba - com o apoio do Governador Franco Montoro, conseguiu manter a qualidade de seu atendimento no município. Nos CEC's, as refeições continuaram com variação de alimentos e em natura procurando suprir pelo menos 15% das necessidades nutricionais diárias das crianças.

A Municipalização da Merenda contribuiu para com a utilização de produtos regionais no seu preparo melhorando a qualidade e barateando o custo.

CONCLUSÃO

Adilson Maluf chegava no seu mais baixo patamar de credibilidade política. As demandas de sua gestão atenderam a uma posição de políticas clientelísticas e fisiológicas. A Educação nunca fora considerada como uma das alavancas das transformações sociais e, sem um esforço nessa área, uma estratégia global de transformação da sociedade ficaria prejudicada. A Educação continuou funcionando como agência de conformismo. As nomeações foram

puramente políticas, sem projeto educacional e o entrelaçamento da burocracia com a política partidária impedia, não somente a autonomia dos CEC's, mas da própria equipe de coordenação, dizia Cleusa dos Santos, uma das coordenadoras do Plano Municipal de Educação. Adilson Maluf, foi considerado no final de sua gestão como o "feitor de obras" (aspas é nosso). O político desaparecia diante do engenheiro, que chegava ao ponto de centralizar no gabinete a elaboração e a execução de seus projetos. Portanto, não havia condições de operar qualquer mudança sem o engajamento efetivo da população - ou seja, a participação. Enquanto o Governo Estadual, promovia Fórum de Educação, Conselhos, Debates, Piracicaba se recolhia nas duas discussões como, por exemplo, a questão das monitoras. "Se elas são boas, não precisam ser treinadas por técnicos. Agora, se precisam, é porque não entendem do assunto e estão à disposição. Temos ótimos universitários precisando de estágios". Não havia a escuta do monitor, do professor. As Secretarias, todas elas, pareciam ter sido implantadas pelo regime autoritário. Segundo Elias Neto, ao final de seu mandato em 1988, Adilson Benedito Maluf havia realizado um grande número de obras públicas que nem mesmo os seus mais ferrenhos adversários poderiam negar, ainda que muitas delas fossem discutíveis e discutidas. No entanto, sua impopularidade era crescente, especialmente nos bairros e áreas periféricas. As lideranças e as populações mais carentes consideravam como um retrocesso a orientação da ordem social dada pelo prefeito. Isso se refletiu sobre a candidatura de seu vice-prefeito, Antonio Fernandes Faganello, lançado pelo PMDB à sua sucessão.

Resultado geral do formato dessa gestão nas políticas municipais, a fragmentação dos interesses e demandas da sociedade que brotam das bases sobre as quais os partidos e as políticas sociais poderiam se fortalecer acabaram por inexistir. Sem sujeitos sociais e políticas fortes, o prefeito se vê mais livre para usar o poder que o concentra. É o tal mecanismo da retroalimentação: quanto mais concentrado está o poder, maior o clientelismo, maior é a debilidade das organizações; e quanto mais débeis são os contrapesos maior é o poder. Mas poder concentrado não quer dizer poder forte.

Assim sendo, o vazio da administração Adilson Maluf, quanto a participação da população (as das camadas mais populares), fez surgir novamente a figura de João Herrmann Neto como candidato favorito dessa classe à eleições de 1988. As classes populares viam em João Herrmann Neto o seu grande representante. Nem mesmo o PT com José Machado, que já era nesse momento forte na cidade e com seu discurso de "Governar com o Povo", conseguia conquistá-lo.

Havia também outros dois candidatos - Jairo Mattos (PFL) e Antonio Fernandes Faganello (PMDB), representantes da classe média piracicabana, dentro da qual João Herrmann Neto era visto como "impopular". Ficava então José Machado, um professor da UNIMEP e deputado estadual, beirando as classes populares devido a militância do PT e num namoro surdo com a classe média que poderia vê-lo como favorito.

É chegada as eleições. Ocorreu, na verdade, toda uma inversão de expectativas. Colocando-se contra a candidatura de João Herrmann Neto, o eleitorado da classe média intuindo a possível vitória de João Herrmann, mudou seu voto. Abandonam as candidaturas de Jairo e Faganello e descarregam em José Machado. Era a forma do voto útil.

Em análise dos mapas eleitorais, o PT sairia vencedor, como assim o foi. A classe média houvera votado em peso no PT e em seu candidato - José Machado. A periferia mantivera-se fiel a João Herrmann Neto e o PMDB estava derrotado.

Piracicaba ingressava em uma nova realidade, sem as famosas disputas do PMDB. Eram os tempos do PT e nele estavam depositadas as esperanças do povo.

CAPÍTULO 6

CAPÍTULO 6

GESTÃO JOSÉ MACHADO PT - (1989/1992)

1. O PT NO PODER

Em 1988, o Município de Piracicaba - São Paulo - elege um candidato ligado ao Partido dos Trabalhadores, nascido dos setores progressistas da intelectualidade, principalmente do núcleo da Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP) e ex-deputado estadual, José Machado.

1.1. Gestão José Machado - PT - 1988 a 1992

1.1.1. Governo Democrático e Popular

José Machado chega a Prefeitura de Piracicaba trazendo debaixo do braço a construção de um processo de gestão denominado "Modo Petista de Governar" tendo como sustentação 3 eixos centrais:

a.) Inversão de Prioridades;

b.) Desprivatização do Estado;

c.) Participação Popular.

a.) Inversão de Prioridades: Combater as construções de obras faraônicas; - destinar o dinheiro público no atendimento de demandas sociais; - promover a reforma tributária, no sentido de que, quem tem mais, paga mais, aumentado dessa forma os recursos próprios para o município e por último, buscar uma nova identidade local-entidades como cidadania calcada nos direitos dos cidadãos revertendo a apropriação privada dos espaços públicos pelas elites.

b. Desprivatização do Estado: Tem como objetivo fazer o Estado voltar seu olhar não só para os interesses econômicos, mas para um projeto social, público aberto para todos. Daí, a importância da política do não clientelismo, e da transparência nos serviços públicos. "Adotar um planejamento não só visando a eficiência e eficácia das ações, mas também como antídoto das "mazelas" herdadas dos governos e chefias autoritárias e tradicionais. Implementar uma política salarial justa resgatando a dignidade dos servidores públicos, buscando de forma sistemática modificar a relação funcionário e cidadãos".[81]

c. Participação Popular: Para o governo petista, a "participação popular" é encarada, não como mecanismo de legitimação do poder (o que conduziria a cooptação), mas como forma de dividir o poder, para assim tornar o Estado mais transparente, mais eficiente e menos prepotente"[82] Aí, a defesa do governo petista na construção da co-gestão.

Embora não esteja colocada, explicitamente, na intenção do governo petista é preciso ressaltar que para existir a co-gestão, é necessário um certo grau de consciência social e política que, infelizmente não faz parte da grande maioria da população. Sendo assim, é preciso gerar canais que induzam ou promovam a entrada da população na discussão de seus interesses, criando dessa forma outras bases de sustentação política para a administração que não só o partido e nem as forças tradicionais que compõem o poder local. A administração democrática e popular José Machado vê que para existir a participação é necessário "incrementar no âmbito de seu governo uma prática e uma cultura de planejamento estratégico participativo".[83]

Para "incrementar a participação popular visando a construção da cogestão, a administração José Machado teve que se valer, não só da vontade política da equipe de governo, mas sobretudo, do Planejamento Estratégico

[81] Governo Democrático e Popular. p.3. 1989-1992.
[82] Idem, ibidem.
[83] Idem, ibidem.

Participativo como instrumento de decisão e ação governamental, porque o poder político local, a **nível econômico**, atua pelo conjunto de empresas cuja lucratividade depende da regulamentação e produção de obras e serviços realizados pelo Município, e a **nível social** atua no plano simbólico, principalmente através de seus intelectuais orgânicos, inseridos nos clubes de serviços, nos meios de comunicação, etc.

A nova gestão defendia o ponto de vista de que "para se ter um planejamento que possa ser considerado uma ferramenta permanente de conquistas de direitos e liberdades, portanto, um instrumento de luta contra a hegemonia das elite, é necessário combater a praxis de planejamento tecnoburocrático que permeia o Estado em todos os níveis do Brasil.[84] Porque o discurso ideológico das elites é que: o que é privado é eficiente. Com isso, esvazia os serviços públicos e amplia o espaço dos indivíduos e organizações no comando político subordinando os interesses públicos à lógica e eficiência do capital.

"Os governos democráticos e populares necessitam constituir uma equipe de governo que integre o político com o técnico e sejam capazes, em conjunto com representantes dos movimentos sociais, de planejarem suas ações estratégicas.

Conhecer, participar e decidir, mediante a incerteza é conquistar liberdade. A ação consciente, transformadora não pode estar dissociada do conhecimento, portanto, o planejamento estratégico participativo deve mediar conhecimento e ação".[85]

1.1.2. A Luta Pela Hegemonia

A administração José Machado, intitulada por eles próprios como "administração democrática e popular" defende a luta constante contra o Estado privado das elites e segundo as diretrizes da administração isso se consegue:

[84] Idem, ibidem, p. 7.
[85] Idem, ibidem, p. 9.

- rejeitando o coronelismo existente e constante nas administrações tradicionais;

- ampliando as liberdades individuais e coletivas;

- invertendo prioridades através do planejamento participativo e ampliando a participação popular.

Acredita-se que os movimentos sociais sejam extremamente importantes enquanto indiquem direções para a construção de uma sociedade mais democrática, mas não deve retirar do Estado o seu dever social. Para a administração José Machado, "a cultura política dos privilégios representa no município a cultura política do poder local e seus valores e práticas necessitam ser combatidas por governos democráticos"[86] e expulsando "o populismo, o clientelismo, o Estado produtor do saber e controlador da vida social e a desvalorização de símbolo infantis e exigem do cidadão, submissão, benevolência e compreensão, enfatizando as relações políticas de poder como forma de manutenção da ordem hegemônica impedindo a maturidade política do cidadão".[87]

Os **movimentos sociais** elaboram continuamente valores "novos" em contraposição aos valores legitimados e instituídos pelas elites, construindo, desta forma, a cidadania enquanto patrimônio coletivo da sociedade civil. Valores relacionados ao uso da terra, direito ao salário e ao emprego, à moradia, à educação, à saúde, à cultura, ao transporte, etc, representam carências efetivas que ultrapassam em muito, os limites e a capacidade de um Município. No entanto, são esses movimentos que colocam a questão da cidadania no centro do político e, portanto, os legitimam como interlocutores fundamentais da construção de uma sociedade radicalmente democrática, desalojando as velhas oligarquias do clientelismo e do populismo".

"O imaginário social desse novo projeto deve, sobretudo, fundar-se na cultura de direitos em oposição à cultura dos privilégios das elites sociais e políticas locais.

[86] Idem, ibidem. p. 5.
[87] Idem, ibidem. p. 5.

Consolidar políticas públicas e cultura política visa, além dos valores acima abordados:

- apoiar investimentos na construção da cidade real, produto das contradições e desigualdades profundas, em oposição à cidade ideal concebida e definida pelas elites;
- nova regulamentação das normas de edificação, do uso do solo, zoneamento, etc, visando implementar uma nova matriz espacial à cidade real;
- criar condições para apropriação real dos equipamentos e serviços públicos, pelos usuários em geral;
- criar áreas de interesse social;
- incorporar as favelas à cidade, urbanizando, implantando equipamentos e serviços;
- incentivar e garantir no cotidiano do governo a cultura dos direitos;
- democratizar e dar eficiência à administração pública;
- articular regionalmente para que o interesse público prevaleça sobre o fisiologismo de determinados segmentos sociais;
- articular regionalmente para que o interesse público prevaleça sobre o fisiologismo de determinados segmentos locais;
- articular com outros governos municipais, mudança radical no relacionamento entre municípios e governos estaduais e federal, visando dar um basta à vergonha política clientelista;
- incrementar a nível geral do governo e a nível de cada secretaria, o Planejamento Estratégico Participativo objetivando a co-gestão.

A articulação política de forças progressistas no município era visto como essencial para conquistar e consolidar a autonomia municipal. Essa articulação transcende a esfera municipal e ganha contornos regionais, estaduais e nacional e só será possível mediante projetos de governo alternativos e alternativos aos praticados pelas elites". [88]

[88] Idem, abidem, p. 6.

Mesmo sem um "programa político" para Piracicaba, o fato é que o PT, na administração José Machado, como pode-se notar, tem princípios de governo e uma filosofia administrativa com linhas definidas, claras para um **processo democrático**.

Esses princípios buscam nortear a ação do Partido (PT) e de José Machado na administração do município, especialmente nas áreas de saúde, educação e transporte, como veremos mais adiante.

Como sabemos, o PT (Partido dos Trabalhadores), foi formado básicamenate entre os setores que pariticiparam nas alas progressitas da intelectualidade e da igraja católica. Tal partido emerge das resistências dos trabalhadores à política econômica do final da década de 70, tendo se tornado um canal legítimo da representação política desta classe social, um de seus princípios era viabilizar a construção do socialismo no país, entendendo que este é, ao mesmo tempo, "ponto de chegada e de partida" já que é resultado de um movimenteo sócio-político que deve estar historicamente circunscrito. O partido dos trabalhadores nasce, portanto, tendo por princípio a organização autônoma dos trabalhadores e entendendo esta como alternativa política do Estado capitalista.

Desde a sua criação o PT vem discutindo a forma de luta parlamentar. Um documento provisório escrito por César Augusto Oler do Nascimento em 1981, visando a 1ª experiência eleitoral do partido é comentado por Moacir Gadotti e Otaviano Pereira, no livro **Pra que PT** (p. 25). Nele, pode-se notar: 1°) Qual a importância dada à luta pela via parlamentar no sentido de transformá-la na prática em eixo do partido, ou seja, a luta parlamentar como aliada à luta para elevação do grau de consciência e educação política da qual o partido tem necessidade; 2°) da necessidade e interesse do crescimento dos movimentos populares, sindicais e sociais para o aprimoramento da organização e educação política dos trabalhadores. É nesse sentido, que o partido se relaciona com os movimentos populares além de lutar pela via parlamentar. Da relação entre partido e movimentos sociais populares emerge uma preocupação política

do partido: a delimitação das atuações específicas e/ou conjuntas de ambas formas de luta. Nesse momento, prevalece a opinião que, cabe aos movimentos populares através de sua organização e conscientização, fortalecer e tornar autônoma essas "entidades sociais", a fim de que possam questionar e interferir nas políticas do Estado, possibilitando assim a participação criativa e autêntica dos movimentos populares nas decisões que o Estado venha a tomar.

Portanto, o que se pode deduzir dessa "análise" (aspas é nosso) feita por Gadotti e Pereira é que o partido estaria ligado aos movimentos populares, uma vez que entendem que a autenticidade pretendida prescinde da capacidade organizacional que possa favorecer à formulação de um projeto político para toda a sociedade. Para o PT, isto é visto como um instrumento capaz de articular uma proposta para toda a sociedade, de dar uma direção de classe. Assim, temos de um lado a importância dada aos movimentos populares e sociais autônomos e, de outro a necessidade de direcioná-los sem cooptá-los. Dessa relação nasce a possibilidade (explorada nas administrações municipais petistas) de abrir espaços para a interferência nas decisões políticas à representação popular, apoiada nas organizações, associações e movimentos populares, sociais e sindicais já constituídos ou em construção. Essas teriam a função de fiscalizar, controlar e interferir na administração atuando para que esta defina prioridades a partir das reais necessidades, uma vez que devem constituir-se como canal autêntico de participação da população e ser o "germe" de uma nova relação entre a sociedade civil e o Estado. Como tal, acredita-se que esse canal de participação deva ser autônomo em relação ao complexo institucional dos governos, possibilitando assim a formação de uma democracia participativa.

1.1.3. Bases de Apoio da Administração José Machado

Segundo Elias Neto, "a principal base de apoio com que José Machado contou ao chegar à Prefeitura no dia 1° de Janeiro de 1989, foram professores da UNIMEP, que se afastaram da Universidade. A equipe de José

Machado formara-se com o que se chamou "PT da UNIMEP" sendo eles: Renato Maluf (Chefia de Gabinete); Dorgival Henrique (Administração); Eduardo Pacheco Gianetti (Planejamento); Pedro Ramos (Finanças); Maria Cecília Ferreira (Educação); José Carlos C. Helbing (Esportes e Turismo) e André Rodrigues Sarmento Filho (Assessoria Jurídica). Embora se tratasse de professores e pessoas de reconhecida capacidade na Universidade, o outro lado da realidade é que eram inexperientes em relação às atividades públicas e pouco conhecedores da máquina administrativa do município. Nesta equipe estava ainda, Alexandre Alves (saúde) que havia participado da administração João Herrmann Neto no mesmo setor; Antonio Storel (Bem Estar Social), que possuía algum conhecimento da administração pública por sua experiência anterior na primeira administração de Adilson Benedicto Maluf. Ocorria, porém, que Storel era tido como um "estranho no ninho", pois o seu passado político fora o de um conservador - tachado até mesmo de "direita" - por sua militância no PDS, sendo até mesmo candidato a prefeito em 1992, candidato pelo PT à sucessão José Machado. Houve estranheza, nos meios conservadores, de Antonio Oswaldo Storel participar de um "governo petista", mas, sendo homem ligado à Igreja Católica, Storel vinculara-se às comunidades eclesiais de base, aos propósitos da chamada "igreja progressista".[89]

O principal ideólogo da administração José Machado foi, além do próprio prefeito, o professor da UNIMEP, Renato Maluf, que assumiu a chefia do gabinete do Prefeito. No entanto, transferindo-se para o Rio de Janeiro, Renato Maluf deixaria a Prefeitura para lecionar na Universidade Federal, abrindo com isso, um vazio ideológico na administração. A partir daí, José Machado teve a colaboração mais estreita de outros ideólogos do partido entre os quais seu vice-prefeito Alexandre Alves (participou da administração João Herrmann Neto, na área da saúde), Jefferson Goulart (Ação Cultural) e depois chefe de gabinete,

[89] Elias, C.N. - Piracicaba, Política (A História que eu sei: 1942). 1992. p. 231. Ed. UNIMEP.

Heitor Gandenci Júnior, presidente do PT, além de outros teóricos ligados à UNIMEP.*

Pela sua filosofia e pelos quadros que compunham o governo, o PT vinha se impor como o único partido brasileiro, na conjuntura nacional, com definições próprias, filosofia clara, enfim, uma novidade no panorama partidário do país. E isso, foi também o que Piracicaba esperou da Administração José Machado: "uma revolução política" (aspas é nosso). Mas logo se viu que o PT não tinha o conhecimento suficiente da realidade piracicabana partindo então com um pacto de não agressão e de silêncio com algumas alas conservadoras e de comando da cidade de Piracicaba: o Jornal de Piracicaba, e com o ex-prefeito Adilson Benedito Maluf.

Enquanto este apresentou como principal obra o Centro Cívico e Cultural (a prefeitura nova), que só recebeu este nome para que fosse possível obter empréstimo de fundo destinado à Educação para construí-lo. O PT, não denuncia isso à população. A tão falada "Transparência" (aspas é nosso) do modo petista de governar porem aqui parece ter se calado. O prédio "oco por dentro" como José Machado tanto falava na campanha, acolheu o prefeito eleito que assume a Prefeitura construído pelo ex-prefeito Adilson Maluf . Parece, portanto, ter havido como já foi dito mais acima, um "pacto de não agressão entre José Machado e Adilson Maluf, este permitindo que o prefeito José Machado iniciasse a sua administração sem grandes traumas e conflitos políticos, e José Machado passando a silenciar-se a respeito da Administração Adilson. Mesmo as diversas sindicâncias e auditorias que, na Prefeitura, o PT se propusera a fazer sobre a administração de Adilson Maluf não tiveram continuidade ou não apresentaram qualquer conclusão".[90]

Na Câmara Municipal, foram eleitos 4 vereadores do PT, e 17 de outros partidos (PSDB, PSB, PV, PL, PTB, PDT). A vigilância sobre a

---

* A UMIMEP, sob a orientação do Reitor Almir Maia embora nãotenha conseguido estancar a corrente esquerdizante da instituição, conseguiu controlá-la de forma que as diversas ideologias convivessem harmoniosamente entre si, sem estímulos oficiais da ireção da Universidade. Sendo assim, o PT manteve seu espaço, bem como as erquerdas, deixando porém, de ser, como tinham sido, as "linas oficiais".

[90] Idem, ibidem. p. 132.

- Obras e Urbanismo (ênfase para pavimentação)
- Água e Esgoto/Saneamento
- Agricultura e Abastecimento/Alimentação/Produção de Gêneros
- Meio Ambiente
- Serviços Públicos
- Esporte/Turismo/Lazer
- Cultura
- Bem Estar
- Trabalho/Emprego/Desenvolvimento

ÁREAS ESPECIAIS:

- Mulheres
- Negros
- Criança
- Deficientes
- Terceira Idade

1.1.5. Prioridades de Governo

Visando a defesa da vida, a administração petista elege como suas prioridades a Habitação, Saúde, Educação, Segurança, Meio-Ambiente e Transporte, como foco de atuações da participação popular.

"O auto-intitulado "Governo Democrático e Popular de Piracicaba" faz questão de afirmar-se como um governo de "grande número de pequenas obras". Durante a campanha José Machado fazia questão de defender o meio-ambiente, o Rio Piracicaba. Em 1990, se torna um dos articuladores e depois presidente do Consórcio das Prefeituras da Bacia do Rio Piracicaba, congregando 12 cidades da região. Esse processo continua até hoje (1995) em discussão e reuniões constantes. Uma outra conquista da administração do PT, e que se

tornou uma marca da administração, foi a retomada da desapropriação do Engenho Central que iniciou na administração João Herrmann Neto, transformando-o em abrigo de atividades administrativas, culturais e artísticas. Em 1992, a Secretaria de ação Cultural transferiu-se para lá, assim como a Biblioteca Pública Municipal. ... Pode-se dizer que foi um ganho para Piracicaba.

Na área de Transporte, construiu-se o Terminal Rodoviário Urbano e a nova Estação Rodoviária. Também o Terminal Central de Integração, o 1° deste porte no Brasil. Foi criado o Plano Municipal de Transporte Coletivo para que fosse gerido por um comitê gestor implementando a participação popular.

Na área de Habitação, a "administração petista" decidiu formular uma política municipal (mesmo compreendendo os limites da atuação do município na área habitacional) e criar um órgão próprio para implementá-la. Surgiu, então, a empresa Municipal de Desenvolvimento Habitacional de Piracicaba - EMDHAP. Paralelamente foi implementado o programa de urbanizaçao de favelas e lançou-se o projeto de uso real do solo, agindo em conjunto com a Associação dos Favelados de Piracicaba (ASFAP)"[92]

Vale aqui ressaltar que o movimento de favelados na cidade foi organizado pelo próprio partido (PT), sendo seu presidente ("Luisinho") um militante do partido. Portanto, esse trabalho de participação da população junto a administração nesse setor ocorreu mais por caráter partidário do que de mobilização da população.

Embora não se possa deixar de considerar o relevante papel que o funcionalismo desempenhou junto à administração, foi na administração José Machado que houve maior mobilização dos interesses da classe. Credita-se isso ao resultado também da filosofia político-administrativa do PT, estimuladora de sindicalizações já conquistado pela Constituição de 1988.

A Secretaria do Bem-Estar Social foi ponto estratégico para o estabelecimento da Organização Popular e Construção da Cidadania.*

---

[92] Governo Democrático Popular de Piracicaba. p. 29. 1989/1992.

* Esse trabalho entretanto não foi um fator novo da administração José Machado em Piracicaba. Ele foi gestado já em 1976, na administração João Herrmann Neto e retomado pela administração petista conservando as mesmas bases: "o cidadão como detentor de direitos e não de favores".

2. A POLÍTICA EDUCACIONAL DO PT (PARTIDO DOS TRABALHADORES) NAS ADMINISTRAÇÕES MUNICIPAIS - (1989-1992)

Para o PT, "existe hoje um consenso nacional sobre a importância da Educação para o desenvolvimento econômico, social, político e cultural do país. Confirmando este ânimo, a Constituição de 1988 prevê percentuais mínimos dos orçamentos a serem gastos com o Ensino, o movimento docente e outros setores sociais continuam mobilizados em defesa da Educação, visando, entre outras coisas, garantir a aplicação do dispositivo constitucional e a formulação de uma adequada Lei de Diretrizes e Bases do Ensino".[93]

Ressalva ainda o PT que é preciso haver uma mobilização ainda maior porque "o consumo em torno da Educação é somente sobre a sua importância. Quanto às características que deve assumir, as formas de financiamento, o papel do Estado e da iniciativa privada, são aspectos extremamente polêmicos. As principais indagações são: Que tipo de ensino deve ser implementado? Apenas os que visem à capacitação da mão-de-obra? Ou aqueles que se pautam por formar cidadãos conscientes e capazes? Que destino dar às fatias orçamentarias destinadas ao Ensino em cada nível de governo? Priorizar a expansão da rede física, a capacitação?"[94]

Em linhas gerais pode-se dizer que o PT (Partido dos Trabalhadores) defende:

- o ensino público e gratuito;
- a universalização do acesso à educação;
- a melhoria da qualidade de ensino;
- a democratização da gestão escolar.

[93] Plano de Governo do PT. Piracicaba. p. 15. 1992.
[94] Idem, ibidem. p.15

Por último, o PT acredita que a Educação não pode continuar a ser negada exatamente àqueles cujo resgate da marginalidade econômica, social e política é um imperativo, que são os excluídos da e na sociedade. A situação pode ser melhor enfrentada se o ensino for ingrediente de vanguarda na estratégica a ser adotada para isso.

2.1. A Política Educacional da Administração Petista José Machado sob a orientação das Secretarias de Educação Ester Silvestre e Cecília Ferreira (1989-1992)

Quando José Machado assume o poder, constata uma ausência por parte da Secretaria da Educação de uma proposta pedagógica que norteasse o trabalho da rede municipal de ensino. Havia uma "situação de comodidade por parte dos profissionais causada, em parte, pelo fato de que todo material fornecido era previamente elaborado, impedindo desta forma que o educador e o educando desenvolvessem todas as suas potencialidades e se transformassem em seres críticos e independentes"[95]. Isso vem mostrar que estava presente a educação formal utilizada, como sempre, como ferramenta de controle e condicionamento das classes sociais, impedindo que o ato de aprender seja **gostoso** e consciente.

Era portanto necessário, construir uma proposta que viesse do cotidiano das pessoas.

A partir de "13.01.89, grupos de estudo formados pelos professores da rede estadual e municipal, especialistas em educação, profissionais, técnicos e membros da comunidade, passaram a se reunir periodicamente na sede do PT* por iniciativa e assessoramento da Secretaria Municipal da Educação"[96]

---

[95] Proposta Educacional do CEC's. p. 2.

* Segundo Alexandre Alves, vice-prefeito, as reuniões aconteciam na sede do PT porque se queria dar um caráter maior da participação. Eram profissionais de várias áreas da cidadae criando uma proposta de Educação para seus filhos e não só para a SME (entrevista 1989). Ao eleger o Partido, dava-se um caráter mais amplo, nacional de jformulação de proposta.

[96] Proposta Educacional dos CEC's. p. 1. 1989.

"A Secretária da Educação, professora Maria Cecília Ferreira, abre os trabalhos colocando: "É evidente que chegou a hora de dar um passo a frente da educação e ter como fundamental uma postura de educador que acredita que a criança se constrói no ambiente social.

"Não gostaria de ver uma escola onde a criança fosse construída só de estímulos exteriores, por isso não temos como objetivo que a criança saia da escola apenas com um diplominha na mão, mas que a criança tenha iniciação à sua caminhada de saber para a formação de um cidadão consciente"[97]

2.1.1. A Concepção de Infância

Destacamos na gestão petista a seguinte concepção:

"O ponto de partida para qualquer ação educativa dentro da rede tem sido fundamentado em duas premissas; uma é a de que a criança é um cidadão e outra é a de que a criança constrói; seu saber na relação com o mundo, é mediado pelo social".[98]

2.1..2. Concepção de Educação Infantil

Um cidadão, em qualquer faixa etária, inclusive os pequeninos é um cidadão do presente que tem seus direitos e necessidades. Faz parte da história e é um partícipe da vida das comunidades. Portanto, a educação é um direito, além de ser uma necessidade. A Educação Infantil deve ser um serviço público e gratuito, e como expresso pelos Conselhos Nacional dos Direitos da Mulher e Estadual da Condição Feminina, este serviço público deve orientar-se por 3 eixos:

- Garantia de organizações de um espaço educacional apropriado às necessidades do desenvolvimento infantil;

[97] Idem, ibidem, p. 1.
[98] Jornal da Educação. SME. Ano 1, nº 3, p. 2, 1991.

- Busca de transformação das interações entre as pessoas em relações plenas de sentido, de tal forma que se possa produzir coletivamente novos conhecimentos e que se possa interferir na realidade social;
- Opção de serviço prestado pelo Estado, às famílias, na visão de que a maternidade pode efetivar-se como função social e como direito da mulher sobre seu corpo.

A **Pré-Escola**: direito e necessidade social. É uma escola para o cidadão criança e, como instituição escolar no seu vínculo transformador com a sociedade, deve considerar a criança como expressão única das suas múltiplas relações com o mundo e com a construção do seu próprio saber. A pré-escola deve ser, portanto, um conjunto de espaços, que criados como os contextos ordinários da vida, permitam a percepção, a reflexão, as formas de comunicação e o trabalho cooperativo individual que resultem na compreensão do mundo, de si próprio, das relações sociais e das condições de transformá-los.

Objetivos:

- valorizar a participação da criança enquanto cidadão que pensa, tem vontade, opiniões e que vive e intervém numa realidade que necessita de espíritos de coletividade baseados na organização;
- apropriação do conhecimento universal das ciências naturais e sociais da matemática e das formas de linguagem;
- desenvolvimento da solidariedade, da autonomia, da curiosidade, da iniciativa e criatividade"[99]

[99] Idem, ibidem, p. 2.

2.1.3. Diretrizes Político-Pedagógicas do Plano Municipal de Educação (1989 a 1992)

Para a viabilização de uma nova proposta que aponte para a transformação dos centros educacionais é preciso, segundo o PT, levar em conta:

Em relação a educação, três diretrizes básicas:

- democratização do acesso;
- democratização da gestão;
- qualidade de ensino.

Escola x Comunidade

Sobre esta relação, a gestão do PT entende que uma escola de qualidade se consegue: com a participação conjunta de todo corpo docente da escola, com pais de alunos e comunidade. Só assim a escola poderá ensinar o valor da vida social, a importância da atividade política, e através de discussões da realidade, construir uma teoria de vivência prática que possa provocar as transformações necessárias. Portanto, é preciso segundo Neidson Rodrigues - "eliminar o individualismo, estimulando os processos cooperativos e aproveitar a experiência criativa da educação produzida hoje, incorporando o saber pedagógico dessas diversas práticas, em favor dos filhos dos trabalhadores".*

c) Educação Pré-Escola:

"Despir as creches de seu caráter assistencialista. Portanto, um de seus objetivos é evitar os tradicionais programas de atendimento à criança pequena que visam a assistência e/ou a sua guarda quando seus pais trabalham. Creche não é depósito ou estacionamento de crianças.

* Declaração dada em memória.

Ao recebermos a criança não pretendemos assumir o papel de família, mas colaborar com ela para a formação de sus filhos"[100]

d) Formação do Professor

A este respeito é importante destacar que a gestão do PT possuía elaborações peculiares onde os centros usuais de produção do saber, como as Universidades, são colocados num segundo plano, no que se refere a formação de pessoal.

Vejamos:

"O importante é entender que as grandes mudanças não vem das universidades nem dos órgãos oficiais de ensino, nem dos projetos pedagógicos. Todas essas instâncias tem uma colaboração a dar, mas se não me engano, esta colaboração, hoje, só pode servir para limpar o Terreno. A mudança real virá daqueles que vivem o ensino, não dos que especulam sobre ele ... Para tanto, o professor deverá perceber que ele também deverá passar pelo processo de construção do conhecimento descobrindo suas potencialidades, conscientizando-se de que não há um caminho certo, não há uma única resposta, que o pensamento divergente está aí para nos alertar ... Ele terá que ver a educação como uma preparação para o futuro e que deve ser encarada como um processo de vida e que ninguém aprende o que não vive e que não se consegue organizar o que não se aprendeu".[101]

2.1.4. Os Centros de Educação Infantil (CEI's) (1989-1992)

A administração petista José Machado, deu continuidade aos trabalhos dos centros educacionais que se iniciaram em 1977 na cidade. Eles continuaram a ser instalados nos pontos periféricos da cidade, onde as demandas e carências sócio-econômicas se fazem mais presente.

---

[100] Diretrizes Político-Pedagógicas. PT. p. 5, 1989.
[101] Idem, ibidem. p. 9.

Após discussões sobre a elaboração de diretrizes, partiu-se para a implementação das linhas pedagógicas dos CEI's. Constatou-se então a necessidade de:

a) Formar uma equipe técnica, composta por: 2 psicólogos, 1 professor, 1 assistente social, 1 em licenciatura de ciências dos Centros de Educação Infantil (CEI's). Essa equipe teria como responsabilidade"

- a ação administrava;

- a efetivação do processo de recrutamento e seleção de pessoal escolhido pela comunidade;

- capacitação e reciclagem do pessoal selecionado;

- pela implantação da discussão das linhas pedagógicas com vistas a estruturar uma proposta pedagógica emergente da realidade concreta;

- avaliação e encaminhamento psicológico;

- criação, incentivos e implantação de projetos e programas ligados a área pré-escolar e educação complementar ligados à educação em geral da esfera municipal;

b) Criação do cargo de professor coordenador (1 por CEI)

Os professores, coordenadores seriam elementos selecionados nas hastes dos professores, cujas funções seriam:

- estabelecer elo de ligação entre as diversas classes e unidades de sua comunidade e equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação;

- participar de reuniões de supervisão e orientação pedagógica da equipe técnica;

- informar e orientar outros professores em relação aos procedimentos com questões administrativas e pedagógicas, bem como, fornecer "feed back" necessário ao bom andamento do trabalho desta Secretaria.

- participar de congressos, encontros, simpósios ou treinamentos que visam capacitar o trabalho do educador pré-escolar.

- participar da reunião de pais ou com representantes de comunidade, com a finalidade de esclarecer, orientar e integrar os esforços desenvolvidos para o aprimoramento do processo educativo e das relações escola-comunidade.

c) Corpo Docente

Houve uma reorientação na formação dos professores, trazendo para ela aspectos novos como o de uma postura crítica e de envolvimento com a realidade da população que se atende.

Para garantir essa reorientação houve:

- mudança no sistema de contrato via criação de um estatuto do magistério, que garante a este profissional o pagamento de suas horas-atividades semanais para a participação em reuniões sistemáticas com a equipe técnica e os professores coordenadores, e de mais quatro horas, que possibilita a este profissional tornar-se consciente da realidade em que atua, crítico e autônomo dentro desse mesmo contexto.

Desse processo faz parte: o estudo individual de textos; o registro do trabalho do professor em sala de aula que serão posteriormente discutidos pelo grupo; palestras cujos temas podem ser realizadas durante os encontros semanais pelos professores e pela equipe técnica.

A partir de 1° de Janeiro de 1992, conforme proposta aprovada pela Secretária Municipal de Educação Cecília Ferreira, foi lançado o "programa de Apoio ao Educador". "A proposta para alteração da expressão "Professor para Educador" vem ao encontro da meta da Educação popular, pois tornará o Programa mais abrangente, atendendo não só os professores, educadores em potencial, bem como àqueles vinculados às entidades de Piracicaba que desenvolvem ou venham desenvolver ações de caráter educativo. Acredita-se, então, que a expressão Educador melhor sintetiza as atividades desenvolvidas pelo Programa. ... O Programa de Apoio ao Educador está estruturado no Setor de Material Escolar a Secretaria Municipal de Educação e tem por objetivos, através de seus recursos didáticos, subsidiar os educadores de Piracicaba,

prioritariamente os da rede municipal. O Programa dispõe para empréstimo, de kit vídeo (TV/Vídeo), projetor de slides, retroprojetores, gravador, tela sensibilizada, caixa acústica amplificada, microfone, episcópio, microscópio, filmadora, máquina fotográfica, aparelho de som, telão. Conta em seu acervo com 380 títulos em fitas de vídeo, 210 em coleções de slides e 165 em transparências, além de pranchas e jogos anatômicos. Os títulos educativos de audiovisuais abrangem diversas áreas, da pré-escola ao 1° e 2° graus. Direcionado prioritariamente à rede municipal de ensino, o Programa adquiriu novos títulos em fitas de vídeo dirigidas à pré-escola e reciclagens de educadores. A mais recente aquisição é a coleção de Walt Disney (a pequena sereia, Donald e Margarida, Tico e Teco, Mickey).

A distribuição do material às unidades educacionais municipais é feita através de veículo do próprio setor. O programa conta também com copiadoras com capacidade para grande volume de cópias e de excelente qualidade, atendendo os professores da rede municipal e estadual de ensino, nos trabalhos de xerox dos documentos necessários para o desenvolvimento de suas atividades. O programa realiza serviços na cobertura de eventos da Secretaria da Educação, através de filmagem e de fotografias".[102]

d) Comunidade e Pais:

Partindo da premissa que:

"A escola é uma intercessão da administração com os bens públicos, segundo um plano político que delega parte de sua administração e do estabelecimento das diretrizes pelos quais se orienta às autoridades, e de sua parte espera receber os serviços que são devidos, em contrapartida aos impostos pagos ... E ainda que a escola deve ainda ser um espaço no qual a comunidade possa se articular, refletir sobre o sentido da Educação, fazer a crítica do sistema educacional, a gestão petista declarava que, para que isso ocorra, a mudança dos

[102] Jornal de Educação - SME - ano 1, nº 3, p. 3, 1991.

estatutos e dos regimentos se fazem presentes, e deve fazer parte deste processo de envolvimento da comunidade através de reuniões constantes".[103]

Outras novidades a destacar durante a gestão do PT são: Os Conselhos Municipal de Escola e os Conselhos Locais de Escola, Conselhos dos Direitos das Criança e do Adolescente. Esses canais foram criados como meios concretos de garantir a transparência na gestão das Políticas Públicas onde as diferentes políticas sociais se legitimarão superando o individualismo e construindo a coletividade. Para maior esclarecimento ver Anexo "O que é Conselho de Escola", onde se observa que os conselhos tinham funções e não apenas operativas.

2.1.5. Convênios da Secretária da Educação com outras Entidades e Apoios às Entidades Beneficentes.

A. Convênios

a) Projeto de Pesquisa - A educação Pré-Escolar em Piracicaba - Dados Preliminares - UNIMEP - Curso Pedagogia - Pré-Escola - Proposta pela coordenadora do curso de Pedagogia - Profª Sueli M. S. Moreira.

Este projeto se faz importante na medida em que os dados estatísticos de demanda da população subsidiam a construção de novos Centros Educacionais.

Foram construídos durante a Administração petista José Machado (1989-1992) os CEC's - Ártemis, Boa Esperança, Novo Horizonte, Planalto, São Miguel, Sol Nascente, Jardim Tóquio, num total de 987 crianças* na idade de 0 a 6 anos.

b) Estagiários de Magistério Pré-Escolar - Juntamente com a Delegacia de Ensino de Piracicaba, houve a integração entre as escolas de Magistério do Município e a prática da administração. O objetivo é o de

[103] Proposta Educacional dos CEC's - p. 12. 1989/1992.
* Dados obtidos pela SME. 1992.

possibilitar a esse professor, na sua formação um tempo para o exercício como professores estagiários no lado crítico da realidade educacional, antes que se dê o seu enriquecimento intelectual e emocional, provenientes de uma educação que fragmenta o ser humano.

Dessa forma, a administração petista José Machado estaria contribuindo para a formação de profissionais que vivenciam uma atividade crítica e reflexiva, indispensável para as transformações pretendidas.

c) Centros de Convivência Infantil do Campus USP- de Piracicaba - no sentido de auxiliar a proposta da SME ora área de desenvolvimento humano familiar.

B. Apoio às Instituições Beneficentes

O apoio às Instituições beneficientes se restringiam na ajuda de material e de professores para as creches conveniadas.

2.1.6. Programas Que Complementavam O Trabalho Dos CEC's

a.) Merenda Escolar

O programa da merenda escolar consiste em fornecer subsídios para que as crianças possam desenvolver suas potencialidades, melhorar seu estado nutricional fornecendo refeições nutricialmente balanceadas, aumentando a resistência à doenças e contribuir para a melhoria de hábitos alimentares.

b.) Saúde Escolar

O setor de Saúde Escolar atende os Centros Educacionais e Creches do Município. Este trabalho resultou da integração das Secretarias Municipal de Educação e Saúde, que dinamiza o trabalho de ambas no campo da saúde do escolar. Para desenvolver as atividades, o setor conta com agentes de saúde

escolar nos Centros Educacionais. Tem como objetivo: - promover a melhoria das condições de saúde através de ações infecto-contagiosas e casos epidêmicos, de ações preventivas e curativas.

Atua sobre doenças que acometem a criança de forma mais imediata possível, a fim de que a evolução da doença não ocorra, prevenindo ou recuperando danos causados*. Desenvolve ainda atividades de Educação para saúde envolvendo a comunidade e oferecendo aos pais maior tranquilidade no desempenho das suas atividades no trabalho, suprindo as necessidades básicas diárias da criança no aspecto saúde educativa, preventiva e curativa.

Eram oferecidas 4.822 refeições completas em 23 Centros Educacionais e Creches.

CONCLUSÃO

Observamos que durante a Administração do petista José Machado, veio a clarear a fragilidade dos partidos e das lideranças políticas piracicabanas. Não havia líderes expressivos que tivessem brotado das massas e das elites piracicabanas. Foi a elite universitária (UNIMEP) que assumiu o poder.

A administração petista José Machado, com seu programa de "grande número de pequenas obras" não conseguem sensibilizar a população no seu conjunto, ou seja, as elites, principalmente as econômicas, passaram a buscar soluções entre elas mesmas e a população carente da cidade não participou efetivamente da administração da forma como era esperada.

Piracicaba ficou sem representação política no cenário paulista, perdendo prestígio e presença na região, a despeito da presença marcante no final do regime militar.

Segundo o próprio PT, embora as ações que se desenvolveram em todos os setores da administração petista tenham apresentado, com maior ou

* Aqui, no sentido de reduzir os índices de mortalidade infantil e lesões que possam vir a interferir no seu crescimento e desenveolvimento; melhorar as condições nutricionais reduzindo o índice de absentismo, repetência e evasão escolar. - Programa de Saúde - G.D.P.P.

menor grande nitidez, as convicções inerentes aos militantes, forjados na luta pela transformação da sociedade capitalista, eles não conseguiram desenvolver uma ação político-administrativa integrada a um projeto político, que desse conta de definir e demonstrar claramente qual é o papel possível do poder municipal, enquanto instrumento na construção de uma nova sociedade. Isso foi mais agudo no 1º ano de governo.

Extremamente envolvidos no aprendizado do funcionamento da máquina administrativa, não desenvolveram práticas de análises suficientes para transformar esse conhecimento numa elaboração coletiva, num projeto político, que se tornasse o eixo condutor, garantindo ações ordenadas e coerentes em todos os níveis, e deixasse claro para a população a face de uma proposta democrática e popular.

Quando da vitória do PT nas urnas em 1988, criou-se uma grande expectativa de mudanças principalmente nos setores populares. É preciso lembrar que o aparelho do Estado é um instrumento fundamental de dominação, de ordenamento, de legislação das relações de dominação. Sabemos que a construção de uma nova sociedade não se resume na tomada do aparelho do Estado, mas tem nela um momento importante, que pode significar que a classe trabalhadora, através dos seus respectivos eleitos, possa de modo mais amplo, reordenar as relações sociais, conquistar e institucionalizar espaços políticos a seu favor.

A eficácia política nos projetos de gestão de parcelas de um aparelho de Estado, exige a coesão partidária no sentido de atuar prioritariamente na organização da população para o controle da participação na gestão popular. E isso, não aconteceu. Ao mesmo tempo que havia por parte do PT princípios claros, definidos para uma administração democrática e popular, havia um acordo surdo com setores elitistas da sociedade. Aí, a dificuldade de se entender o que, de fato, de administração Democrática e Popular José Machado queria para a cidade. Hoje, sabe-se que "um dos grandes financiadores da campanha de José Machado para deputado federal, em 1992, foi a Dedini Administração e

Participações"[104], um dos maiores gupos econômicos da cidade. Isso deixou o PT fragilizado.

Embora os projetos, propostos pela Administração Democrática e Popular José Machado, mostrassem transparência em algumas de suas diretrizes, como o combate ao clientelismo, à garantia aos direitos individuais do cidadão (como foi o caso do funcionalismo público, que conseguiu se organizar e se politizar), os demais trabalhos acabaram por se direcionar para um trabalho mais **técnico do que político** (vide programa dos CEI's). Os canais com vistas ao objetivo de formação da cidadania parecem ter sido ineficientes ou não foram aproveitados, de forma adequada, os espaços de contato direto com a população usuária dos serviços. Como exemplo pode-se aqui citar, os CEI's.

Os canais e/ou programas que envolviam a participação popular e que tiveram maior êxito na população foram o Conselho Municipal do Idoso; Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; Associação dos Grupos da 3ª Idade, porque não tiveram somente um caráter de cunho partidário e corporativista, mas era da população. Os demais como o Conselho Municipal de Escola, Conselhos Locais de Escola, Conselho de Saúde, Comissões de Saúde, Associações de Bairro e Centros Comunitários tiveram um caráter de classe e partidário. Isso pode ter afastado a população no seu desejo de participar, porque esses canais visam mais um processo individual de classe do que um processo globalizante de melhoria de qualidade de vida para toda a sociedade.

Embora as críticas sejam aqui um pouco amargas, é preciso, com todas as "ressalvas", ressaltar a preocupação que a administração petista teve com relação a criança, principalmente aquelas de 0 a 6 anos, uma de suas prioridades. Embora o número de CEC's construídos durante todo o período da administração (foram 7 durante os 4 anos) não seja deveras significativo, eles se voltaram para o atendimento da criança de 0 a 6 anos. Técnicos ou só Políticos tentaram viabilizar uma proposta que não fosse somente de cunho assistencialista, mais sim de educar. Aí, todo o trabalho realizado com os educadores talvez tenha

[104] Vide Folha Sudeste. lCaderno j10, lp. 1 de 15 de Outubro de 1995.

despertado em sua consciência que: para transformar uma sociedade, para criar novos valores, a Educação é fundamental.

CAPÍTULO 7

CAPÍTULO 7

1. GESTÃO ANTONIO CARLOS DE MENDES THAME (1992-1996) PSDB *

O Deputado Federal Antonio Carlos de Mendes Thame pelo PSDB chega à Prefeitura Municipal de Piracicaba em 1992, com 32,9% dos votos do eleitorado piracicabano. Desde o início da campanha eleitoral, o nome do deputado federal Antonio Carlos de Mendes Thame era tido como favorito. Nenhum dos outros candidatos mostrava condições de competição eleitoral. As propostas de governo e os discursos políticos eram repetitivos e sem originalidade, **numa linha conservadora que já tinha, no candidato Thame, o seu porta-voz.** O vazio político continuava grande. O PMDB, dividido, não conseguiu que José Aparecido Borghesi conquistasse o eleitorado e, por outro lado, o PT e José Machado pagavam o preço da atuação moderada e por vezes passiva que havia marcado a administração municipal. A filosofia do "grande número de pequenas obras", não dera o resultado eleitoral esperado. A classe média, que apoiava o PT em 1988, não se identificava mais com o mesmo e, por outro lado, a candidatura de Antonio Oswaldo Storel, que fora Secretário do Bem Estar Social da Administração José Machado, de perfil conservador, não empolgava os bairros e o chamado eleitorado de periferia e nem a própria mlilitância do PT. A Igreja católica exerceu influência nestas eleições a favor do candidato Antonio Oswaldo Storel devido a sua ligação com a mesma. O PPS, lançou o vereador Ireneu Ulisses Bonassi, ex-presidente da Câmara Municipal, que não conseguiu transmitir uma visão mais à esquerda já que o perfil social-democrata do próprio candidato não empolgou a população e nem mesmo a própria militância do partido.

* Embora a gestão Mendes Thame esteja inconclusa, a um ano antes do seu término, considerou-se importante fazê-la constar deste trabalho pelos indicadores na área de Educação, principalmente quanto a expansão da rede de atendimento à criança de 0 a 6 anos.

Antonio Carlos de Mendes Thame desponta então, como o candidato favorito às eleições. Consegue compor um leque partidário ideologicamente conflitante e heterogêneo. Alia-se ao PFL, ao PTB e ao PV com apoio do PDS e PL. Também o pólo da intelectualidade mudaria para a ESALQ (Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz -USP) com a candidatura do Prof. Umberto de Campos a vice-prefeito (que assume no governo a Secretaria da Educação). Assim, criava-se a aliança mais conservadora dessas eleições com mensagens voltadas à classe média e empresarial na expectativa de herdar os votos de antigos eleitores da velha U.D.R. e de setores mais tradicionais de expansão da rede de atendimento à criança de 0 a 6 anos.[105]

1.1. Piracicaba em 1° lugar: Participação, Democracia, Descentralização como Fontes de Desenvolvimento

O Plano de Governo da Administração Antonio Carlos de Mendes Thame, recebeu da própria administração o título de "Piracicaba em 1° Lugar".

"O bem estar da população de Piracicaba constitui a preocupação central deste Plano de Governo, que representa o conjunto de compromissos através dos quais resgataremos nossa cidade, tirando-a do marasmo em que foi atirada nos últimos anos, e reconduzindo-a ao caminho do progresso e à posição de liderança a nível regional e de destaque no cenário estadual e nacional. Estas são as **diretrizes** que nortearão nossa administração"[106]

O enfrentamento da crise atual com a perspectiva da justiça social, a busca da melhoria da qualidade de vida sintonizando a cidade com a modernidade e o futuro, e um estilo participativo, estimulando o controle social sobre o poder público municipal são outros propósitos da Administração Thame.

Com isso posto, a administração municipal levanta as discussões sobre: Participação Popular, Descentralização, Ética e Política, Modernização da

[105] Elias, C.: Piracicaba (a história que eu sei: 1941/1992), Prefeitura Munlicipal de Piracicaba, Ação Cultural, 1992.
[106] Plano de Governo. Piracicaba em 1° Lugar, p. 1, 1993-1996 - PSDB.

Administração Pública e Defesa da Qualidade de Vida. - princípios esses fundamentais para quem busca a Cidadania.

Pela retrospectiva da vida pública do candidato que vinha do PFL, posteriormente PP e depois à direita do PMDB e finalmente o PSDB, além das alianças durante o período eleitoral, percebe-se a rápida incorporação por parte dos setores conservadores das teses da esquerda integrando-as como forma de prioridade, ampliando o discurso para manter o estabishment.

1.1.1. Participação Popular

Para buscar o desenvolvimento participativo, gerador de consciência política, que dê autonomia ao cidadão para que ele conquiste sua posição social, a administração municipal Thame, entende que é preciso primeiro que cada cidadão tenha condições de sobrevivência para si e sua família. "Sem sustentação econômica, a participação tende a ser nula"[107]. É preciso, portanto, criar melhores condições salariais ou seja, renda e emprego.

Para a administração municipal Thame a **Participação** - "é um processo fundamental em que a população trabalha efetivamente para superar seus problemas e adquirir maior controle sobre sua vida e seu bem-estar, de forma consciente, crítica e responsável, entendendo que a Prefeitura não pode resolver tudo sozinha, e que portanto a sociedade não pode ficar aguardando de braços cruzados a solução de todos os seus problemas: cada qual tem uma parte a cumprir na busca do desenvolvimento, na superação da crise, através de um diálogo constante que envolve administração municipal e população, representada pelos vereadores, entidades de bairros, sindicatos, conselhos coordenadores, associações científicas e culturais, que desempenham um papel decisivo em qualquer plano de desenvolvimento. É a mobilização das energias da cidade: entidades filantrópicas, igrejas, sociedades de bairro, clubes de serviço,

[107] Idem, ibidem.

associações empresariais, profissionais e sindicatos, que serão chamados a cumprir o seu papel no enfrentamento da crise".[108]

1.1.2. Descentralização

Não pode haver participação sem se falar em descentralização já que ambos estão interligados, compondo um processo de integração que se completam no tempo e no espaço.

Na administração Thame, a Descentralização é entendida como a humanização do atendimento público. No discurso, todos os "setores que mantém contato direto com a população terão um aumento de seu poder decisório, no sentido de uma maior delegação de competências e meios para incumbirem-se das ações e funções que passarem pelo processo de descentralização"[109]. Assim, a população poderá sentir quais as reivindicações, solicitações e reclamações que poderão e deverão ser atendidas.

Na proposta de descentralização da administração está a criação das **administrações regionais** que funcionarão num atendimento mais imediato do bairro.

1.1.3. Democracia, Ética e Política

"A **Democracia** é a arma fundamental de quem o Estado deve se servir. Ela obriga a todos, governantes e governados a agirem no respeito a lei de modo que os recursos públicos sejam empregados em benefício da população"[110]. É pela probalidade administrativa que o poder público recupera a sua dignidade e a ela chegará naturalmente com a participação ativa da população nas decisões e fiscalização de sua ação pelo povo.

---

[108] Idem, ibidem.
[109] Idem, ibidem.
[110] Idem, ibidem.

1.1.4. Modernização da Administração Pública

A administração Thame acredita que uma proposta de consciência política de governo se atinge com a colaboração e participação efetiva dos servidores municipais. Daí, a representação destes no governo, assim como o investimento em sua formação serem importantes.

Pretende-se que através de uma representação sindical, os servidores participem ativamente das decisões do governo, principalmente da formulação da política pessoal como um direito adquirido. (Exemplos: concursos efetivos, acabando com o favoritismo que denigre a ação do poder público).

1.1.5. Defesa de Qualidade de Vida

Para a Administração Thame "Piracicaba vem sendo submetida nos últimos anos a uma série de impactos, como o empobrecimento da população, a poluição das águas, do ar, a especulação mobiliária e a migração populacional, que tem comprometido seriamente sua qualidade de vida".[111]

Sua proposta é a de:

- criar empregos no setor privado, através do incentivo à instalação de novas indústrias;
- estimular a criação, desenvolvimento e relocalização de pequenas e microempresas;
- regularização e reimplantação do Distrito Industrial;
- facilitar a construção civil para o escoamento da produção (transporte, estradas), inclusive a agrícola, para transformar Piracicaba em um entroncamento hidro-rodoferroviário, entre outras medidas.

Essas benfeitorias foram propostas por acarretarem um aumento de renda da população, além de propiciar outros benefícios para a comunidade como um todo. Mas, para que esses mesmos benefícios venham a ser compartilhados

[111] Idem, ibidem. p. 3.

pela grande maioria da população e não neutralizados por um crescimento desordenado da cidade, preconizou-se como fundamental um prévio planejamento global, de forma a permitir o desenvolvimento desejado.

A administração Thame trouxe para discussão, na cidade, um Plano de Desenvolvimento Municipal - com objetivos de curto, médio e longo prazo para os setores físico-territorial, econômico, social e para administração pública, ao lado da proposta de atualização da legislação urbanística e do código tributário.

Segundo o prefeito Thame, Piracicaba "já teve diversos planos diretores sem que nenhum destes fosse implantado, pois a especulação era mais forte".[112]

1.2. Diretrizes Setoriais

Em busca de atingir as premissas acima definidas, a administração Thame propôs a orientação de sua atuação nos seguintes setores governo Municipal:

- Habitação e Desenvolvimento;
- Saúde (atendimento primário; pronto socorro municipal; centro de especialidades).
- Segurança;
- Saneamento Básico;

  Meio Ambiente (preservação das áreas de mananciais e água subterrâneas; áreas verdes; educação Ambiental; áreas de preservação permanentes; resíduos sólidos);
- Cultura - este setor era apresentado como um instrumento básico no exercício da cidadania e na luta pela justiça social, além de ser um importante fator de qualidade de vida da cidade. Os planos preconizavam que a cultura cria solidariedade; disputa consciências de interesses comuns. É um fator de

[112] Idem, ibidem. p. 3.

desenvolvimento da cidade, na medida em que a economia de Piracicaba é cada vez mais impulsionada pelo setor terciário, onde se incluí as atividades ligadas à criação artística cultural e de lazer. Embora a administração apresentasse esse nível de consciência, não criou-se nenhum programa específico nessa área até a coleta de dados de nossa tese (2° semestre de 1995).

Outros setores contemplados no plano foram:

- Transporte e Sistema Viário;
- Agricultura e Abastecimento;
- Esporte;
- Turismo;
- Bem Estar Social e
- Educação

1.2.1. Educação

A política educacional da administração Antonio Carlos de Mendes Thame esteve sob a orientação do secretário de Educação Prof. Dr. Umberto de Campos.

A administração se diz consciente que, embora a Constituição Federal assegure aos brasileiros o direito à educação, este não vem sendo cumprido na sua integridade como era de se esperar e querer em nosso país. A decadência do ensino público é destacada provocando altos índices de evasão e pouco aproveitamento dos já poucos recursos destinados às escolas. Como a Educação é a base para qualquer desenvolvimento da nação, a nova gestão se propôs a reverter este quadro. E, em Piracicaba, vamos criar condições para isso, disse o prefeito Antonio Carlos de Mendes Thame.

"A Educação é um direito de todos, para isso há que possibilitar o acesso da maioria à escola pública, em especial a população de baixa renda. Para isso é necessário melhorar as condições atuais de funcionamento do ensino público em nossa cidade com o objetivo de propor um plano pedagógico que

supere as deficiências atuais e assegure efetivas condições de permanência das crianças nos bancos escolares, evitando-se ou diminuindo a evasão escolar. Além disso, deverá ser incentivada a criação do turno cultural para completar a educação formal, com um desenvolvimento de atividade de estímulo cultural vocacional e a criatividade".[113]

Partindo das estatísticas nacionais onde, 90% dos menores que ingressam no primeiro ano primário, não chega a oitava série significando que o sistema escolar existente só atende a uma pequena parcela da população que acaba transformando-se numa elite privilegiada a nova gestão anunciou: Nossa proposta é reformular o sistema educacional para atingir essa parcela marginalizada dando condições a todos o acesso aos serviços de educação (berçário, creche, pré-escola, 1° grau e complementação escolar).[114]

a. CLUBINS - O Direito que a criança tem de ser feliz

Além do atendimento a berçário, creche, pré-escola, 1° grau e complementação escolar, a Administração Thame criou um trabalho integrado a diversas secretarias municipais na formação do Clube da Infância e da Juventude para Educação e Ecologia - CLUBIN[115]. Embora seja fruto de um trabalho de diversas secretarias (Merenda, Esporte, Educação, Saúde) e SENAI, o CLUBIN ficou a cargo da Secretaria do Bem Estar Social.

Segundo a Secretaria do Bem Estar Social, Aracy Lovadini, "uma das funções da Secretaria é a de contribuir para integrar e coordenar atividades que são desenvolvidas por diversos organismos, entidades e das próprias secretarias algumas vezes até de forma paralela ou superposta como é o programa dos CLUBINS em contraponto a Educação Complementar que existe na Secretaria de Educação. Ambos atendendo as crianças de 7 a 14 anos, embora a Educação Complementar tenha um caráter mais educacional, pedagógico, nos

[113] Idem, ibidem. p. 14.
[114] Idem, ibidem.
[115] Vide Anexo 3 (Programa dos Clubins).

CLUBINS a tentativa é de uma possível profissionalização. Completamos hoje os trabalhos em Educação de uma forma mais politizada, qualitativamente", afirmou a Secretária.[116]

A Secretaria do Bem Estar Social constitui-se num dos principais elos de ligação e comunicação entre a administração e a população. É ela a responsável, em grande parte, pelo processo de participação. "Deve estar junto das organizações populares ou, onde não existam, buscando criar condições para que a população venha a organizá-las, fortalecendo seu papel e atuação, trazendo-as para participar das discussões e na realização dos projetos da municipalidade que lhes digam respeito, em especial nas necessidades básicas: alimentação, saúde, habitação, etc." [117]

Sua proposta junto à Secretaria da Educação baseia-se em:

- reforçar o funcionamento das creches e IEIC's, ampliando-as quantitativa e qualitativamente;
- incentivar a participação das mães na gestão de creches e IEIC's;
- integrar com propostas federais (LBA e CAIC's), estaduais (Secretaria da Promoção Social do Estado) e iniciativa particular (clubes de serviços e entidades) de atuação junto à população de forma a levar as empresas com mais de 100 funcionários a manter suas **creches** cumprindo lei federal específica e realizando convênios com a prefeitura e outros.

Destacamos na proposta dos Clubins a sua articulação com o projeto "Comunidade e Ação", de 1995.*

b. IEI - Instituição de Educação Infantil (0 a 6 anos)

As Instituições de Educação Infantil (IEI) atendem crianças na faixa de 3 meses a 6 anos em período integral. São de **28** unidades, formando um total de **2.728 crianças** atendidas (dados de novembro 1995, Secretaria Municipal de

[116] Entrevista realizada dia 09.11.95 na Secretaria do Bem Estar Social com a Secretária Aracy Lovadini.
[117] Plano de Governo. Piracicaba em 1º Lugar, p. 12, 1993-1996 - PSDB.
* Vide Jornal de Piracicaba. 13.11.95. "Projeteo Comunidade e Ação" atinge os Clubins. p. 2. (Anexo 4).

Educação). Localizam-se nos bairros periféricos da cidade onde há maior concentração da população de baixa renda.

Desde 1977, a rede de atendimento à criança de 0 a 6 anos vem se estendendo. A Administração Thame criou do ano de 1993 até novembro de 1995, 4 instituições de educação infantil (Central, Jardim Eldorado, I.A.A. e Jardim Alvorada) e estão previstas para até agosto de 1996, a construção de mais 13 instituições (Ártemis, Jardim Itapuã, Morada do Sol, Bartira, Kobayat, Borghesi, Vitória, Vila Industrial, Jardim São Francisco, Jardim das Flores e Parque Orlanda) num atendimento a mais 2000 crianças. Há tambem uma lista de espera de 2500 crianças nas creches já existentes.

A rede municipal de creches atende hoje a 28 bairros assim localizados: Algodoal, Ártemis, Balbo, Boa Esperança, Caxambu, Cecap, Cento, Eldorado, Esplanada, I.A.A., Jaraguá, Jardim São Paulo, Joaninha Morganti, Jupiá, Novo Horizonte, Paulicéia, Jardim Planalto, Jardim Petrópolis (98), Piracicamirim, Santa Terezinha, Jardim São Miguel, Sol Nascente, Jardim Tóquio, Vila Cristina, Vila Fátima, Vila Independência, Vila Sônia (69), Jardim Alvorada.

Segundo o Secretário da Educação, o professor, doutor da Escola Superior de Agricultura - ESALQ, Humberto de Campos "o bom seria que pudéssemos atender a todas as crianças piracicabanas, independente de sua classe social. Hoje, as creches são um direito conquistado da criança e está na nossa constituição. Mas, nossa triste realidade nos leva a atender os que dela mais necessitam. E, acho, estamos caminhando bem. Preocupados que estamos com uma pedagogia mais adequada, formamos um corpo docente com formação específica da área".[118]

[118] Entrevista realizada com Secretário de Educação em 09.11.95. Secretaria da Educação de Piracicaba - SP.

c. Objetivos Da Educação Infantil - (Dos IEI's)

- Proporcionar condições para o desenvolvimento físico, psicológico e intelectual da criança em complementação à ação da família;
- Promover a ampliação de suas experiências e conhecimento, estimulando seu interesse pelo processo de transformação da natureza e pela convivência em sociedade.

d. Critérios De Seleção De Crianças Hierarquizadas De Acordo Com Cada Unidade

1. Filhos de servidores da Prefeitura Municipal de Piracicaba;
2. A existência de irmãos matriculados na unidade;
3. Transferência de outra unidade, desde que tenha mudado para o bairro;
4. Mães que já estão trabalhando, não tem com quem deixar a criança e moram no bairro;
5. Mães diaristas (4 dias da semana);
6. Tempo de moradia no bairro;
7. Renda familiar.

Pelos critérios acima citados pode-se inferir que, apesar da Constituição de 1988 assegurar o direito de toda criança de 0 a 6 anos ser educada e assistida pelo Estado, a nossa realidade sócio-econômica, não permite ainda que isso aconteça. O poder público municipal volta seu atendimento aos setores da camada mais baixa da população onde a mãe que trabalha fora é prioridade para o ingresso das crianças no processo educacional. Portanto, o direito da criança ser educada e assistida se vincula ao fato da mãe-mulher trabalhadora.

e. Corpo Docente Ou Equipes Escolares

A equipe escolar das IEI's e CEC's é constituída por:

a) Equipe técnica de apoio pedagógico da SME (Secretaria Municipal de Educação). Essa equipe é formada por especialistas em Educação (psicólogos, pedagogos).

b) Equipe técnica administrativa da SME - formada por supervisores escolares.

- diretores;
- supervisores escolares;
- equipe de educadores: professores e monitores;
- agente escolar de saúde;
- merendeira/bactarista;
- serviços gerais;
- zeladores;
- vigias.

f. Pressupostos Teóricos Do Plano Municipal De Educação - IEI's

Para o Plano Municipal de Educação a importância das instituições educacionais, em geral, e da creche, em particular, na construção de uma sociedade autenticamente democrática se dá através da aquisição de conhecimento e habilidades indispensáveis. Argumenta-se que com isto, instrumentaliza-se os indivíduos tanto para a luta contra as desigualdades econômicas e sociais, quanto para a participação no processo de transformação social.

Observamos nos planos que um dos fundamentos da proposta Educacional é: "Para cumprir a sua principal função que é a socialização do acervo cultural da humanidade, uma prática pedagógica deve garantir uma

aprendizagem efetiva dos alunos, o que envolve apropriação crítica e produção de um conhecimento novo".[119]

Principais características do Plano Municipal de Educação do ponto de vista Institucional e Pedagógico. A grosso modo podemos pontuar as seguintes características:

- Análise crítica do cotidiano escolar;
- Articulação teórica/prática numa perspectiva dialética que supere a visão dicotômica entre o pensar e o agir, o conhecer e o fazer.
- Produção coletiva - com participação dos professores nas decisões pertinentes à sua ação; maior possibilidade de troca entre os professores; estilo mais democrático e menos formal da direção e da supervisão:
- Existência de atividades planejadas;
- Prática do trabalho diversificado;
- Melhor utilização do tempo na sala de aula;
- Associação harmônica de atendimento grupal e individual;
- Ligação do conteúdo com a realidade dos alunos.

Portanto, "as creches como um equipamento sócio-educadional que tem como objetivo o desenvolvimento integral da criança, deve proporcionar educação, proteção, lazer, saúde e alimentação à criança pequena, liberando a mãe e o pai para a inserção no mercado do trabalho e práticas sociais diversas".[120]

Acredita-se que embora a Constituição de 1988 tenha assegurado à criança de 0 a 6 anos o seu direito à educação, há um vínculo ainda muito grande com a mãe que trabalha fora e precisa de um local para deixar seu filho. Essas abordagens fazem parte de quase todos os programas e propostas de atuação das creches existentes no Brasil. Isso ocorre, devido a nossa realidade de pobreza e miséria, que advêm da política econômica existente no país.

---

[119] Proposta Pedagógica do PME, 1994.

[120] Proposta Pedagógica para a reade municipal de Ensino. Secretaria da Educação. Piracicaba - PS, p. 9, 1994.

Segundo a equipe técnica pedagógica dos IEI's, "planejar a ação pedagógica da creche significa ter muito claro princípios metodológicos do construtivismo, ou seja:

- a criança é produtora de conhecimento;
- a criança apreende mediante diferentes fontes de informações;
- o educador é mediador da relação criança x objetivo de conhecimento;
- é necessário considerar os momentos cognitores da criança: a criança duvida, se inquieta, pergunta, responde, decide.

Concluindo, os técnicos da SME preconizam que: "não se deve estabelecer modelos únicos de trabalho para cada faixa etária, em cada dia da semana, durante um ano de trabalho, em todas as instituições educacionais da Rede Municipal. Trabalhamos com uma imensa diversidade de regiões, de famílias, de crianças e de educadores: famílias com valores culturais, religiosos, morais e institucionais distintos: crianças que nos chegam aos 3 anos ou aos 3 meses; crianças nutridas e desnutridas; crianças de famílias completas ou incompletas; famílias lutadoras ou conformadas; crianças muito amadas ou rejeitadas; crianças frutos do planejamento ou do acaso; crianças nas quais está depositada a expectativa do futuro melhor para a família ou para elas próprias; educadores interessados e *ligados* no desenvolvimento da criança, ou dela muito desinteressados; educadores que incentivam o desabrochar da energia infantil, ou que apostam tudo no silêncio e disciplina no interior das creches; educadores que acreditam que a criança constrói conhecimento e educadores que entendem que a criança apenas aprende, a partir da transmissão de seu saber irrefutável".[121]

Este quadro diverso, exige apoio nas referências que aqui vão sendo apontadas,[122] criatividade e intencionalidade no planejamento do trabalho de cada creche, de cada região, construído com o coletivo dos funcionários, famílias e usuários de creches".*

---

[121] Proposta Pedagógica para a rede Municipal de Ensino. Secretaria Municipal de Piracicaba-SP-1994.

[122] A equipe para constituição da Proposta do Plano Municipal de Educação fez uso das seguintes referencias: Bekeer (1993); Casidam (1948); Davisa e Oliveira (1993); Dezheinzelin (1991), Haddad (1992); Hofmann (1991), MEC (1993); Oliveira (1992).

* A equipe para constituição da Proposta do Plano Municipal de Educação fez uso das seguintes

O educador das IEI's deve ter, segundo a SME:

- clareza de intenções no planejamento do trabalho pedagógico. Professores e Monitores têm o papel fundamental de trabalhar com a criança no processo de apropriação e reconstrução dos objetos sociais de conhecimento;
- envolvimento do coletivo dos funcionários, conhecer significa tirar as cobertas das coisas, dos conceitos e dos valores, perguntando-lhes explicações, re-significando entendimentos, reconstrução, conhecimentos. Exige o envolvimento e a adesão de todos os funcionários e de todas as crianças, impulsionando planejamentos e as atividades vivas, seja na ação cotidiana, seja na avaliação conjunta e contínua do processo e dos produtos de trabalho de todos e de cada um;
- discussão e envolvimento do coletivo de pais, no movimento de apropriar-se do trabalho proposto para as crianças. A família e a creche têm papéis convergentes, divergentes, semelhantes e distintos na formação das crianças, exigindo a dinâmica de um corredor de entendimento, acompanhamento e avaliação do trabalho desenvolvido pela creche.

No plano da formação de pessoal, em julho de 1995 ocorreu o Terceiro Encentro de Profissionais da Rede Municipal de Ensino para reciclagem e troca de experiência entre os trabalhadores da SME.*

g. Educação Infantil: Duas Funções Complementa-Res - Cuidar E Educar

A educação, nesta fase, visa de forma integrada: 1-) favorecer o desenvolvimento infantil nos aspectos: físico, motor, emocional, intelectual e social; 2-) promover a ampliação das experiências e dos conhecimentos infantis, estimulando o interesse da criança pequena pelo processo de transformação da

---

referencias: Bekcer (1993); Casidam (1948); Davisa e Oliveira (1993); Dezheinzelin (1991), Haddad (1992); Hofmann (1991), MEC (1993); Oliveira (1992).

* Vide Jornal de Piracicaba: 18.07.95. "Educadores trocam experiências de Encontro". p. 8. Anexo 5.

natureza e pela dinâmica da vida social, e, 3-) contribuir para que seja produtiva e marcada pelos valores de solidariedade, liberdade, cooperação e respeito.

h. Diretrizes Do Plano Municipal De Educação - Traduzir Em Ações Pedagógicas

- a atuação do adulto incentivando, questionando, propondo e facilitando o processo de interação com outras crianças é de vital importância no desenvolvimento e construção do conhecimento pela criança;
- devem ser oferecidas várias oportunidades que desafiem o raciocínio e permitam à criança descobrir e elaborar hipóteses, porque é neste embate que ela percebe o sentido e o significado do mundo que a cerca e elabora sua identidade;
- devem ser estimuladas a consolidação de oportunidades para a transmissão e construção de conhecimentos, o enfrentamento independente de problemas, o uso das várias formas de expressão e de exploração do meio ambiente, físico e social.
- fortalecimento de auto-estima e da construção da identidade (o respeito e incorporação da diversidade de expressões culturais existentes na sociedade, dando oportunidades, à criança, de acesso a um universo cultural, rico, estimulante e diversificado; levar em conta que o brincar constitui uma forma privilegiada de aprender e que o ambiente lúdico é o mais adequado para envolver criativamente a criança no processo educativo; valorização do trabalho cooperativo, pois é ele que propicia o confronto de pontos de vista, a possibilidade de divisas de responsabilidade e funções e o desenvolvimento da solidariedade.

Finalizando, vale ressaltar que essa proposta pedagógica para a rede municipal de ensino está em implantação e os resultados são ainda poucos. Deve-se levar em conta que o trabalho em educação é um longo processo de aprendizagem e conscientização dos próprios educadores.

Esta proposta está sendo discutida e avaliada com os diretores juntamente com a equipe técnica pedagógica no sentido de avançar, cada vez mais, em direção de uma proposta ou mesmo de uma política educacional para a criança de 0 a 6 anos para o Município de Piracicaba. Espera-se que, com esse trabalho, ao longo do processo das discussões, tome uma feição técnico-político elevando o grau de consciência de seus participantes.

CONCLUSÃO

Não se pode dizer que a Administração Antonio Carlos de Mendes Thame (PSDB), tenha na cidade uma marca. É uma administração que tem caminhado num vazio, sem um rumo claro para toda a população, embora o conteúdo do Plano de Governo mostre com clareza os problemas existentes.

Das diretrizes setoriais consideradas prioritárias, poucos resultados foram obtidos até os dias atuais.

Nas áreas de **Habitação**, não se criaram mecanismos capazes de viabilizar programas habitacionais para a população com renda suficiente para ter acesso ao sistema financeiro de habitação. As casas entregues nesse período, foram gestadas na Administração anterior (José Machado - PT - 1983-1992) e resíduos da era Collor.

Na área da **Saúde**, com relação ao atendimento primário, que é o de maior interesse para este trabalho, é o 1° atendimento que o paciente recebe e que é oferecido nos postos existentes nos bairros, está deficitário. Os médicos e paramédicos continuam a não ter condições necessárias para integrarem-se à comunidade em que trabalham e efetivamente exercer sua atividade. Faltam recursos materiais e físicos no atendimento à população. Nos IEI's há um agente escolar que atua na área como alusão preventiva, mas que, segundo a equipe técnica de apoio pedagógico da SME, "não existe um acompanhamento e nem os instrumentos necessários para o seu trabalho. O processo de participação da comunidade é muito pequeno o que faz com que o agente se torne quase que

parte da equipe no trabalho junto às crianças. É como se tivéssemos um enfermeiro para tratar dos machucados das crianças e isso é pouco. Trabalhar as doenças de modo preventivo é fundamental". Na cidade foi construído 1 posto de saúde (Vila Fátima), outro em construção (Piracicamirim) em parceria com o Estado.

Na área de **Cultura,** a proposta de adaptar centros comunitários em mini-teatros nos bairros para realização de peças teatrais, conferencias, reuniões cívicas, concertos, ciclo de estudos, não tem ocorrido até o momento. Assim como o projeto de criação de cultura vinculado às escolas e empresas. Todas as atividades culturais existentes nos IEI's são parte das atividades organizadas pelos próprios IEI's.

O **Transporte Coletivo** foi uma das marcas da Administração anterior (José Machado - PT). Segundo o Plano de Governo - Piracicaba 1º Lugar - da Administração Antonio Carlos de Mendes Thame, esse também seria uma das suas prioridades. Com base nas propostas feitas, a cidade ainda não obteve os resultados esperados, ou seja, construção e conclusão de 3 terminais de integração nos bairros mais populosos; ampliação do número de linhas de ônibus para melhor atender nos bairros, distritos e zona rural e transporte escolar.

Tirando algumas das obras de aparência na cidade que a embelezam (formação de canteiros, recapeamento de algumas vias) mas que não modificam em nada o social, a Administração Antonio Carlos de Mendes Thame - PSDB, tem procurado fazer da área de Educação uma de suas ênfases centrais, além de ter como instrumento para finalizar seu governo, algumas benfeitorias para o social, através da **Secretaria do Bem Estar Social** (com a criação dos Clubins. Estes tem gerado mobilização e trabalho da comunidade, além do trabalho com as creches). Mais 2500 crianças* em idade de 0 a 6 anos esperam por vagas nas creches já existentes. Estão em lista de espera !!! O Prefeito, estretanto, tem feito promessas para o atendimento a esta demanda, segundo registros da imprensa local.[123]

---

* Dados obtidos pela Secretaria Munilcipal de Piracicaba, 09.11.95.

[123] Jornal de Piracicaba de 14.11.95. "Cidade vai ter mais 10 creches ...", p. 5. Anexo 6.

Só por esses números, o programa de Creches é fundamental e continuará sendo uma **marca**, um **símbolo**, de todas as Administrações Municipais. A expectativa é de aumento da demanda, levando em conta as 13 Instituições de Educação Infantil que estão sendo executadas para 1996 (agosto), e não da demanda já atendida onde já existe creche.

A demanda não atendida, 0 a 6 é uma realidade para a cidade de Piracicaba. Os avanços de uma prática político-pedagógica estão caminhando, mas há que se lembrar que os pais e a comunidade são instrumentos fundamentais na formação de consciências e para isso a prática político-pedagógica deve ir além dos IEI's. Deve sair às ruas de sua comunidade e discutir com elas a melhoria de qualidade de sua vida. Só assim Piracicaba poderá expressar perante os governantes, suas frustrações e reais necessidades. Há que se insistir em práticas de participação para que amanhã todos os indivíduos possam, de fato, exercer a Democracia.

CAPÍTULO 8

CAPÍTULO 8

O presente capítulo tem como objetivo - construir quadros comparativos sobre as diferentes gestões nos seguintes aspectos das políticas:

Quadro 1 - Diretrizes de Governo - 1977 a 1995.

Quadro 2 - Planos de Programas de Governo - 1977 a 1995.

Quadro 3 - Educação Infantil - a criança de 0 a 6 anos nas Administrações Municipais - 1977 a 1995.

No Quado 1, das Diretrizes de Governo, os elementos destados para comparação são:

- organização da população pobre;
- reorganização do atendimento da administração a quem e para quê;
- democracia;
- participação popular;
- descentralização;
- cidadania;
- centralização político-administrativa;
- desmobilização;
- diminuição e/ou aumentos das distâncias sociais existentes na sociedadae;
- atendimeneto de demandas sociais à população carente da sociedade;
- desprivatização do estado;
- luta pela hegemonia;
- consolidação das políticas públicas;
- modernização da administração pública;
- defesa da qualidade de vida.

No Quadro 2, dos planos e programas de governos das diversas administrações vamos encontrar como propostas:

- criar canais de participação direta com a comunidade;
- politizar e conscientizar a comunidade;

- preparar a máquina administrativa para as eleições;
- tornar a administração um agente catalisados do desenvolvimento econômico - recompondo-se com grandes grupos empresariais;
- lutar pela defesa da vida;
- gerar empregos.

A nível de programas, temos como prioritários:

- Centros comunitários;
- Educação;
- Alimentação;
- Moradia;
- Saúde;
- Mobilização, organização e conscretização da comunidade - (MCO);
- Valorização do trabalho técnico em todas as áreas;
- Construção de grandes obras;
- Transporte.

No quadro 3 sobre Educação Infantil encontraremos:

- os diversos centros de atendimento à criança de 0 a 6 anos, do período 1977 a 1995;
- número de crianças atendidas por unidade educacional no período de 1977 a 1995;
- número de creches construídas, sua localização no período de 1977 a 1995.

Além disso, esse quadro se desdobra em 3 outros:

O Quadro 3.1, aborda o número de pessoas (sua denominação) que formavam o corpo docente das unidades educacionais no período de 1977 a 1995.

- equipe coordenadora do Plano Municipal de eleição;
- diretores;
- supervisores, com especialização em pré-escola;
- monitores;
- agentes de saúde;
- merendeiras;

- serviços sociais;
- zeladores;
- estagiários.

O Quadro 3.2, refere-se as diferentes comcepções de infâncias nos diversos períodos, ou seja, 1977 a 1982; 1982 a 1983; 1983 a 1988; 1989 a 1992 e 1993 a 1995.

No Quadro 3.3, vamos encontrar a filosofia do trabalho educacional desenvolvido nas creches com a criança de 0 a 6 anos, período de 1977 a 1995.

Os comentários a respeito da relação que podem ser estabelecidas entre os diferentes quadros serão apresentados na 1ª parte das considerações finais desta tese.

QUADRO COMPARATIVO 1

DIRETRIZES DE GOVERNO (1977 A 1995) - PIRACICABA - SÃO PAULO

ADMINISTRAÇÕES MUNICIPAIS	JOÃO HERRMANN NETO (1977/1982) MDB/PMDB	JOSÉ APARECIDO BORGHESI (1982/1983) PMDB	ADILSON BENEDITO MALUF (1983/1988) PMDB	JOSÉ MACHADO (1989/1992) PT	ANTONIO CARLOS DE MENDES THAME (1993/1995) PSDB
DIRETRIZES CENTRAIS DE GOVERNO	2 etapas -> PAC I -> PAC II PAC I: **ação voltada aos valores mais humanísticos ao desenvolvimento humano.** • organização da população pobre; • reorganização do atendimento da administração a quem e para que? PAC II: função de politizar o PAC I. • **Democracia** como princípio primordial e inarredável para se atingir a Cidadania. • **Fortalecimento** das organizações populares e luta por sua autonomia; • **Participação Popular** elevação do nível de consciência da população. • **Descentralização** desconcentração do poder ampliando a capacidade de decisão, gestão e controle do poder público municipal; transparência às ações públicas; • **Governo** deve pautar-se na satisfação das carências da maioria da população; • **Cidadania** luta pela qualidade de vida.	• **Centralização** Político-Administrativa: ⇒ **desmobilização** da organização popular; ⇒ **presidir** as eleições municipais de 1982.	• **Desenvolvimento em** 1° lugar - significando a **paz** para a população numa **ação** centralizadora e autoritária. • **Não leva em conta as distâncias sociais** existentes na sociedade. Ao invés de ser o grande agente catalisador do social, se transforma no **agente do desenvolvimento econômico:** • ressuscitar o programa de desenvolvimento dos anos 70 (Delfin Neto): grandes obras, acumulação de bens e capitais fortalecendo o grande capital existente na cidade.	⇒ **Inverter Prioridades:** • combate as obras faraônicas; • dinheiro público deve voltar-se ao atendimento de demandas sociais da população carente; ⇒ **Desprivatização do Estado** - este deve voltar seus interesses para um projeto social, público para todos combatendo o clientelismo. • **Participação Popular** - divisão do poder; defesa da co-gestão e incentivo aos movimentos sociais. • **Luta pela Hegemonia: ampliação das liberdades individuais e coletivas; defesa do planejamento participativo.** • **Consolidação das políticas públicas: construção de uma cidade real - áreas de interesse social, etc.**	**Piracicaba em 1° Lugar:** projeto de desenvolvimento como melhoria de qualidade de vida: ⇒ **Participação Popular:** sociedade civil + governos juntos propondo soluções para a crise, buscar o desenvolvimento participado. ⇒ **Descentralização:** • humanização do poder diretório dos setores que mantém contato direto com a população; ⇒ **Democracia:** • respeito a lei de forma que os recursos sejam empregados em benefício da população; • **Modernização da Administração Pública** concursos. • **Defesa da Qualidade de Vida:** geração de emprego; controlar o desejo da cidade de forma a atingir o desenvolvimento desejado.

QUADRO COMPARATIVO 2

PLANOS DE PROGRAMAS DE GOVERNO (1977 A 1995) PIRACICABA - SP

ADMINISTRAÇÕES MUNICIPAIS	JOÃO HERRMANN NETO (1977/1982) MDB/PMDB	JOSÉ APARECIDO BORGHESI (1982/1983) PMDB	ADILSON BENEDITO MALUF (1983/1988) PMDB	JOSÉ MACHADO (1989/1992) PT	ANTONIO CARLOS DE MENDES THAME (1993/1995) PSDB
PLANOS	**PAC I:** • Reforma intitulada "evolução socialista" com a criação de canais de participação diretos com a comunidade. **PAC II:** • Politizar as ações do PAC I.	• Preparar a Máquina Administrativa para as eleições Municipais de 1982. • Retomada da centralização político-administrativa (muito combatida na administração anterior).	• Tornar a Administração um agente catalisador de todas as atividades desenvolvidas na cidade com variado grau em todos os setores, principalmenta econômico. • Recompor com os grandes grupos empresariais da cidade: Dedini, Ometto, Catterpilar, etc.	• Lutar pela defesa da vida. • Consolidação das políticas públicas.	• Gerar empregos como fonte de desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida da população.
PROGRAMAS PRIORITÁRIOS NA ÁREA SOCIAL COM A PARTICIPAÇÃO E/OU DA COMUNIDADE	**Canais de Participação:** • **Encontros Comunitários.** • **Educação:** criação dos CEPEC's. • **Moradia:** criação do Programa Municipal de Apoio à Habitação Popular. • **Saúde:** Programa Municipal de Saúde. Área preventiva. Criação de Postos de Saúde nos bairros periféricos da cidade. • **Merenda Escolar:** Programa de Assistência e Educação Nutricional e Cursos de Educação do Consumo para a comunidade. • **Coordenadoria Bem Estar Social:** trabalho de Mobilização, Organização da Comunidade na discussão das necessidades de cada da população de cada bairro.	• Desmobilizou-se qualquer forma de organização popular existente nos bairros periféricos da cidade. • Os programas de Educação, Saúde, Habitação, Bem Estar Social deixaram de ser pólos de contato com a população. O trabalho se restringiu a áreas especificamente técnica.	1) **Grandes Obras** de cunho impopular: • Avenidas asfaltadas. • **Favorecimento** à especulação imobiliária. • **Shopping Center/Centro Cívico** criado em área de preservação permanente. 2) **Reforma Administrativa:** transformou o setor de saúde e o elevou a nível de Coordenadoria; 3) Criação de Varejões; 4) **Habitação:** não obteve êxito junto ao Programa de Lotes Urbanos (Prófilurbs). 5) **Saúde:** o trabalho preventivo, de atenção primária da gestão João Herrmann Neto, transformou-se num passe para os hospitais. Atendiam somente casos de primeiros socorros e quando procurados à doença já estava instalada.	• **Defesa do Meio Ambiente** - criação do Consórcio das Prefeituras da Bacia do Rio Piracicaba. • **Transportes:** construção do Terminal Rodoviário Urbano e a nova Rodoviária. Criou o Plano Municipal de Transporte Coletivo com a participação da comunidade; criou o Terminal de Integração - 1° deste porte no Brasil. • **Habitação:** criou uma política municipal e criou um órgão para implementá-la. Surgiu aí a empresa Municipal de Desenvolvimento Habitacional de Piracicaba - EMDHAP, Programa de urbanização de favelas. • **Secretaria Bem Estar Social:** ponto estratégico para o estabelecimento da Org. P. e Const. à Cidadania.	Até novembro 95, o governo atuou na área de **Habitação**: 600 casas no Jardim Alvorada. • **Saúde:** "não criou-se uma política de atendimento. • **Bem Estar Social:** impalntação do Clubin, atende 2500 crianças em idade de 7 a 14 anos. Tem por meta fixar a criança no bairro evitando o aumento das crianças que perambulavam pelas ruas. Cursos profissionalizantes para asa crianças de 12 anos em diante. • Obras de jardinagem e recapeamento das principais avenidas da cidade.

QUADRO COMPARATIVO 3

EDUCAÇÃO INFANTIL - A CRIANÇA DE 0 A 6 ANOS NAS ADMINISTRAÇÕES MUNICIPAIS - (1977/1995) PIRACICABA - SP

ADMINISTRAÇÕES MUNICIPAIS	JOÃO HERRMANN NETO (1977/19820) MDB/PMDB	JOSÉ APARECIDO BORGHESI (1982/1983) PMDB	ADILSON BENEDITO MALUF (1983/1988) PMDB	JOSÉ MACHADO (1989/1992) PT	ANTONIO CARLOS DE MENDES THAME (1993/1995) PSDB
EDUCAÇÃO INFANTIL ATENDIMENTO DIRETO À CRIANÇA	CENTROS POLIVALENTES DE EDUCAÇÃO E CULTURA **CEPEC's** - PERÍODO INTEGRAL	**CEPEC's** - período integral.	Centros Educacionais Infantil - **CEI** - período integral.	Centros de Educação Infantil - **CEI** - período integral.	Instituições de Educação Infantil - **IEI** - período integral.
NÚMERO DE CRECHES MUNICIPAIS	Foram construídos nesse período 11 **CEPEC's** todos em funcionamento. Total: 11	Foram mantidos os mesmos 11 **CEPEC's** da Administração anterior. Total: 11	Foram criados mais 6 **CEC's** em funcionamento. Total: 17	Houve a criação de mais 7 **CEI's.** Todos em funcionamento. Total: 24	Até novembro de 95 foram criados 4 **IEI's**, todos em funcionamento. Até agosto de 1996, serão construídos mais 13 **IEI's.** Total: Nov. 95 = 28
LOCALIZAÇÃO DOS CENTROS EDUCACIONAIS	Santa Terezinha, Piracicamirim, Jardim São Paulo, Vila Fátima, Algodoal, Paulicéia, Caxambu, Independência, Vila Sonia, Jaraguá, Vila Cristina e Joaninha Morgante (*) (*) já existia antes de 1977.	Mesmos locais da administração anterior.	Esplanada, Petrópolis, Vila Prudente, Balbo*, CECAP e Jupiá. * Balbo, CECAP e Jupiá, atendem somente criança acima de 2 anos. • Não há demandas para berçário (3 meses a 2 anos)	Artemis, Boa Esperança, Novo Horizonte, Planalto, São Miguel, Sol Nascente, Jardim Tóquio(*) (*) Jardim Tóquio atende crianças na faixa etária de 2 a 6 anos. Não demandas para o berçário.	Centro, Jardim Eldorado, I.A.A.(*), Jardim Alvorada. (*) I.A.A. - atendem crianças de 2 anos a 6 anos. Não há demandas para berçário.
NÚMERO DE CRIANÇAS NOS DIVERSOS PERÍODOS	1100 crianças dos CEPEC's mais 65 da creche Joaninha Morganti. Total: 1165	Manteve os mesmos números da administração anterior.	Houve um aumento de mais 530 crianças, num total de 1695 atendidas no final de 1988 + 65 da creche Joaninha Morganti. Total: 1760	De 1695 crianças passou a 2355 crianças no final de 1992. • O atendimento neste período foi de mais 640 crianças + 65 da creche Joaninha Morganti. • Total: 2.390	Estão sendo atendidas até novembro 95 mais 458 crianças num total de 2848. • lista de espera: 2500 **IEI's** existentes. • serão oferecidas + 2000 até agosto de 95 com a construção dos novos **IEI's.** • A creche Joaninha Morganti nesse período foi incorporada ao PME - dos **IEI's.**

QUADRO COMPARATIVO 3.1.

EDUCAÇÃO INFANTIL - A CRIANÇA DE 0 A 6 ANOS NAS ADMINISTRAÇÕES MUNICIPAIS - (1977/1995) PIRACICABA - SP

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL / EDUCAÇÃO INFANTIL (0 A 6 ANOS)	JOÃO HERRMANN NETO (1977/19820) MDB/ PMDB	JOSÉ APARECIDO BORGHESI (1982/1983) PMDB	ADILSON BENEDITO MALUF (1983/1988) PMDB	JOSÉ MACHADO (1989/1992) PT	ANTONIO CARLOS DE MENDES THAME (1993/1995) PSDB
EQUIPE COORDENADORA DO PLANO MUNICIPAL DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO NO TRABALHO DAS CRECHES EM CADA PERÍODO	5	2	4	4	4
NÚMERO DE DIRETORES DOS DIVERSOS PERÍODOS	11	11	17	24	28
NÚMERO DE SUPERVISORES COM ESPECIALIZAÇÃO EM PRÉ-ESCOLA	11	11	17	24	28
MONITORES	88	88	154	231	275
AGENTES DE SAÚDE	-	-	-	-	28
MERENDEIRAS	44	44	68	96	96
SERVIÇOS GERAIS	22	22	44	58	78
ZELADOR	11	11	17	24	28
ESTAGIÁRIOS	Não existe a prática de estagiários.	Não existe a prática de estagiários.	Embora no programa de creches conste da presença de estagiários não há dados.	Embora no programa de creches conste da presença de estagiários não há dados.	Não existe a prática de estagiários.
TOTAL DE FUNCIONÁRIOS QUE TRABALHAM NAS CRECHES					594 profissionais no atendimento à criança de 0 a 6 anos.

QUADRO COMPARATIVO 3.2.

EDUCAÇÃO INFANTIL - A CRIANÇA DE 0 A 6 ANOS NAS ADMINISTRAÇÕES MUNICIPAIS - (1977/1995) PIRACICABA - SP

ADMINISTRAÇÕES MUNICIPAIS	JOÃO HERRMANN NETO (1977/19820) MDB/PMDB	JOSÉ APARECIDO BORGHESI (1982/1983) PMDB	ADILSON BENEDITO MALUF (1983/1988) PMDB	JOSÉ MACHADO (1989/1992) PT	ANTONIO CARLOS DE MENDES THAME (1993/1995) PSDB
CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA NOS DIVERSOS PERÍODOS	"A infância tem características fisiológicas diferentes da fase adulta, mas este fisiológico é marcado pelo social. Abstrair as características sociais da criança é coisa que não acreditamos..." "na nossa opinião toda criança apresenta uma personalidade social e desenvolve comportamentos que refletem a classe social a que pertence". "O pré-escolar é toda criança com idade inferior a 7 anos completos. Portanto, a Educação pré-escolar é aquela que deve cobrir todo o período etário entre 3 meses até 6 anos e onze meses.	Não cria uma nova concepção de infância. É mantida a concepção da administração anterior assim como atendimento às crianças.	Educação do pré-escolar significa atender as necessidades e interesses próprios desta idade. É favorecer o desenvolvimento integral e harmonioso das potencialidade inerentes à criança. É respeitar a sua individualidade e favorecer situações para que possa ajustar-se ao meio ambiente no qual será inserido.	A criança é um cidadão e sendo assim constrói; seu saber na relação com o mundo mediado pelo social.	A criança como todo ser humano é um sujeito social e histórico; pertencente a uma família que está inserida numa sociedade com uma determinada cultura; em um determinado momento histórico é profundamente marcada pelo meio social em que se desenvolve, mas também o marca, o que lhe confere a condição de ser humano no aspecto, de indivíduo. A criança tem na família - biológica ou não - um ponto de referência fundamental, apesar da multiplicidade de interações sociais que estabelece com outras instituições sociais.

QUADRO COMPARATIVO 3.3.

EDUCAÇÃO INFANTIL - A CRIANÇA DE 0 A 6 ANOS NAS ADMINISTRAÇÕES MUNICIPAIS - (1977/1995)

PIRACICABA - SP

ADMINISTRAÇÕES MUNICIPAIS	JOÃO HERRMANN NETO (1977/19820) MDB/PMDB	JOSÉ APARECIDO BORGHESI (1982/1983) PMDB	ADILSON BENEDITO MALUF (1983/1988) PMDB	JOSÉ MACHADO (1989/1992) PT	ANTONIO CARLOS DE MENDES THAME (1993/1995) PSDB
FILOSOFIA DO TRABALHO EDUCACIONAL NAS CRECHES COM A CRIANÇA DE 0 A 6 ANOS EM CADA PERÍODO	Alargar a oportunidade cultural das crianças, sem aculturá-las e sem discriminá-las, profissionalizar as monitoras politizando toda a comunidade na perspectiva da construção da democracia. A proposição do planejamento organizado em torno de uma idéia central (Centro de Interesses), dinamizava o processo educativo e dava direção aos objetivos. Nesta proposição de um planejamento integrado, as situações de aprendizagem não eram propostas ao acaso, nem como atividades isoladas, mas faziam parte de um conjunto, onde os problemas e as atividades são problemas e as atividades são propostas numa linha enquadramento, onde as atividades partiam do simples para o complexo, levando a perceber o mundo como um conjunto de experiência complementar. Planejamento Participativo - entendido como um processo político - a construção do futuro é feita através de um processo coletivo com membros da comunidade e técnicos, monta-se a escola com um currículo social. Extrai-se da comunidade seu cotidiano, sua dificuldade, as informações quantitativas, feitas através de uma análise descritiva que podem ser enriquecidas com avaliações qualitativas da comunidade. Com isso pretendia-se estimular a conscientização da comunidade com relação aos problemas, propiciar o desenvolvimento da criatividade na busca das soluções dos problemas, diminuindo o risco da descontinuidade do trabalho, já que a mesma é um problema sério em propostas como esta. Acredita-se que isso ocorra devido a vinculação das políticas sociais a um processo maior da política partidária.	A nova filosofia da Secretaria Municipal de Educação - era a de que: para se educar uma criança não é preciso trabalhar a comunidade já que os mesmos não entendem nada de Educação e, portanto, muito pouco tem a contribuir com uma educação. Voltemo-nos ao trabalho estritamente técnico-pedagógico com a criança. Todo o trabalho com a relação a participação e mobilização da comunidade foi afastado do trabalho educativo dos CEPEC's.	Retirar o caráter de exploração da boa fé popular já que o trabalho que vinha sendo realizado atendia principalmente a objetivos políticos, relegando a educação das crianças ao segundo plano. O objetivo passa a ser o de dar apoio integral aos menores de baixa renda, para reverter o triste círculo vicioso da realidade brasileira, miséria, subnutrição e rendimento escolar baixo num trabalho estritamente técnico segundo as orientações da CENP da Delegacia de Ensino e do Departamento de Planejamento e Divisão de Orientação Técnica de Educação Infantil da DRF, Campinas. • Apesar da clareza de objetivos. Nessa administração o Programa de Educação Infantil teve um caráter emergencial. Criou-se um modelo de emergência devido a não condição materiais de manter o padrão de atendimento. Não foi elaborada nenhuma proposta educacional para esse período. Os atendimentos se fizeram: pelas demandas e as ampliações foram determinadas por reivindicações da população.	Necessidade de viabilizar uma nova proposta que aponta para a transformação dos centros educacionais. 3 diretrizes básicas foram apontadas: • democratização do acesso; • democratização da gestão; • qualidade de ensino. Uma escola de qualidade se consegue com a participação conjunta de todo corpo docente da escola, com pais de alunos e comunidade. Só assim a escola poderá ensinar o valor da vida social, a importância a atividade política e através de discussões da realidade, construir uma Teoria de vivência prática que possa provocar as transformações necessárias é preciso eliminar o individualismo, estimulando os processos cooperativos e aproveitar a experiência criativa da educação produzida hoje, incorporando o saber pedagógico dessas diversas práticas, em favor dos filhos dos trabalhadores.	A importância das instituições educacionais como as creches, na construção de uma sociedade democrática se dá através da aquisição do conhecimento e habilidades indispensáveis. Instrumentaliza-se os indivíduos tanto para a luta contra as desigualdades econômicas e sociais, quanto para a participação no processo de transformação social. Principais características: • análise crítica do cotidiano escolar; • articulação teórica política numa perspectiva dialética que supere a visão dicotômica entre o pensar e o agir, o conhecer e o fazer. • produção coletiva - com participação dos professores nas decisões pertinentes à sua ação - maior possibilidade de troca entre os professores, estilo mais democrático e menos formal da direção e da supervisão; • Atividades planejadas; • Ligações do conteúdo com a realidade dos alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

1ª PARTE: BREVE RETROSPECTIVA DO QUADRO COMPARATIVO APRESENTADO NO CAPÍTULO 7

Em relação ao nosso estudo em Piracicaba, pode-se constatar que as políticas educacionais implantadas pela SME na rede municipal de ensino, no período pesquisado (1977 a 1988), variaram na medida em que ocorreram as mudanças administrativas sofridas pela cidade, resultado de trocas no executivo municipal e redefinições de política. Nesse sentido, a cada período pesquisado correspondeu uma dada política pesquisada.

1. Diretrizes e Planos e Programas de Governo (1977 a 1995)

Segundo pesquisa realizada por Nunes (1991), Piracicaba, na década de 80, já contava com uma incrível rede básica de educação infantil, situando-a entre as melhores do país à nível municipal. Atualmente a rede municipal de ensino atende à 2848 crianças na idade de 0 a 6 anos com uma projeção para mais 2000 crianças até agosto de 1996. Isso coloca Piracicaba a um nível superior à média do estado. Isso se deve ao fato, de que pelo menos no período correspondente a política de educação infantil atendeu mais as crianças de baixa renda, que são as grandes beneficiadas com a expansão dessa educação pública, já que as mesmas não tem acesso às alternativas de mercado. Boa parte dos serviços oferecidos pelo município depende, tanto em sua implementação como sua continuidade, exclusivamente da vontade do chefe do executivo local - o prefeito e das forças que o elegem.

O poder, sem contrapesos, do prefeito, implica numa capacidade direcional para escolher os seus interlocutores privilegiados na elaboração de políticas da gestão. Disso resulta numa ação que pode fortalecer ou debilitar os

atores sociais presentes no município, em função do que cada um tem a oferecer na elaboração e execução dos objetivos, uma regra claramente definida para a seleção, já que depende da proposta de cada prefeito.

A **gestão de 1976 - 1982,** elegeu atores populares dentro de uma proposta participativa (PAC I e II), e como tais atores eram inexistentes, (no sentido das participações), incentivou-se a organização popular tratando de não atender as demandas individuais (Nunes, 1991). Um dos princípios dessa administração era o de pautar-se na satisfação das carências das maiorias. Os favelados, a exemplo, organizaram uma federação; nos bairros populares surgiram centros comunitários, associações de moradores e todas as lutas que envolvessem a melhoria de qualidade de vida da população carente. Os técnicos do governo passaram a ter um contato direto com essas novas instituições e a permitir que decidissem a respeito do melhor local de instalação de alguns equipamentos (creches, Postos de Saúde, etc.) e serviços. Por outro lado, se mantiveram no poder de controle baixo da administração no processo de decisões estratégicas e de inversões de maior importância (Nunes, 1991). Isso porque a administração usou de outro princípio fundamental, ou seja, a Descentralização - que desconcentrava o poder da administração - ampliando essa participação à comunidade de forma a dar transparência às ações públicas. Assim, fortalecia as organizações populares, centros comunitários, etc. a lutarem por sua autonomia. Desta maneira, uma política deliberada da municipalidade tornou possível uma redefinição dos padrões de demanda e dos atores sociais. Vale aqui colocar que os fenômenos de lutas pela urbanização que se desencadearam nesse período, estavam sob a ótica da luta de classes. Isto é, do ponto de vista das classes proletárias, do operário da construção, de sua fiscalização.

Foram postos a serviço da população programas considerados prioritários nas áreas do social. Educação (os CEPEC's), Habitação (criação do Programa Municipal de Apoio à Habitação Popular), Merenda (Programa de Assistência e Educação Nutricional), O MOC (Mobilização, Organização e Conscientização) - coordenadoria do Bem Estar Social, assim como canais

institucionais de participação da comunidade - os Centros Comunitários, os Conselhos de Avaliação, os Conselhos Pedagógicos, o Conselho de Governo, a Câmara Social, o Conselho Tarifário de Natureza Social.

As gestões seguintes (1982 a 1988) foram capazes de ignorar a existência desses setores previamente organizados, que consequentemente se diluíram ou passaram a constituir a clientela de alguns vereadores, inserindo-se num outro padrão de demanda. No caso da proposta participativa, existia (Nunes, 1991) um limite claramente definido pelo fato de não haver sido gestado um movimento suficientemente amplo e forte (1977-1982) para poder continuar uma administração de significado adverso. O autoritarismo do governo militar marcou profundamente as gestões democráticas desse período. A participação (1982 a 1988) se constitui, objetivamente, numa modalidade diferente de relação da clientela na medida em que o direito de participação foi instituído sobre os moldes propostos pelo prefeito e como uma dádiva sua. É importante assinalar que, em nenhum momento, se teve a preocupação (1977 a 1982) de colocar em formas de leis tais instâncias decisórias, permitindo que as gestões seguintes (1983 a 1988) mantivesse sua prestação de serviços como uma espécie de privilégio concedido a seus beneficiários (Nunes, 1991).

A Associação de Engenheiros e Arquitetos (1983 a 1988), foi o único setor da sociedade a colaborar nas discussões em torno da elaboração do Plano Diretor pela gestão que terminou em 1988. Isso se deu porque o prefeito assim o determinou. Ele era o Presidente dessa Associação. Nesse período, esses tipos de corporações de profissionais aparecem como atores importantes nessa gestão em especial, juntamente com os professores do ensino superior da Educação Municipal de ensino que participam como Secretários (do SEMAE - Walter Godoy), o Secretário de Educação (Sady Previtali); etc. O caráter das relações por trás da maioria das decisões, favorece por sua vez aqueles interessados na especulação imobiliária e em obras de grande porte, de cunho impopular. O exemplo, podemos citar a construção do Centro Cívico; o Shopping Center em áreas de preservação permanente. Essa prática de processar demandas

e conflitos em âmbitos privados nessa gestão (1983-1988), pode ter inibido fortemente a formação de opinião pública sobre temas mais relevantes. Dessa maneira, a população mais carente se vê privada da informação necessária que diz respeito às transformações da sua qualidade de vida. "Essa administração manifestou sua oposição aos subsídios para a construção de casas populares, argumentando que, em primeiro lugar, a maioria dos favelados são de origem migrante e é preciso favorecer os nascidos na cidade. Uma outra e pitoresca razão adicional é a de que uma casa e saúde ganha, só servem para atrair um fluxo indesejável de migrantes pobres na cidade. Ainda que este fora o seu pensamento, o prefeito (1983-1988) contratou, somente no seu penúltimo ano de mandato, isto é, nas portas da campanha eleitoral, a construção de 1.265 casas populares e 191 unidades de lotes urbanizados[124]. Este exemplo serve para ilustrar como funcionam, na prática, as políticas que deveriam consagrar a habitação, moradia, como um direito.

Essa gestão (1983-1988) pode ser caracterizada como aquela que teve como objetivo um trabalho voltado para grupos profissionais da própria alçada do prefeito e com interesses econômicos bem determinados - construção civil, urbanizadores, empresários que prestam serviços ao município. De acordo com pesquisas realizadas no município (Nunes, 1991) nenhuma das realizações foi precedida de debate político e as prioridades foram determinadas pelo próprio prefeito.

A gestão de 1988 a 1992 - onde o Partido dos Trabalhadores - PT, elege seu prefeito, pode-se notar (Nunes, 1991); Elias Neto (1992), que o partido não tinha uma visão estratégica do desenvolvimento do Município, mas apresenta uma maior clareza com relação as posições nacionais que dizem respeito as questões locais. A própria Carta de 88, sugere mecanismos de instrumentalização de propostas públicas voltadas para o social. Há, portanto, o desenvolvimento (Nunes, 1991) de premissas no sentido de priorizar os seus serviços para os

[124] Nunes, E. El Gobierno de las ciudades de tamaño medio en Brasil: Los casos de Marília y Piracicaba. In: Municípios y Democracia (Gobiernos Locales en ciudades intermedias de America Latina). Coleccion Estudios Urbanos. Ediciones, SUR, 1991. p. 91.

setores mais pobres e de forma mais ampla aos trabalhadores mesmo sem ter um diagnóstico das carências existentes no município. Pode-se inferir que a brecha entre a dimensão expressiva do partido e sua capacidade real de aglutinação de interesses, levou a uma reedição da experiência participativa anterior (período de 1977 a 1982), privilegiando as demandas localizadas nos bairros populares e de algumas corporações (A exemplo - no combate às obras faraônicas - voltar o dinheiro público em benfeitorias às camadas mais carentes da população, combater o clientelismo; a defesa da co-gestão, a luta de ampliação das liberdades individuais e coletivas), através do planejamento participativo. Também nessa gestão (Nunes, 1991) pode-se inferir que houve uma sintomática ausência de propostas com respeito a participação mais efetiva da população e sua institucionalização. Um esforço foi feito no sentido de criar uma proposta que viesse do cotidiano das pessoas. Grupos de estudo foram formados na sede do PT, com a participação de vários professores da UNIMEP; especialistas na área de Educação, Saúde, Habitação; Transportes; Meio Ambiente; área essas que se tornaram prioritárias no programa da administração. Com relação ao **Meio Ambiente**, houve a criação do consórcio das prefeituras da Bacia do Rio Piracicaba (iniciado no período de 1977 a 1982) e viabilizado nesta gestão; na área de **Transporte** - a construção do Terminal Rodoviário Urbano, a Nova Rodoviária e a criação do Plano Municipal de Transporte Coletivo e o Terminal de Integração (primeiro deste porte no Brasil); na área de **Habitação** - criou-se a Empresa Municipal de Desenvolvimento Habitacional de Piracicaba - EMDHAP, programa de urbanização de favelas -; criação de pontos estratégicos para o estabelecimento da organização popular e Construção da cidadania a cargo da Secretaria do Bem Estar Social -, na área da **Educação** - os CEI's (Centro de Educação Infantil), criação do Conselho Municipal de Ensino, Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente. Todos esses conselhos tiveram nessa gestão funções executivas.

Por essa gestão apresentar um caráter de cunho mais partidário e técnico, diminuía em muito a participação da população. Infere-se o fato das

discussões serem aquelas de interesses pontuais e não um processo globalizante, de melhoria de qualidade de vida de toda a comunidade. O olhar era sempre pontual. O mesmo ocorria com a questão da participação sindical junto aos conselhos e reuniões com a população. Ficava-se numa discussão técnica e a população não se interessava. Havia, portanto dois códigos de linguagem e entendimento.

Vale também ressaltar que muitos dos canais de Participação embora todos tentassem envolver a população, tinham um caráter corporativo de classe e polílitico-partidário.

A gestão de 1993 a 1995 - vem se destacar pela luta do bem estar da população no enfrentamento da crise atual numa proposta participativa da população no sentido de que:- sociedade civil mais governos juntos podem criar soluções que busquem o desenvolvimento participativo. Portanto essa administração valoriza:

- a descentralização do atendimento público aumentando o poder decisório dos setores que mantêm contato direto com a população;
- a democracia, como forma de voltar os recursos em benefício da população mais carente;
- a defesa da qualidade de vida, - na forma de geração de emprego;

Isto posto, imagina-se essa gestão como aquela que voltada à participação da população nos serviços de atendimento às classes mais baixas. No entanto tal lqual no período de 1983 a 1988, o prefeito é a figura central dos programas de atendimento a esta população, de forma centralizada e nada participativa. Há apenas o mero levantamento das demandas feita por um centro de pesquisa existente no interior da administração. Destaca-se ainda a preocupação com a publicização das obras realizadas, por meio de grandes anúncios na imprensa local. Para exemplificar citamos o Jornal de Piracicaba de 14.11.1195 onde se observa uma **página inteira** sobre os planos futuros da adminstração na área da Educação. Publicou-se além das propostas em pauta, dez réplicas de editais de tomada de preços de algumas obras.

Observa-se que a gestão - 1992 a 1995, vinda do antigo PP, alia-se durante a campanha para prefeito do PFL, PTB com apoio do PDS e PL, elegendo-se prefeito pelo PSDB. Além disso, o pólo da intelectualidade que passa a fazer partae de seu Secretariado (Educação e da Agricultura e Abastecimento) e das discussões do Plano e Programas de Governo, são da ESALQ - uma universidade de tradição conservadora na cidade.

Embora o Plano de Governo tenha incorporado as teses da esquerda integrando-as como forma de prioridade, ampliando o discurso para manter o establishmente, é uma administração sem marca, caminhando num vazio e sem um rumo claro para toda a população.

Em todos os programas que se propusseram a implantar, e aí vale a própria crítica da administração, não criou-se uma política de atendimento com a participação da população. Tirando algumas obras que em nada influenciam na vida da população como um todo, é na Educação onde está havendo uma política clara de atendimento a população de baixa renda.

A administração, até esse momento, aprofundou seriamente a concentração do poder de decisão na mão do prefeito, debilitando o legislativo, os partidos e demais mecanismos de articulação de interesses. Atomizou os conflitos e suas expressões locais, levantando obstáculos consideráveis para o desenvolvimento de uma vida política local.

2. A Educação Infantil E Seu Atendimento Às Crianças De 0 A 6 Anos, Nas Diversas Administrações No Período De 1977 A 1995 - Sme

Os princípios políticos da administração no período (77 a 82), foram de significativa expressão porque correspondiam diretamente a um período-histórico ainda frágil, na redemocratização do país. Nesse sentido, faziam parte deles a luta pela autonomia do município (na implantação de suas políticas sociais) contra o autoritarismo e o clientelismo, bem como o resgate da dívida social deixada pelo período militar. Era fundamental, portanto, a

participação da população na condução do espaço público. Tal princípio deveria garantir à maioria da população o acesso aos direitos sociais - saúde, educação, moradia, etc., com os quais entendia-se estar assegurando o "status" à cidadania. No período dessa gestão, a Democracia era considerada uma luta que deveria ser travada e atingida através de ações comunitárias, na condução e indução das transformações urbanas, necessárias para garantir os direitos sociais, realizadas pela comunidade como um todo.

Desses princípios gerais emergiu uma Política Educacional que visava construir a melhor escola possível. Uma escola que pudesse oferecer aos educandos condições de inserção e participação na sociedade moderna. Entendia-se como necessário para garantir essas condições, a aquisição dos conteúdos escolares uma vez que estes eram vistos, dentro dessa política educacional, como instrumento educacional, como instrumento de uma percepção autônoma do universo social e portanto uma arma no combate ao clientelismo e autoritarismo.

A política educacional, nesse período, considerava que a verdadeira educação democrática seria somente aquela que pudesse oferecer aos educandos igualdade de condições ao acesso e permanência no sistema escolar, e que a plena realização dessa educação só se viabilizaria quando da igualdade sócio-econômica da população. Esta escola, portanto, deveria ter a preocupação de adequar-se a parcela majoritária (mais carente) de sua clientela, de onde concluía-se a necessidade da competência técnica aliar-se à competência política.

Dentro da Política Educacional implantada no Plano Municipal de Educação - PME da Secretaria Municipal de Educação de Piracicaba (1977 a 1982), a Educação Infantil era vista como um espaço de direito da criança das classes populares, de adquirirem desde seu nascimento, os instrumentos necessários à apreensão dos conteúdos escolares desenvolvidos no ensino fundamental. Estes pretenderam ir além do desenvolvimento de habilidades psicomotoras, auditivas e visuais. A linguagem tanto oral como a escrita, através de desenhos e jogos infantis eram as mais estimuladas. Piaget também foi muito usado para a programação do raciocínio lógico-matemático.

Desse modo, pode-se observar que a Educação Infantil nos CEPEC's avançava em direção de uma função mais político-pedagógica em detrimento de uma função historicamente assistencialista. Essa visão ultrapassava os limites da compreensão até então sobre Educação Infantil. Era uma proposta **pioneira** em diversos aspectos:

- foram usados recursos da própria municipalidade para o PME que atendia criança de 3 meses a 14 anos em regime de período integral e alimentação in natura;
- a creche foi reconhecida como um direito da criança e da mãe trabalhadora que não tinha um local para que seus filhos fossem educados e não simplesmente assistidos;
- Apesar de não haver ainda uma legislação específica que determinasse que o Poder público municipal tivesse como dever, assistir e educar as crianças de 0 a 6 anos, a administração desse período assim o fez. Criou o PME, implantou os CEPEC's que se tornaram pólos de irradiação do saber para seus ocupantes e para a comunidade;
- usou de recursos da comunidade, como os monitores no trabalho com as crianças. Eram pessoas com 1° grau completo, que se profissionalizavam mediante o trabalho. As orientações no trabalho vinham das supervisões constantes da equipe pedagógica que coordenava os CEPEC's e dos supervisores (especializados em pré-escola) com acompanhamentos diários, transformando-as em educadores conscientes do trabalho a ser realizado;
- Os CEPEC's deram vida política a vários de seus participantes. Tornou-se um espaço onde a comunidade podia discutir as suas necessidades no sentido da melhoria de qualidade de vida. Onde havia uma creche, haveria de existir um Posto de Saúde, uma escola, transporte, saneamento, lazer, asfalto, etc., porque era ali onde as diferenças sócio-econômica-culturais se faziam sentir mais fortemente.
- Muitos dos que passaram pelos CEPEC's, nesse período, adquiriram a feição da participação. Aprenderam que a força organizada da população na luta

pelos seus direitos é condição para garantir etapas irreversíveis em direção a uma melhor qualidade de vida. Continuavam a lutar dentro do Legislativo e em movimentos comunitários como agentes de transformação da sociedade. Exemplos vivos desse período são: Vanderlei Dionísio (vereador e ex-monitor dos CEPEC's); João Manoel (vereador e ex-professor do curso de alfabetização de adultos da UNIMEP); Osvladir (assessor na Câmara Municipal e ex-monitor do CEPEC); José Maria Teixeira (ex-secretário de Educação e vereador (88/92; Barjas Negri (ex-secretário da Educação e vereador (88/92) e presidente da FNDE; Márcia Pacheco (médica do Programa de Saúde e vereadora); Alexandre Alves (médico -foi vice-prefeito em 1988/92), etc.

- Canais de Participação foram criados para diminuir a distância entre o poder público e comunidade. Surgiram os Conselhos de Avaliação (Cas); Conselho Pedagógico (CP); Câmaras Sociais (CS); Conselho de Governo (CG);
- Os CEPEC's, nesta gestão, foi pensado como uma instituição social necessária para garantir às crianças a sua inserção consciente na sociedade moderna e, portanto, um direito social a ser garantido pela administração. Eram vistos, ao mesmo tempo, nas condições reais e dentro de seus limites: como órgãos estratégicos de melhoria de vida e pré-requisito para a organização política.

Foram atendidas no final dessa gestão, 1165 crianças na idade de 0 a 6 anos, nos 11 CEPEC's criados por essa administração.

As administrações dos **períodos - 82/83** e **83/88**, ao contrário da anterior, não apresentam princípios e políticas educacionais claras. No entanto, esta ausência, já indicava um direcionamento político que se voltava para o clientelismo, favoritismo no campo das políticas personalistas na figura de seus representantes e políticas-partidárias.

A Política Educacional, implantada pela SME nesses períodos, entendia que à Educação não cabia espaço para discussões políticas. Os CEPEC's foram transformados em CEC's e, embora continuassem em atividades com as crianças, não existia mais enquanto espaço para a fala do poder e da

cultura popular de seus usuários-crianças, pais e comunidade. Os Centros Comunitários, ao invés de e tornarem cada vez mais centros irradiadores das políticas sociais, tornaram-se "vigias" da paz, tão almejada no discurso de posse do prefeito Adilson Benedito Maluf.

Nesse sentido, os CEC's foram orientados a retomar o pressuposto teórico presente no currículo pré-escolar 75, bem como a metodologia específica da Educação Infantil de 79. A orientação pedagógica para as creches municipais, voltou a estar concentrada em pressupostos pedagógicos que entendem as crianças das classes desfavorecidas como deficientes em capacidades necessárias para o processo de aprendizagem. Foi proposto pela equipe que coordenava o PME, que os CEC's trabalhassem com as crianças, predispondo-as à disciplina, a rotina; desenvolvendo habilidades motoras, audiovisuais vistos como necessários e suficientes para o processo de alfabetização.

A esses períodos correspondem: trabalhos conjuntos com a Secretaria de Educação do Estado para o desenvolvimento do Programa de Apoio ao Professor; Programa da Merenda Escolar e de Saúde.

Em poucas palavras, podemos concluir que para as administrações nesses períodos (82/83 e 83 a 88), os CEC's são vistos como uma instituição social que cumpre seu papel na medida em que oferece condições às crianças das classes desfavorecidas de adquirirem normas e valores tidos como necessários para sua futura inserção na sociedade.

Portanto, os atendimentos em relação a criança de 0 a 6 anos se fez mais pelas demandas e as ampliações foram determinadas por reivindicações da população. Foram criados 6 CEC's, perfazendo um total de 1760 crianças atendidas.

Quando a administração de 1989 a 1992, assume os trabalhos da administração constata que não existia mais uma Política Educacional dentro da SME. A proposta criada no período de 77 a 82 havia sido demolida em detrimento de uma educação formal, como ferramenta de controle e condicionamento das classes sociais.

Definiu-se que a Educação para o Município de Piracicaba - viabilizada nos CEI's, seria aquela que apontaria para 3 diretrizes básicas: democratização do acesso; democratização da gestão e qualidade de ensino.

Essa visão de Educação mais ampla, que prepara o indivíduo para ser um agente de transformação da sua realidade, vinha de encontro com o mesmo princípio básico educacional do período 77/82, isto é, uma visão que busca evitar com que os programas de atendimento à educação, à criança pequena que se baseasse na visão tradicional de mera assistência e/ou a guarda enquanto seus pais trabalham - "Creche não é depósito, nem estacionamento e nem restaurante de criança".

Nos seus aspectos pedagógicos, a criança foi trabalhada no sentido de desenvolver seus aspectos físicos, sócio-emocional e intelectual para conseguir o máximo de seu desenvolvimento nesse período de sua vida. Foi permitido á criança, manipular e explorar todos os objetos de conhecimento, do concreto ao abstrato, estimulando jogos espontâneos, a utilização da percepção das coisas, de seu raciocínio e iniciativa. A criança, nesse período (89/92) foi considerada um agente ativo de seu próprio desenvolvimento. Muito da pedagogia de Freinet foi usado como prática educativa.

Todo o planejamento dos CEI's passou a ser um ato político a medida que se tornou "um direcionamento da ação pedagógica, norteado pela realidade concreta, se modificando a partir dessa mesma realidade. Portanto, a cada progresso do aluno, uma modificação, para que ele consiga mais. A cada insucesso do aluno, uma mudança para que ele aprenda o que precisa aprender"[125]. Este currículo para essa gestão foi considerado o mais adequado às classes populares, pois não era estático acompanhando as transformações da sociedade.

Nessa gestão foram construídos sete CEI's, num total agora de 2390 crianças atendidas e educação de 0 a 6 anos pelo município, via SME.

[125] Garcia, Regina L. - In Currículo a favor das classes populares.

A gestão do período de **1993 a 1995** tem investido na Educação da criança de 0 a 6 anos. Embora, essa administração seja uma administração embutida de relações sociais conservadoras, as instituições educacionais, os IEI's, são vistos como peças fundamentais na construção de uma sociedade democrática. A criança é vista como um sujeito social e histórico, que precisa se instrumentalizar tanto na luta contra as desigualdades econômicas e sociais, quanto para a participação no processo de transformação social.

Nessa gestão estão sendo atendidas 2848 crianças. Foram construídos quatro IEI's. Até agosto de 1966 serão mais 2000 crianças a serem atendidas com a ampliação da rede de mais 10 IEI's, num total de 4848 crianças de 0 a 6 anos.

Portanto, pode-se dizer que embora com as constantes variações das políticas educacionais nas diferentes administrações, a educação da criança de 0 a 6 anos iniciada em Piracicaba em 1977, persista nos dias atuais a ter certo grau de continuidade. A explicação para isto é dada, menos pelos membros da política local e mais pelas exigências constitucionais. São passados 19 anos e a criança de 0 a 6 anos conquistou seu espaço e direito no Município de Piracicaba.

Os cinco primeiros anos (77 a 82), foram um marco para o Município. Não havia leis, nem normas para justificar tal atendimento. Foram compromissos morais e políticos. Havia a compreensão da necessidade de se criar oportunidade às classes desfavorecidas de serem atendidas em seus direitos e isso começava desde o nascimento.

Os outros sete anos (1982 a 1988) se restringiram simplesmente em atender parcialmente as demandas vindas da população.

Em 1988, quando da Constituição, a educação da criança de 0 a 6 anos já era uma realidade. Portanto, os outros sete anos (1989 a 1995), ocorreram garantidos pela Constituição, (o direito e dever do Estado Município atender as crianças de 0 a 6 anos). E, estes direitos, foram reforçados após a promulgação do ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente (1990).

Resumindo, um breve olhar sobre as políticas públicas para a infância no país fazem pensar que: a falta de uma política já é em si uma política. Isso evidencia por si mesmo o grau de preocupação ou despreocupação dos governantes da nação com suas crianças.

Os critérios adotados para o atendimento e a permanência das crianças referem-se as questões que se tornaram mais ou menos universais no Brasil: ter baixa renda e um documento como declaração de emprego. Existem fragmentos de políticas setorizadas e programas governamentais e não-governamentais, porém, como um todo articulado, parece que nunca existiu e ainda está difícil de existir em nosso país. Acredita-se, como bem coloca Faria que "não podemos atribuir os motivos à fragilidade do movimento social, já que em nenhum lugar do mundo as pessoas dessas faixa etária organizam-se em defesa de seus interesses. Se em outros países elas não são excluídas, foram os adultos que fizeram algo".[126]

Portanto, há que se conscientizar, mobilizar e organizar cada vez mais os setores da sociedade de que nossas crianças, as crianças brasileiras são importantes para nosso país e tem o direito a uma política nacional de sua educação. Os programas não podem continuar simplesmente estratégias políticas, modismos, manchetes sobre a desgraça deste grupamento ou seu extermínio ou na sua exportação duvidosa no que diz respeito à criança tirada do Brasil para ser criada e educada no estrangeiro.

Criança é útero da Nação e como tal deve ser cuidada no seio de sua Terra e junto a proteção de seu povo.

[126] Faria, Ana Lúcia G. - Direito à Infância: Mario de Andrade e os Parques Infantis para as crianças de família operária na cidade de São Paulo (1935-1938). Tese Doutorado - USP - SP, p. 2, 1993.

2ª PARTE: O QUE APRENDEMOS A PARTIR DO ESTUDO DE PIRACICABA SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS, DE UMA MANEIRA GERAL, NO QUE TANGE A DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO E CIDADANIA.

Piracicaba, a partir do período analisado (1977 a 1995), nos remete as questões das políticas locais e sua interseção na sociedade civil. Nossas análises começarão por enforcar o poder que não pode se restringir ao Estado central como único foco de emanação do poder e determinação da forma como se exerce. É necessário seguir as ramificações, percursos e interstícios nos quais o poder se exerce na sociedade, isto é, por meio de quem, como e com que modalidade de resistência, lutas, contradições, conflitos e resoluções.

Aos estudos relacionados (Fisher, 1993), situam o local como um dos níveis de poder, agregam-se aqueles onde o local se afirma como um objetivo de estudo pela sua especificidade; uma história própria, um conjunto de relações sociais delimitadas, um espaço de memória, de formação de identidades e de práticas políticas específicas. É preciso lembrar que as instituições locais não são apenas um reflexo de lógicas dominantes, porque o nível local está ligado à história, às representações coletivas específicas, às formas culturais. No entanto, o nível local é também o lugar das tensões, das lutas, portanto, um lugar de contra-poder, da mudança de articulações. Mudança de articulação entre o que presta serviços e o usuário, o poder público e o usuário e a intervenção de novos atores no campo da gestão de serviços.

Diríamos que a grande lição que se pode extrair de Piracicaba com a questão do local, é que não pode existir teoria, paradigma unificado. Ao contrário, a tendência é a de nos incitar a contar com o ponto de vista de outras ciências, a observar a partir deste pontos de vista e a realizar uma abordagem mais distanciada, em que se diga - "Não temos medo de mudar os paradigmas e instrumentos, uma vez que mude o fenômeno ou o nível de observação. Não há nenhum constrangimento em dizer: Eu passo um ano fazendo um trabalho

sobretudo histórico, de médio prazo, mas num dado momento interrompo tudo, só para ver o que se passa em volta".[127]

Com o aprofundamento da crise econômica, o reflexo dos movimentos sociais e o próprio desenrolar das experiências que provocam inclusive, a avaliação e revisão de seus postulados, observam-se mudanças no sentido da ampliação e requalificação das iniciativas de democratização.

Iniciando esta tese pelo esgotamento do regime militar e os primeiros anos de transição democrática e da dificuldade de implementá-la, a questão da democratização constitui-se em centro da ação política e social atualmente. Trata-se não só de recuperar os direitos básicos de cidadania, mas de ampliá-los, democratizando o processo decisório, desprivatizando o Estado, tornando as políticas públicas mais voltadas ao atendimento dos direitos sociais. Contribuem para ampliação da agenda democrática, entre outros fatores o (re) surgimento dos movimentos sociais urbanos e a atuação das forças de oposição política na sociedade e em espaços conquistados no próprio aparelho do Estado, os quais funcionam como focos de resistência, de pressão e, também, de inovação - o caso das prefeituras (Moura, 1993).

Nesse sentido é que as experiências administrativas de Piracicaba ganham destaque nesta tese. O destaque que se dá não vem do que elas podem significar em termos quantitativos, mas no sentido do que trazem de inovações democráticas aliadas à tentativa de enfrentar localmente a crise dos serviços e das finanças públicas, e, até, a crise econômica. E mais, nos remete a um conjunto de questões que têm surgido nas últimas duas décadas que são: a insuficiência da democracia representativa, nos moldes vigentes; as estratégias de desenvolvimento; as novas relações público-privado e autonomia local: a (re) atualização de temas como a participação popular, ou seja, como as diversas forças da sociedade, principalmente as parcelas mais desiguais e injustiçadas podem lutar contra a parcela da população concentradora de benefícios e contra a miséria instalada na sua imensa maioria; a descentralização político-

[127] Lorrain, P. A Pesquisa do Local: vida e história, In: Poder Local (Governo e Cidadania). Ed. Fundação Getúlio Vargas, p. 35, 1993.

administrativa; questões emergentes como a do desenvolvimento social; de como reverter em práticas, a favor dos excluídos, o discurso neo-liberal que aprofunda as desigualdades.

Isso vem ao encontro da necessidade de Inovações Municipais: Inovação a partir de experiências que vêm sendo canalizadas por governos democráticos - progressistas[128] desde meados da década de 70 que apontam mudanças qualitativas nas relações e práticas do Governo local no Brasil. Essas indicam rompimentos com alguns dos traços, dentre os quais: dependência/subordinação à esfera estadual e federal, à aproximação com o poder econômico e elite, em contraponto a uma relação de distanciamento mesclada por ações de caráter paternalista e clientelista no que se refere as classes subalternas.

Para além dos fatores já citados de ordem institucional e econômica, esse processo resulta da (re) emergência de novos atores sociais, organização da sociedade civil, partidos - os quais possibilitam a produção e difusão de um ideário democrático calcado nos direitos de Cidadania e de ampliação da Democracia (Moura, 1990); pró pugnando uma redefinição Estado-Sociedade.

O rebatimento desse ideário pode ser encontrado numa série de experiências que atingem desde pequenas cidades tão distantes quanto o sul e o Nordeste até os grandes centros urbanos.

Não se indispõe de um inventário completo das diversas experiências já desenvolvidas e em andamento. Mas com base em relatos publicados e estudos já realizados[129], pode-se dizer que, mesmo com a tendência

[128] Os governos democráticos progressistas definem-se aqueles representantes que expressam um ideário de transformação social numa perspectiva social-democrática ou socialista. A identificação e vinculação mais ou menos orgânicas às lutas democráticas e popular é um outro elemento que caracteriza este governo. Do ponto de vista partidário a par das dificuldades pode se considerar como tal o Governo do (PT, PPS, PCB e PC do B, mais pragmático) e também do PMDB, PDT e PSDB. Cabe ressaltar que nem todos os governos desses partidos são necessariamente democráticos-progressistas.

[129] Herrmann, J.N. (1984/85) mesma coletânea de relatos e experiências entre as quais Lages, Piracicaba, Boa Esperança, **FASE** (190/92) entre as experiências analisadas situam-se PA; SP; Vitória; Icapú (CA); Jandui (RN); São José do Triunfo (PA); Ronda Alta (RS); **Azevedo** (1991); **Prefeitura** Municipal de Santo André; Campos (1992); Bittar (1992); Moura (1989/92).; Davidovich h(1993); Ribeiro e Semon (1993); Fisher et Ali (1998); Pinto (1989); Pinho (1990).

à descontinuidade quanto da mudança de governo, essas experiências inovadoras tendem a se reproduzir levando-se em conta que há uma difusão de idéias - pelos êxitos e equívocos - e, portanto, uma retomada em outros lugares que apresentam um ambiente mais favorável.

Quanto ao Projeto Educacional, Piracicaba acredita-se, tem muito a contribuir para uma proposta cada vez mais emergente a nível nacional da educação da criança de 0 a 6 anos. Ao examinarmos a realidade existente no Brasil tanto na área de atendimento a essa faixa etária, assim como na produção teórica existente, observa-se que ela é relativamente recente. Só pelo fato de Piracicaba retirar da Secretaria da Promoção Social esse atendimento, passando-o para a Secretaria Municipal - a antes atendimento - assistencialista, paternalista, filantropulista - possa ter um ênfase educativo pois a essa fase corresponde um período especifico da criança, fundamental para a construção de sua identidade enquanto ser humano e cidadão do mundo. É esse o entendimento que a maioria das administrações, nos vários períodos abordados, tiveram sobre a criança.

Outras fontes de informações se tornam importantes tais como:

- as creches como fonte de participações;
- formas de gestões-descentralizdas, onde o princípio de hierarquia vem pelas funções e não das relações de poder.
- a autogestão do equipamento pela comunidade;
- a profissionalização de monitores durante o trabalho;
- uma proposta pedagógica que surja da realidade de sua clientela.

Para que continuem fazendo parte de bandeiras de políticas-públicas, é preciso haver movimentos organizados e uma compreenção política por parte da administração do direito atual da criança ser assistida e educada pelo Estado.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA GERAL

ABRANCES, S. Crise e Transição: uma interpretação do momento político nacional, Dados, vol. 25, nº 3, 1982.

ANDRADE, R. de C. Política Social e Normalização Institucional no Brasil, memeo. Cedec.

APPLE, Michael W. Educação e Poder. Série Educação - Teoria e crítica. Artes médicas, 1989.

ARROYO, M. e outros. A situação da Classe Trabalhadora na América Latina - Cedec - Paz e Terra - SP, 1978.

ARROYO, M. G. Administração da Educação, Poder e Participação. Educação e Sociedade. nº 2, SP, 1979.

---------- Da escola Carente a Escola Possível, Ed. Loyola,l SP, 1986.

ARMMAN, S.B. Ideologia e Desenvolvimento da Comunidade no Brasil - Cortes, SP, 1980.

AYMONE, Tullio, Politiche sociali a un bivio: l'esperienza della sinistra italiana nelle amministrazioni locali. Inchiesta.Bologna, n. 66, p. 16-23, 1984.

BAKUNIN; Krapotkin; Mella; Rogin; Faure; Pellautier. Educação Libertária. Série Educação -teoria e crítica. Artes médicas, 1989.

BATIDE, Roger. Brasil terra de constraste. SP: Difusão européia do livro. 4ª ed. 1971.

BARRETO, E. Professores de periferia: soluções simples para problemas complexos. In: Cadernos de Pesquisa nº 14, Set/95.

BERLINCK, M. Marginalidade Social e Relações de Classe em São Paulo, Vozes - Rio, 1977.

BOBBIO, N. Estado Governo Sociedade. Para uma teoria geral da política. 4ª ed. Ed. Paz e Terra. 1992.

---------- O Futuro da Democracia. Uma defesa das regras do jogo. 2ª ed. RJ. Ed. Paz e Terra, 1986.

BOFF, L. A fé na periferia do Mundo - Vozes - Petrópolis, 1978.

BORJA, J. Movimentos Sociaes Urbanos - Ed. SIAP. B.Aires, 1975.

BOSI, Alfredo. Educação e cultura nas Constituições brasileiras. Estudos Cebrap, n. 14, fe., 1986.

BRANCO, Zillah. Participação popular: do paternalismo à autonomia. In: Revista de Administração Democrática. nº 37, maio/junho. 1983.

BRANDÃO, C.R. Os Deuses do Povo, Brasiliense, SP; A Questão Política da Educação Popular, Brasiliense - SP. Movimentos de Cultura Popular no Brasil, Brasiliense, SP.

BRUNER, J. O Processo de Educação. São Paulo. Cia. Editora Nacional, 1968.

BOCCARA, P. et al. Traité d'Economi e Marxiste; le capitalisme monopoliste de l 'État, Paris, Editions Sociales, 1971.

BUOZZI, B. Le condizione della classe lavoratrice in Italia. 1922-1943. Annali dell'istituto Giangiacomo Feltrinelli, n. 14, p. 425-476, 1972.

CAMPARINI, A. Frente unico e questione femminile nella terza internazionale (1922-1925). Movimento Operaio e socialista. Genova, n. 4. 1976.

CAMPELO DE SOUZA, M.C. Estado e Partidos Políticos no Brasil - Ed. Alfa Omega, S.P., 1976.

CARDOSO, Ruth. texto Movimento Sociais Urbanos: balanço crítico. in Sociedade e Política no brasil pós-64; Ed. brasiliense, 1987.

CARVALHO, Maria Lucia. R.D. Escola e Democracia, E.P.U., 1979.

CARVALHO, Nanci Valadares de. Autogestão: O governo pela autonomia. SP, Brasiliense, 1985.

CAPRA. Fritjof. O Ponto de Mutação. Trad. Alvaro Cabral, São Paulo, Cultrix.

---------- Lutas Urbanas e poder Político, Porto, Afrontamento, 1976.

CASTELLS, M. Cidade, Democracia e Socialismo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

CIGNOLLI, Alberto. Estado e Força de Trabalho: introdução à Política Social no Brasil, SP, Editora Brasiliense, 1985.

CINTRA, Antonio Otavio. A integração do Processo Político do Brasil: algumas hipóteses inspiradas na literatura. Revista dse Administração Pública. S(2), Julh/dez., 1971.

---------- A Política Tradicional Brasileira: Uma Interpretação das Relações entre o Centro e Periferia. In: BALAN, J. (org.) Centro e Periferia no Desenvolvilmento Brasileiro. DIFEL. 1974.

CHAUÍ, M. Cultura e Democracia - Ed. Moderna, SP. 1981.

COLETANEA CBE. Sociedade Civil e Educação. Ed. Papirus, 1992.

COLEÇÃO CIDADANIA. Movimentos Populares: A Escola Comunitária e a Cidadania. OEA/UFBA/EGBA., 1990.

COOLEY, S. Planejamento e Participação Comunitário, E. Cortez e Moraes, SP., 1978.

COUTINHO, Carlos Nelson. Democracia como Valor Universal e Outros Ensaios. 2ª ed. ampliada, RJ. Salamandra, 1984.

CUNHA, L.A. Educação e Desenvolvilmento Social no Brasil, Ed. Francisco Alves, RJ, 1975.

DINIZ, E. e BOSCHI, R.R. Burocracia, Clientela e Relações de Poder ..., Dados, nº 17. 1978.

DURHAM, E. Movimentos Sociais e a Construção da Cidadania. Novos Estudos Cebrap, SP, nº 10, out. dez. 1984. p. 24-30.

EVERS, T. Identidade: a face oculta dos novos movimentos sociais. Novos Estudos Cebrap, SP, v. 2, nº 4, abril, 1984, p. 11-23.

FALEIROS, V.P. A Política Social do Estado Capitalista - Ed. Cortes SP, 1980, Espaço Institucional - Rev. Serviço Social e Sociedade, nº 1, Ed. Cortes, 1979.

FAORO, Raimundo. Os Donos do Poder. SP, Globo/Ed. USP, (2ª ed.), 1975.

FARIA, Vilmar. Divisão Social do Trabalho, Especialização e Crescimento Urbano: o caso da Macrometrópole Paulista (mimeo).

---------- Desenvolvimento, Urbanização e Mudanças na Estrutura do Emprego: a experiência brasileira dos últimos trinta anos. In: M.H.T.

ALMEIDA e B. SORG (orgs.). Sociedade e Política no Brasil Pós-64. SP, Brasiliense.

FERNANDES, Florestan. A Transição Prolongada. O período pós constitucional, São Paulo, Cortez Editora, 1990.

FIELDMAN, M. Uma resenha crítica da questão urbana. - in Rev. Espaço e Debates - nº 1, Ed. Cortes, SP, 1980.

FLEISCHER, David. Governabilidade e Abertura Política: as desvantagens da Engenharia Político no Brasil. 1964-1984. USP, out. (mimeo).

FORACCHI, M.A. As Condições Sociais da Mobilização da Força de Trabalho: Algumas Caracteristicas do Subemprego urgano - SP, (mimeo)

FORTI, R. Participação Popular, Planejameanto Urbano e Aparelho de Estado - PUC - SP, 1979 - (mimeo).

FRANCO, Rolando. Las Grandes Controversias de la Política Social, Revista Paraguaya de Sociologia. Ano 21, nº 59, enero/abril. 1984.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janerio, Paz e Terra, 1973.

---------- Educação e Mudança. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

FROMM, Erich, Conceito Marxista de Homem. 8ª ed., Trad. Otávio Alves Velho, RJ, Zahar, 1983.

GADOTTI, M. Concepção Dialética da Educação e Educação Brasileira Contemporânea. - Rev. Educação e Sociedade. nº 6 - Ed. Cortes, SP, 1980.

---------- Só a Escola Autônoma pode Melhorar o Ensino, entrevista Revista Nova Escola, ano IV, nº 53, novembro 1991.

---------- Educação para que e para quem? (a favor de quem, contra quem?) ou por um novo projeto de educação, Cadernos de Cedes - Licenciatura 8, Centro de Estudos de Educação e Sociedade, 1983.

GADOTTI, M.; Pereira, Otaviano, Prá que PT: origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores: 1990.

GERMANI, G. Política e Sociedade numa época de transição - Mestre Jou - SP. 1973.

GUIDUCCI, R. A Cidade dos Cidadãos - Brasiliense - SP, 1980.

GUIMARÃES, A.R. Comunidade de Base no Brasil. Vozes, Petrópollis, 1978.

GUTIERREZ, G. Hacia una Teologia de la libertación - Indo-American Press Service - Bogotá, 1971.

CRACIARENA, G. Urbanização, Estrutura de Poder e Participação Política dos Setores Popoulares - in Sociologia do Desenvolvimento, Zahar, RJ, 1969.

GRAMSCI, Antônio, Concepção Dialética da História. Trad. Carlos Nelson Coutinho, 6ª ed., RJ, Civilização Brasileira, 1985.

---------- Os Intelectuais e a Organização da Cultura. Trad. Carlos Nelson Coutinho, 5ª ed., RJ, Civilização Brasileira, 1985.

GRUPPI, L. O conceito de Hegemonia em Cramsci - Graal - Rio, 1978.

HABERMAS, Jurgen. Crise de Democracia. Os Potenciais Críticos da Nova Sociedade em Encontros com a Civilização Brasileira, n. 8, Fevereiro de 1979.

---------- Participação Política. In Política e Sociedade. Organizadores Fernando Henrique Cardoso, Carlos Estevan Martins, SP, Editora Nacional, 1979.

HOBSBAWN - Rebeldes Primitivos - Zahar, Rio, 1970, Revolucionários - Paz e Terra - Rio, 1982.

HOLLOWAY, J. et al. State and Capital - a Marxism debate, Arnold, 1978.

HARVEY, D. A Justiça Social e a Cidade. HUCITEC, SP,1980.

HORTA, R. Machado, A posição do Município no Direito Constitucional Federal Brasileiro. Revista Brasileira de Estudos Políticos. UFMG, nº 55.

IONESCU, Ghita y ERNEST Gellner. Populismo. Buenos Aires, Amorrotur Editores, 1969.

JACOBI, Pedro. Movimentos Sociais e Políticas Públicas: demandas por saneamento básico e saúde. SP: CORTEZ, 1989.

KOWARICK, L. Movimentos urbanos no Brasil: uma análise da literatura - in Revista Brasileira de Ciências Sociais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em ciências Sociais. SP, Cortez, nº 3, fev. 1987.

KOWARICK, L. e Outros. São Paulo - Crescimento e Pobreza. Ed. Loyola, SP, 1975.

KUHML, Reinhard. O modelo liberal de exercício do poder - em Política e Sociedade; Fernando Henrique Cardoso e Carlos Estevam Martins (orgs), SP, Ed. Nacional, 1979.

LA BOÉTIE, Etienne de. Discurso da Servidão Voluntária. Tradução de Layert Garcia dos Santos. Ed. Brasiliense, SP., eª ed., 1987.

LACLAU, E. Populismo e Ideologia na Teoria Marxista - Paz e Terra - Rio de Janeiro - 1979.

LAFER, Celso. O Sistema Político Brasileiro Hoje: Tendências e Perspectivas, IDESP, Textos, nº 1. 1993.

LAMOUNIER, Bolivar, Moura Alkimar. Política Econômica e Abertura Política, 1973 - 1983, SP, IDEP, 1984.

---------- Partidos Políticos e Consolidação Democrático: o caso brasileiro. Brasiliense, SP, 1986.

---------- (org.), 1985: O voto em São Paulo, História Eleitoral 1, SP, IDESP, 1986.

LAMPARELLI, C.; GEORGE, P.; CAMARGO, A. Constribuição para a Constituição de um objeto de Estudo: o urbano - Fundação do Desenvolvimento Administrativo - SP, 1978.

LEITE, A.P. Urbanização e Conflitos Urbanos - O caso de Recife - Cad. CEAS - nº 49, Salvador.

LENHARDT, G. & OFFE, C. Teoria do Estado e Política Social: tentativas de explicação político-sociológica para as funções e os processos inovadores da política social - in Problemas Estruturais do Estado capitalista. RJ, Tempo Brasileiro, 1984.

LIBANEO, José Carlos. Saber, Saber Ser, Sabaer Fazer: O Conteúdo do Saber Pedagógico. Revista Ande, nº 4.

---------- Tendências Pedagógicas na Prática Escolar. Revista Ande, nº 6.

---------- Anotações sobre a Questão Pedagógico - Didático e a Política da Educação - Anais da 3ª Conferência Brasileira de Educação, kNiterói. Ed. Loyoola, Outubro, 1984.

LOJKINE, J. Análise Marxista do Estado - Rev. Espaço e Debates nº 1 - Cortes Ed. P, 1980; O Estado Capitalista e a Questão Urbana - MaRTINS fONTES - sp, 1981.

---------- A classe operária em mutações. Ed. Nosso Tempo, BH, 1990.

LEFORT, Claude. A Invenção Democrática: Os Limites da Denominação Totalitária. Trad. Isabel Marva Loureiro, SP, Brasileiense, 1983.

MACHADO, L.A.; ZICCARDI, A. Notas para uma discussão sobre movimentos Sociais Urbanos - Cadernos CERU, nº 13, SP, 1980.

MANNHEIN, Kaarl. Ideologia e Utopia. Trad. Sergio Magalhães Santeiro, 4ª ed. Rio de Janeiro, Guanabara, 1986.

MARCELLONI, M. Movimentos Urbanos e Lutas Políticas - in Rev. Espaço e Debates. nº 2 - Ed. Cortes, SP, 1981.

MARSHAL, T.H. Cidadania, Classes Sociais e Status. Trad. Meton Porto Gadelha, RJ, Zahar, 1967.

MATHIAS, G. e SLAMA, P. O Estado Superdesenvolvido. SP, Ed. Brasiliense, 1983.

MELLO, João M.C. O Capitalismo Tardio - SP, Ed. Brasiliense, 2ª ed., 1983.

MELLO, Guiomar Namo. Assistente Pedagógico: seu Papel como Agente de Inovação, Cadernos de Pesquisa, Revista de Estudo e Pesquisas em Educação, maraço, 1974.

---------- Fatores Intra-Escolares como Mecanismo de Seletividade no Ensino de 1º Grau em Educação e Sociedade, Cortez: Moraes, ano I, nº 2, janeiro, 1979.

---------- Educação Escolar e Classes Populares: Uma Reflexão sobre o Atual Momento Educacional e Político no Brasil. Revista Ande, nº 6.

---------- Educação e Transição Democrática. São Paulo, Cortez, 1985.

MICELLI, Sergio. Intelectuais e classe dirigente no Brasil, SP: Difel, 1979.

MILIBAND, Ralph. Marxismo e Política, Rio de Janeiro, Zahar Editores, Biblioteca de Ciências Sociais, 1979.

MOISÉS, J. A. Classes populares e protesto urbano. SP, Tese apresentada à USP, 1974.

MONTORO, F. Alternativa Comunitária -um caminho para o Brasil - Ed. Nova Fronteira, Rio, 1982.

MOTA, Carlos Guilherme. Ideologia da cultura brasileira (1933-1934). PS. Ed. Ática, 1977.

MOTTA, Fernando. Burocracia e Autogestão (a proposta de Proudhon) Ed. Brasiliense, 1981.

O'CONNOR, J. The Fiscal Crises of the State - N. York - St. Martin's Press, 1973.

O'DONNELL, Guilhermo - Anotações para uma teoria do Estado. Revista de Cultura Política, SP, CEDEC, nº 3 e 4. 1980/81.

----------. Tensões no Estado Burocrático-Autoritário e a questão da Democracia. In: D.COLLIER (org.). O Novo Autoritarismo na América Latina, Paz e Terra. 1982.

OFFE, Claus. Dominação de classe e sistema político sobre a seletividade das instituições políticas, in Problemas estruturais do Estado Capitalista. RJ.: Tempo Brasileiro, 1984.

OLIVEIRA, A.C. Organização do Poder Popular - Câmara Federal - Brasília. 1980.

OLIVEIRA, A.M. Melo. Introdução Crítica à Literatura Sobre Políticas Públicas. IUPERJ, Cadernos, nº 3.

OLIVEIRA, Francisco. O Estado e o Urbano no Brasil - Fundação do Desenvolvimento Administrativo, SP,1978; O Terciário e a Divisão Social do Trabalho - in Estudos Cebrap nº 24, Ed. Vozes - Petrópolis, 1979.; Partidos, Estado e Movimentos Sociais in Novos Estudos Cebrap, Ed. Bras. de Ciências, SP, 1982.

PAIVA, V. Educação Popular e Educação de Adultos. Loyola, SP., 1973; Estratégias de Sobrevivência do Mobral. - Rev. Síntese, nº 24, B.Hte., 1982.

PAOLIL, M.C.P. - Desenvolvimento e Marginalidae - Pioneira, S.P., 1974; Violência e Espaço Civil - ANPPOCS - Friburgo, 1981.

PEREIRA, L. Populações Marginais - in Estudos sobre o Brasil Contemporâneo - Pioneira, SP., 1971.

---------- Trabalho e Desenvolvimento no Brasil - Dif. Européia do livro, 1965.

PINHEIRO, Paulo S. e HALL, Michael. A classe operária no Brasil (1889-1930); condições de vida e trabalho, relações com o empresariado e com o Estado. São Paulo: Brasiliense, 1981.

POULANTZAS, N. O Estado, o poder, o socialismo. RJ, Ed. Graal, 2ª edição, 1985.

PORFÍRIO, P. O Poder da Rua - Vozes, Petrópolilsl, 1981.

REIS, Fabio Wanderley. Política e Políticas: a Ciência Política e o estudo de Políticas Públicas. Cadernos DCP. Belo Horizonte, 1977.

REZENDE, Fernando. Organização Governamental, Gastos Públicos e Prioridades Sociais. Revista de Administração.Vol. 19(4), out./dez. 1984.

RIBEIRO, Maria L. História da Educação Brasileira. SP. Cortez e Moraes, 1978.

ROSEMBERG, Fulvia. Educação, para quem? Trabalho apresentado no Simpósio: Educação como forma de colonialismo. XXVIII Reunião Anual da SBPC, Brasília, 1976.

---------- Educação e Desiguladades Social. Ed. Loyola, SP, 1984.

ROMANELLI, O.O. História da Educação no Brasil: 1930-1973, Ed. Vozes, Petrópolis, 1978.

SAES, Décio. Classe Média e Sistema Político no Brasil. SP, T.A. Queiroz, 1985.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. As Eleições e a Dinâmica do Processo Plítico Brasileiro. Dados, nº 14. 1977.

---------- Cidadania e Justiça. Rio de Janeiro, Campus.

SAVINI, Dermeval. Competência Política e Compromisso Técnico jou jo Pomo da Discórdia e o Fruto Proibido. Revista Educação e Sociedade. nº 15.

_____ Escola e Democracia. SP, Cortez, 1983.

SCHERRER e Warrem - artigo - Caráter dos movimentos sociais, n Sherrer e Warrem. Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul. SP. Brasiliense, 1987.

SCHILLING, Vivien. A presença do povo na cultura brasileira. Ensaio sobre o pensamento de Mário de Andrade e Paulo Freire. Campinas: UNICAMP, 1991.

SILVA, P.L.B. e FAGNANI, E. O Perfil dos Políticas de Governo na Área Social. CEBRAP. Nov., mimeo.

SHYDERS, George. Para onde vão as Pedagogias não Diretivas. Trad. Ruth Delgado, Lilsboa, Moraes Ética, 1974.

---------- Escola, Classe e Luta de Classes. Trad. Maria Helena Albana, Lisboa, Moraes Editora, 1974.

SOARES, Gláucio, A.D. Brasil: A Política do Desenvolvimento Desigual. Revista Brasileira de Estudos Pollíticos, nº 22.

SOUZA, Herbert José de. O Município de Boa Esperança: participação popular e Poder Local. In: Alternativas popular de Democracia - Brasil, anos 80, Vozes, 1982.

SPOSATI, Aldaiza. A vida urbana e a agestsão da pobreza. SP. Cortez, 1988.

SROUR, Robert Henry. A Política no Brasil dos anos 70,Brasília, UNB, 1981 (mimeo).

SIMÃO, Azis. O Voto Operário em São Paulo. Revista Brasileira de Estudos Políticos. Belo Horizonte, nº 1.

TELES, Vera da Silva. Movimentos Sociais: reflexões sobre a experiência dos anos 70, In: Scherer-Warren, Ilse e Krischke. Paulo J. (org.). Uma

revolução no Cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul. São Paulo, Brasiliense, 1987.

THILOLLENT, M. Uma Estratégia de Conhecimento Crítico - Rev. CARA a CARA - Vozes - Rio.

TRAGTENBERG, M. Reflexões sobre o socialismo. SP., Moderna, 1986.

---------- Administração, Poder e Ideologia. Ed. Cortez, 1989.

---------- Relações de Poder na Escola. Educação e Sociedade. SP., nº 20, jan/abr. 1985.

ULIVIERI, Simonetta. Crítica sociale ed emancipazione femminile. In: AAVV. Scuola e società nel socialismo riformista (1891-1926) Battaglie per l'istruzione popolare e dibattito sulla "questione femminile", Firenze: Sansoni ed., 1982, p. 185-234.

VALADARES, L.P.; BOSCHI, R. Problemas Teóricos na Análise de Movimentos Sociais: Comunidade, Ação Coletiva e o Papel do Estado - ANPPOCS - Friburgo, 1981.

VERHELST, Thierry, G. O direito à diferença. Sul-Norte: Identidades Culturais e desenvolvimento. Ed. IkVozes, Petrópolis, RJ, 1992.

VIANNA, Maria Sophia B. A evolução do trabalho da mulher. Revista do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. 37, p. 99-110, 1937.

VIEIRA, Evaldo. A República Brasileira - 1964/1984. São Paulo, Ed. Moderna, 1985.

---------- Estado e Miséria Social no Brasil. São Paulo, Cortez, 1983.

VIEIRA, Jerusa. Do campo à cidade: transformações nas práticas familiares. Cadernos de Pesquisa. SP: (64) 1988.

VIOLA, E. e Mainwaring, S. Novos movimentos sociais - cultura política e democracia: Brasil e Argentina, in Uma revolução no cotidiano? Revista Telos, 1984.

WANDERLEY, L.E.W. Educação popular e processo de democratização. In: BRANDÃO, c. (ed.) A questão política da Educação popular. São Paulo, Brasilliense, 1980.

WALICKI, Andrzej. Populismo y Marxismo en Rusia. Barcelona, Editorial Estrela, 1971.

WARREN, Ilse Scherer. O caráter dos novos movimentos sociais. In: Scherrer - Warren, Ilse e Kriscke, Paulo J. (org.). Uma Revolução no Cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul. São Paulo, Brasiliense, 1987.

WEFFORT, F.C. Classes populares e políticas. SP., Fac. de Filosofia, Ciências e Letras, USP, 1968.

---------- O populismo na política brasileira. RJ., Paz e Terra, 3ª ed., 1980.

---------- Educação e Política. In: Freire Paulo - Educação como Prática da liberdade: (prefácio); Rio de Janeiro; Paz e Terra; 1969.

PODER LOCAL

ALVES, Marcio. Moreira. A força do Povo. Desenvolvimento participativo em Lages, 8ª ed. Ed. Brasília, 1980.

ANTUNES, Maria Cristina. O papel do Arquiteto no processo participativo de Administração. Piracicaba, 1992. FAU.

AMMANN, Safira. B. Participação Social. Ed. Cortez, SP, 1982.

BIARREZ, S. Le pouvoir local. In: Le vie Politique. Paris, 1989.

BIRNBAUN, P. Le Pouvoir Local: de la décision an Systéme. Revue Francaese de Sociologie. XIV, 1973.

BOBBIO, N. A era dos direitos. 4ª resid. Ed. Campus, 1990.

BORJA, Jordi. A participação Citadina. In: Espaço e Debates, nº 24, Ano VIII. p.14. SP, 1988.

---------- A Descentralização como Estratégia de Valorizar a Cidade: O caso de Barcelona. p. 124. In: Poder Local. Fund. G.V. RJ, 1993.

BRANCO, Zihaf: Participação Popular: do paternalismo à autonomia. In: Poder Local. Revista de Administração Comunitária, nº 37. Portugal, maio/jun. 1983.

BRASILEIRO, Ana Maria. O Município como Sistema Político. F.G.V. RJ, 1983.

BUREZTYN, M. O Poder dos Donos. Ed. Vozes, 1984.

CARVALHO, J. Murilho. Estudos do Poder Local no Brasil. Revista Brasileira de Estudos Políticos. BH, 1958.

CARVALHO, Nanci V. Autogestão: o governo pela autonomia. Ed. Brasileiense, SP, 1983.

CASTRO, Maria Helena. G. Equipamentos Sociais e política local no pós-64: dois estudos de caso. In: Espaço e Debates, nº 24. Ano XIII. p. 67, PS, 1988.

---------- Governo Local e Políticas Governamentais: os casos de Piracicaba e Jundiaí. In: Equipamentos Sociais, Política Partidária e Governos Locais no Estado de São Paulo (1968-1982), cap. 2. Dissertação Mestrado. Departamento de ciências sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UNICAMP, 1987. Orientadora: Maria Hermínia Tavares de Almeilda.

CINTRA, Antonio O. A Política tradicional brasileira: Uma interpretação das Relações entre o Centro e Periferia. In: Balás. J. (org.) Centro e Periferia no Desenvolvimento Brasileiro. Difel. 1974.

COING, Hurri. Evolução dos Modos de Gestão. In: Poder Local. p. 272. Fundação G. V. RJ, 1993.

CUNHA, L.A. Educação e Desenvolvimento Social no Brasil. Editoras A., Livraria Francisco Alves, RJ. 3ª edição. 1978.

DANIEL, C. Poder Local no Brasil Urbano. In: Espaço e Debates. nº 24. Ano VIII. p. 26. SP. 1988.

DANIEL, Celso A. Poder Estatal Municipal: um quadro teórico e uma análise dos governos locais com participação no Brasil recente. Dissertação de mercado. RGV/SP, 1982 (mimeo).

DANIEL Filho. C.A. A Administração Municipal e a Questão da Terra Urbana: o caso de Piracicaba. Diss. Mestrado. FGV., 1985.

DEGENNE, A. Un langage pour l'étude des reseaux sociaus. In: esprit des Lieux. Paris. Editions du CNRS, 1989.

DUANE, Lockard. The Politics of state and Local Government. N. York, MacMillan, 1983.

DUNLEAVY, P. The limits to Local Governement. In: M. Body e C. Fudge (eds). Local Socialism? London. MacMillan, 1984.

ELIAS, Cecílio. N. Piracicaba Política (A História que eu sei. 1942/1992). Prefeitura Municipal de Piracicaba. Ação Cultural. 1992.

FARIA, Vilmar e Silva; Pedro. L.B. Transformações estruturais, políticas sociais e dinâmica demográfica: a discussão de um caso - Brasil 1950/80. In: Memórias del Congresso Latino Americano de Poblacion y Desarrolo - UNAM.

FERNANDES. R. A Educação e o Poder Local. Revista de Administração Democrática - Poder Local. nº 84. Lisboa. 1977.

FISHER, T. Poder Local: Um Tema em Análise: In: Poder Local. Ed. Fundação G.V. RJ. 1993.

FISHER, Tania; Teixeira, Angela; Colomer, Antonio - Gestão Municipal, Descentralização, Participação - um estudo Comparado Espanha/Brasil.

FISHER, Tania; Carvalho, Juvenilda. Poder Local, Redes Sociais e Gestão Pública em Salvador, Bahia, p. 151. In: Poder Local, Ed. Fundação G.V. RJ, 1993.

FRANCO, Augusto. Ação Local. A nova política da Contemporaneidade. Fase. 1995.

GANDIN, J.P. Cadernos do Núcleo de Pós-Graduação em administração. Salvador: UFBA, 1990. Entrevista concedida a Tânia Fisher sobre Poder Local e suas dimensões.

GOHN, Maria Glória. M. Notas sobre a questão da gestão democrática a nível do Poder Local: As Prefeituras Municipais. 1990 (mimeo).

GLUCKSMAN, Christine B. L'Object Local et Théorie de Nétat. In: Lucien SFEZ (org.). L'Object Local, Paris, PUF, 1977.

HERRMANN, João. Poder Local e Participação Comunitária. In: A mesa da Esperança. Revista Poder Local editada em Portugal. Publicação Câmara dos Deputados, 1983.

---------- Administração Municipal de Piracicaba: a serviço de quem? In: Democracia feita em casa. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Brasília. DF, 1984.

---------- Teses para um Governo Democrático. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Brasília. DF, 1983.

---------- Um compromisso político: a reconstrução do futuro. Democracia feita em casa II. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Brasília. DF. 1985.

---------- Estratégia em Educação de base. Câmara dos Deputados. DF. Centro de documentação e informações. Brasília, DF, 1986.

---------- Do Assalto ao Céus ao Poder Local. In: Esquerda 21, Ano I, Set/Out. 1995. Ed. Instituto Pensar. Salvador, BA. 1995.

JACOB, P. e Nunes. E. Movimentos Populares Urbanos. Poder Local e Conquista da Democracia. In: Cidade, Povo e Poder. Paz e Terra. RJ. 1985.

LAMOUNIER, B. Política Local e Tensões Estruturais no Brasil: Tese Preliminar de uma Hipótese, Dados, nº 4, 19971.

---------- Análise de Políticas Públicas. Quando Teórico - Metodologia de Referência, 1982 (mimeo).

LAMPARELLI, Celso, M. Políticas Públicas, Desenvolvimento Social e Poder Local - Fundap, 1983.

LUBRUN, Gérard. O que é Poder. Ed. Brasiliense. 11ª ed. Coleção primieros Passos. 1991.

LECLERCQ, Jeanne B. Parodoxes du Pouvoir Local. 1976. Presses de la Fondation Nationals des Sciences Politiques.

LEFREBURE, Henri. O Direito à Cidade. Trad. F. C. Netto. Documentos, 1969.

LEVY, Evelin. O Impacto da Democratização nas Organizações Públicas Locais. In: Poder Local. Ed. Fundação GV. RJ, 1993.

LORRAIN, D. Cadernos do Núcleo de Pós-Graduação em Administração. Salvador: UFBA, 1990.

---------- A pesquisa do Local: Vida e História. In: Poder Local. Ed. Fundação GV, RJ. 1993.

MALUF, Adilson B. Piracicaba Passado e Presente. Prefeitura Municipal de Piracicaba, 1988.

MASSOLO, Alejandra. Em direção às bases: descentralização e município. In: Espaó e Debates. nº 24. Ano VIII. p. 40. SP, 1988.

MEDEIROS, A. Carlos. Da Mediação Burocrática à Mediação Partidária: Aspectos Políticos das Relações Centro - Periferia no Brasil. Revista de Administração Pública. RJ. V. 19, nº 4, out/dez. 1985.

MOISÉS, José Alvaro. Cidade, Povo e Poder. Ed. Paz e Terra, 1982.

MOTTA, Fernando P. Participação e Co-gestões. Novas formas de Administração. 2ª ed. Primeiros Vôos, nº 13, Ed. Brasiliense, SP. 1984.

MOURA, Suzana. Ideário e Prática da Participação Popular no Gov. Local: a Experiência de Porto Alegre, In: Poder Local. p. 181, Ed. Fundação GV. RJ, 1993.

NORONHA, Eduardo; Castro, Maria Helena G.; Rebetez, Raymond. O Impacto das Políticas Públicas em Piracicaba e Rio Claro: Extensão, Avaliação e Demanda dos Usuários. Relatório de Pesquisa. NEPP - UNICAMP. Set. 1985.

NUNES, Victor Leal. Coronelismo, Voto e Enxada. 4ª ed. Ed. Alfa-Omega, SP, 1978.

NUNES, Edison. El gobierno de las ciudades de tamaño medio en Brasil: Los casos de Marilia y Piracicaba. In: Município y Democracia (Goviernos Locales en ciudades intermedias de America Latina). Coleccion Estudios Urbanos, Ediciones SUR, 1991.

PACHECO, R. Governo Local: Poder e Participação. In: Seminário sobre Governo Local. Núcleo de Pós-Graduação em Administração - UFBA, 1990 (mimeo).

PROGRAMA de Ação Comunitária - PAC I e II - 1977 a 1992.

PROGRAMA de Governo Democrático e Popular de Piracicaba - PT - 1988/1992.

PLANO de Governo - Piracicaba em 1º Lugar - PSDB - 1992/1996.

PEREIRA, Moacir. O perfil do Governo Popular. In: Jornal de Santa Catarina. Florianópolis, 8 e 9/9/94.

PESSOA, Enildo. Planificação: a opção pelas classes populares. Ed. Papirus. 1988.

PICCHIA, Pedro. A Batalha da Colina (a Democracia chega a Piracicaba). Coleção MPGB, 1982.

PINHO, José Antonio G. Em busca de um referencial Teórico para análise do Governo Local. Ed. Fundação G.V. RJ. 1993.

QUEIROZ, Maria Isaura. O Mandonismo Local na vida Política Brasileira e Outros Ensaios. SP. Ed. Alfa-Omega, 2ª ed. 1976.

QUINTEIRO, Jucirema. A Força do Povo em Lages - Mas o que foi mesmo essa experência? - PUC - Filosofia da Educação e Educação Escolar Brasileira, SP - Tese Doutorado, 1991.

REVISTA Educação Municipal. Municipalização: sim, não, em termos? Ano 1, nº 1, junho 1988.

RODRIGUES, N. As relações entre o Estado e a Sociedade no Brasil; a Rebelião por Dentero. In: Democracia feita em casa. Câmara dos Deputados Centro de Documentação e Informação. Brasília. DF. 1984.

ROSANVALLON, Pierre. La crise de l'Etat providence; Editions du Sevil, 1981.

SADER, R. Pretá, E. Vigenani, T; Campos, Candido M. Poder Local e Constituinte. Série Cadernos PUC 25. EDUC, 1987.

SAMPAIO, Silvia. Geografia Industrial de Piracicaba - USP. Rio Claro, 1973.

SANTOS, Wanderley G. Cidadania e Justiça. Ed. Campus, RJ, 1979.

SOUZA, Herbet José. O município de Boa Esperança: Participação popular e Poder Loca. In: Alternativa Popular de Democracia. Brasil. Vozes, 1982.

SPINK, Peter. Descentralização: Luto ou luta? In: Poder Local, Ed. Fundação G.V. RJ. 1993.

TOPALAOV. C. O Encontro com o Local. In: Poder Local (Governo e Cidadania) Ed. Fundação Getúlio Vargas, RJ, 1993.

UMITEA, Victor. Poder Local e Distintas Realidades Históricas - In: Poder Local. p. 176, Ed. Fundação G.V. RJ. 1993.

VIEIRA, Ney. Política e Padrões de Vida Urbana em algumas cidades médias do interior paulista: Araraquara, Piracicaba e Ribeirão Preto (um estudo do processo de decisão). Relatório final de pesquisa em RDIDP. NEPPI - UNICAMP.

VILLASANTE, T. Redes Comunitárias y Nuevas cosmologias. Alfoz, Madrid. Jun. 1986.

---------- Novos Paradigmas e Redes Sociais. In: Poder Local. Ed. G.V. RJ, 1993.

EDUCAÇÃO INFANTIL

ALVIM, M. e Valladares, Licia. Infância e Sociedade no Brasil: uma análise de literatura. UFRJ, NEPI (mimeo).

ARIÈS, P. História Social da Criança e da Família, Trad. Dora Flaksman, 2ª edição, RJ. 1981.

ARIÈS, Philippe, Verbete: Infanzia, Enciclopedia Ernandi., vol. V. Torino. Ernandi; 1979.

BASSI; A.; BECCHI, E.; CANELLA S.; POLEETII, M. e NAGLIATI, G. Bambini pre chi? Immagine dell'infanzia e della pedagogia parentale nel Ferrarese. Milano: Feltrineli. 1975.

BANDELOT, O. e BREANTE, M. La creche, ses objectifs, son evolution recente. In: Institut Nacional de recherche pedagogigue. Les enfants dans les creches. Paris. ERSAS. p. 209-38, 1979.

BECHI, Egle. Il Bambino Sociale - Privatizzazione e Deprivatizzazione dell'Infanzia, 2ª ed. Milano: Feltrinelli, 1980.

BENJAMIN, W. Reflexão: A criança, o Brinquedo, a Educação. Ed. Summus, SP, 1984.

BOBBIO, N. A Era dos Direitos. Ed. Campus, 1992.

BOSI, Alfredo. Educação e cultura nas Constituições brasileiras. Estudo Cebrap. nº 14, fev., 1986.

BRASIL. 1987. Relatório sobre a situação social do país. NEPP - UNICAMP, 1989.

BRUSCHINI, C. Mulher e trabalho: uma avaliação da década da mulher. São Paulo, Nobel/Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985.

CAMPOS, M.M.M.; ROSEMBERG, F. & CAVASINI, S. A expansão das creches no Município de São Paulo durante a década de 20. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1988.

CAMPOS, M.M.M.; ROSEMBERG, F & VIEIRA, L.M.F. Diagnóstico da Situação da Educação Pré-Escolar na Região Metropolitana de São Paulo. Fundação Carlos Chagas, 1988.

CAMPOS, Maria, M. Educação Infantil no 1º Mundo: uma visão daqui debaixo do Equador, 1988.

CAMPOS, M. e HADDAD, L. Educação Infantil: crescendo e aparecendo. Cadernos de pesquisa, SP. nº 80, 1992.

CAMPOS, Maria et all. Aspectos sócio-educativos e sugestões para uma política nacional de educação da criança de 0 a 6 anos no Brasil. SP, Fac. UNICEF, 1989.

CAMPOS, Maria M. A questão da creche: história de sua construção na cidade de São Paulo. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. V. XI. nº 169. set/dez. 1990.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER. Criança, Compromisso Social: Relatório do Encontro Nacional sobre Políticas de Atendimento a Criança de 0 a 6 anos. Brasília, 1986.

---------- Criança: Compromisso Social - Carta de Princípios. Brasília,fev. 1986.

CORST, R. e HADDAD, L. A Secretaria do Bem Estar Social e a luta por creche, in: Campos et al A expansão da rede de creches do município de São Paulo, durante a década de 70. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1988.

COUTINHO, M. Estatismo, concorrência e livre empresa. Novos Estudos Cebrap, São Paulo, Cebrap, nº 22, out. 1988., p. 77-86.

DOCUMENTO DE TRABALHO. DT/Q57 - Infância e Adolescência carentes. Fundap. Março 1991.

FARIA, Ana.L.G. Direto à Infância: Mario de Andrade e os Parques Infantis para as crianças de família operária na cidade de São Paulo (1935-1938); Tese de Doutorado - Fac. de Ed. da USP, SP, 1993.

FERRARI, Alceu. Evolução da Educação pré-escolar no Brasil no período de 1968 a 1986. Brasília. Jan/Abril, 1988.

FERRETTI, Celso. O Estatuto da Criança e do Adolescente e a Questão Educacional. Cadernos Populares nº 1. Sindicato dos Trabalhadores em Entidades de Assistência ao Menor e à Família, jan., 1991.

FRANCHI, E.P. A Norma Escolar e a Linguagem da Criança. Revista Educação e Sociedade. 1987.

FREINET, C. Para uma escola para o Povo. Ed. Presença. LDA. Lisboa, 1969.

FREIRE, M. A paixão de conhecer o Mundo. Ed. Paz e Terra, RJ. 1983.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. Cadernos de Pesquisa. São Paulo. (43), Nov. 1982. (Suplemento Especial Creche).

GAYARDO, M. A pesquisa participante na América Latina. Brasilienses, São Paulo, 1986.

HEDINI, Patrizia. A prática e os novos projetos para a creche: a situação na Itália. In: Fundação Carlos Chagas, no prelo.

GOHN, M. da G.M. A força da periferia: a luta das mulheres por creches em São Paulo. Vozes, Petrópolis, 1985.

---------- Educação Infantil: as creches. UNICAMP. Campinas 1990 (mimeo).

HADDAD, Lenira. A creche em busca de Identidade. Realidade Educacional, Ed. Loyola, RJ. 1991.

INSTITUTO DE ESTUDOS POLÍTICOS E SOCIAIS PEDROSO HORTA. Grupo de atendimento a criança de 0 a 6 anos - proposta para a discussão da operacionalização das diretrizes. dez. 1982.

---------- Síntese do grupo de atendimento à criança de 0 a 6 anos, s/d.

JOBIM e Souza, S. Pré-Escola: em busca de suas funções. In: Jobim e Souza, Solange e Kramer, S. Educação ou tuleta? a criança de 0 a 6 anos. SP. Ed. Loyola, 1988.

KING, D. O estado e as estruturas sociais de bem estar. Novos Estudos Cebrap, São Paulo, Cebrap, nº 22, out. 1988, pp 53-76.

KISHIMOTO, T.M. A Pré-Escola em São Paulo (1877 a 1940). São Paulo, Edições Loyolla, 1988.

---------- Os jardins de Infância e as escolas maternais de São Paulo: no início da república. Cadernos de Pesquisa. SP. 1986.

---------- Recuperando a escola da Educação Infantil em São Paulo. Escola Municipal. SP: n. 13, 1985.

KRAMER, S. A Política do Pré-Escolar no Brasil: a arte do disfarce. 3ª edição, Rio de Janeiro, Dois Pontos, 1987.

KUHLMAN, M. Instituições Pré-Escolares e Educação Assistencialista no Brasil. 1899-1922. São Paulo, Outubro 1991, Trabalho apresentado para XIV ANPED.

MAZZOTTI, Tarso. Ideologia da Infância. Didata. P. 8, 1978.

MELLO, A.M. Tempo e Mudança na Creche de Vila Praia. Cadernos de Pesquisa. Fundação Carlos Chagas. São Paulo (60), Fev. 1987.

NEPTUNE, J. CEPEC - A Escola cidadã. Tese de Mestrado. Fac. Educação, UNICAMP, 1989.

NICOLAU, M. A Educação Pré-Escolar, Ática. 1990.

NULDEMAN, Clea. Piracicaba: educação numa Prefeitura de Oposição. p. 57. In: Revista da Associação Nacional de Educação. Ano 1, nº 2, 1981.

OLIVEIRA, Z. de M.R. & ROSSETTI, F.M.C. Proposta para o Atendimento em Creches no Município de São Paulo: Histórico de uma Realidade. In: Rosermberg, F. (Coord.). Creche São Paulo, Cortez. Fundação Carlos Chagas, 1989.

PIAGET, J. A Construção do real da Criança. 7ª ed. Difel Divisão Editorial S.A, SP, 1982.

POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL (proposta) - Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental, 1993.

PROVET, R. Educação Pré-Escolar um Direito de Todos. Fundamentos de Educação Pré-Escolar. Ática, 1990.

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. CEPEC's - 1977/1982, Prefeitura Municipal de Piracicaba. SME.

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CEC's. SME. Prefeitura Municipal de Piracicaba. 1983/1988.

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CEI's. SME. Prefeitura Municipal de Piracicaba. 1989/1992.

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - IEI's. SME. Prefeitura Municipal de Piracicaba. 1993/1995.

REVISTA: Fórum DCA. Políticas e Prioridades Políticas. 1° semestre de 93. n° 1.

ROSEMBERG, F. As feministas e a luta por creches. In: CAMPOS et al A expansão das creches no município de São Paulo, durante a década de 70. São Paulo, Fudação Carlos Chagas, 1988.

---------- O Movimento de Mulheres e a Abertura Política. In: Creche Rosemberg, F. (Coord.) Fundação Carlos Chagas, Cortez, 1989.

---------- et al. A Educação da Criança de 0 a 6 anos no Brasil. Situação Atual e Perspectiva a partir da Nova Constituição. Trabalho apresentado no Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Caxambui, MG., 1989.

---------- et al. Aspectos Sócio Educativos e sugestões para uma política de educação da criança de 0 a 6 anos no Brasil. Departamento de Pesquisas Educacionais, Fundação Carlos Chagas, fevereiro de 1989.

---------- et al. A Rede de Creches no Município de São Paulo, O.P.E., F.C.C., 1991.

SÁ, Aline. Creches, Jardins de Infância. Ocupação de Tempos Livres, in: Revista de Administração Democrática. Poder Local, n° 4, 1977.

SADER, E. Quando novos personagens entram em cena: Experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo. 1970-80. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

SÃO PAULO (cidade) Secretaria da Família e Bem Estar Social. Proposta de Reprogramação de Creche. São Paulo, 1984.

SÃO PAULO (cidade) Secretaria do Bem Estar Social. Supervisão Geral de Planejamento e Controle. A Política de Creches: Documento Preliminar. São Paulo, 1989.

SÃO PAULO (cidade) Secretaria do Bem Estar Social. Os Contornos da Situação da Criança no Brasil. São Paulo, 1985.

SÃO PAULO (cidade) Secretaria do Bem Estar Social. Exclusão. Pauperização e Menoridade - Perspectivas de Reversão. São Paulo, 1991.

SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS. Pequena História no Movimento Sindical no Brasil. s/d.

---------- Encontro de Creches. 15.09.90 (Texto para discussão no Encontro de Creches)

---------- Encontro de Creches-Resoluções de Creche. Maio/90.

---------- III Congresso dos Servidores Públicos Municipais Resoluções. São Paulo, 1991.

---------- Boletim Informativo Especial Creche. Educação de Crianças de 0 a 6 anos. Qual a que Queremos? Set/Out. 91.

---------- Boletim Informativo Especial II. Encontro de Creches. Abril/90.

TEIXEIRA, Anísio. O problema da assistência à infância e a criança pré-escolar. Conferência Nacional de Proteção à Infância, atas e trablahos. RJ: Ministério da Educação e Saúde Pública. Vol. I, 1933.

VIEIRA, Livia. Creches no Brasil: de mal necessário a lugar de compensar carências. Rumo à construção de um projeto educativo. Tese mesetrado. UFMG, BH, 1987.

VIGOTSKY, L.S. A Formação Social da Mente. Trad. José Cipolla Neto, et al, 3ª ed. Ed. Martins Fontes. SP. 1989.

JUSSARA NEPTUNE HERRMANN

PODER LOCAL E EDUCAÇÃO INFANTIL EM PIRACICABA - SP: 1977 A 1995

VOLUME 2

(ANEXOS)

TESE DE DOUTORADO

1995

900776

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE PIRACICABA

ESTADO DE SÃO PAULO — BRASIL

ADMINISTRAÇÃO JOÃO HERRMANN NETO

(Fev./77 - Jan./81)

Iº P. A. C.

(P L A N O D E A Ç Ã O C O M U N I T Á R I A)

PIRACICABA, Fevereiro de 1977.

APRESENTAÇÃO

Este documento se constitui no Iº P.A.C. - (Plano de Ação Comunitária), elaborado pela Administração João Herrmann Neto, para servir de linha mestra para os seus dois primeiros anos de Governo.

O Documento se divide, basicamente, nas seguintes partes:

I - INTRODUÇÃO ..... pag. 2

II - JUSTIFICATIVAS ..... pag. 4

III - OBJETIVOS ..... pag. 9

IV - NOSSO PLANO DE GOVERNO ..... pag. 18

- prioridades do Plano: ..... pag. 21

Plano de Atendimento Regional .. pag. 22

Plano de Ação Educativa ..... pag. 25

Plano de Ação Esportiva ..... pag. 28

Plano de Abastecimento ..... pag. 30

Plano de Transportes ..... pag. 33

Plano de Ação Cultural ..... pag. 40

Plano do Setor do Turismo ..... pag. 43

V - CONCLUSÃO

VI - ANEXOS:

1 - pág. 49

2 - pág. 50

3 - pág. 51

PRIMEIRO P.A.C.

(PLANO DE AÇÃO COMUNITÁRIA)

I - INTRODUÇÃO

A necessidade de reunir em um documento as diretrizes gerais a serem seguidas pela Administração João Herrmann Neto, durante os seus dois primeiros anos de ação como Governo Municipal de Piracicaba, levou à elaboração deste 1º P.A.C. (Plano de Ação Comunitária).

Isto posto, parece ficar claro que este 1º P.A.C. não se resume em um projeto a ser executado. Ele extrapola este âmbito, para se configurar como um verdadeiro programa de trabalho, o qual identifica as linhas mestras que deverão ser seguidas pela atual Administração, personalizada no Chefe do Executivo Municipal, todo o seu Secretariado e seus Assessores mais diretos, além de mostrar de maneira insofismável, os pontos de convergência de política que orientam a ação do Governo.

Com tais propósitos, este documento se constitui em valioso instrumento de informação que tem como destinatários a comunidade piracicabana, as forças político-sociais que participam do desenvolvimento do nosso Município e da região geo-econômica em que nos inserimos, o Governo do Estado de São Paulo, com quem esperamos trabalhar em perfeita integração e o Governo Federal, a quem solicita

mos a apreciação do e apoio para este programa de trabalho.

Com facilidade e dispensando análises mais profundas, o leitor perceberá logo que a Administração - João Herrmann Neto, nos seus dois primeiros anos de Governo, está voltada, principalmente, para realizações que redundem na promoção social comunitária. Assim, as atenções da equipe que administra a cidade, bem como os recursos colocados à sua disposição, estão voltados para obras de Assistência Social, integração comunitária e promoção do Homem.

II - JUSTIFICATIVAS

Ao iniciarmos a elaboração do presente plano, tivemos como primeira preocupação conhecer as perspectivas, as mais exatas possíveis, da evolução que a cidade de Piracicaba deverá experimentar nos próximos anos. Para este conhecimento, nos utilizamos, bàsicamente, do P.D.U. (Plano de Desenvolvimento Urbano), encomendado pela Administração anterior a uma equipe especializada da capital paulista, liderada pelo Arquiteto Joaquim Guedes a qual foi assessorada, durante todo o tempo que durou - seu trabalho - parte de 74, todo ano de 75 e parte de 76 - pelo Arquiteto Antonio José Lázaro Aprilanto, que responde pela Secretaria Municipal de Planejamento desde - 1974.

O mencionado Plano de Desenvolvimento Urbano nos forneceu as seguintes informações, as quais consideramos merecedoras de toda atenção:

a) O crescimento populacional médio da cidade foi, na década de 60-70, de 3,8% ao ano. Nos anos seguintes, porém, o crescimento chegou à casa dos 7,4% ao ano, índice este inferior apenas à marca obtida por Campinas, na década de 60-70, que foi de 8,2%, ao ano. Ainda nos anos 60, a cidade de São Paulo experimentou um crescimento populacional médio de 6,4%, ao ano.

Com base nestes números, estima-se - que, em 1980, a população urbana do Município de Piracicaba atingirá a casa dos 300.000 habitantes.

b) A construção civil, na cidade, tem atingido valores que, há cinco anos, nenhuma projeção poderia prever, como pode-se observar nos seguintes números:

ANO	ÁREA CONSTRUIDA	CRESCIMENTO SOBRE ANO ANTERIOR
1973	189.000 m2	———
1974	250.000 m2	75%
1975	320.000 m2	78%
1976	590.000 m2	54%
1977	. 750.000 m2	. 30%

. dados estimativos, levando-se em consideração perespectivas de crescimento as mais primitivas

c) Não se dispõe de índices de medida direta do desenvolvimento industrial da cidade. Contudo, é interessante observar que foi completada a ocupação da Unidade (Distrito) Industrial Leste, que deverá gerar, dentro dos próximos 10 anos (a contar de 1975), cerca de 30.000 novos empregos.

d) Paralela e proporcionalmente ao setor secundário, se desenvolverá o setor terciário.

e) Com relação ao consumo de energia elétrica, a C.P.F.L. (Companhia Paulista de Força e Luz),

fornecedores do Serviço, registrou os seguintes dados:

ANO	Nº DE CONSUMIDORES	CONSUMO EM KW
1972	28.974	213.981.364
1973	30.076	242.891.925
1974	31.239	201.872.280
1975	32.800	306.376.347
1976	33.441	317.602.863
1977	———	456.000.000

. Projeção

f) Atualmente (início de 76), cerca do 92% da área urbana da cidade eram servidas por água potável, estando registradas um total de 36 mil ligações, em números redondos.

g) No setor de transporte rodoviário, em 1976, houve um movimento que ultrapassou a casa dos 9 milhões de toneladas.

h) A cidade possui, hoje (1976), mais de 32.000 veículos e o sistema de transporte coletivo - urbano é deficiente.

A estas informações fornecidas pelo P.D.U., podem ser somadas uma série de outras que nos ajudam a conceber e apreender um retrato vivo da cidade de Piracicaba, como as contidas no quadro seguinte, referentes à arrecadação municipal, colhidas junto ao Cadastro Técnico da própria Prefeitura:

ANO	POPULAÇÃO	ARRECADAÇÃO
1970	152.000	Cr$ 26.000.000,00
1971	160.000	Cr$ 26.000.000,00
1972	163.000	Cr$ 33.000.000,00
1973	167.000	Cr$ 42.000.000,00
1974	179,000	Cr$ 55.000.000,00
1975	187.000	Cr$122.000.000,00
1976	202.000	Cr$123.000.000,00
1977 .	230.000 .	Cr$157.000.000,00
1978 .	241.000 .	Cr$205.000.000,00

. dados estimados, levando-se em consideração como fator de crescimento apenas o funcionamento parcial - de algumas indústrias recentemente instaladas no Distrito Industrial (Philips, Caterpillar e White - Martins), com reflexos sobre a arrecadação de 1977, e o funcionamento da Siderúrgica Dedini, que, sozinha, deverá provocar um aumento de 43 milhões de - cruzeiros na arrecadação de 1978.

As informações até aqui apresentadas parecem suficientes para justificar a preocupação da atual Administração Municipal em seguir caminhos substancialmente diferentes daqueles percorridos pelos Governos que a antecederam. Elas deixam claro também que está perfeitamente fundamentada a nossa intenção de administrar em função e em favor do homem.

Naturalmente, uma cidade, depois de conhecer um período de estagnação, não está preparada para, em um período historicamente curto demais, acolher e acomodar o impácto da industrialização, que traz consigo o crescimento vertiginoso das atividades terciárias e da população emigrante.

O que temos, hoje, em Piracicaba, é uma organização social muito mais flexível e um sistema comunitário muito mais complexo, o qual pode ser testemunhado pelo variado mercado de consumo, pela - destruição das "estruturas de bairros" e pela crescente predominância da população da periferia, constituida por operários, emigrantes e mão-de-obra especializada, a qual atua, também, sobre a formação "tradicional e histórica da cidade".

O estabelecimento de uma coletividade humana heterogênea, que provoca a oposição de um novo tipo de cultura miscigenada e, naturalmente, o surgimento de novas necessidades, cuja satisfação só pode ser adiada se aceitarmos que a mesma coletividade seja sensivelmente prejudicada, exige a nossa atenção e, por isso, norteou o estabelecimento deste programa de trabalho.

III - OBJETIVOS

A intenção primeira e maior do Iº P.A.C. é tão simples quanto objetiva: dimensionar o homem e, em sua função, adequar o edifício social que o abriga, constituído pela cidade e equipamentos que a mesma contem.

O homem aí está, atraído pelas novoas oportunidades oferecidos por um parque industrial crescente e por um setor de serviços variadíssimo. A cidade, porém, não lhe oferece a infra-estrutura necessária para uma vida descente e com um nível satisfatório de conforto. Pelo contrário, ela começa a consumir a vida humana, transformando o homem em peça passiva de uma engrenagem auto-esmagadora.

Assim, torna-se necessário proteger este homem para que, sentindo-se como agente do desenvolvimento, ele se realize dentro de uma Comunidade socialmente equilibrada e estável. Aprimorar a cidade e seus equipamentos, suprindo-se as deficiências ambientais, promover o homem e dar-lhe chances de desenvolver suas potencialidades, se constituem, portanto, nas metas do Iº P.A.C.

DESENVOLVIMENTO E ESPAÇO FÍSICO

A atividade humana efetiva-se dentro de um determinado espaço, o qual se amplia na medida em -

tida, o crescimento demográfico cria novas demandas de áreas e produtos.

Fundamentalmente, estas novas exigências podem ser entendidas como a necessidade de organização do espaço físico e esta organização pode ser interpretada como "desenvolvimento" ou, pelo menos, no fator - mais importante para a consecução do mesmo.

Entendendo a organização do espaço físico como o processo de transformação da paisagem natural (orgânica e inorgânica) e construida em uma paisagem cultural mais propícia às atividades e necessidades humanas, o Iº P.A.E. atuará, principalmente, como instrumento de disciplinamento da ocupação do solo. E, como tal, ele determinará, entre outras coisas: a) concentração de unidades ou grupos habitacionais um ao lado do outro; b) a existência efetiva e aproveitamento pleno das áreas de lazer e recreação; c) a inexistência de habitações junto ao local de trabalho; d) o impedimento para que o comércio se confunda em meio às atividades de produção.

Com este disciplinamento, conseguir-se-á a coesão necessária à segurança e ao convívio social, a diminuição dos custos e a maior eficiência dos equipamentos coletivos, o levantamento de volumes e formas que propiciam novas perspectivas visuais e emoções estéticas, a valorização de horizontes naturais e a criação de símbolos e valores para a comunidade.

possível do ideal. Assim, a determinação de um uso específico para uma área específica não significa o seu isolamento com relação às demais. Pelo contrário, implica na sua completa identificação com as necessidades do todo unitário e com as aspirações da comunidade que o utiliza.

Uma rápida análise da situação em que se encontram, hoje, um grande número de cidades que, mais propriamente, poderiam ser chamados de aglomerados humanos, mostra-nos que a integração e o equilíbrio social toma configuração de problema cada vez mais complexo à medida em que novas condições tecnológicas, econômicas e sociais atuam na criação de diferentes exigências ou abrem novas possibilidades de vida e de trabalho.

São enumerados, à seguir, alguns critérios que podem ser considerados como medidas do grau de "Urbanização" em que novas comunidades se encontram. Qu seja, quanto mais evidente sejam estas características em uma cidade, tanto mais "urbanizada" ela poderá parecer. (Naturalmente, não nos compete, aqui, discutirmos o conceito de "urbanização". Estamos adotando o vocábulo com o seu significado mais comum).

a) Complexidade das inter-relações das Comunidades desenvolvidas na área.

b) Possibilidade de uma determinada aglomeração ganhar uma função, enquanto todo que é, em relação às demais aglomerações e ao conjunto de atividades que se desenvolvem na sua região.

c) especialização das atividades e, em consequência,

d) especialização relativa ao todo e à rede urbana.

e) aparecimento da necessidade de sistemas coletivas de atendimento, caracterizados por grandes números e grandes dimensões, como:

- transportes coletivos
- redes de água e esgoto
- áreas de recreação

e

outras exigências em torno de equipamentos e atividades:

- escolas
- áreas verdes
- afirmação do polo central de decisões Administrativas e econômicas.
- níveis mais sofisticados de especialização profissional no seu quadro de trabalho, assim como uma divisão de trabalho mais ampla e precisa e, consequentemente, maior número de alternativas nos tipos de ocupação existentes.
- menor relação do homem com o solo.

Cabem também certos critérios de natureza econômica, como a adoção do horário regido pelo relógio e não pelos elementos naturais, bem como o desenvolvimento de atividades de recreação em termos de massa, - de multidão. Concomitantemente, o salário passa a ser o elemento da capacitação aquisitiva, dando lugar ao fenômeno da compra e venda de bens e serviços como uma configuração contínua.

Ao mesmo tempo, desaparecem os laços de intimidade entre os habitantes da Urbe, a não ser em termos de grupos, os quais passam a coexistir em número maior e com maior diversidade. Assim, substitui-se as relações de vizinhança pelos de grupos de interesse, aumentando-se o nível de impessoalidade e de formalidade nos contatos pessoais, o que leva à possibilidade de uma maior indiferença humana, à frieza do anonimato, à liberdade individual mais contundante e à inexistência de um controle social satisfatório e contínuo.

Embora essa variedade de características possam ser dissecadas sem qualquer relação entre si, elas se entrelaçam e se distribuem, configurando-se umas como complementares a outras. A população é, então, um só aglomerado que se desloca em busca do atendimento dos mesmos tipos de necessidades, sobre áreas que se combinam, em diferentes níveis de complexidade, com um número maior ou menor de usos e formas artificiais.

Em resumo, dessa realidade integrada e com vida própria, sem que sejam definidos limites ou que ela se afigure como um todo estanque, interessa-nos as funções que nela se processam, bem como os espaços internos e externos a tais procedimentos.

Entendemos, portanto, que o administrador deve olhar a comunidade como uma unidade e considerando o conjunto de dados levantados pelo economista, pelo sanitarista, pelo educador e pelo sociólogo que, entre outros especialistas, conosco identificam todas as facetas da realidade complexa da área em que atuam.

Aceitas estas formulações em torno do conceito de espaço físico [illegible], poderemos [illegible]

nar suas implicações, procurando precisar o que significaria adaptá-lo em função das novas solicitações econômicas e sociais impostas pelas atividades e naturais necessidades humanas.

O Iº P.A.C. objetiva, portanto, ir ao encontro das atividades e necessidades humanas, promovendo a organização do espaço físico, o que não pode deixar de se integrar numa ação mais ampla, colocando-se como parte de um esforço diversificado, no qual diferentes tipos de medidas, de natureza econômica e política-administrativa, entre outras, se combinam e se complementam, para atender a todos os aspectos dessas atividades e aspirações.

O Iº P.A.C. pretende, em última análise, o desenvolvimento. E entende-se, aqui, "desenvolvimento" como a passagem de uma população do nível de existência em que se encontra para outro mais humano; e, por "elevação a um nível mais humano" queremos significar a realização mais plena, pela população, das suas potencialidades em termos biológicos e emocionais, intelectuais, sociais, profissionais, familiares, políticos, artísticos, espirituais, etc.

Acreditamos que a possibilidade de sempre se conseguir um passo a mais, qualquer que seja o nível de vida em que o homem se encontre, explica o caráter dinâmico das expressões "desenvolvimento" e "condição mais humana".

Em contra-posição, podemos ainda alinhar o conceito empregado pela Economia para o termo "desenvolvimento", que se traduz, essencialmente, pela alteração da estrutura econômica, com o crescimento da impor-

tância dos setores secundários e terciário em relação ao primário.

Dentro do primeiro conceito, o "desenvolvimento " deverá ser necessariamente integral e harmônico. Integral no sentido dado por conhecida expressão - de François Perroux, pela qual o desenvolvimento real atingirá todo o homem, ou seja, todas as suas potencialidades e todos os homens, ou seja, todos os membros da comunidade. Harmônico, no sentido em que deve haver equilíbrio entre os níveis de desenvolvimento das diversas - comunidades e, dentro destas, entre os vários tipos de necessidades a serem satisfeitas. O conceito se completa com a afirmação de que o processo deve ser o mais rápido possível e deve ser obtido com o mínimo de custo social e econômico.

Reencontramos, então, a diferença inicial se integrarmos nessa preocupação de custo, a necessidade de respeitar a livre adesão de cada membro da comunidade. Isso porque, a livre adesão será obtida de forma efetiva, apurando responsabilidade e através da própria elevação- humana da população, enquanto resultado de um controle - cada vez mais real, pelo homem, dos diversos tipos de estruturas econômico-sociais e condicionantes psicológicos que constituem o quadro de sua história.

Há que se convir também que a elevação, pura e simples, de níveis materiais de existência não será necessariamente "desenvolvimento", se, em equilíbrio com esses níveis materiais, não se tiver atingido, por exemplo, dentro de uma determinada concepção da pessoa humana integração da comunidade, vida cultural, capacidade de - inovação, abertura para o resto do mundo e para o futuro.

Do mesmo modo, não se terá "desenvolvimento" se o mesmo for feito por uma ou algumas comunidades às custas de - outras ou que, mesmo no todo, seja visado apenas ao crescimento monetário massificante. Alternativas estas bem menos interessantes quando o que se busca é a montagem de um quadro propício à descoberta e à incorporação, ao crescimento e à consciência.

O esforço de coordenação dos conceitos acima desenvolvidos deve levar em conta um conhecimento correto tanto de aspéctos da organização do espaço físico como do nível em que se encontrem as comunidades a serem abordadas.

Implica esse esforço também numa série de opções políticas:

a) quanto ao sistema de obtenção dos meios e condições, se através do ajuste automático, ou da orientação para esse ajuste, ou da planificação para esse ajuste;

b) quanto aos objetivos a atingir; que - condições, ou região, ou comunidade, ou período;

c) e quanto à manipulação das variáveis - que determinarão as condições significa, portanto, um contínuo processo de ação e decisão política, a respeito de objetivos de natureza social e de medidas e sistemas de tres diferentes tipos:

- econômicas - como reunir meios e recursos necessários à obtenção das condições.
- administrativos - como organizar o sistema de obtenção das condições.
- implantação física - como organizar o espaço físico para obtenção das condições.

Transformar continuamente uma paisagem, no sentido de torná-la cada vez mais propícia às atividades e necessidades humanas, será, assim, no nosso entender, colocá-la, de forma integrada com os demais tipos de transformações a fazer, à serviço de um processo de desenvolvimento.

IV - NOSSO PLANO DE DESENVOLVIMENTO

Esto nosso conceito de desenvolvimento se traduz em nosso programa de trabalho e está resumido - neste 1º P.A.C. (Plano de Ação Comunitária) que identifica, em última análise, as prioridades do nosso Governo, sobre as quais passamos a discorrer.

Pelas próprias justificativas deste 1º - P.A.C., a promoção humana, em todos os níveis, surge - nele como prioridade natural. Se a participação individual aprimora responsabilidades na participação coletiva, cabe à administração coordenar e orientar todos os recursos no sentido de:

- abrir novos campos de socialização do - indivíduo, através dos esportes, da cultura e do lazer, criando meios para que, cada vez mais, maiores parcelas da população tenham acesso aos recursos urbanos existentes e a serem criados pela administração.

- garantir ao indivíduo o suprimento básico ao seu abastecimento, influindo na comercialização, de modo a garantir, nas melhores condições possíveis, o menor preço para o consumidor.

- dar meios ao indivíduo de poder dispender maior parcela possível do seu tempo, seja junto à família, no trabalho ou no lazer, reduzindo ao máximo o tempo de transporte entre as várias atividades, ao menor custo possível.

- amparar o indivíduo no atendimento dos seus reclamos básicos, de modo a que ele não venha a - ser sensivelmente cerceado ao procurar a melhoria do - seu nível de participação, socialização e integração - na comunidade à qual pertence e deve integrar com res-

Para atingir essa prioridade, a Administração já preocupou-se, de início, em pedir a aprovação do Legislativo, para a reforma administrativa, que visa adequar a estrutura, como meio que é, aos fins a que se propõe.

Já se preocupou, também, com a arrecadação Municipal, levantando a situação existente de início, atingindo os focos em que a despesa atinge maiores índices de "déficit" operacionais dentro da estrutura administrativa, e portanto, endêmicos.

Já se preocupou, também, com certas obras, que devem, em pouco tempo, dar nova imagem à cidade, tais como:

- teatro (obra e entôrnos)
- antigo Centro de Reabilitação - futura - Casa do Esportista e Departamento Municipal de Turismo.
- Sabasta - (Sociedade de Amigos do Bairro de Santa Terezinha) - obra parada há 5 anos.
- Departamento Médico do Esporte Amador
- Equipamentos para a Piscina.

Paralelamente às obras, preocupamo-nos com a organização de entidades e a realização de serviços, entre os quais podem ser citados:

- Criação da Cooperativa Habitacional
- Criação da FUBES (Fundação para o Bem-Estar Social)
- Aumento de vagas na creche "Joaninha Morganti"
- [illegible] (Conse[illegible]

ção Comunitária), visando dar-lhes condições de funcionarem como creches, com 40 leitos cada um.

- Realização das operações "tapa buracos"
- Realização das operações de reparos e vazamento em redes de águas e esgoto.
- Realização de diversas obras na zona rural, principlamente de construção de novas e reparo de velhas pontes, que servem de ligação entre pontes de real importância sócio-econômica.

Esta Administração já se preocupou, também com o aspécto físico-territorial da cidade, pedindo à Câmara Municipal a análise e votação das 5 leis que compõem o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, de extrema importância na ordenação do crescimento da cidade, uma vez que disciplina a ocupação do solo dentro do Município.

PLANO DE AÇÃO EDUCATIVA

Sendo a escola a formadora de todo o pessoal, que responderá, a curto ou longo prazo, por todas as atividades produtivas e executivas do país, é a ela que deve ser devotada a maior atenção, como aprimoramento de responsabilidade e, portanto, no futuro, de participação nos processos de decisão. Na realidade, não haveria necessidade de professores e escolas se não houvesse crianças para serem formadas e orientadas. Não haveria necessidade de aplicação de recursos no futuro, caso não houvesse chance de mudar o quadro existente em nossos dias.

Uma das bases de qualquer mudança, na fase de formação que essas crianças estão vivendo, são as atividades esportivas e culturais, em que a participação do poder público, deve iniciar por um programa de coleta de base, - cadastrando, nas escolas, a qualidade evolutiva da nossa gente.

Nossa ação educativa, na área esportiva, pretende: (Ver anexo II)

- propor às escolas esquemas unificados de - cadastramento de pessoal, com levantamentos em cada semestre de todo o pessoal em teste de capacidade, diagnosticando por idade:

. a equipe de classe

. a equipe do ano

. a equipe da idade

. a equipe da escola

em cada esporte, tendo como base inicial um teste de seleção a ser estabelecido pela CME (Comissão Municipal de Esportes)

— propor maciças competições entre e nas escolas

— propor aprimoramento em esporte de escolha para aqueles que estiverem acima de um padrão a ser estabelecido para cada idade. Esse pessoal será recebido e cadastrado pela CME, a partir de 1978, para participar de competições, cursos e atividades de aprimoramento no esporte em que demonstre ou tenha mais aptidão.

Provê-se, com isso, o reaparecimento dos grupos de escolas em competição, tão necessários ao aprimoramento da participação do homem na sociedade e da sua vida coletiva.

Provê-se também, o alargamento da base da pirâmide, cujo ponto alto são os recordes mundiais.

Na área cultural-planejamos:

— revelar valores humanos existentes, que auxiliem a orientação da ação cultural, tais como:

. participação e formação de coral

. participação na, e com a, escola em apresentações musicais

. participação na e com a escola em:

— datas comemorativas em que haja promoção organizada e não obrigatoria, como: dia do trabalho, dia das mães, festas juninas, dia dos namorados, carnaval, dia dos pais, sete de setembro, aniversario da cidade, dia da criança, natal e 21 de abril.

Será função da Secretaria de Educação, - juntamente com Departamento de Ação Cultural, despertar novas motivações nas comemorações das datas, orientando novas formas de participação coletiva.

Será promovida a participação das crianças na decoração de natal, carnaval e outras datas acima citadas, além de incentivar a:

- participação e formação de teatro amador
- participação em happenings de artes
- realização de programas intensivos de - leitura através de bibliotecas setoriais nas áreas rurais e urbanas
- venda, nas escolas, de material escolar de baixo custo, através da merenda escolar ou da FUBES.
- realização de programas técnicos de assistência profissional às escolas de zona rural, através de equipes de estagiários da ESALQ (Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz), objetivando ensinar técnicas de plantio e de aproveitamento de tempo e de áreas adequadas, - pelas crianças, bem como qualificação - de alimentos e comercialização de produtos agrícolas.

PLANO DE AÇÃO ESPORTIVA

Tendo a saúde do povo reflexo sobre a produção e esta refletindo sobre o seu bem estar, através do salário que está capacitado a perceber, a ação esportiva é de extrema importância para, através de dois níveis (de formação e de informação), agir sobre o homem, garantindo-lhe mais expontaneidade no que realiza.

No nível de formação, serão atingidas as escolas, pois é nelas que está toda a possibilidade de mudança do quadro hoje existente, promovendo-se:-

- preparação da infra-estrutura da CME (Comissão Municipal de Esportes) para receber, a partir de 1970, o pessoal das escolas

- estabelecimento de normas dos testes a serem feitos, com a supervisão dos professores das próprias escolas.

- preparo, redação e orientação à imprensa oficial, visando à produção do folheto básico sobre treinamento esportivo para ser distribuido nas escolas.

Visando à dotação da comunidade dos equipamentos necessários para a realização das atividades esportivas previstas, procuraremos cumprir o seguinte calendário:

março - inauguração da Casa do Esportista

abril - inauguração do Departamento Médico do Esporte Amador

abril - instalação do equipamento para a piscina

outubro - inauguração do equipamento da Rua do Porto (4 quadras e Kartódromo)

dezembro - dependendo de recursos a serem obtidos, inauguração do CEFAM - (Centro de Fisioterapia do Esporte Amador) e alojamentos do Estádio Municipal.

No nível de informação, será atingido, principalmente, o esporte amador, com o cumprimento do calendário que se encontra no anexo III.

DETALHAMENTO DO PLANO

Este plano geral de Ação é detalhado nas páginas seguintes, onde apresentamos nosso programa de trabalho em cada setor específico, à começar do - "plano de Atendimento Regional " que se constitui em instrumento para consecução dos fins almejados, uma vez que é parte da máquina administrativa.

1 - OBJETIVOS

- esvaziar o grande fluxo de pessoas que recorre às repartições municipais, solicitando os serviços centralizados que ela pode oferecer.

- fornecer informação ao nível do solicitante, conhecendo os problemas e peculiaridades de cada bairro.

- orientar mais diretamente o fornecimento dos serviços em duas fases:

1º fornecendo os serviços um dia por semana

2º aumentando o fornecimento dos serviços na medida em que forem mais solicitados.

2 - IMPLANTAÇÃO

O mapa mostrado no anexo 1, marca as - regiões naturais da cidade e principais pontos de concentração (acesso, chegada, partida e comércio) em cada uma delas.

Para cada uma das regiões do tal mapa,- pediremos ao vereador que mais se aproxima da mesma, - que pesquise junto aos comerciantes dos "polos de serviços" uma sala onde possa a Prefeitura Municipal instalar o início dos serviços, gerando, em consequência, grande mercado para o comércio desse polo.

2.1 - Fases -

1a. Fase de implantação (imediata):

- atendimento permanente para reclamações, encaminhamentos, informações e solicitação, com telefone para li

gação direta

pal.

- assistência social uma vez por semana
- assistência médica uma vez por semana
- assistência odontológica uma vez por semana
- assistência jurídica uma vez por semana.
- assistência ao trabalho uma vez por semana.

2a. Fase

assistência social permanente:

- encaminhamento para atendimento médico
- encaminhamento para atendimento de creche.
- encaminhamento de projetos de casas populares.
- encaminhamentos para :- cursos (homens e mulheres)
  - assistência jurídica
  - assistência do trabalho
- visitas e levantamentos na região
- encaminhamento para o Mobral
- encaminhamento para atendimento odontológico
- encaminhamento para atendimento pela - FUBES
- encaminhamento para atendimento pela - COOPERATIVA HABITACIONAL

3a. Fase - ampliação do atendimento permanente.

- formação de processos para a FUBES

- formação de processos para projetos de casas populares.
- recebimento de inscrição de cursos para homens e mulheres
- entrega de guias de imposto não distribuidas na região.
- formação de outros processos.
- caixa de correio
- telefone público e de serviço, selo, - fichas e guias
- encaminhamento para atendimento pelo - INPS
- encaminhamento para atendimento pela Assistencia Social.
- informações sobre encaminhamento de - processos, por telefone.
- orientação sobre atendimentos (programadas e urgentes).

4a. Fase - novas áreas de atendimento:

- policial e viatura
- coleta de impostos
- fornecimento de guias do INPS
- primeiros socorros e ligação com farmacia
- comodato de jornais e revistas
- fiscal de postura e logradouros
- vereador e/ou secretário (s) e/ou prefeito em despachos programados.

PLANO DE ABASTECIMENTO

A interferência no setor de Abastecimento tem como fundamento a necessidade de se promover a melhoria na qualidade e quantidade de produtos alimentícios à disposição da população, a melhoria e diversificação dos locais de distribuição, estímulo a novos centros de produção, como a formação de cinturão verde na cidade e intervenção indireta nos preços dos produtos.

Desta forma, são prioritárias as seguintes atividades para início imediato:

1 - QUANTO AO PROCESSO DE PRODUÇÃO AGRICOLA - Implantação de um cadastro e produtores, para reunião de informações sobre quem produz, o que produz, quantidade da produção e forma atual de comercialização. Será concomitante e imediatamente, iniciado o processo de informação ao produtor sobre as vantagens da - venda direta de seus produtos, através do estímulo - de centros de compras e distribuição a serem implantados sob a coordenação da Secretaria de Abastecimento. Da mesma forma, serão cadastradas as áreas comprovadamente áptas a receber estímulos de produção e que possam ser distribuidas, através de cooperativa, a pequenos produtores, para, com assistencia técnica desenvolvèr-se a produção de hortifrutigranjeiros.

2 - PROCESSO DE DISTRIBUIÇÃO -

Criação imediata de mercados regionais, descentralizando a distribuição hoje realizada apenas pelo Mercado Municipal. As concessões para exploração desses mercados serão estudado tendo em vista a

nedessidade de se manter uma constante fiscalização - de preços e higiene. Da mesma forma, será iniciado imadiatamonte, um re-estudo do sistema de exploração de feiras livres na cidade, revendo-se sua localização, estimulando o consumidor ao uso das mesmas através da qualificação dos produtos nelas distribuidos.

3 - COOPERATIVAS -

Talvez, o aspécto mais importante do Plano do Abastecimento se ligue às possibilidades de um crescente estímulo ao uso das Cooperativas de Consumo por parte da população. Para tanto, as Cooperativas devem funcionar como um Centro de Vendas e como um Centro Educativo da população. E educação, no sentido de busca do melhores produtos alimenticios barateados no custos, melhoria das condições de higiene e saúde, etc. Desta forma, como ação imediata, haverá, por parte da Secretaria de Abastecimento, um direto interesse para utilização da Cooperativa dos Funcionarios Públicos, como modelo de implantação de um sistema de Cooperativas Educativo como especificado. A ação se fará através dos seguintes passos:

1º - Redução dos custos de manutenção da cooperativa, através da eliminação de gastos supérfluos, bem como pelo aumento do número de cooperados.

2º - Redução dos custos dos produtos, através de um estudo complèto sobre as melhores fontes de compra dos produtos, assim como pelo estímulo aos produtores do cinturão verde, criado pela Secretaria de Abastecimento.

3º - Educação do consumidor para a escolha de produtos de melhor qualidade e mais baixo custo, demonstrando, através de um verdadeiro processo educacional-informativo, sobre as qualidades alimentares de certos produtos - (arroz integral, soja, etc), bem como as vantagens da compra de certos produtos de consumo de custos muito inferiores por diferenças de embalagens.

4º - Estímulo à criação de novas cooperativas de consumidores e mesmo de - cooperativas de vizinhos, para aquisição direta no entrepostos.

4 - INDUSTRIALIZAÇÃO DO LEITE -

Estudo de viabilidade para instalação de Usina de Resfriamento do Leite em Ibitiruna, devido às condições de infra-estrutura já existentes e a - interesses já demonstrados por industrias (Nestlê e Vigor), possibilitando o desencadeamento de um processo de estimulo à produção do leite no Município de Piracicaba, com consequente geração de empregos - dos processos industriais a serem implantados.

Tido como uma das metas do II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), em vista das mudanças havidas na politica internacional de combustíveis - do petróleo, os transportes estão em volta, hoje, em todos os níveis, em um processo de critica, tendo em vista a polêmica em torno da racionalização. Integrados no esforço nacional, nossa atenção dirige-se para problemas relacionados com os tópicos seguintes:

1 - desenvolvimento do transporte urbano e metropolitano, com apelo intensivo do transporte de massa e à integração dos meios tradicionais.

- estímulo ao uso do transporte coletivo, até mesmo sob o aspécto psicosocial de integração e convivência entre as pessoas.

Nesse sentido, interessa-nos adequar o transporte urbano de pessoas às condições que a elas sejam mais convenientes a ponto de, realmente, provocar a substituição do transporte individual polo - transporte coletivo.

Três pontos são basicos nesse sentido:

- o usuário, que se exprime nos critérios de tráfegos.
- o empresário, que significa a adoção de processos econômicos.
- a coletividade, que implica em critérios ecológicos.

Estes pontos não se harmonizam espontâneamente, estando mesmo até em constante atrito.

Desses três pontos, parece mais delicado a

substituição do transporte individual pelo coletivo, na medida em que êste não consegue responder a todas as possibilidades individualizadas do outro. Aqui entram alguns critérios a serem levados em conta que reduzem o efeito dessa troca, como:

- CONFORTO - serão levadas em conta as diferenças de classes a serem transportadas, oferecendo-se a cada uma delas serviços adequados às suas exigências, não se esquecendo, no entanto, as dificuldades de movimentação que cada uma delas provoca ou faz.

-VELOCIDADE DE CIRCULAÇÃO - será levada em conta sob vários aspectos, como: integração do sistema, possibilitando-se que, com apenas uma passagem o passageiro chegue, a qualquer lugar por ele atingido, dimensionamento das paradas e linhas, evitando-se - que o passageiro ande - entre a residencia e o local de parada - mais do que 400 a 500 metros.

- ACESSO Á ZONA CENTRAL - hoje já bastante dificultado, pelo número de veículos, com estimativa de piorar sempre mais com aumento do número. - Pesquisa realizada em 1975 (junho), dava já a alarmante cifra de 90.000 veículos chegando e saindo da zona central da cidade diariamente (1), sendo que o número total de veículos da cidade era, de, aproximadamente, 23.000 veículos.

SERVIÇO OFERECIDO ATUALMENTE

É necessário que completemos o retratado até aqui, com uma análise sobre a distribuição atual das linhas de onibus, que mostram as seguintes deficiências;

- distância entre paradas estabelecidas sem critérios de definição, chegando ser de até 100 metros

- nas vias usadas pelo transporte coletivo, ele deve concorrer com o transporte individual ou, no máximo o acompanha.

- as linhas não têm qualquer programação - provocando demora, nos itinerários mais longos (12Km), de até 60 minutos. (para comparação, esse é o máximo tempo necessário para a linha Piracicaba-Rio Claro completar o percurso entre as duas cidades).

- os distritos da cidade são atendidos apenas por linhas intermunicipais e, portanto, não participam e não se compõem na vida diária da cidade quanto às necessidades dos horários dos passageiros.

- a estação central é ponto de parada dos ônibus, quando deveria ser apenas um dos pontos de passagem.

- existem 29 linhas e, portanto, pouco ônibus por linhas (foram consideradas melhores linhas aquelas que circulam em zonas completamente ocupadas da cidade e, portanto, em vias completamente pavimentadas, não tendo sido levadas em conta as condições dos veículos usados que são em geral sempre das piores).

Serviço a ser Implantado - (Sistema Operacional)

Diante do exposto, este plano provê:

1 - Implantação de linhas das zonas exclusivas para bairros classe A.

2 - Identificação das zonas densas da cidade (perímetro formado por ESALQ, Rio Piracicaba, Av.Dr. Paulo de Moraes, Fepasa, Ribeirão Piracicamirim) que exigem atendimento estruturado e integrado, com paradas criteriosas, que permitam ao usuário andar menos que

4 - necessidade de intervalo entre ônibus e menor tempo de viagem possível.

5 - necessidade de humanização e devolução aos pedestres de uma área em que a concorrência entre ele o os automóveis já começa a gerar problemas de espaço, de ruído, de congestionamento e de consumo em excesso de combustível.

Embora fosse, como de início destacamos, colocada como uma das metas do II PND a questão do transporte, tendo em vista, principalmente da dependência - brasileira do transporte rodoviário (72%), quando temos possibilidade, por exemplo, de ligar as 17 principais cidades do Estado de São Paulo (responsavel por 46% da movimentação total do Brasil) (2) por hidrovias, perfazendo apenas a ligação entre elas com meio - de transporte 3 vezes mais barato que o rodoviario (que é o ferroviário), o que temos, no entanto, como herança recebida do passado, é uma estrutura ferroviaria - voltada para as colheitas agrícolas.

Não obstante, para esses aspéctos negativos, não existe explicação, para falta de coordenação global do transporte no nosso Estado de São Paulo, e a última dessas gritantes discordâncias foi a total paralização do ramal feroviário que liga Piracaba ao tronco São Paulo - Santa Fé. Realmente, não sabemos baseados em que, os dirigentes das Ferrovias Paulistas S.A. puderam tomar uma decisão dessas, considerando que nunca estudo nenhum de transporte de carga foi elaborado para, tentar captar a carga que entra e sai da cidade pelo transporte rodoviario que, em 1976, ultrapassou a casa dos 9 milhões de toneladas (3).

O desenvolvimento industrial da cidade, abordado no inicio deste Iº P.A.C. (Plano de Ação Comunitária), mostra que essa situação deve tornar-se mais - alarmante ainda nos próximos anos, com uma total depen-

400 metros entre pontos importantes (de acôrdo com o / fluxo).

3- Implantação na zona dos bairros, de linhas diretamente ligadas ao centro (e/ou às grandes correntes do origem-destino), em torno da zona densa e pontos importantes (de acôrdo com o fluxo).

4- Identificação da zona externa ou eixos de penetração - compreende vias principais de acesso, mais ocupadas do que a regioes próximas, atingindo também os bairros distantes (Santa Terezinha, Vila Fátima e Jardim Califórnia, Jardim Primavera, Monte Alegre, Dois / Corregos, Matão, Vila Cristina, Glebas Califórnia, Distrito Industrial Leste).

5- Racionalização do uso da área Central

Tais intenções têm em vista atender à:

1- solicitações e espectativas diferentes da Classe A

2- tornar o uso de ônibus, na zona densa da cidade, o mais fácil possível, pois é aí que se localiza o maior número de autos particulares da cidade (65%), com a maior redução possível de intervalo entre dois ônibus, ou seja, o menor número possível de linhas com o maior número possível de coletivos.

3- possibilidade do morador dessa região usar o sistema integrado para atingir qualquer ponto da área que deseja, reduzindo o tempo de viagem, nos trechos em que haja grande fluxo de pessoas. (Linhas curtas com o menor tempo possível de circuito), representando / isso o uso de menor número de ônibus e menor intervalo entre eles.

grande absurdo.

Essa situação extende-se também no transporte de passageiros já que a cidade conta como única ligação com as cidades de Campinas e São Paulo (principais polos de atração econômica da cidade) que é o transporte rodoviário.

Cumpre lembrar, em termos estaduais, a possibilidade de ligação que teríamos com as mesmas cidades (e, em São Paulo devemos contar, ainda, a ligação direto ao Metrô, com a possibilidade futura de movimentação em toda cidade) através do Trem Húngaro, que circula no trecho São Paulo-Americana, bastando para isso a simples coordenação de horário entre o "ramal extinto" e aquela linha, o que nunca foi, sequer, tentado.

Cabe lembrar também que o mesmo ramal da FEPASA citado acima (São Paulo - Santa Fé) possui 63 paradas o que com apenas 6 delas continuaria recolhendo 86% do total dos passageiros recolhidos nas 63 paradas (4), podendo os restantes 14% serem recolhidos por - trens regionais, com uma redução de 3 horas no percurso total do tronco. Realmente, parece-nos absurda a idéia de extinção de um ramal sem que estudos possam - comprová-lo e à administração das cidades e às cidades envolvidas não seja prestado qualquer esclarecimento à respeito.

O Plano de ação cultural destina-se a promover um encontro entre o povo piracicabano e a arte, em manifestações mais populares, retirando-se a elitização que impede a participação do homem comum e trabalhador com suas manifestações.

A arte, na sua dimensão maior, deve estar ao alcance de todos e é preciso que haja iniciativas que não privem o homem comum de um acesso normal e espontâneo às realizações culturais. Muitas vezes, as promoções culturais estão voltadas única e exclusivamente a uma classe que faz da cultura um privilégio seu chegando mesmo a impor estilo e conduta próprios, constrangendo e mutilando o acesso do povo, que é a razão da própria existência cultural. A ação cultural estará voltada a este povo, colocando-o em confronto com a arte, propondo-lhe a participação e tornando-o um integrante da sua arte com dignidade e soberania.

Levando-se em consideração que as manifestações culturais serão promovidas por uma Prefeitura Municipal, legítima representante do povo, a ação cultural realizará sempre espetáculos populares, na tentativa de se sobrepor à alienação que hoje marca a vida em grupos, fazendo do homem, um mero agente físico da sua realidade, sem qualquer participação.

Para isso, uma das propostas que colocamos em prioridade será a realização de Mutirão Cultural - constante, semanal se possível, nos mais diferentes bairros da cidade.

Neste mutirão, o participante será o próprio morador do bairro, com os meios mais rudimentares do -

Também serão feitos por este setor:

a) "Press-Releases"

b) Montagens de Documentários

c) Áudio-Visuais

d) Standes

e) Murais

f) Out-Doors

g) etc.

O trabalho dos tres setores será integrado e seguirá as seguintes fases:

- Levantamento
- Restauração
- Planejamento
- Implantação
- Contrôle

Levantamento é o desenvolvimento da pesquisa para explorar o potencial turístico, coletando dados para evidenciar os setores que deverão ser atendidos com prioridades, bem como o aproveitamento do que já existe.

Restauração objetiva reparar locais turísticos, para melhor acolher os visitantes, dando ao local uma imagem de preservação.

Planejamento evidenciará a melhor forma de aproveitamento dos potenciais existentes, seguindo um cronograma pré elaborado, obedecendo sempre às prioridades do atendimento.

Implantação utilizará os recursos da ASSETUT (Assessoria de Turismo), ao mesmo tempo, criará o

incentivo e o espírito receptivo para empresas privadas que venham a se interessar pela região de Piracicaba.

Controle será feito pela ASSETUR, com a colaboração de outras Secretárias, para que possa ser desenvolvido um trabalho perfeito.

V - CONCLUSÃO

A Administração João Herrmann Neto está perfeitamente convencida do que não será das mais fáceis o trabalho de concretização deste seu Plano de Ação Comunitária. A tarefa será das mais árduas principalmente porque a disponibilidade de recursos financeiros por parte dos cofres municipais, não é grande o suficiento para que se decrete a execução e se reuna os recursos em que tal decreto venha implicar.

Contudo, a situação financeira em que se encontra o Município foi levada em consideração desde a discussão das primeiras idéias sobre um "Plano de Governo" e, pode-se afirmar com toda ênfase, esta situação influenciou, direta o realmente, em favor da adoção deste Iº P.A.C.". Por isso mesmo, este Plano de Ação Comunitária não está voltado para a realização de grandes obras de construção civil, como alguns poderiam imaginar. Ele é, na verdade, um programa de maximização de recursos já disponíveis, de subordinação destes recursos às necessidades do homem e uma tentativa de aumentar as disponibilidades através da sensibilização de forças externas ou internas ao Município que estejam afinados com a intenção de se efetivar, de fato, a promoção humana e que queiram dar sua colaboração para que isto seja feito em Piracicaba.

A tarefa é ainda difícil em razão da sua complexidade, dos diversos conceitos sustentados por diferentes grupos da comunidade humana, cada um querendo fazer prevalecer sua própria concepção.

Nós temos a certeza de ter considerado o "desenvolvimento" e, inserido nele, como seu agente, a pessoa humana, da maneira como a fariam aquelas pessoas os estudiosos, os políticos e todas as demais classes, interessadas, sem distorções, no bem-estar do homem, como indivíduo e como o ser social por excelência, que só se realiza plenamente quando integrado na sua comunidade.

manifestações artísticas, mas suficientes para saber o quanto é importante realizar esta manifestação.

O mutirão será coordenado por vários elementos incumbidos de uma missão artística, procurando prover a arte quase que espontâneamente, procurando levantar, anteriormente, recursos no próprio bairro.

Teatro, Música, Jogos, Banda, Repentistas, serão elementos que comporão a estrutura do Mutirão,- sempre itinerante, sempre convidativo, acreditando no povo e na sua incrível capacidade de assimilação.

ELEMENTOS AUXILIARES E COMPLEMENTARES

Paralelamente, será intensificado o uso da Pinacoteca -
Arquivo de arte piracicabana, ela guarda o grande patrimônio histórico que conta parte da vida e da tradição da cidade. Será levada aos lugares de maior acesso,- para que a maior parte possível da população tome conhecimento dela.

Trabalharemos ainda na conclusão do Teatro,- Obra em andamento,que oferecerá grandes recursos a exposições abertas e livres para a população, bem como - espetáculos e realizações a nível de "praça fechada",- que realmente ele é.

Traremos a Piracicaba elementos de expressão nacional das artes plásticas contemporâneas, com condições de juntar a si os elementos fundamentais para o desenvolvimento de programas de renovação da atual perspectiva de criação expontânea e de popularização das artes na

Prioritariamente, a Assessoria Municipal de Turismo visa realizar, de forma racional, um levantamento das condições atuais dos locais turísticos existentes no município de Piracicaba, para que, posteriormente, dentro de um cronograma de trabalho, sejam efetivadas:

- Restaurações
- Planejamentos
- Implantações
- Controle

Isto realizado, dará à Assessoria de Turismo condições para:

a) Manter sempre preservados os nossos locais turísticos.
b) Criar novas opções de lazer
c) Encromentar a vinda de empresários ligados a setores turistícos para o municipio.

O Trabalho no Setor de Turismo será orientado em tres linhas:

- Pesquisa e Planejamento
- Documentação e Informática
- Intercâmbio e Divulgação.

O Setor de Pesquisa e Planejamento funcionará com um grupo de colaboradores que farão pesquisas de campo, observando problemas e sugerindo soluções. Logo após, virá uma equipe de restauração dos locais,

cidade, dando nova visão e participação de elementos emergentes das comunidades do bairro.

Promoveremos a formação de corais e atividades expontâneas nos bairros, em conjunto com o mutirão que estará, em cada fim de semana, em um bairro da cidade, contando com entidades já existentes, como a Escola de Música - de Piracicaba, a Banda da Guarda Mirim e a Banda União Operária

dirigindo seus trabalhos em conformidade com a orientação dada pelo setor.

É incumbência deste setor:

a) Pesquisar os potenciais Turísticos da cidade

b) Determinar os sistemas de controle dos-- ses locais

c)Realizar operações e levantamentos

d)Realizar estatística e Planejamento

e) Sugerir locais para serem fotografados

f) Avaliar locais e promoções

g) Disciplinar a exploração de novas fontes

O Setor de Documentação e Informática acompanhará as pesquisas, solicitando dos setores competentes:

a) Mapas estatísticos e geográficos

b) Documentos Históricos e atuais

c) Levantamentos Bibliográfico e fotográfico

Paralelamente a estas atividades, o Setor - se incumbirá de:

a) Hemerotéca

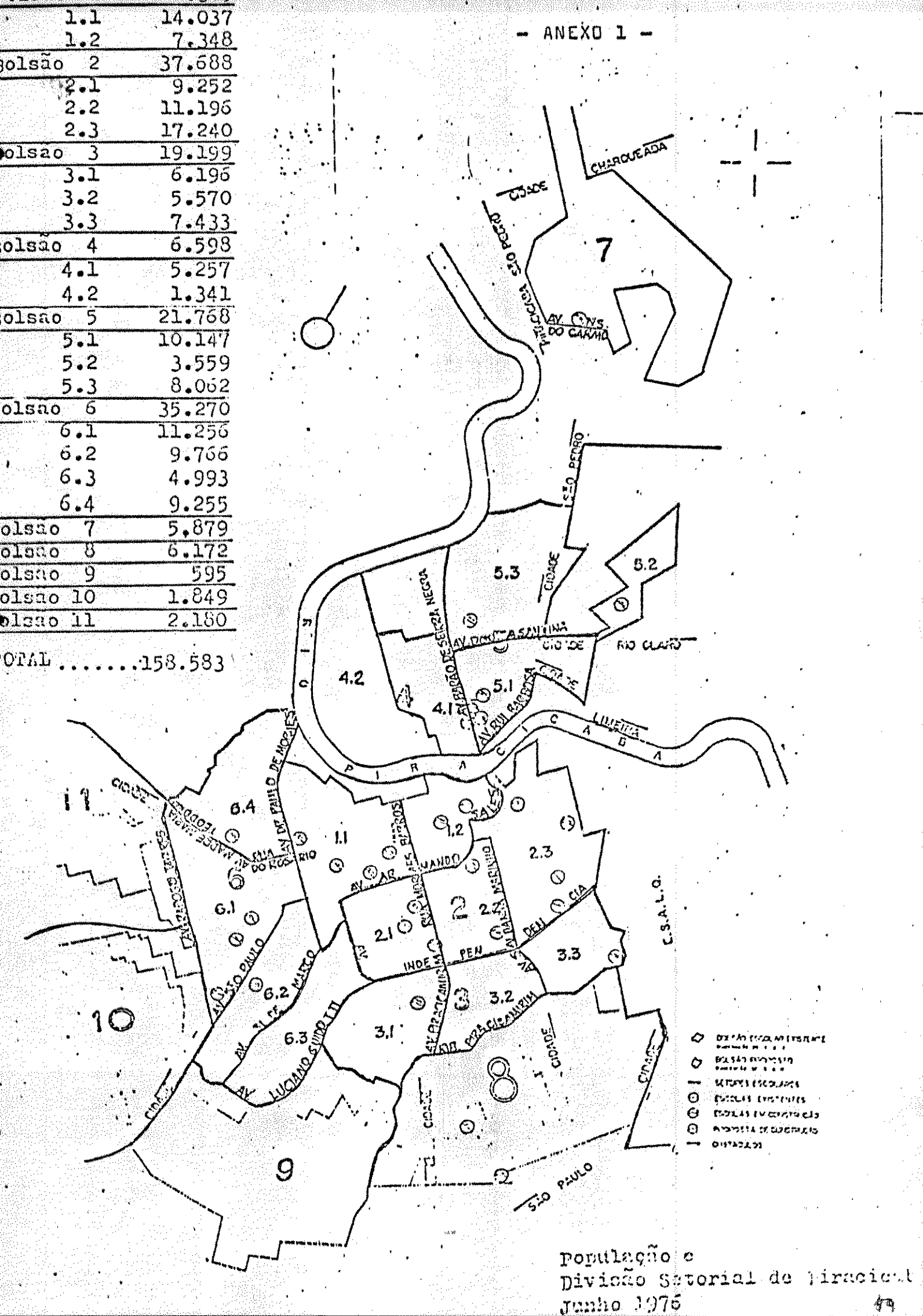
b) Arquivo de filmes, discos, cassetes

c) Registro de dados turísticos.

O Setor de Intercâmbio e Divulgação trabalhará com as informações obtidas no setor de Documentação e Informática.

Deverá manter este setor troca de informa-- ções com entidades turísticas do Estado e do País. Para tanto, deverá haver um departamento de arte, confeccionado "Lay-Outs" de catálogos e revistas promocionais.

	1.1	14.037
	1.2	7.348
golsão	2	37.688
	2.1	9.252
	2.2	11.196
	2.3	17.240
olsão	3	19.199
	3.1	6.196
	3.2	5.570
	3.3	7.433
olsão	4	6.598
	4.1	5.257
	4.2	1.341
olsão	5	21.768
	5.1	10.147
	5.2	3.559
	5.3	8.062
olsão	6	35.270
	6.1	11.256
	6.2	9.766
	6.3	4.993
	6.4	9.255
olsão	7	5.879
olsão	8	6.172
olsão	9	595
olsão	10	1.849
olsão	11	2.180
OTAL		158.583

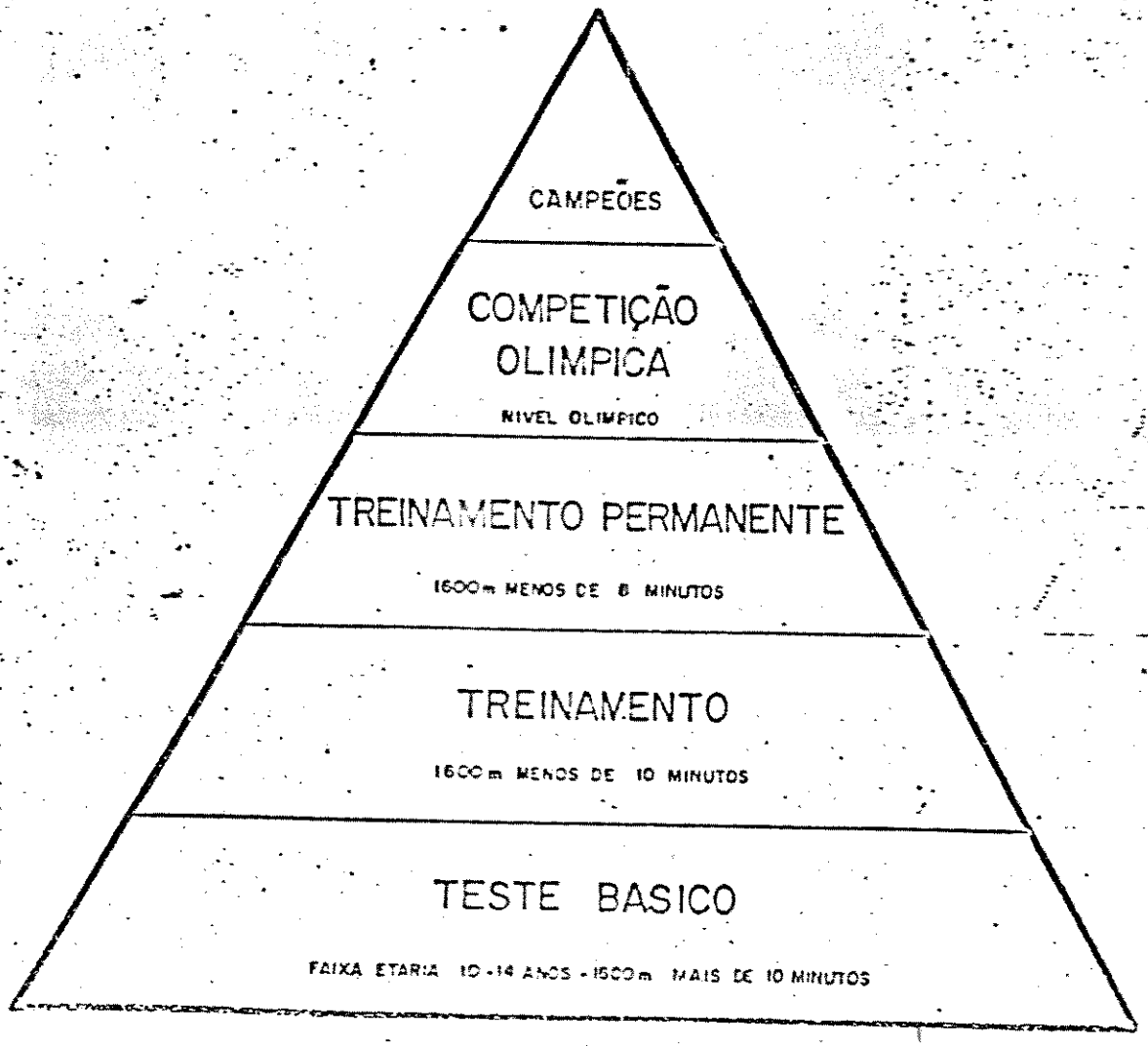

7
5.3
5.2
4.2
4.1
5.1
6.4
1.1
1.2
2.3
6.1
2.1
2.2
3.3
6.2
3.2
6.3
3.1
11
10
9
8
CHARQUEADA
AV. DOM CASMURRO
AV. RUI BARBOSA
AV. LUCIANO SUPLICY
AV. SÃO PAULO
AV. INDEPENDÊNCIA
AV. PEN
AV. MARECHAL MASCARENHAS DE MORAES
AV. PRESIDENTE VARGAS
AV. PRESIDENTE KENNEDY
AV. PRESIDENTE CASTELO BRANCO
AV. PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK
AV. PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS
AV. PRESIDENTE TANCREDO NEVES
AV. PRESIDENTE ARTUR DA COSTA E SILVA
AV. PRESIDENTE MÉDICI
AV. PRESIDENTE ERNESTO GEISEL
AV. PRESIDENTE JOÃO BATISTA FIGUEIREDO
AV. PRESIDENTE JOSÉ SARNEY
AV. PRESIDENTE FERNANDO COLLOR DE MELLO
AV. PRESIDENTE ITAMAR FRANCO
AV. PRESIDENTE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
AV. PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
AV. PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF
AV. PRESIDENTE MICHEL TEMER
AV. PRESIDENTE JAIR BOLSONAR

- ANEXO 2 -

PLANO DE AÇÃO ESPORTIVA

FASE

ALUNOS



ANEXO III

COMISSÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

CALENDÁRIO DE REALIZAÇÕES
E PROMOÇÕES ESPORTIVAS

MARÇO/77 -

- Inauguração da "Casa Esportiva"
- Instalação de Departamento Médico da C.M.E.
- Primeira Competição - Preparação de Mirins e Petiz - Natação.
- Primeira Competição - Preparação de Aspirantes - natação.
- Campeonato Aberto de Damas nos Clubes
- Campeonato Infantil de Xadrêz
- Torneio de Tênis de Mesa Inter-grupos escolares
- Torneio de Tênis de Mesa Inter-colegial
- Início das Escolinhas de Basquetebol, Voleibol, Atletismo, Xadrêz, Damas e Tênis de Mesa, nos Centros Comunitários e Clubes Esportivos.
- Organização das Manhãs de Recreio
- Estudos dos Convênios com os Clubes e a Comissão Municipal de Esportes.
- Departamento Autonomo de Basquetebol XV de Novembro, Clube de xadrêz de Piracicaba, Associação Atlética - BANESPA de Piracicaba, Academia de Judô Mubarack, - Clube de Paraquedismo de Piracicaba, Liga Piracicaba

na de Futebol, Clube de Campo de Piracicaba.

ABRIL/77 -

- Jogos Escolares Paulista de Basquetebol Infantil Masc. e Fem.
- Jogos Escolares Paulista de Basquetebol Juvenil Masc. e Fem.
- Jogos Escolares Paulista de Natação Infantil Masc. e Fem.
- Jogos Escolares Paulista de Natação Juvenil Masc. e Fem.
- Jogos Escolares Paulista de Natação Infantil Masc. e Fem. Reg.
- Jogos Escolares Paulista de Natação Juvenil Masc. e Fem. Reg.
- Campeonato Piracicabano de Pedestrianismo
- Campeonato Piracicabano de Ciclismo
- Travessia do Piracicaba à Nado.
- 1º Festival de Skate
- Campeonato Aberto do Interior de Tênis de Campo
- Campeonato Colegial de Tênis de Mêsa.
- Manhã de Recreio no Bairro São Pedro
- Torneio de Judô com a Participação de todos os Clubes e Academias do Piracicaba.

MAIO/77

- Jogos Escolares Municipais de Basquetebol Masc.e Fem.
- Jogos Escolares Municipais de Voleibol Masc. e Fem.
- Jogos Escolares Municipais de Natação Masc. e Fem.

- Jogos Escolares Municipais de Atletismo Masc. E Fem.
- Jogos Escolares Municipais de Ginástica Olímpica Masc. e Fem.
- Jogos Escolares Paulista de Atletismo Infantil Masc. e Fem.
- Jogos Escolares Paulista de Atletismo Juvenil Masc. e Fem.
- Troféu Estímulo de Basquetebol
- Troféu Estímulo de Atletismo
- Campeonato Piracicabano de Pedestrianismo
- Campeonato Piracicabano de Ciclismo
- Campeonato Infantil de Futebol de Salão
- IIº Campeonato de Futebol de Campo - Mascote
- Torneio dos Trabalhadores
- Festival de Velocidade
- Passeio Ciclistico
- 1º Torneio de Natação - Aspirantes
- Campeonato Piracicabano de Damas
- Festival de Aeromodelismo
- Campeonato Juvenil de Xadrêz
- Campeonato de Xadrêz - 2a. categoria
- Simultânea de Xadrêz
- Escolinha de Xadrêz
- Torneio Inter-Clubes de Tênis de Mesa
- Campeonato do Interior Individual de Tênis de Campo

JUNHO/77 -

- Campeonato Piracicabano de Pedestrianismo
- Campeonato Piracicabano de Ciclismo
- Campeonato Juvenil de Futebol de Salão

- Festival de Saltos de : Altura, extensão e triplo
- Campeonato Colegial Aberto de Xadrêz
- Torneio Regional de Tênis de Mêsa
- Campeonato Piracicabano de Boche
- Manhãs de Recreio Piracicamirim

JULHO/77 -

- Prova Ciclistica 09 de julho, em São Paulo
- II Campeonato de Futebol de Campo Mirim
- Festival de Arremêsso de: Peso, Dardo, Disco e Martelo.
- Campeonato Interno de Aeromodelismo
- Simultânea de Xadrêz
- Participação nos Jogos Regionais em todas as modalidades.

AGOSTO/77 -

- Jogos Escolares Paulista de Voleibol Mirim Masc.e Fem.
- Jogos Escolares Paulista de Voleibol Infantil Masc. e Fem.
- Jogos Escolares Paulista de Voleibol Juvenil Masc. e Fem.
- Jogos Escolares Paulista de Atletismo Mirim Masc. e Fem.
- Troféu Estímulo de Xadrez
- Troféu Estímulo de Tênis de Mesa
- Troféu Estímulo de Voleibol
- Campeonato Piracicabano de Pedestrianismo
- Campeonato Piracicabano de Ciclismo
- II Competição de Natação - Preparação Infanto-Juvenil

- Competição Aberta de Aeromodelismo
- Campeonato Aberto de Xadrêz
- Torneio Aberto de Tênis de Mesa - Aniversário da Cidade
- Torneio Regional de Tênis de Mesa
- Campeonato Aberto de Clubes e Colégios de Tênis de Campo
- Torneios Especiais em comemoração ao Aniversário de Piracicaba (Nas mais diversas modalidades).

SETEMBRO/77 -

- comemorações da Semana da Pátria
- JOGOS ABERTOS DO INTERIOR - Participação em todas as modalidades
- Troféus Estímulos e Bandeirantes - disputas nas diversas modalidades.
- Operação Juventude
- II Taça de Piracicaba de Futebol de Salão
- Campeonato Piracicabano de Pedestrianismo
- Campeonato Piracicabano de Ciclismo
- II Competição de Natação - Preparação de Aspirantes
- Iº Festival Piracicabano de Ginástica Olímpica
- Simultânea de Xadrêz
- Campeonato Inter-Clubes de Tênis de Campo

OUTUBRO/77 -

- II Campeonato de Futebol (Dentão)
- SEMANA DA CRIANÇA - Jogos Infantis de Basquetebol, Voleibol, Atletismo, Natação, Futebol de Campo, Judô, Ginástica Olímpica, Damas, Tênis de Mesa e Xadrez.

- Troféus Estímulos e Bandeirantes - Disputas das diversas modalidades.
- Campeonato Piracicabano de Pedestrianismo
- Campeonato Piracicabano de Ciclismo
- Campeonato de Xadrêz - 1a. Categoria
- Campeonato Individual do Interior de Tênis de Mêsa
- Torneio de Verão - Cat. Juvenil de Tênis de Campo

NOVEMBRO/77 -

- Simultânea de Xadrêz, que será realizada em Praça Pública
- Organização da Eliminatória da São Silvestre
- Preparação e Organização dos Melhores Atletas do Ano
- Levantamento Estatístico dos números de crianças que participaram dos Centros Comunitários das Escolinhas e funcionamento da Piscina.

DEZEMBRO/77 -

- Simultânea de Xadrêz
- Campeonato de duplas de Tênis de Campo da Cidade
- Entrega de prêmios aos melhores do ano de Piracicaba
- OBSERVAÇÃO:

No transcorrer do Ano a Comissão Municipal de Esportes irá oferecer a todos os Clubes que mantem convênio, transportes para os Jogos Oficiais das - respectivas Federações, que estará vinculado.

PAC II

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA

PROGRAMA DE AÇÃO COMUNITÁRIA — 1981

ADMINISTRAÇÃO JOÃO HERMANN NETO

"Acreditamos que o povo organizado, consciente e participante encontra seus próprios caminhos. Que o papel do aparelho de estado municipal e seu poder local deva estar subordinado aos interesses das maiorias, a seus anseios e direitos, proporcionando o encontro de uma sociedade mais justa e melhor".

Maio de 1981,
João Herrmann Neto
Prefeito Municipal

Para você, Jô
votos que bons ventos
tragam muitos
anos para
escrever.
Beijos
Saudades
19/08/81

Fernando Sabino

1981

PRC I
Neidson
Paulo Roberto
FHN.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA

COMUNIDADE E GOVERNO TRAÇANDO NOVOS CAMINHOS

PROGRAMA DE AÇÃO COMUNITÁRIA-II 1981

CAPA

"Cortadores de Cana", de Joca Adâmoli

PREFEITO MUNICIPAL

João Herrmann Neto

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Arnaldo Arzola Woltzenlogel

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Barjas Negri

COORDENADORA DO BEM ESTAR SOCIAL

Elisabeth Sabino Jordão

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Euclésio Boscariol

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS E PATRIMÔNIO

Florivaldo Coelho Prates

PRESIDENTE DO IPASP

Henrique Schmidt Filho

ASSESSOR DE INFORMAÇÕES

João Maffeis Neto

GRÁFICA ASSEMBLEIA DE INFORMAÇÃO

GERENTE DO PROGRAMA CURA

Antonio Celso Duarte

GERENTE DO PROGRAMA DE CIDADES MÉDIAS

Flávio Nascimento

GERENTE DO PROGRAMA MUNICIPAL DE ABASTECIMENTO — PMAb.

Gabriel Ferrato dos Santos

GERENTE DO PROGRAMA DE EMBELEZAMENTO DE PIRACICABA — PEP

Maria Cláudia Ranzani Herrmann

GERENTE DO PROGRAMA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO — PMH

Paulo Augusto Romera e Silva

GERENTE DO PROGRAMA DE SISTEMAS DE TRANSPORTES URBANOS — GESTU

Pedro José Silveira Lara

COORDENADOR DE AÇÃO CULTURAL

José Antonio Carlos David Chagas

COORDENADOR DE ESPORTES

José Eduardo Mello Ayres

COORDENADOR DE TURISMO

José Carlos Couto

PRESIDENTE DO SEMAE

José Sérgio Guidotti Alves

ASSESSOR JURÍDICO

Luiz Antonio Abrahão

CHEFE DO GABINETE CIVIL

Luiz Mattiazzo

SECRETÁRIO EXECUTIVO DO CEMUPLAN

Luiz Nelson Scarpari

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS R

Paulo Alcides Bortoletto

COORDENADOR DE TRANSPORTES

Walter Antonio Cancilieri

SUMÁRIO

PAC — II

I — Introdução 7

II — Necessidade do PAC — II 9

II.1 — O primeiro PAC e sua influência na Administração Municipal 9
II.2 — Metas e instrumentos do PAC I 11
II.3 — Responsabilidade da administração municipal 13

III — Diagnóstico 16

III.1 — Introdução 16
III.2 — Visão geral do município 17
III.3 — Os bens e serviços e os interesses históricos da comunidade 19
III.4 — As organizações sociais de bairros 21
III.5 — Atuação política da administração 22
III.6 — Conclusões 23

IV — Diretrizes 24

V — Um compromisso Político: a reconstrução do futuro 26

Uma das questões mais complexas no atual quadro político-institucional brasileiro é a de estabelecer os limites e fins da administração municipal. Seja pelo nível de centralização administrativa, de recursos, hoje polarizados pelos órgãos Federais de Planejamento, seja pela desestruturação política nacional, o município, enquanto a célula básica de vida nacional, constitui-se hoje num "local de fuga" e não num local de convergência das decisões.

Isso acaba por colocar sobre os ombros de uma administração consciente de sua tarefa política a necessidade de delinear os rumos de sua ação, quase que como confronto com a linha média das ações de outros governos municipais. Por isto antecipando as considerações sobre a linha de ação deste governo municipal, julgamos imprescindível definir previamente o caráter político da administração em geral e a posição assumida, de forma particular, pela atual administração de Piracicaba.

O Governo Municipal, conforme tem expressado inúmeras vezes, entende que o aspecto político detém o conteúdo prioritário da definição do comportamento dos dirigentes locais e que, conseqüentemente, o papel do setor público não pode ser analisado em si, apenas por aquilo que produz, mas acima de tudo pela orientação da administração, quando se adota como referência os interesses das classes, camadas e grupos que compõem a comunidade.
Diante dessa concepção admite que, pelo menos, as três seguintes proposições básicas devem ser observadas na fixação das diretrizes:

a) — existe uma estreita relação entre os bens e serviços realizados pelas administrações locais e os interesses históricos das classes, camadas e grupos que compõem a comunidade.

b) — a participação da comunidade, através das suas organizações, no processo de decisão e de realização dos bens e serviços, representa condição necessária para que as transformações da cidade ocorram segundo os interesses das grandes massas, especialmente os assalariados. Além disso, para que sejam privilegiados, acima de tudo, os interesses sociais, é preciso que esse processo seja considerado, permanentemente, como meio de promover a mobilização, organização e a conscientização política da comunidade, principalmente do seu papel histórico na definição e no encaminhamento de seu próprio destino.

c) — finalmente, não esquece que também existem normas técnicas que devem regular o crescimento das cidades. Nesse sentido, o crescimento das cidades exige, a partir de certos níveis e em função das condições locais, mudanças qualitativas nas técnicas para elaboração e distribuição dos bens e serviços necessários à população, em decorrência do aumento quantitativo da demanda desses bens e serviços. Em outros termos, à medida em que se verifica o aumento das necessidades, seja das existentes, seja de demandas futuras, as possibilidades de atendimento, a partir de certo momento, conforme as peculiaridades locais, estão condicionadas ao emprego de novas técnicas, mesmo que se pretenda apenas a manutenção dos níveis percentuais de oferta existentes.

Portanto, esta administração está consciente de que não deve existir oposição entre as exigências técnicas da ação governamental e as determinações de natureza política, mas sim um necessário entrosamento. Tal entrosamento se dá quando a determinação política, originada na vontade da população, encontra sua forma de viabilização no trabalho técnico.

Em decorrência dessas posições, o governo admite que o caráter político e técnico da administração deve ser fixado em função dos seguintes elementos:

1. pela orientação dada quanto à participação dos diversos setores sociais no processo administrativo, analisando-se esse processo em função da mobilização, da organização e da conscientização das comunidades.

2. pela avaliação, através da população local, do sentido dos benefícios dos bens e serviços. Essa avaliação será tanto mais completa quanto maior for o nível da participação da população na determinação das prioridades.

3. pela diretriz seguida, no trabalho de obtenção dos instrumentos legais dos recursos necessários à consecução dos objetivos, e das formas de atuação sobre as prioridades estabelecidas.

II — IDÉIAS DIRETRIZES DO PAC-II

II. 1 — O PRIMEIRO PLANO DE AÇÃO COMUNITÁRIA E SUA INFLUÊNCIA NA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Ainda no período da campanha eleitoral de 1976, o então candidato a Prefeito de Piracicaba, JOÃO HERRMANN NETO convocou uma equipe para traçar as diretrizes globais para a Administração Municipal no período 77-81. Tais diretrizes deveriam ao mesmo tempo nortear a campanha eleitoral e a ação político-administrativa a ser desenvolvida após a posse.

Segundo a orientação então exposta, a administração municipal deveria tomar por referência, em primeiro lugar, a manifesta necessidade da população; e em segundo lugar, a ação do governo municipal deveria se converter num repto às administrações públicas dos últimos anos no Brasil, consolidando uma ação democrática que devolvesse ao povo a capacidade de participar da vida política e de decidir sobre os destinos de sua cidade. De posse de tal orientação a equipe sentiu a necessidade imperiosa de realizar, ainda que com precariedade, uma ampla consulta às diversas camadas sociais da cidade de Piracicaba, na esperança de encontrar na manifestação dessas camadas, a direção e a orientação para as ênfases a serem imprimidas pela administração.

Além dessa pesquisa de conjuntura realizada, promoveram-se reuniões com grupos de estudantes, professores, representantes de associações de bairros, assistentes sociais, exame das observações críticas na imprensa, participação, reuniões com a população, tudo com o objetivo de captar a direção dos reclamos e das exigências populares.

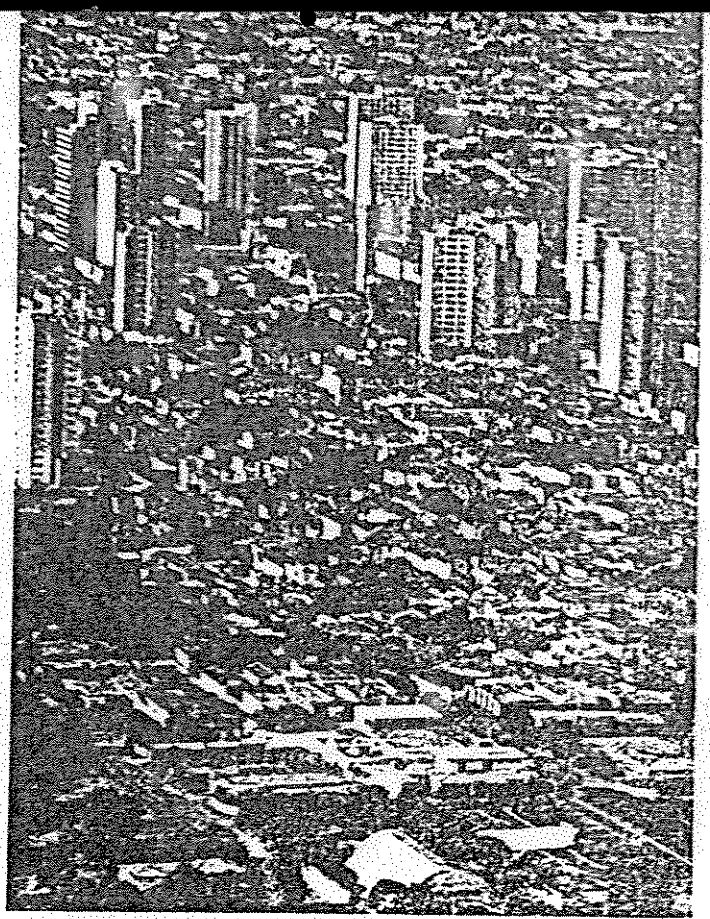
A sondagem deixava evidente que à Administração Municipal, desde que se obrigasse a ação comprometida com a grande maioria da população da cidade, não restava alternativa: deveria dirigir suas ênfases, seus programas prioritários e os recursos públicos para o atendimento das necessidades sociais que tendam a se agravar ao lado do progresso industrial da cidade. Tais necessidades se revelavam pelo nível de apreensão dos cidadãos com a queda da qualidade de vida na cidade representada pelo crescimento da população, pela destruição das áreas verdes, pelo crescimento da insegurança individual e coletiva, pela expansão das favelas, pela desorganização da vida urbana, precariedade do transporte coletivo, encarecimento dos alimentos, carência de serviços de saúde deficiência da rede escolar para atender ao crescimento da demanda, principalmente nos bairros periféricos, perda da memória cultural da cidade, perda do

Manifestara igualmente a população uma certa apreensão pela necessidade de se manter uma imagem agradavel da cidade, através da conservação das vias públicas, dos parques e jardins, diversificação das áreas de lazer e recreação. Louvava a iniciativa de se implementar o processo de industrialização na cidade mas reclamava uma ação imediata do poder público no sentido de que os benefícios de desenvolvimento industrial não fossem anulados pelos malefícios do desordenado crescimento da cidade e pela perda do bem-estar social da comunidade, que deve se constituir em dever primeiro do administrador municipal e que esses mesmos benefícios não fossem voltados unicamente aos privilegiados, mas que atingissem setores mais abrangentes da população.

Tal constatação da vontade coletiva, representou para a equipe encarregada de elaborar as diretrizes do governo apenas a confirmação do que de certa forma já estava consubstanciado no programa do Partido que então dava sustentação à campanha: o MDB. O programa do Partido acentua a necessidade do governo, como representante máximo dos interesses da maioria da população, de inverter com urgência o enfoque da administração pública: após tantos anos de acentuados benefícios aos setores industriais, aos grandes grupos econômicos, aos setores imobiliários, a população requer agora que o poder público se comprometa com as suas necessidades ampliadas. Os custos sociais do desenvolvimento econômico e industrial não podem continuar sendo pagos apenas pelas camadas menos privilegiadas da sociedade. E a única forma que as camadas sociais menos privilegiadas têm de intervir socialmente na distribuição dos lucros do desenvolvimento, bem como nos custos do desenvolvimento, é através de governos que desenvolvam políticas públicas voltadas para tais setores da sociedade.

Assim, o Administrador Público, especialmente de nível municipal, comprometido politicamente com tais camadas, não cabe outra iniciativa a não ser a de dar forma a tais carências através de ação organicamente articulada com a manifestação da população.

Tais princípios aliados às exigências da comunidade piracicabana deram origem ao PLANO DE AÇÃO COMUNITÁRIA: PAC I-1976. Caberia, uma vez identificadas as exigências da comunidade, encontrar a forma de sua execução.



econômicos, que sempre pressionaram o poder público e o amarraram a seus interesses, e uma nova coerência com a orientação política da administração que passava a considerar as reivindicações não um fim em si, mas como um meio para mobilização, organização de conscientização das massas. Desta forma, desenvolveu-se um esforço no governo, através de deslocamento do governo municipal (Prefeito, Secretários e Técnicos) para os bairros, além de uma Ação Comunitária através da Coordenadoria do Bem-Estar Social, no sentido de organizar e reforçar as organizações de bairro e profissionais que pudessem representar os interesses mais diretos da população. Enfim, uma administração que tendesse a inverter a política de atendimento dos interesses das classes.

De outro lado, impunha-se igualmente uma reformulação do sistema institucional de arrecadação de recursos (Impostos e Taxas), exigindo a reforma da Lei Tributária de Piracicaba, para que a Administração pudesse obter os recursos necessários à implementação dos programas públicos, tanto pela redução dos gastos públicos em forma de benefícios a grupos empresariais já beneficiados com leis de isenções fiscais, quanto pelo crescimento da taxação aos mais privilegiados da cidade.

Tal esforço da administração, incompreendido às vezes, combatido freqüentemente pelos setores tradicionais que sempre foram os grandes beneficiários da administração pública e que agora sentiam a perda das suas benesses, criaram igualmente dificuldades à concretização dos planos. Porém, em nenhum momento se negociaram os princípios políticos que norteiam o governo. Reconhecemos que hoje a população pode sentir que a Administração Municipal de Piracicaba cumpriu a direção a que se propôs e se constitui em um exemplo na transformação da sociedade brasileira. A direção da ação pública hoje se destina de modo consciente e seguro ao atendimento das exigências da comunidade. É por isto, o PMDB, sucedâneo e herdeiro do MDB, se constitui em Partido não "apenas capaz de propor programas de governo vinculados à realidade", mas com um exemplo a oferecer. O PMDB tem o que mostrar: uma administração que, sem se descuidar da parte física da cidade, oferece políticas públicas de alto cunho social, representativo dos interesses manifestos pela maioria da população.

reorganizando propostas, pode reelaborar seus planos para os próximos dois anos, tentando pelo menos responder com um trabalho social à violência política imposta pelo governo federal ao impedir a livre manifestação do povo nas eleições de 1980. Propomos, pois, à população a extensão do Plano de Ação Comunitária, que pretendemos agora denominar de **PLANO DE AÇÃO SOCIAL DO GOVERNO (PASG)**, e que representa um aprofundamente na concepção de governo municipal e um melhor delineamento nas metas e programas que serão implementados nos próximos dois anos.

PAC II

O PAC-II desta forma parte da experiência anterior, engloba os seus aspectos positivos, revê os setores não realizados, garantindo um novo plano de execução àqueles novamente viabilizados, e agora reforçados, como o Plano de Transportes Coletivos, o Plano de Abastecimento e a ampliação do atendimento das áreas sociais, consideradas prioritárias para a população, como o aprofundamento do enfoque do bem-estar social, da cultura, do lazer e recreação, da saúde pública, da Educação e da Habitação Popular.

Esporte, cultura, lazer
Abastecimento
Transporte
Turismo
Agricultura
Atendimento regional
Ação educativa

municipal apresentou logo após sua posse, as diretrizes básicas para a ação do governo municipal, através do que já se convencionou denominar de PAC I.
PAC I não tinha as pretensões de se apresentar como um programa acabado e detalhado de governo. Procurava delinear os rumos do governo e, principalmente, demonstrar publicamente as intenções e as prioridades que se abriram para a direção da administração municipal no próximo quatriênio.
Foram definidas áreas prioritárias para a intervenção municipal, consubstanciadas em políticas de ação que permitiu o estabelecimento de metas e programas. As áreas prioritárias para a ação do governo passaram a contar com recursos próprios imediatos ou com atribuições específicas de setores da administração (especialmente a Assessoria de Informações e o Escritório de Planejamento), para viabilizar os recursos e as diretrizes para tais setores. Desta forma, foram consideradas prioritárias as áreas da EDUCAÇÃO, CULTURA, ABASTECIMENTO, BEM-ESTAR SOCIAL, SAÚDE, TRANSPORTES, LAZER E HABITAÇÃO. O trabalho a ser desenvolvido deveria ser orientado de acordo com a visão política do governo, ou seja considerar que a dimensão central da direção política da administração, deveria estar conforme o entendimento de que a realização dos bens e serviços constituem meio para a mobilização, organização e conscientização política das grandes massas. E isto envolvia necessariamente um esforço e um aprendizado, pois o poder público está acostumado a direcionar suas atividades para as grandes obras públicas de grande efeito eleitoral, mas de duvidoso efeito social.
Era necessário agora, sem abandonar as exigências das obras públicas, disciplinar a ação do governo e a expectativa das parcelas tradicionalmente beneficiárias da ação governamental para as novas metas que se delineavam.
Algumas exigências se colocavam a nível político e a nível administrativo. A nível político, para que a Administração não se convertesse em instituição paternalista, de estilo populista, que o Administrador não fosse o beneficiário da população, e sim que se demonstrasse apenas estar a serviço dela. E a nível administrativo, com fortes repercussões políticas, era necessário reorganizar a Administração e a própria política de arrecadação de recursos públicos para que se começasse a implementação de uma política tributária a mais justa possível.
Impunha, portanto, duas diretrizes fundamentais: a primeira era a ênfase para as organizações populares (associações de bairro, comitês de cidadãos, Órgãos

controle de preços), o Estado (representado em seus vários níveis do nível Federal ao nível municipal), cada vez mais se vê responsabilizado pelo atendimento e pela resposta às necessidades coletivizadas.

Deve-se lembrar também que o município se constitui, além de unidade de bens e serviços na moderna sociedade, no lugar privilegiado da reprodução das relações sociais, das relações de produção e da reprodução da força de trabalho de um sistema de produção. É nele que se dá a reprodução da vida (crescimento demográfico), e a reprodução da força de trabalho (crescimento numérico da força de trabalho disponível e ativa, formação, preparação e aperfeiçoamento da mão-de-obra, bem como das garantias necessárias à tal reprodução qualitativa, tais como educação, saúde, alimentação).

Desta forma, o Município não é apenas um lugar de produção econômica e da oferta de serviços. É essencialmente a principal unidade de produção econômica bem como da produção das condições essenciais a tal produção. Concentra-se nele cada vez mais a população, fazendo com que ele seja igualmente o lugar privilegiado das relações sociais, das relações culturais, da formação da cidadania e da formação da consciência histórica dos cidadãos. Logo, é o lugar por excelência da ação política. O administrador municipal deve estar atento para estas novas relações históricas da vida moderna, especialmente naqueles municípios, que como o de Piracicaba, recebem o influxo do avanço do modo de produção capitalista na forma industrial e monopolista como estamos assistindo nos últimos anos. As condições básicas e as necessidades, bem como as contradições geradas no advento e desenvolvimento do capitalismo moderno, estão presentes e ampliadas em nossa cidade.

No âmbito próprio das relações sociais vimos assistindo na região de Piracicaba o fenômeno característico dos centros urbanos de porte médio e grande, da dissolução do espírito comunitário, ao desaparecimento das relações familiares (de produção e consumo), das relações hierárquicas do respeito e da tradição, que dão lugar a outras, assentadas nas novas relações impostas pelo desenvolvimento de um moderno sistema produtivo capitalista, que cria parâmetros sociais baseados nas posições que cada indivíduo ocupa no âmbito da produção e das relações culturais.

interesses dos grupos proprietários de capital (empresários, industriais, grandes comerciantes, grandes fazendeiros), dos da camada populacional representada pelos trabalhadores. Cresce igualmente, por distorção própria da rapidez do avanço das novas formas de produção principalmente pelos seus avanços na zona rural, o número de indivíduos marginalizados do processo, gerando na periferia da cidade uma massa de indivíduos não integrados na nova vida urbana. Não encontram formas de sobrevivência no campo e não se integram, por incapacidade pessoal (falta de socialização, educação, especialização), à vida da cidade. Este crescimento acentuado de marginalização representado pelo aumento do número de bóias-frias e de favelados, realiza uma pressão acentuada sobre a vida urbana, impondo ao administrador municipal uma maior consciência da sua responsabilidade, na busca de integração desses setores na vida moderna, (oferecendo condições de adaptação à vida urbana, e de consciência de seus direitos de cidadãos), na garantia à estabilidade e à segurança da vida do cidadão já urbanizado e na sua participação em organizações populares.

Tem, desta forma, o Administrador Municipal que realizar uma opção clara. O Município está hoje dividido pelos interesses diversificados das várias camadas sociais que o habitam. Há setores claramente beneficiados pelo próprio modo de produção privilegiado em termos nacionais e regionais. Há setores vitimados pelo avanço indiscriminado e selvagem desse modo de produção. O crescimento das diferenças coloca em ação uma verdadeira luta de interesses e um aumento das necessidades das grandes massas. Logo, nossa posição clara é a favor dos setores mais marginalizados e não privilegiados da sociedade, a fim de que tenham acesso cada vez mais garantido aos bens produzidos por todos e aos benefícios gerados pela civilização moderna. É a necessidade de garantir a todos no mínimo o direito à vida digna, de que fala a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Em síntese, para responder: A QUEM DEVE SERVIR EM PRIMEIRO LUGAR O ADMINISTRADOR MUNICIPAL, enfatizamos:

1. Deve procurar em primeiro lugar, especialmente se é um administrador consciente de seu papel enquanto agente responsável pela vida da cidade, atender às ne-

diretrizes do Partido que lhe dá sustentação Institucional (PMDB), assume o princípio do respeito à vontade dos cidadãos como condição necessária para o estabelecimento dos limites de suas responsabilidades públicas.

Ora, o conhecimento das necessidades públicas só se dá através da manifestação clara desta vontade e, por isso, a administração municipal assume o dever inalienável de garantir e estimular tal manifestação. Possibilitar, pois a diversificação dos canais de manifestação da vontade popular, faz parte inerente de qualquer projeto que se queira democrático na administração pública. Logo, não apenas através dos canais institucionais (Câmara de Vereadores, órgãos públicos, imprensa), mas também que o cidadão possa manifestar a sua vontade, descontentamento, reivindicação, oferta de participação e poder de fiscalização, através de outros mecanismos gerados na sua auto-organização ou na organização de setores sociais específicos (Sindicatos, associações profissionais, associações de bairros, assembléias de bairros e comissões sobre bens e serviços). O estímulo ao desenvolvimento de tais organizações enquanto representativas de interesses essencialmente coletivos, faz parte da obrigação do poder democrático, que se constitui pela vontade expressa do povo e se legitima como poder enquanto exerça a administração segundo tal vontade.

Transferidos tais princípios ao nível de ação do poder municipal, evidencia-se que as exigências coletivas da vida do município devem ter prioridade absoluta sobre carências individuais, e que as exigências e necessidades dos diversos grupos sociais devem ser hierarquizados segundo o nível de sua representatividade. Essa representatividade não se limita à proximidade ao poder, enquanto força econômica ou de prestígio social, mas como expressão da vontade das maiorias, invertendo o tradicional respeito pelos mais poderosos e pelos detentores do poder econômico.

A responsabilidade principal do Administrador Municipal situa-se claramente no âmbito do Município. É nele que se estruturam as relações fundamentais do cidadão e nele se manifestam as sua necessidades e processos de vida.

No município, pois, há o cruzamento de interesses individuais e coletivos. Enquanto nele ocorre um crescimento acentuado de aparelhos coletivos, tais como (transportes, habitação, serviços de água, lazer público), mantêm-se determinados níveis de exigências individuais, (educação, privaticidade, consumo)

[illegible] considerações políticas sobre a ação administrativa do governo municipal, nas quais se procurou definir de maneira clara os rumos da administração, desde a elaboração do I PAC até a clara formação da consciência da responsabilidade do governo municipal frente às exigências da população, torna-se indispensável concretizar a análise através de um detalhamento analítico do município de Piracicaba, nos seus aspectos físicos, econômicos, sociais e culturais.

Esta análise, aqui empreendida, compõe um diagnóstico do município, procurando detectar as condições atuais, demográficas, físicas e sociais, enfatizando essencialmente o aspecto político da administração municipal.

Tal perspectiva procura relacionar as variáveis estudadas com a orientação político-administrativa do governo municipal, tanto no processo de decisão para a realização de bens e serviços, quanto à vinculação desse processo de decisão com as perspectivas de natureza política, econômica e social do Município, do Estado e do País.

Estamos conscientes de que é necessário que os aspectos técnicos ocupem posição de relevância no processo administrativo, bem como no processo de análise a que nos empreendemos. Não pretendemos nesse diagnóstico dar destaque à análise política em prejuízo da dimensão técnica, nem por outro lado acentuar apenas a dimensão técnica desvinculada da política. Julgamos fundamental que a dimensão política acentue os conteúdos técnicos, e que a dimensão técnica seja entendida na sua máxima expressão, como concretização e viabilização da ação política.

Contudo, embora a dimensão técnica não possa ser colocada em segundo plano, deve ser entendida como instrumento de dimensão política. O aspecto técnico é importante porque:

a) — os bens e serviços, de uma forma ou de outra, são implantados através de exigências técnicas;

b) — os bens e serviços, embora representando opção política, somente podem ser realizados após a comprovação de sua viabilidade técnica nos processos de execução;

c) — os bens e serviços exigem uma formulação técnica, pois somente com esta é possível "assegurar que os objetivos e meios de um plano adaptados uns aos outros, sejam coerentes e representem as possibilidades objetivas e correspondam às prioridades que se têm em vista" (Charles Bettelheim, Planificação e crescimento acelerado);

cessidades daqueles que no município encontram seu refúgio e nele procuram encontrar e estabelecer o primeiro plano para a construção e reconstrução de sua existência. Suas necessidades se identificam em primeiro lugar com as necessidades de garantia de direitos à vida (saúde, alimentação, habitação), e com a necessidade de garantir seu ingresso aos bens e valores da civilização moderna, bem como participar do processo de transformação individual e social (Educação, desenvolvimento cultural e de associação).

2. Em segundo segundo lugar, cabe ao administrador também estar atento as necessidades coletivas da vida urbana, ainda que ultrapassem os interesses das classes exploradas, mas que as afetam de maneira mais direta e sensível, tais como os locais de lazer, a oferta de condições de bem-estar na cidade, melhoria das vias públicas e oferta de transportes coletivos, melhoria na oferta (quantitativa e qualitativa) dos serviços de saneamento básico.

Colocar tais aspectos como ênfase central na preocupação do administrador municipal, revela um nível de consciência não manifesta quando o administrador municipal se preocupa apenas em oferecer condições de expansão dos interesses das grandes empresas industriais, comerciais, imobiliárias, especulativas. Tais interesses são atendidos, quando a administração municipal, ao invés do atendimento das exigências básicas sociais da cidade, coloca seu esforço na oferta de melhores condições para a expansão de empresas industriais, aloca recursos acima da capacidade do município na criação de Distritos Industriais para empresas cuja tecnologia, capital e recursos humanos não preenchem as necessidades da vida normal da cidade, cria e desenvolve incentivos tributários à expansão de tais empresas, protege e estimula a especulação imobiliária, tenta disciplinar o crescimento da cidade em função dos interesses dos setores mais privilegiados. Tais ações podem ser colocadas de maneira falsa para enganar a população, apresentando o desenvolvimento, crescimento e expansão de tais empresas como condições necessárias para que haja maior oferta de trabalho, ou mesmo para o disciplinamento do crescimento na oferta do bem-estar. É uma total inversão das verdadeiras relações econômicas e sociais, já que na realidade tal oferta de trabalho vem sempre acompanhada de desarticulação de formas tradicionais da economia, gerando acentuado nível de desemprego e subemprego. Com isso, a oferta de melhores condições de bem-estar na cidade sucede sempre

centes de serviços públicos, e também ao próprio re
me.

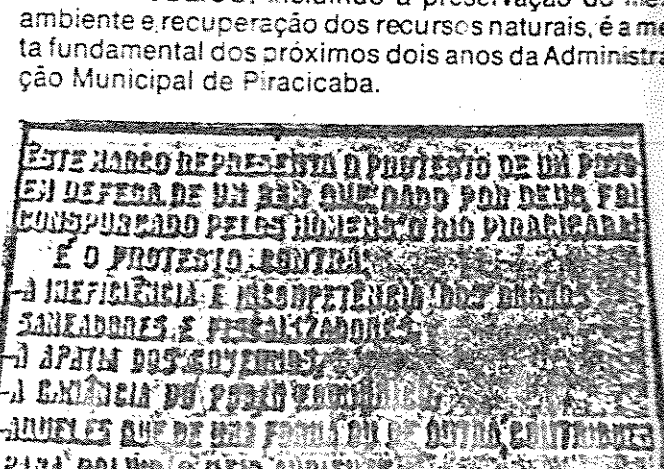
Colocar a ênfase nas necessidades sociais urban
dos grupos mais marginalizados não vai ser suficie
para alterar o modo de produção. Este já é privilegia
em nível estadual e federal, como opção das camad
dirigentes e das classes dominantes nacionais.

No entanto, significa que a nível municipal pode-se d
monstrar que não há nenhuma necessidade de
repetir e aqui reproduzir também as benesses que
são oferecidas pelo poder público estadual e nacion

E significa igualmente, possibilitar que pelo menos
nível municipal, tais camadas encontrem no poder p
blico um aliado para a manifestação e organização
suas reivindicações e necessidades.

Isto nos levou e nos leva a decidir governar com as c
madas menos privilegiadas e majoritárias da socied
de piracicabana. Isto impõe enfoques diferenciad
para responder ao que constitui necessidades básic
da vida coletiva no município, pois temos de nos pre
cupar com o impedimento da degradação da vida u
bana e rural, tornar mais ameno o esforço do trabalh
possibilitar o acesso aos valores culturais de todas a
camadas sociais, elevar o nível de consciência do cid
dão, estimular sua participação política, a nível de d
cisão na vida pública de Piracicaba.

Isto vai nos levar a uma vez mais destinar os nosso
esforços e tais atendimentos à população. Por iss
este Programa tem como metas principais o atend
mento do que se constitui de mais básico e fundamen
tal para a vida do cidadão, e sob o influxo de tais ne
cessidades, deverá ser atendida uma gama de situa
ções variadas. Logo, a POLÍTICA SOCIAL DO INVEST
MENTO PUBLICO, incluindo a preservação do mei
ambiente e recuperação dos recursos naturais, é a me
ta fundamental dos próximos dois anos da Administra
ção Municipal de Piracicaba.



C — Média-Baixa 57,11%
D — Baixa 12,59%

O percentual relativamente baixo da camada de renda baixa, reflete a posição relativamente boa do Município, quando consideramos a situação das outras cidades brasileiras.

2. Com relação ao nível cultural, a pesquisa indica o nível de 3,70% de analfabetos, mostrando, mais uma vez, a posição relativamente privilegiada do município.

3. Quando à opinião da população em relação aos bens e serviços realizados, notam-se opiniões que, até certo ponto, não correspondem à linha adotada pela administração, que privilegia os atendimentos das populações de menor renda. Assim, apenas 3,8% responderam "deu atenção à periferia e aos bairros", enquanto 26,98% acham que a administração realizou asfalto, recapeamento, calçadas e guias, e 8,56% responderam "fez rotatória, anel viário, arrumou saídas". Os postos de saúde e CEPEC's não foram citados na pesquisa. Esses resultados, possivelmente indicam falhas quanto ao processo de conscientização da população, no que se refere ao sentido dos bens e serviços realizados pela administração. Quando se atenta para o fato de que o trabalho de intervenção social nos bairros, a partir dos programas de saúde e de Educação principalmente, constitui-se no objetivo central da administração, e que esse trabalho tem uma efetividade concreta em termos de Postos de Saúde e na criação e manutenção dos CEPEC's, além dos programas de cultura, nota-se a necessidade de se aumentar o nível de consciência da população. Esses bens, serviços e ação do governo devem gozar não apenas de melhor informação, mas de mais efetiva participação das comunidades.

4. É importante ressaltar, entretanto, que a população reconhece o trabalho que a administração vem realizando. Assim, 55,98%, acham que a administração pode ser classificada como ótima e boa. O item "regular" atingiu o percentual de 35,21% e o item "péssima", apenas 7,75%.

Finalmente, cabe ressaltar que o município, apesar da posição relativamente boa, com relação aos níveis de renda da população e das diretrizes adotadas pela administração, privilegiando as camadas populares, apresenta moradias do tipo favela, comprovando a tese que admite a crise urbana como fenômeno intrínseco ao próprio modelo de desenvolvimento nacional do sistema econômico vigente. Piracicaba não foge à

como São Paulo, com um setor terciário que atende à demanda dos municípios da sub-região, mesmo com esses aspectos positivos, dá indicação clara de que o seu futuro não será diferente do das cidades grandes do país. Possivelmente, com a adoção de diretrizes que permitam à população, cada vez mais, decidir o destino da cidade, seja possível procurar afastar-se dessa regra geral.

Tem a Administração Municipal consciência de fatores que tem uma grande influência no crescimento e expansão urbana e que ocorrem à margem da capacidade de ação municipal. Um destes fatores e, talvez o mais grave, reside na mobilidade de população de baixa renda, concentrando-se nessa população as mais altas taxas de migração na cidade. Essa população flutuante acaba por constituir os núcleos populares marginalizados das relações de emprego, não se constituindo em trabalhadores fixos, ocupando assim, trabalhos esporádicos, eventuais, e que em momentos de crise econômico-financeira são forçados a novas mudanças, a novas ondas migratórias, não se constituindo em população fixa no município, e acabam por criar problemas adicionais à intervenção municipal, já que se torna praticamente impossível um programa contínuo e estrutural de atendimento a essas camadas, quer na área da educação, quer na de habitação e mesmo nas de Saúde e Promoção Social. A alternativa que resta à administração municipal é a de ações protelatórias ou asistencialistas, visando apenas a reduzir os efeitos negativos da presença dessa população na vida normal da cidade, bem como a reduzir a situação miserável em que se encontra colocada devido à perversidade do modelo de desenvolvimento que a marginaliza.

Resumindo: a administração municipal está consciente de que deve agir em função da concepção política de ação que a sustenta. Isso a leva necessariamente a distinguir os problemas estruturais e conjunturais existentes no município, fazendo com que na escala de prioridade ela assente sua intervenção em primeiro lugar sobre os problemas estruturais, e em segundo lugar sobre as conjunturais.

Está igualmente segura de que os problemas do município são problemas enquanto interferências na oferta de condições melnores de vida para a sua população, refletindo isso não apenas na oferta de emprego e trabalho, mas também na oferta de posição cultural, direito à educação, melhoria nas condições familiares de saúde, redução do custo social da moradia, oferta

d) — as necessidades da comunidade, além de exigir a participação da população, dependem, para sua concretização, de estudos de natureza técnica, fazendo aqui, de modo mais sensível, a junção entre o político e o técnico.

e) — é indubitável a necessidade de colocar o técnico a serviço da população, assessorando-a, e não decidindo por ela.

Há que se notar igualmente que as metas administrativas estarão sempre condicionadas à participação da comunidade através de todas as parcelas representativas da população, que decidem em conjunto sobre a hierarquização e natureza das metas, exigindo por seu lado, o estudo técnico da viabilidade, que por sua vez deverá igualmente ser discutido pela população, educando-a para reivindicar, e para participar do processo político de decisão.

Vê-se desse modo que o aspecto técnico representa parte importante para as conclusões buscadas e compõe uma dimensão não desprezada na orientação político-administrativa adotada pelo governo.

Por isto se torna indispensável a realização de um diagnóstico do Município que compondo-se de uma visão do município sob a ótica da ação política municipal e das necessidades expressas pela população através de vários mecanismos, nos indique os rumos das prioridades para a intervenção do governo municipal.

Este diagnóstico, a que nos propomos realizar, se compõe das seguintes partes:

— visão geral do município.

— orientação dos bens e serviços realizados e os interesses das classes, camadas e grupos que compõem a comunidade.

— as organizações sociais de bairros com possibilidades de constituirem meio para a ação política da comunidade.

— orientação política da administração em relação ao processo de decisão e realização dos bens e serviços.

— conclusão.

III.2 — VISÃO GERAL DO MUNICÍPIO

Vejamos a seguir, de forma resumida, algumas características gerais do município de Piracicaba.

Como referência básica, usamos inicialmente, o Plano Diretor, elaborado em 1974-1976.

Destacamos rapidamente os seguintes pontos:

1. O Município de Piracicaba, desde a sua formação, teve uma atividade econômica fortemente dependente do setor primário, seja em função direta da realização

tante da transformação de matérias-primas do seto
exploração agrícola de grande porte favoreceu a p
sença da grande propriedade. A produção agríc
concentra-se na cana de açúcar, que ocupa cerca
75% da área cultivada, tendendo inclusive à expans
devido aos incentivos recentes do plano energéti
nacional — PRÓ-ALCOOL —. A exploração agrícola
voreceu, de um lado, a presença de um pequeno
mero de propriedades ocupando a maior parte das
ras cultiváveis. Como resultado dessa estrutura
produção, as relações de trabalho possuem caracte
ticas diversas das de outras regiões do país, em dec
rência das usinas. Mais recentemente, com o avan
da modernização produtiva no campo, com a elimi
ção das velhas relações de trabalho, como o meeiro
colono, o processo de urbanização sobre influên
relevante, já que o trabalhador rural passa a residir
cidade e se desloca diariamente para suas tarefas
estabelecimento agrícola.

2. O desenvolvimento industrial de Piracicaba ap
senta características dinâmicas, em decorrência
forte ponderação do ramo industrial, metalúrgico
mecânico, atingindo, em 1970, cerca de 47% do va
da produção. A ponderação do emprego neste se
atingia, em 1970, aproximadamente 31%. A implan
ção do distrito industrial, de outro lado, representa
tor importante para o desenvolvimento do setor indu
trial no município. Tudo indica, portanto, que o parq
industrial de Piracicaba deverá continuar o seu dese
volvimento, tendendo a levar o município a situaçõ
comparáveis aos municípios mais desenvolvidos
Estado de São Paulo, neste aspecto.

3. O setor terciário, participando das modificações
economia local, vem crescendo em ritmo acelerad
colocando o município entre os de maior relaç
quanto a empregos dos setores terciário e secundári
O crescimento dos serviços constitui elemento
suma importância para o crescimento do poder
polarização, atraindo demanda dos municípios situ
dos na sub-região de Piracicaba.

Além dessas constatações, constantes do Plano Dir
tor de Desenvolvimento Integrado, devemos ressalta
outros tópicos, extraídos da Pesquisa de Opinião Pú
blica, realizada durante os meses de maio e de junh
de 1980, sob a coordenação da Assessoria de Informa
ções. Os dados abaixo apresentam um perfil da distr
buição da população por faixa de renda, possibil
tando-nos um diagnóstico sobre os níveis e tipos d
reivindicações a serem manifestas quando se conside

Educação Sanitária para a população das periferias urbanas unido ao programa de atendimento primário.

3.3 — Na área da habitação:

O Programa Municipal de Apoio à Habitação Popular se estrutura com a finalidade básica de oferecer alternativas habitacionais às famílias de baixa renda em Piracicaba. Compõe, desta forma, um dos aspectos da Política Social da Administração Municipal, ao lado dos Programas de Educação, Saúde e Bem-Estar Social, que não coloca a casa como um fim, mas sim como um meio e um instrumento de luta do trabalhador.

Ele representa um instrumento igualmente importante na política de organização das comunidades urbanas, pois sua forma de intervenção não é calcada em gestos paternalistas e sim de participação integrada das comunidades. A Prefeitura Municipal não está em condições, nem é de sua responsabilidade resolver a questão habitacional da cidade. Entretanto, ela está em condições de apresentar propostas didáticas à população de como encaminhar suas reivindicações e de demonstrar existirem alternativas de políticas administrativas a serem preenchidas pelos órgãos públicos.

Nesta medida, além da ação concreta especifica nas ações realizadas ou em andamento, o Plano Municipal de Habitação tem procurado estimular a formação de grupos de trabalho nos bairros com as famílias inscritas no Plano Municipal de Habitação, com os quais se discute e se procura encontrar soluções alternativas para a construção de casas populares. Tais discussões concorrem para formar um nível de consciência da população para os problemas que a afetam diretamente em relação à habitação, levando-a a participar na identificação da origem e forma de tais problemas, como na produção de soluções ajustadas à realidade social e à realidade econômico-social-política do País.

Em função desse objetivo maior, o Programa Municipal de Apoio à Habitação Popular desenvolve algumas alternativas, tais como:

a) aquisição de áreas de terrenos, a lotear ou em lotes, para edificação de casas populares;

b) realização de obras mínimas de infraestrutura urbana, compreendendo a abertura de vias, colocação de guias e sarjetas, distribuição de água, coleta de esgotos e iluminação pública domiciliares;

c) realização de obras e equipamentos sociais e comunitários, com repasse para os mutuários;

d) edificação de residências de baixo custo, em forma participação de mão-de-obra dos adquirintes dos imóveis, em regime comunitário;

e) alienação de lotes, após a urbanização, com ou sem edificação, mediante compromissos de venda e compra, às famílias de renda máxima de até cinco salários mínimos, de conformidade com critérios previamente estabelecidos em Lei.

Através do PROFILURB, por exemplo, o Plano Municipal de Habitação Popular realizou a construção de 1.376 embriões em áreas localizadas no Matão e Santa Terezinha. Ainda em março ou abril do corrente ano, serão entregues à população do bairro de Santa Terezinha as primeiras unidades de um conjunto de cerca de 1.350 unidades habitacionais, gozando de toda uma infra-estrutura sanitária e de apoio,.

Do mesmo modo estão sendo construídos no Parque Campestre em forma de condomínio fechado, nada menos do que 681 unidades de casas prontas para a população na faixa de 1,5 a 5 salários mínimos.

O Plano Municipal de Habitação desenvolve ainda uma série de atividades educativas visando preparar o trabalhador para a participação na construção e conservação de sua própria residência, bem como desenvolver pesquisas sobre novos tipos de materiais e novas técnicas de construção, a fim de reduzir o custo de materiais e equipamentos de construção.

O Programa pretende incrementar novas iniciativas de construção, principalmente através do PROFILURB e COHAB nos próximos dois anos.

3.4 — Na área de infra-estrutura urbana

Como foi dito na parte de justificativas gerais, conquanto a ênfase da Administração Municipal se assente no âmbito das Políticas Sociais, visando atender às necessidades básicas de vida do Município, o governo Municipal não pode desconhecer que no Município se entrecruzam interesses diferenciados de várias classes e camadas sociais, não devendo por isto o administrador ignorar as necessidades de todos esses setores sociais.

Nesse sentido, além dos programas de saúde, habitação, educação, que compõem o cerne dessas políticas, a administração deve igualmente cuidar das necessidades estruturais e de infra-estrutura da vida urbana, no sentido de dotar a cidade das melhores e mais adequadas condições de vida e bem-estar.

Isto implica que o Administrador Municipal deve cuidar do aspecto físico da cidade, tornando-a um lugar agradável à vida, ao trabalho e ao lazer. Por isto, são igualmente necessários e importantes as obras de

alimentos e, principalmente oferta ao lazer e recreação possibilidade de participação na vida política do país. A busca de concretização desses objetivos assinala a diretriz das prioridades do Governo Municipal.

III. 3 — OS BENS E SERVIÇOS E OS INTERESSES HISTÓRICOS DA COMUNIDADE

Por diversas vezes ficou explícito, no presente texto, que a administração tem plena consciência do papel eminentemente político dos governos locais, em nível estadual e municipal. Por isso, entende que os bens e serviços não podem ser analisados em si, mas, sobretudo, pela sua repercussão, quando são ponderados os interesses das classes, camadas e grupos sociais que compõem a comunidade.

Além disso, considera que o processo de decisão e de realização dos bens e serviços pode e deve ser considerado como meio relevante para mobilização, organização e conscientização política das grandes massas e, conseqüentemente, para fortalecimento das organizações populares.

Assim, a análise dos bens e serviços no presente tópico, procura identificar o sentido político das realizações do governo, principalmente se o trabalho executado corresponde aos interesses populares da comunidade de Piracicaba. No Tópico III. 5, a análise é estendida no sentido de ser avaliado até que ponto os bens e serviços foram considerados meios para promoção da mobilização, da organização e da conscientização política da comunidade. Os dados que serviram de base para esses estudos, resumem-se em indicadores gerais, observados através de entrevistas, relatórios e participação em reuniões de comunidades. Especificamente, foram de grande importância, para a especificação desses indicadores, os relatórios fornecidos pelos Secretários, Coordenadores e Dirigentes de Programas.

Das observações feitas constatamos que, basicamente, os bens e serviços realizados pela administração tendem a beneficiar, preponderantemente, as camadas populares, localizadas na periferia da cidade.

E o que constatamos, por exemplo, pelas realizações indicadas a seguir:

3.1 — na área de educação: O Plano Municipal de Educação estabelece a construção dos Centros Polivalentes de Educação e Cultura (CEPEC's) os quais são considerados meios para o desenvolvimento dos seguintes programas, dirigidos, basicamente, para as pessoas de rendas baixas e famílias residentes na periferia da cidade:

a. Creches e Pré-Escolas;
b. Supletivo do 1º grau para maiores de 14 anos e, prioritariamente, adultos (mais de 18 anos);
c. Suprimento de escolarização (Programa de Bolsas de Estudos Orientados);
d. Programa de Alfabetização de Adultos.

Com este objetivo já foram construídos dez CEPEC's nos bairros: Matão, Piracicamirim, Santa Terezinha, Algodoal, Fátima, Sônia, Independência, Caxambu, Paulicéia e Jaraguá. Serão instalados ainda, duas pré-escolas nos bairros Califórnia e Esplanada. Uma vez instaladas todas estas unidades, o Programa Municipal de Educação estará cobrindo a carência mais urgente de escolarização, do nível de berçário à Educação de Adultos, em quase todas as áreas mais carentes do Município de Piracicaba, prestando serviços diretos a uma clientela de cerca de 5 a 6 mil pessoas, e mais ou menos à cerca de 3 a 4 mil crianças das zonas periféricas da cidade, ainda no ano de 1981. Este programa se constitui como forma de suprir as deficiência dos programas de Educação mantidos pelo Estado e pela União.

3.2 — na área da saúde: O Programa Municipal de Atenção Primária procura "implantar e colocar em funcionamento os postos e Serviço Médico Comunitário", e que paulatinamente passarão a compor a Rede de Atenção Primária Municipal, em áreas periféricas de Piracicaba, segundo o Modelo de Medicina Comunitária adotado, a partir do projeto proposto e em obediência às escalas de prioridades na política de saúde da Administração local.

Neste sentido, já foram implantados os Postos de Saúde de Esplanada, Posto de Pronto Atendimento (PPA), Piracicamirim, Santa Terezinha, Coréia, Cecap, Saltinho, Arraial e Ibitiruna; e estão sendo construídos mais 10 (dez) postos em: Caxambu, Jupiá, Algodoal, Jaraguá, Indepencência, Fátima, Sônia, Santana, Artemis e Anhumas. Os Postos de Saúde representam uma instância fundamental para a solução ou pelo menos para as necessidades mais básicas da população, suprindo diretamente as deficiências do setor de saúde, responsabilidade básica dos governos estadual e federal. O programa de saúde do Município de Piracicaba presta serviços sem exigências de filiação de qualquer natureza, a praticamente, toda a população desassistida ou assistida deficientemente por parte dos órgãos e instituições Estaduais e-ou Federais. O Programa de Saúde de Piracicaba está capacitado a assistir a cerca de 40 a 50 mil pessoas a partir da instalação de todos os postos previstos ainda no ano de 1981. Isto—

cia para uma transformação nas políticas de reivindicações de bens e serviços imediatos em política de classe, exigindo a própria transformação de sistema.
Dentro dessa linha, cabe ressaltar os Centros Comunitários, os quais, pelas suas características e pelo trabalho já realizado, constituem meio possível de utilização para promover a ação política da comunidade. Piracicaba possui, atualmente, 15 Centros Comunitários, localizados nos seguintes Bairros e Distritos: Piracicamirim, Vila Rezende, California, Vila Cristina, Jardim Esplanada, Parque Jupiá, Vila Fátima, Jardim São Paulo, Vila Industrial, Santa Terezinha, Algodoal, Vila Sônia, Saltinho, Arraial de São Bento, Tupi e Santana.
Além dessas organizações, cabe ainda estimular as associações de bairros de Nossa Senhora de Fátima e São Dimas, bem como estimular o aparecimento e a organização de outras associações e organizações semelhantes capazes de responderem de modo ágil e orgânico aos apelos da comunidade ou do bairro que representam.

III.5 — ATUAÇÃO POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO

Como já assinalamos, a análise do processo administrativo no Município, em função de suas conseqüências políticas, é feita considerando-se, primeiro, o sentido dos bens e serviços realizados e, segundo, a relação entre o Governo e as organizações populares, no processo de decisão e realização desses bens e serviços.
Apesar da coerência entre o sentido dos benefícios dos bens e serviços e a estratégia política do governo, quando se tomam por referência básica os interesses sociais, conforme indicamos no tópico III.3, a política administrativa desenvolvida apresenta desvios em relação ao fortalecimento das organizações populares e à ação política da comunidade.
Pelo menos é o que se constata quando se analisa o funcionamento dos equipamentos sociais: os diversos setores e órgãos atuam, em grande parte, de forma isolada, com organizações ligadas exclusivamente a si, desprezando as organizações existentes nos bairros. A política administrativa adotada nos Postos de Saúde, esvaziando o trabalho junto às organizações existentes, constitui exemplo de política que tende a enfraquecer a ação política organizada da comunidade.

ções objetiva torná-las meio para a transformação da ação reivindicatória de bens e serviços imediatos em ação política, buscando mudanças essenciais do sistema.
A diferença de mensagem levada à comunidade, vai contra os seus mais legítimos interesses. As reuniões com a massa da população, sendo realizadas sem uma unidade de comando, que expresse a política do governo, tendem a se relacionar apenas com determinada tendência. Tudo se passa como se o governo não tivesse sua própria orientação, em torno da qual deve se constituir a frente composta pelas várias tendências. Diante disso torna-se urgente o estabelecimento de linhas básicas de atuação que possibilitem a ação coordenada de todos os agentes da administração municipal, quer os seus agentes políticos, quer os encarregados técnicos de viabilização e realização dos bens e serviços. Tal coordenação só ocorrerá debaixo da convicção de que a liberdade de atuação de cada setor se limita nas fronteiras dos interesses fundamentais da comunidade e da ação governamental, que não deve forçar a abertura dessas fronteiras. A abertura da fronteira só se deve realizar como conquista do avanço consciente das organizações populares que ampliam suas reinvindicações uma clara consciência de necessidade e de possibilidade.
É evidente que essa consciência não se produzirá, nem alcançará autonomia sem uma demonstração de capacidade de organização, mobilização, reivindicação, cobrança e participação por parte dos setores organizados da sociedade. Por si só isso evidencia que as decisões administrativas políticas do Governo Municipal devem passar a obter o respaldo de organizações. E que tais organizações devem se constituir na fonte primeira de determinação das prioridades na atuação governamental.
Evidenciam-se assim as necessidades básicas que devem se constituir como programa primeiro e supremo na atuação do Governo Municipal:

1°). Fortalecimento das organizações existentes, permitindo sua atuação e possibilidade de demonstração de suas capacidades.
2°). Determinação das prioridades de atuação do Governo Municipal a partir das organizações.
3°). Promover um órgão de conciliação entre os diversos interesses envolvidos, as organizações e a administração.

asfaltamento, realização de guias e sarjetas, ajardinamentos, rede pluvial e outras. Os recursos restritos do poder publico Municipal acabam por exigir que se lance mão de recursos de outros orgãos de financiamento, recursos que pertencem a todo o povo e pelo poder central são manipulados em favor das classes mais privilegiadas na periferia da cidade, com base em recursos fornecidos pelo Projeto CURA: 358.000 m2. de pavimentação, 20.300 m. de rede de escoamento de águas pluviais, 81.400 m. de guias e sarjetas. Ainda relacionado com o Projeto Cura, o unico projeto que teve sua projeção a nível de participação e envolvimento dentro da comunidade, cabe destacar a previsão a curto prazo do "pacote" de obras com licitações já realizadas, num total aproximado de Cr$ ..... 180.000.000.00, no primeiro tratamento ecologico a nivel municipal levado a efeito para praças, tratamento paisagistico, equipamento de recreação, abrigos para transporte coletivo e sinalização.

III.4 — ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DE BAIRROS

Dentro do objetivo fixado para o presente diagnostico, as organizações populares voltadas diretamente para questões urbanas e com perspectivas de atuações na área política, constituem elemento altamente relevante, por representarem meio definitivo para o desenvolvimento da ação política do governo objetivando a mobilização, a organização e a conscientização das grandes massas.

Parece de todo evidente que as organizações populares ligadas diretamente aos interesses de classes não devem ser excluidas do processo de ação política do Governo. Contudo, nesses casos, a atuação desses agentes decorre basicamente de um posicionamento político, isto é, não se desenvolve através do processo de decisão e de realização dos bens e serviços. Ao contrario, as organizações populares do tipo "Associação de Bairros", apresentam maior interesse quando se leva em conta o processo tipico da Administração Municipal. Pelo menos raciocinio, podemos concluir que as entidades beneficentes, pelo seu caráter assistencial, não devem pelo menos num primeiro momento, serem consideradas meio imprescindivel para impulsionar a ação politica junto à comunidade.

É necessario salientar, ainda, algumas questões objetivas que favorecem a escolha das organizações do tipo "Associação de Bairros", como meio importante que deve ser usado pelo Governo, para essa ação política ao próprio sistema. Conseqüentemente, somente co a mudança da estrutura é possível promover o dese volvimento global da comunidade, com o atendimen das suas necessidades imediatas. Mas tal mudan não se dá de modo mecânico, nem resulta das bene ses dos que detém de um ou outro modo o contro dos processos políticos, administrativos ou econôm cos na sociedade brasileira. Tais mudanças tambe não se dão necessariamente apenas como resulta de um processo de convulsão social ou político, c racterístico das revoluções violentas. Numa sociedad de classes, e especialmente numa área moderna c uma sociedade de classe como a da região de Pirac caba, cada vez se torna mais marcante a presença at va dos interesses opostos de classes. Isto se reflete n jogo político bem como na própria organização soci da vida municipal.

Isto permite antever a organização da vida urbana se gundo os parâmetros dos interesses em jogo, especia mente se as camadas populares e os setores proleta rios da sociedade da classe gozarem das mínima condições para se manifestar e agir na organização da vid municipal segundo as necessidades e interesses nele conscientes.

volvidas nos capítulos anteriores, procurando incentivar as ações coerentes com essa concepção e corrigir os desvios observados.

De uma maneira geral, o governo admite, sem restrições, as diretrizes adotadas pelo PMDB.

Contudo, tendo em vista a situação particular, enquanto governo municipal, salienta algumas diretrizes com o objetivo de ressaltar o entendimento do governo no que se refere ao papel político das administrações locais. O próprio PMDB reconhece em particularidade, quando o Diretório Regional de São Paulo sugere a Direção Nacional, que sejam adotadas orientações para os governos municipais do partido. Por isso, tais diretrizes devem se constituir marco de referência para todas as atividades específicas.

É importante indicar ainda que o governo reconhece e aceita na administração correntes democráticas, muitas vezes com princípios divergentes. Apesar disto, exige que o programa do PMDB e, particularmente as diretrizes do Governo, devam se constituir, necessariamente, no ponto de convergência dessas posições. O governo não abre mão do direito de colocar, acima de tudo, a orientação política traçada, que constitui a principal característica da atual administração.

Feitas essas ressalvas, salienta as seguintes Diretrizes Gerais:

- a) — o governo considera que a democracia não pode ser vista como tática provisória, mas como princípio primordial e inarredável.
- b) — considera que a existência de organizações populares autônomas no sentido de que os seus atos devam se realizar sem a intervenção de forças ou agentes externos, e independentes — (no sentido de que deve realizar os seus objetivos com os próprios meios) — representa condição necessária para a consolidação definitiva da democracia.
- c) — tendo em vista essas concepções, admite que o governo municipal deve, sobretudo, tomar como referência básica o fortalecimento das organizações, no processo de decisão e realização dos bens e serviços, objetivando o atendimento das necessidades da população.
- d) — entende que se deve evitar a transformação dessas organizações em apêndice do governo ou mesmo de qualquer partido. Deve, portanto, o governo fortalecer as organizações populares, consolidando, cada vez mais, a sua autonomia e a sua independência.
- e) — as atividades sob a responsabilidade do governo

Uma questão se coloca de modo objetivo. Como a quantidade e a qualidade das organizações existentes não cobrem as potencialidades e necessidades do Município, qual deve ser o caminho a ser seguido pela administração para que outras organizações surjam sem no entanto aparecerem de maneira postiça, artificial, inclusive de precisão oficial.

Como a administração municipal se propõe a em primeiro lugar fortalecer a capacidade de atuação da comunidade, ela não pode correr o risco de enfraquecer as organizações pela multiplicação quantitativa delas. Nesse sentido há que se cuidar para que as organizações existentes sejam fortalecidas pelo estímulo à sua participação efetiva e pelo esforço que se deve tomar e não frustar as suas expectativas e as dos membros. Isso fará com que as prioridades sejam com elas discutidas, e as mesmas devem igualmente tomar conhecimento e ter participação ativa na elaboração da peça orçamentária ou pelo menos na distribuição dos recursos destinados aos bens e serviços.

Uma vez assegurada tal diretriz, cabe à administração municipal estimular a criação de novas organizações e mesmo a implantação de um amplo organismo capaz de abraçar a totalidade da população do Município, e que responda efetivamente às exigências políticas da participação no processo de decisão da Administração Municipal.

Ao Governo Municipal caberá injetar o estímulo político necessário para que tal organização atue efetivamente no sentido de disciplinar o próprio poder público, assegurando ao mesmo poder público o respaldo para sua atuação em função das exigências públicas de um lado, e de outro impedindo o desvio de sua atuação para o atendimento de interesses de grupos privilegiados, detentores de força e poder, devido ao fácil trânsito existente para eles nos órgãos, instituições e na burocracia do poder político.

Tal concepção de governo impõe diretriz de ação e atuação que passamos a expor no próximo capítulo deste plano.

III.6 — CONCLUSÃO

Os antecedentes indicados permitem as seguintes conclusões:

a) Apesar do crescimento econômico acelerado, da estrutura de emprego característica de município-pólo, da distribuição de renda relativamente mais equitativa, enfim, das condições de vida superiores à grande maioria dos municípios do País, Piracicaba dá claras condições de que não fugirá a uma das regras relativas à problemática urbana comum às cidades que crescem de forma acelerada no sistema capitalista, decorre de estrangulamentos setoriais que levam à deterioração da qualidade de vida. Tal fenômeno, intrinsecamente ligado ao modelo de desenvolvimento privilegiado, somente poderá ser minimizado com o efetivo acesso da população, de forma organizada, ao processo de decisão e de realização dos bens e serviços.

b) Os bens e serviços realizados pela administração privilegiam, sobretudo, os interesses das classes, camadas e grupos que compõem a grande massa da população local. Esse resultado reflete, primeiramente, a orientação política adotada pelo governo e, em seguida, o acesso relativamente elevado da população dos bairros periféricos na definição das suas necessidades. Nesse sentido convém lembrar o trabalho de inúmeras comissões de bairros na conquista dos bens e serviços reivindicados pela população. A atuação dessas comissões foi definitiva na escolha das opções adotadas pelo governo.

c) as organizações populares, voltadas para as questões urbanas, permitem classificar Piracicaba entre os municípios com elevada possibilidade de trabalho organizado, junto às grandes massas. Contudo, o pequeno poder de mobilização da comunidade indica que essas entidades em geral, possuem baixa representatividade. A movimentação de parcela razoável da população somente ocorre quando as assembléias referem-se a necessidade imediatas, que dificultam as condições de vida. Assim, apesar do número relativamente elevado dessas organizações, o nível de participação da comunidade reflete baixo nível de conscientização frente às questões relacionadas com sua capacidade de interferência na solução dos problemas urbanos. Isto indica que:

1º) o governo deve tomar como referência as reivindicações da comunidade no processo de decisão dos bens e serviços a serem realizados;

2º) o trabalho inicial mais importante deve ser o de desenvolvimento e fortalecimento das organizações da comunidade;

3º) trabalhos isolados junto à população deixam de aproveitar o processo de decisão e realização dos bens e serviços como meio para desenvolvimento dessa política e, conseqüentemente para incrementar um centro de mobilização, organização e conscientização da grande massa, e representam desvios na política de fortalecimento das organizações e devem ser evitados.

Uma administração [illegible] rotinas das decisões técnicas, como alocar recursos e fiscalizar as ações dos órgãos públicos, mas sim ser intérprete dos anseios da comunidade local no quadro dos destinos totais do país, do ponto de vista econômico, social e político. O município, conquanto apenas uma célula do corpo maior da nação, é, por ser uma célula, o lugar primeiro onde as expectativas e as contradições da vida nacional se expressam de maneira originária.

Estando de outro lado, umbilicalmente ligado à vida nacional como um todo, o município reflete o movimento geral da sociedade. O desenvolvimento econômico e social, o movimento cultural, a organização política, a luta pela vida, a produção das condições materiais e espirituais da existência humana, não ocorrem no âmbito abstrato da nação, mas nas fronteiras concretas do município. É nele que se situa, em primeiro lugar, o palco onde se desenrola a história da nação. Se nele não nascem todas as decisões, é aí que elas são refletidas e é aí que se projetam as conseqüências. Se o governo central assume posições centralizadoras na administração financeira da sociedade nas decisões de ordem social, no comando político, na criação e elaboração de planos econômicos, o município imediatamente é atingido pelo desdobramento de tais decisões. Estas retiram-lhe recursos, projetam nele decisões advindas dos órgãos centrais de planejamento, limitam sua autonomia, embaraçam sua capacidade de solução dos problemas locais, desorganizam a vida urbana. Não há como imaginar, a não ser por parte daqueles que não assumem de maneira responsável o destino da vida municipal, que se possa desvincular a natureza das decisões político-administrativas do município, do quadro maior da ordem político-econômico social do país.

Esta consciência nos relembra a todo o momento que o município se encontra situado no cruzamento dos interesses diversificados dos vários setores que decidem a vida da nação: os governos, no plano federal e estadual, os grupos econômicos manipuladores da riqueza nacional, as comunidades urbanas e suas necessidades locais, os setores marginalizados da produção econômica e dos bens culturais. E isto nos coloca diante da necessidade de afirmar a convicção de que os governos municipais devem, antes de mais nada, assumir diante de si e da comunidade que representa, a responsabilidade histórica de se colocarem a serviço de sua comunidade, acima de qualquer outro interesse, e não temer os riscos advindos dessa mesma determinação, que significa ir contra aqueles que

municipal devem, na prática diária, respeitar os aspectos técnicos, aplicando ao mesmo tempo procedimentos coerentes com as diretrizes assumidas, ou seja, desenvolver as atividades com a participação da população através das suas organizações.

Além dessas diretrizes gerais cabe, ainda, ressaltar algumas DIRETRIZES ESPECÍFICAS.

A fixação de algumas orientações específicas é condição necessária para que a administração execute as suas tarefas mantendo coerência com as diretrizes gerais.

Nesse sentido, é definitivo que a organização e o funcionamento da Prefeitura facilitem a unidade de atuação do governo, no trabalho para consecução dos seus objetivos maiores.

Considerando que as atividades básicas da administração devem servir de referência para agrupamento das diversas Secretarias, Coordenadorias e Programas, de maneira que sejam constituídas câmaras, de acordo com o relacionamento entre o governo e a comunidade.

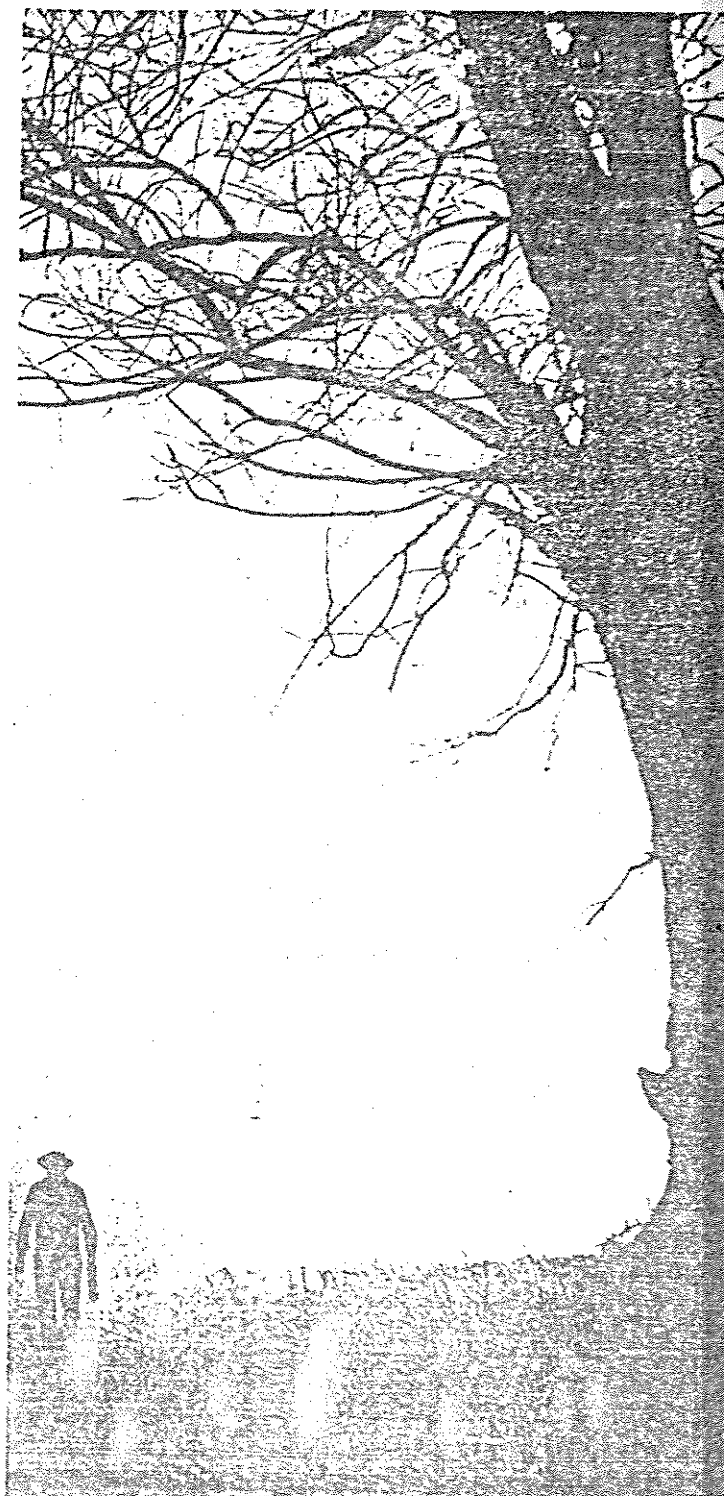
Assim, devem ser observadas, pelo menos, as seguintes diretrizes específicas:

a) as secretarias, coordenadorias e programas, que realizam tarefas classificadas como atividades sociais (educação, saúde, promoção social, informações, habitação, cultura, esporte, recreação e lazer e abastecimento) — ou, em outros termos, tarefas que permitam um relacionamento permanente com a comunidade, seja na definição dos bens e serviços a serem realizados, seja na gestão dos equipamentos, seja, enfim, pela necessidade de atuação, a todo momento, diretamente sobre a comunidade, para realização das tarefas — devem se constituir na câmara social;

b) as secretarias, coordenadorias e programas cujas atividades concentram-se, basicamente, na execução de obras, devem se constituir na câmara executiva;

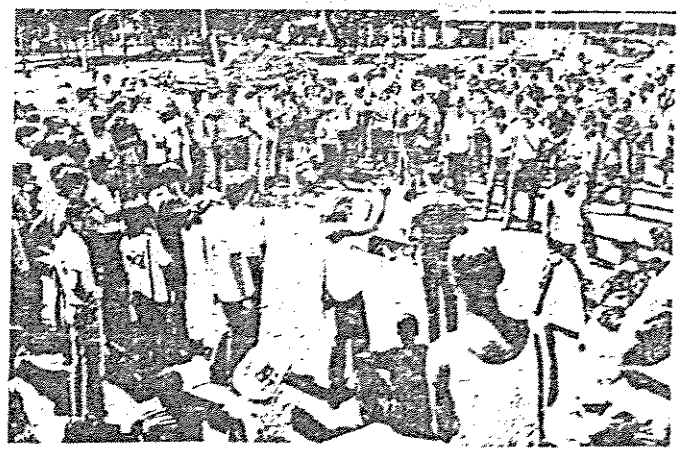
c) as secretarias, coordenadorias e programas que servem de apoio imprescindível para a realização das tarefas das câmaras social e executiva —, ou seja, cujas atividades referem-se, principalmente, às finanças da Prefeitura, às questões jurídicas e aos aspectos administrativos, inclusive recurso humanos, devem formar a câmara meio;

d) finalmente, a reunião de todos os órgãos e programas que formam as câmaras social, executiva e meio, constituem o Conselho Superior do governo, o qual terá como principal função manter a unidade da política administrativa da administração, discutindo, opinando e avaliando a coerência entre os procedimentos



recusou a propaganda do milagre, não porque não acreditasse que a economia havia crescido, mas por sentir claramente que esse crescimento tinha poucos benefícios, estando a maioria do povo dele excluída.
Aquele momento assinalou concretamente a materialização da pregação da oposição política brasileira, e politicamente representou o momento do confronto do povo que agora se expressava de modo mais organizado, através do partido de oposição — o MDB — e o governo central, representado pelos seus tecnoburocratas e o partido que lhe dava sustentação a ARENA.
E do confronto nasceram várias iniciativas do governo federal, tentando dissolver a manifestação popular e o crescimento de sua organização: o congresso nacional foi fechado, cassaram-se mandatos, suspenderam-se as eleições diretas para os governos estaduais, alteraou-se a composição eleitoral das casas do congresso, criou-se o senador biônico.

Conquanto todo esse esforço e violência contra a vontade popular, esta tem afirmado de modo crescente, o seu inconformismo. E esse inconformismo se expressa em nível, nacional, regional e local. Em movimentos sociais, movimentos de trabalhadores, de donas de casa, de lavradores e de estudantes.
Ora, o município representa, segundo inclusive aqui reafirmado, o nível primeiro onde ocorre o movimento geral da sociedade, nele igualmente este movimento se faz sentir. E no caso específico de Piracicaba, podemos aqui detectar um modelo dessa expressão.
A campanha de 1976 para eleição municipal se desenvolveu no fogo cruzado de propostas totalmente diferenciadas para a vida da cidade. De um lado, propostas centradas na euforia do milagre econômico, do crescimento industrial, da expansão imobiliária e no crescimento indiscriminado urbano, como forma de garantir o desenvolvimento social da cidade. Outras propostas, tentando reproduzir de modo orgânico no Município os métodos políticos do governo federal, propunha assegurar à cidade um lugar à sombra do poder central, pela configuração da cidade como um lugar de reprodução do esquema político-administrativo implementado em todo o país.
Estas propostas tinham algo em comum: o alijamento da população da decisão, o afastamento da vontade, do querer do povo do papel norteador da ação política.
Era necessário uma proposta alternativa, não apenas em termos administrativos, mas principalmente em termos políticos. E no cruzamento das propostas para a ação administrativa nós nos comprometemos com o



só enxergam o município como espaço de exploração. Não está a administração municipal reinvindicando a tese da autonomia municipal e da independência do município frente à nação. Seria isso até um contra-senso. Mas está reivindicando o fato de que, sendo o lugar primeiro onde se expressam as exigências da vida humana, da vida social e da vida política, o município não pode ser considerado apenas um apêndice das decisões centralizadas, instrumento de realização de políticas que ignoram as necessidades das massas urbanas e das populações locais.

Ora, os últimos 50 anos da história brasileira assinalam o desenvolvimento dessa concepção: a de que as metas para o desenvolvimento nacional nascem e se expressam em instituições detentoras da racionalidade da vida nacional, incrustradas nos agentes do poder central, e devem ser executadas por todos os brasileiros, indistintamente, que não devem discutí-las, analisá-las, questioná-las, e sim operacionalizá-las. As mudanças históricas no Brasil, a partir da revolução de 1930, tenderam a produzir de modo cada vez mais acentuado um deslocamento da origem das decisões de ordem administrativa e política no Brasil, para os aparelhos centrais do Estado. O poder central passa a se tornar o detentor dos processos administrativos, o juiz das prioridades da sociedade, o controlador das estratégias do desenvolvimento. O Estado, e no caso o poder Central, representado pelos órgãos institucionais de decisão político-administrativo federal, vai assumindo cada vez mais, o controle de toda a vida nacional: do planejamento urbano, do processo de produção econômica, da política de educação e cultura, do desenvolvimento de tecnologia e das políticas de saúde e bem-estar. Tal controle se dá não apenas pelo delineamento dos rumos de cada setor, através da planificação ou do incentivo, mas especialmente, pelo controle da arrecadação, pelo controle do orçamento, pelo detalhamento das aplicações. Haja vista, o notável crescimento da arrecadação federal nos últimos anos, que se expandiu vertiginosamente após a reforma da política fiscal e tributária, e o notável esvaziamento da arrecadação municipal, que hoje, com muito esforço, pode ser suficiente para custeios e pequenos nível de investimento.

O crescimento do volume da arrecadação federal nos municípios, através de métodos fiscais e tributários, bem como de outras formas de arrecadação (como as loteriais, por exemplo), torna o município quase que absolutamente dependente do governo federal. E tal

no Brasil. Aquilo que se revelava como tendênci
desde 1930, foi veloz e eficazmente implementado
partir de 1964, quando se instalou a construção de u
modelo de sociedade administrativa no Brasil, a par
de então. Temos assistido, entre assustados e renite
tes, o braço cada vez mais apertado do "Leviat
brasileiro, com sua fome, insaciável de recursos, q
alimentam cada vez mais os cofres federais e aniqu
lam a capacidade dos municípios.

Há de outro lado que se notar o crescimento dos foc
de resistência no país. A nação está como que
proclamar, às vezes de modo cauteloso e às vezes
modo agressivo, de maneira frágil e às vezes de mo
vigoroso, em surdina e às vezes explosiva, o seu inco
formismo e a sua inquietação. Esse descontentamen
não é apenas um descontentamento com métod
administrativos, como se a luta fosse por mudanç
em métodos de administração. É mais do que isso.
um descontentamento contra o trágico destino q
querem lhe impor sem que, em qualquer nível, es
mesma nação, enquanto constituída de homens situ
dos em vários segmentos sociais, seja ouvida. O q
há é um grito de inconformismos da maioria da naçã
alijada dos frutos do crescimento econômico. Es
maioria sabe que se benesses do desenvolvimento n
foram com ela distribuídas, mas, no momento em q
ocorre uma crise na economia, ela é chamada a repa
tir os custos de tal crise. Essa maioria está clamand
para o fato de que está disposta a participar da cris
mas desde que igualmente possa administrar a dist
buição dos bens nos momentos de crescimento. E
por isso que ela resiste, e que cresce a sua força
resistência.

Essa resistência se expressa em vários níveis. Manife
ta-se na organização da população em associaçõe
clubes de vizinhança, sindicatos, associações prof
sionais, organizações partidárias, desconfiança, de
crença, apatia. Aparece assim, tanto de modo negati
pela alienação, quanto de modo ativo, pelo apar
cimento e fortalecimento de formas organizadas
ação.

Politicamente, uma primeira manifestação e das ma
concretas, ocorreu nas eleições de 1974, quando u
grito de norte a sul do Brasil se fez ouvir, com a maio
do povo brasileiro apresentando um voto de desco
ança ao governo central, votando maciçamente
oposição, apesar de todo um esquema de press
então montado para que tal não ocorresse. E est
uma época contaminada pela propaganda do notáv
"milagre" econômico brasileiro, com que se procu

gramas e metas de ação, nosso governo tem princípios e compromissos. Ao invés de ações planejadas com fins a priori estabelecidos, nosso governo procurou desenvolver espírito de agilidade administrativa em seus secretários municipais e nos funcionários da administração; para que possam responder com prontidão às exigências da população municipal.

O que se pretende com tal forma de administração?

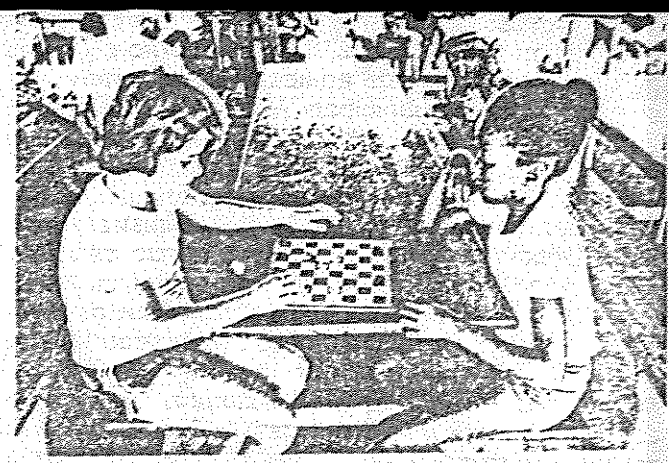
1º. — Garantir o caráter político da administraçao pública. Depois de tantos anos de contínuo desprezo pela atividade política, identificada como causa de todos os males nacionais pelos autopromovidos dirigentes máximo da racionalidade administrativa — os tecnoburocratas de todos os níveis — a administração municipal de Piracicaba quer restaurar a dignidade da ação política. Não despreza o trabalho do técnico, pelo contrário, o valoriza. Mas, o valoriza, sem diminuir a importância do político, porque não são incompatíveis. Ambos devem se completar sem se corromperem. Tal corrupção ocorre quando a técnica é elevada à condição de intérprete da vontade política dos cidadãos. Assim, ela fica esvaziada de sua função específica e se lhe atribuem funções que não se estruturam no âmbito de sua competência, expondo-a e a seus manipuladores, ao próprio desprezo da opinião pública. O que estamos agora demonstrando é que a vontade política da população pode ser respeitada, sem que se deixe de promover a sua consciência política e se refinem as suas necessidades. O administrador municipal pode e deve agir tendo em vista a articulação fundamental entre essas necessidades, suas formas de expressão, a organização do povo, a liderança sobre sua equipe, a convocação freqüente de novos colaboradores, e assim, se aproximar o mais possível em seus atos, dos conteúdos que respondam às exigências sociais da comunidade.

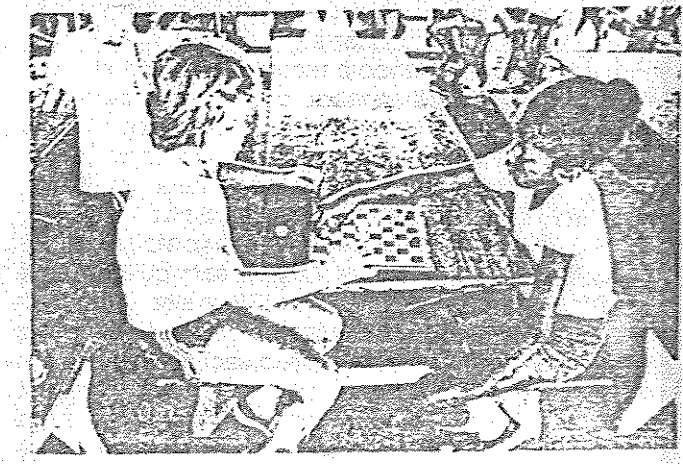
2º. — Que a administração municipal de Piracicaba possa se constituir numa expressão pedagógica, para o povo e para as lideranças políticas. Para o povo, na medida em que ele possa restaurar a confiança em sua força quando esta detém uma forma organizada de expressão. Assim o povo, no caso da cidade de Piracicaba, mas pedagogicamente pode-se pensar em toda a região, no Estado e no País, pode sentir claramente que a sua força advém não das falas e das proclamações das elites que se julgam intérpretes de sua vontade, sejam as intelectuais, sejam as responsáveis pelos meios de comunicação, sejam as industriais, mas sua força advém da sua capacidade de organização, e da ação fundada nessa organização. Nesta medida, as eli-

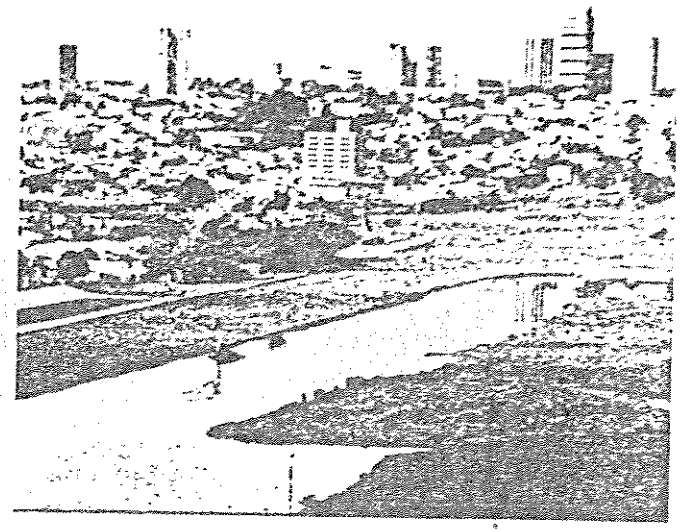
risco de assumir novos princípios de ação administrativa, fundados em propósitos definidos de convocar a população da cidade para uma intervenção democrática na vida política de Piracicaba. A campanha por isso mudou de face, pois enquanto as alternativas antes apresentadas se diluíam na unidade de propósitos e diferenciação de métodos, a nossa proposta se colocava na esteira do movimento que se delineava em termos nacionais, a favor da participação popular na vida política, contra o centralismo, contra o escamoteamento da liberdade pública. Vitoriosa a campanha, com a redefinição dos blocos de apoio que esta proposta teve, decidiu a administração levar avante o seu compromisso. E que compromisso era esse? Apenas isso: trazer e garantir à população o seu direito de decidir, respeitando a sua vontade manifesta, e efetivando a sua participação através de formas organizadas. Isso significava mudar o jargão dos administradores públicos de todos os níveis, que sempre anunciam estarem seus governos a serviço do povo. Nós não estamos anunciando isso: estamos anunciando estar o nosso governo **com** o povo. Não é um governo que se estrutura como **detentor do saber** da vontade do povo, mas sim um governo que se constitui como instrumento para viabilizar a vontade expressa da população que o legitimou como poder.

Ora, colocada essa perspectiva e princípio político, cabia possibilitar que o curso da vontade do povo ganhasse formas de organização e de manifestação. Ao nível dos atuais detentores do poder regional (estados) e nacional, os grupos econômicos mais privilegiados, como o grande capital multi-nacional, os banqueiros, os grupos empresariais, os grandes capitais comerciais, os grandes fazendeiros, têm capacidade efetiva de participação e definição das prioridades e da ação desses governos. A população, por seu lado, tanto a representada pelas camadas médias, quanto pela população trabalhadora, se acha totalmente afastada da capacidade de intervenção na direção dos atos governamentais. Aqui na cidade de Piracicaba, nossa proposta reverte a expectativa: colocamos em primeiro lugar e de modo decisório, as necessidades e exigências da população, e isso possibilita submeter as exigências e necessidades dos setores mais privilegiados no município, às necessidades globais da população.

É evidente que isso se constitui em uma alternativa político-administrativa em termos nacionais. Representa, por outro lado, a recusa da direção imposta à vida política nacional desde 1930, na medida em que se presentifica como recusa da forma centralizada de







tes ou se tornam vozes sem conteúdo, barulho de tambor frente às reivindicações populares — ou elas cumprem seu verdadeiro papel de liderança, assumindo a tarefa de força auxiliar e de direção nas organizações. É por isto que esta Administração, cometendo erros, e muitos, pode a todo o momento fazer sua própria reavaliação e retomar constantemente o seu caminho, já que o seu traçado é seguro, não apenas porque suas metas sejam tecnicamente objetivadas, mas porque se sabe identificada com a vontade da maioria da população da cidade. E esta administração não está disposta a se vender às forças poderosas não pela sua capacidade de servir à população, mas poderosas pela sua capacidade de exploração da sua vontade, dos seus sentimentos, do seu trabalho, das suas expectativas. Nosso compromisso é um compromisso com aqueles para os quais o município é o lugar primeiro para a reprodução das suas condições fundamentais de existência. E com eles nos propomos à reconstrução da dignidade da vontade.

EQUIPE TÉCNICA
Antonio Costa Gadelha Neto
Barjas [illegible]
Enildo [illegible]ro Pessoá
João [illegible]n Neto
Neidson [illegible]gues
Paulo [illegible]o Romera e Silva

TEXTO E REVISÃO
Antonio [illegible]s David Chagas

PROGRAMAÇÃO VISUAL

João [illegible] Neto
Adolfo [illegible]

ARTES FINAIS

José [illegible] Ferreira
Eron [illegible] da Silva
Antonio [illegible] Rodrigues Baptista.

COMPOSIÇÃO

Jornal [illegible]caba

FOTOGRAFIA

Cristiano [illegible] Neto
Henrique [illegible]eri

FOTOLITO E IMPRESSÃO DA CAPA

ADGE Gráficas Produções Gráficas Ltda.

ADOLFO

ASSESSOR DE IMPRENSA

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

DOCUMENTO

Prefeitura do Município de Piracicaba.

1.980.

Administração:

JOÃO HERRMANN NETO

APRESENTAÇÃO

A Educação tem funções eminentemente sociais e portanto não é possível enfrentar nenhum problema educacional deixando de lado sua ligação com o campo sócio-político e econômico.

Desta forma, um programa educacional deve conter todos os elementos de um plano qualificado educacional onde se tenha clareza dos objetivos, da intervenção quanto às providências sociais que tornam possível o direito ao estudo: política sanitária, de transportes, habitacional, alimentar, etc.

Foi dentro deste espírito que o Plano Municipal de Educação agregou-se ao PAC - Plano de Ação Comunitária - programa de governo de João' Herrmann Neto para o período de fevereiro de 1977 a janeiro de 1980.

As finalidades do PMEP, estabelecidas desde o seu início, voltam-se para o trabalhador da cidade, tentando integrá-lo no processo educacional garantido pela Constituição Brasileira como direito de todos e dever do Estado.

Os CEPECs -Centro Polivalente de Educação e Cultura - foram implantados como bases físicas do PMEP nas regiões periféricas da cidade, atendendo as seguintes considerações:

- migração contínua provocada pela instalação de um Distrito Industrial na cidade, aumentando a busca de emprego com consequente rebaixamento do nível de vida do trabalhador, aumentando a necessidade da mulher trabalhar fora.

- ausência de unidades educacionais nestes locais que possibilitassem a mãe que trabalha fora à tranquilidade no que diz respeito a seus filhos.

- comissões formadas nestes bairros reivindicando a instalação de unidades educacionais.

Pode-se observar pelo exposto que não se parte aqui de uma concepção - de educação genérica, indiferente a situações específicas mas de situações concretas: da relação entre educação e realidade social. O PMEP'

É preciso centrar a atenção sobre o projeto educacional mas tendo bem clara a ligação com outros serviços e o condicionamento recíproco entre eles. Por isso muito além dos processos de aprendizagem que se referem a planos de estudo, ao espaço educativo, etc; deve-se levar em consideração a organização da comunidade, a oportunidade de experiência as relações cultura-análise crítica da sociedade. Mas não basta sair das situações locais endereçando-se a política geral e escolar mas sentir quanto e como pesa a organização econômica. Chega-se a conclusão óbvia que coisas novas só podem ser feitas com forças políticas - inovadoras.

Cairíamos no imaginário se pensássemos que estas forças movem-se com clareza em direção aos mesmos objetivos. Ainda existe muito de idealismo o que leva a fixação de critérios tradicionais. Existem então mediações a serem feitas para que um plano educativo possa ser posto em prática; sendo que estas não se realizam harmonicamente pois existem não só métodos diversos mas diversos níveis de poder.

Não se participa do movimento progressista se não se aceitam vínculos que se alimentem com problemas sociais e com ampliamentos críticos do trabalho cultural.

Os intelectuais permanecerão nas reivindicações impróprias, na crítica penosamente individualista enquanto permanecerem de fora do movimento progressista; se fecham deste modo a possibilidade de serem intelectuais orgânicos de um novo tipo, e portanto não participam na evolução mais significativa do tempo atual, aquela da superação da dicotomia entre trabalho intelectual e trabalho político.

CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA

Nossa concepção de infância norteia-se pela concepção de educação e de fins educativos. O PMEP parte da situação real da criança, isto é, ela não é vista como um adulto em miniatura e nem tão pouco como superior a ele. É fato conhecido que a infância tem características fisiológicas diferentes da fase adulta, mas este fisiológico é marcado pelo social. Existe muita diferença entre a criança da família trabalhadora e os filhos das famílias abastadas. Logicamente " o ser criança" não é vivido da mesma maneira nos dois casos: o status dado a estas crianças é diferente, os modelos apresentados nos dois casos são também diferentes assim como o meio social vivenciado por uma e por outra. Seria bastante irônico falar em espontaneidade como uma característica universal da infância quando se trata de uma criança -

volta-se para um projeto político e pretende estar contribuindo para a ampliação do movimento em prol de uma sociedade mais democrática, acreditando que a ação pedagógica pode e deve estar inserida num projeto - social global.

OBJETIVOS DO PMEP

- Preparar a criança para desempenhar um papel na modificação da sociedade;
- Dar ao trabalhador uma instrução fundada no método científico;
- Fazer com que as crianças reflitam sobre as necessidades sociais prioritárias;
- Envolver a comunidade no processo educacional fazendo com que seus fins sejam por ela determinados e encaminhados.

CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO

O PMEP está relacionado à comunidade em que atua, ao mundo do trabalho, ao coletivo, a participação na sociedade, a interdisciplinariedade. Estamos convencidos de que estas ligações devem ser construidas com caráter de necessidade e que o processo educacional não se dá somente no espaço da sala de aula, na discussão das matérias de estudo e na didática. A participação e o controle não devem ser interpretados como - fatos periféricos onde as ligações se realizam exclusivamente entre os especialistas por cima das forças sociais.

Quando se considera com atenção as instâncias super-estruturais, verifica-se que a escola possue um conjunto de meios, dos mais importantes, para sair da lógica da reprodução das condições de base da sociedade - atual e para fazer dar fruto as contradições que nela permanecem há tempos. Quem continua a repetir que projetos educacionais não podem - ser senão o reflexo da sociedade em que vivemos, esquece do fato que nesta sociedade existe uma oposição organizada. Milhões de indivíduos produzem relações, comportamentos, sistemas de valores novos. Portanto a questão educativa define uma área de empenho na qual é preciso conquistar objetivos sociais de importância primordial e isto só pode ser realizado mediatne a ligação com forças políticas inovadoras.

mais é que a concepção paternalista geral que domina a sociedade levada às últimas consequências. Todavia tais concepções partem de abstrações que precisam ser superadas para se poder permitir o crescimento da criança.

Os objetivos deste programa são então:

- valorização da criança enquanto pessoa humana, que pensa, tem vontade e opiniões.
- aquisição de conhecimentos na luta por uma sociedade mais justa com o consequente reconhecimento da realidade vivenciada pela criança.
- desenvolvimento da solidariedade, da independência, da curiosidade, da iniciativa, da criatividade, da observação e da análise.
- desenvolvimento do espírito do coletivo baseado na organização e na disciplina de estudo.

CLIENTELA E ATENDIMENTO

a) - Faixa Etária atendida: O programa de Pré-Escola do PMEP atende - crianças de 3 meses a 6 anos e 11 meses distribuidasda seguinte - forma:

- Berçário - 20 crianças de 3 meses a 1 ano e 11 meses, que são cuidadas por 3 berçaristas e uma lactarista
- Creche - 60 crianças de 2 anos a 6 anos e 11 meses cuidadas por 5 monitoras de creche e 1 professora especialista em pré-escola.

O limite de 80 crianças foi determinado pelo espaço físico disponível e pela concepção que o acompanhamento destas crianças deve ser feito de maneira a instruir e formar. Não queríamos "um depósito de crianças" que poderia aparentemente estar servindo a população mas na realidade estaria atendendo a princípios populistas e eleitoreiros e reforçando o preconceito da população quanto a utilização de creches. Este preconceito encontra seu fundamento nos serviços oferecidos a população pela maioria das creches públicas. É preciso que os locais tornem - possível a atividade física e exploratória da criança; não basta apenas a convicção que o movimento e a liberdade são essenciais para o desenvolvimento psíquico e fisiológico da criança.

subnutrida, responsável pelos cuidados de irmãos menores e pelas tarefas domésticas. Portanto uma natureza infantil abstraindo-se as características sociais das crianças é coisa em que não acreditamos. O senso de responsabilidade é a mesma coisa, já que uma criança bem cuidada e bem tratada desenvolve um processo de dependência do adulto em bem maior grau do que o filho do trabalhador. Na nossa opinião toda criança apresenta uma personalidade social e desenvolve comportamentos que refletem a classe social a que pertencem.

PROGRAMAS DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Os programas que fazem parte do PMEP foram estabelecidos com base nos seguintes critérios:

- atendimento as demandas estruturais significativas para o incremento de renda nas famílias;
- atendimento a crianças e pré-adolescentes que frequentam as escolas estaduais de modo a avançarem no processo escolar adquirindo instrumentos que lhes permitem atuar no meio em que vivem.
- atendimento a comunidade, em assuntos de seu interesse, que lhe possibilitem uma melhor atuação no meio em que vivem;
- atendimento de adultos com suprimento a escolarização .

Deste modo teríamos os seguintes programas prioritários:

- Programa de Pré-escola (creche e berçário)
- Programa de Educação Complementar de 1º Grau (PECPG)
- Programa de Educação Complementar para Adultos (PECA)
- Programa de Alfabetização de Adultos.

PROGRAMA DE PRÉ-ESCOLA

Denominamos pré-escolar toda e qualquer criança com idade inferior a sete anos completos. Deste modo educação pré-escolar é aquela que cobre todo o período etário entre 3 meses até seis anos e onze meses.

Como já foi afirmado anteriormente toda e qualquer atividade parte de uma concepção de homem. Há uma tendência cultural de compreender a criança como incapaz; como objeto manipulável a vontade; como algo frágil que se quebra ao primeiro sopro de vento. Tal modo de ver, nada

treinamento muito [illegible] aprendeu [illegible]
avaliação da experiência [illegible] pessoas monitores como pais e mães da mesma comunidade em que iriam trabalhar, é importante ressalvar que durante o treinamento os monitores estiveram efetivamente trabalhando e recebendo por isto.

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO COMPLEMENTAR DE 1º GRAU

Este programa tem características inovadoras constituindo-se numa complementação a Escola Estadual. Poderia surgir a questão: Estes recursos não seriam melhor dirigidos se encaminhados numa outra direção? - Não estaríamos sobrepondo esforços numa mesma área? A melhor resposta a esta questão está na realidade educacional brasileira. É conhecida de todos a crise que o ensino oficial está passando, crise esta denunciada sistematicamente pela maioria dos educadores e pela própria - população. A taxa de evasão e repetência da 1a. para a 2a. série em Piracicaba é de 51%. Além disso muitos dos alunos que conseguem - atingir a 4a. série do 1º grau não tem domínio sobre as operações aritméticas e sobre a leitura. Porque isto acontece?

Acreditamos que são devidos a dois tipos de fatores os estra escolares e os intra-escolares. Os extra-escolares estão relacionados as diferenças de classe social. As intra-escolares relacionam-se as diferenças culturais, o filho do trabalhador ao entra na escola já leva uma desvantagem inicial: não possui as habilidades exigidas pela escola na medida em que os currículos escolares são determinados em função de uma criança padrão de classe média.

Desta maneira considerados estes fatores, ainda que expostos sumariamente no parágrafo anterior, o Programa de Educação Complementar de 1º Grau teria por objetivo fornecer elementos ao filho do trabalhador' que permitissem a ele caminhar o mais possível no processo de escolarização, auxiliando-o a se apropriar da cultura de uma maneira científica

CLIENTELA E ATENDIMENTO

a) - Faixa etária atendida: O PECP atende crianças de 7 a 11 anos distribuidas em classes de 20 crianças. O número de crianças atendidas é de 280. (8 professores responsáveis).

CONDIÇÕES DE ATENDIMENTO

São adotados para o preenchimento de vagas os seguintes critérios: (Ressalve-se que estes critérios foram estabelecidos pela comunidade dos bairros juntamente com a Equipe Pedagógica responsável pelo PMEP).

- pai e mãe que trabalhem fora e não tenham onde deixar os filhos;
- ausência de adulto responsável para cuidar da criança enquanto os pais trabalham;
- família residente no bairro em que se instalou a unidade educacional;
- havendo excessivo número de candidatos são atendidos os que tem maior necessidade econômica;
- é exigido para o atendimento o preenchimento uma ficha de inscrição e para a matrícula comprovante de residência e de trabalho.

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

Para o pessoal docente: 8 horas de trabalho diário.
Para o pessoal discente: 11 horas de permanência no CEPEC.

SELEÇÃO DO PESSOAL DOCENTE

De acordo com as finalidades educativas do PMEP, já expostas anteriormente, o recrutamento do pessoa docente do CEPEC foi feito entre a população do bairro, para que a ligação educação- realidade se estabelecesse com bases mais sólidas garantindo uma participação mais ampla da comunidade e refletisse seus anseios e aspirações.

O pessoal selecionado para trabalhar nos CEPECs passou por um treinamento onde foram aproveitados os recursos da própria comunidade assim' como das universidades locais e da prefeitura do município.

Deste treinamento constaram palestras, grupos de debates, estágio, visitas as famílias inscritas, confecção do planejamento, reuniao com pais e mães da comunidade, propostas de atividades para os pais, pesquisa sobre a cidade, leituras, etc.

...ções de Educação Artística desenv... ... professores especiali-
zadas nesta área relacionados a temática de sala de aula.

Integração com a Merenda Escolar.

As crianças do Programa de Pré-Escola e de Educação Complementar fazem as refeições no CEPEC sendo que estas são baleceadas. As refeições recebem acompanhamento de especialistas em Economia Doméstica, sendo que em cada centro há uma responsável.

Integração com o Programa de Saúde.

As crianças de berçário e creche passaram por exame antes de serem admitidas no CEPEC. Em casos necessários houve encaminhamento para atendimento.

Quando há casos de atendimento no CEPEC estes são encaminhados ao posto de saúde local.

Programa de Educação Complementar de Adultos (PECA)

Este programa foi elaborado com a finalidade de propiciar à população da periferia de Piracicaba informações que lhes fazem falta no cotidiano, estando inteiramente vinculado aos Programas de Saúde e de Promoção Social. Tem como característica a prática de uma educação informal embora sistemática.

Uma atividade educacional caracteriza-se no nosso entender, como algo desvinculado de estrutura escolar (formal). Isto não significa que não pressuponha uma constância, um planejamento e uma sequência com começo, meio e fim, garantindo desta maneira que realmente aproveite-se o espaço aberto para discussão, atingindo assim os objetivos propostos: reflexão e incorporação das informações veiculadas através do PECA.

Num primeiro momento pensamos em implementar este Programa em apenas um bairro a fim de testá-lo. Escolhemos o bairro de Santa Terezinha já que é uma das Comunidades consideradas carentes e portanto prioritária para um atendimento. Uma vez que trata-se de um bairro industrial onde a maioria da população trabalha, decidimos propor um curso sobre a Legislação Trabalhista.

b) - Condições de atendimento

São adotados para preenchimento de vagas os seguintes critérios:

- a criança estar matriculada na Escola Estadual da 1a. a 4a. série do 1º grau.
- havendo excessivo número de candidatos é dada preferência as crianças cujos pais trabalhaem fora e que tenham dificuldades de aprendizagem na escola do Estado.

Horário de funcionamento:

. Para o pessoal docente 4 horas de trabalho diário seja no turno' da manhã ou da tarde.

. Para o pessoa discente:
período da manhã: das 07:00 às 11:30 horas.
período da tarde: das 12:00 às 17:00 horas.

Seleção do pessoal docente: O recrutamento do pessoal do PECPG deu-se' por concurso de prova e entrevista. Deu-se preferência aos moradores dos bairros onde funcionaria a unidade educacional.

Passaram por treinamento onde participaram de palestras, debates, grupos de estudo, seminário, prepararam o planejamento, o material didático, fizeram relatórios, pesquisa sobre a clientela dos bairros onde funcionariam os CEPECs, etc. Foi dado no treinamento enfase especial quanto aos seguintes aspectos: a necessidade de se afrontar os problemas educativos não somente quanto à relação didática em sala de aula mas em relação com o sócio-político. A organização escolar deveria ser encarada como um serviço educativo a comunidade, enfatizando que uma escola só poderá ser nova pelas funções que a comunidade lhe determinar e não pelo material didático adotado.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO PECPG

- acompanhamento das tarefas de sala de aula.
- desenvolvimento de um programa montado pelos professores onde se interpenetram as seguintes áreas: Comunicação e Expressão, Matemática, Estudos Sociais, Ciências. O programa foi montado em cima da seguinte temática: Natureza, Trabalho, Homem, Cultura.
- programa de educação física desenvolvido por alguns atletas da Coordenadoria de Esportes.

Com o apoio dos Sindicatos foi feito um levantamento dos assuntos de interesse dos trabalhadores e sua disponibilidade de dia e hora para o curso.

Além deste tipo de atividade, o PECA promove até forrós, filmes, etc, - com o objetivo de proporcionar lazer para a comunidade.

PROGRAMA DE ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS

Tem um caráter experimental e exploratório já que estamos produzindo material e testando uma metodologia adequada ao trabalhador piracicabano.

Coordenação e redação:
Sandra Maria Carvalho de Paoli

Colaboração :
Ana Lúcia G de Faria
Jorge Gonzalez
Sérgio Arthur Campos
Suely Amaral Mello

Deputado
JOÃO HERRMANN NETO, PMDB/SP
Vice-Líder na Câmara Federal
Brasília: Anexo IV, gabinete 409
telefones (061) 213.5409/223.3590
cep: 70.160
Piracicaba. Rua São José, 317
telefone (0194) 22.3531
cep: 13.400

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Estratégia em educação de base

JOÃO HERRMANN NETO *

BRASÍLIA — **"Substituir a escola de poucos por uma escola de muitos", esta a dimensão principal do pronunciamento feito esta semana, em Brasília pelo deputado João Herrmann, de Piracicaba. O enfoque principal foi justamente em torno da política educacional desenvolvida na cidade e que irá inspirar um painel de debates, no mês de julho, em Belém do Pará, ocasião em que se realizará a reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.**

Ora, tal proposta deixava nítido que, para sua consecução era imprescindível a formação de quadros nesta perspectiva. Bons profissionais, dentro dessa ótica, significava sobretudo bons políticos. E o envolvimento desses profissionais na discussão mais ampla em que estava inserido o seu trabalho obrigatório. Ele precisava ter clareza dos limites dessa atuação e consciência da necessidade do envolvimento da comunidade no processo político. E ainda, respeitar o estágio em que se encontravam as organizações das comunidades, bem como o seu papel de trabalho com e não para, no sentido de fazer avançar esse estágio de organização. Legitimar as organizações existentes e não multiplicar, num processo divisionista comissões reivindicativas que se se bastavam a si mesmas; democratizar tais organizações a partir do envolvimento da comunidade na elaboração dos rumos a serem seguidos; são princípios fundamentais que deveriam ser assumidos pelos funcionários.

"Este exercício democrático, patrocinado por um governo de oposição — dizia a equipe pedagógica — não é apenas um meio para contribuir para a transformação da sociedade, mas tem um fim em si mesmo: democratiza a instituição e garante o não-retrocesso. Já que a democracia a nível municipal é conseqüência do grau de liberdade política existente a nível nacional".

Por tudo isso, a experiência de Piracicaba é rica e pedagógica. (6) É com dificuldades terríveis e perceptíveis, uma experiência capaz de passar por tudo, por todos os meios legítimos, menos pela negociação dos princípios do governo, calcados na defesa dos interesses das maiorias até então desprivilegiadas.

Foi necessário abandonar a atitude crítica solitária ao regime e, com humildade, a administração teve que ir buscar na sabedoria da população, as comunidades que se organizaram, as idéias e os caminhos para se construir um programa alternativo, que se transformou, ao lado de outros governos de característica popular, no Estado de São Paulo, e resposta do PMDB ao regime.

NOTAS

(1) — Picchia, Pedro Del — in "A Batalha da Colina", editado pelo Movimento dos Profissionais por um Governo Democrático, 1982;

(2) — Faria, Ana Lucia G.; Carvalho, Sandra; Campopiano, Sueli — in "Programa de Educação de Piracicaba", 1978;

(3) — Negri, Barjas — in "Textos sobre Educação", publicado pelo "Jornal do Povo", Piracicaba/SP, trecho de conferência proferida no seminário sobre educação popular, promovido em Belo Horizonte, pela Associação Nacional de Educação, 1981;

(4) — Nadelman, Cléa — in "Piracicaba, educação numa prefeitura de Oposição", Revista Nacional de Educação, ano 1, nº 2, 1981, publicada pela ANDE.

(5) — Faria, Ana Lucia G. — in "Análise da Experiência Educacional de Piracicaba", Revista Nacional de Educação, ano 1, nº 2, 1981, publicada pela ANDE.

(6) — Herrmann, João Neto — in "A Resposta de Piracicaba".

(* — João Herrmann Neto, é Deputado Federal pelo PMDB/SP, Vice-Líder do partido na Câmara Federal; ex-prefeito de Piracicaba/SP, onde implantou um governo de participação popular; engenheiro agrônomo formado pela ESALQ/USP)

Algumas cidades brasileiras tem tentado a realização de uma experiência administrativa baseada em maior participação direta da população nas decisões de seu município, através de sociedades de bairro, comitês e sindicatos. As cidades de Piracicaba (SP), Lages (SC), Boa Esperança (ES), entre outras, conseguiram avanços na sociedade em função desta dinâmica alternativa de governo.

Piracicaba, cujo estudo de caso passaremos a relatar, tem um proposta em educação alternativa, os CEPEC's — Centro Polivalentes de Educação e Cultura — nos quais funcionam: berçário, creche, pré-escola, educação complementar para crianças que estão fazendo o 1º grau regular, educação física, educação artística e programa de educação complementar de adultos, incluindo alfabetização. A cidade conta ainda com um sistema de merenda escolar considerado o mais perfeito do Estado.

Ao lado de pais e professores, educadores e técnicos, a Administração de Piracicaba montou um programa de educação. Não foi o berço que nos impulsionou a educar, mas sim o "p" do pá, o "t" do tijolo, o "m" de martelo, o "l" de luta que dão aos educandos clareza sobre a própria realidade em que vivem inseridos, fundindo os meios de leitura com os seus instrumentos de trabalho.

Abriram-se berçários, creches, escolas, não com a finalidade de serem armazéns de crianças. Ao contrário, ali investe-se nas pessoas dignas, os filhos dos trabalhadores, que procuram a escola pública gratuita, transmitindo-lhes o conteúdo crítico necessário a fim de que enxerguem a realidade como é, num processo de inversão da vontade do regime que usa a educação como meio de contenção e estratificação sociais.

O Programa de Ação Comunitária de Piracicaba — PAC — previa em sua elaboração e depois, na sua consecução, que na área educacional o plano deveria estabelecer a construção de Centros Polivalentes de Educação e Cultura, os CEPEC's, os quais são considerados meios para o desenvolvimento dos seguintes programas, dirigidos basicamente às pessoas de baixa renda e moradoras da periferia da cidade:

a. creches e pré-escolas,
b. supletivo de 1º grau para maiores de 14 anos e, prioritariamente, para adultos com mais de 18 anos,
c. suprimento de escolarização e programa de bolsas de estudo orientadas,
d. programa de alfabetização de adultos.

Uma vez instaladas todas as unidades, o Programa de Educação cobriu a urgência de escolarização ao nível de berçário à educação de adultos, em quase todas as áreas mais carentes do Município de Piracicaba, prestando serviços diretos a uma clientela de mais de seis mil pessoas e aproximadamente quatro mil crianças. Este programa se constituiu não apenas como forma de suprir as deficiências dos programas de Educação mantidos pela União e pelo Estado, mas para garantir o acesso à sociedade de milhares de pessoas subjugadas pela ignorância que lhes era imposta e que não pretendiam reproduzir sua escravidão à classe dirigente, mas o restabelecimento de sua dignidade enquanto cidadãos.

Piracicaba tem hoje poucos analfabetos. Os que não sabem ler e escrever somam 10 mil pessoas, cerca de 4% da população de 250.000 habitantes. Mas esses pequeno contingente é de analfabetos estatísticos (1) daqueles que nos censos declaram não saber escrever o próprio nome. Na verdade, pelos bairros da cidade há uma enorme carência educacional, entre crianças e também entre adultos. Na linha de transformação social que a administração pública se impôs, o lema **"é preciso conhecer para mudar"** direcionou todos os seus programas na área de educação.

Como os demais programas sociais, o de educação esteve assentado na participação popular. Cada bairro tinha o seu Conselho de Educação, formado por representantes eleitos dos moradores e que debatiam em nível de igualdade com funcionários administrativos as necessidades educacionais locais. Como o ensino de 1º e 2º graus era atribuição do Governo do Estado, o poder público municipal colocou-se como instrumento de conquista de escolas e professores do governo do Estado. E apesar do bloqueio

sistemático que a administração do governador Paulo Maluf (entre 1978-1982) impôs à cidade, em todos os níveis, foi possível expandir a rede estadual, ainda que em menor escala do que as necessidades exigiam. De sua parte, a Prefeitura ergueu as chamadas salas de emergência, para evitar que as crianças ficassem sem poder frequentar o ensino regular.

O mais avançado do Programa Municipal de Educação foi, no entanto, a concepção dos Centros Polivalentes de Educação e Cultura, os CEPEC's. Nos bairros mais populares de Piracicaba foram erguidos 11 CEPEC's, em áreas que variavam entre 1200 e 7000 metros quadrados. Cada uma dessas unidades oferece ainda hoje serviços de berçário, creche, pré-escola, educação complementar, merenda, educação física e educação artística.

Apesar das dificuldades materiais, cerca de 5600 crianças foram atendidas pelo programa, entre 1976 a 1982, minimizando um dos graves problemas detectados na comunidade. Depois de um estudo regular, constatou-se que 51% das crianças que se iniciavam no 1º grau, acabavam abandonando a escola. E a maioria absoluta dos que deixavam a escola era formada por filhos de trabalhadores de mais baixa renda.

Assim, os primeiros CEPEC's nasceram nos bairros mais pobres da cidade, proporcionando um ensino integral e dando alimentação gratuita a uma população infantil cujo destino seria inexoravelmente o abandono da escola.

"Substituir a escola de poucos por uma escola de muitos, na qual todo cidadão realize sua capacidade de tornar-se um dirigente, que possa pensar e estudar, dirigir ou controlar quem dirige, fazendo coincidir, ao final, no plano da democracia política, governantes e governados", dizia a equipe pedagógica responsável (2) pela implantação do Programa, em seu documento inicial ao Governo de Piracicaba.

Nas creches, pré-primários e unidades suplementares instaladas em cada CEPEC, trabalharam funcionários e professores do próprio bairro, selecionados através de concursos e entrevistas. Essas pessoas acabaram se transformando em agentes de conscientização da própria comunidade.

Porém, a grande novidade introduzida pelo CEPEC, que o transformou numa experiência pioneira aplicada em larga escala no Brasil, é a forma de gestão plural introduzida na unidade educacional. No CEPEC não houve responsabilidades individuais; sempre predominou o grupo, a ação coletiva. Ele possuía ainda um Conselho de Avaliação e um Conselho Pedagógico. O Conselho Pedagógico, formado pelo secretário de educação, que participa diretamente das atividades em cada unidade, pela equipe pedagógica e pelos professores de cada bairro. Já o Conselho de Avaliação é formado por elementos da comunidade: os professores, os monitores e os funcionários. Esses dois conselhos dirigiam o CEPEC e discutiam suas decisões com a comissão de educação do bairro, escolhida por eleição através do Centro Comunitário.

Foi o então secretário de Educação, prof. Barjas Negri (3) quem definiu que "nós acreditamos na pessoa humana como aquela que pensa, tem vontades e opiniões. Por isso, o objetivo de nossa escola é transmitir conhecimentos que permitam ao homem lutar por uma sociedade mais justa. Procuramos desenvolver nele a solidariedade, a independência, a criatividade, a curiosidade, a capacidade de iniciativa e, com muita ênfase, o espírito de coletividade".

Acreditamos que o povo organizado, consciente e participante encontra seus próprios caminhos. E procuramos mostrar que o aparelho de Estado Municipal e seu poder local deveriam estar subordinados aos interesses das maiorias, a seus anseios e direitos por uma sociedade mais justa e melhor.

Por ser uma Prefeitura de Oposição, entre 1976 a 1982, Piracicaba sofreu vários tipos de pressões e boicotes. Internamente a sociedade tradicional da cidade foi contra a prioridade que a administração municipal decidiu dar aos bairros periféricos mais carentes. Como os recursos não eram inesgotáveis, o dinheiro aplicado em saúde, habitação ou educação na periferia foi retirado de outras melhorias que favoreciam mais os setores privilegiados, como a construção de viadutos e estacionamentos, ou de praças e jardins nos bairros de urbanização mais antiga.

Mas além dos problemas internos, a prefeitura tinha problemas de verbas, pois não recebia praticamente nada dos governos do Estado e da Federação. Num primeiro momento da Administração, a prioridade de Piracicaba foi com o saneamento básico. Resolvida esta questão, implementou-se um trabalho intenso na área da educação. Com isso surgiram os CEPEC's, promovendo a educação efetiva para o filho do trabalhador.

Eles começavam a funcionar as sete horas da manhã. Professores, monitores e funcionários se revezavam nos portões, para esperar as crianças da creche, berçário, pré-escola e educação complementar.

A seleção dos professores, monitores e outros funcionários por uma equipe de coordenação pedagógica, que selecionava, treinava e acompanhava os elementos que trabalhavam nos CEPEC's. Com exceção do diretor, supervisor e secretários, os outros funcionários (professores, monitores e serventes) moram no bairro onde funciona o CEPEC. Além desse critério de seleção, a pessoa escolhida tinha que participar de alguma comissão do bairro (asfalto, de rua, da igreja, da luz, do Centro Comunitário ou Associação de Moradores, enfim) e mais do que isso, gostar de crianças.

Após a seleção, os funcionários recebiam treinamento onde se discutia a filosofia de ação da Prefeitura e do PMDB, o projeto educacional dos CEPEC's, a instrumentalização técnica necessária para cada função. Durante o treinamento, os funcionários também faziam um passeio pelo bairro, onde levantavam alguns dados: como as mães educavam suas crianças, que músicas cantavam para seus filhos, que histórias contavam, isto é, a situação real das crianças com as quais deveriam trabalhar.

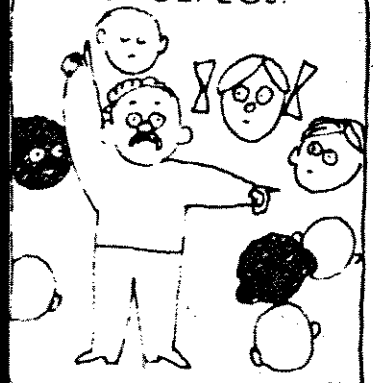
O treinamento incluía também a leitura, análise e discussão de quatro textos: Natureza e Cultura; O Papel do Trabalho na Evolução da Sociedade; Um Panorama Sobre a Educação Brasileira e Humanização do Homem (este último de Betauro Oliveira). Depois do treinamento, os grupos eram separados por nível de trabalho. Por exemplo, o pessoal que trabalharia com educação complementar começava a analisar o que faltava no conteúdo escolar e curricular dado nas escolas oficiais e o que deveria ser complementado. Os monitores eram treinados para exercerem, na pré-escola, técnicas de coordenação motora e prontidão para alfabetização (discriminação auditiva e visual, etc.).

O contato com os pais (4) era um dos objetivos mais importantes do CEPEC. Algumas crianças saíam na sexta-feira da escola e voltavam do mesmo jeito, na segunda-feira seguinte. Então, era importante educar a mãe, pois a criança, ao ficar de segunda a sexta-feira na unidade, acabava tendo novos comportamentos, aprendia coisas que precisava ser incentivadas em sua própria casa. Por isso, atribuiu-se ao diretor uma visita sistemática aos pais, para conversas e auxiliar na organização de comissão de pais para que estivessem sempre presentes nas reuniões pedagógicas, festas, atividades culturais, criando juntos, condições para virem a dirigir as unidades educacionais.

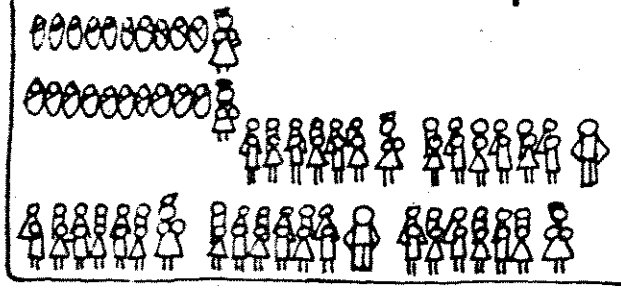
Havia ainda, por parte da equipe pedagógica uma análise criteriosa sobre os limites de um programa desta natureza, a nível nacional, em face da inexistência de um processo democrático a nível nacional. Mesmo assim, entre os documentos que basearam o programa, a análise do quadro (5) foi sempre em função de que o trabalho em educação promovido por uma administração municipal porta de limites claros. E por isso, era importante questionar também qual a expectativa da comunidade em relação à prestação de serviços no campo educacional. Quando a administração era voltada para prestar esse tipo de serviços no bairro periférico e carente, assumia-se um papel que lhe cabia enquanto governo. E também aprofundava e modificava-o quando esta prestação de serviços carregava consigo a proposta democrática.

PORQUE OFERECE

Porque o CEPEC será sempre o lugar de encontro e reuniões para a formação de novos CEPECs.



Porque cada CEPEC só pode atender 80 crianças, sendo 20 no berçário e 60 na creche e 320 na Educação Complementar. O número maior do que 80 crianças será prejudicial a elas, por isso todos se organizarão para ter novos CEPECs nos bairros e que atendam a todas as crianças.



Porque ele é uma reivindicação do povo trabalhador unido e solidário.

Porque é obrigação da Sociedade, zelar pelo bem estar de todas as crianças.

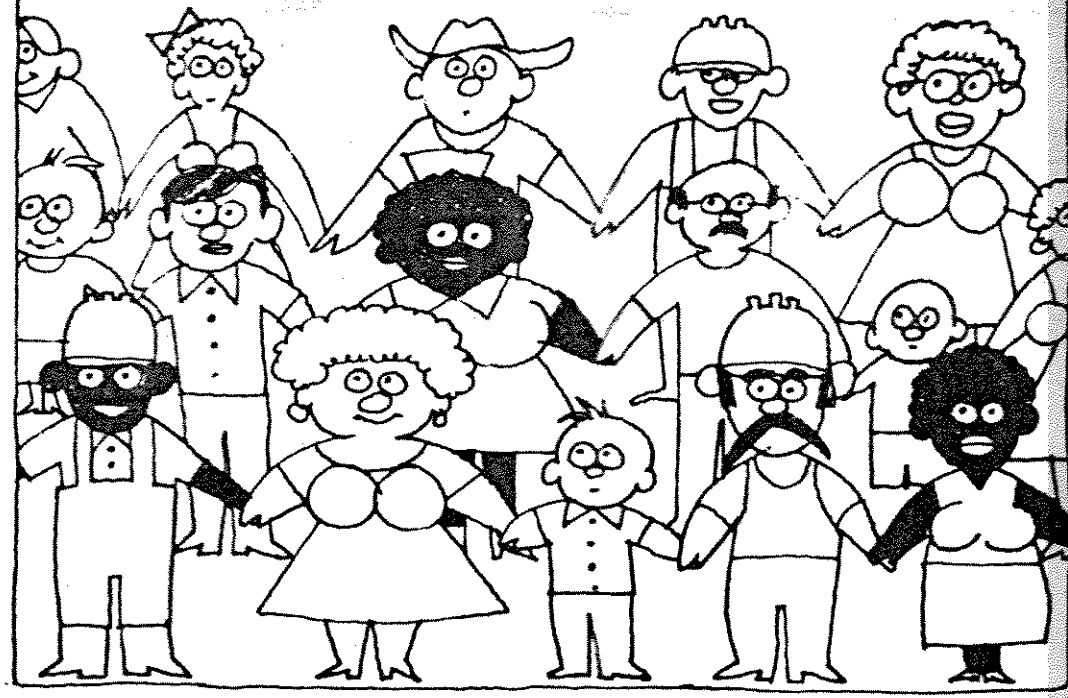
Porque a administração terá que ser sempre solidária com o seu povo.

CEPEC

CENTRO POLIVALENTE DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Berçário, Creche e Educação Complementar do 1º Grau
mais uma obra solidária, coletiva
administração JOÃO HERRMANN NETO

O QUE É O CEPEC

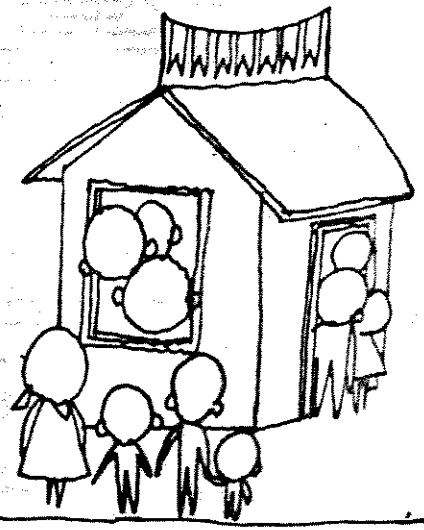
O CEPEC - CENTRO POLIVALENTE DE EDUCAÇÃO E CULTURA - não é uma associação de caridade, é o resultado de uma reivindicação que o povo unido, solidário e organizado fez a administração.



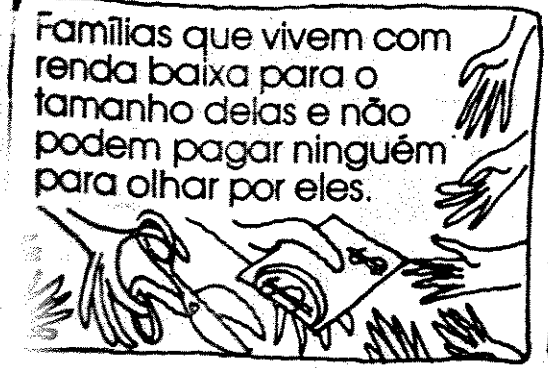
A QUEM ATENDE

Crianças de 3 meses a 11 anos, cujos pais trabalham fora e não tem com quem deixá-los. O programa de Educação Complementar vai atender as crianças que já estão na escola.

Famílias que moram em bairros onde funcionam CEPECs, porque foi trabalhando unido que o povo do bairro conseguiu o CEPEC que veio atender muitas famílias que realmente precisam.

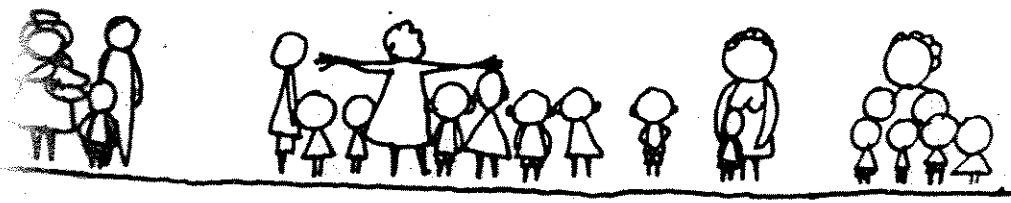


Famílias que vivem com renda baixa para o tamanho delas e não podem pagar ninguém para olhar por eles.

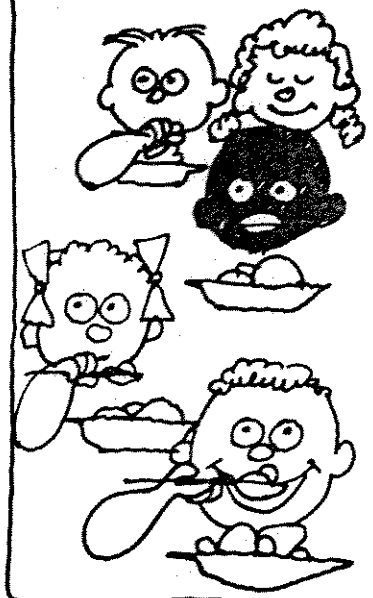


O QUE OFERECE

O carinho e a proteção às crianças durante o horário em que os pais trabalham fora.

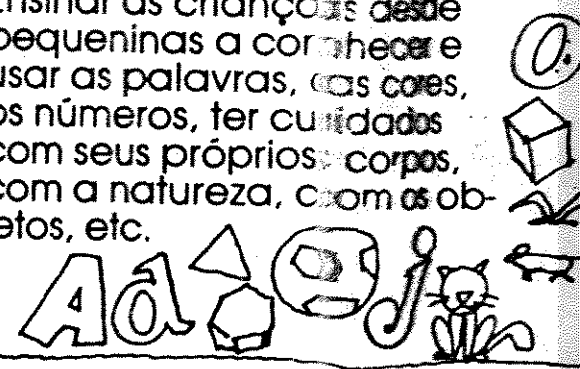


Muita alimentação e cuidados médicos.

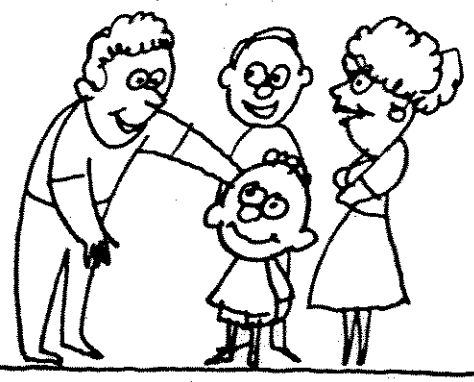


Os Professores e Monitores que vão trabalhar nos CEPECs são moradores dos próprios bairros e que fizeram treinamento adequado para isso.

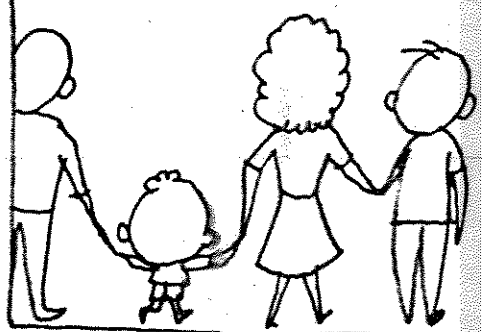
Ensinar as crianças desde pequeninas a conhecer e usar as palavras, as cores, os números, ter cuidados com seus próprios corpos, com a natureza, com os objetos, etc.



Ensina que é um direito de cada criança ser respeitada por todo mundo - a família, os coleguinhas, os professores e toda a Sociedade.



Ensina as crianças a conviver e se relacionar com todo mundo.



Deixar as crianças preparadas para enfrentar a escola e a vida.

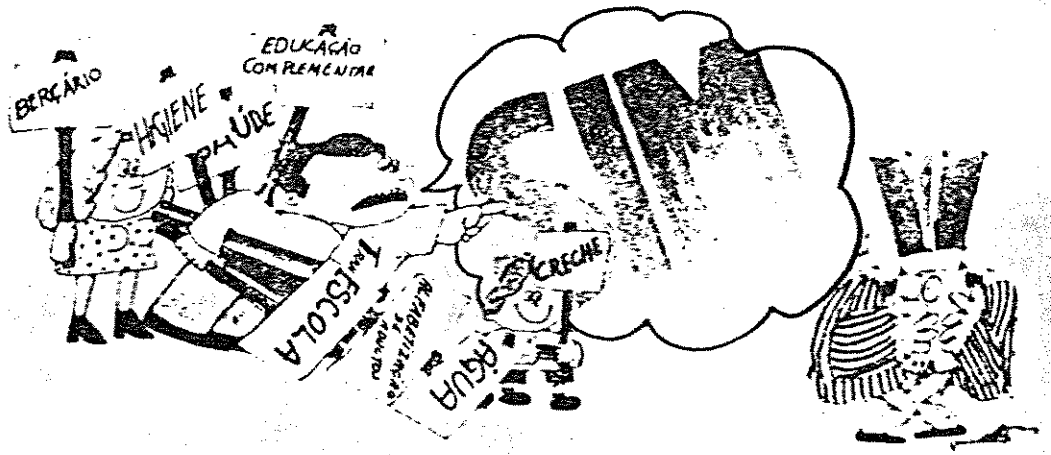
SECRETARIA MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO
Secretário: Barjas Negri

PREFEITURA DO MUNICÍPIO
DE PIRACICABA

COMUNIDADE E GOVERNO TRAÇANDO NOVOS CAMINHOS

Administração JOÃO HERRMANN NETO

É PRECISO CONHECER PARA MUDAR



A LIBERDADE SERÁ
CONQUISTADA
QUANDO A POPULAÇÃO
CONHECER SUAS
NECESSIDADES
E APONTAR A FORMA E OS
CAMINHOS
DE ALCANÇAR O BEM-ESTAR
DE TODOS.

EDUCAÇÃO

Prefeitura do Município de Piracicaba

Conhecer para mudar. O Governo do PMDB em Piracicaba acredita que só é possível solidificar a participação da população dentro do processo decisório, quando as pessoas estão suficientemente formadas e informadas para conhecer a origem dos problemas ligados ao seu dia a dia. Ao implantar o Programa Municipal de Educação, com uma perspectiva real de chamar e ouvir a comunidade, o Governo do PMDB em Piracicaba nada mais fez do que se identificar com o processo de conscientização popular. Constatou-se que a questão da educação era um dos problemas centrais da população: além da falta de equipamentos e das más condições do ensino, a orientação imprimida não corresponde ao interesse histórico do filho do trabalhador. Nosso governo está consciente de que só com a mobilização e organização da população é possível contornar este problema, principalmente por não ser de sua responsabilidade direta o ensino de 1.º grau. Tanto é verdade que, graças à sua mobilização, o povo está conquistando a ampliação do número de escolas existentes. O Governo de Piracicaba considera definitivo atender ao trabalhador no que deveria ser a educação em seu verdadeiro sentido. Por isso montou um programa de complementação do 1.º grau, baseado numa proposta de educação integral, ou seja, alimentação, transporte, política sanitária e de saúde, ensino adequado à população. Este programa é único em todo o Brasil e tem recebido apoio daqueles interessados em promover a educação da população. O Governo do PMDB em Piracicaba procurou realmente democratizar a instituição escolar uma vez que selecionou seus funcionários entre os moradores dos bairros, tornando sua experiência diária o instrumento pedagógico. Esses funcionários juntamente com os pais e a comunidade virão a gerir as unidades educacionais uma vez que se apropriem dos instrumentos necessários para esta intervenção. Em Piracicaba é o próprio povo quem conquista seus direitos, exige uma participação no governo e administra suas conquistas, dando a um programa, como este, a importância e o respeito que só ao povo podem ser depositadas.

JOÃO HERRMANN NETO
Prefeito Municipal - Piracicaba SP

Expediente
Publicação feita pela
Assessoria de Informações
da Prefeitura do Município
de Piracicaba, SP.
abril de 1981

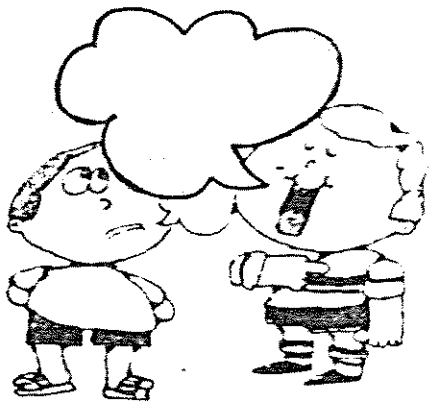
O que é o Programa

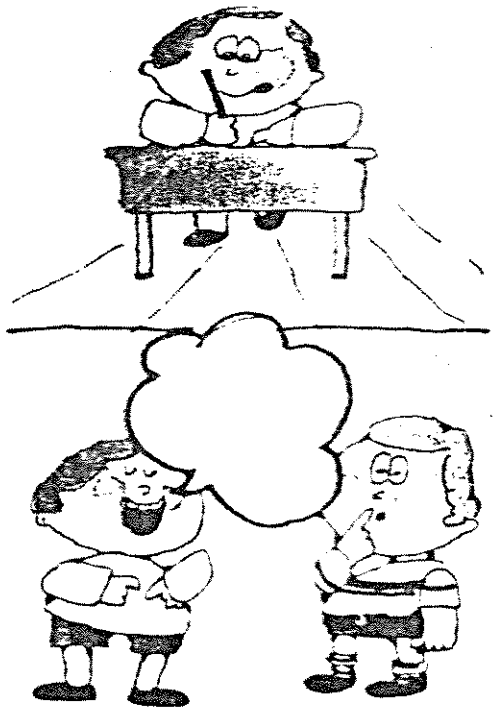
Para analisar melhor o mundo em que vive e transformá-lo, o trabalhador precisa ter instrumentos para isso. É preciso conhecer para mudar. Pensando em oferecer melhor atendimento educacional, a Prefeitura de Piracicaba desenvolve vários programas de educação para crianças e adultos.

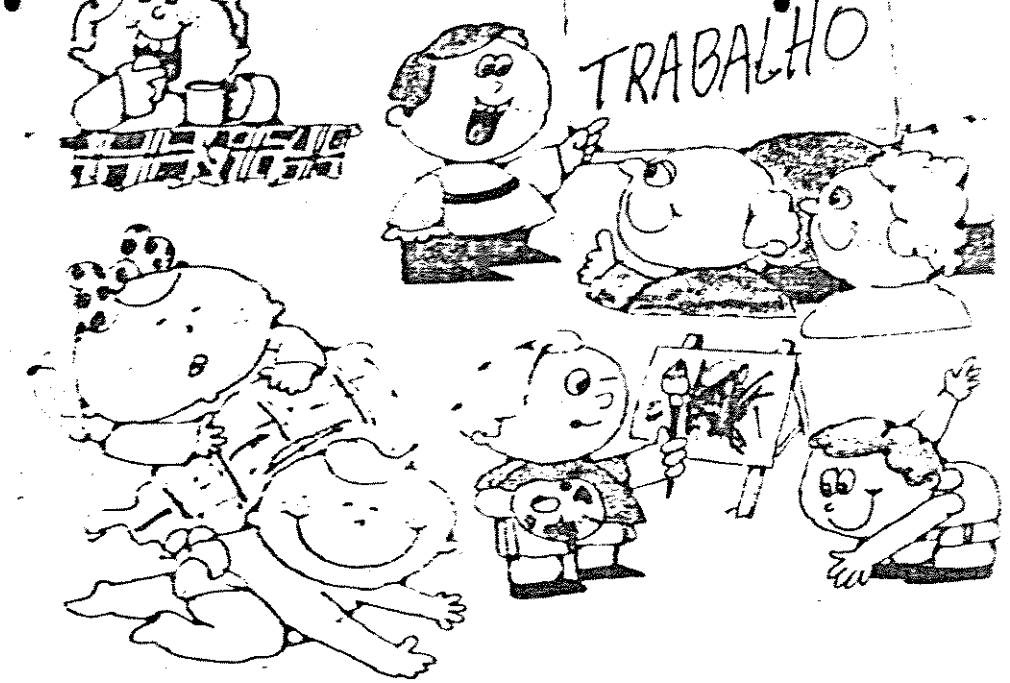
O ponto de partida do processo está nas novas unidades educacionais construídas, os chamados Cepec's — Centros Polivalentes de Educação e Cultura — que valorizam a criança como pessoa humana, que pensa, tem vontades e opiniões; transmitindo conhecimentos para lutar por uma sociedade mais justa, desenvolvendo sua solidariedade, independência, curiosidade, iniciativa, criatividade, observação e análise. Mais importante ainda, desenvolvendo o espírito coletivo baseando-se na organização e disciplina de estudo.

Utilizando o prédio do Cepec, são desenvolvidas atividades educacionais com adultos, oferecendo alfabetização, pós-alfabetização, e educação complementar. Aprender a ler e escrever representa a ampliação dos

ciência do trabalhador piracicabano, aumentando as ferramentas que constroem o trabalho de participação e organização política.







O que o Programa Oferece

Berçário — atende crianças de 3 meses até completarem 2 anos.

Creche — atende crianças de 2 anos até completarem 6 anos.

Pré-Escola — atende crianças de 6 até completarem 7 anos.

Educação Complementar de 1.º grau — atende crianças durante meio periodo, entre 7 e 12 anos que estejam cursando da 1.ª a 4.ª séries.

Merenda — Cardápio a base de carne, ovos, legumes, verduras, frutas e leite. Serve café da manhã, almoço, duas merendas diariamente.

Educação Física — Um programa diário é desenvolvido por professores que dão as primeiras noções do esporte e recreação.

Educação Artística — As crianças realizam um programa diário orientado por professores especializados. Fazem desenhos, pinturas, colagens, teatro e outras atividades.

Material Didático — A Secretaria da Educação oferece aos alunos dos Cepec's todo o material didático necessário (cadernos, lápis de cor, borracha, papel, tintas).

Alfabetização de adultos — Um curso preparado por especialistas leva aos trabalhadores toda a orientação necessária para que eles consigam ler, escrever e, em função disso, discutir mais e melhor sua realidade.

Pós-Alfabetização de adultos — Visa encaminhar o trabalhador dentro de cursos, palestras, debates e discussões específicas para a realidade da classe trabalhadora.

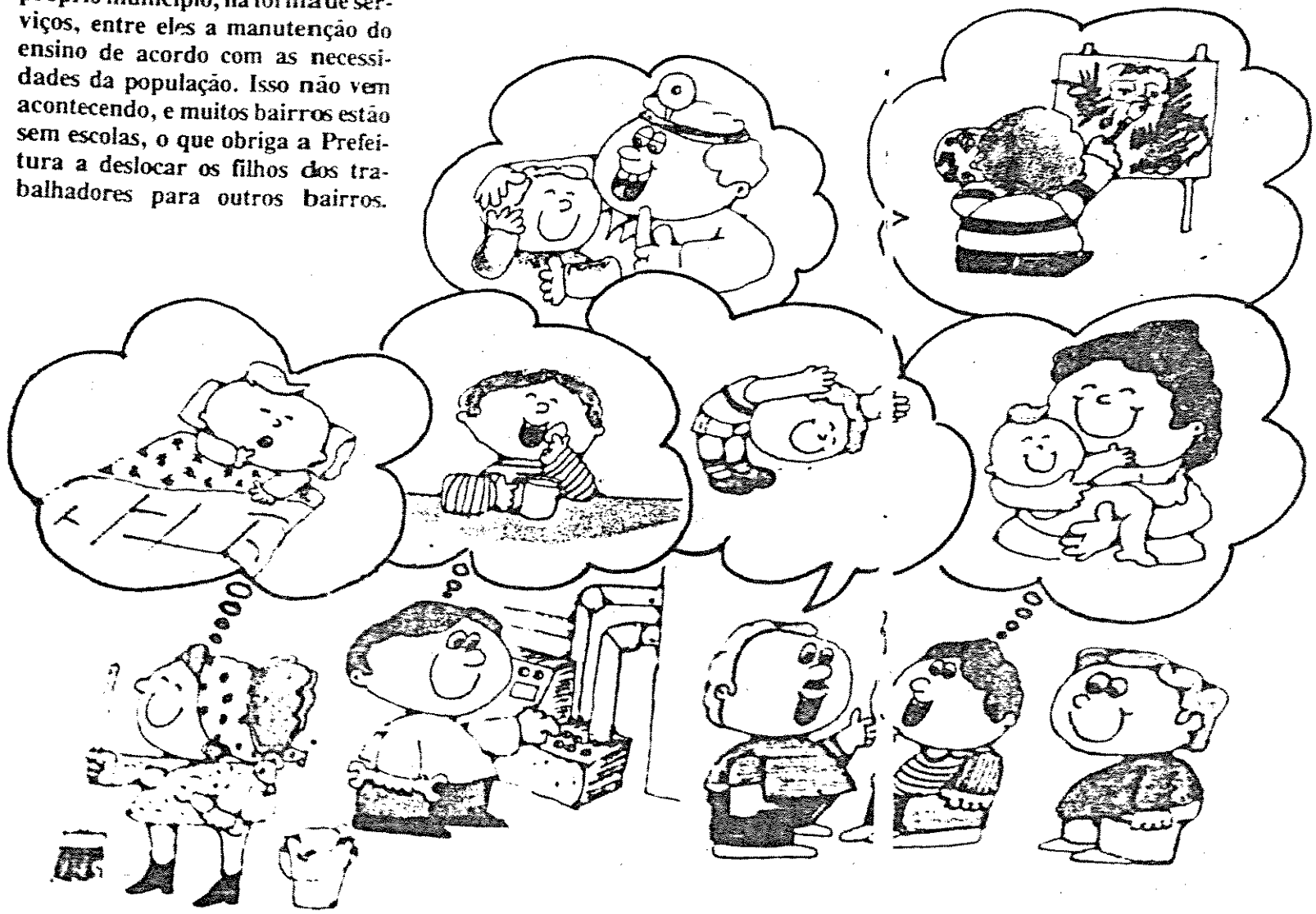
Programa de Educação Complementar de Adultos — Promove a música, teatro, cinema, poesia, a cultura enfim, junto a classe trabalhadora.

Que diz o Programa Municipal

Na divisão de responsabilidades, coube ao Estado desenvolver o ensino para crianças até 12 anos. Para realizar isso, o Estado recebe grande parte do imposto arrecadado no município, com o compromisso de fazer retornar uma parte ao próprio município, na forma de serviços, entre eles a manutenção do ensino de acordo com as necessidades da população. Isso não vem acontecendo, e muitos bairros estão sem escolas, o que obriga a Prefeitura a deslocar os filhos dos trabalhadores para outros bairros.

Nos últimos dez anos, o Estado construiu apenas 4 escolas em Piracicaba, não sendo observado o crescimento da população, criando uma defasagem que é mais sentida pela população mais pobre, localizada em bairros denominados periferia, um termo não aceito pela administração municipal, que considera a cidade como um todo, onde todos os cidadãos têm os mesmos direitos.

Além da falta de vagas, existe o problema de evasão escolar e repetência. É o problema do povo levado para dentro da escola: problemas de ordem econômica, má alimentação, instabilidade no emprego, desemprego, enfim, toda uma problemática que tem envolvido diariamente a população de menor posse.



E as creches estaduais para que a mulher também possa trabalhar? Nem vale a pena comentar, simplesmente porque isso não existe.

E por tudo isso que a Prefeitura de Piracicaba está implantando um novo Programa de Educação, com base na experiência do próprio trabalhador, voltado para sua realidade. O objetivo é dar à criança um novo tipo de educação, denominada Educação Integral.

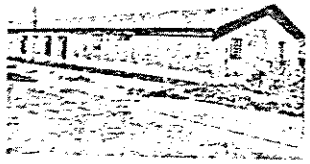
Como? Alimentando bem a criança, desenvolvendo o seu físico e sua sensibilidade criadora; fornecendo material, orientação adequada e a dedicação de professores do próprio bairro, chegando até a programas de saúde. O início é o berçário, a creche, programas de desenvolvimento físico e de desenvolvimento mental; depois, a educação complementar, para crianças de 7 a 12 anos.

Com esse Programa, a Prefeitura pretende igualar as condições de disputa, dando ao filho do trabalhador condições de disputar um lugar nas faculdades e colégios oficiais, ao mesmo tempo em que o prepara para enfrentar um mercado de trabalho cada vez mais difícil, onde o preparo adequado de homens e mulheres são a cada dia mais requisitados.

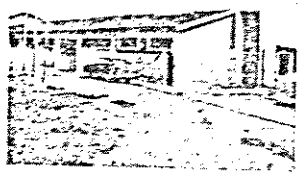
TODAS AS CRIANÇAS DOS CEPEC'S SÃO ASSISTIDAS PELO PROGRAMA MUNICIPAL DE SAUDE E SERVIÇO ODONTOLÓGICO MUNICIPAL.

1. Crianças atendidas nos Cepec's
   - Piracicamirim 400
   - Jardim S.Paulo (Matão) .. 400
   - Santa Terezinha 400
   - Vila Fátima 420
   - Algodoal 420
   - Paulicéia 120
   - SUB-TOTAL (crianças) . 2.160
2. Cepec's construídos, em fase de instalação
   - Vila Sonia 120
   - Vila Independência 120
   - Jaraguá 120
   - SUB-TOTAL (crianças) .. 360
3. Cepec em construção
   - Caxambu 420
   - SUB-TOTAL (crianças) 420
4. Pré-Escolas construídas, em fase de instalação
   - Jardim Esplanada 160
   - Jardim California 100
   - SUB-TOTAL (crianças) 260
5. Pré-Escolas Isoladas em funcionamento
   - a) Zona Urbana
     - Parque Jupiá 42
     - Paulista 31
     - Jardim Esplanada 70
     - SUB-TOTAL (crianças) 143
   - b) Zona Rural
     - Artemis 75
     - Saltinho 47
     - Sant'Ana 21
     - SUB-TOTAL (crianças) 143

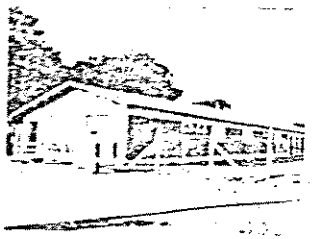
TOTAL (crianças) 3.486



Cepec do Piracicamirim
Área total: 2.313,60 m2
Área construída: 881,60 m2



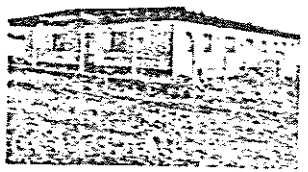
Cepec do Matão
Área total: 7.055 m2
Área construída: 950,50 m2



Cepec de Santa Terezinha
Área total: 1.164,70 m2
Área construída: 644,00 m2

Cepec do Algodoal
Área total: 2.640 m2
Área construída: 1.441 m2

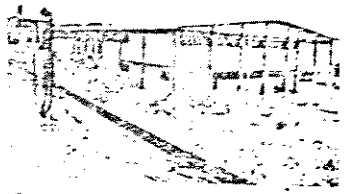
Cepec de Vila Fátima
Área total: 2.640 m2
Área construída: 1.441 m2



Cepec da Paulicéia
Área total: 2.640 m2
Área construída: 1.441 m2

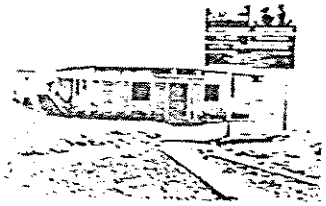
Orçamento da Secretaria Municipal de Educação para 1981: Cr$ 188.215.877,00.

INAUGURAÇÕES DE 1981

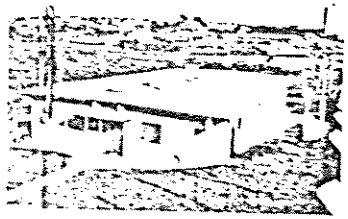


Cepec do Jardim Caxambu

Cepec do Jaraguá



Cepec de Vila Sonia



Cepec de Vila Independencia

Funcionamento:
De 2.ª a 6.ª feira das 7 às 18 horas. Atendimento integral ao pré-escolar (crianças de 3 meses até completarem 7 anos).

Número de vagas:
Existem dois tipos de Cepec's:
Cepec 1:
420 vagas, assim distribuídas: 20 vagas para o berçário; 60 vagas para a creche; 20 vagas para a pré-escola; 320 vagas para a Educação Complementar de 1.º grau.
TOTAL: 420 vagas.
Cepec 2:
120 vagas, assim distribuídas: 20 vagas para o berçário; 80 vagas para a creche; 20 vagas para a pré-escola.
TOTAL: 120 vagas.
Atendimento parcial (4 horas diárias) para a Educação Complementar de 1.º grau.

Funcionários:
Nos Cepec's 1 existem 34 funcionários; nos Cepec's 2 existem 18 funcionários, assim distribuídos: diretor, secretário, professor de educação artística, professor de educação física, supervisor de pré-escola, professores, monitores, serventes

* IMPORTANTE: TODOS OS SERVIÇOS DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO SÃO GRATUITOS.

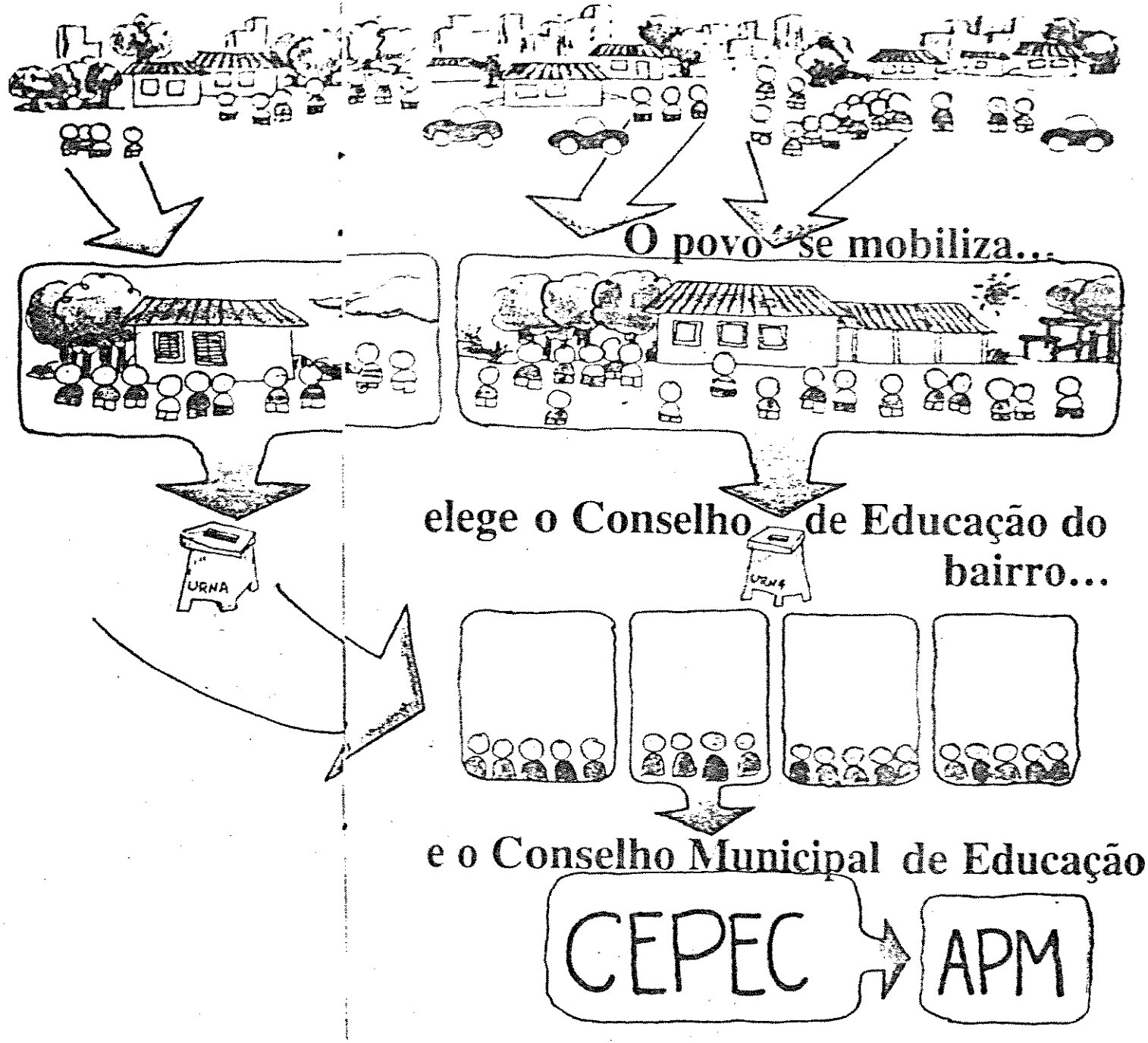
EM 1980, A PREFEITURA DISTRIBUIU 5 MILHÕES DE REFEIÇÕES.

1.º Grau

O Programa de Educação Complementar de 1.º grau surgiu como um reforço dentro do Programa Municipal de Educação, porque foi comprovado um alarmante índice de evasão e repetência da 1.ª para a 2.ª série, em nossa cidade: 51% das crianças que começavam a frequentar o 1.º grau, desistiam. Porque acontece isso em Piracicaba? Há duas maneiras de explicar. Dentro das salas de aula, as diferenças culturais, pois ao entrar na escola, o filho do trabalhador não possui as habilidades exigidas pelas matérias ensinadas. Fora delas, a diferença relacionada com as classes sociais. Por isso a necessidade de um programa que permitisse ao filho do trabalhador um acompanhamento do processo educacional. Hoje o programa atende crianças entre 7 e 12 anos em classes com 20 alunos num total de 280 crianças atendidas e que frequentam da 1.ª a 4.ª séries do 1.º grau. As aulas são das 7 às 11,30 e das 12 às 17 horas. O programa é bastante dinâmico fazendo com que as aulas de Comunicação e Expressão, Matemática, Estudos Sociais e Ciências sejam voltadas para atividades práticas ligadas ao dia a dia das crianças.

A proposta do Programa Municipal de Educação leva em consideração as forças econômicas e a estrutura de classe, sendo dirigido à formação daqueles que podem transformar a sociedade, através da participação e organização. Nossos funcionários são moradores do bairro, foram selecionados por concurso, receberam treinamentos adequados e conhecem a realidade dos trabalhadores. O trabalho é realizado junto aos pais, que estão sempre presentes nas reuniões pedagógicas, festas, atividades culturais, criando, juntos, condições para vir a dirigir as unidades educacionais, já que nosso objetivo principal é fazer com que a comunidade participe, dê a direção e fiscalize os serviços prestados. Isto vai acontecendo na medida em que o trabalhador se mobiliza e se organiza, conhecendo seus problemas e encaminhando soluções. No Cepec, isso acontece no trabalho da Associação de Pais e Mestres.

Pais e funcionários participam da organização maior do bairro (Centro Comunitário ou Associação de Moradores) para discutir sua participação na vida da cidade. Dessas assembléias de bairro surge o Conselho de Educação e a pretensão é criar um Conselho Municipal de Educação para determinar e dirigir a política educacional da cidade.



para a merenda escolar

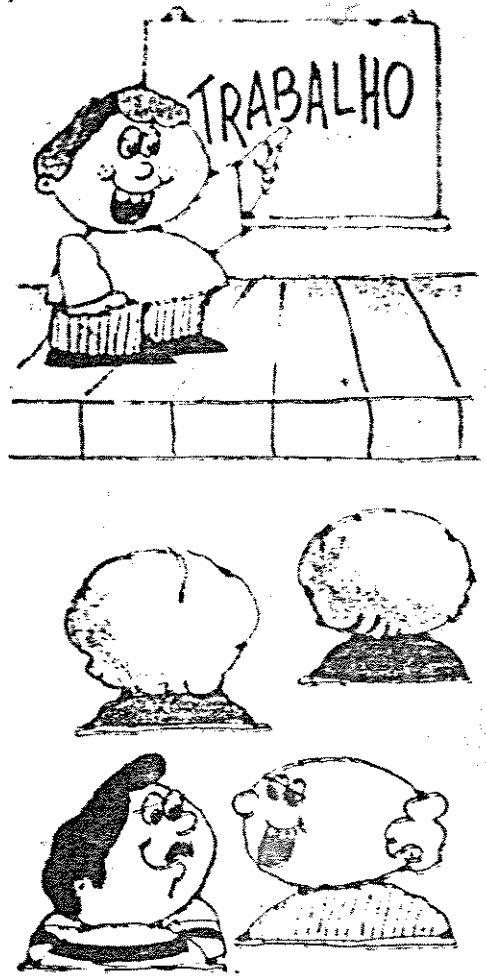
Dentro do orçamento total da Secretaria Municipal de Educação, o setor de Merenda Escolar receberá 30%, ou cerca de Cr$ 56,6 milhões de cruzeiros. Piracicaba contribui hoje com 75% das verbas para a alimentação escolar da Rede Oficial de Ensino da cidade e arca sozinha com as despesas de manutenção da merenda escolar em todos os Centros Polivalentes de Educação e Cultura, escolas da zona rural e pré-escolas atendidas pela Prefeitura.

Todos os cardápios dos Cepec's são montados com base em carne, ovos, legumes, verduras, frutas e leite, adaptando-se conforme os hábitos alimentares de cada bairro em que presta serviços. Os objetivos deste programa são claros e bem definidos: promover a melhoria do estado de nutrição de nossas crianças, aumentando-lhes a capacidade de aprendizagem e tornando-as mais resistentes às doenças. Há ainda dentro do programa de alimentação escolar, uma série de cursos para os pais, no sentido de orientá-los em questões de higiene e preparo dos alimentos. Todos os dias a merenda escolar oferece quatro refeições: um café da manhã completo, almoço e duas merendas complementares.

Diariamente, 35.000 crianças são atendidas pelo programa municipal de merenda escolar.

Alfabetização para adultos

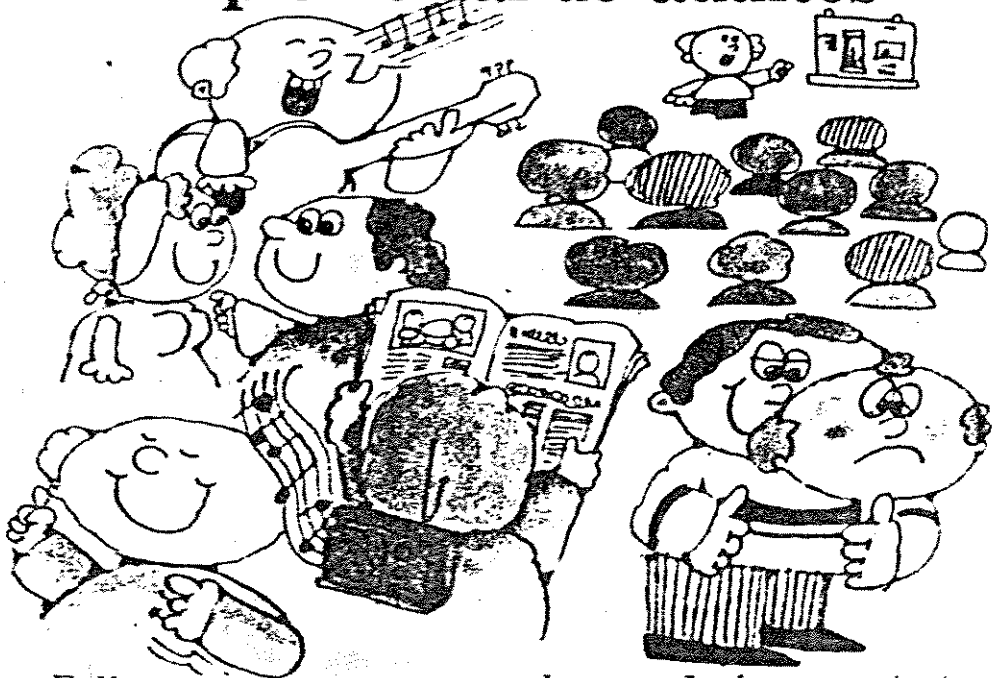
Aprender a ler e escrever representa a ampliação dos meios de formação e informação da consciência do trabalhador piracicabano, aumentando as ferramentas que constroem o trabalho de participação e organização política. Representa aprender com o trabalhador seus anseios, necessidades e seu dizer a respeito dos problemas que envolvem o cotidiano. Essas preocupações orientam o trabalho desenvolvido pelo Programa de Alfabetização de Adultos, iniciado nos bairros do Piracicamirim, Matão, Coréia, Santa Terezinha, Jardim Califórnia, Vila Cristina, Fátima e Algodoal, contando com a presença de 220 trabalhadores que comparecem diariamente no período da noite aos Cepec's ou ainda aos Centros Comunitários.



Compreender o papel da classe trabalhadora, discutindo condições de trabalho, saúde, habitação, transporte, significa o próprio processo de aprender palavras a partir das quais nascem a leitura e a escrita. Aprender a fazer contas (matemática), conhecer nosso passado para transformar nosso presente (história e geografia) são elementos que aprofundam os primeiros passos da alfabetização.

O objetivo maior deste programa é discutir politicamente com os trabalhadores um comprometimento e uma participação maiores dentro do processo de organização das suas lutas.

Complementar de adultos



Folia de Reis, Festa de São João, circo, banda, cururu, cantiga de roda, pião, papagaio. Todo nosso coração aos poucos foi ficando vazio.

Nossas lembranças perdidas nos velhos tempos; as músicas que trouxemos da nossa terra, as músicas dos que aqui nasceram, as festas, tudo isso, aos poucos foi sendo algo sem valor.

A comunicação mais direta da TV e do rádio tem aberto novas frentes de cultura, tornando as pessoas menos participantes do processo de criação. O trabalhador que constrói casas, pontes, estradas tem pouca chances de ir a um teatro, ver um filme. Ele mata suas saudades com cantigas de sua terra.

Por esse motivo está nascendo em Piracicaba um programa para recordar este passado do trabalhador e mostrar que sua música, dança e tradições são igualmente importantes. Desenvolvido pela Secretaria de Educação e Coordenadoria de Ação Cultural, tem como preocupação maior, reunir as manifestações do povo, sua vontade de conhecer coisas novas a respeito de sua vida, de seu direito, sua vontade de aprender outras profissões.

nalizada em seus direitos. Além das crianças, existe também o Ensino Supletivo, voltado para a população adulta. Para o sucesso desses programas, a participação do povo, unido, participando e atento é indispensável. O programa é do povo e deve ser direcionado pelo povo. Se essa participação é decisiva para o sucesso deste e de outros planos da Prefeitura, também é decisivo que o povo esteja atento na defesa dos princípios que são a base do trabalho desenvolvido pela Prefeitura.

O Programa de Educação Complementar de Primeiro Grau surgiu como um reforço dentro do Programa Municipal de Educação, justamente porque ficou comprovado um alarmante índice de evasão e repetência, em especial de alunos da primeira e segunda séries: 51% das crianças que começavam a freqüentar o primeiro grau acabavam desistindo, abandonando a escola.

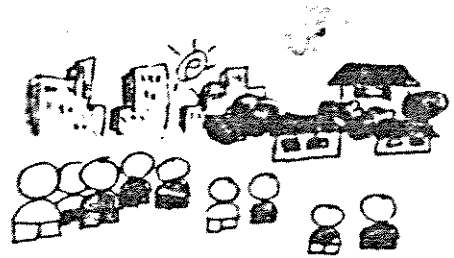
Por que acontecia e acontece isso em Piracicaba?

Podemos explicar de duas formas:

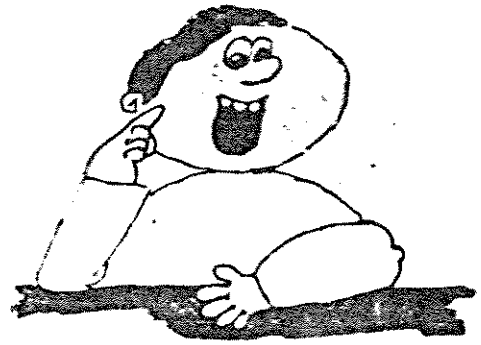
1 — A diferença cultural. Dentro das salas de aula, o filho do trabalhador não possui as habilidades exigidas pelas matérias. Essa diferença inibe e desanima a criança, que abandona a escola, ou ocasiona sua repetência;

2 — A diferença de classe social, que ocasiona deficiências devido à alimentação, inibição e inconformismo devido a vestimentas, falta de material escolar, etc.

O ensino supletivo



Por isso foi criado um Programa de Ensino dedicado ao filho de trabalhador, que lhe permita acompanhar o processo educacional. Hoje o Programa atende crianças de 7 a 12 anos, em classes de 20 alunos, num total de 280 crianças em cada CEPEC. Essas crianças freqüentam da primeira à quarta séries do primeiro grau. As aulas são das 7 às 11h30 e das 12h00 às 17 horas. O programa é bastante dinâmico, fazendo com que as aulas de Comunicação e Expressão, Matemática, Estudos Sociais e Ciências sejam voltadas para atividades práticas, ligadas ao dia-a-dia das crianças. Paralelamente balanceada, de forma a que possa acompanhar e assimilar o que lhe é ensinado.

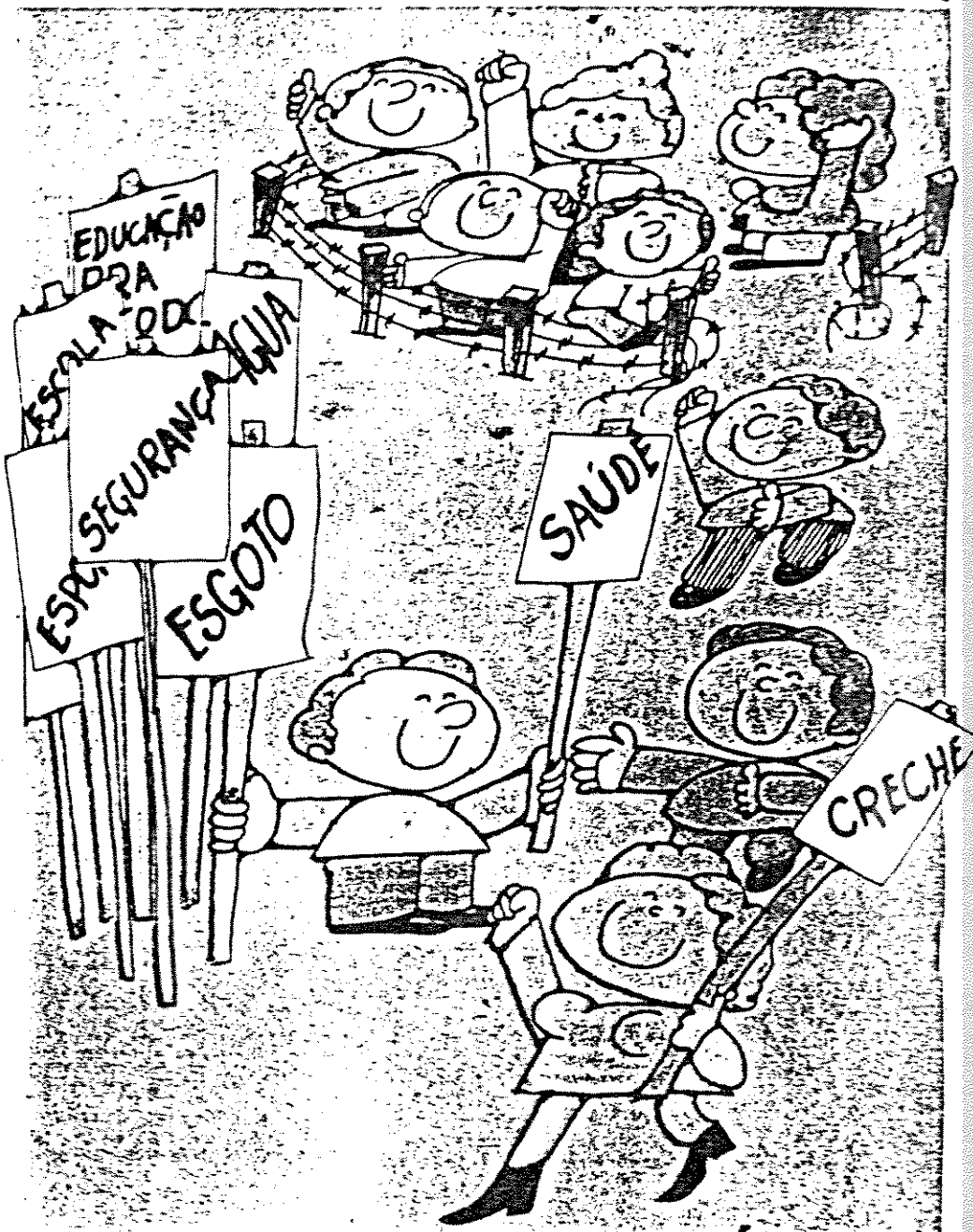


COORDENADORIA MUNICIPAL DO
BEM-ESTAR SOCIAL
Coordenadora: Elizabeth Sabino Jordão

PREFEITURA DO MUNICÍPIO
DE PIRACICABA

COMUNIDADE E GOVERNO TRAÇANDO NOVOS CAMINHOS

Administração JOÃO HERRMANN NETO



CENTROS COMUNITÁRIOS

O POVO UNIDO NA DEFESA DE SEUS INTERESSES

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

Administração
JOÃO HERRMANN NETO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO
DE PIRACICABA • ESTADO DE SÃO PAULO

A administração de Piracicaba tem, como meta principal, devolver ao povo seu direito de participação. Com o passar dos anos, o centralismo nas decisões, imposto pelo governo central, acabou eliminando essa participação, e o povo deixou de opinar, de expressar seus desejos.

Em Piracicaba, a mobilização popular é iniciada pelas organizações que a população possui, criando-se condições para que cada elemento tenha consciência de seu papel como agente da sociedade. Tudo começa quando o povo se reúne em assembléias, para analisar seus problemas comuns. As comissões de trabalho são o primeiro passo para o fortalecimento das organizações: é o povo, unido, trabalhando pela conquista de bens e serviços. Mais do que isso: é o povo, organizando-se e aprendendo a reivindicar. A partir disso, o povo passa a ser representado em Conselhos, gerenciando os serviços por ele e para ele implantados.

A atuação das organizações de bairro influencia definitivamente a política administrativa do atual governo municipal, e abre espaços para que a comunidade ganhe consciência do que seja realmente participar numa administração pública. Por isso, é fundamental que não existam dúvidas sobre os pontos fundamentais dessa política, nos quais se baseia essa linha de atuação, e que são:

1. A democracia não pode ser vista como tática provisória, mas como princípio primordial e inarredável.

2. A existência de organizações populares deve ser incentivada, sem intervenção de forças e agentes externos. Essas organizações devem ser independentes, atingindo seus objetivos pelos próprios meios.

3. O governo municipal deve tomar como referência básica o fortalecimento das organizações, no processo de decisão e realização dos bens e serviços.

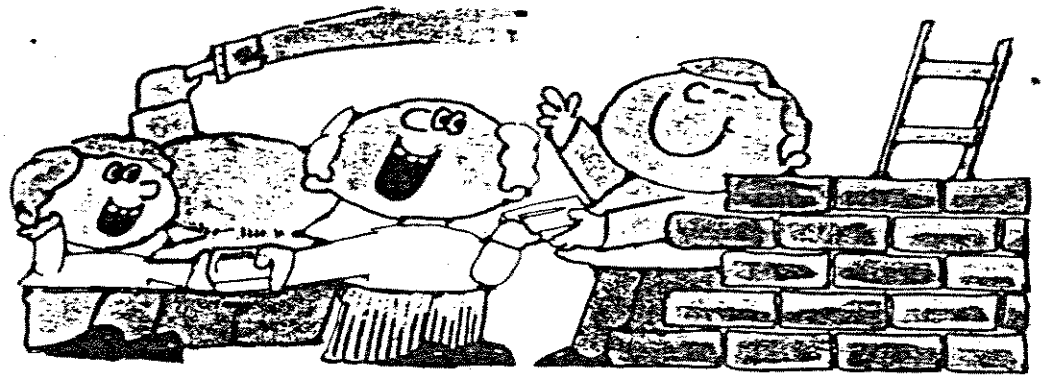
4. As organizações populares não devem ser transformadas em apêndices do governo, ou de qualquer partido. Deve-se lutar pelo fortalecimento e independência das organizações, para que venham a ser sustentáculos da democracia.

5. As atividades sob responsabilidade da Prefeitura devem respeitar o aspecto técnico, sendo porém desenvolvidas com a participação popular, pelas suas organizações.

Piracicaba, julho de 1981

João Herrmann Neto
Prefeito Municipal

O QUE É O TRABALHO DE COMUNIDADE?

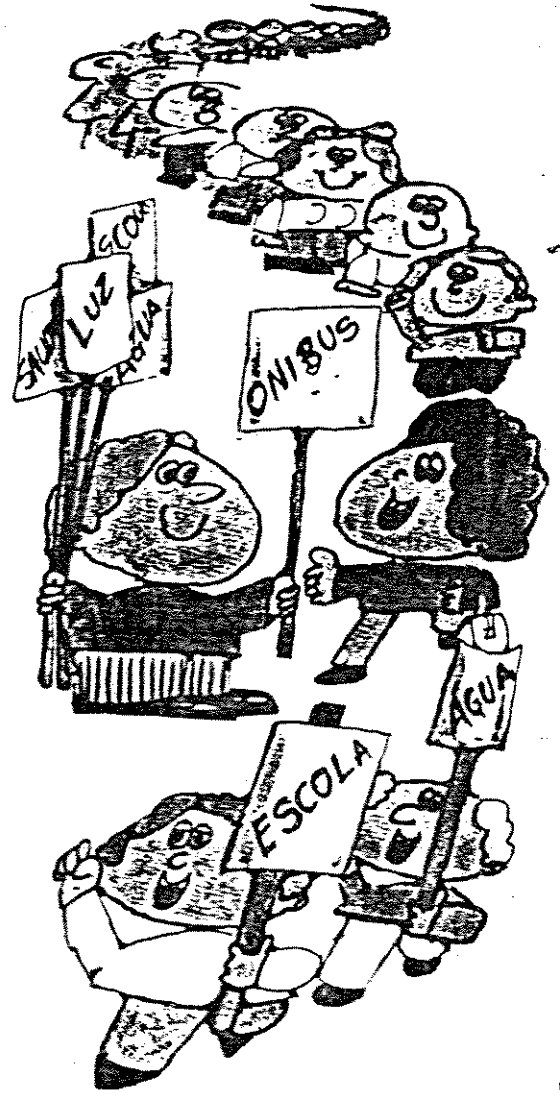


É um trabalho que envolve a participação da população, de forma organizada, para análise e procura das melhores soluções para os problemas comuns. Esse trabalho é feito através das organizações existentes nos bairros (o Centro Comunitário, por exemplo) e implica numa prática diária de mobilização, organização e conscientização, de forma a que a população passe a direcionar e gerenciar os bens e serviços públicos.

O QUE É O CENTRO COMUNITÁRIO?

É uma entidade que objetiva, prioritariamente, o agrupamento, a união e o fortalecimento da população, visando sua realização em todos os setores. O Centro Comunitário é administrado por uma diretoria, eleita pelo povo. Ali a população se reúne para discutir seus problemas, planejar atividades, participar de cursos, de palestras e recrear-se. É a casa de todos, onde cada um deve se sentir à vontade, participando dos programas, atuando pela melhoria das condições da vida familiar e comunitária, realizando-se como ser eminentemente social e sobretudo como pessoa.

OBJETIVOS



1 Conscientizar a população da necessidade de participação atuante no processo de desenvolvimento;

2 Motivar a população, no sentido de que seus anseios não sejam somente reivindicatórios, mas acima de tudo que possibilitem o aprimoramento social, político, cultural e esportivo;

3 Organizar a população, para que se torne autônoma e independente;

4 Fortalecer as organizações no processo de decisão e realização dos bens e serviços públicos, visando o atendimento das necessidades da população;

5 Educar, no mais vasto sentido do termo. Isto é, ajudar cada um a se conhecer, a se expressar, a se tornar livre e responsável, de forma a que tenha condições de fazer uma análise crítica que lhe permita ter uma participação histórica na so-

PROGRAMAS E SERVIÇOS AOS • CENTROS COMUNITÁRIOS

O Centro Comunitário oferece programas e serviços de acordo com os interesses da população, dos recursos existentes e da capacidade de realização da diretoria e moradores do bairro.

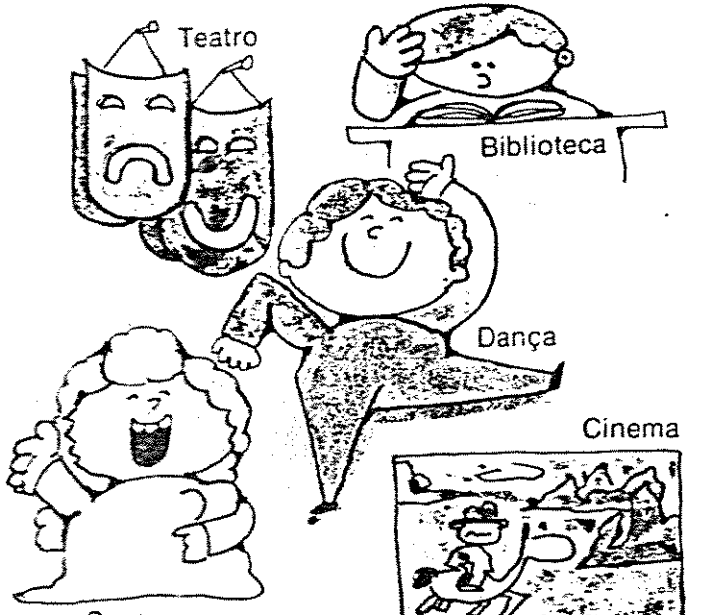
Através de uma participação efetiva, a Prefeitura pode levar ao bairro empreendimentos que devem gerar a formação de grupos de moradores, ligados a projetos culturais.

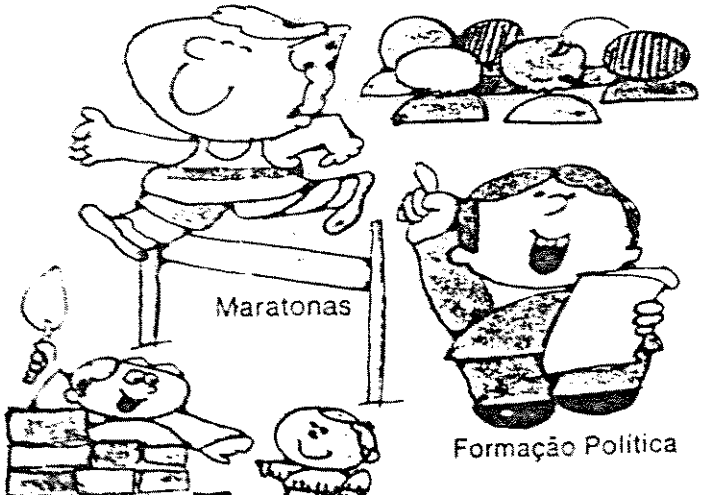
recreativos, esportivos e educacionais. Por exemplo: o bairro pode ter, vinculado ao Centro Comunitário, grupos teatrais, de música, de cultura, esporte, etc.

O bairro pode, por exemplo, editar seu jornal, via Centro Comunitário e com um Conselho Editorial que reuna as associações e entidades que integram seu dia-a-dia.

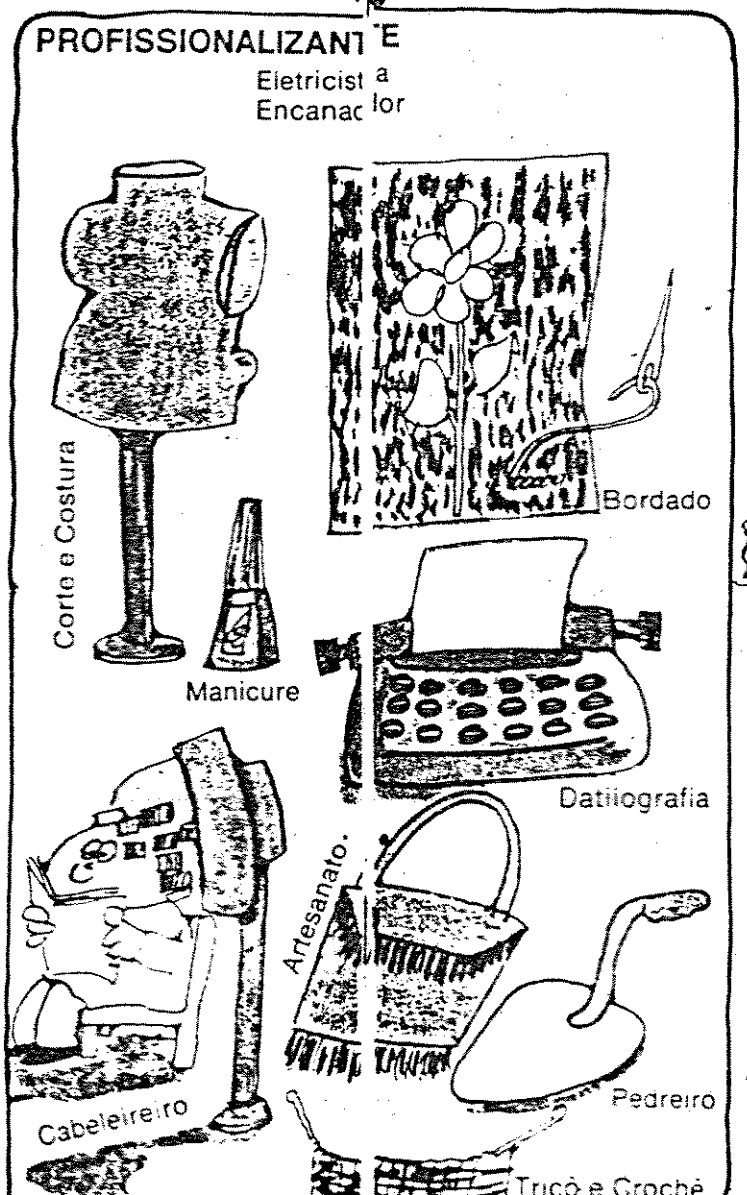
Os programas podem ser:

CULTURAL E EDUCATIVO





PROFISSIONALIZANTE



ESPORTIVO E RECREATIVO

COMO UTILIZAR OS CENTROS COMUNITÁRIOS

ORIENTAÇÃO À POPULAÇÃO, PARA MELHOR UTILIZAR OS RECURSOS E SERVIÇOS EXISTENTES EM:

. Através de atividades, numa ação conjunta o Centro Comunitário procura suprir as deficiências da comunidade pela **ação e cooperação dos próprios habitantes do bairro,** descobrindo lideranças locais e congregando famílias. Portanto, **a integração é o primeiro passo para o desenvolvimento.**

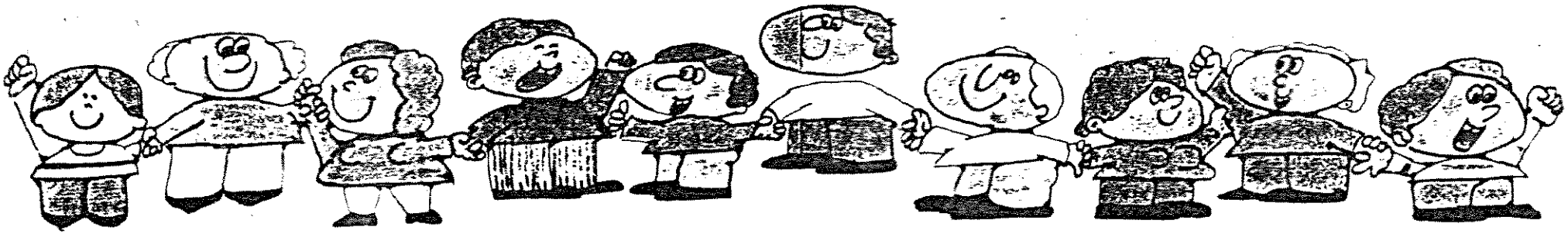
Não existe verdadeiro desenvolvimento sem participação ativa, constante, crescente e organizada da população.

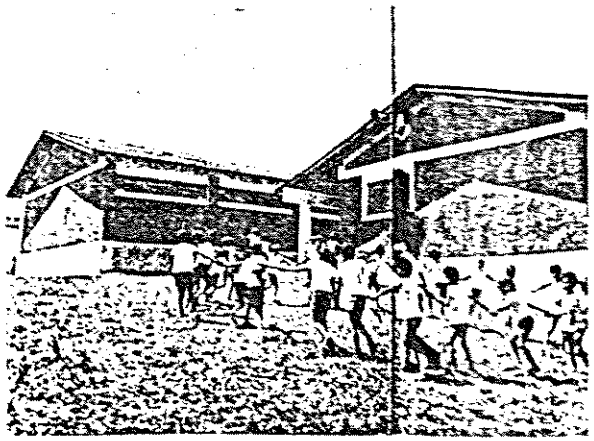
Centros Comunitários
Escolas!
Pré-Escolas
Postos de Saúde
Programas de Alfabetização
Sociedades Amigos de Bairro
Obras sociais
Creches CEPECs
Centros Esportivos

Os Centros Comunitarios são dirigidos por uma diretoria escolhida pelo povo, através do **voto**, e é constituída pelo Presidente, Vice-Presidente, 1º Tesoureiro, 2º Tesoureiro, 1º Secretário, 2º Secretário, Conselho Fiscal.

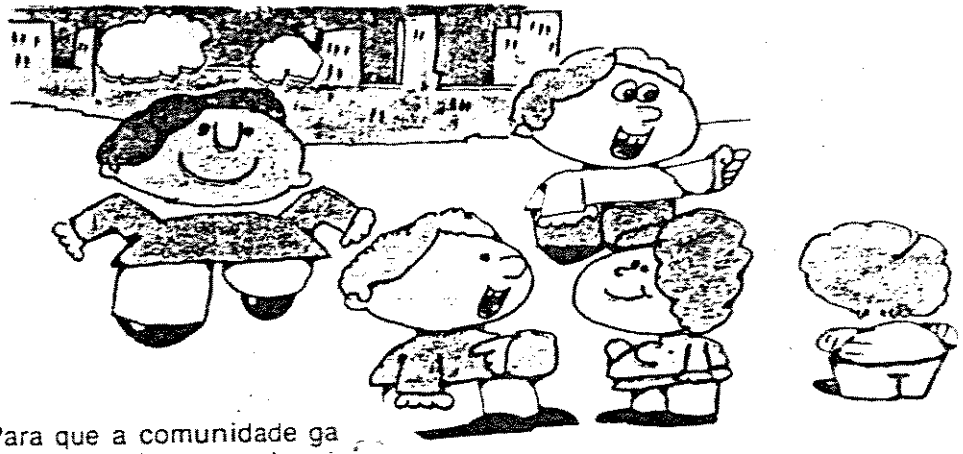
Pode ser membro da diretoria qualquer morador do bairro.

A UNIÃO PRODUZ O FORTALECIMENTO DA ORGANIZAÇÃO EXISTENTE





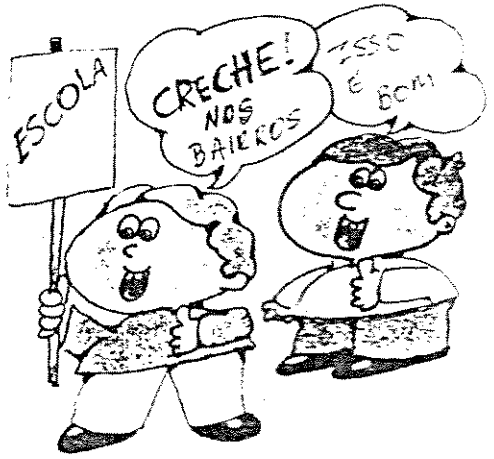
ORGANIZAÇÃO POPULAR: O TRABALHO DAS COMISSÕES



Para que a comunidade ganhe força, é preciso que tudo seja feito através da **Organização Popular,** a ser iniciada numa **assembléia,** com a participação do maior número possível de moradores do bairro.

Na assembléia são levantados os problemas da comunidade. Formam-se então as **Comissões,** que podem ser de:

ESPORTES
RECREAÇÃO
ESCOLAS
HABITAÇÃO
BIBLIOTECA
✓ CENTRO COMUNITÁRIO
✓ POSTO DE SAÚDE
LOTEAMENTOS
✓ SANEAMENTO
TRANSPORTES
✓ ILUMINAÇÃO
✓ ESGOTO
✓ AGUA
TELEFONE
SEGURANÇA
POLUIÇÃO
LIMPEZA PUBLICA
✓ CRECHES
✓ ASFALTO
ABERTURA DE RUAS
HIGIENE



Comissão é um grupo de pessoas, formado para estudar os problemas levantados em assembléia, que procuram soluções que melhorem o padrão de vida no bairro. A comissão, reunida, planeja suas atividades.

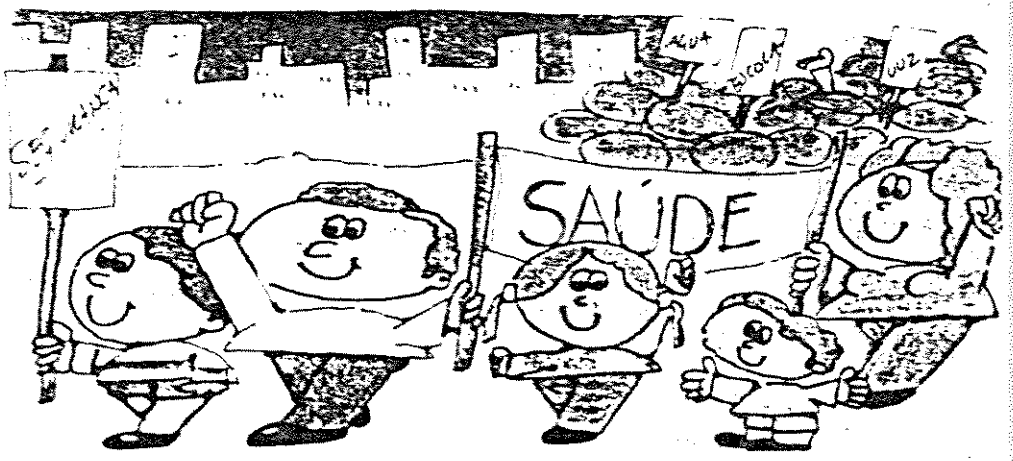
É importante ressaltar que os bens e serviços não devem ser apenas reivindicados. Quando se fala em **participação,** entenda-se **tomada de decisões, conquista de espaços** e **gestão dos serviços.** Participar não significa obedecer ou aceitar uma solução, mas sim estar presente de forma ativa na designação e na escolha das melhores alternativas e caminhos para a população. Significa ter possibilidades reais de analisar, discernir e utilizar toda e qualquer alternativa viável, bem como combiná-las.

Tudo isso não se produz de forma expontânea. Deve ser uma procura, constante, de informações, planejamento e de assessoria que permitam tornar real o que parecia ser muito difícil.

EQUIPE DE TRABALHO JUNTO ÀS COMISSÕES: Prefeitura Municipal (Secretários, Assessores, Coordenadores, Técnicos, etc), órgãos privados, órgãos públicos, instituições religiosas, entidades de classe, etc.

A comissão deve participar da gestão, isto é, durante a implantação e, depois, reformulada, do funcionamento. Por exemplo: conquistar um Posto de Saúde constitui apenas o primeiro da luta por esse benefício. A comunidade deve acompanhar de perto a execução do projeto, a construção, a seleção de pessoal. Deve participar ativamente de seu funcionamento, procurando atingir o estágio que lhe permitirá assumir a gestão do equipamento.

CENTRO COMUNITÁRIO: BASE PARA AS CONQUISTAS DO POVO



Para a administração João Herrmann Neto, é definitivo que a própria organização da Prefeitura seja direcionada para que haja perfeita unidade entre os serviços públicos e as organizações populares.

Para acelerar esse processo, além dos Centros Comunitários e dos Conselhos Municipais, através dos quais o povo gerencia os serviços prestados à comunidade, foram criadas a Câmara Social, a Executiva e a de Meio, com a missão de atender a comunidade, com funções específicas:

CÂMARA SOCIAL — é formada pelas secretarias, coordenadorias e programas que realizam tarefas e atividades sociais, como educação, saúde, promoção social, informações, habitação, cultura, esporte, recreação, lazer, abastecimento, transporte, etc.

CÂMARA EXECUTIVA — é formada pelas secretarias, coordenadorias, autarquias e programas cujas atividades são voltadas à execução de obras.

CÂMARA MEIO — é formada pelos órgãos que dão apoio à execução dos planos desenvolvidos e a serem executados pelas Câmaras citadas anteriormente.

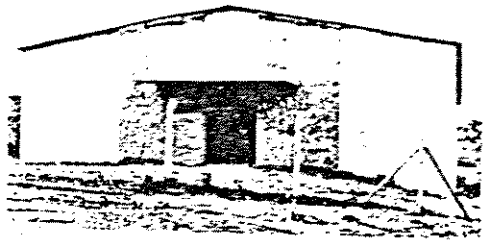
A união de todos os órgãos e programas que formam as Câmaras constitui o CONSELHO SUPERIOR DE GOVERNO.

Com isso, todos os organismos que constituem a administração municipal estão colocados a serviço do povo, respeitando, na prática diária, o princípio de desenvolverem atividades com a participação da população, através de suas organizações

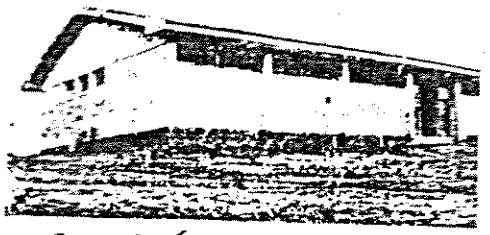
AGINDO DESSA FORMA, A COMUNIDADE ATENDE SUAS NECESSIDADES BÁSICAS E SE FORTALECE, INFLUENCIANDO NOS DESTINOS DE SEU BAIRRO, DA SUA CIDADE, DO SEU ESTADO E DO PRÓPRIO PAÍS

COMUNITÁRIOS

Centro Cumunitário do Jardim Esplanada
Rua Augusto Furlan s.nº.

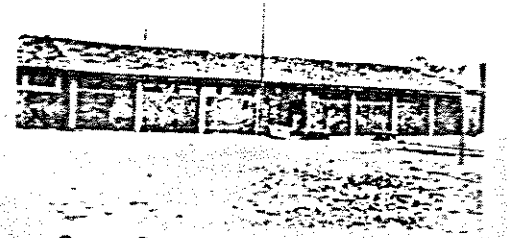


Centro Comunitário da Vila Cristina
Rua Av. Taposo Tavares s.nº



Centro Comunitário do Jardim Primavera
Rua Cecilio Elias, nº 7.

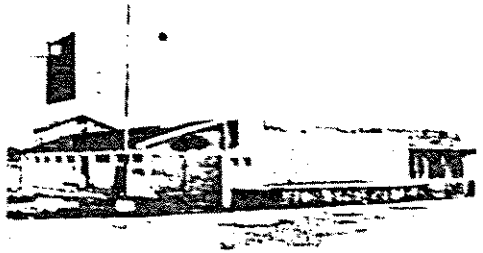
Centro Comunitário do Piracicamirim
Rua Rio Grande do Norte, s.nº



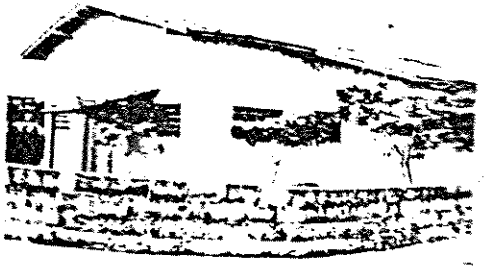
Centro Comunitário do Jardim Califórnia
Rua Frei Vital de Primeiro, nº 234.

Centro Comunitario de Santa Terezinha
Rua Nossa Senhora do Carmo, nº 240.

Centro Comunitario do Jardim São Paulo
Rua Inga, nº 834.

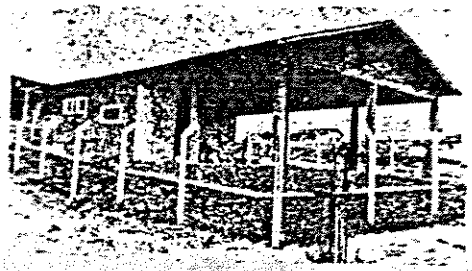


Centro Comunitario do Jardim Parque Jupia



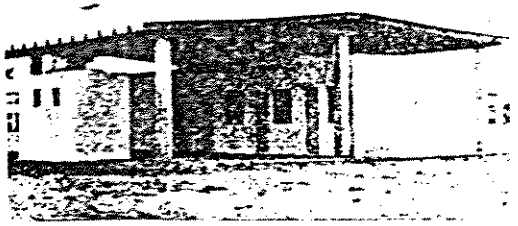
RELAÇÃO DOS CENTROS COMUNITÁRIOS

Centro Comunitário do Jardim Sônia
Rua Oito s.nº

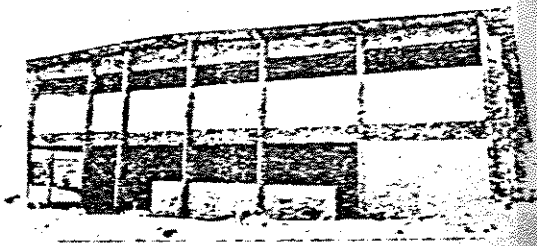


Centro Comunitário do Bairro de Santana
Rua em Santana.

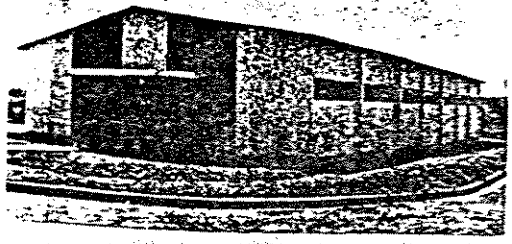
Centro Comunitário do Parque Cecap
Rua Alameda Melvin Jones, s.nº



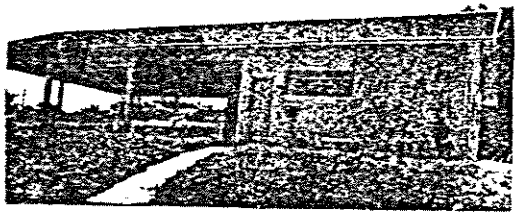
Centro Comunitário do Bairro Algodoal
Rua Vitorio Laerte Furlan s.nº



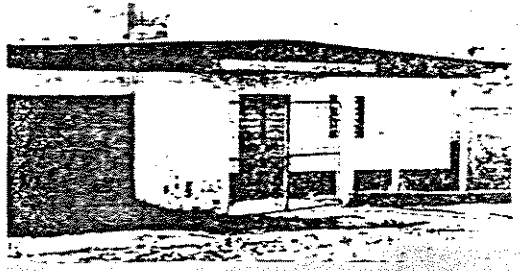
Centro Comunitário do Distrito de Saltinho
Rua José Torrezan, nº 138



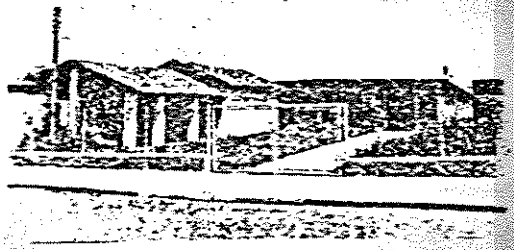
Centro Comunitário do Arraial de S. Bento
Rua B. Arraial de S. Bento



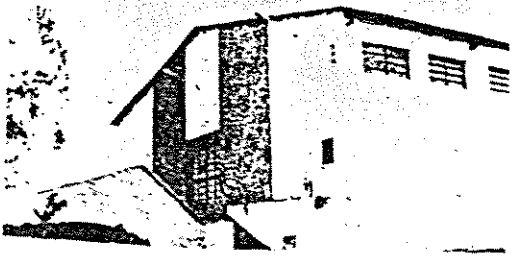
Centro Comunitário do Bairro Jaraguá
Rua Prof. Mariano da Costa



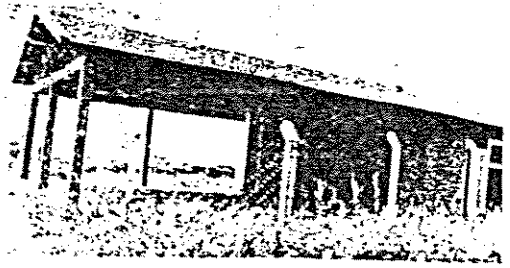
Centro Comunitário do Bairro N. Senhora de Fatima Rua João Alves de Almeida, nº 355.



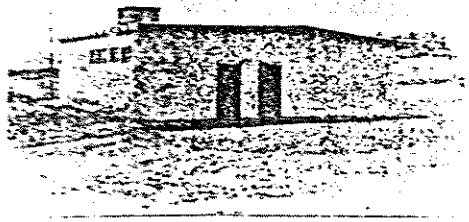
Centro Comunitário do Distrito de Tupi
Rua Dez de Agosto s.nº



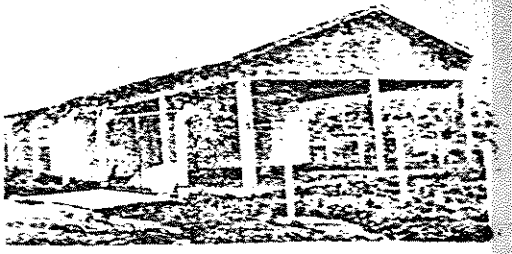
Centro Comunitário do Bairro de Anhumas
Rua — Bairro Anhumas



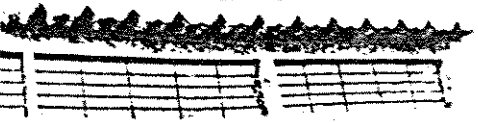
Centro Comunitário da Vila Industrial
Rua Artur Paulo Furlan s.nº



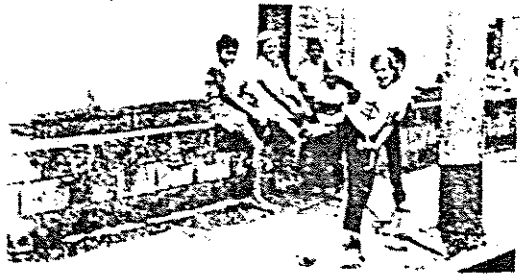
Centro Comunitário da Vila Independência
Rua Miguel Antonio Gonsalves s.nº



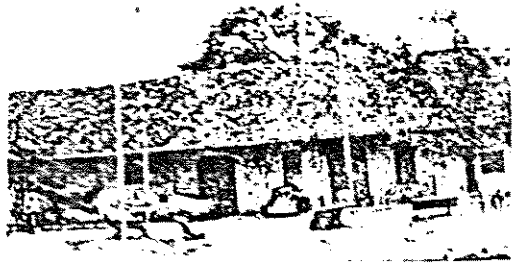
Centro Comunitário do Jardim Caxambú
Rua Paulo Bruhns s.nº



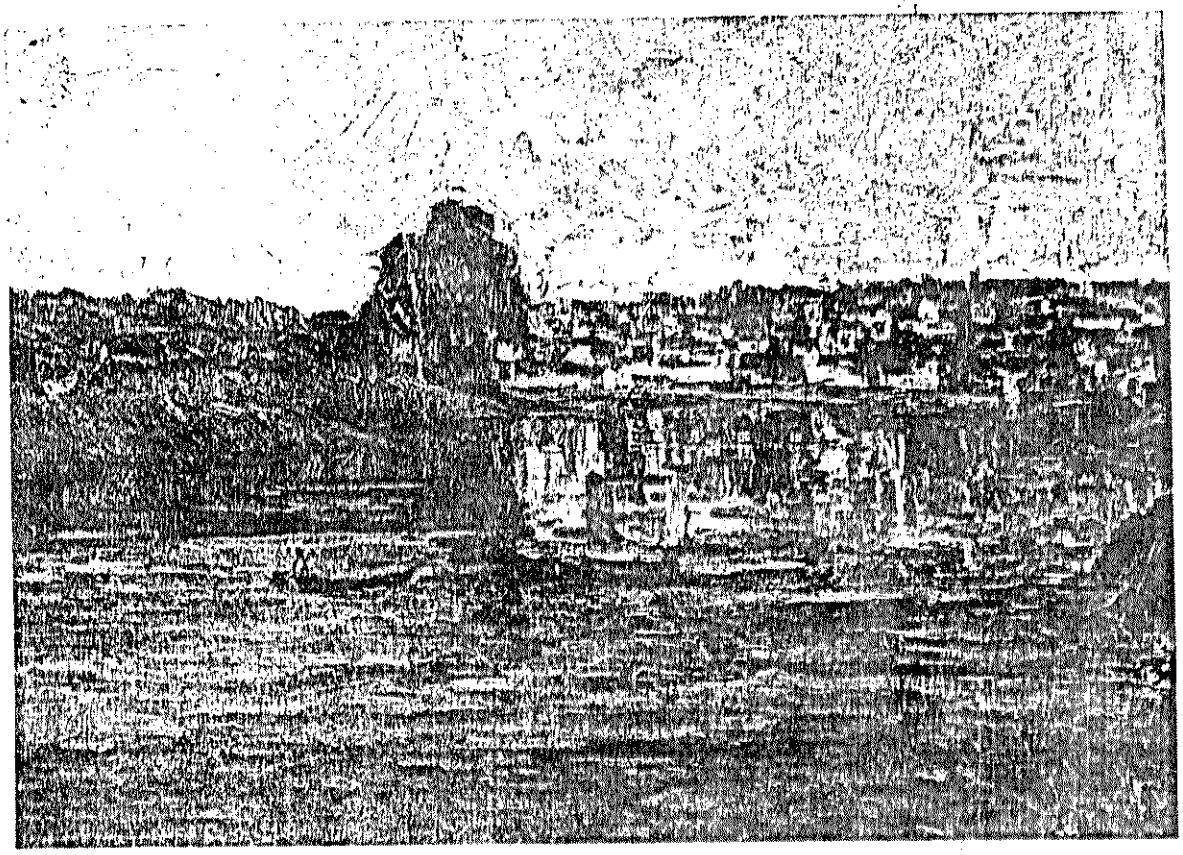
Centro Comunitário do Jardim Ipanema
Rua A, nº 50.



Centro Comunitário do Distrito de Artemis
Rua Fioravante Senedese s.nº



PIRACICABA
PASSADO E PRESENTE



PIRACICABA
PASSADO E PRESENTE

Ao amigo Prof. Humberto
e família com meus
cumprimentos

Adilson
20/X/89

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRACICABA
1988

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO 7

CAPÍTULO I
OS PRIMEIROS TEMPOS 8

CAPÍTULO II
A VIRADA DO SÉCULO 16

CAPÍTULO III
ARRANCADA PARA O PROGRESSO 22

CAPÍTULO IV
A BATALHA DA DEMOCRACIA 32

CAPÍTULO V
A CIDADE E A PREFEITURA 40

CAPÍTULO VI
A ORGANIZAÇÃO DO CRESCIMENTO 52

CAPÍTULO VII
O EQUILÍBRIO DAS FINANÇAS 64

CAPÍTULO VIII
ATENAS PAULISTA 72

CAPÍTULO IX
O DESAFIO DA SAÚDE 82

CAPÍTULO X
O COMPROMISSO SOCIAL 92

CAPÍTULO XI
A CONQUISTA DA CASA PRÓPRIA 102

CAPÍTULO XII
OS CAMINHOS DO PROGRESSO 112

CAPÍTULO XIII
A EVOLUÇÃO DOS TRANSPORTES 124

CAPÍTULO XIV
A IMPORTÂNCIA DA ÁGUA 138

CAPÍTULO XV
A BUSCA DA SEGURANÇA 146

CAPÍTULO XVI
A FORÇA DA AGRICULTURA 152

CAPÍTULO XVII
A TRADIÇÃO DA CULTURA 164

CAPÍTULO XVIII
OS MOMENTOS DE LAZER 182

CAPÍTULO XIX
RUMO AO FUTURO 200

APRESENTAÇÃO

Este livro nasceu da constatação de que a Prefeitura tem sido, no decorrer dos anos, um agente catalisador de todas as atividades desenvolvidas na cidade de Piracicaba, com variado grau de influência em todos os setores.

A idéia inicial de fazer um balanço do trabalho efetuado pela administração municipal de 1983-1988, que chega a seu término com seu programa de governo quase que inteiramente cumprido, evoluiu naturalmente. Surgiu uma narrativa que conta um pouco da Piracicaba de hoje, colocando-a dentro de uma perspectiva histórica.

Foram efetuadas inúmeras entrevistas, ouvidos os personagens de fatos marcantes, consultados especialistas e estudiosos. Esquadrinhou-se os quatro cantos da Prefeitura em busca de informações e pesquisou-se o farto material bibliográfico existente para levantar os fatos históricos importantes no desenvolvimento.

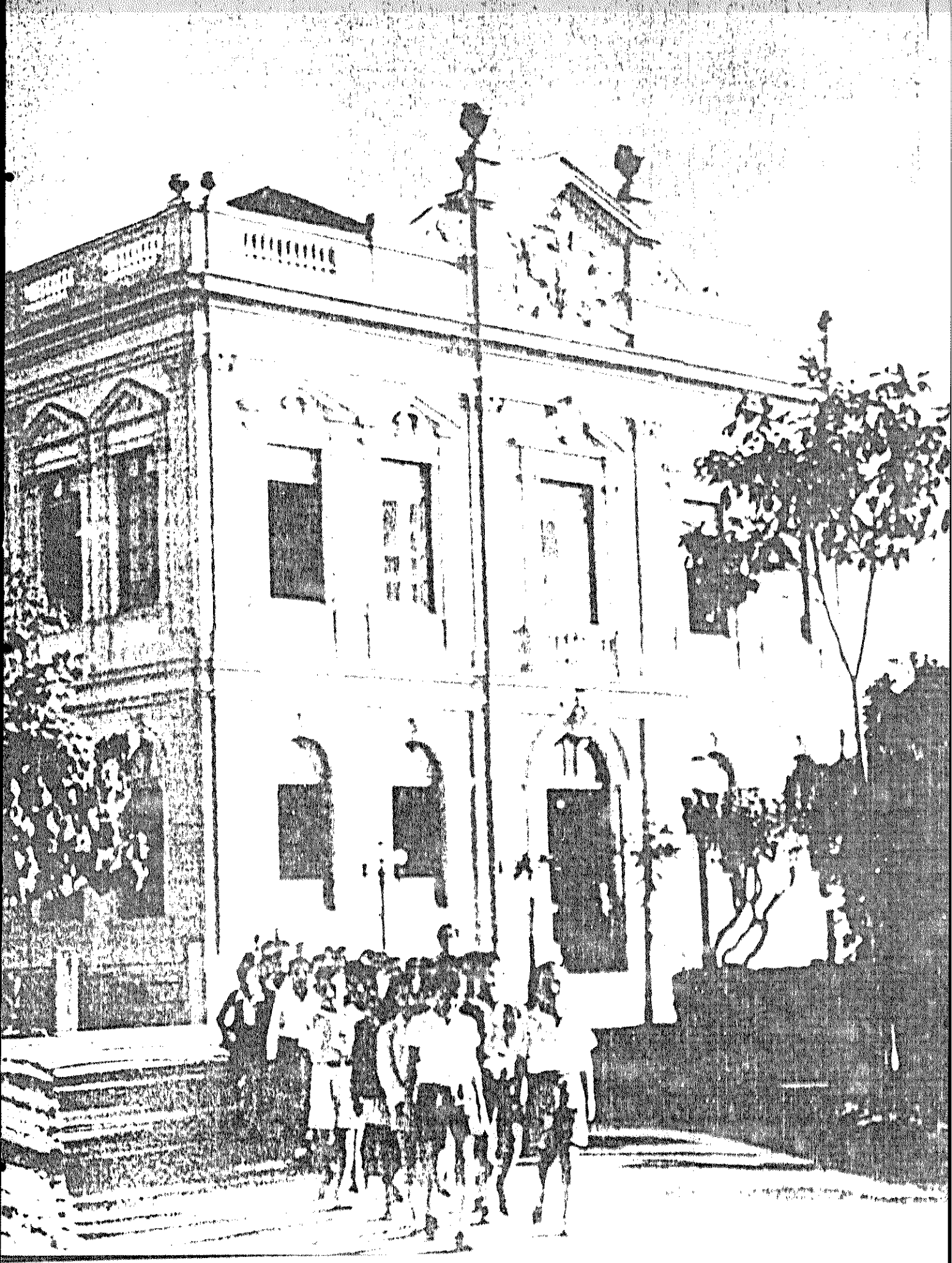
O resultado deste trabalho aí está, é claro que não isento de falhas e omissões, como é peculiar em todos os trabalhos humanos. Temos consciência, porém, que estamos deixando alguns subsídios aos interessados em conhecer um pouco da nossa terra, tendo o passado como pano de fundo para melhor compreensão da nossa realidade.

Adilson Benedito Maluf

CAPÍTULO VIII

ATENAS PAULISTA

Para conservar sua longa tradição no ensino, acumulada através dos anos, Piracicaba investe forte na educação, aumentando sua rede física, que abriga hoje um expressivo número de estudantes



"L'ateneo Paulista."

Assim o intelectual italiano Roberto Capri descreveu Piracicaba no início do século, em seu "Libro D'Oro dello Stato di San Paolo" de 1911, onde retratava a cidade daquela época. Com 46 mil habitantes, era então o quinto município do Estado em educação, com 40 escolas, só ficando atrás da Capital.

Esta posição de destaque era conseqüência da atuação dos republicanos que, na Câmara municipal colocavam a instrução como ponto de honra de seu governo. Destinavam para esta finalidade a sexta parte do orçamento, mais do que qualquer outra cidade paulista.

Através de doações e subvenções municipais, surgiram os imponentes prédios do primeiro e segundo grupo escolar, hoje chamados respectivamente de Barão do Rio Branco (1897) e Moraes Barros (1906) e a Escola Normal (1916), hoje Instituto Sud Mennucci. Além disso a Câmara criou uma rede própria de escolas nos bairros mais distantes da cidade como Tanquinho, Charqueada, Batistada e Campestre.

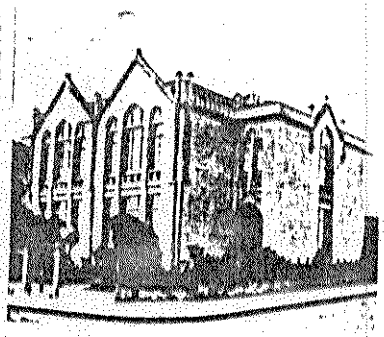
Ao mesmo tempo, incentivava-se a expansão da rede particular de ensino. No início do século, duas instituições se destacavam: o colégio Assunção, das freiras da Congregação São José, que estiveram na direção até 1987, quando a passaram para os padres salesianos, e o colégio Piracicabano, embrião da Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP).

A história do Piracicabano remonta a 1881, quando Miss Martha Watts iniciou aulas para os filhos de norte-americanos imigrados para a região de Piracicaba, em decorrência da Guerra da Secessão. Adepta do metodismo, ramo do protestantismo anglicano fundado em 1739, pelo teólogo John Wesley, ela foi bem aceita. Sua ideologia liberal e democrática se encaixava perfeitamente ao pensamento republicano em voga na época.

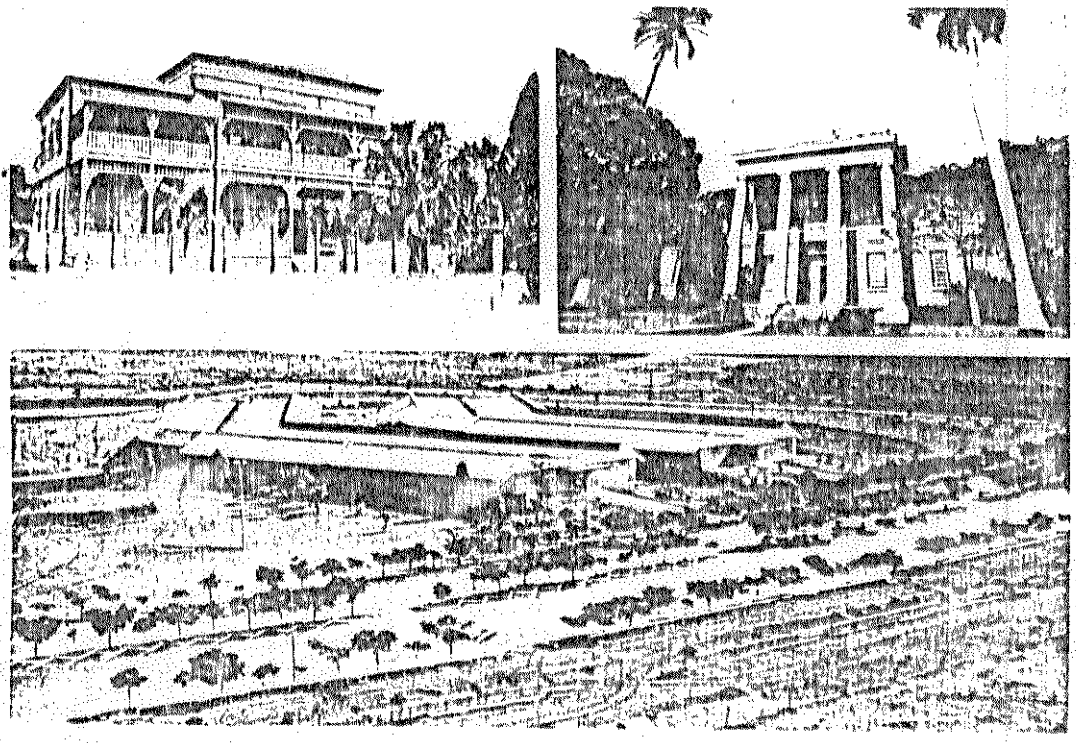
A escola de Miss Watts não fazia distinções, aceitando, apesar das pressões, filhos de maçons, ativistas políticos, negros livres, além de incentivar a educação para os dois sexos, fato inusitado até então. Fundamental para o crescimento do colégio foi o apoio da família Moraes Barros, que além de mandar suas crianças estudarem ali, auxiliou na compra do terreno para a construção do prédio próprio.

As aulas no Piracicabano eram ministradas em inglês, seguiam uma rígida disciplina e sua influência na cidade provinciana foi muito grande, com desdobramentos na vida cultural ainda incipiente. O professor Flávio Moraes de Toledo Piza conta que *"na escola de Miss Watts e de Miss Smdley vigorava um tipo especial de educação... Ninguém ali entrava pam "ser" alguma coisa, pois não havia diplomas reconhecidos pelos governos. Entrava-se ali pam aprender."* (Mário Neme, homem do povo, Ed. IHGP, p. 13)

O pitoresco prédio de tijolos à vista, sustentado por elegantes colunas brancas, bem no centro da cidade acompanhou seu crescimento. O Piracicabano, a partir de 1964, deixou de ser simplesmente uma escola se-



Segundo grupo escolar, hoje EEPG Rio Branco



O Piracicabano antigo, o prédio central da UNIMEP e o campus Taquaral

cundária para abrigar suas primeiras faculdades, a de Administração de Empresas e Economia. Dez anos mais tarde, transformou-se em Universidade e expandiu-se significativamente: o número de cursos em 1988 é de 26, com quase 8 mil alunos, espalhados em dois *"campus"*, Taquaral e Santa Bárbara D'Oeste. Apesar de suas sucessivas crises financeiras, a instituição tem mantido a tradição de ensino durante toda a sua história.

O sonho de Luiz de Queiroz

Exatamente a três quilômetros do centro, funciona desde o início do século a Escola Superior de Agricultura *"Luiz de Queiroz"*. Grande orgulho dos piracicabanos, ela é a terceira mais antiga escola de agronomia do país, que ajuda a divulgar o nome da cidade através da qualidade do ensino e da importância de suas pesquisas.

A ESALQ expede diplomas de cursos superiores desde 1920 e dez anos depois passou a integrar a recém-criada Universidade de São Paulo. No ano de 1984, depois de ter formado mais de 7 mil profissionais, foi elevada à categoria de *"campus"*, o que lhe confere maior status e reforça seu orçamento.

No decorrer de sua existência, a instituição, instalada no meio de um aprazível parque, cresceu em extensão. Possui hoje 4 mil hectares e mais de 140 mil m² de área construída em edifícios, laboratórios, hortos e viveiros. Cerca de 230 professores ministram aulas aos seus quase 2 mil alunos em nível de de graduação e mestrado.

Além da ESALQ e da UNIMEP, Piracicaba possui as faculdades de Serviço Social, particular, e a de Odontologia. Esta última, pertencente à Universidade de Campinas, foi fundada em 1955. Suas instalações somam 14.100 m² de área construí-

Aula de química agrícola na ESALQ com o professor Jacques Arié em 1912

da e em 1988 tem 464 alunos matriculados em graduação e pós-graduação. Destaca-se na cidade pelo importante trabalho de pesquisa e pelo serviço social que presta, através do atendimento gratuito à população carente.

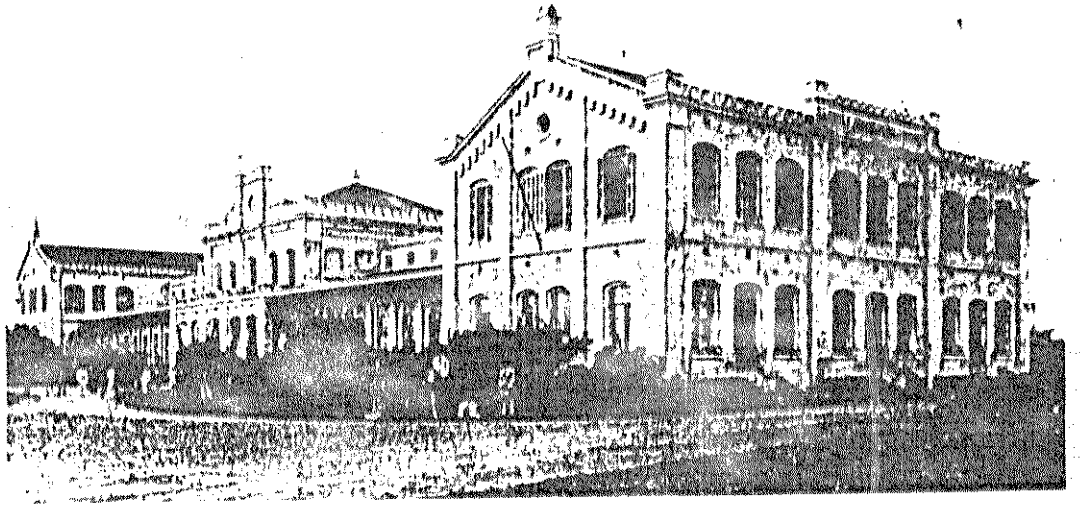
Funciona ainda em Piracicaba a Fundação Municipal de Ensino, instituição sem fins lucrativos criada pela Prefeitura nos fins de 60 (leis 1.524 de 5-10-67 e 19-2-68). Daquela época para cá, já formou mais de mil engenheiros civis e mecânicos. Ali funciona também o Colégio Técnico Industrial de Piracicaba (COTIP), com cinco cursos de nível profissionalizante. Ele começou em 1984 com 19 alunos e hoje tem 685. Recentemente foi assinado acordo de cooperação com instituições de ensino, empresas e órgãos públicos, visando à qualificação dos profissionais em tecnologia de açúcar e álcool.

Funciona na Fundação também desde 1984 o Escritório Técnico, com objetivo de prestar serviços à comunidade não só na área de construção civil e engenharia mecânica, mas também de pesquisa de novos materiais, tratamento de esgotos e combate à poluição.

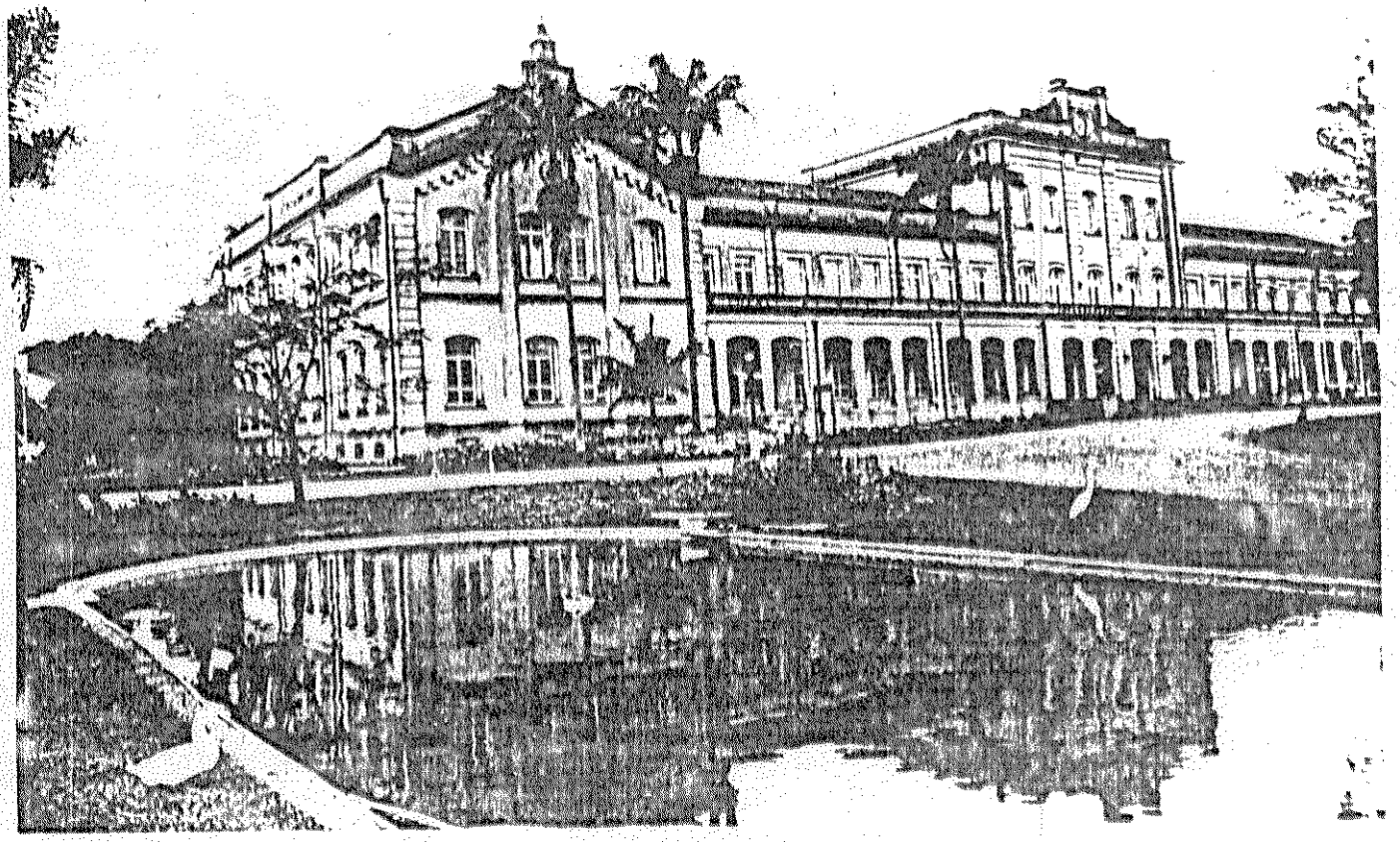
Em 1988, o prefeito Adilson Maluf enviou projeto à Câmara visando oficializar a transferência dos cursos e do acervo da Fundação Municipal de Ensino para Universidade de São Paulo. Com isso, o ensino torna-se gratuito e passa a contar com o respaldo técnico da Universidade. Favorecerá ainda a fixação de professores, pois estimula a carreira docente.

Atendimento à criança

O grande desafio de Piracicaba hoje é conservar toda a tradição de ensino, acumulada durante longos anos. Na década de 20, ela se tornou



Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz



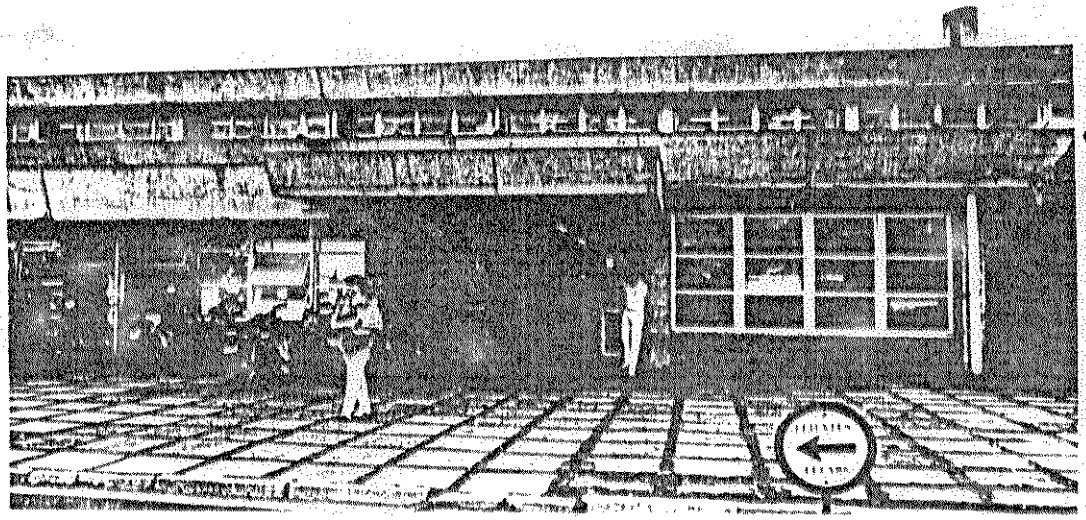
Pavilhão principal da ESALQ e o parque

a cidade mais alfabetizada da União. Para isso muito contribuiu a campanha vitoriosa liderada por Sud Mennucci, Samuel de Castro Neves e Fernando Febeliano da Costa. Eles realizaram um trabalho conjunto que permitiu a abertura de 25 escolas em bairros rurais.

Em tempos mais recentes, a preocupação é fazer com que a rede de ensino acompanhe o crescimento populacional. O problema se tornou mais grave nos últimos 20 anos, com o desinteresse do governo estadual em investir no setor. A partir da administração Montoro a situação começou a mudar, com os convênios estabelecidos com a CONESP. Nos últimos seis anos foram construídas quase 120 novas salas, cerca de duas por mês. Para atender a demanda, existem hoje 52 escolas públicas estaduais, 30 municipais e mais de 30 particulares. Pode-se dizer que não existem crianças sem vagas nas escolas atualmente.

Mas nem sempre foi assim. Ao assumir a Prefeitura, Adilson Maluf encontrou muitos problemas: a estrutura física existente estava abandonada. Mesmo os prédios recentes apresentavam-se tão deteriorados que era um milagre continuarem funcionando. Como não havia nenhuma manutenção, era muito comum os funcionários da Secretaria da Educação pegarem carona com viaturas policiais para acudir aos pedidos dos professores, que necessitavam reparos urgentes para poder manter as escolas em funcionamento.

Começava então uma longa pe-



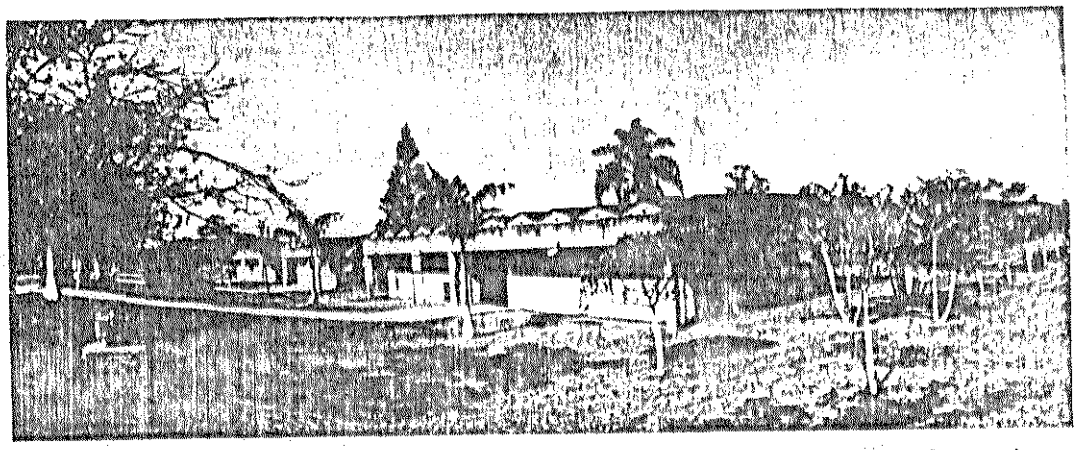
regrinação em vários outros setores da Prefeitura, à procura de material e mão-de-obra para efetuar os serviços necessários. Era preciso recorrer à improvisação e à criatividade. Além disso, a sede da secretaria, um porão escuro no subsolo da Biblioteca municipal, era freqüentemente procurado por mães à procura de vagas em creches. Por outro lado, observava-se nas unidades em funcionamento — em número insuficiente para atender a população infantil — o uso indevido da máquina administrativa. De acordo com o engenheiro metalúrgico e professor Sady Fidélis Previtalli, secretário da Educação, "o trabalho realizado atendia principalmente a objetivos políticos, relegando a educação das crianças para o segundo plano."

De saída, Previtalli mudou a filosofia de trabalho das escolas municipais, retirando-lhes este caráter de exploração da boa fé popular. Transferiu também a Secretaria do imóvel próprio local em que se encontrava, para o prédio novo e espaçoso da Merenda Escolar.

Depois, criou uma equipe volante de manutenção de escolas, capaz de realizar com rapidez os serviços gerais nas escolas. Como só isso não fosse suficiente, a Prefeitura aumentou a subvenção às associações de pais e mestres, em mais de 900% em alguns casos, para a contratação de zeladores. Eles são encarregados da vigilância, evitando os frequentes assaltos e depredações. Tentou-se ainda aproveitar ao máximo a capacidade da rede existente, ampliando-se até o triplo o número de crianças atendidas.

Mas para o professor Previtalli o melhor resultado foi o entrosamento entre os funcionários estaduais e municipais, até então inexistente: *"Trabalhamos hoje em perfeita sintonia com a rede do Estado dentro do único objetivo de atender à criança piracicabana."*

Atualmente, a Prefeitura atua em três níveis; com 32 unidades de creches-berçários, para menores de 0 a 6 anos, pré-escolas e salas de educação complementar do ensino de primeiro grau. Ao todo, são quase 7 mil crianças beneficiadas com os programas que objetivam dar um apoio integral aos menores de baixa renda, para reverter o triste círculo vicioso da realidade brasileira: miséria, sub-



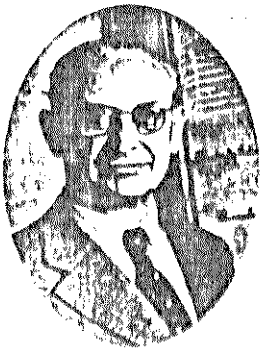
Fundação Municipal de Ensino

nutrição e rendimento escolar baixo.

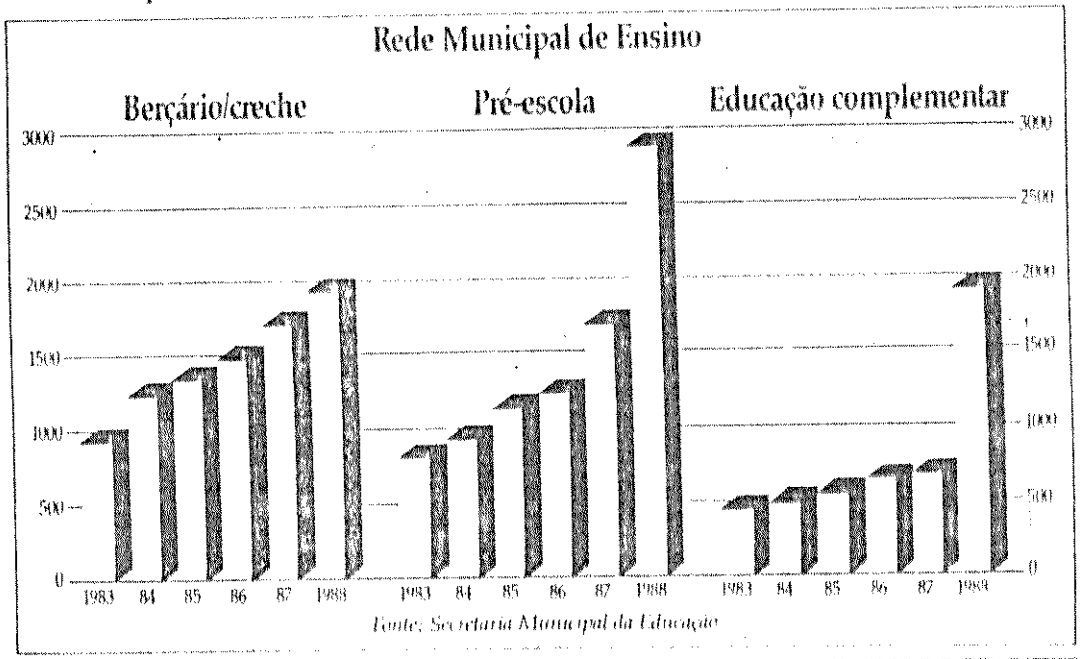
O apoio municipal consiste na melhoria do ensino, no fornecimento de 53 mil merendas diárias, no companhamento da saúde dos estudantes e no transporte de 2 mil alunos. Este último benefício foi criação de Adilson Maluf em sua primeira gestão e contribuiu para reduzir bastante o número de ausências nas salas de aulas. Nos últimos seis anos, o número de linhas de ônibus em circulação aumentou de 24 para 59, rodando em média cerca de 3.560 quilômetros por dia.

Quando foi deflagrado o plano cruzado e vários alimentos, como a carne e o leite, sumiram de circulação, os alunos da rede municipal saíram fantasiados às ruas. Era uma tentativa do departamento de Merenda Escolar de conscientizar a população a procurar novas alternativas na alimentação. Para isso vale qualquer método, desde passeata, até cursos, palestras e folhetos.

Este departamento utiliza na preparação das refeições escolares alimentos variados, com o menor grau de industrialização possível,



Sud Mennucci, que batalhou pela melhoria do ensino em Piracicaba



Fonte: Secretaria Municipal da Educação

procurando suprir pelo menos 15% das necessidades nutricionais diárias da criança. A municipalização da merenda, com a utilização de produtos regionais para seu preparo, contribuiu para melhorar a qualidade e baratear o custo.

Até então, as crianças piracicabanas podiam consumir sucos de laranja vindos da capital, quando estão próximas de uma das maiores regiões citrícolas do Estado, a vizinha Limeira, que pode fornecer o produto fresco e natural. O departamento viabilizou também, em convênio com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento, o projeto Martim Pescador. Ele prevê o fornecimento de pescado trazido diretamente do litoral norte paulista, comprado de colônias de pescadores.

Não se pode esquecer que a maioria da população atendida pelo poder público é composta de crianças carentes. Freqüentemente os professores detectam variados problemas de saúde nos alunos, desde tosses, até desmaios, causados por subnutrição. Nestes casos, não restava outra alternativa à diretora da escola senão enfrentar os riscos, colocar o doente em seu próprio automóvel, procurando atendimento em algum hospital próximo. Para acabar com isso, a Secretaria Municipal de Educação criou um serviço de saúde, composto de enfermeiros para ministrar os primeiros socorros e decidir sobre a conveniência de internação.

Mas só isso demonstrou ser insuficiente. Em face da gravidade da situação econômica da população mais carente, com aumento da pobreza e da fome, foi preciso estabelecer um acompanhamento permanente. Através de dados coletados em 49 escolas estaduais e 33 centros educacionais municipais, verificou-se que 25% dos estudantes apresentavam defeitos de visão. Outros 20% tinham problemas na fala e na escrita e 5% defeitos na audição. Foram ainda detectados problemas artículatórios, dentários, ortopédicos, musculares e um grande número de verminoses, além de baixa resistência a moléstias em geral.

Criou-se então o setor de articulações de ações de saúde e promoção social. Em conjunto com a Delegacia de Ensino, ele atende as emergências e efetua programas de prevenção, através da orientação familiar e do acompanhamento sistemático de ca-

Secretaria da Educação: apoio integral à criança

sos mais graves. Numa primeira instância, o atendimento iniciou-se com as 4.200 crianças dos CEC's (centros educacionais e creches). Paulatinamente ele está sendo estendido para toda a população escolar da cidade, estimada hoje em mais de 50 mil crianças.

Apoio ao professor

Para tornar as aulas mais atraentes e dinâmicas, a Secretaria da Educação criou a Central de Apoio ao Professor. Além de oferecer cursos de atualização, ela fornece material didático. São audiovisuais, *"kits"* de laboratórios, microscópios e pranchas ilustrativas que abordam temas variados. Em meados de 1988 existiam quase 50 unidades conveniadas, envolvendo mais de 120 professores cadastrados. Mas o número cresce a cada dia, pois o objetivo é atender todas as escolas da cidade.

Uma pesquisa recente mostrou que os professores não utilizavam recursos audiovisuais, porque 70% do material existente nas escolas estava danificado, ou sem programação. Agora, com a centralização na Secretaria de Educação, que elabora o material e fornece assistência técnica, pretende-se alcançar maior racionalização no uso.

Estas são idéias, programas e ações que vêm ajudando Piracicaba a manter viva sua tradição na educação, assegurando às crianças este direito inalienável. [ ]

Governo Democratico e Popular

Piracicaba

1989 - 1992

Equipe

Prefeitura Municipal de Piracicaba

Prefeito: José Machado

Equipe Responsável: Dorgival Henrique, Waldemir Pires, Cibele de C.D.P.M. da Silva, João Miguel da Luz Rivero.

Digitação: Marcelo José Lopes

ÍNDICE

- Modo Petista de Governar
- A Administração Democrática e Popular e a Luta pela Hegemonia
- Planejamento Estratégico Participativo
- Reforma do Estado e Administração Pública
- Participação Popular
  - Projeto Feliz Cidade
  - Canais de Participação Popular
- Inversão de Prioridades
  - Guarda Municipal
  - Funcionalismo Público
  - Transporte Coletivo
  - Desenvolvimento Social
  - Educação
  - Abastecimento
  - Obras Rurais
  - Infra-Estrutura (Obras e Vias Públicas - Canalização)
  - Habitação e Urbanização
  - Saúde
  - Cultura
  - Esporte,Turismo e Lazer
  - Saneamento
  - Meio Ambiente (limpeza urbana, parques e jardins)
  - Procuradoria Jurídica (Assistência Jurid. e Defesa Com.)
  - Grupamento de Incêndio
  - Serviço Funerário
  - Direitos da Mulher
  - Fundações
  - Trânsito

O MODO PETISTA DE GOVERNAR

A experiência do PT no Legislativo e, mais recentemente, a sua atuação frente a dezenas de administrações municipais, permitiram-lhe a construção de um processo de gestão que denominamos de **MODO PETISTA DE GOVERNAR.**

Tal processo, em contínua elaboração, se fundamenta em princípios básicos que orientam as decisões e ações de governo e que podem ser resumidos em 03 eixos centrais: **inversão de prioridades, desprivatização do Estado e participação popular.**

I - INVERSÃO DE PRIORIDADES

Inverter prioridades significa:

1 - Combater e modificar a política tradicional de construir obras faraônicas para legitimar seus governantes;
2 - Destinar o dinheiro público prioritariamente com gastos voltados para o atendimento de demandas sociais;
3 - Implementar Reforma Tributária, fundamentada no princípio de quem tem mais paga mais, visando o aumento dos recursos próprios do Município;
4 - Coibir a evasão e sonegação de receitas;
5 - Buscar uma "nova" identidade local, calcada nos valores do trabalho e dos direitos (cidadania), procurando de forma sistemática, reverter a apropriação privada dos espaços públicos pelas elites.

II - REFORMA DO ESTADO

A cultura política a nível municipal, herdada das gestões tradicionais, deixaram profundas raízes, cujas mazelas necessitam ser combatidas, portanto, reformar o Estado a nível municipal, significa:

1 - Combater a cultura política do clientelismo, do favorecimento e das propinas;

2 - Implementar Reforma Administrativa que propicie eficiência, transparência e moralização dos serviços públicos;
3 - Adotar planejamento participativo como princípio de gestão não só visando a eficiência e eficácia das ações mas ao mesmo tempo, como antídoto das "mazelas" herdadas dos governos e chefias autoritários e tradicionais;
4 - Resgatar a dignidade dos servidores públicos, não só pela implantação de uma política salarial justa, do preenchimento dos cargos através de concursos públicos, etc, mas sobretudo, buscando de forma sistemática modificar a relação funcionário e cidadão.

III - PARTICIPAÇÃO POPULAR

Para o governo petista, democracia não é somente um meio, mas também um fim. A participação popular, para o governo petista, é encarada, não como mecanismo de legitimação do poder (o que conduziria à cooptação), mas como forma de dividir o poder, para assim tornar o Estado mais transparente, mais eficiente e menos prepotente.

É claro que implementação desta linha de governo é um processo, bem como, não há modelos prontos para serem aplicados.

Incorporar a participação popular no processo de decisão e planejamento, bem como, desenvolver diversas formas de consultar à população, significa desprivatizar o Estado, através da construção da co-gestão.

A ADMINISTRAÇÃO DEMOCRÁTICA E POPULAR E A LUTA PELA HEGEMONIA

Enquanto as administrações tradicionais assentam sua base de sustentação política no poder local e com ele alimenta continuamente seu projeto de governo, as administrações democráticas e populares tomam o caminho oposto, ou seja, legitimadas por um amplo eixo democrático, popular e não conservador. Travam uma ampla e constante luta contra o Estado privado das elites, visando:

- Reformar o Estado;
- Inverter prioridades;
- Ampliar a participação popular e
- Construir a co-gestão.

Enquanto as administrações tradicionais consideram suficiente o grau de autonomia jurídico-formal atribuído aos Municípios e "aceita como inevitável" a subordinação e dependência ao poder local, as administrações democráticas e populares rejeitam o coronelismo, de longa tradição na política brasileira, e buscam construir um projeto político, onde o controle da sociedade sobre o Estado torna-se efetivo.

As Administrações Democráticas e Populares, partindo de projetos políticos diferenciados, buscam ampliar sua governabilidade de forma que possam contribuir para reduzir a dominação do Estado sobre a vida social e ampliar as liberdades individuais e coletivas.

Para reformar o Estado, inverter prioridades e incrementar a participação popular, visando a construção da co-gestão, terá que se valer, não só da vontade política da equipe de governo, mas, sobretudo, do Planejamento Estratégico Participativo como instrumento de decisão e ação governamental.

O poder político local, a nível econômico, atua pelo conjunto de empresasa cuja lucratividade depende da regulamentação e produção de obras e serviços realizados pelo Município, e a nível social atua no plano simbólico, principalmente através de seus "intelectuais orgânicos", inseridos nos clubes de serviços, nos meios de comunicação, etc.

Os movimentos sociais elaboram continuamente valores "novos" em contraposição aos valores legitimados e instituídos pelas elites, construindo, desta forma, a cidadania enquanto patrimônio coletivo da sociedade civil. Valores relacionados ao uso da terra, direito ao salário e ao emprego, à moradia, à educação, à saúde, à cultura, ao transporte, etc, representam carências efetivas que ultrapassam em muito, os limites e a capacidade de um Município. No entanto, são esses movimentos que colocam a questão da cidadania no centro da político e, portanto, os legitimam como interlocutores fundamentais da construção de uma sociedade radicalmente democrática, desalojando as velhas oligarquias do clientelismo e do populismo.

A cultura política dos direitos tende a deslocar a cultura política dos privilégios que hoje é hegemônica a nível do Estado e da Sociedade.

A cultura política dos privilégios representa no Município a cultura política do poder local, e seus valores e práticas, necessitam ser combatidas pelos governos democráticos e populares. Resguardadas as peculiaridades regionais, o poder local das elites nos parece possuir alguns pontos em comum, tais como:

- estilos de governos com predominância do populismo (governo "onipotente" que doa direitos) ou clientelismo (onde a troca de favores garante lealdade: "é dando que se recebe");
- privilégios e elitismo nas intervenções do Estado, mormente, nos investimentos da administração;
- o Estado, como produtor do saber e controlador da vida social;
- valorização das grandes obras sobretudo no sistema viário;
- "naturalização" das conquistas e desidentificação do social;
- apropriação privada dos espaços públicos;
- apadrinhamento nas admissões do funcionalismo público;
- relacionamento submisso e clientelista com os governos estaduais e federal;
- relacionamento fisiológico e populista para enfrentamento de questões que requerem a integração regional;
- predomínio da visão de curto prazo em detrimento de projetos que requerem intervenção e administração a médio e longo prazo.

Os governos tradicionais valorizam símbolos infantis, tais como: dependência, perspectiva de curto prazo, privilégios, etc, e exigem do cidadão, submissão, benevolência e compreensão, infantilizando as relações políticas de poder como forma de manutenção da ordem hegemônica e impedindo a maturidade política do cidadão.

No Brasil, os detentores do poder político, conduzidos pelas elites, reforçam o esquema oligárquico dos privilégios, afinal, o que está em jogo é a sobrevivência do esquema, mesmo que para tal, haja necessidade de mudança, de discurso e de sigla partidária.

As Administrações Democráticas e Populares necessitam contribuir para a construção de novos valores políticos, costurando arcos de alianças amplos, mas profundamente democráticos.

O imaginário social desse novo projeto deve, sobretudo, fundar-se na cultura dos direitos em oposição à cultura dos privilégios das elites sociais e políticas locais.

Consolidar políticas públicas e cultura política que vise:

- combater o populismo e o clientelismo nos serviços públicos e nas relações entre poder público e cidadão;
- apoiar investimentos na construção da cidade real, produto das contradições e desigualdades profundas, em oposição à cidade ideal concebida e definida pelas elites;
- nova regulamentação das normas de edificação, do uso do solo, zoneamento, etc, visando implementar uma nova matriz espacial à cidade real;
- criar condições para apropriação real dos equipamentos e serviços públicos, pelos usuários em geral;
- criar áreas especiais de interesse social;
- incorporar as favelas à cidade, urbanizando, implantando equipamentos e serviços;
- incentivar e garantir no cotidiano do governo a cultura dos direitos;
- democratizar e dar eficiência à administração pública;
- articular regionalmente para que o interesse público prevaleça sobre o fisiologismo de determinados segmentos locais;
- articular com outros governos municipais, mudança radical no relacionamento entre municípios e governos estaduais e federal, visando dar um basta à vergonha política clientelista;
- incrementar a nível geral do governo e a nível de cada secretaria, o Planejamento Estratégico Participativo objetivando a co-gestão.

A articulação política de forças progressistas no município é essencial para conquistar e consolidar a autonomia municipal. Essa articulação transcende a esfera municipal e ganha contornos regionais, estaduais e nacional e só será possível mediante projetos de governos alternativos e alternativos aos praticados pelas elites.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARTICIPATIVO

Há total descrédito, tanto nos meios acadêmicos como da população em geral, dos resultados positivos do planejamento governamental. Tal descrédito vem constantemente reforçado pelo discurso "neo liberal" e alimentado de forma sistemática pelo poder local, visando direcionar os cidadãos contra o Estado, porque lhe é atribuído por "natureza" à ineficiência.

O discurso ideológico do neoliberalismo incutido pelas elites de que eficiência é sinônimo de propriedade privada e de mercado, visa, entre outros elementos, atender dois objetivos imediatos do capital:

a) Econômico - esvaziar os serviços públicos essenciais (ainda que a oferta seja muito inferior à demanda), repassando para iniciativa privada os serviços potencialmente lucrativos e enxugando o Estado com cortes orçamentários lineares de acordo com o cálculo econômico da racionalidade tecnoburocrática.

b) Política - ampliar o espaço dos indivíduos, grupos e classes e de modo especial de organizações formais privadas no comando da política, portanto, subordinando os interesses públicos à lógica da eficiência do capital.

Percebe-se, desta lógica, a contraposição ferrenha das elites contra os governos democráticos e populares que estimulam a criação de valores novos e a criação de direitos.

Os gestores das elites, os tecnoburocratas, são hábeis em cálculo econômico e "vendem" cinicamente a dimensão política como sinônimo de administração de coisas.

Para que as administrações democráticas e ppopulares possam atingir seus objetivos fundamentais de reforma do Estado, inversão de prioridades e construir a co-gestão com a participação popular, é necessário que incremente no âmbito de seu governo uma prática e uma cultura de planejamento estratégico participativo.

Para que o planejamento possa ser considerado uma ferramenta permanente de conquistas de direitos e liberdades, portanto, um instrumento de luta contra a hegemonia das elites, é necessário combater a "praxis" de planejamento tecnoburocrático que permeia o Estado em todos os níveis no Brasil.

O planejamento tecnoburocrático, metafisicamente, separa o sujeito do objeto ou do sistema planejado na medida em que não há atores e os conflitos são considerados disfunções para racionalidade tecnoburocrática.

O planejamento tecnoburocrático parte da neutralidade do conhecimento e das técnicas, tributando-lhes condições mágicas de descobrir leis, explicar a "verdade" e projetar o futuro, portanto, apolíticas.

O planejamento tecnoburocrático funda-se num paradigma de sociedade, onde o social e o político são regidos por leis "naturais" e não criadores de leis, e identifica a escassez de recursos unicamente como escassez de recursos econômicos. Para os tecnoburocratas poder não é recurso.

O planejamento tecnoburocrático visa predizer o futuro, prevendo suas possibilidades e calculando seus riscos.

O despotismo esclarecido dos tecnoburocratas necessita ser substituído por uma nova cultura de planejamento onde:

1 - A capacidade de identificar problemas ou planos de campanha, explicá-los perante a dinâmica conflitiva da sociedade, eleger propostas de ação sob forte incerteza, pensar em estratégia para lidar com diversos atores e com diversas circunstâncias, saber avaliar, etc, não seja tarefa delegada, exclusivamente, a um corpo de técnicos.

2 - O sistema social passa a ser avaliado como um sistema complexo, onde diversos atores atuam com diferentes perspectivas, com reais conflitos de interesses.

3 - A criatividade faz parte do jogo, pois existem múltiplos recursos escassos, racionalidades diversas, critérios de eficácia diferenciados.

4 - O planejamento passe a ser uma relação entre sujeitos e a realidade passe a ser explicada a partir de perspectivas dos diferentes com diferentes interesses.

5 - A responsabilidades por operações é definida, garantindo-se no presente, a unidade de direção, planificação e gerência.

As insuficiências do método tecnoburocrático de planejamento, fundado numa visão metafísica de realidade, coexistem ao lado de uma grave deterioração das condições sociais e de ética na política. As frustações, desconfianças nos dirigentes políticos, se acumulam e a corrupção ganha "naturalidade" mediante a desilusão do controle democrático da sociedade sobre o Estado.

Diante desse quadro a tecnoburocracia ganha novos contornos, novos aliados e apresenta-se como "salvadora" da situação.

Os governos democráticos e populares necessitam constituir uma equipe de governo que integre o político com o técnico e sejam capazes, em conjunto com representantes dos movimentos sociais, de planejarem suas ações estratégicas.

Conhecer, participar e decidir, mediante a incerteza é conquistar liberdade. A ação consciente, transformadora não pode estar dissociada do conhecimento, portanto, o planejamento estratégico participativo deve mediar conhecimento e ação.

PARTICIPAÇÃO POPULAR

Na perspectiva de garantir a participação popular em todos os níveis do Poder Público Icoal, a Administração Democrática e Popular estimulou a criação de vários canais de participação popular ao mesmo tempo que desenvolveu ações no sentido de superar a cultura clientelista e paternalista presente na população e nos canais de participação já existentes.

Vários Encontros e Seminários a nível Municipal e Regional forma realizados na perspectiva de formar agentes para uma participação popular fundada nos princípios democráticos, que permitam a co-gestão da sociedade civil com o Poder Público, respeitando portanto as diversidade de cada grupo, organização ou indivíduo.

A população foi chamada a discutir a gestão das políticas públicas, onde, o resultado das discussões levou à instalação de vários canais de participação popular, em conselhos paritários, onde População e Poder Público decidem juntos o destino da cidade.

Estes canais, devem ser mantidos como meios concretos de garantir a transparência na gestão das Políticas Públicas, onde as diferentes políticas sociais se legitimarão, superando o individualismo e construindo a coletividade.

<u>Canais Institucionais de Participação Popular e/ou Programas que incorporam uma metodologia de Participação Popular informal.</u>

- Seminário e Assembléias Populares de Discussão do Orçamento
- Conselho de Delegados do Orçamento
- Conselho Municipal de Escola
- Conselhos Locais de Escola
- Conselho Municipal de Saúde
- Conferências Municipais de Saúde
- Comissões Locais de Saúde
- Fórum Permanente do Plano Diretor da Cidade
- Regionais Comunitárias (Centros Comunitários)
- Diretorias de Centros Comunitários e Associações de Bairro (existentes em governos anteriores -> 1988 = 43 / 1992 = 61)
- Projeto FelizCidade
- Projeto Saúde, Lazer e Participação
- Conselho Municipal do Idoso
- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
- Conselho de Deficientes (iniciativa do legislativo)
- Comitê Gestor de Transporte
- Comitê Gestor de Funerárias
- Associação dos Grupos da 3ª Idade
- Conselho Tributário
- Conselho Popular para Acompanhamento da Execução Orçamentária de 1993 - CPAEO
- Cooperativa União dos Trabalhadores Autônomos de Piracicaba Ltda

QUADRO COMPARATIVO

GUARDA MUNICIPAL

A segurança é fundamental para a tranquilidade do cidadão. A Administração democrática e popular recuperou o atendimento da Guarda Civil Municipal buscando suprir as carências da população não apenas na área da segurança, mas principalmente o atendimento social e auxílio à população.

Houve um trabalho para a moralização da Guarda Civil, tanto no reequipamento da mesma, como na ampliação do efetivo, implantação do grupamento feminino e qualificação de todos os profissionais da Corporação.

Grande conquista também foi na criação do Pelotão Ambiental, que tem contribuído grandemente para a implantação da manutenção de uma Política Ambiental, que permita melhor qualidade de vida à população e a educação popular para uma consciência ambiental.

O pelotão escolar, também criado nesta Administração, veio a contribuir para a ação educativa e de segurança aos alunos das escolas estaduais.

Hoje a Guarda Civil Municipal é uma referência para a cidade e região de um trabalho eficiente, educativo e mais humanizado.

GOVERNO ANTERIOR	GOVERNO ATUAL
- * 197 Guarda Municipais	- 305 homens/mulheres
- 19 viaturas	- 32 viaturas
- 04 rádios	- 57 rádios
- ambulâncias - inexistentes	- 05 ambulâncias
- 10 motos	- 22 motos
- Pelotão Ambiental - inex.	- Criação Pelotão Ambiental
- Pelotão Feminino - inex.	- Criação Pelotão Feminino
- Pel. Guarda Escolar - inex.	- Criação Pel. Guarda Escolar
- média mensal de atendimento 155 ocorrências	- média mensal de atendimento 1500 ocorrências
- 234 revólveres	- 359 revólveres
* 60 foram demitidos	

FUNCIONALISMO PÚBLICO

O funcionário público, como qualquer trabalhador deste país, tem sido vítima de Políticas econômicas desastrosas e atitudes patronais que não lhe garantem a dignidade humana e profissional.

A política petista para o funcionalismo público pautou-se em quatro aspectos fundamentais interligados:

1) resgate da dignidade do funcionalismo/valorização do servidor/
2) modificação da relação funcionalismo/população;
3) ajustamento do número de funcionários às necessidades da população
4) transformação da relação funcionalismo/governo/

Para prestar um atendimento digno à população, o funcionário público necessita sentir-se valorizado e preparado, além de ter garantida condições dignas para realizar este atendimento. Neste propósito a Administração Democrática e Popular investiu em reciclagem e formação profissional através da ADO - Assessoria de Desenvolvimento Organizacional, criada nesta Administração, que implantou uma nova política de recursos humanos, alterando a cultura administrativa da Prefeitura.

Foi respeitado também o direito do Funcionalismo Público de organizar-se e garantida a liberdade de expressão e manifestação. O Sindicato dos Funcionários Municipais foi criado em 1989, início da Administração Petista.

QUADRO COMPARATIVO

FUNCIONALISMO PÚBLICO

GOVERNO ANTERIOR	GOVERNO ATUAL
- Salário reajustado sem critérios explicitados.	- Salário mais digno, reajustado pelo DIEESE
- Inexistente	- Adiantamento-Salário quinz.
- Inexistente	- Adicional insalubridade
- Abono Guarda Civil	- Adicional Noturno
- Situação Funcional	- Situação funcional regul.: . reclassif. referências . reconhec. salarial de desvio de função
- Inexistente	- Concurso público p/ todos os cargos/funções p/ ingresso na Prefeitura
- Regime maior número CLT (80%)	- Regime estatutário (único) . assist.médica de qualidade . aposentadoria integral . licença - prêmio
- Inexistente	- Cesta Básica
- Inexistente	- Café da manhã
- Inexistente	- Política de recursos humanos com valorização profissional do servidor: . projeto "Maquinando" atividades culturais e lazer . cursos de integração, capacitação, alfabetização e oficinas de arte . treinamento e integração . Programa p/ Alçoolatras Vila Serena

QUADRO COMPARATIVO

FUNCIONALISMO PÚBLICO

GOVERNO ANTERIOR	GOVERNO ATUAL
- Fundo de Garantia por Tempo de Serviço em atraso 06 últimos meses.	- Atualização e recolhimento do FGTS
- Diferença salarial (entre o maior e o menor salários) 13,5 vezes.	- diferença salarial (entre o maior e menor salários) 6,8 vezes.
- Vencimento dos Servidores (Dezembro/88) . Secretário US$ 954 . Piso ..... US$ 70,6	- Vencimento dos Servidores (Agosto/92) . Secretário US$ 1.175 (variação - 23,1 %) . Piso ..... US$ 171 (variação - 142,2%)
	- Negociação sistemática com Sindicato dos Funcionários (criado em 1989) s/ salários e demais condições de trabalho
	- Garantia da ampla manisfestação e liberdade de organização
	- Reforma Administrativa com participação do funcionalismo: . apresentação do Plano de Cargos à Câmara . apresentação da Reestruturação do IPASF à Câmara . apresentação do Estatuto do Funcionalismo Público à Câmara . plano de salários aprovado . implementação de nova Macroestruturação de gestão . funções gratificadas - aprovado

TRANSPORTE COLETIVO

Ampliar o atendimento do transporte coletivo é inverter prioridades, na medida que a maioria da população se utiliza deste meio para se locomover (trabalho ou lazer). Neste propósito várias obras e serviços foram implantadas dentre eles o **Terminal Central de Integração**, o 1º deste porte no Brasil.

Optando pelo gerenciamento do serviço de transporte coletivo e levando melhoria nos serviços, além da implantação de novos.

Primeiramente a contratação de fiscais para garantir a racionalidade do serviço, passando de apenas 1 em 1980 para 46 fiscais. Os abrigos de ônibus também forma ampliados 3,8 vezes, proporcionando mais conforto à população.

A ampliação das linhas interdistritais rurais em 3 vezes, a tarifa urbana, significou um grande benefício à população da zona rural.

Foi criado um Plando Municipal de Transporte Coletivo para que esta questão pudesse ser gerida por um Comitê Gestor, implementando a participação popular.

A descentralização do serviço, também como proposta da Administração Democrática e Popular, construiu o Terminal de Integração do Bairro Vila Sônia e prevê a construção de mais 2, em regiões da cidade.

QUADRO COMPARATIVO

TRANSPORTE COLETIVO

GOVERNO ANTERIOR	GOVERNO ATUAL
- Abrigo de Ônibus . média pessoas/dia dados inexistentes	- Construção do Terminal Central de Integração . 100 mil pes./dia . 30 mil pes./dia utilizam apenas 1 passagem . 20 mil pes./dia utilizam integração de ônibus
- 115 Ônibus com 8,5 ano/uso (média)	- 165 Ônibus com 5 ano/uso (média)
- Qtde. fiscais: 01	- Qtde. Fiscais: 46
- Rodoviária Inter-Municipal prédio constr. em 1961 2.100 m^2	- Construção da Rodoviária Inter-Municipal com área de 4.500 m^2 - área coberta 11.000 m^2 - área total
- Inexistente	- Projeto do Biogás
- Inexistente	- Plano Municipal de Transporte Coletivo
- Abrigo de Ônibus - V. Sônia	- Terminal de Integração no Bairro Sônia - em construção
- 38 abrigos de ônibus	- 146 abrigos de ônibus
- 03 linhas interdistritais e rurais c/ tarifa urbana	- 09 linhas interdistritais e rurais c/ tarifa urbana
- 780 mil Km/ano rodados	- 1 milhão Km/ano rodados

QUADRO COMPARATIVO

DESENVOLVIMENTO SOCIAL (Bem-Estar Social)

Para a Administração Petista, a Assistência Social é estratégica para o estabelecimento/fortalecimento da Organização Popular e construção da cidadania.

Neste propósito, encaminhou os Projetos na área do Desenvolvimento Social superando as ações clientelistas e emergenciais, alterando a relação de favor e "benesse" com a comunidade e estabelecendo uma Política de Organização e Participação Popular, onde os integrantes dos projetos são co-gestores dos mesmos.

Trabalhou também na perspectiva de superar a visão assistencialista das ações sociais, colocando o cidadão como detentor de direitos e não favores, humanizando o Atendimento de Plantão, que em geral e historicamente só desenvolvia ações pontuais.

Este avanço na Política de Assistência Social, permitiu um crescimento na consciência e formação dos agentes populares, bem como uma relação mais humanizada e conscientizada no atendimento individualizado.

Tendo como princípio básico a construção da cidadania da população, fortaleceu os movimentos populares e propiciar sua organização, a Administração Petista, desenvolveu uma ação efetiva, de forma a garantir à população, o direito de influir nos destinos da cidade e assegurar condições de vida mais satisfatória.

GOVERNO ANTERIOR	GOVERNO ATUAL
- 38 Assistentes Sociais	- 52 Assistentes Sociais
- 7 Grupos de 3ª Idade com 320 pessoas	- 13 Grupos de 3ª Idade com 1000 pessoas
- Cursos Semi-Profissionalizantes nos Centros Comunitários para crianças e adultos	- Criação de 20 Centros de Convivência para Criança e Adolescente, com 1600 atendidos - educação informal, lazer e esporte e oficinas de profissionalização
- 43 Diretorias de Comunidade com assessoria direta	- 61 Diretorias de Comunidade com assessoria direta
- Inexistente	- Criação do SIMTRE - Sistema Municipal de Triagem e Informações sobre empregos beneficiando: . cursos profissionalizantes . atendimentos a desempregados . cestas básicas - repasses a entidades

QUADRO COMPARATIVO

DESENVOLVIMENTO SOCIAL (Bem-Estar Social)

GOVERNO ANTERIOR	GOVERNO ATUAL
- Inexistente	- Criação Proj.Morador de Rua
- Inexistentes	- Seminários para população: . 03 Formação de liderança . 02 Semana do Ass. Social . 10 Encontros de Reflexão s/Migração (parc.regional) . 02 Seminários s/ Criança e Adolescente . 01 Seminário Interno da Secretaria . 01 Seminário sobre Lei Orgânica da Assist. Social . 03 Encontros de reflexão da 3ª Idade
- Projeto Migrante	- Projeto Migrante reestruturação de acordo com a política regional
- Projeto de Sala de espera p/ usuários do Plantão Social	- Reestruturação Sala de espera - Centro mais 10 Bairros
- Transporte de doentes fora do domicílio: . 02 Peruas . 02 Ambulâncias	- Transporte de doentes fora do domicílio: . 03 Peruas . 04 Ambulâncias . 01 Onibus (40 lugares)
- Plantão Social descentralizado 12 Bairros c/ atendimento dias alternados	- Plantão Social descentralizado em 10 Bairros c/ atendimento diário
- Contratação direta de estagiários	- Convênio com Faculdade de Serviço Social/Estagiários
- Inexistente	- Programa na área da criança e do adolescente: . Convênio c/ Unimep/Curso de Direito; . Assessoria Jurídica área da criança e adolescente; . Implant. projetos c/ meninos e meninas de rua: 1. Reintegrando 2. Clube dos Guardadores de Carros Mirins

E D U C A Ç Ã O

As Administrações Petistas, defendem o ensino público e gratuito, a universalização do acesso à educação, a melhoria da qualidade de ensino e a democratização da gestão escolar.

Neste propósito a Administração Democrática e Popular de Piracicaba, dobrou o número de vagas em creches, respeitando a Lei Orgânica Municipal que prioriza o atendimento para crianças de 0 a 6 anos, ampliando o acesso nesta faixa etária.

A merenda escolar também fou garantida em todas as entidades não governamentais e escolas municipais e estaduais, com uma estruturação para o sistema (vaca mecânica, padaria e açougue).

A implantação do PAEE - Programa de Apoio à Educação Especial, veio suprir uma lacuna na cidade, na área da Educação Especial aos adultos portadores de deficiência, ao mesmo tempo que se ampliou o apoio às entidades de atendimento à Educação Especial, sem promover a duplicidade no atendimento, mas otimizando os já existentes.

Como estratégia de promoção humana dos cidadãos, a educação deve ser garantida em todos os níveis e idades. Neste objetivo a alfabetização de adultos foi redimensionada e ampliada passando de 70 a 800 alunos, formando classes principalmente com os funcionários públicos e na maioria dos bairros da cidade, além da criação do Centro de Educação Supletiva (parceria com o governo estadual).

Para a democratização da gestão escolar forma realizados os Foruns de Educação e criados o Conselho Municipal de Educação e Conselhos Locais de Escola, onde a população participa da gestão das creches nos bairros.

A melhoria da qualidade de ensino foi garantida através da capacitação dos profissionais envolvidos, na ampliação do quadro e na garantia de condições dignas de trabalhos.

QUADRO COMPARATIVO

"EDUCAÇÃO"

GOVERNO ANTERIOR	GOVERNO ATUAL
1988 - Creche - 1888 vagas	- 1992 - Creche 5358 vagas - ampliação de 85,5%
1988 - Educação complementar 800 crianças matricul.	- Educação Complementar - 1053 alunos
1988 - Alfabetização de Adultos 70 alunos	- Alfabetização de Adultos - 800 alunos
Dados Inexistentes	- Centro de Educação Supletiva p/ até 2000 vagas (Conv. c/ o Estado)
Dados Inexistentes	- 60% da reposição salarial da categoria
1988 - 2500 passes/dia	- Transp. alunos da Rede Estadual de Ensino - 5010 Km rodados/dia = 3950 passes/dia.
Inexistente	- Implant. Cons. de Escola
Inexistente	- Implantação Agente Escolar de Saúde
Inexistente	- Constr. Implantação da Vaca Mecânica, Padaria e Açougue Prédio da Merenda Municipal
1988 - Merendas - 55.629 distribuídas nas escolas	- Merendas - 65.100 distribuídas por dia nas escolas
Almoço não era fornecido	- Almoços - 15.000 distrib.por dia nas escolas
1988 - Pequena ajuda até 75% (variação)	- Entidades Assistenciais -75% das necessidades da merenda p/ todas as entidades
Inexistente	- Criação do PAEE - Programa de Apoio à Educação Especial

ABASTECIMENTO

A Administração Petista investe numa política de abastecimento que visa informar o consumidor, quanto a preços e opções de compra, e facilitar o acesso a alimentos de baixo custo e de qualidade, garantindo um gasto menor, com alimentação aos cidadãos.

Neste propósito foram criados vários serviços, que visam democratizar o acesso da população, da região central e dos bairros, aos alimentos de baixo custo:

. São os varejinhos que visam a população de baixa renda nos bairros periféricos, com ampla divulgação;

. Construção de um varejão na área central que facilita o acesso de toda população, instalado atrás do Terminal Central de Integração, e ainda o Término do Varejão da Paulicéia;

. São as publicações, informativos e serviços que garantem a informação à população acerca dos produtos mais baratos;

. Regularização do comércio de alimentos e outros nas áreas públicas (cadastramento, gerenciamento e normatização);

. E ainda a implantação da Cozinha Experimental - economia e melhor aproveitamento de alimentos, realizada durante os varejões, para orientação direta aos consumidor.

Todas estas ações forma desenvolvidas, visando proporcionar, principalmente à população de baixa renda, acesso e condições mais favoráveis de alimentação.

QUADRO COMPARATIVO

ABASTECIMENTO

GOVERNO ANTERIOR	GOVERNO ATUAL
- Existia UNA-COBAL - quinzenal em 5 Bairros	- Criação dos Varejinhos c/ 11 eqptos. beneficiando 4.000 famílias de baixa renda
- Inexistente	- Criação do CENCAM - Comissão Estudos e Normatização do Com. Ambulante - parceria c/ comércio informal: . 350 pontos criados . 256 alocados . criação critérios p/ ingresso no Sistema
- Inexistente	- Publicação semanal da tabela de preços de produtos hortifrutigranjeiros nos veículos de comunicação - FM/Jornais
- Inexistente	- Criação Informativo Quinzenal "Hora da Bóia" informações ao consumidor - tiragem 7.000 exemplares
- Funcionava em barracão da FEPASA e na rua	- Constr. do Varejão Central anexo ao T.C.I.
- Início da Construção do Varejão Raposo Tavares (haviam 4 varejões constr./funcion.)	- Conclusão e Implementação do Varejão Raposo Tavares
- Inexistente	- Cadastramento de todos os Permis. dos Eqptos. Pub. de Comercialização
- Inexistente	- Gerenciamento dos Eqptos. Púb. Comercialização
- Inexistente	- Cozinha Experimental: orientação econômica de alimentos e de aparas de alimentos
- Inexistente	- Criação do S.A.C. - Serviço de Atendimento ao Cidadão - (obras e servs. solicitados pelos Municípios)

ABASTECIMENTO / OBRAS RURAIS

Numa ação orientada, para uma maior e melhor qualidade de vida na zona rural, a Administração Democrática e Popular, investiu em equipamentos sociais e comunitários.

Foram muitas construções, reformas e ampliações, que proporcionaram a população da zona rural, maior organização e socialização, além de garantir maior conforto, que em geral só é garantido à zona urbana.

A Administração Municipal apoiou também o desenvolvimento agrícola planejado e que viabilizasse a produção diversificada, preservando o meio ambiente. Para tal apoiou a formação de Associações e Cooperativas para o plantio e comercialização dos produtos cultivados.

Realizou também Seminários e Encontros visando instrumentalizar a população rural.

QUADRO COMPARATIVO

ABASTECIMENTO / OBRAS RURAIS

GOVERNO ANTERIOR	GOVERNO ATUAL
- Dados não disponíveis	CONSTRUÇÕES - 03 centros comunitários - 01 escola - 01 creche - 01 posto telefônico - 01 salão de festas - 02 campos de futebol - 04 quadras poliesportivas - 01 conjunto: bar, vestiario, sanitários, arquibancadas - 01 barracão - 01 caixa d agua - 02 sistemas iluminaçao públ. - 19 pontes - 01 posto policial - 01 viveiro de mudas - galerias e tubulaçoes; - redes de postes - fossas asseptícas; - areas verdes (implantaçao); - 02 abrigos de onibus REFORMAS - 12 escolas:C.I.; - 03 centros comunitários; - 03 igrejas; - 01 praça; - 05 escolas (pintura); - 03 igrejas (pintura). AMPLIAÇÃO DE: - 03 centros comunitários; - 02 escolas: Primeiro Seminário desenvol-vimento agrícola do Munícíp. Equiparação dos preços das passagens de transporte co letivo entre zona rural e urbana.

INFRA ESTRUTURA

POLITICA DE OBRAS E VIAS PÚBLICAS

1. DIAGNÓSTICO E POSTURAS

O principal norte da política de obras públicas do governo petista é a priorização de **pequenas obras e obras de infra-estrutura**. A opção de grande porte deve ser feita em função de sua importância social e não do seu impacto político-eleitoral, como costuma ocorrer.

Outros cinco princípios para a política de obras são:

1 - combinar **administração direta** e contratação de **empreiteiras** visando à otimização dos recursos;

2 - trabalhar com **recursos próprios**, realizando operações de crédito para construção de obras somente quando comprovadamente a relação custo-benefício para a população for muito favorável;

3 - contratar empreiteira somente mediante rigoroso processo licitatório, com a participação das comunidades interessadas;

4 - administrar rigorosamente a execução das obras empreitadas, visando assegurar a melhor qualidade dos equipamentos entregues à população;

5 - sempre que possível e desejável, utilizar tecnologias alternativas para baratear custos.

É marcante a diferença entre as políticas de obras da administração petista e do governo imediatamente anterior. Enquanto aquele apresentou como principal obra o Centro Cívico e Cultural (a prefeitura nova, que só recebeu este nome para que fosse possível obter empréstimo de fundo destinado à Educação para construí-lo), o governo petista priorizou obras na área de transporte coletivo. A escolha desta área como prioridade foi feita em decorrência de dois fatores fundamentais: 1. era urgente a necessidade de modernizar a infraestrutura e a administração do transporte coletivo (urbano e interurbano) em Piracicaba, pois o desconforto, a insegurança, a demora e o custo elevado marcavam há muitos anos o dia-a-dia da maioria dos trabalhadores que dependem deste tipo de transporte; 2. não era mais possível adiar a restauração de uma significativa área urbana central que estava excessivamente deteriorada há muitos anos. Por isto foi construído o Terminal Central Integrado de Ônibus Urbano e está sendo construído o novo terminal rodoviário intermunicipal, ambos próximos, devendo funcionar de maneira integrada, para maior comodidade, segurança e economia dos usuários e para racionalizar a administração e a fiscalização feitas pelo poder público.

O Terminal Central foi construído por empreiteira, assim como muitas outras obras de médio porte, pois optou-se por executar através da administração direta somente determinadas obras e serviços constantemente demandados (galerias pluviais, bocas de lobo, pequenas praças, sarjetas, tubos, blocos, telas, etc). A contratação de empreiteiras é importante, desde que corretamente licitada e bem administrada, uma vez que evita-se a contratação de contigente de funcionários que ficaria ocioso em períodos em que as obras não se realizam.

Seguindo em todos os casos diretrizes norteadoras de política de obras, o governo petista realizou obras de pequeno porte em praticamente toda a cidade, entre os quais: construção e reforma de creches, postos de saúde, centros comunitários, equipamentos esportivos, etc). Entre as obras de médio porte merecem destaque: a conclusão da Avenida Armando Salles de Oliveira, a reforma e iluminação do Mirante, os reparos e reformas feitas no Engenho Central para que pudesse ser entregue à população, a recuperação do Lixão do Pau Queimado.

Enquanto a elevação da eficiência na construção de obras empreitadas foi buscada na ênfase ao processo licitatório e à fiscalização da execução, a mesma foi perseguida, nas obras executadas pela administração direta, através da ampliação do "parque produtivo" da prefeitura, com consequente barateamento das obras e serviços. A frota municipal (caminhões e máquinas) foi reformada e ampliada, foi instalada usina de asfalto e fábrica de blocos. A intenção para o próximo governo é construir o Centro Operacional da Prefeitura no próximo governo, instalando num único local o "parque produtivo" da prefeitura.

No que diz respeito ás obras particulares, a função da prefeitura é fiscalizar os projetos e sua execução, visando garantir segurança e respeito às normas urbanísticas. O papel de uma administração séria nesta frente é tornar eficiente e incorruptível esta fiscalização, além de propor aperfeiçoamentos na legislação pertinente ao assunto.

A ampliação e a manutenção das vias públicas, urbanas e rurais, é uma das principais e uma das mais caras atividades da prefeitura. Especialmente em Piracicaba, onde a zona rural é muito extensa. Esta atividade consome grande parcela dos recursos e dos esforços das Secretarias de Obras e da Agricultura e Abastecimento (estradas rurais), sendo que a reforma e ampliação da frota municipal, já mencionada, foram fundamentais para que se pudesse melhorar os serviços. Também foi importante a utilização, na zona rural e urbana, do lajão britado como material alternativo à pavimentação e ao cascalhamento, pois este é de menor custo e mais fácil obtenção em Piracicaba.

QUADRO COMPARATIVO

INFRA ESTRUTURA

GOVERNO ANTERIOR	GOVERNO ATUAL
- Pavimentação - dados não disponíveis (as vias públicas encontravam-se sucateadas)	Pavimentação - (serviços novos e manutenção) - Área Pavimentada - 144.266m^2 (já executada) - a executar - 150.000m^2
- Iluminaçao/Energia elétrica dados não disponiveis.	- Iluminação/Energia elétrica - 105,65 Km- - 95.384 lâmpadas- - Principais locais - Vila Nova, Artemis, Saltinho, Santana, Tupi, Sta. Terezinha, e varios locais na area urbana. (40 bairros)
- Galerias Pluviais - dados inexistentes	- GALERIAS PLUVIAIS - 11.168m . Principais Locais: - Bacia da Campos Salles (parcial) - Av.Corcovado - Sta. Terezinha - Corrego da V.Fátima - R. Humberto D Abronzo - R. Riachuelo - R. N.S. Carmo (parcial)
- Pontes - dados inexistentes	- PONTES . J. Maria . 1o. Maio . Felicio Halim . Tatuape . Venceslau Bras . Jaragua
- Pavimentação alternativa (piçarra Pedreira do Bongue) dados nao disponiveis	- Pavimentação alternativa - lajao Britado-aplicado nas vias publicas 600 mil m^3 (sem necessidade de detonação) este processo barateou o custo deste serviço na ordem de Cr$ 5 bilhões p/ os cofres públicos.
- Canaletas/Sargetões - dados nao disponiveis	- Canaletas/Sargetoes - 160 unidades (560m^3 de concreto)

QUADRO COMPARATIVO

INFRA ESTRUTURA

GOVERNO ANTERIOR	GOVERNO ATUAL
	- OBRAS DE DESTAQUE - Observatório Astronômico- (em conclusão) - Recuperação do Mirante e do Engenho Central. - Duplicação da Av.Armando Salles de Oliveira - Pavimentação:Estrada do Bongue, Av. Rio das Pedras e a ligação da Balbo/Boa Esperança (a concluir) - Pistas de Skate, Bicicross e aeromodelismo - EQUIPAMENTOS - Britador - Retro Escavadeira de grande porte POCLAIN - Máquina de fazer guias - 09 Caminhões truck - Recuperação Máquina de alambrados. - PASSARELAS - Maracanã - B. São Pedro - Jd. Diamante

HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO

O quadro habitacional deficitário de Piracicaba resulta da combinação de ingredientes estruturais e conjunturais colocados a nível nacional, com outros ingredientes locais, a saber: aumento da migração ocorrida nos últimos anos, escassez de investimentos dos governos federal e estadual na cidade, inexistência de uma política habitacional do município nos últimos 10 anos.

Pólo econômico regional dotado de um núcleo urbano de média dimensão, marcada pela dinâmica das atividades agroindustriais sucro-alcooleiras, Piracicaba cresceu acentuando desigualdades. O déficit habitacional é um dos aspectos desta realidade, mal enfrentado pelos últimos governos municipais. Daí o surgimento e a força do movimento de favelados na cidade.

Ao assumir a prefeitura em 1989, o PT lançou-se na tarefa de enfrentar o problema habitacional. Deparou de início com o amadorismo com que o assunto vinha sendo tratado. A prefeitura limitava-se às ações reivindicatórias junto a outras esferas de governo. Na ausência de políticas federal e estadual, o caminho trilhado foi o da omissão. O governo petista decidiu formular uma política municipal (mesmo compreendendo os limites da atuação do município na área habitacional) e criar um órgão próprio para implementá-la: surgiu a EMDHAP (Empresa Municipal de Desenvolvimento Habitacional de Piracicaba). Paralelamente foi implementado o programa de urbanização de favelas e lançou o projeto de uso real do solo, agindo em conjunto com a ASFAP (Associação dos Favelados de Piracicaba). Estas medidas e ações, no conjunto, representaram uma nova e ofensiva visão no campo habitacional em Piracicaba e ainda estão em curso, apresentando os primeiros resultados: levantamento da demanda habitacional por faixas de renda; contratação de financiamentos junto à Caixa Econômica Federal, para implantação do Conjunto Habitacional Alvorada (1.434 casas do Plano PHAI, para faixa de renda de 2 a 5 salários mínimos) e do Conjunto Eldorado II (490 casas para famílias com renda de 3 a 7 salários mínimos); viabilização da usina de asfalto e da fábrica de artefatos de concreto (blocos, tubos, etc), que gerarão receita à empresa, a ser aplicada em habitação popular.

QUADRO COMPARATIVO

HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO

GOVERNO ANTERIOR	GOVERNO ATUAL
1- Inexistente	1- Criação da Empresa Habitacional (EMDHAP) - Dez./90
- Inexistente	- Implantação PROMORE - Plantas e Assist. Técnica a Custos Acessíveis
- Inexistente	- 1928 Embriões Habitacionais sendo construídos em 1992
- Inexistente	- 255 lotes em urbanização
- Inexistente	- Programa de Constr. Casas em Mutirão
- Inexistente	- Usina de Asfalto a Frio
- Inexistente	- Fábrica de Artefatos de Cimento (blocos)
	- Estratificação demanda Habitacional cadast. Piracicaba
2- Urbanização de Favelas (dados inexistentes)	2- Urbanização de Favelas com População de 20 mil pessoas em 53 áreas . Rede de esgoto 9,7 Km . Rede de água 12,0 Km . Galerias em 2 Favelas . Pavimentação alternativa (Lajão) - 15 núcleos . Extensão de energia elétrica em 14 núcleos . Passarelas - 2 núcleos . Muro contenção - 2 núcleos

SAÚDE

A qualidade de vida deve ser o princípio de toda construção social. Para isto faz-se necessário investimentos em saúde, saneamento básico e em ações de prevenção e combate às epidemias como obrigação do Estado e direito do cidadão.

Historicamente, temos assistido a deterorização das condições de vida da maioria da população, onde as péssimas condições de saúde é resultante de um modêlo de desenvolvimento econômico-social-político elaborado e legitimado pelas elites durante décadas.

Este modêlo não garante sálarios dignos, preuidência social adequada e o acesso da população aos bens e seviços mais elementares, garantidos na Constituição Federal (saúde, habitação, saneamento básico, educação, etc), além de estimular o avanço da medicina privada, dificultando ainda mais o acesso da população à saúde. A manutenção e continuidade desse modelo de desenvolvimento perverso, que estimula à concentração de rendas nas mãos de poucos e exlui a maioria da maioria da população, deteriorará, ainda mais, as condições de saúde existentes hoje.

A qualidade de vida possui íntima relação com o Projeto de Desenvolvimento Social vigente no País, e cabe ao Governo Federal a responsabilidade maior na inversão do quadro atual.

O município, enquanto reprodutor das condições de vida e de trabalho do homem concreto, deve exigir repasses atualizados de verbas da União e do Estado - para isto a Sociedade Civil e Poder Público local devem estar em parceria - sem deixar de fazer a parte que lhe compete nesse processo, visando minimizar as condições de saúde de nossa população.

O Governo Democrático e Popular de Piracicaba investiu nestes quatros anos para melhorar as condições de saúde da população, atuando desde a prevenção até as especidalidades mais distintas.

Implantamos o Sistema Único de Saúde, investindo na descentralização do atendimento básico; ampliando locais de atendimento ou recuperando outros; qualificando e ampliando o quadro de funcionários; democratizando a gestão dos serviços nestas áreas; e garantindo o atendimento com maior complexidade (compra de equipamentos e contratação de profissionais das mais variadas especialidades).

Todas estas ações visaram a contraposição a uma realidade histórica perversa de exclusão e o investimento em programas que garantissem a "Defesa da Vida".

QUADRO COMPARATIVO

SAÚDE

GOVERNO ANTERIOR	GOVERNO ATUAL
- % do Orçamento Destinado à Saúde em 1988 - 1,93 %	- % do Orçamento Destinado à Saúde em 1992 - 10,23 %
- Consultas/Ano . Médicas 1988: 202.328 . Odontol.1988: 89.794 . Fisiot. 1988: 1.500	- Consultas/Ano . Médicas: 1991 - 437.292 1º.Sem. 1992 - 237.935 . Odontol. 1991 - 110.714 1º.Sem. 1992 - 40.881 . Fisiot.: 1991 - 11.486 1º.Sem. 1992 - 4.753
- Unidade Básica de Saúde: . Cecap (casa alugada) . Piracicamirim . Independência . Jaraguá (C. Comunitário) . Corélia (Prédio Cáritas) . V.Cristina (1988 - Fr.Cura) . Jd.São Paulo (1988 Fr.Cura) . Jd. Planalto (Proj. Cura) . Sta. Terezinha . Esplanada (prédio inadeq.) . Vila Fátima . Vila Sônia (C. Comunitário) . Artemis (Casa alugada) . Caxambú . Jupiá . Vila Rezende . Anhumas . Ibitiruna . Arraial São Bento . Santana . Tupi . Saltinho	- Unidade Básica de Saúde UBS - 1989 - 1992 Construídas: Algodoal, Cecap Novo Horizonte, Tanquinho, Artemis. Ampliadas: Caxambú, Jaraguá, Corélia, Esplanada. Reformadas: Vila Fátima, Piracicamirim, Saltinho, Vila Independência, V. Rezende. - Unidade Mista da Vila Sônia Atend. Amb. Int. Hosp. de Alta Rot. (12 leitos Clínicos 4 Ped. Func. 24 horas) - Atendimento das 7:00 hs. às 22:00 Hs.(Médico e Odontol.) . Vila Sônia . Vila Rezende . Piracicamirim - Reforma do Pronto Socorro Central (Av. 31 de Março) - Reforma do almoxarifado da S.M.S. - Reforma Lab. de Análises e Serviço Raio X - Centro de Especialidades

QUADRO COMPARATIVO

SAÚDE

GOVERNO ANTERIOR	GOVERNO ATUAL
	# Criação seguintes Programas:
	- Ambulatório de Especialidades c/ transf. e municipalização do PAM do INAMPS p/ o CSI (fev./89)
	- Criação de atendimento novas especialidades (89/90/91/92)
	- Atendimento multiprofissional no Amb. Doenças Sexualmente Transmissíveis set./89
	- Implantação Amb. Saúde Mental no AE (set./89)
	- Convênio Prefeitura/FOP p/ atend. odontológico escolar out./89
	- Implantação Amb. Saúde do Trabalhador (fev/90)
	- Implantação do Prog. Adolescente no AE (maio/90)
	- Implantação atend. traumato-ortopedia no PS (set/90)
	- Implantação do atend. CAT - Acidente Trab. Amb. no PS e AE (set/90)
	- Gerência 13 unids.(mai/92)
	- Implantação Serviço Radiodiagnóstico no PS (nov/91)
	- Mutirões de limpeza (91/92)
	- Combate a Dengue (91/92)
	- Combate ao Escorpião (91/92)
	- Municipalização da Vigilância Epidemiológica 27/01/92
	- Criação Centro Fisioterapia no Caxambú (92)
	- Conv. Depto. Farmácia UNIMEP p/ Prog. Assist. Farmacêutica (fev/92)
	- Implantação Serviço Ultrassonografia no AE (28/01/92)
	- Implantação Serviço Mamografia no AE (03/03/92)
	- Instalação do Lab. Citologia Oncótica (mar/92)
	- Implantação Projeto Saúde e Lazer (jun/92)
	- Implantação Serviço Eletroencefalografia no AE jun/92

QUADRO COMPARATIVO

SAÚDE

GOVERNO ANTERIOR	GOVERNO ATUAL
	# Ampliação dos Programas:
	- Ampliação do Serv. Fisioterapia
	- Descentralização do atend. odontológico UBSs (90/91/92)
	- Descentralização do atend. esquistossomose e raiva p/ as UBSs (mar/92)
	- Enfermeira em 13 serviços (jul/92)

CULTURA

A cultura, para a Administração Petista, é antes de tudo o resgate da memória do povo. Neste propósito, desde 1989, a Administração intencificou as programações, investiu na formação e no resgate da memória da cidade, democratizou e descentralizou as ações culturais, deixando de ser apenas patrocionador de eventos, passando a cumprir o papel de fomentador das atividades culturais.

Concretamente a política cultural do governo petista retirou a Secretaria de Ação Cultural da inadequada condição de mera promotora de eventos, centralizados quase que exclusivamente no Teatro Municipal e voltados somente para a esfera das belas-artes. Foram implantados programas e realizadas atividades que permitiram a formação e o debate, de maneira descentralizada e plural. Oficinas das mais variadas (desde literatura até confecção de bonecos) foram realizadas em grande número, atingindo os bairros através do Projeto Cultura nos Bairros; cursos permanentes (violão, piano, coral, etc) foram realizados gratuitamente; foi montada a Companhia Estável de Teatro Amador; diversos ciclos de debates e seminários foram realizados, em torno de temas atuais de grande relevância para a construção da cidadania; datas significativas como o 1º de Maio e o aniversário da cidade foram oportunidades em que se ofereceu acesso privilegiado ao lazer cultura, inclusive num espaço fantástico como o Engenho Central, tombado pelo governo petista. As inovações não implacaram o abandono da promoção de eventos. Pelo contrário, eles se intensificaram e adquiriram maior qualidade e pluralidade. Comprova-se a programação do Teatro Municipal.

QUADRO COMPARATIVO

CULTURA

GOVERNO ANTERIOR	GOVERNO ATUAL
1988 - Somente se realizaram eventos esporádicos e isolados, sempre na forma de apoio (shows, viagens, som, etc)	. Cultura nos Bairros - Oficinas 49 permanentes - 1000 alunos 18 esporádicas - 360 alunos - Palestras: 36-108 particip. - Shows e Bailes: 180-18000 p. - Exibição Filmes: 60-3000 pa.
. Cursos e Oficinas 1988 eventos 9 públ. 403	- Eventos 197 públ. 7500
. Inexistente	. Agbara Eventos púb. 15000
. Inexistente	. Cultura Contemporânea 5 eventos públ. 4000
. Inexistente	. Teatro Aberto 12 espetáculos púb. 17200
. Inexistente	. Matéria Pira Ent. Mensais púb. 12000
. Inexistente	. Video Clube 3.200 pessoas
. Inexistente	. Arte da Terra púb. 12000
. Inexistente	. Viola na Cultura púb. 7200
. Inexistente	. Som do Meio Dia púb. 17000
. Inexistente	. Banda na praça púb. 7000
. Inexistente	. Artistas e Artesão no Pq. Público 5.200

QUADRO COMPARATIVO

CULTURA

GOVERNO ANTERIOR	GOVERNO ATUAL
. Inexistente	. Encontro Bimestral de Corais Público 900
. Inexistente	. Pirateatrando púb1. 6.000
. <u>Casa das artes plásticas Manuel A. Benício D. Dutra</u> - em estado delicado, apenas c/ serviço de manutenção e limpeza	. <u>Casa das artes plásticas Manuel A. Benício D. Dutra</u> - reforma e readequação do espaço p/ Instituição de um novo Centro Cultural c/ instalação da videoteca pública, auditório p/ conferências, palestras e debates; - adequação de sala p/acervo atelier de oficinas. Início das obras: 05/92 término : 08/92
- Dados Inexistentes	- Exposições, oficinas salões de artes e outros Público: 70 mil
- <u>Casa do Povoador</u> . recuperação	- <u>Casa do Povoador</u> . reforma/recuperação geral . Incremento do uso do espaço c/ implantação de projetos como: Arte da Terra
- Dados Inexistentes	- Exposições, oficinas, cursos e outros. Púb. 130 mil
- <u>Ensaenho Central</u> . inexistente	- <u>Ensaenho Central</u> . Tombamento e recuperação da sede e da casa do escritório . Simpósios, cursos, progs. recreativos, festas do calendário da cidade, encontros: 800 mil.

QUADRO COMPARATIVO

CULTURA

GOVERNO ANTERIOR	GOVERNO ATUAL
. Inexistente	. Festival de música ecológica Público 7.000
. Inexistente	. Festival Nacional de música sertaneja - públ. 1600
. Inexistente	. Exposições e salões oficiais Público 62.000
. Inexistente	. Cia. Estável Teatro Amador (CETA) - montagem da peça "1942-América" 02 apresent. Público - 1400
. Existente c/ outra estrutura	. I Encontro de dança de Piracicaba - púb. 3000
. Inexistente	. Soviet 90 púb. 7000
. Inexistente	. A Moreninha (co-produção) Público 1200
. Já Existente	. Domingo Verde Vida público - 18.000
Equipamentos . Teatro "Dr. Losso Neto" desde a sua constr.(1978) somente recebeu serv.s. manutenção	Equipamentos . Teatro "Dr. Losso Neto" . revisão total dos eqptos. de som e luz . recuperação sala 1. Início da obra: 02/90 - término: 03/91 . recuperação, readequação e nomeação da Sala 2 - Sala "Carlos Drumond de Andrade"
. Dados Inexistentes	. Espetáculos: 550
. Dados Inexistentes	. Público: 240 mil

ESPORTE/TURISMO/LAZER

O governo petista atuou na política de Esporte e Lazer, no sentido de suprimir ações paternalistas/populistas, na relação do poder público e a comunidade. Definiu projetos desportivos e de lazer juntamente com a população, implantando nova filosofia de trabalho, que acabou se consubstanciando numa autêntica inversão de prioridades no setor de esporte/lazer. Enquanto nos governos anteriores os recursos eram destinados à manutenção de uma política desportiva elitista, fundamentada no incentivo ao esporte de alto rendimento (inclusive "importante" atletas), no governo do PT optou-se pelo desporto de base. Foi criado o Projeto Desporto de Base, implantado em tres fases: 1. criação de oportunidade; 2. preparação de atletas; 3. especialização para competição em alto nível.

A primeira fase do projeto consiste em garantir direito de acesso à prática desportiva em diversas modalidades, às pessoas das várias faixas etárias. Implica em criar novas opções de lazer à população, uma vez que ao invés de meros expectadores de esportes praticados por "heróis", as pessoas podem ser agentes ativos no esporte que preferem. Passam, então, "para dentro do campo". Para o modo petista de governar, isto é fundamental, pois trabalha-se na perspectiva da formação de cidadãos portadores de cultura esportiva, e não meros atletas, avaliados exclusivamente do ponto de vista técnico. Prioriza-se a formação de um contingente de pessoas aptas à prática esportiva, em lugar de priorizar-se a formação de poucos indivíduos super-aptos. Politicamente a diferença é muito grande, compensando a perda inicial de rendimento em termos competitivos.

A segunda fase compreende uma preparação mais fina, voltada para a formação de equipes com maior qualidade técnica, centrando-se mais estritamente no esporte que no lazer. Oportuniza-se a formação de atletas locais para representar a cidade em competições regionais; torna-se possível detectar talentos que merecerão maior atenção e apoio.

A terceira fase é um retorno ao esporte de alto rendimento, que ao invés de ser abandonado, como muitos avaliaram do início, apenas passou a ser encarado de forma distinta, mais democrática.

As tres fases do projeto podem repetir-se por número indefinido de vezes, ora por serem incorporadas novas modalidades, ora por crescer o número de participantes. Assim, mais do que um projeto no sentido estrito da palavra, é um modo dinâmico e democrático de gerir o esportem que não perde de vista a importância do exercíco da cidadania na prática desportiva.

Como não poderia deixar de ser, tal política só foi possível com a valorização dos técnicos e do pessoal de apoio, que passaram a atuar e a serem tratados como profissionais, voltados para a prestação de um serviço de qualidade. O critério de contratação, tanto em cargos de carreira como em cargos de confiança, passou a levar em conta tanto a afinidade com a política adotada, como a capacitação parar contribuir profissionalmente. Deixou de ser a afinidade com o prefeito/secretário ou a capacidade de manipular grupos com potencial para apoiar as ações do prefeito, como tradicionalmente ocorre.

Além do Projeto Desporte de Base foram implantados também os Projetos "Clarear" e "3ª Idade", o primeior para assegurar acesso a portadores de deficiências físicas e o segundo voltado às pessoas idosas, geralmente marginalizadas da prática desportiva.

Outra característica importante da política de esporte/lazer adotoda, foi a descentralização geográfica: 38 centros de formação foram implantados nos mais diversos pontos da cidade. Praças desportivas forma reformadas e/ou receberam melhorias, centros comunitários forma dotados de equipamentos. Tanto na zonar urbana como na zona rural.

No que diz respeito ao lazer, no sentido estrito, deu-se ênfase ao lazer esportivo. Foram promovidas, apoiadas e estimuladas atividades de canoagem, balonismo, motociclismo, ciclismo, auto-cross e diversos campeonatos desportivos.

Quanto à relação entre a Prefeitura e os clubes recreativos e esportivos, foi qualificativamente alterada. Foi abandonada a política de subvenções e subsídios indiscriminados, considerados injustos por beneficiarem parcelas específicas da população (as pessoas associadas a estes clubes). O XV de Novembro ao invés de receber subsídio puro e simples, passou a alugar o espaço da "Cidade dos Esportes" para a Prefeitura, que a utiliza em seus projetos. Os clubes recreativos deixaram de receber isenção do IPTU e está se negociando reduções na forma de incentivo à formação de equipes em diversas modalidades desportivas.

Turismo

Piracicaba tem um potencial turístico significativo, por conta de sua história, do rio e da cultura local. Procurou-se tomar iniciativas para valorizar este aspecto. Eventos e materiais de divulgação foram providenciados, contatos foram feitos. As ações mais significativas forma as de recuperação de equipamentos turísticos como a Rua do Porto, o Engenho Central e o Mirante.

QUADRO COMPARATIVO

ESPORTE/TURISMO/LAZER

GOVERNO ANTERIOR	GOVERNO ATUAL
- Dados Inexistentes	. Esporte e Lazer - 30 modalidades realizadas c/ público: 1989 - 15.924 1990 - 16.857 1991 - 18.427 TOTAL 51.208 . Estimativa de Público total nos eventos em geral: 1989-745.000/ano-62.000/mes 1990-899.000/ano-82.000/mes 1991-1300.00/ano-108.000/mes . Eventos Realizados 1989 - 65 1990 - 79 1991 - 88 . Projetos - Saúde, Lazer e Particip. - Felizcidade - Centro de Convivência - Clarear (deficientes) - Terceira Idade - Futebol Evolução - Canoagem - Colônia de Férias - BCH - Escolinas - Desporte de Base . Campeonatos Nacionais - Canoagem - Balonismo - Paraquedismo . Jogos Comunitários - 8 meses - 30/38 bairros - 3.500 atletas

SANEAMENTO

O saneamento básico adequado é direito do cidadão e dever do Estado, e condição básica para a saúde da população. Fiel a este propósito a Administração Municipal necessitou recuperar o Sistema de Água e Esgoto, que se encontrava sucateado, às vias de um colapso.

Revertemos o quadro caótico que encontramos e ainda praticamos a implantação de água (99%) e esgoto (95%), em toda a cidade, se extendendo até a zona rural.

A elaboração do Plano Diretor de Água e Esgoto, contratado por esta Administração, demonstra a preocupação com esta problemática a longo prazo, numa postura séria e comprometida com o município na perspectiva de conquistas futuras e não apenas ações emergenciais e momentâneas de governo, planejando a cidade nesta área até o ano 2010.

Investimos também na ação ecológica de uma recuperação do rio e afluentes, com a implantação dos interceptores de esgoto.

Para a Administração Petista o desenvolvimento do município, tem que ser pautado no planejamento a longo prazo, sustentável e ecologicamente equilibrado, para garantir um mundo melhor no futuro.

QUADRO COMPARATIVO

SANEAMENTO

GOVERNO ANTERIOR	GOVERNO ATUAL
- Dados não disponíveis	ÁGUA - Reservatórios construídos e capacidade: . Unificado - 3.200 m^3 . Marechal - 4.200 m^3 . Capim Fino - 2.000 m^3 . Paulicéia - 5.200 m^3 . Jupiá - 500 m^3 . Anhumas - 100 m^3 . Engenho Central - 100 m^3 . Artemis - 100 m^3 . Nova Suiça - 50 m^3 Aumento da capacidade armazenada de 15.450 m^3, que representa ampliação de aprox. 70% - Nº. de reservatórios recuperados e capacidade: . Marechal - 2.000 m^3 . Capim Fino - 100 m^3 . Artemis - 200 m^3 . Takaki - 500 m^3 . ETA Luiz Queiroz - 300 m^3 . Santa Terezinha - 500 m^3 Total recuperado 3.600 m^3 - Ampliação de novas adutoras: . da captação III à ETA do Capim Fino com 5.400 mts.; . da captação I à ETA Luiz de Queiroz, com 350 mts.; . da ETA Luiz de Queiroz aos reservatórios da Paulicéia com 5.000 metros; . da ETA Luiz de Queiroz aos reservatórios da Marechal Deodoro, com 2.100 mts.; . dos reservatórios da Marechal Deodoro, c/ 2.100 mts . da Estação Elevatória Uniteste ao conjunto habit. Alvorado, c/ 3.500 mts.; . da Estação de Bomb. XV de Novembro aos reservatórios da Paulicéia, c/ 2.500 mts

QUADRO COMPARATIVO

SANEAMENTO

GOVERNO ANTERIOR	GOVERNO ATUAL
- Estavam sem rede de água.	- Bairros que estavam sem rede de água e foram atendidos: Jd. Tatuapé, Matão, Jd. Ibirapuera, Campo do MAF (fav. Santo Antonio), Higienópolis Vila Belem, Algodoal (fav.), Matão (fav.), Vila Cristina (fav. Santo Antonio), Vila Maracanã, Nova Iguaçu, São Jorge (favelas), Campestre, Favela IAA, Pau Queimado, Jd Nova Paulista, Jd. Planalto, Nova Suiça, Itaperu, Jd.Costa Rica, Javary (fav.), Maracanã (fav.), Vl.Bessy (favela), Lot. Paineiras, Pau D'Alinho.
- Dados não disponíveis.	- Ampliações: . captação rio Piracicaba, rio Corumbataí e Estação de Trat. Capim Fino.
- Inexistente	- Confecção Plano Diretor de Água - Atend. até 2010.
- Inexistente	- Constr. Estação de Trat. de Água de Anhumas.
- Rede em estado precário	- Substituição rede de água, de 1989 até agosto/92: . 22.000 metros.
	ESGOTO
	- Interceptores (constr.): . Piracicamirim
	- Coletores Tronco (constr.): . Vila Industrial . Ipanema . Potiguar - Abaeté . Av. 31 de Março

QUADRO COMPARATIVO

SANEAMENTO

GOVERNO ANTERIOR	GOVERNO ATUAL
- Estavam sem rede de esgoto.	- Bairros atendidos pela rede de esgoto: Vila Belem, Gleb. Califórnia, Lot. Sta. Rosa, Jd. Costa Rica, Lot. Chapadão, Lot. Sta. Rita Garças e Perdizes, Sta. Olímpia, Lot. Taquaral, Santana, Fav. Aldoal, Jd. Monte Castelo, St. Rosa Ipês, Nova Pompéia, Ondinhas, Jd. São José e Sertãozinho.
- Inexistente	- Constr. Tratamento de Esgoto do Bairro Dois Córregos.
- Inexistente	- Confecção Plano Diretor de Esgoto até o ano 2015.
- Rede de esgoto em estado precário.	- Substituição da rede de esgoto de 1989 até agosto/92: . 3.400 metros
- Frota com 25 unidades.	- Ampliação da Frota (máquinas veículos e motos): . Total - 50 Aumento de 100%
- Inexistente	- Melhoria do atend. público: . Instal. Reg. Paulicéia . Instal. Reg. Sta.Terezinha . Instal. Atend. Personalizado (Sede)

QUADRO COMPARATIVO

PROCURADIA JURÍDICA

GOVERNO ANTERIOR	GOVERNO ATUAL
	1. JIC – Juizado Informal de Conciliação 2. JEPEC – Juizado Especial de Pequenas Causas 3. Defensoria Comunitária 4. Recursos Humanos . contratação de advogados e funcionários p/ serv. administrativos . contratação estagiários através de conv. firmado com a UNIMEP 5. Recursos Materiais . compra de equipamentos p/ escritório . adequação espaço físco . instalação de biblioteca jurídica 6. Informatização – em fase de implantação . foram adquiridos os seguintes equipamentos: . 2 micro-computadores . 1 impressora . 1 eq. vídeo-texto . Softwares METAS . aquisição de novos micros, para formação de uma rede, bem como a aquisição de novos softwares p/atendimento das necessidades

A N E X O -IV-

- Proposta educacional dos CEC'S e Alfabetização de adultos -

INTRODUÇÃO:

Devido à ausência de uma proposta pedagógica que efetivamente norteasse o trabalho na rede municipal de ensino, constatada e analisada pelo grupo de Educação do PT, surgiu a necessidade de se refletir sobre o assunto.

Sendo assim, a partir de 13/01/89, grupos de estudo e reflexão formados pelos professores da rede estadual e municipal, especialistas em educação, profissionais, técnicos e membros da Comunidade (170), passaram a se reunir periodicamente na sede do PT, por iniciativa e assessoramento da Secretaria Municipal de Educação.

Foram reuniões onde todos puderam participar sem medo de expor as "verdades", esclarecendo a situação, procurando alternativas para construção de uma sociedade mais justa, de uma sociedade onde os indivíduos sejam participantes atuantes e não meros espectadores.

A Secretária de Educação, Profª Maria Cecília C. Ferreira, abriu os trabalhos colocando: "É evidente que chegou a hora de dar um passo à frente da educação e ter como fundamental uma postura de educador que acredita que a criança se constrói no ambiente social.

Não gostaria de ver uma escola onde a criança fosse construída só de estímulos exteriores, por isso não temos como objetivo que a criança saia da escola apenas com um diplominha na mão, mas que a Criança tenha iniciação à sua caminhada de saber para a formação de um cidadão consciente."

Após a colocação da secretária, muitas outras surgiram como:

- a necessidade de circular informações com transparência a respeito de tudo que se passa na Educação;

- a preocupação de tornar o aprender gostoso, num local agradável, onde a Criança se sinta feliz;

- contrapor ao medo, a desconfiança e a indiferença que sentíamos nos grupos formados, com a ousadia de querer construir um novo centro educacional de maneira coletiva, com a participação de todos os envolvidos no processo;

- a ansiedade estava presente nas pessoas envolvidas diretamente no trabalho com as Crianças, e durante estas reuniões procurou-se tranquilizá-las, esclarecendo que a prática educacional seria construída no dia a dia depois da apresentação das linhas gerais da proposta pedagógica de uma forma gradual, participativa e madura, para tanto, achamos necessário a análise do seguinte texto:

" Lembro-me de uma manhã em que eu havia descoberto um casulo na casca de uma árvore, no momento em que a borboleta rompia o invólucro e se preparava para sair. Esperei bastante tempo, mas estava demorando muito e eu estava com pressa.

Irritado, curvei-me e comecei a esquentá-lo com meu hálito. Eu o esquentava impaciente e o milagre começou a acontecer diante de mim a um rítmo mais rápido que o natural. O invólucro se abriu e a borboleta saiu se arrastando. Nunca hei de esquecer o horror que senti então; suas asas ainda não estavam abertas, com todo seu corpinho que tremia, ela se esforçava para desdobrá-las.

Curvando por cima dela, eu a ajudava com meu hálito. Em vão. Era necessário uma paciente maturação e o desenrolar das asas devia ser feito lentamente, ao sol. Agora era tarde demais. Meu sopro obrigara a borboleta a se mostrar toda amarrotada antes do tempo. Ela se agitou desesperada e, alguns segundos depois, morreu na palma de minha mão.

Aquele pequeno cadáver é, eu acho, o peso maior que tenho na consciência. Pois, hoje, entendo bem isso, é um pecado mortal forçar as grandes leis.

Temos que não nos apressar, não ficar impacientes e seguir com confiança o rítmo eterno ".

Nikos N. Zorba.

- II -

JUSTIFICATIVA

****

Após os estudos e pesquisas feitas por técnicos em educação, confirmados pelo depoimento de vários participantes deste grupo, foi constatada a situação de comodidade por parte dos profissionais, causada em parte pelo fato de que todo material ser fornecido pronto aos mesmos, impedindo desta forma que o educador e o educando desenvolvam todas as suas potencialidades e se transformem em seres críticos e independentes.

A necessidade de mudanças, se faz emergente, pois este imobilismo não atende à necessidade dos anseios dos professores, que se manifestaram no desejo de encontrar caminhos que levem o educador e educando a uma nova concepção de vida, onde o desenvolvimento de suas habilidades, do espírito crítico, os instrumentalizem para que através das reivindicações em Sindicatos ou Associações, na busca de seus direitos como cidadãos, se transformem em agentes transformadores de sua própria história.

...

Temos consciência de que a educação formal no decorrer dos tempos foi utilizada como ferramenta de controle e condicionamento das classes sociais, impedindo que o ato de aprender fosse gostoso e consciente.

Sendo assim, pesquisadores e educadores descontentes com o panorama, lutaram, pesquisaram e estudaram a fim de resgatar a dignidade da educação procurando desenvolver a todos os elementos envolvidos no processo ensino aprendizagem, o respeito, a autonomia e o direito de acesso a uma escola livre e democrática onde a educação seja desenvolvida de forma integral e que corresponda às necessidades e à realidade do meio em que se insere.

Para que isso seja possível, é fator indispensável, a integração de todos os elementos envolvidos a fim de que possam, decorrentes de uma interiorização de uma nova visão de educação, partir para uma interação construtiva do saber através de sua prática cotidiana.

- III -

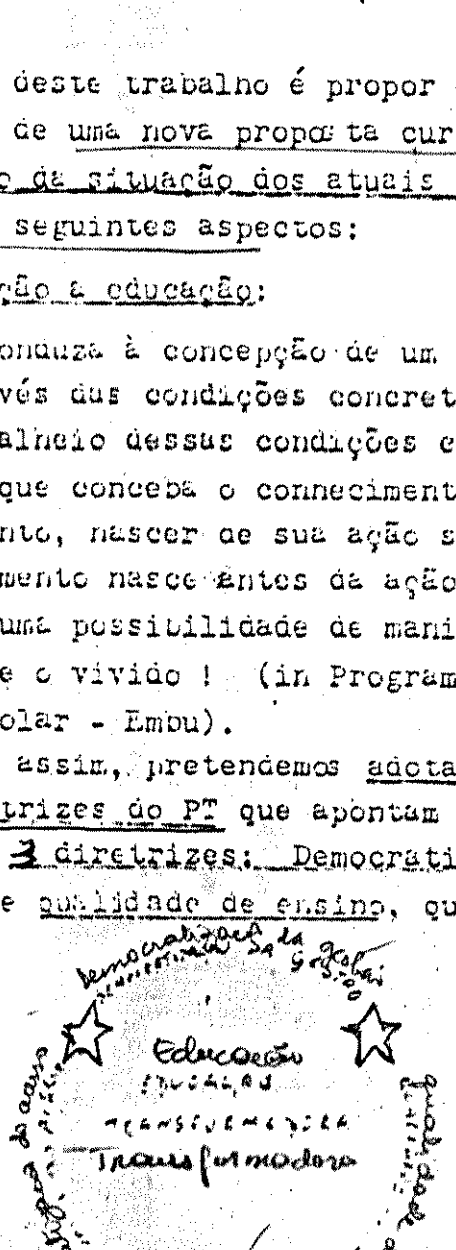
DIRETRIZES POLÍTICO-PEDAGÓGICAS

O objetivo deste trabalho é propor e discutir em linhas gerais as diretrizes de uma nova proposta curricular que apontasse para a transformação da situação dos atuais centros educacionais, levando em conta os seguintes aspectos:

a) em relação à educação:

- Que conduza à concepção de um homem capaz de produzir o conhecimento através das condições concretas em que vive. Para que assim não se veja alheio dessas condições e nem se sinta incapaz de modificá-las. E que conceba o conhecimento nascendo da interação homem-vida, portanto, nascer de sua ação sobre o meio e de sua reação a ele. O pensamento nasce antes da ação e não só da palavra que se constitui, em uma possibilidade de manifestar e compreender o pensado, o sentido e o vivido ! (in Programa Municipal de Educação Infantil Pré Escolar - Embu).

Sendo assim, pretendemos adotar a política educacional baseada nas diretrizes do PT que apontam para uma educação transformadora baseada em 3 diretrizes: Democratização do acesso, democratização da gestão e qualidade de ensino, que poderiam ser expressos neste emblema:



b) em relação à escola e à Comunidade:

- Que a prática da escola seja democrática, porque " se programa, os currículos, os regulamentos, as disciplinas, as atividades, foram manipulados por pessoas incapazes de socializar tais emergências por medo de perder a "autoridade", o discurso democrático se revelará inócuo. No dia em que orientadores, supervisores, coordenadores, inspetores, diretores, professores, funcionários, pais de alunos e alunos puderem sentar à mesma mesa para colocar as diversas competências a favor da escola, da melhoria do ensino, da análise apaixonada e crítica das deficiências e das necessidades próprias e dos alunos, então estaremos participando de uma escola que, ensina o valor da vida social, a importância da atividade política, a necessidade de união para que as transformações sejam operadas não só através de discurso e textos, mas através de sua prática, fazendo brotar uma nova teoria que se fundamentará através da vivência de cada um edo grupo como um todo.

Sendo assim, as duas regras básicas propostas por Neidson Rodrigues, seriam eficazes nestas mudanças:

- eliminar o individualismo e o egoísmo da prática escolar, estimulando os processos cooperativos;

- aproveitar a experiência criativa da educação produzida hoje, incorporando o saber pedagógico dessas diversas práticas.

Desta maneira chegaríamos ao ideal de uma escola que embora esteja inserida numa sociedade burguesa, coloque sua competência a favor dos filhos dos trabalhadores, proporcionando-lhes condições intelectuais e sociais para que eles possuam um espírito de solidariedade e de autodesenvolvimento, e não se limite a reproduzir o saber sabido.

Uma tal escola não pode reduzir o ato pedagógico a um exercício multiplicador de técnicas de administração, supervisão, orientação e transmissão do saber, nem a uma caricatura das relações existentes na sociedade de classes e no sistema produtivo: É necessário que os agentes pedagógicos sejam aliados dos educandos e não seus adversários; companheiros uns dos outros e não seus inimigos - o que acontece quando o mestre instaura na classe uma rela-

ção onde ele é o que sabe, e portanto, tem direito a falar e exercer o domínio, enquanto aos alunos, que não sabem, resta apenas silenciar e obedecer. Igualmente, e com mais força, acontece quando entre especialistas, os diretores e os professores não têm uma relação de cooperação, sim de competição e de luta para a submissão do trabalho do outro.

c) em relação a educação pré-escolar:

Segundo Eneida Elisa Mello Costa, o contexto histórico tem revelado, ao longo do tempo, uma divergência nas funções e nos objetivos dos programas de atendimento à criança. Inicialmente a ênfase era médico-hospitalar, incorporando mais tarde, o aspecto nutricional e social, e só recentemente, inclui uma preocupação educacional, para as classes populares. Essa função acompanha por um lado, as profundas transformações que os países subdesenvolvidos vêm enfrentando e, por outro, são influenciados pelas descobertas referentes aos processos de desenvolvimento e de aprendizagem da criança.

Analisando a realidade dos Centros Educacionais de Piracicaba, constataremos o óbvio, isto é, que encontramos foi uma ausência ou indiferença quanto ao aspecto educacional dada a estes centros.

" As creches ainda não conseguiram despir-se de seu caráter assistencialista, apresentando-se como um serviço com várias dimensões onde pode-se remediar situação de extrema pobreza.

A questão de creche vista como substituta materna aparece, portanto, mesclada com uma situação de carência generalizada " (Haddad - 1987 - p.71)

Sendo assim, um dos objetivos que se faz presente, é evitar os tradicionais programas de atendimentos à criança pequena que visam a assistência e/ou a sua guarda quando seus pais trabalham. " Creche não é depósito ou estacionamento de crianças. "

Ao recebermos a criança não pretendemos assumir o papel de família, mas colaborar com ela para a formação de seus filhos.

Para isso, é necessário analisarmos como o fenômeno creche aparece caracterizado por uma complexidade de fatores históricos, ideológicos, psicológicos, políticos, econômicos e sociais, que têm por base toda uma articulação em torno da natureza feminina e de maternidade - a mulher responsável pela procriação, criação e educação da criança, insubstituível na sua família.

(In - Estrutura - Organização e funcionamento - aspectos ideais e reais.
In - O desenvolvimento da criança na creche: uma instituição de atendimento em tempo integral.)

Com a participação cada vez maior das mulheres no mercado produtivo, causada em grande parte pelo crescente empobrecimento da classe proletária, e sua aparente liberação das tarefas domésticas, a ela permanece a função de principal doadora de amor ao seu filho. E, a mãe só pode "dividir" essa responsabilidade com uma substituta feminina-ideologia materna de responsabilização.

A instituição creche aparece, então, como uma das alternativas de cuidado materno, carregando também toda a ideologia do abandono da criança, e reservada especificamente às camadas economicamente mais baixas da população, revelando assim o caráter assistencialista e filantrópico das instituições.

Estas concepções recaem diretamente sobre o papel do profissional de creche que atua com a criança, o qual deve, por sua vez, cumprir a tarefa de reproduzir uma relação com a criança nos moldes da que a mãe "teoricamente" estabelece com seu filho. Em decorrência disso os profissionais de creche são na maioria mulheres." (Haddad, 1987, p.71).

A partir da década de 60, a creche passaria também, a ter em sua estrutura e seu funcionamento um componente educacional, motivado pelos estudos de Bloom (1964), Hunt (1961), Piaget (1954), luta pelos direitos civis, etc..

Nos últimos anos, têm surgido pesquisas que procuram rever os argumentos anti-creches, propondo a creche como uma alternativa viável aos trabalhos de casa, desafiando a sólida crença que o cuidado materno é o melhor para a criança (Rossi, 1971, p. 24) in Haddad, 1987, p. 71.

Mas apesar de toda pressão ideológica [illegible] da comunidade científica, foram com os movimentos feministas, iniciados na década de 60, que a luta por creches surgiu com um enfoque novo - que elas estendessem seu atendimento a todas as mulheres independente de sua necessidade de trabalho e de classe econômica. A creche passa a ser considerada um direito à educação da criança, desvinculando-se de seu papel de substituto materno.

A transição da forma tradicional - família de criar e educar crianças para a forma inovadora - a criação comunitária das crianças - leva a questão como está sendo o desenvolvimento da criança na creche, ela é solução ou problema?

d) em relação às crianças:

- A educação da criança, numa creche, onde ela permanece de 08 a 10 horas por dia, deve visar seu desenvolvimento harmonioso, em seus aspectos físico, sócio-emocional e intelectual para que ela consiga o máximo de seu desenvolvimento nesse período de sua vida. A ênfase em um desses fatores compromete o desenvolvimento dos outros.

A criança possui características próprias de sua faixa etária a serem desenvolvidas, e a creche deve contribuir para que ela realize todas as suas potencialidades:

- permitindo que a criança manipule e explore todos os objetos de conhecimento, do concreto ao abstrato;

- estimulando através de jogos espontâneos da criança, a utilização de sua inteligência, da sua iniciativa e da sua ansiedade;

- o conhecimento de tudo, (a formação de conceitos) se dá na medida em que a criança manipule as coisas (os objetos de conhecimento), em que as estruturas mentais são construídas em função de sua ação sobre os objetos e da experimentação, através de uma operação, que consiste em uma ação interiorizadora;

- a criança é um agente ativo de seu próprio desenvolvimento, buscando oportunidades de provar suas hipóteses de como o mundo funciona. Desta prova e observação eles tiram conclusões, que de forma gradual desenvolvem-se [illegible] interiorização em pensamento, [illegible]

- A criança nasce e se desenvolve num ambiente social no qual ela aprende padrões, valores, sentimentos e modos de expressão, através da interiorização de modelos e de sua interação com outras crianças, com adultos e com o próprio ambiente que a cerca.

A criança não aceita passivamente a influência dos padrões culturais transmitidos pelos adultos, ela os interpreta de acordo com suas peculiaridades e do estágio de desenvolvimento em que se encontra.

Assim sendo, esta fase é crucial para o desenvolvimento do ser humano, pois de certa forma, é na infância que se estabelecerão os padrões desenvolvimentais futuros dos adultos, portanto a necessidade de se estudar as mais modernas teorias e metodologia de desenvolvimento da criança.

- Torna-se necessário também que a educação pré-escolar, tenha como função instrumentalizar a criança, para ter acesso a conhecimentos e habilidades que lhe darão condições de atuar na sociedade desigual e competitiva, de maneira crítica e transformadora.

Na prática, isso significa contextualizar o processo educativo para que, partindo da realidade de vida da criança da valorização dos conhecimentos que ela já possui, o educador possa favorecer a aquisição de novos conhecimentos, de maneira viva, ativa, e que tenha significado para a sua vida (Kramer, S.Filho, A. L., 1982).

e) em relação ao pessoal envolvido com a educação:

"Será preciso querer mudar, e para isso vale a pena que o professor aprenda a olhar para si com um certo distanciamento, para aceitar os erros sem culpa e assumir os riscos de uma atitude independente. Provavelmente esta é a tarefa mais importante em nossos dias. O importante é entender que a grande mudança não vem das universidades nem dos órgãos oficiais de ensino, nem dos projetos pedagógicos. Todas estas instâncias têm uma colaboração a dar, mas se eu não estou enganado esta colaboração, hoje, só pode servir para limpar o terreno. A mudança real virá daqueles que vivem o ensino, não daqueles que especulam sobre ele, [illegible]".

O professor, é quem vai modificar seus procedimentos . se sentir envolvido com esta nova postura, para tanto deve repensar sua relação com os educandos.

Esse processo de descasalamento, voltado para um novo compromisso, não é simples, rápido e tranquilo, a dúvida, o questionamento, levará a convivência com o conflito e enfrentando-o, juntamente com os demais envolvidos na busca de novos caminhos, que se encontrará a trilha que possibilite uma educação voltada para a liberdade do homem.

- Para tanto, o professor deverá perceber que ele também deverá passar pelos processos de construção de conhecimento, descobrindo as suas possibilidades, conscientizando-se de que não há um caminho certo, não há uma única resposta, que o pensamento divergente está aí para nos alertar.

A necessidade de compreender que a educação deve ser vista como uma preparação para o futuro e deve passar a ser encarada como um processo de vida e que ninguém "aprende o que não vivencia que não se consegue organizar o que não se aprendeu" (Rodolfo Ilarinia).

Assim o planejamento passa a ser um ato político. Não mais o planejamento tecnicista, que se afirmava neutro e que se limitava à precisão da forma. Mas um planejamento direcionador da ação pedagógica, que, por se nortear pela realidade concreta, se modifica a partir das modificações desta realidade. A cada progresso do aluno, uma modificação, para que ele consiga mais. A cada insucesso do aluno, uma mudança para que ele aprenda o que deseja e precisa aprender ". (Regina Leite Garcia , in Um currículo a favor das classes populares).

- É importante que o professor estabeleça uma empatia com a criança, fazendo com que essa perceba que aquele trabalho que tanto lhe dá prazer, o satisfaz também. Ao mesmo tempo, os limites do professor deveriam estar claros para as crianças, pois que só se colocando como pessoa, o professor poderia trabalhar realmente junto com seus alunos.

É o professor, também que sabe ser coordenador do trabalho, tendo a função de aguçar a observação das crianças chamando a criança para tudo que possa explicar seu repertório, que [illegible]

de sua imagem mental que resultaria, aos poucos numa formação dos esquemas de inteligência.

Para tal, o professor precisaria estar atento para sua função educativa, resgatando em sala de aula sua ação social e profissional.

- IV -

SUGESTÕES - ESTRATÉGIAS - PROCEDIMENTOS - RECURSOS

A implementação da discussão dessas linhas pedagógicas pela rede municipal e pela Comunidade envolvida, implicaria em:

a)- a formação de uma equipe técnica, composta por: 2 psicóloga, 2 pedagogo, 1-professor, 1 assistente social.

A função dessa equipe é de coordenação do trabalho de educação nos Centros Educacionais.

Ela teria como responsabilidade a ação administrativa, pela efetivação do processo de recrutamento e seleção do pessoal escolhido pela Comunidade, pela capacitação e reciclagem desse pessoal; pela implantação da discussão das linhas pedagógicas com vistas a estruturar uma proposta pedagógica emergente da realidade concreta, pela avaliação e encaminhamento psicológico, pela orientação de pais e professores, pela criação, incentivo e implantação de projetos e programas ligados à área pré-escolar e de educação complementar ligados à educação em geral de esfera municipal, pela visita e/ou estágio a outras comunidades que tenham uma educação alternativa.

b)- criação do cargo de professor coordenador (1 por CEC e CEPI) -atualmente 20.

Os professores coordenadores seriam elementos selecionados nas hastes dos professores, tendo como funções:

- estabelecer elo de ligação entre as diversas classes e unidades de sua Comunidade e equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação.

- participar de reuniões de supervisão e orienta-

- informar e orientar outros professores em relação aos procedimentos relacionados com questões administrativas e pedagógicas, bem como, fornecer "Feed Back" necessário ao bom andamento do trabalho desta Secretaria.

- participar de congressos, encontros, simpósios ou treinamentos que visam capacitar o trabalho do educador pré-escolar.

- participar da reunião de pais ou com representantes de comunidade, com a finalidade de esclarecer, orientar e integrar os esforços desenvolvidos para o aprimoramento do processo educativo e das relações Escola-Comunidade.

c)- em relação ao corpo docente:

A formação do professor, geralmente é feita de maneira tradicional, que gera profissionais heterônomos, sem capacidade de crítica e criativa, e desencompatibilizador do processo de amadurecimento de um sistema democrático, é a realidade do corpo docente deste município.

Frente a isso a necessidade de grande investimento no desenvolvimento global do professor e na reorientação de sua formação, trazendo para ela aspectos novos como o de uma postura crítica e do envolvimento com a realidade da população que se atende, se faz emergente.

Mas, como garantir efetivamente essa reorientação?

- Uma mudança no sistema de contrato via criação de um estatuto do magistério que garanta a este profissional o pagamento de 2 (duas) horas-atividades semanais para a participação em reuniões sistemáticas com a equipe técnica e os professores coordenadores, e de mais 4 (quatro) horas, que possibilitasem a este profissional tornar-se consciente da realidade em que atua, crítico e autônomo dentro desse mesmo contexto.

Faz parte desse processo, o estudo individual de textos, o registro de trabalho do professor em sala de aula, através de relatórios discritivos fechados e discutidos posteriormente pelo grupo.

Além disso, seria proporcionado a possibilidade de palestras cujos temas poderiam ser [illegible] encontros semanais pelos professores e pela equipe técnica.

d)- Em relação a Comunidade e Pais:

A relação entre escola - pais - comunidade - deve ser regulada pela busca do consenso. Pela tomada de decisões em conjunto, pela reflexão e pela avaliação constante de suas ações. Sejam elas evidentemente pedagógicas ou político administrativas. A escola é uma intersecção da administração com os bens públicos, segundo um plano político com a Comunidade na qual ela se insere. Ela é um bem público que delega parte de sua administração e do estabelecimento das diretrizes pelos quais se orienta às autoridades, e de sua parte espera receber os serviços que são devidos, em contrapartida aos impostos pagos.

Sendo assim, que qualquer plano a ser colocado em prática, deve ser devidamente debatido com a Comunidade para que ela opine e participe de sua implementação e das mudanças que se fizerem necessárias.

A Escola deve ainda ser um espaço no qual a Comunidade possa se articular, refletir sobre o sentido da Educação, fazer a crítica do sistema educacional.

Para que isso ocorra a mudança dos estatutos e dos regimentos se fazem urgentes, e deve fazer parte deste processo de envolvimento da Comunidade através de reuniões constantes.

e)- Em relação a convênios com outras entidades:

e-1) Projeto de Pesquisa - A Educação Pré-Escolar em Piracicaba - Dados Preliminares - UNIMEP - Curso Pedagogia - Pré Escola - Proposta pela coordenadora do Curso de Pedagogia - Profa. Sueli M.S. Moreira (anexo 1).

convênios c/ outras entidades

Pretendemos manter uma ligação direta com este projeto, propiciando as condições para que a coleta de dados seja facilitada e até ampliada, para que as diretrizes pedagógicas sejam divulgadas, e para que os dados estatísticos de demanda da população subsidiem a construção de novos Centros Educacionais.

É nossa expectativa também em relação a este projeto, que ele contribua na formação de futuros profissionais que [illegible]

e-2 - Estagiários de Magistério pré-escolar.

Através de entendimento com a D.E. de Piracicaba, pretende-se a integração entre as escolas de Magistério do Município e nossa prática, através da participação dos professores estagiários nas atividades de sala de aula, nos treinamentos e nos grupos de orientação psico-pedagógica.

A nosso ver isso possibilitaria a esse professor, na sua formaçao um tempo para o exercício dessa crítica, antes que se dê o seu enriquecimento intelectual e emocional, provinientes de uma educação que fragmenta o ser humano.

Dessa forma, estaríamos contribuindo para a formação de profissionais que vivenciam uma atividade crítica e reflexiva, indispensável para as transformações que pretendemos.

e-3 - Centro de Convivência Infantil do Gampus USP de Piracicaba (CCIN)

Na elaboração deste trabalho contamos com a ajuda precios de sua diretora ENEIDA ELISA MELLO COSTA que acumula a função de Professor responsável pela àrea de desenvolvimento humano familiar da ESALQ.

Sendo assim, pretendemos manter contacto direto com esta instituição , via projetos futuros, ou informalmente como vem sendo feito até agora.

V CONCLUSAO

Pretendemos terminar este documento, esclarecendo que não se trata de uma proposta pedagógica, mas apenas de subsídios e sugestões que propiciem a reflexão e conscientização, que desencadeiem por sua vez processo de transformação advindas da própria comunidade escolar que dê início a elaboração de uma proposta pedagógica.

No transcurso do trabalho alguns temas de discussão se apresentam como polêmicos e de crucial importância. Nesse sentido, sugerimos a continuação desse grupo de estudo, que se aprofundaria nos conhecimentos mais específicos que pudessem ser geradores de novas práticas.

piracicaba
Governo Democrático e Popular

O QUE É CONSELHO DE ESCOLA

complementação pg 12
ANEXO I

APRESENTAÇÃO

A nova Lei Orgânica de Piracicaba que é nossa Constituição Municipal, criou o Conselho Municipal de Educação que abre aos Pais e alunos, a Comunidade e aos Trabalhadores da Educação, o direito de tomar decisões mais justas e de interesse da maioria dos Piracicabanos, com relação a educação municipal.

Nesse sentido a Secretaria de Educação coloca como prioridade que esta conquista da Lei Orgânica não fique somente no papel, mas que esses direitos de cidadão sejam levados à prática e que as verbas da educação, aplicadas em salários, merenda, obras, etc, sejam o mais transparentes possíveis, portanto uma administração conjunta entre o governo e o povo.

Para chegar a isso é necessário constituir o Conselho de Escola uma vez que pela nossa proposta, dele é que sai a maior parte dos delegados que compõem o Conselho Municipal de Educação.

Este caderninho apresenta de forma simplificada a proposta de lei para o Conselho de Escola. Seu objetivo é que a comunidade escolar possa discutí-lo, se necessário fazer alterações e aprová-lo, para ser mais um instrumento que garanta o exercício dos direitos da cidadania.

Profª Maria Cecília Carareto Ferreira
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ONTEM A MINHA FILHA RECLAMOU DA CRECHE! TÔ INDO TRABALHAR COM O CORAÇÃO PARTIDO
AH, EU NÃO! EU VOU SOSSEGADA, AQUI ELES FICAM MELHOR QUE LÁ EM CASA.
C.E.C. JARDIM DO

A MINHA MULHER TÁ SAINDO MUITO DE NOITE, DIZ QUE VAI NUMA REUNIÃO!
É REUNIÃO DO CONSELHO DE ESCOLA! VOCÊ TAMBÉM DEVIA IR, MEU!

O QUE SERÁ QUE ACONTECE DENTRO DE UMA CRECHE?
PARTICIPE DO CONSELHO DE ESCOLA E VOCÊ SABERÁ O QUE É UMA CRECHE. E TAMBEM PODERÁ CONTRIBUIR!
EU NÃO SABIA.

O CONSELHO DE ESCOLA É UMA CONQUISTA DA DEMOCRACIA! VOCÊ ESTÁ ANDANDO PARA TRÁS IGUAL UM CARANGUEJO

NOSSA! QUE FORA QUE EU DEI. VAMOS BEBER PELA DEMOCRACIA ENTÃO, NÉ.

GRANDE COISA ESSA DEMOCRACIA! O GOVERNO FALA QUE É DEMOCRÁTICO, MAS QUEM MANDA MESMO É SÓ O COLOR E A ZÉLIA
ENTÃO VAMOS LER O PROJETO PARA SABER COMO É A DEMOCRACIA NAS CRECHES!
FALOU!

VOCÊ QUER FICAR SABENDO O QUE SÃO OS CONSELHOS DE ESCOLA?
VAMOS VER O QUE ESTÁ ESCRITO NO PROJETO. SERÁ QUE É BOM MESMO?
PROJETO

O PROJETO DO CONSELHO DE ESCOLA DEFENDE A DEMOCRACIA COMO PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DE TODOS NAS DECISÕES.

POR ISSO AS DECISÕES NÃO ESTÃO NAS MÃOS DE UMA SÓ PESSOA, MAS NUM COLETIVO.

ESSE COLETIVO SE CHAMA:

ASSEMBLÉIA

DEVERÃO PARTICIPAR NAS ASSEMBLÉIAS AS SEGUINTES PESSOAS:

TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO

mais

POPULAÇÃO DO BAIRRO

VEJAM SOBRE O QUE PODE DELIBERAR A ASSEMBLÉIA GERAL:

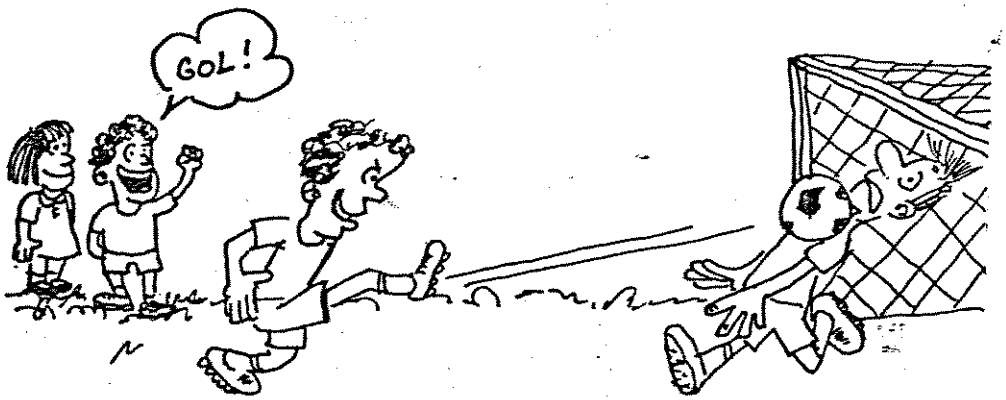
- OS OBJETIVOS E PRIORIDADES DA ESCOLA PARA CADA ANO, ASSIM COMO ACOMPANHAR A REALIZAÇÃO DO PLANO

- TODO RECURSO QUE FOR PASSADO PARA A ESCOLA DEVE TER O SEU USO DELIBERADO PELA ASSEMBLÉIA.

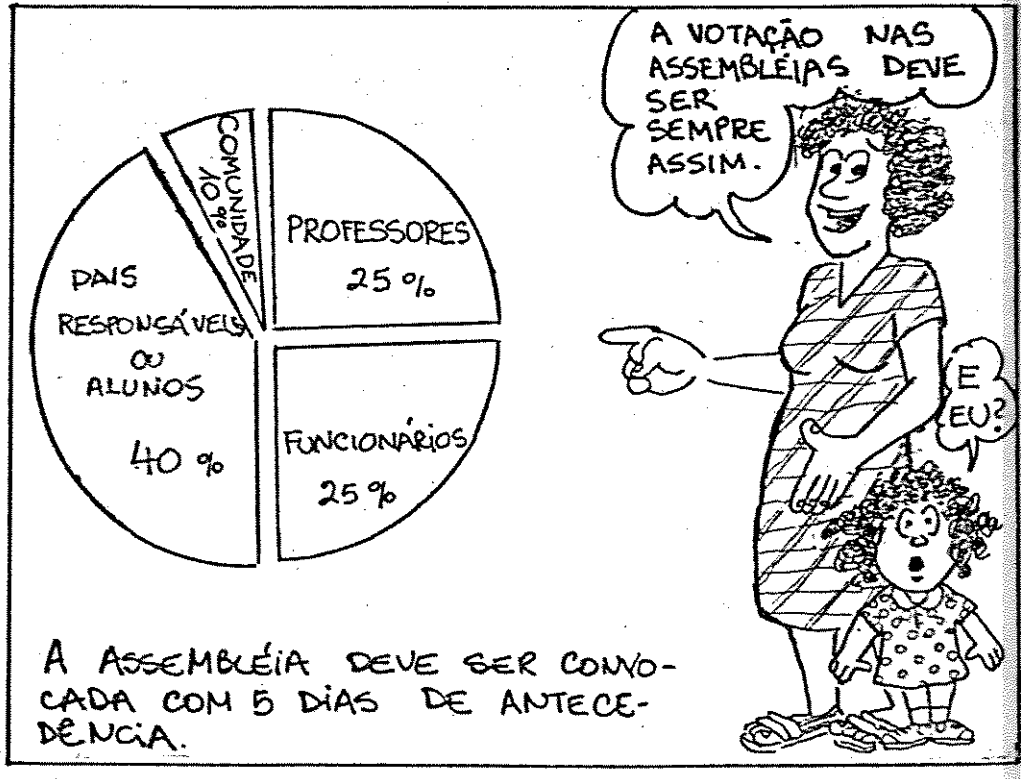
- DISCUTIR E APROVAR OU NÃO ACEITAR OS PROJETOS PEDAGÓGICOS APRESENTADOS POR PROFESSORES, PAIS OU ESPECIALISTAS

- DISCUTIR E DELIBERAR SOBRE AS INICIATIVAS DA COMUNIDADE A RESPEITO DA ESTRUTURA FÍSICA DA CRECHE (PRÉDIO, PÁTIO, ETC), NORMAS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ASSUNTOS DE NATUREZA ADMINISTRATIVA.

- APROVAR PROGRAMAS ESPECIAIS QUE BUSQUEM A INTEGRAÇÃO COM A COMUNIDADE (ESPORTE, CULTURA, ETC.)



- APROVAR O REGIMENTO ESCOLAR QUE CONTERÁ OS DIREITOS, DEVERES E PENALIDADES DA COMUNIDADE ESCOLAR
- ELABORAR O CALENDÁRIO E PLANO ESCOLAR.



O CONSELHO EXECUTIVO DEVE CUMPRIR AS SEGUINTES FUNÇÕES:

- ELABORAR E ACOMPANHAR O PLANO ESCOLAR.
- APROVAR E ACOMPANHAR OS PROJETOS PEDAGÓGICOS.
- FAZER PROPOSTAS DE NATUREZA ADMINISTRATIVA, ESPAÇO FÍSICO, ETC.
- ACOMPANHAR AS COMISSÕES ESPECÍFICAS
- ELABORAR O REGIME INTERNO E O CALENDÁRIO ESCOLAR
- ELABORAR PLANOS E PRIORIDADES PARA A APLICAÇÃO DE RECURSOS

ASSEMBLÉIAS ESPECÍFICAS

SÃO ASSEMBLÉIAS ONDE SE REUNEM APENAS OS PAIS E MÃES, OS FUNCIONÁRIOS OU SÓ OS PROFESSORES.

NELAS SÃO ELEITOS OS REPRESENTANTES DE CADA SETOR NO CONSELHO.

ELAS PODEM SER CONVOCADAS PELO PRESIDENTE DO CONSELHO EXECUTIVO OU PELOS REPRESENTANTES DO SETOR NO CONSELHO.

REDE DE ENSINO MUNICIPAL

JARDIM ESPLANADA
Centro de Educação Infantil
Rua José Pedro Freitas, 132 - ramal 192
PRÉ-ESCOLA
Avenida Quatro, 44 ramal 138
NÚCLEO DE ALFABETIZAÇÃO
Rua José Pedro Freitas, 132

BAIRRO MORUMBI
PRÉ-ESCOLA
Rua Dr. Francisco Feio, 366 - ramal 133

JARDIM IPANEMA
PRÉ-ESCOLA
Avenida Quatro, 44 - ramal 138

JARDIM JUPIÁ
CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL
Rua Três, s/n - ramal 128
PRÉ-ESCOLA
Rua Dezoito, 02 - ramal 129

VILA REZENDE
PRÉ-ESCOLA
Av. Manoel Conceição, s/n (Varejão)

BALBO
PRÉ-ESCOLA
Rua Sete, 196 - ramal 139
CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL
Rua 28, s/n - ramal 125
NÚCLEO DE ALFABETIZAÇÃO
Rua Sete, 196 - Centro Comunitário

VILA INDUSTRIAL
PRÉ-ESCOLA
Rua Sebastião Nogueira Lima, s/n - ramal 132

VILA FÁTIMA
CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL
Rua João Alves de Almeida, 357 - ramal 118

VILA INDEPENDÊNCIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL
Rua Irmã Margarida Maria, 378 - ramal 121

BAIRRO JARAGUÁ
CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL
Rua Prof. Mariano da Costa, 364 - ramal 110
PRÉ-ESCOLA CASA DA MANINA
Rua José Martins de Toledo, 96

JARDIM PETRÓPOLIS
CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL
Rua Elvira Boyes, 358 - ramal 171

BAIRRO PAULICÉIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL
Rua Dona Aurora, 369 - ramal 137
NÚCLEO DE ALFABETIZAÇÃO
Rua Dona Aurora, 369

BAIRRO PIRACICAMIRIM
CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL
Rua Benedito Glicério Teixeira, 81 - ramal 11
NÚCLEO DE ALFABETIZAÇÃO
Rua Benedito Glicério Teixeira, 81

JARDIM SÃO PAULO
CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL
Rua Ingá, 834 - ramal 147
NÚCLEO DE ALFABETIZAÇÃO
Rua Ingá, 834

VILA SÔNIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL
Avenida 10, 79 - ramal 174
NÚCLEO DE ALFABETIZAÇÃO
Avenida 10, 79

BAIRRO CECAP II
CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL
Rua 16, 29, fone: 33-5561
NÚCLEO DE ALFABETIZAÇÃO
Rua 16, 29

JARDIM BOA VISTA
PRÉ-ESCOLA BOA ESPERANÇA
Rua Albuquerque Lins, 467

DOIS CÓRREGOS
PRÉ-ESCOLA NOVA IGUAÇU
Av. Dois Córregos, (Igreja)

TUPÍ
PRÉ-ESCOLA
Rua 16 de Julho, 289, Fone: 38-7167
NÚCLEO DE ALFABETIZAÇÃO
Rua 16 de Julho, 28 - EEPG Pedro de Mello

JARDIM ITAPUÃ
PRÉ-ESCOLA
Rua da Galia, 320

TANQUINHO
PRÉ-ESCOLA
Rua Alberto Coury, s/n: one: 21-3502

SALTINHO
PRÉ-ESCOLA
Av. Sete de Setembro, 1733 - fone: 39-1456

BAIRRO ALGODOAL
CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL
Rua Pompilio Rafael Flores. 254 - ramal 117
NÚCLEO DE ALFABETIZAÇÃO
Rua Pompilio Rafael Flores. 254

JARDIM CAXAMBÚ
CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL
Rua Paulus Bruns, 441 - ramal 173

VILA CRISTINA
CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL
Rua Bom Pastor, 282 - ramal 175
NÚCLEO DE ALFABETIZAÇÃO
Rua Bom Pastor, 282

BAIRRO NOVO HORIZONTE
CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL
PROGRAMA NOVO HORIZONTE
NÚCLEO DE ALFABETIZAÇÃO
Rua Um s/n

JARDIM ESPLANADA
CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL "Joaninha Morganti"
Rua da Constituição, 151 - ramal 135 ou 213

BAIRRO CENTRO
CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL
Rua Campos Salles, 300 - ramal 146

SANTA TEREZINHA
CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL
Rua Nereu Ramos, 456 - ramal 122

ARTEMIS
CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL
Av. Fioravante Cenedese, s/n

BAIRRO NOVA AMÉRICA
PRÉ-ESCOLA
Rua Coronel João Mendes de Almeida, 200

VILA MONTEIRO
PRÉ-ESCOLA
Rua Luiz de Camões, 2216
NÚCLEO DE ALFABETIZAÇÃO
Rua Luiz de Camões, 2216

PARQUE 1º DE MAIO
PRÉ-ESCOLA
No prédio do Centro Comunitário
Rua 3, nº 205

EDUCAÇÃO POPULAR

PROPOSTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRACICABA ★

EXPEDIENTE

Este material foi elaborado pela Comissão Municipal de Ensino: Edivaldo Bortoleto, Francisco Negrini Romero e Maria Rosa Romero
Cartuns: Bira
Arte Final e Impressão: IMA (Informática de Municípios Associados S/A) Campinas.
Endereço da Comissão Municipal de Ensino:
Rua José Pinto de Almeida, 824 - CEP 13400
Fone: 22-8055 - Piracicaba - São Paulo

POR UMA EDUCAÇÃO POPULAR E DEMOCRÁTICA

APRESENTAÇÃO

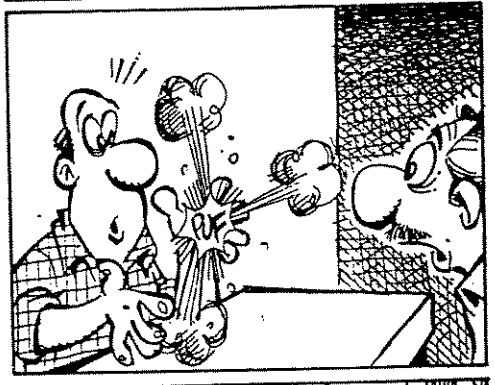
Neste caderninho você vai encontrar a proposta de trabalho da Comissão Municipal de Ensino.
No fim do ano nós vamos avaliar o que deu certo e o que não deu certo e fazer os planos para o ano que vem.
Sómente com a sua participação, controle e fiscalização a gente vai poder construir uma educação democrática de verdade.

Secretaria Municipal de Educação
Comissão Municipal de Ensino
Assembléia Municipal de Educação Popular

O que é Comissão Municipal de Ensino

No ano de 1971 foi criada a Comissão Municipal de Ensino, que é um organismo da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de Piracicaba.

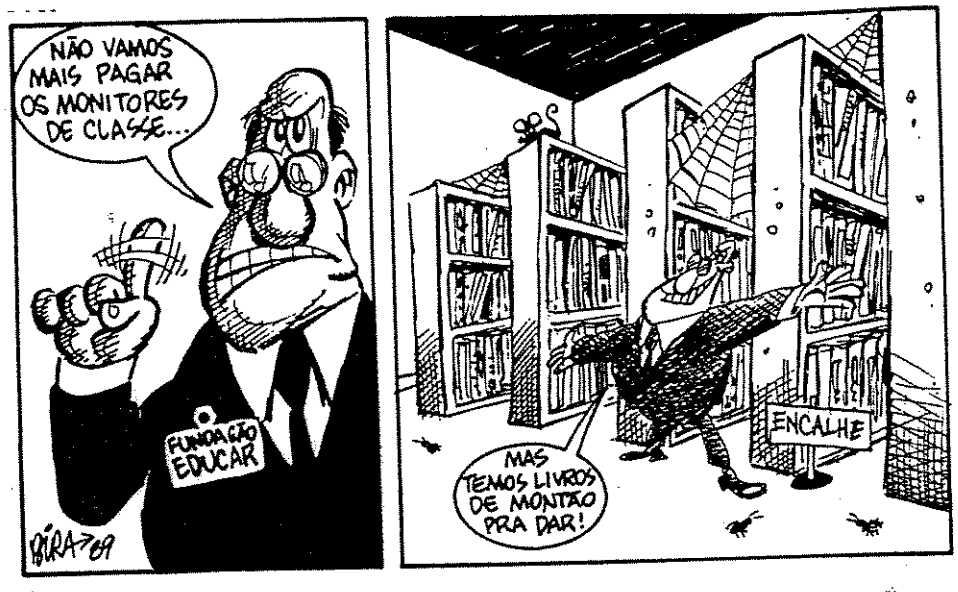
Até o ano de 1985 a Comissão cuidava da realização do plano do Mobral na cidade.



Em 1985 o Mobral deixou de existir, por um decreto do governo federal lá em Brasília. Foi criada em seu lugar a Fundação Educar, que fazia a mesma coisa.

Aí, então, a Comissão passou a cuidar das classes da Fundação Educar em Piracicaba.

E a Fundação Educar?



Em 1989 a Fundação Educar resolveu que não iria mais pagar os monitores e passaria a fornecer os livros e o apoio técnico sómente para toda a região sul do país.

No dia 8 de junho de 1989, todas as prefeitura petistas do Estado de São Paulo se reuniram em Conchas e assinaram um documento conjunto para a Fundação Educar.

Nesse documento, nós exigimos o repasse da verba para pagamento dos professores, pois só os livros não basta.

Diga-se de passagem, o conteúdo dos livros da Fundação Educar são muito autoritários, e não dão brechas para o trabalhador adulto contribuir com a sua sabedoria.

O que mudou com a posse do Machado

Em primeiro lugar, a Secretaria Municipal de Educação não aceitou a proposta da Fundação Educar.

Em segundo lugar, a Secretaria resolveu criar uma campanha própria de educação de jovens e adultos.

Para isso, foram nomeadas novas pessoas para coordenar a Comissão Municipal de Ensino.

Como foi organizada a Comissão

Primeiramente, a Secretária de Educação, Professora Maria Cecília Ferreira, reuniu um grupo de pessoas que já trabalhavam com educação popular para definir quais seriam os passos na criação de uma nova linha de educação de jovens e adultos.

O passo seguinte foi nomear três pessoas desse grupo para a nova Comissão, substituindo os antigos.

Aí então a nova Comissão arregaçou as mangas e começou a trabalhar na criação de uma proposta para a educação de jovens e adultos no Município.

Por quem foi pensada essa proposta

Quem melhor do que o trabalhador conhece suas necessidades?

Foi com esse pensamento que a nova Comissão organizou três encontros com dirigentes representantes do movimento popular do município: -para pensarmos juntos uma proposta de ação.

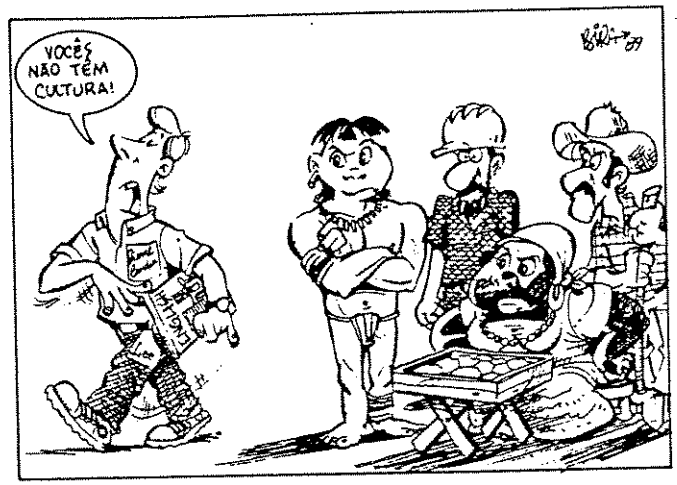
Foi muito bom, porque todos os movimentos convidados compareceram e contribuiram bastante.

Os dirigentes contribuíram não só como porta-voz das reivindicações dos movimentos que representavam, mas também com a sabedoria aprendida na luta.

O movimento sindical também foi convidado, mas compareceram apenas o Sindicato de Trabalhadores Municipais e a Apeoesp.

Outra coisa boa que aconteceu nos três encontros foi o almoço caprichado que as cozinheiras da Merenda Escolar fizeram prá gente. Obrigado, companheiras da cozinha!

Como foi a discussão nesses encontros



Primeiro Encontro: 17 de abril

Nesse encontro discutimos em primeiro lugar o tema cultura. Nos debates chegamos aos seguintes pensamentos:

- a cultura do povo não é levada a sério
- a cultura é um bem de todos
- a cultura do povo nasce na luta e no trabalho
- na nossa sociedade, um grupo que tem o poder quer impor ao outro grupo a sua cultura.
- eles querem fazer o povo acreditar que não sabe nada, a cultura do trabalhador, do negro, do índio, do caipira, fica sempre de escanteio.

Uma conclusão que tiramos dessa discussão foi que a gente não pode acreditar que uma proposta de educação de adultos vai levar a cultura para o povo, porque o povo já tem cultura. Uma cultura que não é valorizada, mas que também é cultura de fato.

O que a Comissão precisa fazer é conhecer a cultura do jovem e adulto trabalhador de Piracicaba, e dar espaço para ela na proposta de educação popular.

Modelos de educação popular

Na outra parte do primeiro encontro nós pensamos um pouco sobre os modelos de educação popular que existem no Brasil.
Para falar mais certo, nós pensamos sobre os caminhos que são trilhados pela educação popular:

Educação popular conservadora: ela trilha o caminho de conservar as coisas do jeito que estão, uns muito ricos vivendo da exploração de outros, cada vez mais pobres.
Educação popular reformista: ela anda na estrada de remendar as coisas, dando a impressão que o trabalhador teve alguma melhoria.
Educação Popular transformadora: essa trilha o caminho que busca a construção de uma sociedade onde não aconteça a exploração do trabalho.
Chegamos então na seguinte conclusão: A Comissão deve realizar uma educação de jovens e adultos que trilhe o caminho da transformação das desigualdades e busque a construção de uma sociedade de justiça para o trabalhador.
É claro que a educação sózinha não vai mudar a sociedade, mas dá uma forcinha, né?

2°- encontro dia 30 de abril

Foram discutidas as formas concretas de ação educativa que ao mesmo tempo responda as necessidades do povo e também seja uma contribuição para a transformação social a favor dos trabalhadores.

Resumindo tudo que foi levantado pelos participantes, ficou assim:

- alfabetização de jovens e adultos, que ensine a ler, escrever, fazer contas e que seja também um lugar para as pessoas se inteirarem do que realmente acontece no Brasil.

- supletivo de primeiro grau noturno: que ensine todas as matérias da escola, mas que sirva também para conhecer a realidade e não para afastar o pensamento das coisas que acontecem.

- cursos e palestras nos bairros, para despertar nas pessoas a importância da sua participação nas lutas e na vida da comunidade.

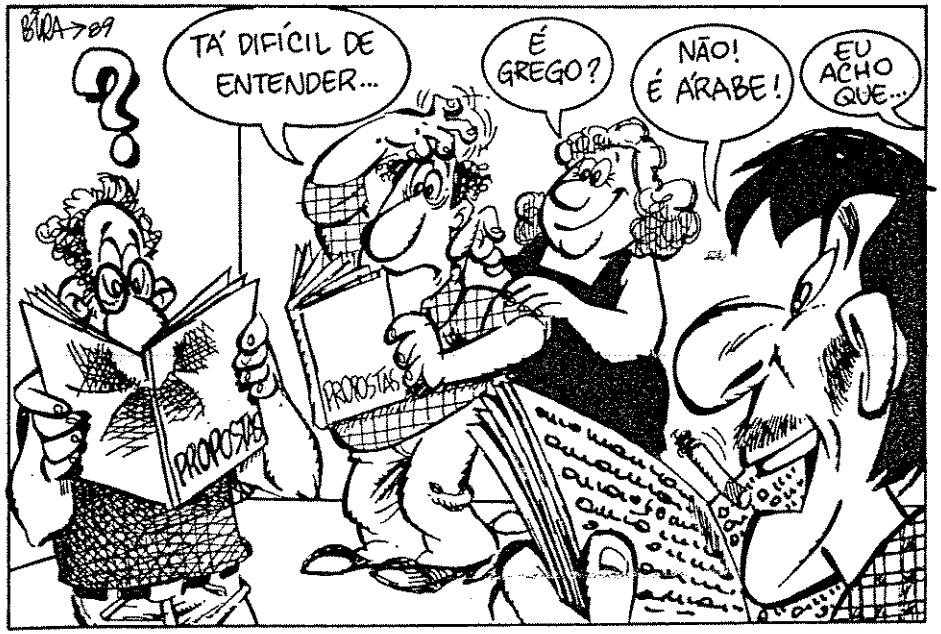
- cursos profissionalizantes, principalmente para a molecada, sempre ligado com o ensino de outras sabedorias que não seja só a profissão.

- os pedidos de curso de balet, ginástica, corte e costura, etc., deveriam ser encaminhados para a Secretaria de Bem Estar Social.

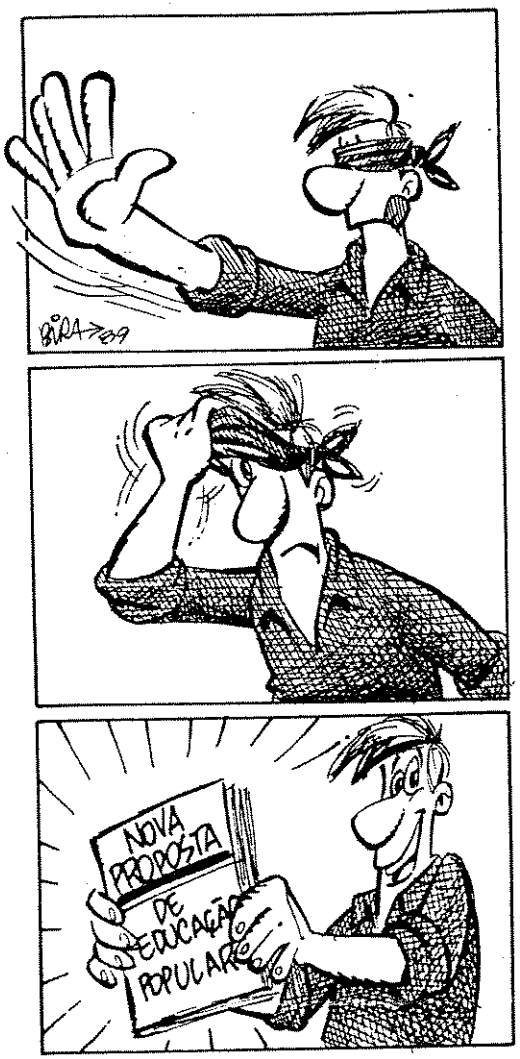
- os participantes falaram também da grande necessidade que eles percebem de incentivar as atividades ligadas com a cultura popular assim como teatro, música, etc.

3º encontro: dia 28 de maio

A Comissão analisou as atividades sugeridas no segundo encontro, viu os recursos que pode contar neste ano e escreveu uma proposta. Mas a proposta foi escrita de um jeito muito complicado de entender, então surgiu a idéia de fazer este caderninho.
Mesmo assim, nós dividimos em grupos, lemos, discutimos e refizemos a proposta em alguns pontos.
Surgiu também a idéia de que os participantes dos encontros formassem uma Assembléia Municipal de Educação Popular que se reunisse uma vez por mês para ver o andamento da proposta.
Mais adiante, poderá ser formado um Conselho Municipal de Educação Popular, mas nesse caso deveria haver mais representantes do movimento popular e sindical, da população em geral, dos professores de alfabetização e dos alunos da alfabetização.



Como ficou a proposta:



- Alfabetização:
  em julho será iniciada uma Campanha Municipal de Alfabetização. Os monitores receberão um curso dado pela Comissão no mês de julho e as aulas começam em agosto. O material para os alunos será feito pelos próprios monitores durante o curso. Nós vamos seguir as idéias políticas e pedagógicas de Paulo Freire.
- Supletivo de primeiro grau:
  A Comissão e a Assembléia estudarão uma proposta de ensino que trate o jovem e o adulto trabalhador como uma pessoa que tem uma cultura e uma sabedoria aprendidas na vida. Partindo do que o jovem e adulto trabalhador já aprendeu, ir acrescentando mais.
  Uma pesquisa a respeito das necessidades concretas de supletivo em Piracicaba, assim como uma proposta educativa para supletivo devem ficar prontas em dezembro de 89. No ano que vem iniciaremos as classes.
- Cursos e palestras:
  serão organizados vários Ciclos de Estudos Popular para dirigentes do

movimento popular e sindical. * Esses ciclos serão destinados a conhecer mais profundamente a realidade para poder transformá-la. Serão aulas à noite, uma vez por semana, na sede da Comissão.

Serão organizadas palestras nos bairros com temas que as organizações populares acharem importantes para o seu avanço.

Como fazer para organizar classes de alfabetização no bairro

- Você poderá procurar a diretoria do centro comunitário, o administrador regional ou os dirigentes de movimentos e associações que funcionem no seu bairro. Essas pessoas devem depois procurar o pessoal da Comissão, para dar encaminhamento ao pedido. Nesse encaminhamento, você também será chamado a participar.

- Se você preferir, pode ir direto tomar um cafezinho lá na Comissão que a gente conversa como poderia dar encaminhamento ao seu pedido.

- Só que tem uma coisa: o prazo para começar as aulas é o mês de agosto, por isso os pedidos de abertura de classe também tem um prazo, que é até o dia 20 de julho de 1989.

Como organizar palestras no bairro?

- Do mesmo jeito. Ou você procura uma diretoria, o administrador regional, um movimento, ou vem tomar um cafezinho na Comissão e pedir direto.
  Esse pedido não tem prazo, porque as palestras a gente pode organizar em todos os meses do ano.

Como fazer para participar dos ciclos de estudos populares?

Quando os ciclos começarem, nós vamos colocar um cartaz avisando no seu bairro. Aí é só você se interessar pelo assunto, e vir fazer a inscrição na sede da Comissão.

Contribuiram na elaboração e discussão da proposta:

Dirigentes dos seguintes bairros:

Itapuã
Monte Cristo
Saltinho
Vila Sonia
Vila Independência
Dois Córregos
Piracicamirim
Jardim Planalto
Balbo
Jardim Glória
Jardim dos Eucaliptos
Algodoal
Parque Orlandia

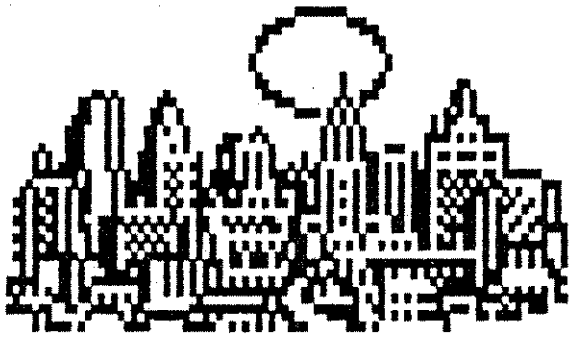
Movimento Popular e Sindical:

Centros Comunitários: Jardim Esplanada, Jaragua, Pauliceia, Novo Horizonte e Vila Cristina
Movimento Negro
Sindicato dos Trabalhadores Municipais e Associação de Professores do Estado de São Paulo.

PLANO DE GOVERNO

1993-1996

PIRACICABA EM 1.o LUGAR



PSDB

"PIRACICABA EM 1.o LUGAR"
PLANO DE GOVERNO

I- DIRETRIZES

O bem-estar da população de Piracicaba constitui a preocupação central deste Plano de Governo, que representa o conjunto de compromissos através dos quais resgataremos nossa cidade, tirando-a do marasmo em que foi atirada nos últimos anos, e reconduzindo-a ao caminho do progresso e à posição de liderança a nível regional, e de destaque no cenário estadual e nacional. Estas diretrizes nortearam a elaboração deste plano, e nortearão nossa administração.

Nossos propósitos são o enfrentamento da crise atual com a perspectiva da justiça social, a busca da melhoria da qualidade de vida sintonizando a cidade com a modernidade e o futuro, e um estilo de governo participativo, estimulando o controle social sobre o poder público municipal.

O sentido maior destes princípios é a retomada da esperança para milhares de cidadãos, piracicabanos e outros que adotaram nossa terra como sua, neste momento em que a estagnação da economia traz como resultado a miséria e em que a atrofia da ética no governo federal agride violentamente a consciência de todos nós.

I.1.PARTICIPAÇÃO POPULAR

À frente da Prefeitura de Piracicaba procuraremos permanentemente interpretar e atender aos anseios da população. Para isso, teremos como princípio básico de governo uma real participação popular, afastando-nos da pseudoparticipação, onde a população exerce atividades pré-definidas, e do assistencialismo paternalista, instrumento de controle das pessoas, e buscando o desenvolvimento participado, gerador de consciência política, que dê autonomia ao cidadão para que ele conquiste sua posição social. Entendemos também que de nada adiantará ao cidadão querer participar de um governo, exercitar-se politicamente, sem não tiver condições de sobrevivência para si e sua família. Sem sustentação econômica, a participação política tende a ser nula, o que exige o esforço no sentido de criar melhores condições salariais, ou seja,de renda e emprego. A participação proposta é, portanto, um processo fundamental em que a população efetivamente trabalha para superar seus problemas e adquirir maior controle sobre sua vida e seu bem-estar, de forma consciente, crítica, responsável, entendendo que a Prefeitura não pode resolver tudo sozinha, e que portanto a sociedade não pode ficar aguardando de braços cruzados a solução de todos os seus problemas: cada qual tem uma parte a cumprir na busca do desenvolvimento, na superação da crise, através de um diálogo constante que envolve administração municipal e população, representada pelos vereadores, entidades de bairros, sindicatos, conselhos coordenadores, associações científicas e culturais, que desempenham um papel decisivo em qualquer plano de desenvolvimento. É a mobilização das energias da cidade: entidades filantrópicas, igrejas, sociedades de bairro, clubes de serviço, associações empresariais , profissionais e sindicatos, que serão chamados a cumprir o seu papel no enfrentamento da crise.

Esse ato de participação, de tomada de consciência, é que torna legítima e verdadeira a ação do governo.

Trata-se de um desafio do qual Piracicaba não fugirá.

I.2 DESCENTRALIZAÇÃO

Não se pode tratar de participação sem falar em descentralização, pois ambas são convergentes e interligadas, compondo um processo integrado onde elas se complementam no tempo e no espaço.

Descentralizar a administração é humanizá-la. É humanizar o atendimento a populacao. Para que isso ocorra, é necessario que os setores que mantêm contato direto com a população tenham aumentado o seu poder decisório, tenham delegacao de competências e meios materiais para incumbirem-se das ações e funções que passarem pelo processo de descentralizacao. Somente assim a população sentirá realmente quais reivindicações, solicitações e reclamações podem e devem ser atendidas.

Em nosso governo, através do programa de descentralização, as administrações regionais serão aparelhadas para que possam atender, num primeiro momento, e numa escala prioritária, as necessidades mais imediatas do bairro.

I.3 DEMOCRACIA, ÉTICA E POLÍTICA

É grave o momento de crise política e moral por que passa o Brasil, onde a corrupção toma conta do governo federal, onde o tráfico de influência enriquece pessoas e grupos restritos e privilegiados, à custa do dinheiro público. A democracia obriga todos, governantes e governados, a agirem no respeito à lei,de modo que os recursos públicos sejam empregados totalmente em benefício da população a quem o Estado deve servir.

A conduta ética é fundamento inseparável na ação política. É pela probidade administrativa que o poder público recupera a sua dignidade e a ela se chegará naturalmente com a participação ativa da população nas decisões da administração municipal e acima de tudo pela permanente fiscalização de sua ação pelo povo.

I.4 MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A população precisa de respostas rápidas às suas reivindicações e necessidades, e deverá encontrar na máquina administrativa um aliado. Nesse sentido, a curto prazo serão tomadas medidas buscando o aumento de produtividade dos serviços públicos locais. Será estimulado o processo de permanente profissionalização dos servidores municipais e a valorização do seu trabalho perante a comunidade. Em contrapartida, caber-lhes-á crescente responsabilidade na soluçao dos problemas e atendimento das reivindicações.

Temos consciência de que o programa de governo pretendido para Piracicaba somente se concretizará com a colaboração e participação efetiva dos servidores municipais. Por meio de sua representacao sindical, pretende-se que participem das decisões de governo, em especial da formulação da política pessoal como direito estruturado e não por um favor pessoal ou apadrinhamento, o que tanto deturpa o alto sentido da administração, desestimula os servidores dedicados e denigre a ação do poder público.

I.5 A DEFESA DA QUALIDADE DE VIDA

Piracicaba vem sendo submetida nos últimos anos a uma série de impactos, como o empobrecimento da população, a poluição das águas, do ar, a especulação imobiliária e a migração populacional, que tem comprometido seriamente sua qualidade de vida. Para reverter este perverso processo de deterioracao da qualidade de vida de nosso povo, é indispensável o engajamento da Administracao Municipal num vigoroso esforço para criar empregos no setor privado, atraves de incentivos para a instalação de novas indústrias, estímulos para a criação, desenvolvimento e relocalização de pequenas e microempresas, regularização e reimplementação do Distrito Industrial, facilidades para a construção civil e para o escoamento da produção, inclusive a agrícola, com especial ênfase nos esforços para transformar Piracicaba em entroncamento hidro-rodoferroviario, entre outras medidas.

A criação de empregos sempre redunda em aumento da renda, alem de propiciar outros benefícios diretos e indiretos, nao apenas para o cidadão e para a sua família, mas também para a comunidade como um todo. Para que estes benefícios sejam compartilhados pela grande maioria da população e não sejam neutralizados ou anulados por um crescimento desordenado da cidade, é imprescindível um prévio planejamento global de forma a permitir um desenvolvimento harmônico. Piracicaba já teve diversos planos diretores sem que nenhum deles fosse implantado, pois a especulação foi mais forte. Isso terá que mudar e mudará.

Logo no início do governo promoveremos a discussão do Plano de Desenvolvimento Municipal, no qual estarao expressos, com base em diretrizes e premissas estabelecidas democrática e transparentemente, os objetivos de curto, médio e longo prazo para os setores físico-territorial, econômico, social e para a administração pública, ao lado da proposta de atualização da legislação urbanística, das posturas municipais e do código tributário, em conformidade com os desígnios da comunidade.

Com recursos do próprio município e com recursos que iremos buscar junto ao Estado e a União, a Prefeitura atuará para garantir a infra-estrutura indispensável ao crescimento com qualidade de vida, tanto urbana como rural.

II- DIRETRIZES SETORIAIS

Tendo como objetivo maior a busca do bem comum, e com base nas premissas básicas já definidas, apresentamos a seguir os estudos preliminares que visam a orientar a atuação dos diversos setores do governo municipal.

A) HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

1.DIAGNÓSTICO

O município de Piracicaba apresenta hoje 96,0 % da sua população vivendo na zona urbana, com uma densidade demográfica de 203 habitantes por quilômetro quadrado. Este quadro é resultado do acelerado processo de industrialização do município, agravado pelo deslocamento, nos últimos anos, de grande número de migrantes oriundos de cidades menores, atraídos pela expectativa de acesso fácil a um lote ou terreno urbano ou pela oferta temporária de emprego no corte de cana de açucar.

São inegáveis as consequências advindas desse crescimento desordenado, sem a contrapartida no oferecimento de habitações populare e outros serviços essenciais, o que levou a um deficit habitacional de aproximadamente 10.000 moradias, e a proliferação de loteamento clandestinos, invasões de terras e outras formas desordenadas de ocupação do espaço urbano.

QUADRO 1- EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL, URBANA E RURAL, TAXA DE URBANIZAÇÃO E DENSIDADE DEMOGRÁFICA -
TAXA DE URBANIZAÇÃO E DENSIDADE DEMOGRÁFICA - MUNICÍPIO DE PIRACICABA/SP (1960 a 1990)

ANOS	POPULAÇÃO		TOTAL	TAXA DE URBANIZAÇÃO	DENSIDADE DEMOGRÁFICA
	URBANA	RURAL			
1960	82.303	33.887	116.190	70,8	82 HAB/KM2
1970	127.818	24.687	152.505	83,8	107 HAB/KM2
1980	197.988	16.406	214.394	92,3	151 HAB/KM2
1990(*)	277.857	9.867	287.725	96,5	203 HAB/KM2

Fonte de dados primários:FIBGE -Censos Demográficos
(*) Estimativas SEADE

2.LINHAS DE AÇÃO

Nenhum governo pode ficar indiferente aos problemas advindos da falta de habitações com condições adequadas de conforto, saúde segurança. É inegável que urge elaborar um plano de ação imediata da área de habitação, um plano que tenha um conjunto de medida emergenciais com vistas a direcionar investimentos públicos e mobilizar, rapidamente, os agentes interessados no setor de habitação, e qu tenha dois objetivos principais:

a) criar mecanismos capazes de viabilizar programas habitacionais para a população com renda suficiente para ter acesso ao sistem financeiro de habitação;

b)buscar soluções alternativas para atender à população que não tem renda suficiente para entrar no SFH, população esta cuj questão fundamental não é apenas habitação, mas a própria sobrevivência, considerando a exiguidade de sua renda. Por falta de programa acessíveis, acabam por procurar soluções espontâneas, com é o caso das favelas, única resposta as suas necessidades de sobrevivência.

3.PROPOSTAS

Para atender a esses objetivos, serão tomadas as seguintes deliberações:

a)-destinação de recursos orçamentários à área habitacional, de forma a permitir a formulação de programas municipais d construção de casas para as famílias carentes;

b)- definição, em lei, da participação transparente da Administração Municipal nos custos de implantação de programas habitacionais;

c)-implantação de um programa de fornecimento, a preço de custo e com financiamento acessivel, de cesta basica de materiais de construção àqueles que forem proprietarios de um único terreno, nao possuirem casa própria e nao tiverem renda para assumir financiamento no âmbito do Sistema Financeiro Habitacional;

d)-implementação de medidas que induzam à melhor distribuição da população no espaço da cidade, através de revisão dos atuais critérios de uso e ocupação do solo, propiciando e estimulando a ocupação urbana nos grandes eixos de trafego urbano;

e)-estabelecimento de procedimentos capazes de levar a regularização dos loteamentos irregulares e clandestinos;

f)-urbanização das favelas já existentes e criação de mecanismos que desestimulem a criação de novas.

B) SAUDE

1.DIAGNÓSTICO

As mudanças ocorrida nos anos 80 levou à reorganização do sistema de saude no municipio, instituindo-se o Sistema Único de Saúde-SUS, que deveria seguir os princípios de equidade, integralidade das ações, regionalização e hierarquização do atendimento e descentralização politico-administrativa. Além disso, a municipalização da saúde confere novos instrumentos juridicos ao municipio na regulação do sistema e novos mecanismos institucionais de gestão, como o Conselho Municipal e os Conselhos Locais de Saúde.

Entretanto, entre a legislação e a efetivação do SUS existem ainda vários obstáculos e problemas a serem equacionados. O atendimento médico, após a fusão entre o INPS, o Estado e o Municipio, apresenta, em Piracicaba, o seguinte quadro:

a)ATENDIMENTO PRIMÁRIO: primeiro atendimento ao paciente, oferecido nos postos existentes nos bairros. Nos bairros mais populosos, o atendimento é efetuado por um clínico geral, um médico pediatra e um ginecologista, especialidades de maior demanda; nos bairros de menor densidade, o atendimento cabe a um clínico geral e a um médico pediatra ou apenas um clínico geral.
Um dos pontos cruciais de todo o sistema municipal de saúde situa-se exatamente no funcionamento destes postos de periferia. Os médicos e para-médicos não tem as condições necessárias para integrarem-se à comunidade em que trabalham e efetivamente exercer sua atividade, efetuando diagnósticos, e não prepoderantemente fazendo triagem. Faltam os necessários recursos materiais, fisicos e uma maior liberação de exames complementares para os pacientes.

b)PRONTO SOCORRO MUNICIPAL (PS): é um dos principais pontos de estrangulamento do sistema. Os problemas apontados no atendimento primário, agravados pela inexistência de atendimento noturno nos bairros de periferia, fazem com que haja uma procura muito elevada de atendimento no Pronto Socorro. Existem posto desativados como o Posto de Saúde da Vila Resende.

c)CENTRO DE ESPECIALIDADES (CE): é o local para onde são encaminhados os pacientes que precisam de cirurgia ou de exames sofisticados que não são realizados nos Postos de Saúde. Localizado no antigo Posto de Súde Estadual, sua condição de funcionamento é precária, há falta de vários especialistas, faltam os exames necessários para o estabelecimento de diagnósticos. Não há exame radiológico de contraste (RX de estômago, vesícula, intestino), sendo que os pacientes tem que locomover-se para Capivari ou Rio das Pedras para efetuá-los. Os exames endoscóspicos são muitas vezes realizados em Capivari. Apesar de contar com ultra-som, não há comprovação de imagem, apenas laudo do especialista - seria o mesmo que receber o laudo de um RX de estômago sem a chapa.

A demora excessiva na efetivação dos exames faz com que, pelo agravamento do quadro, o paciente tenha que ser internado ao mesmo tempo em que os exames vão sendo efetuados. Uma das causas dessa situação é a grande defasagem existente entre o preço pago pelo SUS e a Tabela de Preços da AMB- Associação Médica Brasileira, a qual é corrigida todo mês.

A esse quadro grave da saúde no município há ainda que acrescentar-se o problema do atendimento hospitalar, em que a falta de vagas obriga os pacientes a efetuarem uma verdadeira via-sacra de hospital em hospital, de uma cidade para outra, como Campinas, Sorocaba e Botucatú, onde existem faculdades de medicina. À demanda local soma-se a de municipios vizinhos, uma vez que Piracicaba constitui-se em polo de influência da região, atendendo a mais 9 municípios (Capivari, Elias Fausto, Rafard, Mombuca, Rio da Pedras, Charqueada, Águas de São Pedro, São Pedro e Santa Maria da Serra). O não equacionamento do sistema nem no nivel local nem regional faz com que Piracicaba viva atualmente o seu mais grave problema na área de assistência médico-hospitalar, o qual está perto do caos.

No que diz respeito à assistência hospitalar, existem em Piracicaba uma rede privada que conta com 4 hospitais gerais, 1 hospital psiquiátrico e 1 clínica cardiológica que perfazem o total de 1696 leitos (785 psiquiátricos e 911 gerais), quantidade que seria suficiente para atender às necessidades da população. Entretanto, desse total, apenas 618 leitos são efetivamente ofertados ao SUS, sendo 413 psiquiátricos e 205 leitos gerais. Os leitos psiquiátricos são suficientes para atender à demanda do município e de toda região do SUDS-R-47, o que não ocorre com os leitos gerais voltados para a cirurgia geral e especializada, pediatria, clínica médica e obstetrícia. Nesta área de leitos gerais necessitamos, somente para o município de Piracicaba, para tender as normas de saúde de 1,82 leitos/1000 habitantes de 550 leitos colocados à disposição do setor público. Para complementar a demanda gerada pelos municípios da área de influência, essa necessidade passa a ser de cerca de 600 leitos. Considerando a oferta de 205 leitos, o "deficit" é de cerca de 400 leitos, sem considerar o aumento da população.

Considerando também que o parâmetro de 1,82 leitos gerais/1000 habitantes definidos pelo INAMPS em 1982, quando não estava ainda instituída a universalização da clientela promovida pela Constituição Federal de 1988. Atualmente muitos projetos de saúde trabalham com o parâmetro de 4 leitos por mil habitantes para satisfazer a todas as necessidades hospitalares - isto, no mínimo, dobra a necessidade de leitos para Piracicaba.

Essa carência de leitos é sentida pela população que constante e insistentemente procuram as portas dos hospitais, do Pronto Socorro Municipal e da Central de vagas. A oferta existente mal dá para atender os casos de urgência eenquanto que há leitos ociosos na rede privada.

Em relação ao atendimento psiquiátrico, basicamente 80% das internações psiquiátricas provém de Piracicaba e 15% das cidades da Zona de Influência. Os restantes 15% provém de localidades que não estão sob a jurisdição do Escritório Regional de Saúde de Piracicaba. De acordo com o Programa de Saúde Mental do Governo o ideal é de 1 leito para cada 2000 habitantes, o que faz com que Piracicaba precise de 201 leitos de Psiquiatria.

Mais grave e preocupante se torna a situação quando que se verifica que pela inexistência de hospital público, a totalidade dos leitos é pertecente à rede privada, a qual, devido à crise de custeio do SUS, com baixos valores e atrasos no pagamento do INAMPS, desligam-se paulatinamente, diminuindo a oferta de leitos do sistema.

2) LINHAS DE AÇÃO

Diante do diagnóstico apresentado e da complicada situação de financiamento do setor de saúde, definimos como metas prioritária:

- Melhorar a qualidade dos serviços e personalizar o atendimento em todos os níveis.
- Aumentar a oferta de serviços hospitalares à população de Piracicaba, ampliando os recursos para o setor.

3) PROPOSTAS

- gestão junto aos governos estadual e federal;
- estabelecimento de convênios de parceria com o setor privado;
- ampliação do horário de atendimento em diversos Postos de Saúde;
- ampliação do número de leitos hospitalares conveniados com a Santa Casa e Hospital dos Plantadores de Cana, até a construção do Hospital Regional;
- adequação dos principais Postos de Saúde para ampliar o número de consultórios;
- criação de programa de atendimento domiciliar em estreita integração com as unidades de saúde (postos de saúde, hospitais) existentes numa determinada área;
- criação de serviços de atendimento de urgência descentralizados, inclusive serviços de atendimento odontológico de urgência, funcionando 24 horas/dia;
- implantação de Laboratório de Análise no Programa Municipal de Saúde;
- criação de um programa de assistência farmacêutica, como forma de assistência integral nos postos de saúde, garantindo o fornecimento de medicamentos para os tratamentos propostos;
- melhoria e ampliação dos serviços de transporte de emergência para todo o município, liberando a Guarda Municipal para outros setores;
- incentivo ao desenvolvimento de programas específicos de atenção aos alcoólicos e drogaditos;
- criação de um Forum Municipal de Saude Ambiental que articule as diversas instituições e grupos existentes no município que atuem na área (Universidade, CETESB, Secretaria de Meio Ambiente, entidades como SODEMAP, etc)
- implantar o sistema de marcação de consultas através de telefone público, com chamada gratuita;

ł estabelecimento de consórcios inter-municipais e criação de um Forum com os prefeitos e técnicos da região de influência, onde se discutam e elaborem planos de ação conjunta visando a melhoria da assistência à saúde;
ł incentivo à integração das Secretarias Municipais governo visando a implementação de programas conjuntos;
ł montar um amplo sistema de vigilância sanitária, combate a zoonose, especialmente a raiva humana;
ł garantir a participação dos diversos segmentos da população civil (sindicatos, empresas, associações, conselhos, etc.) na definição de diretrizes e fiscalização na consecução da politica municipal de saúde;
ł facilitar o acesso do cidadão aos diferentes niveis do sistema de saúde através da criação da carteira única de saúde e da informação dos serviços em todos os níveis;
ł colaboração com entidades estatais, para-estatais e particulares no programa de atenção ao idoso e ao deficiente fisico e mental;
ł incentivo a todas as formas de medicina preventiva e alternativa , principalmente através de orientação fornecida a partir dos postos de saúde e locais de atendimento médico do município;
ł garantia de atendimento médico e humanitario aos aidéticos.
ł ampliação do aporte de recursos para o setor de saúde, reestruturar a Secretaria Municipal de Saúde e implementar uma Politica de Recursos Humanos para os funcionários da Secretaria Municipal de Saúde que inclua:
- o incentivo à capacitação através de programas de educação continuada;
- a incorporação de fator salarial de incentivos à produtividade e ao desempenho.
- ações visando a manutenção e expansão dos serviços existentes.

C)SEGURANÇA

1.DIAGNÓSTICO

As finalidades da segurança pública, no regime democrático, são a segurança das pessoas e familias, a segurança do patrimônio público e privado e o respeito aos direitos da cidadania, as quais não são atingidas em Piracicaba, onde uma das maiores preocupações de todos os segmentos da comunidade são altos os índices de criminalidade, os problemas de trânsito, o número crescente de pessoas desassistidas, o despreparo para o combate das situações calamitosas e a prevenção de vários tipos de sinistro. A participação da Administração Municipal deve orientar-se no sentido de procurar cooperação com as ações de responsabilidade do governo do Estado, buscando uma integração eficiente entre as policias militar e civil, complementada pela ação da nossa guarda civil municipal.

2.METAS/OBJETIVOS

-criação de sub-sedes ou inspetorias regionais;
-integração com as ações de responsabilidade do governo do Estado, buscando uma integração eficiente entre as policias militar e civil;
-criação de distritos policiais e o emprego de recursos humanos e materiais para a Policia Militar e Civil, em niveis compativeis com as dimensões sócio-econômicas de Piracicaba;
-aumento do efetivo tantas vezes quanto for necessario;
-implantação de sede apropriada onde possa desempenhar adequadamente as suas funções;
-criação de sub-sedes nos bairros mais populosos, para propiciar um atendimento rapido das solicitacoes.
-fiscalização permanente, 24 horas por dia, em todas as vias de acesso da cidade visando diminuir o numero de roubos de veiculos;
-participação de forma auxiliar do policiamento ostensivo, da orientação do trânsito, do policiamento em torno das escolas mediante solicitação da Policia Militar e sob sua coordenação;
-policiamento em frente das escolas para combater e prevenir o tráfico de drogas, garantir a segurança dos alunos, professores e funcionários e preservar o patrimônio cultural;
-colaboração na fiscalização e orientação do trânsito;
-implantação , em coordenação com as permissionarias de serviços de transporte de terminais adequados e pontos de embarque dotados de recursos que protegem a população tais como iluminação e telefones.

D) SANEAMENTO BASICO

1.DIAGNÓSTICO

Os municipios que integram as bacias hidrograficas do Piracicaba e do Capivari constituem-se, pelo seu porte e expressão, em altissima fonte geradora de poluição dos rios que são fontes abastecedoras de água potável e que se encontram já em pontos extremos de possibilidade de consumo, mesmo com as estações de tratamento existentes.

Em Piracicaba, a prestação de serviços de água e esgotos, após a encampação dos serviços pela Prefeitura sempre foi considerada boa, com problemas em função do crescimento demografico nas ultimas decadas e da proliferação de loteamentos clandestinos e irregulares.

Uma primeira questão que se apresenta desde logo na análise do saneamento básico está ligado ao centralismo concentrador e autoritario do governo federal que cerceia por várias formas a atuação dos municipios. É necessário portanto que juntamente com os demais municipios e o Estado se empreenda uma luta de conquista de autonomia do Municipio nessa área, assegurando-lhe, por exemplo, o legitimo direito de contrair emprestimos para obras de saneamento sem que tenha de se atrelar a esquemas que não coadunam com os interesses da população.

2.METAS/OBJETIVOS

- participação e apoio integral ao Consórcio de Despoluição dos Rios Piracicaba e Capivari, priorizando as suas atividades no sentido de solucionar o problema da poluição do Rio Piracicaba, e do tratamento do esgoto urbano dos municipios a montante de Piracicaba;
- continuidade às obras em realização pelo SEMAE, visando o abastecimento de água para o ano 2.000.
- elevar para 100% o nível de atendimento da rede de abastecimento de água e de coleta de esgôto urbano;
- busca da adoção de melhores técnicas e dos recursos financeiros necessários aos serviços de água e tratamento de esgotos, visando o barateamento dos custos;
- estudo da implantação de "lagoas de aeração" que possibilitam tambem a solução do problema por etapas ou por regiões.
- canalização dos córregos que cortam a cidade e que são veios liquidos por onde correm os detritos, evitando-se assim o mau cheiro e os danos que causam à saúde pública;
- descentralização e a integração das administrações regionais com o SEMAE, possibilitando dessa forma maior presteza de atendimento a população da periferia. Isso permitirá ainda maior participação do público nos problemas de saneamento básico com destaque na fixação das tarifas e planos comunitarios que devem ser reestudados;
- execução de projetos de retificação, canalização e tratamento de córregos, com a finalidade de evitar inundações e contaminação das áreas ribeirinhas.

E) MEIO AMBIENTE

1) DIAGNÓSTICO

O processo de ocupação territorial do municipio de Piracicaba foi marcado por duas carcterísticas importantes: de um lado a relativa eficiência da produção agricola e de outro, o caráter extremamente predatório do ponto de vista ecológico, dessa agricultura, conduzindo à exaustão de parte substancial de seus recursos naturais. Verificou-se uma destruição sistemática de agrossistemas primitivos, sobretudo florestais, liberando espaço às atividades urbanas e rurais, bem como de infraestrutura (transporte, energia, etc) .

Isto tudo decorreu tendo em vista um desenvolvimento econômico que gerou uma tecnologia que se caracteriza pela agressão ambiental.

Nosso objetivo é iniciarmos a construção de um desenvolvimento sustentável, baseada na crescente organização politica da população, e pela consciencia da necessidade de melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, principalmente dos segmentos mais marginalizados.

2) METAS/OBJETIVOS

-garantia de acesso aos recursos naturais e seu aproveitamento para assegurar a satisfação das necessidades básicas atuais da população;
-garantia de utilização e manutenção adequada dos recursos naturais, permitindo sustentar o desenvolvimento a longo prazo;
-melhoria do uso dos recursos naturais renováveis, a reciclagem de materiais e a eliminação de perdas importantes, como da energia e alimentos
-adoção de uma perspectiva integradora multidisciplinar em diferentes niveis da politica de planejamento;

3) LINHAS DE AÇÃO:

1.Preservação das Áreas de Mananciais e Águas Subterrâneas

2.Áreas Verdes

3.Educação Ambiental

4. Áreas de Preservação Permanente

5. Resíduos Sólidos

4)PROPOSTAS

- manutenção da participação do município no Consórcio Intermunicipal das Bacias dos rios Piracicaba e Capivari;
- reflorestamento das áreas de preservação permanente, principalmente das matas ciliares dos rios, ribeirões e de mananciais do município;
- instituição do novo Código Municipal de Defesa do Meio Ambiente;
- otimização da atuação do Pelotão Ambiental da Guarda Civil do município;
- criação do Fiscal de Postura Ambiental, com plantão permanente e trabalhando em cooperação com a CETESB, Polícia Florestal e Curadoria do Meio Ambiente;
- implantação de programa municipal objetivando a implantação de áreas verdes;
- elevação do índice de área verde por habitante no município;
- normatização para arborização de vias públicas, contemplando a diversidade e as especificações das ruas e avenidas;
- normatização de padrão paisagístico que facilite a manutenção de praças;
- implantação de programa de recuperação, preservação e manejo da fauna e da flora;
- desenvolvimento de programas integrados de educação ambiental, tanto nos currículos escolares quanto para os variados canais de educação informal;
- recolher, cuidar e dar destinos aos animais soltos nas ruas;
- criação do Jardim Botânico e Parque Ecológico de Piracicaba;
- apoio a entidades ambientalistas como SODEMAP e outras;
- instituição do plano diretor de drenagem urbana;
- combate à erosão com obras e práticas conservacionistas de baixo custo;
- recuperação de áreas assoreadas, através da contenção da erosão e dragagem;
- ampliação da rede de galerias sobrecarregadas, especialmente nas regiões centrais;
- elaboração de projetos em relação à resíduos sólidos, envolvendo aterro sanitário/energético, coleta seletiva e compostagem;
- implantação do sistema de coleta seletiva dos resíduos domésticos para reciclagem e industrialização;
- equacionamento do tratamento de resíduos industriais mediante avaliação da quantidade e classificação destes resíduos, incentivando as empresas geradoras a adotarem solução coletiva contemplando Piracicaba e região;
- implantação de centrais de armazenamento e recuperação de entulho, visando à utilização do material recuperado na construção civil ou na recuperação de áreas degradadas
- criação de um sistema de coleta e aproveitamento de podas de árvores e cortes de grama;
- reestudo do atual tratamento do lixo hospitalar.

F) CULTURA

1.DIAGNÓSTICO

A cultura, como bem coletivo, dirige-se a toda atividade humana, seja intelectual, afetiva ou mesmo manual.

Ainda que Piracicaba seja o berço de grandes artistas, ainda é grande o descompasso entre o que a cidade pode oferecer e aquilo que realmente acontece na esfera cultural. Com essa compreensão e dando cunho real ao espirito democrático e social que norteará a ação de meu governo, a cultura não deverá beneficiar apenas algumas classes, e sim alcançar a comunidade em geral.

O descompasso pode ser explicitado por uma série de razões como:

a. a infra-estrutura fisica e humana para a dinamização circulação e fruição das artes tornou-se obsoleta, não acompanhando o crescimento de Piracicaba;

b.a inexistência de uma politica que sustente , ao logo do tempo, ações culturais integradas (cooperativas e articuladas) entre municipios e centros de produção de cultura, conforme existentes nas faculdades, escolas de primeiro e segundo graus, nos bairros centrais e periféricos, nos movimentos independentes de arte, etc.;

c. atuação individualizada de secretarias municipais de cunho social, cuja compartimentação de esforços e ausência de comunicação tem sido a tônica na última gestão, gerando duplicações de esforços e recursos para os mesmos fins.

2.LINHAS DE AÇÃO

A cultura, além de ser um instrumento básico no exercicio da cidadania e na luta pela justiça social, é um importante fator de qualidade de vida da cidade. Ela diminui o isolamento das pessoas, cria solidariedade, desperta a consciência de interêsses comuns. Além disso a cultura constitui-se em fator importante do próprio desenvolvimento da cidade, na medida em que a economia de Piracicaba é cada vez mais impulsionada pelo setor terciário, onde se inclues as atividades ligadas à criação artistica cultural e de lazer.

Neste sentido, para estimular a organização , a produção e o consumo culturais dos diversos setores sociais nas várias regiões da cidade, o governo municipal deverá respeitar a identidade e as necessidades especificas de cada um.

3.PROPOSTAS

- estimulo ao constante uso do Teatro Municipal;
- adaptação em centros comunitários de mini-teatros nos bairros, para a realização de peças teatrais, conferencias, reuniões civicas, concertos, ciclos de estudo, etc.;
- apoio ao teatro amador e profissional de Piracicaba, aos Museus, bibliotecas, culturas artisticas;

ipal;

- construção de Biblioteca Municipal em ponto central e a altura das tradições culturais de Piracicaba.
- apoio às galerias de arte e iniciativas do folclore;
- utilização e recuperação do Engenho Central para utilização cultural e do dominio público;
- incentivo à produção cinematográfica, vídeo, teatro, música e etc.;
- garantia do acesso da população aos meios de expressão e divulgação da cultura;
- criação do centro municipal de cultura e escola de artes, ciências cinematograficas e cênicas, artes plásticas, vídeo, música, teatro, circo, artesanato e outras modalidades culturais;
- criação de programa de cultura vinculado às escolas e empresas.

6) TRANSPORTE e SISTEMA VIÁRIO

1.DIAGNÓSTICO

É consenso que o sistema de transporte urbano de Piracicaba não acompanhou na mesma proporção a evolução do município, apresentando graves problemas que afetam toda sua população.

O crescimento acelerado do município, sem uma linha de planejamento racional, acabou por comprometer seriamente o traçado urbano da cidade. O sistema de transporte coletivo existente foi rapidamente superado pela multiplicação de novos bairros, feita sem qualquer preocupação com a extensão e capacidade das vias de ligação. Por outro lado, Piracicaba, município com renda media relativamente alta para os padrões nacionais, conta com elevado numero de veiculos particulares, congestionando sobremaneira o sistema viário.

Além disso, Piracicaba é uma cidade com vias esburacadas, não só pela qualidade da pavimentação, mas pelos inumeráveis caminhões e carretas transitando muito acima de seu peso de carga normal. Os prejuizos que isso acarreta à cidade são incalculáveis. Piracicaba é uma das poucas cidades do Estado de São Paulo que não possui anel de contorno, apenas uma variante externa que não é usada por ter sido inadequadamente construida. Com isso, o tráfego de caminhões pelas ruas e avenidas, com carga ultrapassando o peso máximo permitido, cria problemas tanto no tráfego como principalmente para a pavimentação das avenidas e ruas de Piracicaba, com infra-estrutura não projetada para suportá-lo. Esses caminhoes são provenientes de outras cidades e regiões que usam Piracicaba como sua passagem para encurtar distâncias ou escapar de balanças e pedágios.

2.LINHAS DE AÇÃO

a.Estímulo ao Transporte Coletivo:

É este o mais importante sistema de transporte da cidade e portanto terá toda prioridade do Governo, estimulando-se o uso de transporte coletivo por todos os segmentos da população. A atuação governamental se dará de forma a reduzir os custos, mantida a qualidade dos serviços. Para isso, entre outras medidas, podemos indicar: nas avenidas, (corredores urbanos) se dará prioridade a circulação de onibus (faixas exclusivas para onibus, prioridades nos semáforos, disciplinação do tráfego, etc.). Dessa maneira sera aumentada a velocidade de operação com
mais conforto para os usários, ao mesmo tempo que serão reduzidos os custos de operação dos onibus, o que refletirá nos preços das passagens. Igualmente, haverá preocupação com a reforma e construção de terminais urbanos e abrigos para os usuários.

b. Melhoria do Tráfego Urbano:

Urge a adoção de medidas para melhor utilização do sistema viário, empreendidas sempre com a participação dos interessados de forma a conseguir soluções de maior grau de consenso e no interesse da maioria da população. Além disso, exigir-se-á o cumprimento de lei municipal que impede o tráfego de veículos acima do peso máximo legalmente admitido pelas ruas e avenidas da cidade, e a adoção de medidas visando a diminuir o congestionamento do tráfego no centro da cidade. Também é oportuno lembrar a conveniência de promover estudos para implantação de ciclovias.

3.PROPOSTAS

Com base no diagnóstico da situação, e respeitadas as linhas de atuação, propomos:

.Construção de terminais de integração nos bairros mais populosos.
.Ampliação do número de linhas de ônibus para melhor atender aos distritos, zona rural e bairros mais afastados.
.Ampliação do número de veículos e introdução de linhas expressas, com menor número de paradas , para melhor atender nos horários de pico, com ênfase para o atendimento dos principais locais de trabalho.
.Manutenção de algumas linhas noturnas.
.Estímulo à implantação de ônibus movidos a gás natural.

.Definição de faixas exclusivas para circulação de ônibus nas avenidas mais amplas.
.Construção de abrigos contra sol e chuva nos pontos de parada de ônibus.
.Sincronização eletrônica dos sinais das avenidas principais.
.Implantação de linhas de ônibus bairro a bairro.
.Implantação de estacionamento próximo à Rodoviária Interurbana.
.Amplo esforço para reduzir custos de tarifas, através de racionalização e eficiência operacional.
.Recapeamento ou asfaltamento prioritário de todas as ruas e avenidas servidas por linhas de ônibus.
.Descentralização para as administrações regionais da responsabilidade de sinalização das vias públicas, de manutenção do seu leito com a instituição mutirões permanentes de operação "tapa-buracos".
.Incentivo à criação de "bolsões" de estacionamento de veículos no centro e nos principais pontos de afluência de público.
.Adoção de medidas visando à efetiva utilização do anel viário.
.Implantação de modernas técnicas de engenharia de tráfego, com o reestudo das mãos de direção em determinadas ruas, para facilitar o trânsito do centro para os bairros e vice-versa.

H) BEM ESTAR SOCIAL

1.OBJETIVOS

A crise crise sócio-econômica que impera no pais tem seus reflexos exercidos diretamente sobre a estrutura social dos municipios, principalmente em decorrência da má distribuição de renda. Cabe à Secretaria do Desenvolvimento Social o papel de constituir-se em um dos principais elos de ligação e comunicação entre a administração e a população. Para tanto, deverá estar junto das organizações populares ou, onde não existam, buscando criar condições para que a população venha a organizá-las, fortalecendo seu papel e atuação e trazendo-as para participação nas discussões e na realização dos projetos da municipalidade que lhes digam respeito, em especial nas necessidades básicas: alimentação, saúde, habitação, etc.

Em paralelo, devera continuar a desenvolver os serviços de natureza supletiva e promocional, dos quais a população não pode prescindir e a triste realidade brasileira impoe. Caber-lhe-á também cumprir o papel de contribuir para integrar e coordenar as atividades que são desenvolvidas neste campo por diversos organismos e entidades estaduais, federais , municipais ou particulares, algumas vezes de forma paralela ou superposta.

2.LINHAS DE AÇÃO

a)Atenção ao menor, ao escolar e ao adolescente;
b)Valorização do idoso;
c)Programas de atendimento a desempregados ;

3.PROPOSTAS

- reforçar o funcionamento das creches e CEPECs, ampliando-as quantitativa e qualitativamente;
- incentivo à participação das mães na gestão de creches e CEPECS:
- integração com programas federais (LBA e CIACs,), estaduais (Secretaria da Promoção Social do Estado) e iniciativa particular (clubes de serviços e entidades) de atuação junto à população de forma a levar as empresas com mais de 100 funcionários a manter suas creches cumprindo lei federal especifica e realizando convênios com a prefeitura e outros;
- criação, nos bairros, de núcleos de trabalho com jovens com propostas alternativas à institucionalização;
- promoção da urbanização das favelas e a busca de alternativas de moradia popular junto aos moradores de sub-habitações, favela e cortiços, em outros casos juntamente com os agentes dos promotores do SFH e com a população interessada, debater e discutir solucoes habitacionais capazes de atender a demanda;

- orientação da população na regularização dos loteamentos clandestinos, e responsabizar os loteadores inadimplentes;
- ampliação da dimensão do trabalho junto ao idoso, atuando não somente ao nível de grupos de idosos, como fortalecendo o Lar dos Velhinhos e o Lar Betel e promovendo a participação de idosos nas associações de moradores, integrando-os na vivencia comunitaria e engajando-os em programas para terceira idade nos SESCs e outros;
- criação, juntamente com os municipios e Estado, de serviços uniformes de orientação e encaminhamento;
- integração dos serviços de colocação e capacitação profissional com a Secretaria Municipal de Educação e realização de pesquisas sobre mercado de trabalho e demanda de mão-de-obra;
- promoção de estudos e redefinição quanto a declaração de utilidade publica de entidades assistenciais, e fixação de subvenções incorporando novos conceitos técnicos e padrões de atendimento analisados com as mesmas.

H- AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

1.DIAGNÓSTICO

O planejamento global de desenvolvimento de um municipio não pode prescindir da inserção da zona rural como parte fundamental do mesmo, pois sem dúvida nenhuma é lá que estão as raizes de alguns dos mais graves problemas urbanos. O descaso com a população rural especialmente no tocante à infraestrutura social, teve um papel preponderante no êxodo rural e o consequente crescimento desordenado da população urbana, em desequilibrio com a infraestrutura existente de bens e serviços públicos, e principalmente dos empregos necessários à absorção da mão-de-obra proveniente do campo,agravando os problemas de habitação, saneamento básico, e abastecimento de alimentos.

O desenvolvimento rural não advém simplesmente da existência de eficazes sistemas de transferências de tecnologia. Piracicaba, inserida no contexto do modelo de desenvolvimento econômico-social brasileiro, concentrador e injusto, pautado pela industrialização desordenada, o qual criou - e agravou - problemas como a concentração de renda, da terra, de deterioração do meio ambiente, etc não fugiu de suas consequências. Sua população rural, em 1960 correspondia a 29,3% do total, passando a 16,2% em 1970, 7,7 % em 1980 e atingindo 3,4% em 1990, o que representa uma taxa de urbanização de 96,5%.

Submetida a um processo de ações pontuais, de atendimento a problemas emergentes, sem um planejamento global , os produtores rurais apresentam hoje uma gama de necessidades como deficiência de assistência médica e odontológica, falta de assistência escolar e ao pré-escolar, falta de informações sobre os seus direitos e deveres(cidadania), inexistência de infraestrutura básica, carencia de formas de recreação e lazer, principalmente para população infantil.

A economia rural do municipio é hoje caracterizada pela monocultura da cana-de-açucar, sendo que o municipio centraliza um dos principais parques açucareiros do pais, concentrando 25% da produção do Estado. A cana-de-açucar ocupa em torno de 50% da área agricultural do municipio, enquanto que culturas como arroz, milho, feijão, não chegam a 5%.

O uso atual das terras de Piracicaba mostra bem este quadro, quando se verifica que enquanto são cultivados 63.000ha de cana-de-açucar no municipio, cultiva-se um área de 1265 ha para arroz e mandioca.

Os fatos demonstram que não se pode mais ignorar que o setor rural se constitui em relevante fator de equilibrio econômico, social e politico, e que grande parte da solução dos problemas urbanos está na zona rural. O desenvolvimento rural sustentável - e com ele o consequente aumento da produção de alimentos, aumento no nível de emprego e o abastecimento dos centros urbanos- não será alcançado por um sistema de pura transferência de tecnologia, por mais eficaz que ele seja. Os diferentes problemas economicos e sociais que atingem a zona rural refletem-se na perda da qualidade de vida do produtor e sua familia, de tal forma que somente através de uma ação voltada para o desenvolvimento justo e equilibrado.

Quanto à atuação do setor de abastecimento em Piracicaba, assim como na agricultura, está segmentado em vários órgãos dentro do municipio. A administração municipal atua, através da SEMA, junto as varejões, feiras livres e mercado municipal; através da Secretaria de Educação junto ao abastecimento alimentar das populações institucionais (merenda escolar, creches, etc). Não há fiscalização em relação à sanidade e qualidade de produtos que são vendidos diretamente à população, como leite cru, por exemplo.

A estrutura de abastecimento alimentar não acompanhou a evolução do municipio, apresentado uma série de distorções, entre as quais deve-se destacar a diferença de preços de alimentos entre as zonas de alta e baixa renda. Equipamentos atacadistas, como a CEASA, por exemplo, que deveriam servir de importante ponto de equilibrio no mercado, não cumprem os objetivos propostos na sua implantação. Não há uma politica de abastecimento no municipio, apenas ações isoladas que acabam por interferir inadequadamente no mercado.

Em que pese a reduzida competência de atuação do Municipio no setor, ja que a predominância de atuação pertence ao Estado e à

União, o governo municipal envidará esforços no sentido de influir na questão em especial pela atuação conjunta com aqueles níveis de governo.

Atuam no município diversos órgãos, tanto da administração municipal como estadual, cujas áreas de atuação devem ser objeto de discussão, no sentido de procurar-se integrar as suas ações, evitando paralelismo e desperdício de recursos humanos, materiais e financeiros. Deve ser repensado o papel que tem desempenhado a Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento, a qual tem atuado muito mal na área de extensão rural, sobrepondo suas atividades às já existentes.

2.LINHAS DE AÇÃO

a) atender a comunidade rural, através de uma política de desenvolvimento rural justo, equilibrado e sustentável, dentro de um processo participativo, integrado e descentralizado, onde o produtor e sua família possam ter efetivamente os direitos à uma vida digna e justa, com acesso aos serviços de saúde, educação , telefonia, transportes., além de condições de investir, de trabalhar e de comercializar com rentabilidade a sua produção.

b)organização do abastecimento municipal

3.PROPOSTAS

- análise e definição do papel da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento,em Piracicaba;
- articulação e apoio ao organismos oficiais estaduais responsáveis pela extensão rural e assistência técnica no município;
- execução de projetos, construção e conservação das estradas municipais; de infra-estrutura e escolas rurais;
- aperfeiçoamento do sistema de abastecimento de alimentos suprindo de maneira adequada as necessidades da população urbana.
- promover a divulgação dos produtos disponíveis para comercialização, bem como manter controle de preços nos centros de abastecimento, mercados e feiras livres.

I- EDUCAÇÃO

1.DIAGNÓSTICO

Embora a Constituição Federal assegure aos brasileiros o direito à educação e preconize a educação obrigatória (7 a 14 anos) esses princípis não vem sendo cumprido na sua integridade como era de se esperar e querer em nosso país.

A decadência do ensino formal público é algo gritante, provocando altos índices de evasao e pouco aproveitamento dos já poucos recursos destinados às escolas. Como a educação é a base para qualquer desenvolvimento da nação, é preciso reverter este quadro.

A educação é um direito de todos, para isso há que possibilitar o acesso da maioria à escola pública em especial a população de baixa renda. Para isso é necessário melhorar as condições atuais de funcionamento do ensino público em nossa cidade com o objetivo de propor um plano pedagógico que supere as deficiências atuais e assegure efetivas condicoes de permanência das crianças nos bancos escolares, evitando-se ou diminuindo a evasão escolar. Além disso deverá ser incentivada a criação do turno cultural para completar a educação formal, com um desenvolvimento de atividades de estímulo cultural vocacional e a criatividade.

A nível nacional 80% dos menores que ingressam no primeiro ano primario não chegam a oitava série. Isso significa que o sistema escolar existente so atende a uma pequena parcela da população que acaba transformando-se numa elite privilegiada. Nossa proposta é reformular o sistema educacional para atingir essa parcela marginalizada dando condições a todos o acesso aos serviços de educação (berçario, creche, pre-escola, primeiro grau e complementação escolar).

2.PROPOSTAS

* aumento da rede de ensino primário em convenio com o Estado, e a criação e funcionamento de escolas municipais em todos os bairros que o Estado falhar, construindo prédios com pessoal administrativo e docente municipal bem remunerados para que a escola municipal possa se equiparar quanto ao ensino às escolas particulares.

* implantação de bibliotecas nas escolas municipais e de locais proprios para a pratica de artes, esporte e lazer;

* redefinação da Associação de Pais e Mestres, seja quanto ao aspecto economico (cobrança de taxas) ou pedagogicos;

* equacionamento do ensino supletivo, com adoção de curriculos e materais didaticos apropriados;

* apoio técnico e pedagógico aos professores da rede municipal;

* descentralização gradativa do poder decisorio da Secretaria Municipal de Educação;

* revisão e ampliados serviços de merenda escolar, assistencia odontologica e médica escolar;

* garantia do segundo grau completo com profissionalização através de programa municipal de escolas técnicas profissionalizantes, sendo que a Fundação Municipal de Ensino será revista de tal maneira que os cursos técnicos sejam prioritariamente valorizados.

* condições de aperfeiçoamento para professores e outros profissionais da educação;

3.ESPORTE

O esporte é uma atividade intimamente ligada à melhoria da qualidade de vida e tem um papel fundamental no processo de integração da população, contribuindo efetivamente para o resgate da cidadania.

Numa politica municipal efetiva de incentivo ao esporte, um governo pode atrair toda população para uma atividade comunitária, inclusive com menores carentes, estimulando o crescimento de uma vida social. Essa politica, muito além dos aspectos de divertimento prazer, necessários ao desenvolvimento social dos individuos, deve levar em conta:

- os diferentes interesses físico-esportivos
- os aspectos educativos das atividades ligadas ao "tempo livre" das pessoas;
- as interfaces das atividades de esporte com as politicas de saúde, educação,bem-estar social, cultura, meio ambiente, etc;
- a integração dos vários órgãos públicos;
- a necessidade de incentivar a participação de associações comunitárias, sindicatos e entidades privadas na formulação e implementação da política.
- desenvolver programas de iniciação esportiva para crianças e jovens, através do aproveitamento de espaços ociosos, como áreas livres de escolas públicas, igrejas, fábricas, e do uso múltiplo dos espaços e equipamentos urbanos;
- estimular o esporte competição, através da atuação integrada do poder público municipal com a Universidade, empresas, clubes, autarquias, e os meios de comunicação;
- equipar os Centros comunitários para que também possam servir como centros esportivos para os bairros
- manter estruturas adequadas para sediar eventos esportivos (estadio muncipal, ginásio de esportes, piscinas olímpicas, pista de atletismo, etc).
- incentivar ,na medida do possivel os terrenos públicos e vagos e os particulares com anuencia dos proprietarios, servirão de campos de futebol, bocha, voleibol, basquetebol, malha ou mesmo para área de lazer
- apoiar as realizações de torneios esportivos municipais, estaduais, e até internacionais e os passeios a pé, de bicicleta, manhãs de recreio e ruas de lazer.
- criação de uma escola Municipal de Esportes, que desenvolva programas de iniciação esportiva para crianças e jovens, através do aproveitamento de espaços ociosos, como áreas livres de escolas públicas, igrejas, fábricas, e do uso múltiplo dos espaços e equipamentos urbanos;
- desenvolver programas especificos para idosos, deficientes e na área de saúde mental;

L) TURISMO

1.DIAGNÓSTICO

A potencialidade do municipio no setor de turismo está em seus recursos naturais, culturais e no grande desenvolvimento tecnológico da região. Com importante papel na geração de empregos e de impostos, o turismo será incentivado pela prefeitura, explorando a vocação da cidade como centro de congressos, convenções e feiras. Merecerá atenção prioritária o rio Piracicaba, como um todo, suas ilhas, suas margens, suas corredeiras, o salto, o mirante, o véu de noiva, a beira rio, e a rua do Porto, o engenho central.

O lazer e o turismo são atividades intimamente ligadas à melhoria da qualidade de vida e tem um papel fundamental no processo de integração da população, contribuindo efetivamente para o resgate da cidadania.

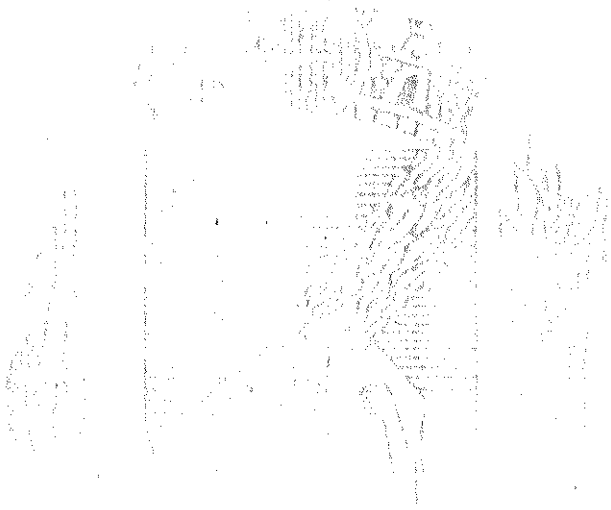
2.PROPOSTAS

- estimulo ao empresariado para construção do Centro de Convenções de Piracicaba e do Centro para exposições, feiras industriais e agropecuárias.

- estudo da melhoria do aeroporto municiapl, buscando-se intermediar contatos com segmentos empresariais interessados em sua utilização e às autoridades competentes.

- desenvolvimento do turismo social, através de programas voltados para os idosos, estudantes, trabalhadores, etc., incluindo programas de intercâmbio com outras cidades do Estado.

PROPOSTA PEDAGÓGICA PARA A REDE MUNICIPAL DE ENSINO



Cleusa Canto de Castro
Lisete T. Mora Braga
Silvana Bassan

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRACICABA
-1994-

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS 03
1- PRESSUPOSTOS TEÓRICOS.....09
2- O CURRÍCULO 22
3 - A ATIVIDADE NA IDADE PRÉ-ESCOLAR
.....31
4 - O JOGO E A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO.....32
4.1- Jogos de Ficção ou Faz de Conta 38
4.2- Jogos de Exploração e Transformação Dos Objetos e
Materiais.....39
4.3- Jogos do Movimento
.....40
5 - ARITMÉTICA
.....40
6 - AS CIÊNCIAS 41
7 - AS ARTES.....43
7.1- Expressão
Corporal.....44
7.2- A Música
.....44
7.3- As Artes
Plásticas.....45
8 - SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO
.....47
9 - PLANO DE AÇÃO 50
REFÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS
.....55

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Constituição Federal de 1988 em seu artigo 208, inciso IV determina como dever do Estado "o atendimento em creches e pré-escolas as crianças de 0 a 6 anos". A Lei Orgânica do Município de Piracicaba define, a partir disso, que o "município de Piracicaba, responsabilizar-se-á, prioritariamente, pelo ensino pré-escolar de zero à seis anos, só podendo atuar nos níveis mais elevados quando a demanda naquele nível estiver plena e satisfatóriamente atendida do ponto de vista qualitativo[1] e quantitativo".

Portanto, temos legalmente garantido o direito da criança de 0 a 6 anos a uma Educação gratuita e de qualidade.

É fato também que na prática esse direito não se efetiva nem na gratuidade e nem na qualidade.

Se nos reportarmos à história das creches, compreenderemos a complexidade que envolve a garantia desse direito - Educação Infantil gratuita e de qualidade.

Em "a Creche em busca de Identidade", HADDAD (1991) coloca que a origem da creche no século XIX acompanha a organização da família em torno da criança pequena. Ou seja, a creche surge para atender a mesma faixa etária em relação a qual a família ocupa espaço privilegiado. Portanto, sua evolução deu-se num campo que pertencia prioritariamente à família, o que gerava um antagonismo: quanto mais claramente definida a exclusividade da responsabilidade da família em face dos cuidados e educação da criança pequena, menor o espaço de legitimidade para a creche atuar nesse campo.Até hoje a organização e funcionamento das creches seguem os padrões de família e de maternidade, considerados ideais, conforme o lugar e o tempo histórico.

Nesse quadro, HADDAD formula duas hipóteses. A primeira é que: a creche tem ocupado o lugar da falta econômica e moral da família. Isto é, só pôde se definir enquanto instituição de atendimento à criança pequena, quando a família, de alguma forma, não estava cumprindo devidamente seu papel. A segunda hipótese, decorrente da primeira, é que a creche foi se modelando à sombra da família, já que sua função limitava-se a reproduzir aquilo que se idealizava que a família faria caso não faltasse.

[1] Grifo nosso.

A superação desse atual estágio implica em reconhecer a Educação Infantil, destinada às crianças de zero a seis anos, como primeira etapa da educação básica, indispensável à construção da cidadania e na adoção de diretrizes que orientem as ações de educação complementados pelas de saúde e assistência.

O Ministério da Educação e do Desporto, define as diretrizes para a elaboração de uma Política de Educação Infantil nos Municípios no documento que se denomina Política de Educação Infantil - Proposta, MEC Outubro de 1993:

"A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica e destina-se à criança de zero a seis anos de idade, não sendo obrigatória, mas um direito a que o Estado tem obrigação de atender.

As instituições que oferecem Educação Infantil, integrantes dos Sistemas de Ensino, são as creches e as pré-escolas, dividindo-se a clientela entre elas pelo critério exclusivo da faixa etária (zero a três anos na creche e quatro a seis na pré-escola).

A Educação Infantil é oferecida para, em complementação à ação da família, proporcionar condições adequadas de desenvolvimento físico, emocional, cognitivo e social da criança e promover a ampliação de suas experiências e conhecimentos, estimulando seu interesse pelo processo de transformação da natureza e pela convivência em sociedade.

As ações de educação, na creche e na pré-escola, devem ser complementadas pelas de saúde e assistência, realizadas de forma articulada com os setores competentes.

O currículo da Educação Infantil deve levar em conta, na sua concepção e administração, o grau de desenvolvimento da criança, a diversidade social e cultural das populações infantis conhecimentos que se pretendem universalizar.

Os profissionais de Educação Infantil devem ser formados em cursos de nível médio ou superior, que contemplem conteúdos específicos relativos a essa etapa da educação.

As crianças com necessidades especiais devem, sempre que possível, ser atendidas na rede regular de creches e pré-escolas.

Esse documento estabelece como objetivos imediatos:

I) a expansão da oferta de vagas para a criança de zero a seis anos;

2) o fortalecimento nas instâncias competentes da concepção de educação infantil definida no documento;

3) a promoção da melhoria da qualidade do atendimento em creches e pré-escolas."

A Secretaria Municipal de Educação de Piracicaba empenhada em assegurar a qualidade do atendimento em creches e pré-escolas municipais desencadeia com a elaboração desse documento, um processo de implementação de ações sistemáticas no sentido de garantir que todas as relações construídas no interior da creche e da pré-escola sejam educativas.

Essa concepção de Educação Infantil que integra as funções de educar e cuidar de crianças em instituições educativas complementares à família, exige que o adulto que atua nessa área seja reconhecido como um profissional. Segundo o documento do MEC, "isto implica que lhe devem ser assegurados condições de trabalho, plano de carreira, salário e formação continuada condizentes com seu papel profissional". Dentre as diretrizes para uma política de recursos humanos definidas pelo MEC, destacamos algumas que se referem aos que lidam diretamente com as crianças ou atuam na gestão ou orientação de creches e pré-escolas:

. A valorização do profissional de Educação Infantil, no que diz respeito às condições de trabalho, plano de carreira, remuneração e formação, deve ser garantida tanto aos que atuam nas creches quanto na pré-escola;

. Formas regulares de formação e especialização, bem como mecanismos de atualização dos profissionais de Educação Infantil deverão ser assegurados;

. A formação inicial, em nível médio e superior, dos profissionais de Educação Infantil deverá contemplar em seu currículo, conteúdos específicos relativos a esta etapa educacional;

. A formação do profissional de Educação Infantil, bem como a de seus formadores, deve ser orientada pelas diretrizes expressas neste documento.

Como se pode observar a elaboração de uma proposta pedagógica é o início de um longo caminho na busca da qualidade do atendimento à criança de 0-6 anos. Esse caminho só pode ser percorrido em

parceria, com o comprometimento de todos direta ou indiretamente envolvidos.

O processo de elaboração dessa proposta foi longo, e em muitos momentos, angustiante. A expectativa é grande, e isso nos faz sentir o tamanho da responsabilidade assumida por nós. Temos consciência, porém, que esta proposta só será construída na prática, quando cada um assumir o papel de autor e ator na busca deste grande e viável ideal de se tornar cidadão e sair do estado de imobilidade e desânimo em que todo o quadro do Magistério está imerso hoje.

Nesse processo muitos materiais e experiências nos foram enriquecedores. Gostaríamos, porém, de ressaltar duas experiências que nos foram particularmente importantes respectivamente na elaboração do referencial teórico e na definição do currículo. Primeiramente a experiência da Creche da Carochinha - USP, Ribeirão Preto, relatada no livro Creches: Crianças, Faz-de Conta e CIA, em segundo lugar, e não menos importante, o documento " Política de Creches - Diretrizes Pedagógicas", elaborado pela Secretaria Municipal do Bem-Estar Social de São Paulo que apresenta o resultado da reflexão teórica sobre a prática desenvolvida nas Creches Municipais da cidade de São Paulo.

EQUIPE TÉCNICA PEDAGÓGICA

JANEIRO/94

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Acreditamos que a importância das instituições educacionais, em geral, e da creche, em particular, na construção de uma sociedade autenticamente democrática se dá através da ampliação do acesso e da apropriação do acervo cultural da humanidade. A Educação, nesta perspectiva, deve ser um processo de construção de conhecimento no qual ocorrem, em condição de complementariedade, por um lado, os alunos e professores e, por outro, os problemas sociais atuais e o conhecimento já construído pelo homem.

Através da aquisição de conhecimento e habilidades indispensáveis, instrumentaliza-se os indivíduos tanto para a luta contra as desigualdades econômicas e sociais, quanto para a participação no processo de transformação social.

Para cumprir a sua principal função que é a socialização do acervo cultural da humanidade, uma prática pedagógica deve garantir uma aprendizagem efetiva dos alunos o que envolve apropriação crítica e produção de um conhecimento novo.

Suas principais características são:

- Uma forte base de pesquisa - a partir da análise do cotidiano escolar.

- Ela nasce da prática - articulação teória/prática numa perspectiva dialética, que supere a visão dicotômica entre o pensar e o agir, o conhecer e o fazer. Uma prática crítica e refletida.

- Tem um caráter de produção coletiva.

Dois grandes grupos de fatores se relacionam para a produção de uma prática pedagógica competente: os de caráter institucional e os de natureza especificamente pedagógica.

1) Caráter institucional:

- Maior participação dos professores nas decisões pertinentes à sua ação;

- Estilo mais democrático e menos formal da direção e da supervisão;

- Maior possibilidade de troca entre os professores;

- Utilização dos professores mais experientes para prestar auxílio técnico-pedagógico a seus colegas.

2) Natureza Pedagógica:

- Existência de atividades planejadas, mesmo quando não existe um plano formal escrito;

- Maior uso do mecanismo de apelo à afetividade, em geral revestido de um caráter marcadamente institucional;

- Prática do trabalho diversificado;

- Melhor utilização do tempo na sala de aula;

- Conhecimento e segurança sobre o conteúdo;

- Associação harmônica de atendimento grupal e individual;

- Ligação do conteúdo com a realidade dos alunos;

Estes fatores, segundo CANDAU (1993), emergem de práticas educativas consideradas bem sucedidas, portanto, são sínteses dinâmicas da teoria e da prática. Acrescentaríamos a estes fatores, a necessidade do educador ter consciência da concepção sobre o conhecimento (epistemologia) que determina sua prática.

Ao reafirmarmos a creche como um equipamento sócio-educacional que objetiva, especialmente, o desenvolvimento integral da criança, isto implica que a creche deve proporcionar educação, proteção, lazer, saúde e alimentação à criança pequena, liberando a mãe e o pai para inserção no mercado de trabalho e práticas sociais diversas, portanto evidencia-se a necessidade da elaboração de um projeto educacional para creches buscando superar a dicotomia entre cuidar e educar, entre educação e assistência, entre sujeito e objeto.

A realização de um projeto educacional significa facilitar à criança sua inserção no mundo e sua adaptação ao meio social a partir da compreensão que a criança consegue do mundo físico e do mundo dos adultos, avançando nos desafios cognitivos, construindo sua identidade, sua auto-estima de maneira inquieta e descobridora, recriando o conhecimento, e não sendo apenas depositária do saber ensinado. O trabalho com crianças pequenas tem, assim, por natureza, uma dimensão afetiva que se soma e

viabiliza a dimensão social e cognitiva, possibilitando a estruturaçao da proposta educacional.

Ao retomarmos às correntes epistemológicas que têm orientado o trabalho com crianças pequenas, podemos dizer que:

. para os empiristas, o conhecimento obtido pelo homem é baseado fundamentalmente nas informações sensoriais: a criança nasce como uma " tábua rasa" e a aprendizagem é obtida através dos estímulos do mundo exterior que sobre ela incidem;

. para os aprioristas, a capacidade inata da criança determina a possibilidade de obtenção de conhecimento. A criança, a partir de seu mundo interno, faz desabrochar seu potencial, não importando muito as condições ambientais;

. já os interacionistas buscam a síntese, entendendo que há uma interação indissociável entre as experiências da criança e o meio (aprendizagem) e seu raciocínio.

A nossa compreensão pedagógica entende que a construção do conhecimento não resulta apenas do ato adulto de ensinar mas da iniciativa da criança em sua ação sobre o meio, num processo de interação criança-criança e adulto-criança que permita a construção das noções de objeto, tempo, espaço e relações entre as coisas.

Há, portanto, necessidade de oferecer à criança um ambiente estimulador e atraente, tanto no que se refere à sua organização, quanto às pessoas e aos objetos do conhecimento a serem gradativamente oferecidos, respeitando suas possibilidades e inquietações.

A construção do conhecimento, na perspectiva socio-interacionista é o resultado da interação dos seguintes fatores:

. as características biológicas, que têm influência, mas não são as únicas responsáveis pela estruturação pronta e acabada da criança;

. as transmissões sociais que têm por base o conhecimento acumulado pela humanidade;

. as possibilidades que a criança tem de extrair, criar e recriar conhecimento, a partir de suas experiências interativas com o meio.

A concepção interacionista considera que os dois elementos: o biológico e o social, não podem ser dissociados e exercem influência mútua. As características biológicas preparam a criança para agir sobre o social e modificá-lo, mas esta ação termina por influenciar na

construção das próprias características biológicas da criança. Além disso, o interacionismo defende a reciprocidade de influência também entre o indivíduo e o meio.

Vê a aquisição de conhecimentos como um processo construído pelo indivíduo durante toda a sua vida. O desenvolvimento se constrói na e pela interação da criança com outras pessoas de seu meio ambiente, particularmente com aquelas mais envolvidas afetiva e efetivamente em seu cuidado. Experiências anteriores servem de base para novas construções, as quais dependem da relação que o indivíduo estabelece com o ambiente numa situação determinada.

Especial importância é atribuída então ao fator humano presente no ambiente. É através da interação com outras pessoas, adultos e crianças, que desde o nascimento, o bebê vai construindo suas características: modo de agir, pensar, sentir e sua visão do mundo, seu conhecimento. Assim sendo, a idéia de interação, ou seja, ação partilhada, que envolve as ações de, no mínimo, duas pessoas, é destacada; a interação é influenciada por características de ambos os parceiros. A contribuição da criança evidentemente dependerá de seu nível de desenvolvimento, o qual, por sua vez, irá influenciar na resposta da mãe ou daquele que dela cuida.

O adulto assume importante papel de mediador na relação da criança com o meio. Suas expectativas quanto às habilidades da criança variam muito conforme o grupo social ou a cultura da qual faz parte. Essas expectativas fazem com que perceba e atribua significados diferentes aos comportamentos das crianças, agindo com elas de formas diversas e organizando o ambiente de maneiras diversas, de forma a favorecer o desenvolvimento de comportamentos que consideram apropriados para essa idade. Essas decisões obviamente terão consequências diversas para o desenvolvimento das crianças.

Trata-se, assim, de organizar o trabalho na creche, planejando-o para que a criança, a seu tempo e a seu modo, construa significados sobre o mundo das relações sociais e dos fenômenos naturais, elabore posteriormente hipóteses sobre os códigos impressos e aprenda a ler e a escrever, num campo protegido e livre, onde possa ir paralelamente construindo sua identidade, desenvolvendo sua personalidade, dando e recebendo carinho, afeto e colo.

O trabalho pedagógico dirigido à criança pequena na creche tem, pois, como pontos norteadores básicos:

. o reconhecimento e inserção da criança do/no mundo físico, social e cultural;

. as possibilidades de expressão, representação e comunicação da criança;

O planejamento da ação pedagógica objetiva criar condições para que as crianças, em todas as faixas etárias, descubram, elaborem hipóteses e construam conhecimento, em todas as situações, nas salas, no refeitório, no páteo, no banheiro, na descoberta da brincadeira, do faz-de-conta, do livro, do desenho, construindo e reconstruindo cenas, num processo contínuo de acesso aos materiais e às informações, possibilitando o alicerçar da identidade, sem marcas apriorísticas de deficiente, defasada ou carente.

Planejar a ação pedagógica da creche significa ter muito claro princípios metodológicos do construtivismo, quais sejam:

. a criança é produtora de conhecimento;

. a criança aprende mediante diferentes fontes de informação;

. o educador é mediador da relação criança X objeto de conhecimento;

. é necessário considerar os momentos cognitivos da criança;

. a criança duvida, se enquieta, pergunta, responde, decide.

É necessário compreender que o desenvolvimento infantil assume características peculiares em cada criança, razão pela qual não devemos estabelecer modelos únicos de trabalho para cada faixa etária, em cada dia da semana, durante um ano de trabalho, em todas as instituições educacionais da Rede Municipal. Trabalhamos com uma imensa diversidade de regiões, de famílias, de crianças e de educadores: famílias com valores culturais, religiosos, morais e institucionais distintos: crianças que nos chegam aos 3 anos ou aos 3 meses; crianças nutridas e desnutridas; crianças de famílias completas ou incompletas; famílias lutadoras ou conformadas; crianças muito amadas ou rejeitadas; crianças frutos do planejamento ou do acaso; crianças nas quais está depositada a expectativa do futuro melhor para a família ou para elas próprias; educadores interessados e "ligados" no

desenvolvimento da criança, ou dela muito desinteressados; educadores que incentivam o desabrochar da energia infantil, ou que apostam tudo no silêncio e disciplina no interior das creches; educadores livres ou educadores subalternos; educadores que acreditam que a criança constrói conhecimento e educadores que entendem que a criança apenas aprende, a partir da transmissão de seu saber irrefutável.

Este quadro diverso, exige apoio nas referências que aqui vão sendo apontadas, criatividade e intencionalidade no planejamento do trabalho de cada creche, de cada região, construído com o coletivo dos funcionários, famílias e usuários de creches.

Os objetivos do trabalho da creche, no sentido mais amplo e profundo do conceito de educação, são: informação, formação e proteção. No plano específico do trabalho pedagógico - propiciar, de forma sistemática, intencionada e organizada, o acesso da criança ao saber acumulado, reconstruindo-o. Delimitam-se dois objetivos, a serem alcançados pelas crianças, no trabalho em parceria com adultos:

. construção do conhecimento de si e do mundo, de forma a viabilizar o desenvolvimento de sua autonomia pessoal, social e intelectual.

A intencionalidade do trabalho dos adultos significa disponibilizar à criança os conhecimentos socialmente construídos, estimulando, metodologicamente, a sua reconstrução e apropriação.

E o que se entende por conhecimento socialmente construído? Estamos falando de tudo o que a Humanidade historicamente construiu, reconstruiu e perenizou. Estamos falando de intencionada e organizadamente propiciar às crianças, a decodificação, interrogação e apropriação dos objetos sociais de conhecimento, no compasso do significativo, em cada etapa do desenvolvimento infantil.

Para que isso se torne concreto, exige-se do educador:

. clareza de intenções no planejamento do trabalho pedagógico. Professores e Monitores têm o papel fundamental de trabalhar com a criança no processo de apropriação e reconstrução dos objetos sociais de conhecimento;

. envolvimento do coletivo dos funcionários. Conhecer significa tirar as cobertas das coisas, dos conceitos e dos valores, perguntando-lhes explicações, re-significando entendimentos, reconstruindo conhecimentos. Exige o envolvimento e a adesão de todos os funcionários e

de todas as crianças, impulsionando planejamentos e atividades vivas, seja na ação cotidiana, seja na avaliação conjunta e contínua do processo e dos produtos do trabalho de todos e de cada um;

. discussão e envolvimento do coletivo de pais, no movimento de apropriar-se do trabalho proposto para as crianças. A família e a creche têm papéis convergentes, divergentes, semelhantes e distintos na formação das crianças, exigindo a dinâmica de um "corredor" de entendimento, acompanhamento e avaliação do trabalho desenvolvido pela creche (SEBES, 1992).

A partir dessas explanações evidenciamos nossas concepções sobre Educação, Creche, Criança, Desenvolvimento e Aprendizagem. Nossas convicções adquirem maior consistência e sustentação a partir da elaboração da proposta de Política de Educação Infantil elaborada pelo MEC em outubro de 93 a qual explicita as seguintes diretrizes pedagógicas:

"A melhoria da qualidade da Educação Infantil requer a implementação de ações sistemáticas, garantindo que todas as relações construídas no interior da creche e da pré-escola sejam educativas. Disto decorre a necessidade de que estas instituições norteiem seu trabalho numa proposta pedagógica fundamentada na concepção de criança e de educação infantil e nos conhecimentos acumulados sobre os processos de desenvolvimento e aprendizagem na primeira etapa da vida humana.

Nas diretrizes pedagógicas que aqui são explicitadas, a criança é concebida como um ser humano completo que, embora em processo de desenvolvimento e, portanto, dependente do adulto para sua sobrevivência e crescimento, não é um "vir a ser". Ela é um ser ativo e capaz, motivado pela necessidade de ampliar seus conhecimentos e experiências e de alcançar progressivos graus de autonomia frente às condições de seu meio.

A criança, como todo ser humano, é um sujeito social e histórico; pertence a uma família, que está inserida numa sociedade, com uma determinada cultura, em um determinado momento histórico. É profundamente marcada pelo meio social em que se desenvolve, mas também o marca, o que lhe confere a condição de ser humano único, de indivíduo. A criança tem na família - biológica ou não - um ponto de referência fundamental, apesar da multiplicidade de interações sociais que estabelece com outras instituições sociais.

O desenvolvimento psicológico ocorre através das interações estabelecidas entre a criança e seu meio físico e social. Nesta interação, ela ativamente modifica seu ambiente e é por ele modificada. A interação com outras pessoas, adultos e crianças, exerce um papel preponderante no desenvolvimento infantil e na construção do conhecimento, sendo mais efetiva quando se dá de forma lúdica e afetiva, e, portanto, prazerosa. O desenvolvimento e a identidade também se constróem na interação com os outros, sendo a primeira infância momento fundamental neste processo.

É importante ter-se em conta que, embora o desenvolvimento infantil siga processos semelhantes em todas as crianças, obedece a ritmos e modos individuais peculiares a cada uma delas.

As particularidades desta etapa de desenvolvimento exigem que a Educação Infantil cumpra duas funções complementares e indissociáveis: cuidar e educar, complementando os cuidados e a educação realizados na família ou no círculo da família. A educação nesta fase visa, de forma integrada, (1) favorecer o desenvolvimento infantil, nos aspectos físico, motor, emocional, intelectual e social (2) promover a ampliação das experiências e dos conhecimentos infantis, estimulando o interesse da criança pequena pelo processo de transformação da natureza e pela dinâmica da vida social, e, (3) contribuir para que sua interação e convivência na sociedade seja produtiva e marcada pelos valores de solidariedade, liberdade, cooperação e respeito.

As diretrizes que norteiam uma proposta coerente com as condições já explicitadas devem ser traduzidas em ações pedagógicas que:

. considerem que a atuação do adulto-incentivando, questionando, propondo e facilitando o processo de interação com outras crianças - é de vital importância no desenvolvimento e construção do conhecimento pela criança;

. ofereçam oportunidades várias que desafiem o raciocínio e permitam à criança descobrir e elaborar hipóteses, porque é neste embate que ela percebe o sentido e o significado do mundo que a cerca e elabora sua identidade;

. estimulem a consolidação de oportunidades para a transmissão e construção de conhecimentos, o enfrentamento independente de

problemas, o uso das várias formas de expressão e de exploração do meio ambiente, físico e social;

. ofereçam oportunidades de fortalecimento de auto-estima e de construção da identidade;

. respeitem e incorporem a diversidade de expressões culturais existentes na sociedade, dando oportunidade à criança de acesso a um universo cultural amplo, rico, estimulante e diversificado;

. levem em conta que o brincar constitui uma forma privilegiada de aprender e que o ambiente lúdico é o mais adequado para envolver criativamente a criança no processo educativo;

. valorizem o trabalho cooperativo, pois ele propicia o confronto de pontos de vista, a possibilidade de divisão de responsabilidades e funções e o desenvolvimento da solidariedade.

. combinem a atuação educativa de grupo às necessidades e ritmo particulares de cada criança.

A implementação de uma proposta pedagógica pautada nessas diretrizes exige que o educador tenha uma intenção educativa, organizando o ambiente, planejando, por iniciativa própria e com as crianças, as experiências de aprendizagem, sugerindo e coordenando as atividades e dando encaminhamento às propostas das crianças. Sua função é de mediador, iniciando ou propondo atividades, lançando desafios a partir da avaliação do que está acontecendo com as crianças a cada momento, suas expectativas, desejos e necessidades, e seu nível de desenvolvimento e aprendizagem. O educador deve assegurar a realização de aprendizagens em que os novos conteúdos se relacionem com o que a criança já sabe e que propiciem o interesse pela utilização efetiva das mesmas".

O CURRÍCULO

Se estamos entendendo que, no seu processo de desenvolvimento, a criança vai estruturando sua personalidade, construindo e reconstruindo conhecimentos, na interação parceira com outras crianças e com adultos intencionados, estamos subentendendo que esse processo não ocorre sem direção e sem organização. É preciso organizá-lo, planejá-lo, parametrá-lo.

Uma concepção dinâmica e ampliada de currículo entende que todos os momentos e todas as ações sistematizadas que se desenvolvem na creche e pré-escola são momentos em que as crianças vão se estruturando em direção à autonomia e à ampliação do conhecimento de si e do mundo, na apropriação dos objetos sociais de conhecimento. Esses objetos sócio-culturais são conjuntos de conhecimentos construídos pelos homens, em sociedade, através da história, por exemplo a Aritmética, a Língua escrita, a Física e a Música.

Um currículo para creches representa, portanto, o conjunto de atividades e conteúdos dirigidos a todas as crianças de 0 a 6 anos e adequados, em sua apresentação e profundidade, a realidade de cada grupo, incluindo organização do espaço, rotinas e o trabalho coletivo.

É com base nesses princípios que situamos nossa proposta de um currículo para creches e pré-escolas.

A organização do espaço deve refletir a crença de que as crianças aprendem melhor num ambiente estimulante, mas organizado, no qual elas possam fazer escolhas e agir sobre elas. Para organizar um ambiente de aprendizagem devemos ter uma organização básica do espaço e dos materiais, de modo a acomodar um número de áreas (ou cantos) de trabalho bem definidas, com quantidade adequada de materiais apropriados a cada uma delas. Elas devem estar logicamente organizadas, facilmente localizáveis e acessíveis, permitindo às crianças atuar de forma independente e exercer o máximo controle possível sobre seu ambiente. Assim, o tamanho das salas e dos espaços abertos, a densidade de ocupação de uma área número de crianças e adultos disponíveis, a existência de áreas de atividades são alguns fatores que possibilitam maior ou menor oportunidade de interação. Áreas semi-abertas criadas por divisórias de pouca altura permitem às crianças, especialmente às menores, certificarem-se

pelo olhar que a educadora está por perto e possibilitem que um número reduzido de parceiros se reúna em torno de uma zona de brinquedos estruturadora de atividades (LEGENDRE, 1985). Tais zonas podem ser um escorregador, uma casinha de bonecas, um canto para guardar carrinhos como que numa garagem, etc.

Os objetos disponíveis para brincar são fundamentais. Podem ser escorregador, gangorra, trepa-trepa, casinha de boneca ou de índios, pneus, grandes caixas de papelão ou madeira, bolas, cordas,

indumentárias, máscaras, carros, bonecos, mobiliário infantil, sucata variada (como potes, panos, tampas, caixas), jogos de armar, gravuras, livros e discos de histórias infantis e muitos outros.

Entretanto, como a relação criança-meio não é determinação abstrata, mas de constituição recíproca, não se pode pensar que o arranjo de condições externas, atua igualmente sobre todos os alunos, mesmo os de mesma idade. Também não basta deixá-los em qualquer ambiente, acreditando que extrairão dele sempre boas experiências para se desenvolverem. Tal arranjo é um processo contínuo. Deve ser objeto de atenção, não para restringir as iniciativas e estabelecer padrões rígidos de conduta a serem obedecidos pelo professor e pelos alunos, mas para favorecer as interações interpessoais e o jogo infantil. Possibilita ainda ao professor, aumentar sua disponibilidade para ter uma atuação mais individualizada. (OLIVEIRA, Z., 1990).

É importante o educador ir conhecendo os alunos, observando como eles ocupam o espaço físico, como diferentes objetos são por eles utilizados, as situações em que as interações entre alunos são mais prolongadas, as atividades em que eles mais se envolvem. Assim, o educador pode compreender cada aluno identificando seus objetivos, sua forma de aprender, de interagir e de brincar com os colegas e interagir com ele nas situações que criam juntos, apoiando-o, perguntando-lhe, respondendo-lhe, escutando-o, incentivando-lhe, entregando-lhe objetos, pegando-o no colo ou rindo com ele (OLIVEIRA, Z., 1990).

Uma rotina diária consistente e flexível ajuda as crianças a atender e a predizer a ordem de eventos em seu dia-a-dia e oferecer-lhes experiências concretas com as relações de tempo. Saber o que vem a seguir possibilita às crianças trabalharem com segurança no dia-a-dia. Essa "lealdade" à rotina provê um ambiente de aprendizagem que possibilita as crianças desfrutarem da oportunidade de fazer decisões independentes e desenvolver um senso de responsabilidade por suas ações (HADDAD, 1992).

A rotina diária deve prever oportunidades para uma variedade de interações entre crianças e seus pares e entre estas e os adultos. As crianças devem ter tempo para trabalharem sozinhas, individualmente, com o adulto, em pequenos e grandes grupos. As crianças também devem trabalhar em muitos ambientes diferentes: nas áreas de interesses (cantos), durante os passeios e na área externa. Essa proposta pressupõe que a

interação social exerce uma influência importante sobre o desenvolvimento sócio-emocional de crianças pequenas, uma vez que lhes permite aprender sobre as idéias e pontos de vistas dos outros.

Um equilíbrio entre as atividades iniciadas pelo adulto e pela criança deve ser garantido. As crianças devem ter oportunidades de fazer escolhas, de aprender a partir de seus próprios interesses e idéias mas o educador deve estar intimamente envolvido em todo o processo. Quando é o adulto quem escolhe e introduz os materiais, não deve existir nenhuma expectativa que toda criança deva fazer exatamente a mesma coisa com estes. As crianças devem ser encorajadas a contribuir com idéias e resolverem de sua própria maneira, os problemas apresentados pelo adulto. Assim propomos que os componentes básicos de uma rotina diária devam ser: planejamento das atividades, trabalho (a hora do fazer), a arrumação, revisão, grande grupo, pequeno grupo, e área externa.

O delineamento de um currículo para as instituições educacionais municipais visa possibilitar o trabalho ativo e interativo das crianças, com parceiros infantis e adultos, em torno de atividades voltadas para a construção de conhecimento dos objetos sócio-culturais representados por:

. LÍNGUA PORTUGUESA (a linguagem e o pensamento);
. O JOGO E A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO;
. ARITMÉTICA;
. CIÊNCIAS;
. ARTES (Expressão Corporal, Música, Artes Plásticas);

Entendemos que os conteúdos que devam compôr esse currículo para crianças de 0 a 6 anos apresentam-se inter-relacionados, e não de forma compartimentada ou separadas, como aqui foram apresentadas apenas para facilitar sua compreensão.

LÍNGUA PORTUGUESA
(a linguagem e o pensamento)

O desenvolvimento da linguagem, podemos dizer, se inicia no nascimento, quando o bebê entra em contacto com uma diversidade de sons ambientais e, mais especificamente, com a fala do adulto, nos momentos de interação afetiva e de atendimento às suas necessidades. Essas primeiras

trocas estimulam os órgãos dos sentidos do bebê (tato, olfato, paladar, visão, audição), que vão se diferenciando com o passar do tempo, no caminho de seu desenvolvimento.

A linguagem é um dos instrumentos promotores da orientação da ação, da organização das experiências, da construção na constituição do sujeito, enquanto ser social que negocia significados e adia a satisfação imediata de algumas de suas necessidades.

É o adulto que atribui os primeiros significados as ações da criança (de acordo com padrões culturalmente aceitos) e ao mundo que a cerca, interpretando (ou traduzindo) o que se passa, e sua postura abrirá o campo às dúvidas, inquietações e recriações das normas pela criança.

As perguntas que o educador formula para a criança são estimuladoras do desenvolvimento do pensamento lógi co-causal, possibilitando-lhe uma reelaboração de sua fala, para que seja entendida.

As trocas linguísticas, a conversa, a fala espontânea são, pois, essenciais, e acontecem em muitos momentos do dia-a-dia da creche, além daqueles previamente planejados para esse fim. Um dos momentos privilegiados para esse trabalho é a "hora da roda", quando as crianças contam novidades, ouvem histórias, cantam, planejam e avaliam o dia.

A escrita é uma forma de representação do mundo, assim como a imitação, o jogo dramático, as brincadeiras, o desenho e a fala. As crianças não são seres passivos que esperam o momento determinado pelo adulto para lançar-se à aventura de escrever: são sujeitos de ação e não pedem licença para estabelecer suas hipóteses, na tentativa de entender o mundo, expressá-lo e expressar-se.

Trazer para o espaço da creche a preocupação com a alfabetização das crianças é reconhecer e ampliar a responsabilidade com o desenvolvimento infantil, e tornar muito real o projeto educacional que intenciona propiciar aos setores mais pauperizados a conquista efetiva da cidadania.

Emília Ferreiro, ao desvendar as raízes do analfabetismo, trouxe enorme contribuição a essas duas dimensões da responsabilidade com a alfabetização, desmistificando a questão das carências culturais, e apontando para o ensino discriminatório, parametrado pelos valores e possibilidades das classes dirigentes.

É no ambiente familiar, nas suas relações sociais, nos contatos com o meio, que a criança inicia o seu processo de aprendizagem da escrita. Conviver, no seu cotidiano, com pessoas que lêem habitualmente, ter contacto com a palavra escrita, representa para a criança a possibilidade de descobrir a função social da escrita - comunicação, registro, expressão de sentimentos - passo essencial no processo de aprendizagem, é desse ponto fundamental que a criança parte para a formulação de hipóteses, através das quais refaz e recria a trajetória histórica de construção da língua.

Favorecer o convívio com a palavra escrita, introduzi-la no cotidiano, criar um ambiente alfabetizador, é tarefa fundamental da creche, num trabalho comprometido com o processo - crianças alfabetizando-se - e não com o produto - crianças alfabetizadas.

Fazer da creche um ambiente alfabetizador significa aproveitar todas as oportunidades para introduzir a palavra no cotidiano das crianças, o que pode ser feito através de uma infinidade de situações:

. ler livros de histórias para as crianças, desde bem pequenas, ao invés de apenas contá-las;

. registrar fatos, ações, sentimentos;

. fazer relatos de atividades;

. registrar e veicular informações;

. afixar textos nas paredes das salas;

. estabelecer comunicação, através de bilhetes, com crianças, monitoras e professores de outros grupos e com pais;

. escrever o nome de cada criança, identificando seus objetos pessoais, bem como seus trabalhos produzidos. Nesse sentido, lembramos que, para Emília Ferreiro, o reconhecimento do nome tem fundamental importância, sendo a primeira forma escrita estável sobre a qual a criança começa a levantar questões sobre as características específicas da palavra escrita;

. fazer e afixar, nas salas, quadros com as atividades do grupo.

Essas e outras atividades que visam promover o contacto da criança com a palavra escrita devem contar, sempre, com a participação das crianças, seja de forma ativa - quando tiverem condições - seja acompanhando a confecção e leitura dos textos pelo educador.

Emília Ferreiro marcou o aspecto construtivo no aprendizado da escrita, concebida como um sistema e representação da linguagem, cujo processo a criança reinventa.

Desse ponto de vista, segue com certa regularidade o mesmo percurso:

. em um período inicial ela não faz distinção entre o desenho e a escrita;

. no segundo momento, ela se detém nas propriedades - qualitativamente e quantitativamente - do texto, a partir das quais ele se torna legível;

. o terceiro momento acontece quando a criança busca estabelecer diferenciações entre as escritas produzidas, para indicar sentidos diversos. Esse período começa com a escrita pré-silábica, depois a silábica, seguindo-se a silábico-alfabética e finalmente a alfabética.

É no período silábico que a criança passa a compreender que a escrita representa a fala.

Além de conservar características do período anterior, ela elabora a hipótese de que a cada sílaba oral deve corresponder uma letra escrita.

O período seguinte - silábico-alfabético - caracteriza-se por uma escrita mista, onde a criança, ao mesmo tempo, usa uma letra ou uma sílaba escrita para corresponder a uma sílaba falada.

Vale observar que as hipóteses construídas pela criança, na tentativa de compreender a língua escrita, contém em si inúmeros conflitos e contradições que vão se explicitando e sendo superados na comparação com a escrita alfabética convencional.

Nesse processo são fundamentais a produção escrita da criança e o acompanhamento atento do educador que, registrando sistematicamente, fazendo observações e levantando questões, contribui para que a criança perceba e supere mais facilmente os conflitos, avançando para a escrita alfabética, para alfabetizar-se.

A Atividade na Idade Pré-Escolar

As formas de atividades mais comuns na idade pré-escolar são as de natureza estética e lúdica. Ambas se mesclam nas realizações do

cotidiano da criança, e sua grande frequência neste período, como já vimos, está relacionada ao desenvolvimento da fundação simbólica.

Convém observar, entretanto, que nem toda atividade que a criança realiza implica necessariamente movimentação e verbalização. Às vezes, mesmo estando quieta e parada, a criança está realizando uma atividade importante: a de observar atentamente uma situação qualquer para entendê-la.

O JOGO E A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO

Uma proposta educacional para a educação infantil deve considerar, dentre outros aspectos, um referencial teórico sobre o desenvolvimento infantil.

Na perspectiva sócio-interacionista, elaborada a partir dos trabalhos de WALLON (1959, 1972), VIGOTSKY (1979, 1984) e MEAD (1934), o desenvolvimento humano ocorre através da ação do indivíduo sobre o meio, sendo na interação sujeito-mundo, especialmente nas relações inter-pessoais que se dão a gênese das estruturas de pensamento, a construção do conhecimento e a constituição de si mesmo como sujeito. É, portanto, na ação prática que se forma o Homem, na interação com pessoas e com objetos nas diferentes situações e depois, na interação também com representações construídas a partir daquelas interações. Tal perspectiva destaca o papel do outro, da exploração de objetos, da emoção, da linguagem e do jogo no desenvolvimento infantil.

Destaque especial é dado à brincadeira ou ao jogo[2] enquanto atividade nuclear de desenvolvimento da criança pequena, sendo portanto, lúdico o processo de aprendizagem da criança até os seis anos, indo continuamente da fantasia para a realidade, e vice-versa. Deve ser rico de experiências para a exploração ativa compartilhadas por crianças e adultos e onde as relações sociais estabelecem o diálogo como forma de construção do conhecimento. Tais experiências representam improvisação, descoberta, criação, construção conjunta de significados no aqui-e-agora das situações.

[2]O termo "brincar"serve para designar o conjunto de atividades que se assemelham entre si por seu caráter lúdico. Geralmente os termos mais utilizados são "jogo"ou "brincadeira"sendo que as definiçoes variam de uma área do conhecimento a outra e mesmo entre teóricos de uma mesma área.

O brincar e a arte tem uma identidade em termos da natureza da ação que eles implicam. Na criança, no período de desenvolvimento que designamos como pré-escolar, estas duas formas de atividade humana se mesclam continuamente. Este fato se deve em grande parte à finalidade da ação que o ser humano realiza nos primeiros anos de vida, a qual visa, essencialmente à constituição da função simbólica, ou seja, à criação de símbolos.

Através da brincadeira a criança cria constantes possibilidades de agir sobre o mundo, através dos papéis que ela assume.

Segundo VIGOTSKY (1986), o brinquedo é o mundo ilusório e imaginário onde os desejos não realizáveis podem ser realizados, aprendendo a agir numa esfera cognitiva em vez de uma esfera visual externa, dependendo das motivações e tendências internas e não dos incentivos fornecidos pelos objetos externos.

Além de possibilitar o exercício que é próprio no processo de desenvolvimento e aprendizagem, brincar é uma situação em que a criança constitui significados, sendo forma tanto para a assimilação dos papéis sociais e compreensão das relações afetivas que ocorrem em seu meio, como para a construção do conhecimento das mais diversas ordens. Brincar, portanto, é fonte de lazer, mas é simultaneamente, fonte de conhecimento.

De acordo com a concepção sócio-interacionista, a Pré-Escola tem função de promover a construção de conhecimentos, pois desta construção depende o próprio processo de constituição dos indivíduos que a frequentam. O que existe de específico na Pré-Escola, em comparação com os outros níveis da Educação, é o recorte que é feito do conhecimento a ser ensinado, de forma que ele se amolde às possibilidades reais e potenciais das crianças, porém, na forma de encarar o conhecimento, a Pré-Escola não deve diferir dos outros níveis de ensino uma vez que a aprendizagem geralmente ocorre quando se problematiza o conhecimento para o aluno, colocando a ele uma questão básica que suscite um processo de aprendizagem, existindo numerosas maneiras de se problematizar um mesmo conteúdo.

Segundo essa concepção o pensamento vem da atividade e as atividades envolvidas no processo de aprendizagem são observação, experimentação, reflexão, organização (através da fala, escrita, desenho, movimento) e apresentação do conhecimento adquirido. Só existe aprendizagem quando a criança vivência esse processo como um todo.

É a partir desta perspectiva mais abrangente do processo de constituição do indivíduo como ser social, afetivo e cognoscente que, segundo LIMA (1991), devemos pensar o papel do jogo e da brincadeira na Pré-Escola. Ao considerar a Escola enquanto instituição que tem como objetivo possibilitar ao educando a aquisição do conhecimento formal e o desenvolvimento dos processos de pensamento, onde a criança aprende a forma de se relacionar com próprio conhecimento, ela afirma que brincar na Escola não é exatamente igual a brincar em outras situações, porque a vida escolar é regida por algumas normas que regulam as ações das pessoas e as interações entre elas e, naturalmente, estas normas estão presentes, também, na atividade da criança. Assim, as brincadeiras e os jogos têm uma especificidade quando ocorrem na Escola, pois são mediadas pelas normas institucionais (disciplina, ocupação do espaço, as expressões de afeto e os conflitos, a figura do adulto), não cabendo à Escola repetir o cotidiano que a criança vivencia fora dela sendo, portanto, equivocada a reprodução do cotidiano na Escola. Incluir o jogo e a brincadeira na Escola tem como pressuposto, então, o duplo aspecto de servir ao desenvolvimento da criança, enquanto indivíduo, e a construção do conhecimento, processos estes intimamente interligados.

A Escola tem, portanto, a função de levar a criança em qualquer nível de ensino e período de desenvolvimento,a obter experiências e informações que enriquecem seu repertório, bem como procedimentos metodológicos que permitam integrar sucessivamente estes novos conhecimentos àqueles que a criança já detém. Isto implica, segundo Lima, necessariamente, trabalhar com o instrumental que a criança dispõe em cada etapa de seu desenvolvimento, ou seja, com as formas de intervir e aprender o real e com o imaginário que o ser humano vai adquirindo ao longo da vida.

O brincar, como forma de atividade humana que tem grande predomínio na infância, encontra, assim, seu lugar no processo educativo. Sua utilização promove o desenvolvimento dos processos psíquicos dos movimentos, acarretando o conhecimento do próprio corpo, da linguagem e da narrativa, e a aprendizagem de conteúdos de áreas específicas, como as Ciências Humanas e Exatas.

LIMA (1991) aponta, porém limites na utilização do jogo e da brincadeira, visto que atividades de outras naturezas úteis à sistematização de um conteúdo e à construção e/ou ampliação de um conceito, precisam estar

presentes, tais como leitura de textos de apoio, discussão entre crianças, debates com adultos, filmes, documentos, observação, experimentação direta, etc, considerando que o processo de aprender inclui a ação, a reflexão da ação e a sistematização do conhecimento. Portanto, o brincar, como grande recurso para o professor de Pré-Escola, deve ser parte integrante do planejamento, e não todo o planejamento.

Nesta perspectiva, a ação do educador deve ser, antes de tudo, refletida, planejada e, uma vez executada, avaliada. Sua ação deve se orientar no sentido de ampliar o repertório das crianças, não só do ponto de vista linguístico, como também do cultural. Cabe ao educador a tarefa de alimentar o imaginário infantil, de forma que as atividades das crianças se enriqueçam, tornando-se mais complexas.

No planejamento precisam ser explicitados os conceitos a serem desenvolvidos, os conteúdos a serem trabalhados e expectativas de realização das crianças. A partir desta definição, deve-se selecionar o tipo de atividade que poderá ser utilizado para atingir tal fim, o qual poderá ser alguma forma de jogo ou de expressão artística.

Ao educador cabe, então, tendo em vista a compreensão e o conhecimento da evolução das crianças, pensar que tipo de atividade propor, tendo clareza de intenção, isto é, sabendo o que as crianças podem desenvolver com a atividade proposta. Um segundo ponto, também fundamental, é o encaminhamento da atividade, ou seja, a definição de como ela será realizada, prevendo a ocupação do espaço e o limite do tempo, de acordo com a natureza da própria atividade, permitindo a realização dos movimentos em sua amplitude. É importante considerar que o tempo que a criança leva para realizar uma determinada atividade nem sempre coincide com a expectativa do adulto. O tempo da atividade da criança é definido pela própria atividade e não por fatores externos. Um adulto que não considera esse aspecto pode inadvertidamente interromper a atividade da criança por estar preso a um intervalo que é ditado por normas outras que são a natureza da atividade em si.

O brincar na Escola tem também uma função informativa para o professor na medida que ao observar uma brincadeira e as inter-relações, entre as crianças em sua realização, o educador aprende bastante sobre seus interesses, podendo perceber o nível de realização em que elas se encontram, suas possibilidades de interação, sua habilidade para conduzir-se

de acordo com as regras do jogo, assim como suas experiências do cotidiano e as regras de comportamento revelados pelo jogo de "faz-de-conta".

A partir de suas observações, o educador terá condições de programar atividades pedagógicas que desenvolvem os conceitos que as crianças já estão constituindo e que sejam adequadas as possibilidades reais de interação e compreensão que elas apresentam em determinado estágio de seu desenvolvimento.

O brincar da criança, visto do prisma aqui apresentado não pode ser considerado uma atividade complementar a outras de natureza dita pedagógica, mas sim como atividade fundamental para a constituição de sua identidade cultural e de sua personalidade.

Dentre as modalidades de jogos e brincadeiras encontramos, neste período, os jogos de ficção ou de faz-de-conta, os de exploração e transformação dos objetos e materiais e os de movimento.

Jogos de Ficção ou Faz-de-Conta

O faz de conta é uma atividade que a criança pode exercer sozinha, em diades ou em grupos de três ou mais crianças. Ele pode organizar-se tanto em função de brinquedos, objetos presentes no cotidiano, objetos não- estruturados, como em função de expressões e ações corporais. A organização e a duração do faz de conta podem variar de acordo com a quantidade de objetos e sua possível partilha entre os parceiros, com os espaços e sua divisão com a presença ou não de adultos.

No jogo simbólico, as crianças podem assumir diferentes papéis, introduzir objetos ausentes, pretender a presença de bichos, pessoas e objetos sem algo que os indique. Elas podem, ainda, dar vida a objetos inanimados e simular fenômenos naturais, atividades cotidianas e de lazer, tarefas domésticas, profissões dos adultos.

Embora se fale muito da espontaneidade da criança, a complexidade do brincar de faz-de-conta depende, na verdade, das experiências pelas quais ela passa, que enriquecem seu repertório e nutrem seu imaginário.

Jogos de Exploração e Transformação dos Objetos e Materiais

Construir, destruir, transformar objetos leva a criança a conhecer as propriedades dos materiais, constituindo conceitos de peso, textura e tamanho (altura, largura e espessura). Uma vez constituídos estes conceitos, a ação da criança no meio será modificada. Assim, a criança, através de um trabalho ativo com os mais diferentes objetos e materiais se apropria da descoberta e da criação de significados.

É, portanto, importante permitir à criança a exploração com todos os sentidos dos mais diversos tipos de materiais: industrializados ou não, inteiros ou quebrados, novos ou velhos, tintas, lápis, sucatas, embalagens, elementos da natureza e produtos da cultura. Esta exploração é acompanhada pela verbalização: a criança "narra" o que está fazendo.

Jogos de Movimento

O movimento tem uma função muito importante e predominante nos primeiros anos de vida. Essa predominância vai cedendo lugar à linguagem verbal, que passa a regular a ação da criança, mas o movimento não desaparece e se mantém por muito tempo ainda como função primordial no processo de construção do conhecimento.

Dentre os jogos de movimento que predominam na ação coletiva da criança, encontramos as brincadeiras de roda, de bola, lenço-atrás, amarelinha, caracol, coelho-na-toca, pega-pega, competição entre 2 times (queimada, barra-manteiga, bandeira, etc.).

Essa diversidade de formas e funções que o brincar assume na infância nos revela, segundo LIMA (1991), sua complexidade e nos sugere que compreender sua importância na infância deve passar necessariamente pela compreensão da importância que a atividade lúdica tem para o ser humano em qualquer idade e para o desenvolvimento de um povo.

ARITMÉTICA

A elaboração do conceito de número não é ensinável, mas constituído no processo interno da criança, construir esse conceito significa percorrer um longo caminho de compreensão do todo e das partes, do bolo a dividir, da bala maior que as outras, do carrinho diferente do caminhão. "O conceito de número é uma síntese que a pessoa faz em sua mente. Não é

construível, é construído por cada pessoa nas relações que esta faz entre quantidades. "(DEHEINZELIN e CAVALCANTI, (1991).

É esse o conteúdo do trabalho com crianças a ser desenvolvido nas creches, palco sócio cultural da constituição das relações lógico-matemáticas; a ordenação, a classificação, a quantificação e seriação são conceitos abstratos que envolvem todas as atividades do cotidiano pensante dos homens. Cabe à Creche propiciar atividades que estimulem o raciocínio pois, não podemos ensiná-lo! (DEHEINZELIN e CAVALCANTI, (1991).

AS CIÊNCIAS

Descobrir e criar as leis de funcionamento do corpo, da sociedade e da natureza são os desafios impulsionadores do trabalho com as ciências, movidos pelo olhar inquieto sobre as coisas e as pessoas.

As crianças ao longo de seu processo de formação, irão se apropriando das explicações convergentes e divergentes sobre as leis do mundo.

É importante assinalar que as hipóteses e explicaçoes com as quais as crianças representam o mundo e o movimento da vida não surgem do nada. Elas resultam de um processo interativo que combina:

. o modo de pensar próprio de cada idade;

. o saber transmitido pelos agentes educativos do grupo social onde a criança está inserida;

. as leis do universo que lhe afetam.

Isto quer dizer que, no processo de desenvolvimento da criança, a representação do mundo, as hipóteses sobre o que nele acontece vão sendo repensadas e ressignificadas.

Segundo DEHEINZELIN e CAVALCANTI (1991): "Quanto mais oportunidades a criança tiver para falar e ouvir opniões de adultos ou de outras crianças sobre fatos da natureza e da sociedade, mais poderá pensar e elaborar "teorias" sobre esses fatos. Ela terá mais informações e opniões para agregar às suas, mais alimento para suas representações do mundo".

E seguem, "A cada idade a criança responderá de forma diversa a uma mesma pergunta sobre determinado fato que pode observar. As novas teorias tenderão sempre a agrupar idéias mais socializadas do que as anteriores, e a sua formulação indica que as concepções sobre a forma como o mundo funciona estão em transformação".

Dos 0 aos 6 anos, o olhar curioso sobre o mundo deve ser orientado pelos adultos, através do incentivo à pesquisa, à observação, à experimentação e ao registro.

A orientação do adulto, e aqui se trata do adulto educador na creche, implica na previsão e organização de momentos onde juntos, adultos e crianças, possam exercitar esse diálogo com as coisas do mundo, feito de perguntas, respostas possíveis, verificação das hipóteses levantadas, conclusões, tornar a perguntar, tornar a responder, tornar a duvidar.

O incentivo a esse diálogo traduz-se em atividades concretas que permitirão: o exercício da curiosidade através da observação e exploração (levantar hipóteses, testá-las, confrontá-las, etc); o contacto com as mais variadas fontes de informação (livros, revistas, fotografias, gravuras, etc); a troca das informações produzidas pelas próprias crianças e pelo adulto.

Os fatos da vida cotidiana são matérias primas para a transmissão disso que hoje conhecemos como Ciências (Matemática, Física, Ciências Sociais, etc.) e que a humanidade levou um longo tempo para organizar.

ARTES

"Ao longo dos séculos, desde tempos muito antigos, os homens têm utilizado o desenho, a pintura e a escultura para se expressar e buscar conhecer o mundo que o cerca" (DEHEINZELIN e CALVALCANTI, 1991).

Conhecer e participar do mundo da Arte é campo de acesso ao conhecimento, à fantasia, à liberdade de expressão.

Adentrar o mundo da Arte significa a inevitabilidade de "defrontar-se com questões técnicas, temáticas, estéticas e de sensibilidade, que se integram harmonicamente." (DEHEINZELIN e CAVALCANTI, 1991).

No fundamental caminho dos 0 aos 6 anos, a criança se expressa através das Artes, transmitindo suas alegrias, tristezas, emoções e dúvidas, interrogando e dando respostas ao mundo das coisas e pessoas.

Expressão Corporal

Na construção da identidade do sujeito a imagem corporal tem um papel de destaque. Os limites do corpo da criança, a ocupação de um espaço determinado, a integração de suas diversas partes, percebendo suas funções, possibilitam-lhe uma ação mais eficaz sobre o meio e o estabelecimento seguro de contacto com outros seres humanos. A representação do corpo pela criança vai se construindo desde os primeiros contactos corporais, os movimentos espontâneos ou direcionados, a exploração de suas partes.

A comunicação afetiva se realiza através do corpo. No momento em que a criança percebe o outro como uma unidade permanente, não fragmentada, que se pode imitar, adquire a noção de si mesma e vai amadurecendo na consciência de seu próprio corpo.

As atividades que levam a criança a conhecer seu corpo, suas capacidades físicas e as inúmeras possibilidades de expressão que ele oferece devem ser estimuladas e propostas intencionalmente através de jogos e brincadeiras.

A Música

A criança, desde o nascimento, vive num mundo (interior e exterior) repleto de sons e ritmos.

A música, além de desenvolver a noção de ritmo, desvela palavras, propicia associações e rimas, expressa idéias, sentimentos e emoções.

A música tem um papel fundamental nos encontros afetivos da criança, desenvolve-lhe a sensibilidade e amplia suas possibilidades de expressão genuína e globalizante sobre a realidade e sobre si mesma.

A criança vive a música de seu tempo, misturada à musica de seu grupo social e àquela que se anuncia. Construir instrumentos, descobrir de onde vem o som e suas infinitas sonoridades possibilita o prazer

de ouvir a alegria de cantar, o desafio de descobrir outros sons, a artimanha de contar histórias de outros jeitos.

Atividades coletivas musicadas, crianças embaladas com cantigas de ninar, a quadrilha junina que comanda a festa: o ritmo, o corpo, o som, são instrumentos muito importantes para o trabalho pedagógico na creche.

As Artes Plásticas

O desenho, a escultura, a pintura, a colagem, enfim, as artes plásticas representam linguagens expressivas da criança, tão importante como o gesto e a fala: a criança registra o que quer falar e esconde o que não quer tornar público, através de suas expressões artísticas.

Desenhando, criando formas, pintando, ela cria em torno de si, um espaço de jogo - silencioso e concentrado, ou ruidoso e comentado - de criação lúdica e prazeroso: a criança desenha para, brincando, conversar com o mundo.

A criança desenha para deixar sua marca, para falar de seus medos, para contar como vê o mundo, para revelar suas descobertas, para expressar dúvidas, alegrias e tristezas. No ato artístico, pensamento e sentimento estão juntos, pois a criança expressa o que sabe, pensa e fantasia.

É importante saber que as formas desenhadas, esculpidas, criadas, evoluem naturalmente, uma estimulando a consquista da outra. A necessidade de compreender a si mesma e ao mundo que a rodeia, leva a criança ao mundo da representação, através da imaginação, da dramatização, do desenho, da fala, da escrita, da escultura, da pintura, da dança, etc.

As crianças vão crescendo na sua compreensão sobre o mundo que as cerca e vão demonstrando suas conquistas em seus traços: adquirem noção de espaço, constroem detalhes, e vão se diferenciando, ao longo do tempo pelo gosto e "talento" que tenham para atividade artística.

O educador acompanha e respeita os momentos evolutivos da criança, não corrigindo ou desqualificando seus produtos. É necessário que se forneça material e tempo para que a criança esgote movimentos e idéias, favorecendo sua livre expressão, valorizando processo e produto, buscando atender às mensagens transmitidas, incorporando-as ao processo do trabalho intencionado. É por aí que a criança vai desenhar, por exemplo, a casa que

imagina, e não aquela quadradinha que os adultos lhe ensinam;vai rabiscar formas, e não colorir os impressos que os adultos lhe mimiografam; vai criar e não reproduzir.

SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO

O acompanhamento do processo de construção do conhecimento se dá pela observação e reflexão permanentes sobre as manifestações das crianças. Uma proposta de avaliação para a creche e a pré-escola deve segundo HOFFMANN (1991), contemplar dois pressupostos básicos:

. observação atenta e curiosa sobre as manifestações de cada criança;

. reflexão sobre o significado dessas manifestações em termos de seu desenvolvimento.

E segue, "observar e refletir objetiva dar continuidade às ações educativas, portanto, não é sinônimo de uma prática que se destina a julgar o valor de resultados alcançados pela criança ao término de determinados períodos de trabalho com ela, não é, enfim, uma avaliação classificatória".

Assim, a ação avaliativa na creche e pré escola deve ser essencialmente contrária a uma concepção de julgamento de resultados. Principalmente por confiar nas possibilidades próprias das crianças, negando a determinação "a priori" de comportamento esperados, e por introduzir a perspectiva da avaliação como fundamento da ação educativa a partir da valorização das crianças em suas manifestações.

O fundamento de uma proposta de avaliação para a creche e pré-escola é a disponibilidade real do adulto frente às crianças. Esta disponibilidade pressupõe reflexão e ação permanentes, uma oportunidade de vivências enriquecedoras através das quais a criança possa ampliar suas possibilidades de descobrir o mundo, um adulto disponível a conversar e trocar idéias com elas.

Ao considerar, nesta perspectiva, a avaliação como um exercício de reflexão, os relatórios (ou registros) "seriam o ponto de partida para se escrever a história das crianças, dos adultos, estariam prestando a atenção nelas individualmente, estariam exercendo uma ação avalista onde se

registra fatos sobre cada criança, suas perguntas, suas reações diante de situações, hábitos de alimentação, brincadeiras realizadas" (HOFFMANN, 1991).

O acompanhamento das crianças das creches e pré-escolas é uma responsabilidade permanente de todos os adultos que convivem com ela, as anotações, os registros precisam ser contemplados e compartilhados, portanto, há necessidade de criar espaço para que essas pessoas conversem sobre aspectos do seu desenvolvimento.

Redimensionar a prática avaliativa na creche e pré-escola, segundo HOFFMANN (1991), "compreende avaliar sua própria especificidade, ou seja, refletir sobre a dimensão em que se aborda a problemática da educação infantil em nosso país e em que medida a criança garante, no projeto político-social, seu direito de ser verdadeiramente criança".

Como vimos, ao definir os componentes de um currículo estamos necessariamente definindo uma proposta educacional enquanto opção consciente por uma organização que privilegie a qualidade das interações que a criança estabelece com o mundo físico e social. Segundo OLIVEIRA (1990), "uma proposta educacional não pode partir de um modelo abstrato de aluno, mas deve concebê-lo como membro de uma sociedade concreta uma vez que seu desenvolvimento é histórico, ocorre em meio social complexo e dinâmico. Dentro desta perspectiva, pode-se pensar a educação, formal ou informal, como a criação de contextos determinados de desenvolvimento dos indivíduos, numa ação também histórica".

PLANO DE AÇÃO

> "Raramente o professor (educador) consegue romper o vaivém entre empirismo e o apriorismo: se nota que a explicação empirista não convence, lança mão de argumentos aprioristas. E volta, na primeira oportunidade, ao empirismo, se o mesmo acontecer com a explicação apriorista.
>
> Surpreendentemente - e devia surpreender? - a ruptura acontece se o professor pára sua prática e reflete sobre ela. O que acontece por força dessa reflexão? O professor dá-se conta (toma consciência) de que a extensão da estrutura do seu pensar é

> muito limitada, de que ele precisa ampliar essa estrutura ou até, construir uma nova.
>
> Ora, ele faz isto precisamente por esse processo de reflexão. Ao apropriar-se de sua prática, ele constrói - ou reconstrói as estruturas do seu pensar, ampliando sua capacidade, simultaneamente, em compreensão e em extensão. Essa construção é possível na medida em que ele tem a prática, a ação própria, e, também, na medida em que ele se apropria de teoria(s) suficientemente crítica(s) para dar conta das qualidades e dos limites de sua prática. Essas duas condições são absolutamente indispensáveis para o avanço do conhecimento para a ruptura com o senso comum na explicação do conhecimento. Deste ponto de vista, o conhecimento não é dado nem nos objetos (empirismo) nem na bagagem hereditária (apriorismo). O Conhecimento é uma construção. O sujeito age, espontâneamente - isto é, independentemente do ensino mas não independentemente dos estímulos sociais - com os esquemas ou estruturas que já tem, sobre o meio físico ou social. Retira (abstração) deste meio o que é do seu interesse. Em seguida, reconstrói (reflexão) o que já tem por força dos elementos novos que acaba de abstrair. Temos, então, a síntese dinâmica da ação e da abstração, do fazer e do compreender da teoria e da prática. É dessas sínteses que emerge o elemento novo, síntese que o empirismo e o apriorismo são incapazes de processar porque só valorizam um dos pólos da relação. Na visão construtivista, sujeito e meio têm toda a importância que se pode imaginar, mas essa importância é radicalmente relativa" (Fernando Becker, 1993).

A implementação de uma proposta pedagógica pautada em diretrizes retiradas do referencial sócio-interacionista exige que educadores tenham uma intenção educativa em todos os momentos da rotina diária. Para tanto, há que se garantir oportunidades constantes para refletirem - individualmente, com seus pares, dirigentes e especialistas - sobre sua prática com o objetivo de superação do atual estágio onde sequência de rotinas pré-estabelecidas são aplicadas mecanicamente.

Em função da atual composição funcional onde o Diretor é o elemento responsável pelo gerenciamento das IEI's tanto nos aspectos administrativos quanto nos pedagógicos, definimos por direcionar inicialmente os trabalhos da implementação da proposta pedagógica a eles, acreditando que possam ser elementos multiplicadores na construção de práticas educativas consistentes e coerentes com os pressupostos apresentados.

Considerando o Diretor elemento aglutinador do trabalho realizado nas IEI's entendemos que este deva ter uma visão globalizada e crítica das açoes e das práticas vigentes em sua unidade educacional.

A leitura crítica das atuais práticas deverão ser norteadas por critérios mínimos de qualidade para programas de Educação Infantil no que se refere aos componentes de um currículo: rotina diária, organização do espaço, conteúdos, sistemática de avaliação, interação criança-criança, adulto-criança e adulto-adulto. A partir da visão mais direcionada e intencional desses diferentes aspectos, o diretor poderá definir objetivos e prioridades a curto, médio e longo prazo baseados em dados de sua realidade.

O trabalho com os diretores deverá iniciar-se em março (14 a 17) e se estenderá ao longo do ano com encontro quinzenais a serem planejados a partir das necessidades vivenciadas nesse primeiro momento.

Para melhor operacionalização dos trabalhos, os Diretores serão divididos em 3 grupos sendo que cada um será acompanhado ao longo do ano por uma técnica da Equipe Técnica-pedagógica.

ESTRATÉGIAS A SEREM UTILIZADAS NOS ENCONTROS:

- Workshops;
- Estudos dirigidos;
- Discussão de textos;
- Relatos de Experiências;
- Vídeos;
- Observações;
- Visitas a locais onde ocorrem experiências significativas em Educação Infantil.

A implantação da proposta pedagógica não ocorrerá apenas nesses momentos planejados (encontros periódicos) mas durante todo o

processo em que diretores, educadores e especialistas estejam observando, sistematizando e refletindo sobre a realidade das IEI's.

TEMÁTICAS - 1° E 2° SEMESTRE - 1994

- História da educação infantil no Brasil;
- Teorias do conhecimento (concepções inatistas, ambientalistas e interacionistas);
- Práticas pedagógicas decorrentes das diferentes concepções de Educação;
- Papel do Educador;
- Construção de instrumentos para a avaliação de programas e implantação de currículo para a Educação Infantil;
- O fazer pedagógico: planejamento; organização dos espaços da creche; observação de crianças; registro e avaliação.
- Áreas do conhecimento integrantes do currículo de creche.

CRONOGRAMA - 1° SEMESTRE/94

Encontros quinzenais a se iniciar na 2ª quinzena de Abril (8 horas diárias).

Sugestões de datas (Semanais*):

Abril: 11 a 15 (8 horas)
18 a 22 (8 horas).

Maio: 09 a 13 (8 horas)
23 a 27 (8 horas)

Junho: 06 a 10 (8 horas)
20 a 24 (8 horas).

[3] Os dias da semana serão decididos pelas técnicas em comum acordo com os Diretores dos seus respectivos grupos.

[3]Os dias da semana serão decididos pelas técnicas em comum acordo com os Diretores dos seus respectivos grupos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFIAS

BECKER, Fernando - O que é Construtivismo. Idéias, São Paulo, nº 20, p. 87-93, 1993.

CANDAU, Vera - Ensinar, hoje, na Escola de 1º grau: Desafios e possibilidades. Idéias, São Paulo, nº 06, p. 92 - 96, 1993.

DAVIS, Cláudia & OLIVEIRA, Zilma de. Psicologia na Educação. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1993, 125p. (Coleção magistério 2º grau - série formação do professor).

DEHEINZELIN, Monique. Aritnética na Pré-Escola. Professor da Pré-Escola, Rio de Janeiro, FAE/Fundação Roberto Marinho, V2., p.57-71, 1991.

HADDAD, Lenira. A abordagem Educativa da Fundação de Pesquisas Educacionais. HIGH/SCOPE. Relatório de Atividades, 1992.

HADDAD, Lenira. A Creche em Busca de Identidade. São Paulo: Loyola, 1991, 246 p. (Realidade Educacional - 9).

HOFMANN, Jussara. Avaliação, Mito e Desafio, uma perspectiva Cosntrutiva. Porto Alegre: Educação e Realidade - Faculdade de Educação UFRGS, 1991, 128 p.

HOHMANN, Mary, BANET, Bernard, WEIKART, David P. - A Criança em Ação, Trad. Rosa Maria de Macedo e Rui Santana Brito. 3ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1992. 407 p.

LIMA, Elvira C. A. S. - A atividade da Criança na Idade Pré-Escolar, Idéias nº 10, págs. 17 a 23, FDE, 1992.

_____ - A Utilização do Jogo na Pré-Escola, Idéias, nº 10, págs. 24 a 29, FDE, 1992.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO, SEF, COEDI. Política de Educação Infantil - proposta. Brasília: Coronário, 1993, 28p.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de - Ciranda, faz de conta e companhia: Reflexões acerca da Formação de Professores para a Pré-Escola. IDÉIAS, São Paulo, nº 07. p.17-25, 1992.

OLIVEIRA, Zilma de M. Ramos e outros. Creches: crianças, faz de Conta & CIA. Petrópolis: Vozes, 1992, 128 p.

SÃO PAULO. Secretaria do Bem Estar Social. Política de Creches - Diretrizes Pedagógicas, São Paulo, 1992.

SILVIA, Tereza R. Neubauer. Contextualizando o Currículo Escolar. IDÉIAS, São Paulo, nº 06, p. 65-72. 1993.

EXPEDIENTE

Antonio Carlos de Mendes Thame
Prefeito do Município de Piracicaba

Aracy Lovadini
Secretária de Desenvolvimento Social

João Maffeis Neto
Diretor do Centro de Comunicação Social

Ana Maria Cordenonssi
Criação, Coordenação e Redação

Justino Lucente
Fotografia

Luiz Antonio Rodrigues
Diagramação

Carlos André Donzelli
Programação Visual

Gustavo Araujo
Arte Final

ífica e Editora Covolan Ltda.
Composição e Impressão

10.000 unidades
Tiragem

R$ 0,90
Custo Unitário

ublicação da Prefeitura do Município de Piracicaba
pitão Antonio Correa Barbosa, 2.233
3400-900 - Telefone: (0194) 33-0322

NÃO SE ACEITAM DESCULPAS

A Unicef, no seu recente relatório sobre a "Situação Mundial da Infância", publicado em 1994, considera que "na próxima década existe uma clara possibilidade de romper com aquilo que é considerado a última grande obscenidade: a desnutrição, as doenças e o analfabetismo que obscurecem a vida e o futuro da quarta parte mais pobre das crianças de todo mundo".

Em Piracicaba, as possibilidades deste rompimento ocorrer se baseiam num esforço conjunto da comunidade e poder público municipal, para implantar uma política integrada de atendimento às crianças carentes e adolescentes.

Como parte desta política, deu-se ênfase ao PROJETO CLUBIN, que visa a atendê-las no próprio bairro onde vivem.

Utilizando prédios e logradouros já disponíveis nas comunidades, a fim de evitar vultosos investimentos em instalações, o PROJETO CLUBIN dá ênfase ao processo educativo, apoiando-se inicialmente em recursos lúdicos para em seguida aprofundar um suporte complementar às atividades de educação formal propiciada pelas escolas estaduais.

Evidentemente, um projeto para crianças carentes não pode negligenciar o atendimento médico, nem o fornecimento de merenda e suplementação alimentar. Além disso, ao oferecer oportunidades de um contato mais sistemático e organizado com atividades esportivas e culturais, para a maioria das crianças, estamos propiciando o descortinar de um mundo novo, até então absolutamente inacessível.

Consolidada esta fase inicial, que contempla crianças com idade entre 7 e 11 anos, inicia-se o PROJETO CLUBIN PROFISSIONALIZANTE, para jovens a partir de 12 anos.

Na maioria das cidades brasileiras, existem bons projetos de atendimento às crianças. Alguns até recebem recursos do exterior. Via de regra, porém, atendem a um pequeno número de crianças. Por quê? Porque exigem uma infra-estrutura de primeiro mundo: cara, dispendiosa e sofisticada. Tais projetos acabam sendo meras experiências-piloto, geralmente bem sucedidas, mas que contemplam a não mais que algumas dezenas de crianças. A intenção de estender a outros bairros quase nunca sai do papel porque os recursos, sempre escassos, são invariavelmente insuficientes.

Nosso PROJETO CLUBIN é diametralmente diferente: investe quase nada em instalações. Sua infra-estrutura é franciscanamente pobre e singela. Recicla materiais descartáveis para criar brinquedos e não arroga a si atribuições que devem ser exercidas pelas famílias. Alicerça-se na constatação de que crianças se divertem com apenas as marcas de um pedaço de giz no acimentado do chão, desde que tenham uma programação organizada e definida. Alicerça-se também na constatação de que um projeto localizado em bairros carentes só sobrevive se for pedido, exigido, cobrado e defendido pela comunidade local.

O PROJETO CLUBIN já atende 2.500 crianças. Está implatado em 17 bairros de Piracicaba. Existe há mais de um ano: foi adotado pelas comunidades. Levando em conta que consegue evitar que tantas crianças fiquem ociosas nas ruas, consideramos que seu custo é baixíssimo: perto de R$ 14,13 por mês para cada criança.

Em vista disso, pode-se dizer que qualquer município pode implantar um projeto como este. Não é um projeto piloto, em escala de laboratório. É um projeto em larga escala. Por essa razão, não deixa de apresentar imperfeições, mas tem a audácia de pretender atender a uma geração. Aqui, queremos dar atendimento a quatro mil crianças.

A verdade é que não cabem mais desculpas. Não existe mais lugar para alegação de falta de recursos. Se a opção pelas crianças e pelos adolescentes não for tomada, é por exclusiva falta de vontade política.

Antonio Carlos de Mendes Thame
Prefeito de Piracicaba

REALIDADE BRASILEIRA

População em 1992	= 154.1 milhões de hab
TMM5 em 1992	= 65 (em 1.000 hab)
TMI em 1992	= 54 (em 1.000 hab)
Crianças que concluem o 1º grau (1988)	= 22%
Taxa (bruta) de matrícula no 2º grau (1986-91)	= 67%
População abaixo da pobreza absoluta (1980-89)	= 43%
	(9% urbana + 34% rural)

TMM5 - Taxa de Mortalidade de Menores de 5 anos

TMI - Taxa de mortalidade Infantil

NUTRIÇÃO:

Crianças com baixo peso ao nascer (2,5 Kg ou menos) 1990	= 11%
Crianças sofrendo de baixo peso (0 a 4 anos) 1980 - 92	= 7%
Marasmo (12 a 23 meses)	= 3%
Nanismo (24 a 59 meses)	= 16%
Bócio (por insuficiência de iodo) (6 a 11 anos)	= 14%

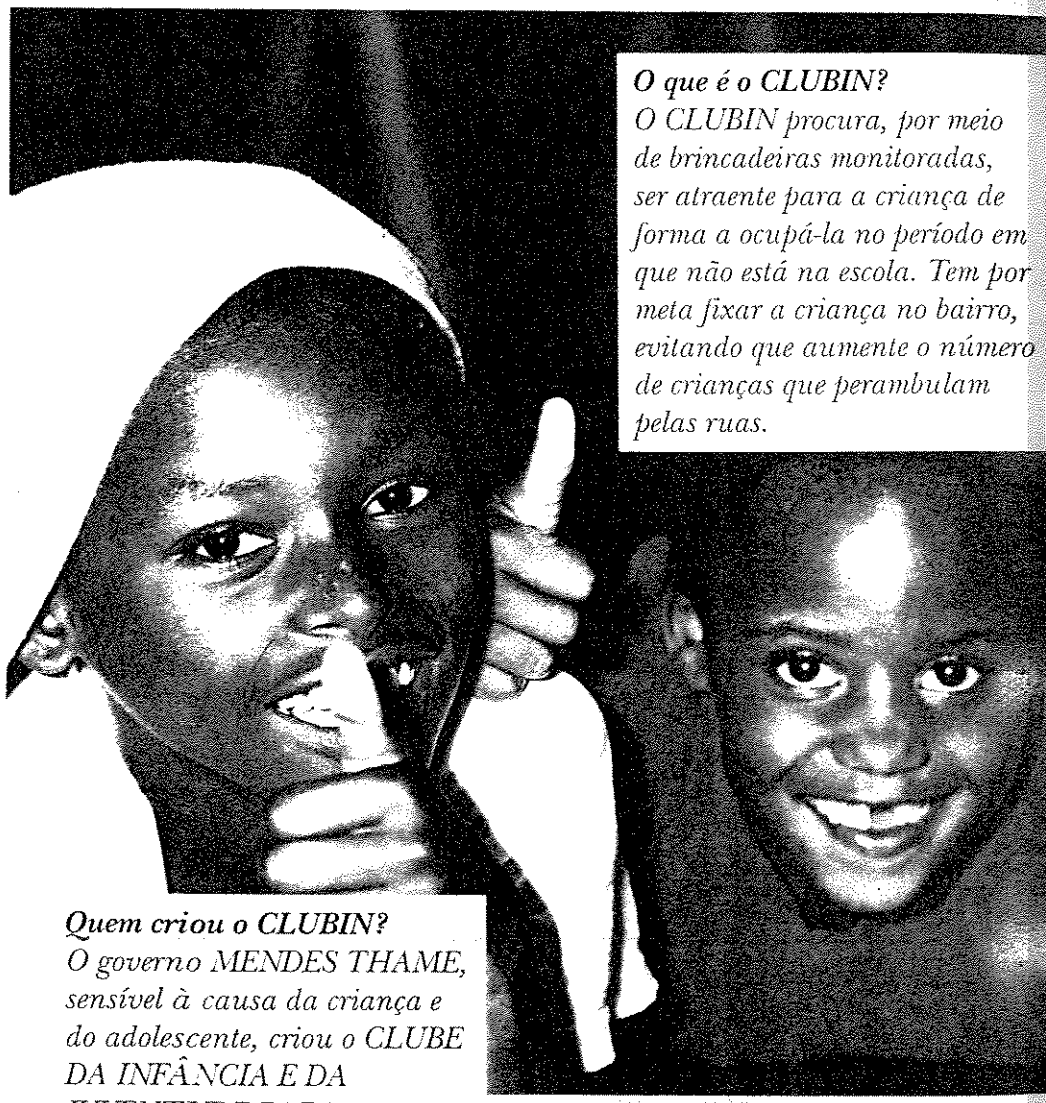
Fonte Unicef

REALIDADE DE PIRACICABA

População (1992)	= 278.715 hab (IBGE)
Crianças e adolescentes	= 85.320*
Crianças matriculadas no 1º grau	= 57.002*
Crianças matriculadas no 2º grau	= 10.847*
Crianças fora da escola	= 9.931*

*) Projeção feita pela Secretaria Municipal de Planejamento, com base em dados do IBGE

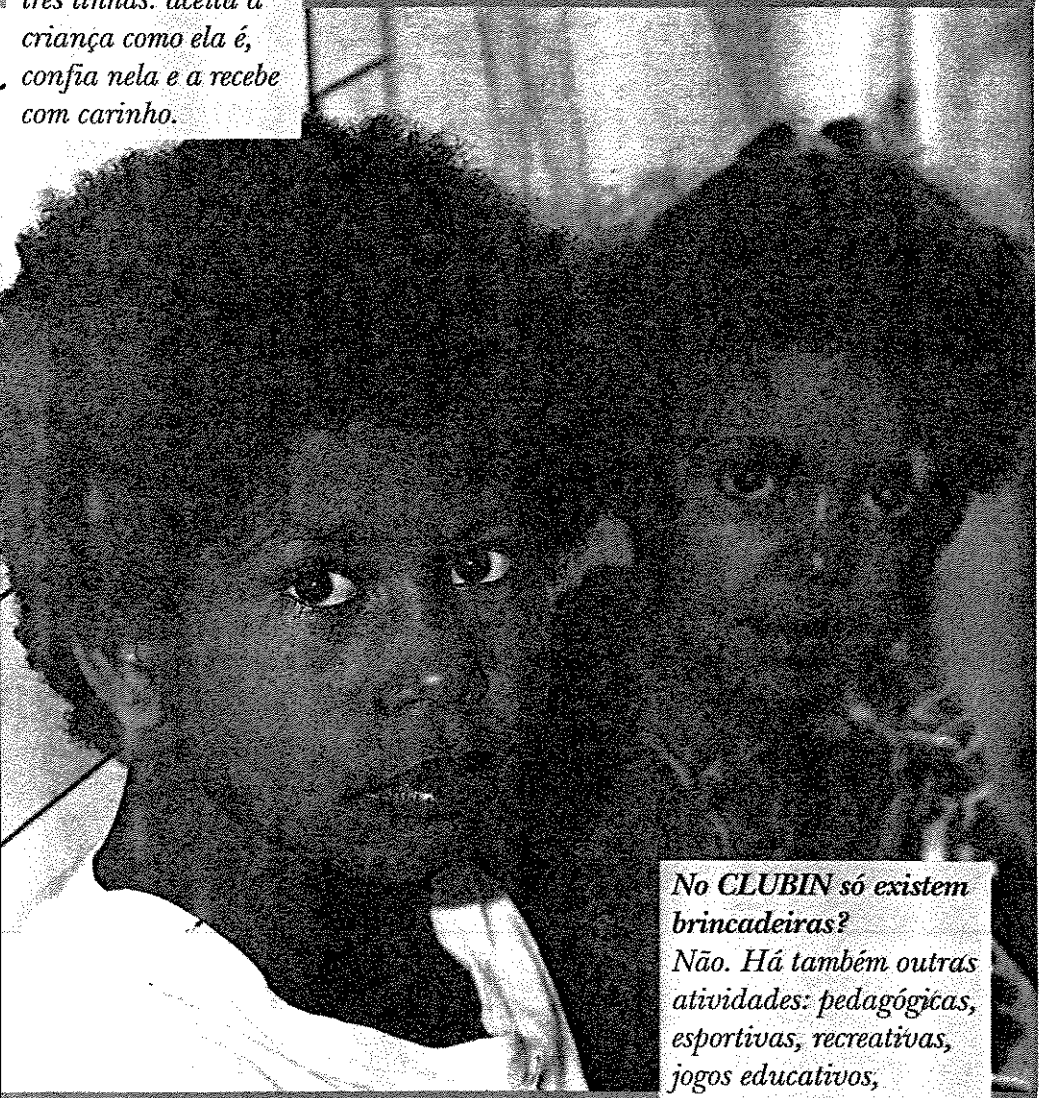
CLUBIN:
AQUI CRIANÇA TEM DIREITO DE SER FELIZ



O que é o CLUBIN?
O CLUBIN procura, por meio de brincadeiras monitoradas, ser atraente para a criança de forma a ocupá-la no período em que não está na escola. Tem por meta fixar a criança no bairro, evitando que aumente o número de crianças que perambulam pelas ruas.

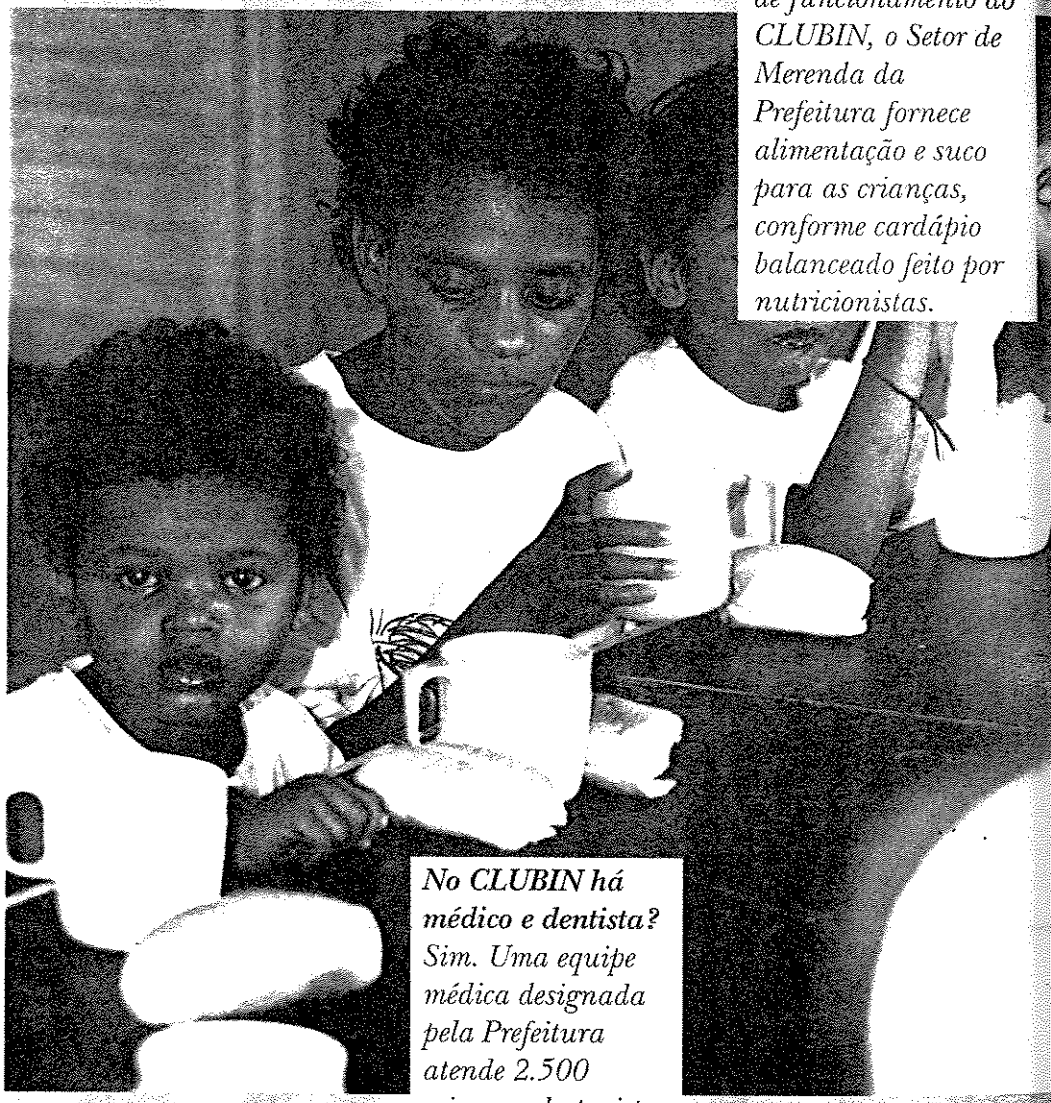
Quem criou o CLUBIN?
O governo MENDES THAME, sensível à causa da criança e do adolescente, criou o CLUBE DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE PARA EDUCAÇÃO E ECOLOGIA, com a proposta de tirar a criança da rua.

Quais as diretrizes básicas do CLUBIN?
O CLUBIN atua em três linhas: aceita a criança como ela é, confia nela e a recebe com carinho.



No CLUBIN só existem brincadeiras?
Não. Há também outras atividades: pedagógicas, esportivas, recreativas, jogos educativos, artesanato, educação ambiental, hábitos de higiene e de convivência social etc.

No CLUBIN há merenda?
Sim. Nos dois períodos de funcionamento do CLUBIN, o Setor de Merenda da Prefeitura fornece alimentação e suco para as crianças, conforme cardápio balanceado feito por nutricionistas.



No CLUBIN há médico e dentista?
Sim. Uma equipe médica designada pela Prefeitura atende 2.500 crianças do projeto. O acompanhamento é feito por meio de exames periódicos.

Onde funciona o CLUBIN?
O CLUBIN pode ser instalado em centros comunitários, salões de festas ou barracões desativados ou subutilizados pelas comunidades. Precisa ter uma cozinha, banheiros e uma área coberta para abrigar as crianças. É necessário que os moradores do bairro adotem o espaço, ajudando na limpeza e manutenção do prédio. Esta parceria é fundamental para o sucesso do projeto.

O CLUBIN tem atividades externas?
Sim. São freqüentes as excursões e gincanas de limpeza no bairro, além de passeios ao zoológico, à Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" e à Usina de Lazer.

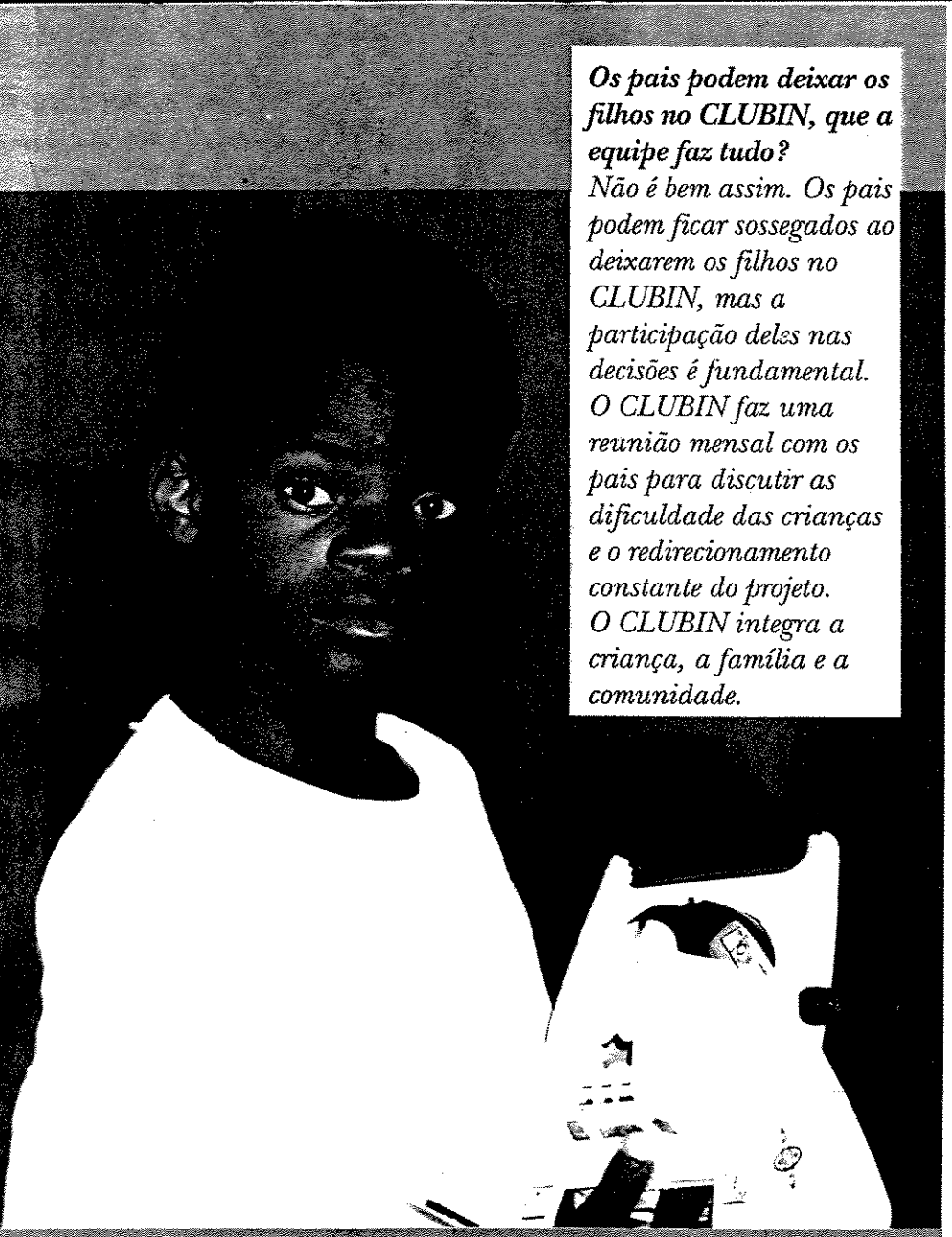
O que é a Usina de Lazer?
É um espaço cedido pela Usina Modelo à Prefeitura. Lá todas as crianças podem conhecer e interagir com crianças de outros bairros. Dispõe de uma brinquedoteca, uma biblioteca e quadras poliesportivas.

Para ser do CLUBIN é preciso estar na escola?
Não. O CLUBIN não recusa a criança que abandonou a escola. Ao contrário: procura estimulá-la a retomar os estudos e reencaminhá-la aos bancos escolares, através da integração com as outras crianças e da competição saudável entre elas.

Quais são as atividades pedagógicas do CLUBIN?
Por exemplo: em todos os CLUBINS há a "HORA DA TAREFA", quando estagiárias de magistério auxiliam a criança nos deveres de casa pedidos pelos professores de 1º grau. O acompanhamento é feito de forma integrada com as escolas estaduais.

Quem acompanha as atividades no CLUBIN?
Cada CLUBIN tem uma monitora, uma assistente social, estagiários de educação física, de magistério e de educação artística. Uma equipe de apoio percorre semanalmente todos os CLUBINS para orientação e readequação do projeto.

Quem decide quais as atividades do CLUBIN?
A equipe que atua diretamente com as crianças decide a programação da semana seguinte a partir do interesse e das necessidades das crianças. As atividades podem variar, pois dependem da cultura de cada bairro.



Os pais podem deixar os filhos no CLUBIN, que a equipe faz tudo?
Não é bem assim. Os pais podem ficar sossegados ao deixarem os filhos no CLUBIN, mas a participação delzs nas decisões é fundamental. O CLUBIN faz uma reunião mensal com os pais para discutir as dificuldade das crianças e o redirecionamento constante do projeto. O CLUBIN integra a criança, a família e a comunidade.

Quem pode ir ao CLUBIN?
Qualquer criança desde que tenha entre 7 e 11 anos de idade e desde que já exista um CLUBIN no bairro dela.

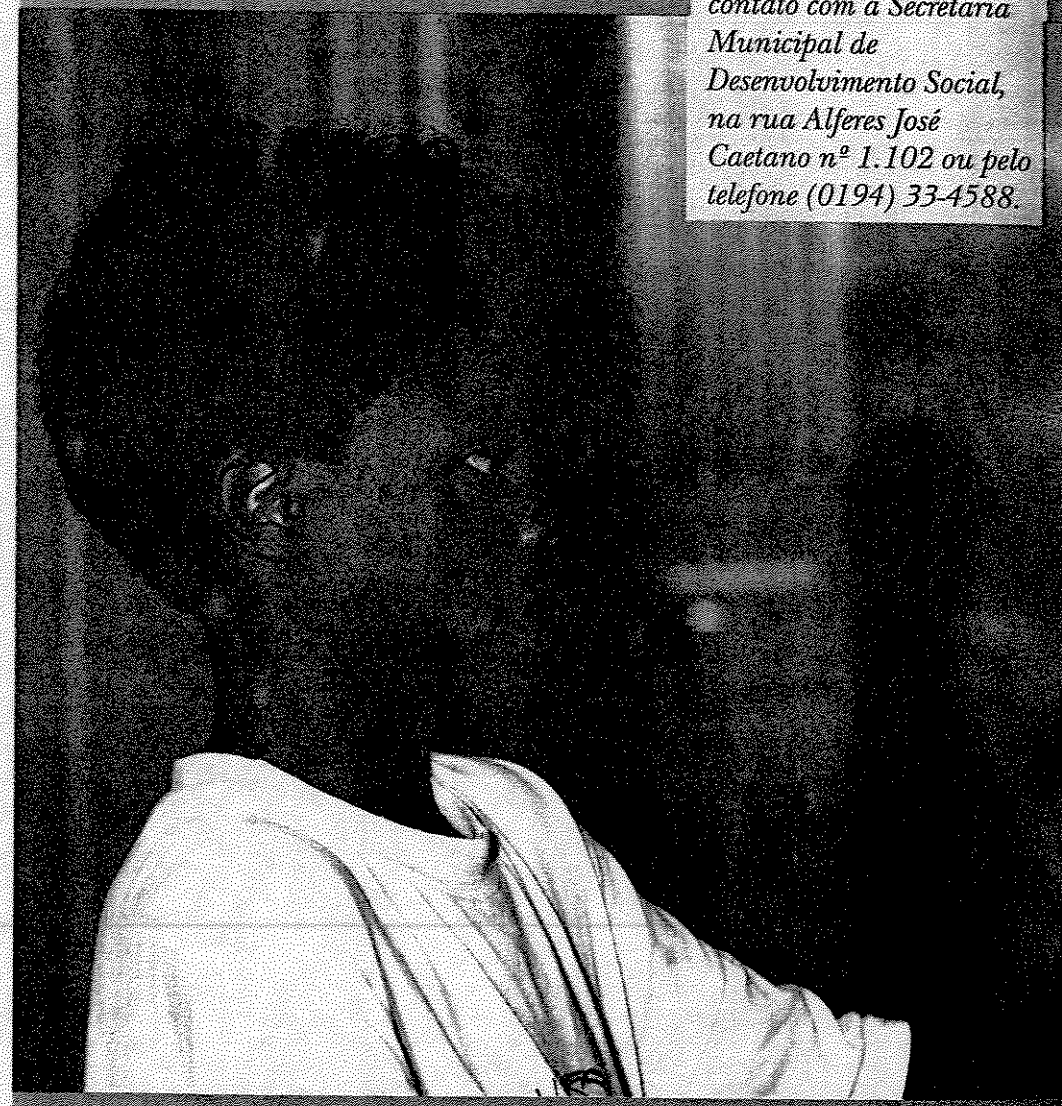
Os pais têm que pagar para deixar os filhos no CLUBIN?
Não. O CLUBIN é gratuito. Precisa apenas da participação dos pais e da comunidade na educação das crianças. Isto custa apenas a vontade de cada um em ajudar as crianças a terem uma infância mais saudável.

Além dos pais e dos moradores do bairro, quem mais ajuda o CLUBIN?
Várias empresas de Piracicaba já reconheceram a importância do projeto e estão participando. A Caterpillar doou madeira para construção de sedes de CLUBIN. A Nabisco reforça o lanche das crianças com biscoitos. A General Motors doa todo mês madeira e papelão de embalagens.

O que é o Clubin profissionalizante?
A Prefeitura, em convênio com o Senai, oferece cursos de iniciação profissional aos adolescentes de 12 a 17 anos de idade. As aulas são dadas por monitores treinados. Os alunos recebem certificado emitido pelo Senai.

Quais os cursos oferecidos?
Os cursos, escolhidos a partir do interesse de cada grupo, são: instalação elétrica residencial, costura industrial, artesanato, marcenaria, reciclagem de papel, datilografia etc.

Eu também posso ajudar o CLUBIN?
Sim. Basta que entre em contato com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, na rua Alferes José Caetano nº 1.102 ou pelo telefone (0194) 33-4588.



O PROJETO CLUBIN ESTÁ EM CONSONÂNCIA COM A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLECENTE E A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL.

A IMAGEM DE UM GOVERNO

O que faz a imagem de um governo? São suas obras? São suas prioridades? Nem sempre. Vejamos o caso do governo de Piracicaba. Em dois anos, a atual administração já abriu licitação para pavimentação asfáltica em 47 bairros, num total de 776.300 metros quadrados. Destes, quase 200.000 já estão concluídos. Até o final do mandato, há uma concreta perspectiva de se chegar a mais de 1.000.000 metros quadrados! Para se ter um termo de comparação, a administração anterior, em quatro anos, asfaltou aproximadamente 90.000 metros quadrados, o que quer dizer que o prefeito Thame pode vir a conseguir, em pavimentação asfáltica, no seu mandato, o que levaria mais de quarenta anos, sim quarenta anos, se fosse mantido o ritmo da administração que o antecedeu. No entanto, mesmo chegando a fazer muito mais asfalto que diversas administrações anteriores somadas, não acredito que a atual administração venha a ser lembrada pela pavimentação asfáltica que fez. Terá um imenso reconhecimento dos moradores nos bairros cujas ruas foram asfaltadas, mas com certeza o asfalto, sim, a impressionante quantidade de asfalto realizada em sua administração não será marca principal do seu governo.

A atual administração praticamente completou a iluminação pública na cidade. Colocou mais de 3.000 novas luminárias e quase 800 postes. A iluminação chegou a 125 locais, atendendo 9.484 residências ou lotes. O que já foi feito nestes dois anos do governo Thame em matéria de iluminação pública é o equivalente a iluminar um percurso de 115 quilômetros, ou seja uma distância de Piracicaba a Jundiaí. A administração anterior, em quatro anos, conseguiu colocar 200 postes. A atual, em apenas dois anos, já colocou mais que o triplo. Vai esta ser uma marca de governo? Não acredito. O prefeito Thame terá o imenso agradecimento de todas as mães e pais cujos filhos estudam ou trabalham à noite e não mais precisam passar por lugares ermos, perigosos e escuros, para voltar às suas casas. Mas certamente não será a marca de seu governo.

O atual prefeito teve a coragem de iniciar o recapeamento das avenidas da cidade. Já foram contratados 185.000 m2 dos quais 90.000 m2 já foram recapeados, nas avenidas Carlos Botelho, Saldanha Marinho, Presidente Kennedy, Madre Maria Theodora e Presidente Vargas. Este ano, o recapeamento prossegue, com destaque para as avenidas Nove de Julho, Dois Córregos, Luciano Guidotti, Piracicamirim, Torquato Leitão e possivelmente até mesmo o então esperado recapeamento da avenida Independência, após a construção das baias de estacionamento. Depois destas chuvas torrenciais, as únicas pistas da cidade que não se transformaram num verdadeiro "queijo suíço" foram as avenidas recapeadas. Pergunto: este serviço de recapeamento que vem sendo tão elogiado pela população vai se transformar numa marca de governo? Não acredito.

Todas estas realizações são impressionantes. São imensamente úteis à população e certamente trarão considerável reconhecimento político e administrativo para o atual prefeito e sua equipe. É uma questão lógica: toda administração que faz, que realiza, acaba sendo benquista. No entanto, esta concepção mecanicista, esta lógica cartesiana não vale, não prevalece na questão da imagem de um governo. Aí, a questão é mais subjetiva. Ela envolve sentimentos humanos e caracteres sociais.

A tonalidade principal, o colorido principal, a idéia que nos vem à mente, ou seja, aquilo que caracteriza a marca, a imagem de um governo, não se obtem pelas simples somatória, pelo cálculo aritmético das realizações, pela soma das obras realizadas, por mais que elas tenham efetivamente contribuído para melhorar as condições de vida das pessoas envolvidas. A imagem de um governo não está subordinada a cálculos racionais. Está, isto sim, ligada à percepções afetivas, ao carinho, às preocupações de uma administração com aquilo ou com aqueles que mais prezamos e queremos bem. Em outras palavras, a imagem de uma administração é obtida por aquelas suas atitudes que se identificam com os sentimentos de afeto, de carinho, de benquerença da população. Por isso, mesmo faltando ainda dois anos para o término do mandato do atual prefeito, posso dizer, com base na minha experiência em ciências sociais, que não serão as obras físicas que marcarão seu governo, por mais impressionantes, úteis e oportunas que elas sejam.

A grande marca da administração Thame serão os Clubins.

O Thame não será lembrado por ter feito muito, muito mais asfalto do que Luciano Guidotti, Hermann, Adilson Maluf ou Machado fizeram. Thame será lembrado, isto sim, pelos mais audacioso projeto de atendimento a crianças e adolescentes que uma cidade do porte da nossa já conseguiu desenvolver em toda sua história.

Tenho visto dezenas de bons projetos para atendimento de crianças em diversas cidades. Mas são programas para atender a 50 ou 60, no máximo 100 crianças. É quase sempre um atendimento-piloto, para num segundo momento ser estendido a um público maior. Ocorre que este segundo momento nunca chega, devido aos altos custos do projeto, devido à carência de material humano ou a outros fatores limitantes.

O projeto Clubin é uma completa ousadia. Hoje, já contempla mais de 2.000 crianças e pode, até o fim do mandato atual do prefeito, chegar a 5.000.

Iniciado numa época financeiramente difícil para a Prefeitura, o projeto precisou e conseguiu criar uma mentalidade inovadora, de baixo custo, com destaque para as atividades mais simples, descartando investimentos vultosos em estruturas físicas, os quais acabam autoconsumindo a maior parte dos recursos e conseguindo atender apenas a um reduzido número de crianças. Utilizando prédios disponíveis, vazios ou subutilizados, ou construindo casas de madeira nos locais onde nenhuma estrutura existia, a Prefeitura conseguiu levar o Clubin a dez bairros, principalmente aos mais carentes, o que permitiu fixar as crianças nas regiões onde moram.

Num segundo momento, iniciou a implantação dos Clubins Profissionalizantes, direcionados para jovens e adolescentes, o que vai completar o ciclo de atendimento e institucionalizar o mais abrangente projeto de atendimneto às crianças e adolecentes jamais realizado em nossa cidade, com excelentes condições de colaborar preventivamente para que não surjam mais e mais meninos nas ruas, sem quaisquer perspectivas de futuro.

Se perguntarmos a uma mãe o que é que ela tem de mais precioso em sua casa, ela vai responder que são suas crianças. Se perguntarmos a um prefeito o que é que ele tem de mais precioso em sua cidade, é preciso que ele diga: são nossas crianças!

O Thame está dando esta resposta. Não com palavras, mas com ações concretas. Por isso, o Clubin vai ser a grande marca de seu governo.

Aracy Lovadini
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social

(Artigo publicado no Jornal de Piracicaba, em 4 de março de 1995)

JORNAL DE PIRACICABA

PÁGINA DOIS/LOCAL

SEGUNDA-FEIRA, 13 DE NOVEMBRO DE 1995

Projeto "Comunidade e Ação" atinge os Clubins

O Clubin Jardim Vitória concluiu, no dia de ontem, o levantamento denominado 1º Fórum de Agentes "Comunidade e Ação", que apurou as condições sócio-econômicas e de saúde de 114 crianças matriculadas na unidade.

As atividades foram acompanhadas de perto das mães, que em seguida almoçaram no Clubin e também pelas crianças, que estiveram visitando a Usina de Lazer do município.

De acordo com a coordenadora geral dos Clubins, Roseli Aparecida Victório Ferrari, a análise dos dados foi feita pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, com a entrevista de 60 famílias, que correspondem a 51% dos moradores. A médica e vereadora Márcia Pacheco é a responsável pelo atendimento das crianças.

O objetivo principal foi criar consciência sanitária na população, estabelecendo e desenvolvendo novos hábitos de educação, higiene e saúde.

Com o término desta etapa de coleta de informações, Roseli explica que o próximo passo será "partir para a ação" e auxiliar a comunidade, com um total de 200 famílias, a solucionar problemas como a desn

utrição, situações de alcoolismo, além de crianças com idade avançada que ainda não estão na escola. Para isso, foi eleita uma comissão de 10 mães que coordenará a ação.

Paulo A. Tibério

Reunida ontem, a comunidade do Jardim Vitória discutiu o levantamento

298

252

Educadores trocam experiências em encontro

A promoção é da Secretaria Municipal de Educação e tem como objetivo possibilitar a reciclagem do aprendizado

Arquivo

As merendeiras assistirão palestras sobre relações humanas, hoje e amanhã, na Esco' Superior de Agricultura/USP

A Secretaria Municipal de Educação promove até o dia 21 de julho o III Encontro de Profissionais da Rede Municipal de Ensino. O evento, aberto ontem, comporta atividades específicas para seis grupos de participantes. A idéia é possibilitar a reciclagem e a troca de experiências entre os trabalhadores da Secretaria.

Segundo o secretário de Educação, Humberto de Campos, o bom resultado obtido nos dois primeiros encontros motivou a Secretaria a abrir o evento para a participação de funcionários de escolinhas particulares, creches filantrópicas, escolas particulares de 1° e 2° graus, e da rede de ensino de Saltinho e Anhembí.

Hoje e amanhã, participarão da programação os cinco primeiros grupos. O primeiro deles é composto por diretores, monitores e professores que trabalharão com 21 temas, através de oficinas, no anfiteatro da Fundação Municipal de Ensino (Cotip). O segundo grupo é formado por merendeiras que assistirão palestras sobre relações humanas, na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq/USP).

O terceiro grupo conta com as agentes escolares de saúde. Estas funcionárias participarão de debates no anfiteatro do Centro Cívico e no Salão da Merenda Escolar. O grupo formado por zeladores terão palestras hoje e amanhã no Parque Infantil e na Unidade II do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e na Esalq/USP. Os funcionários responsáveis pelo setor de serviços gerais terão a apresentação de um painel na EEPSG Sud Mennucci.

O sexto grupo, formado por professores de Educação Complementar, terão debates nos dias 20 e 21, no Instituto de Educação Infantil e Complementar da Vila Prudente. A comissão organizadora do III Encontro tem como presidente João Barbosa, assessor da Secretaria de Educação.

Cidade vai ter mais 10 creches e 6 pré-escolas

Educação está investindo R$ 6,5 milhões e as creches e pré-escolas vão atender 2 mil crianças, nos bairros mais pobres

O prefeito Antonio Carlos de Mendes Thame anunciou na manhã de ontem a construção de dez creches e seis pré-escolas no município. Segundo ele, o "pacotaço" - como o próprio Thame definiu - é uma demonstração do enfoque social dado à cidade pela Administração. Com as novas creches e pré-escolas, cerca de duas mil crianças serão beneficiadas, em um total de 12 mil metros quadrados de área construída. O secretário municipal de Educação e vice-prefeito, Humberto de Campos, disse que o déficit de crianças na pré-escola será sanado. Já o déficit de creches (hoje, cerca de 2,5 mil a 3 mil vagas) será reduzido significamente.

O processo de licitação pública é detonado hoje e, de acordo com o secretário municipal de Planejamento, Gabriel Ferrato, no máximo até janeiro as obras vão ser iniciadas. Há previsão de conclusão até meados do segundo semestre de 1996, empregando outros 248 funcionários em todas as unidades, dando uma média de 25 a 28 funcionários por unidade. Com os novos funcionários, a Prefeitura gastará algo em torno de R$ 90 mil mensais.

Ferrato explicou ainda que as obras juntas estão orçadas em R$ 6,5 milhões e que a verba será obtida com recursos da própria Secretaria Municipal de Educação - já disponível nos 25% do orçamento da Secretaria para o próximo ano.

As creches e pré-escolas vão ser construídas, segundo o secretário municipal de Educação, em todos os pontos de "estrangulamento" da cidade, após um estudo em parceria com a Semuplan.

Com isso, na opinião de Humberto de Campos, a construção e duplicação de creches e pré-escolas vai provocar um acréscimo substancial de vagas para as crianças, que poderá ser notado em toda a cidade.

O lançamento do "pacotaço" da Educação, para Mendes Thame, é inédito no Estado e no país. "Estamos com a situação da demanda em creches quase equacionada. Nas escolas estaduais o déficit foi zerado; conseguimos 9.222 vagas. Com os clubins, tiramos as crianças das ruas e complementamos as escolas complementar. Hoje, nota-se uma grande diferença nos bairros porque as crianças estão experimentando um processo pedagógico", justificou o prefeito.

Conjunto inédito – Algumas das unidades de creche e pré-escola estão sendo transferídas de locais provisórios onde funcionavam para ganhar o complexo de berçário/creche/pré-escola. É o caso de Ártemis. Lá, a creche funciona atualmente em uma casa cedida por uma família; a pré-escola, no antigo postinho policial e o berçário, no centro espírita. Com a obra no "pacotaço", vão funcionar na mesma quadra a escola estadual, creche (com mais 50 vagas) e clubin. "É um conjunto que vai dar tranqüilidade para as mães da região", justifica o secretário de Educação.

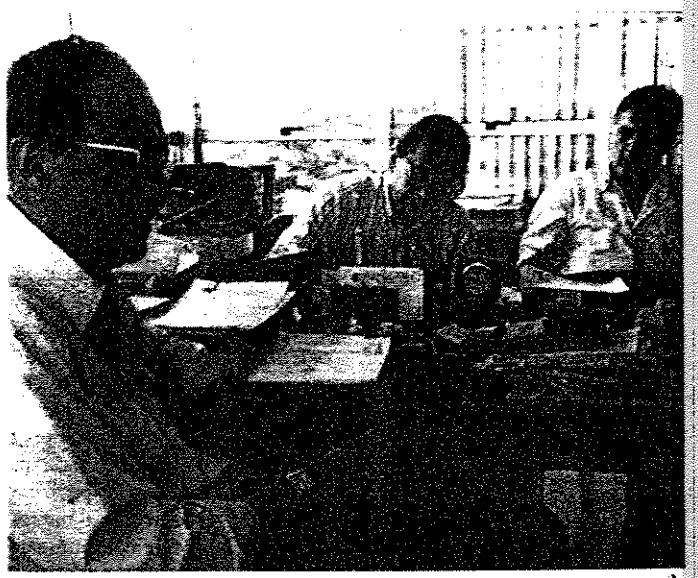
Um outro bairro no qual a creche - já existente – vai ganhar prédio novo com ampliação é o Jardim Itapuã. "A creche funciona em um prédio da Unimep. Já as pré-escolas do Itapuã e Tatuapé, funcionam em precaríssimas condições. Tudo vai ser reunido em uma creche – que será a maior delas – e com a ampliação de mais 80 vagas", explicou Humberto de Campos. O caso do IAA, o projeto prevê a duplicação do prédio e a disposição de mais 100 vagas.

Os outros bairros que receberão creches e pré-escolas, com cem vagas cada são: Jardim Vitória, Jardim Bartira, Morada do Sol, Vila Industrial, Jardim São Francisco, Jardim Borghesi, Kobayat Líbano e Complexo Raposo Tavares.

Já as pré-escolas serão construídas ou ampliadas nos bairros Vila Sônia (mais 50 vagas), Jupiá (50 vagas), Dois Córregos (50 vagas) e Campestre (25 vagas). No Campestre, aliado à pré-escola, terá um Posto de Saúde, com entrada diferenciada.

Além das novas creches, a prefeitura está realizando uma restauração em várias outras da cidade. Um exemplo é a creche do Jardim Morgante, que tem mais de 40 anos e nunca foi reformada, de acordo com Humberto de Campos.

Paulo A. Tibério



Mendes Thame, Gabriel Ferrato e Humberto de Campos: trabalho inédito

AUTORIZADA A CONSTRUÇÃO DE 10 CRECHES E 6 PRÉ- ESCOLAS. MAIS DUAS MIL CRIANÇAS SERÃO ATENDIDAS PELA PREFEITURA.

Neste governo, a criança tem prioridade e atenção integral

Veja os programas e a ação desenvolvida pelo governo municipal para proteger as crianças de nossa cidade:

- Criação e implantação dos Clubins - 2.600 crianças atendidas.
- Clubins Profissionalizantes - 1011 adolescentes participam.
- Criadas 9.222 vagas no ensino de 1º grau. Eliminado o déficit que existia.
- Novas creches implantadas: Parque Orlanda, Alvorada, São Miguel, Eldorado e IAA.
- Merenda Escolar: 70 mil crianças atendidas. 150 mil refeições são produzidas diariamente.
- Transporte gratuito de estudantes: Um milhão de passagens ao ano e 44 rotas de ônibus mantidas pela Prefeitura.
- Setores mantidos pela Prefeitura: de Material Didático, Psicopedagógico, de Saúde Escolar, de Treinamento de Pessoal, de Segurança das Creches e Escolas.

Bairros que receberão as novas Creches: Artemis. Jardim Vitória, Jardim Bartira, Morada do Sol, Jardim Itapuã, Complexo Raposo Tavares/Tatuapé, Vila Industrial, Jardim São Francisco, Jardim Borghesi, Jardim Kubayat/Líbano.

Pré-escolas: Vila Sônia, Jupiá, Dois Córregos, Campestre, Vila Industrial, Jardim Borghesi.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA
DEPARTAMENTO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO
DIVISÃO DE COMPRAS

TOMADA DE PREÇOS Nº. 100/95

Objeto: Fornecimento de Materiais, Mão de obra e Equipamentos para Construção dos Prédios da Creche de Artemis e Pré-Escola do Bairro Vila Sônia

Encerramento: Dia 01 de dezembro de 1995 às 10:00 horas.
Abertura : Dia 01 de dezembro de 1995 às 14:00 horas

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA
DEPARTAMENTO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO
DIVISÃO DE COMPRAS

TOMADA DE PREÇOS Nº. 101/95

Objeto: Fornecimento de Materiais, Mão de Obra e Equipamentos para Construção dos Prédios da Creche do Jardim Vitória e Pré-Escola do Bairro Jupiá

Encerramento: Dia 01 de dezembro de 1995 às 10:00 horas.
Abertura : Dia 01 de dezembro de 1995 às 14:00 horas

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA
DEPARTAMENTO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO
DIVISÃO DE COMPRAS

TOMADA DE PREÇOS Nº. 102/95

Objeto: Fornecimento de Materiais, Mão de Obra e Equipamentos para Construção dos Prédios da Creche do Jardim Bartira e Pré-Escola do Bairro Dois Córregos.

Encerramento: Dia 01 de dezembro de 1995 às 10:00 horas.
Abertura : Dia 01 de dezembro de 1995 às 14:00 horas

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA
DEPARTAMENTO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO
DIVISÃO DE COMPRAS

TOMADA DE PREÇOS Nº. 103/95

Objeto: Fornecimento de Materiais, Mão de Obra e Equipamentos para Construção dos Prédios da Creche do Bairro Morada do Sol e Pré-Escola do Bairro Campestre.

Encerramento: Dia 04 de dezembro de 1995 às 10:00 horas.
Abertura : Dia 04 de dezembro de 1995 às 14:00 horas

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA
DEPARTAMENTO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO
DIVISÃO DE COMPRAS

TOMADA DE PREÇOS Nº. 104/95

Objeto: Fornecimento de Materiais, Mão de obra e Equipamentos para Construção dos Prédios da Creche do Jardim Itapuã.

Encerramento: Dia 04 de dezembro de 1995 às 10:00 horas.
Abertura : Dia 04 de dezembro de 1995 às 14:00 horas

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA
DEPARTAMENTO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO
DIVISÃO DE COMPRAS

TOMADA DE PREÇOS Nº. 105/95

Objeto: Fornecimento de Materiais, Mão de obra e Equipamentos para Construção do Prédio da Creche do Complexo Raposo Tavares - Bairro Tatuapé.

Encerramento: Dia 01 de dezembro de 1995 às 10:00 horas.
Abertura : Dia 04 de dezembro de 1995 às 14:00 horas

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA
DEPARTAMENTO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO
DIVISÃO DE COMPRAS

TOMADA DE PREÇOS Nº. 106/95

Objeto: Fornecimento de Materiais, Mão de obra e Equipamentos para Construção do Prédio da Creche e Pré-Escola da Vila Industrial.

Encerramento: Dia 05 de dezembro de 1995 às 10:00 horas.
Abertura : Dia 05 de dezembro de 1995 às 14:00 horas

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA
DEPARTAMENTO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO
DIVISÃO DE COMPRAS

TOMADA DE PREÇOS Nº. 107/95

Objeto: Fornecimento de Materiais, Mão de obra e Equipamentos para Construção do Prédio da Creche do Jardim São Francisco.

Encerramento: Dia 05 de dezembro de 1995 às 10:00 horas.
Abertura : Dia 05 de dezembro de 1995 às 14:00 horas

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA
DEPARTAMENTO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO
DIVISÃO DE COMPRAS

TOMADA DE PREÇOS Nº. 108/95

Objeto: Fornecimento de Materiais, Mão de obra e Equipamentos para Construção dos Prédios da Creche e Pré-Escola do Jardim Borgoesi.

Encerramento: Dia 05 de dezembro de 1995 às 10:00 horas.
Abertura : Dia 05 de dezembro de 1995 às 14:00 horas

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA
DEPARTAMENTO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO
DIVISÃO DE COMPRAS

TOMADA DE PREÇOS Nº. 109/95

Objeto: Fornecimento de Materiais, Mão de obra e Equipamentos para Construção do Prédio da Creche do Jardim Kobayat/Líbano.

Encerramento: Dia 05 de dezembro de 1995 às 10:00 horas.
Abertura : Dia 05 de dezembro de 1995 às 14:00 horas

Este anúncio custou R$ 3.498,00 aos cofres municipais

Piracicaba
GOVERNO MUNICIPAL

Informações e Edital: das 8:00 às 16:00 horas. - Divisão de Compras - Rua Antônio Correa Barbosa, 2233 1º Andar. Telefone: 33-1084 - Fax: 33-4486.

Piracicaba, 13 de novembro de 1995. - Antonio Cesar Muniz - Chefe da Divisão de Compras